



Universidade Federal de Goiás  
Programa de Pós-Graduação em História  
Linha de Pesquisa - Poder, Sertão e Identidades

DAYANNY DEYSE LEITE RODRIGUES

**"PRIMEIRO DAMISMO" NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DAS MULHERES NA CULTURA  
POLÍTICA NACIONAL (1889-2010)**

Goiânia - GO  
Fevereiro/2021

# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

## E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese

### 2. Nome completo do autor

DAYANNY DEYSE LEITE RODRIGUES

### 3. Título do trabalho

"Primeiro damismo" no Brasil: uma História das Mulheres na cultura política nacional (1889-2010)

### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **DAYANNY DEYSE LEITE RODRIGUES, Discente**, em 13/04/2021, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decretonº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio De Menezes, Professor do Magistério Superior**, em 13/04/2021, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1997736** e o código CRC **3CE7FF67**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

DAYANNY DEYSE LEITE RODRIGUES

#### 3. Título do trabalho

"Primeiro damismo" no Brasil: uma História das Mulheres na cultura política nacional (1889-2010)

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio De Menezes, Professor do Magistério Superior**, em 29/11/2022, às 20:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **DAYANNY DEYSE LEITE RODRIGUES, Discente**, em 30/11/2022, às 20:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3369077** e o código CRC **CDD1DFFC**.

---

DAYANNY DEYSE LEITE RODRIGUES

**"PRIMEIRO DAMISMO" NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DAS MULHERES NA CULTURA  
POLÍTICA NACIONAL (1889-2010)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção  
do título de Doutora em História.

Linha de pesquisa: Poder, Sertão e Identidades.

Orientador: Marcos Antônio Menezes (UFG/Jataí)

Goiânia - GO  
Fevereiro/2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rodrigues, Dayanny Deyse Leite

"PRIMEIRO DAMISMO" NO BRASIL [manuscrito]: UMA HISTÓRIA DAS MULHERES NA CULTURA POLÍTICA NACIONAL (1889-2010) /

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Menezes .

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2021.

Bibliografia.

Inclui siglas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

CDU 94(81)"1889/..."



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

### ATA DE DEFESA DE TESE

Ata N° 007/2021 da sessão de Defesa de Tese de DAYANNY DEYSE LEITE RODRIGUES que confere o título de Doutor(a) em História, na área de concentração em Culturas, Fronteiras e Identidades.

Ao/s vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um a partir da(s) 14h, via videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “UMA HISTÓRIA DO PRIMEIRO-DAMISMO NO BRASIL: A CONSTITUIÇÃO E PERPETUAÇÃO DESTE FENÔMENO NA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) Marcos Antônio de Menezes (PPGH/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) Miguel Rodrigues de Sousa Neto (UFMS), membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) Murilo Borges Silva (UFG), membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) Ana Carolina Eiras Coelho Soares (PPGH/UFG), membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) Gloria de Lourdes Freire Rabay (UFPB), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido(a) o(a) candidato(a) aprovado(a) pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) Marcos Antônio de Menezes, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

#### TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

"Primeiro damismo" no Brasil: uma História das Mulheres na cultura política nacional (1889-2010)



Documento assinado eletronicamente por Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação, em 22/04/2021, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Marcos Antonio De Menezes, Professor do Magistério Superior, em 22/04/2021, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Professor do Magistério Superior, em 22/04/2021, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Murilo Borges Silva., Professor do Magistério Superior, em 26/04/2021, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento conferir&id orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador 2018240 e o código CRC 027486AB.

---

Referência: Processo nº 23070 008282/2021-06

SEI nº 2018240



## AGRADECIMENTOS

11 anos se passaram desde o primeiro dia que coloquei meus pés na Universidade Federal da Paraíba. Era manhã de 05 de fevereiro de 2010. Eu havia escolhido o curso de História e a História havia me escolhido.

Foram anos de luta e resistência acadêmica, social e política. Anos de construção e troca de conhecimento que aqui concretizo com a defesa desta tese de doutorado. Agradeço a todos e todas que fizeram parte desse percurso!

A Deus, por encher meu coração de esperança e por ser minha companhia quando estive distante fisicamente daqueles que amo. Em Sua companhia eu aprendi o verdadeiro significado da gratidão.

À minha mãe, Maria Rosiete (Rosa), a quem dedico este trabalho.

À minhas irmãs Cássia e Mayza, meus sobrinhos, Cauê Renan e Louise Lorena, meu avô Manoel e minha avó Terezinha. Obrigada por tanto amor, carinho, paciência e confiança.

Aos demais familiares, tios, tias, primos, primas.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

Aos professores e professoras do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba.

Ao orientador deste trabalho, Marcos Antônio de Menezes.

À professora Glória Rabay, figura singular, que marcou toda a minha formação acadêmica.

À banca avaliadora deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento da pesquisa.

Aos amigos que Goiânia me presenteou, Matheus e Camilla. Vocês foram um pouquinho do Nordeste em pleno Centro-Oeste. A empatia que nos uniu, solidificando-se em amor, respeito e cuidado, foi o que acalentou meu coração.

Aos demais amigos goianos, Cecília, Jhullie, Ellen, Leide, Sara, Michele e Daniele.

Aos meus amigos Luiz Mário, Miray, Larissa, Thayná, Carla, Juliana, Janyne, Cícero, Érica, Mavinier, Vera, Penha, Stella, Rodrigo, Werlidia, Júnior, Lívia, Deis Maria, Amanda e Francisco Chaves.

À minha companheira Lays Regina, que conheceu esta tese no primeiro encontro (rsrs).

Pois bem, como já nos dizia Raul, “Sonho que se sonha só. É só um sonho que se sonha só. Mas sonho que se sonha junto é realidade (Prelúdio, Raul Seixas).

*Eu não acho que tenhamos que deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas eu acho, em contrapartida, que temos que mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos. Temos que examinar atentamente os nossos métodos de análise, clarificar as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados. (SCOTT, 1989, p. 20).*

## RESUMO

Esta tese visa impulsionar novas reflexões a respeito dos sujeitos e sujeitas que compõem o campo político, a exemplo das primeiras-damas, e salientar a importância das relações de poder que circundam esse campo. Assim, ao contar uma história das mulheres em correlação com o primeiro-damismo no Brasil, objetivou-se compreender a institucionalização desse fenômeno em território brasileiro, bem como sua perpetuação e reinvenção no decorrer do período republicano. Inicialmente, é importante pontuar a inexistência conceitual do termo “primeiro-damismo” na produção historiográfica, apesar de haver uma desatenta e desapropriada utilização dessa expressão. Dessa forma, os problemas que guiaram esta pesquisa foram: como definir primeiro-damismo e como esse fenômeno esteve inserido na cultura política brasileira. Para tanto, foi realizada uma análise da atuação das primeiras-damas brasileiras em um recorte que se estende de 1989, ano que marca o início do período republicano, até 2010, quando a primeira mulher é eleita Presidenta da República, enxergando-as como agentes atuantes no campo político. A partir de tal análise, “primeiro-damismo” foi definido como um fenômeno político, caracterizado por um conjunto de práticas exercido pelas esposas de governantes em exercício, no Poder Executivo, podendo ser apontado como *estratégia*, quando as primeiras-damas buscaram legitimar a ideologia ou o projeto político do esposo, mas também como *tática*, ao burlarem a organização racional e funcional da governabilidade proposta pelo Estado. Esse fenômeno foi constituído e perpetuado sob o signo das hierarquias de gênero, que marcaram a sociedade patriarcal, característica da sociedade brasileira. Dialogou-se com os pressupostos teóricos da “História Política Renovada”, apropriando-se dos conceitos de Estratégia, Tática, Cultura Política e Capital Político sob a ótica das relações de poder, que se estende para além das instituições e do Estado. Nessa perspectiva, a pesquisa buscou recontar a história da República brasileira vivenciada por outros sujeitos, ou melhor, por sujeitas, até então invisibilizadas pela história e pela historiografia, as primeiras-damas, propondo reflexões embasadas aos olhos da História das Mulheres. Como fonte, este trabalho utilizou documentos oficiais, imprensa (jornais e revistas), escritos biográficos e autobiográficos. Por fim, a partir dos resultados obtidos, pontua-se a importância simbólica da figura social da primeira-dama no interior do campo político e as práticas por elas desenvolvidas, as quais, aqui, foram denominadas de primeiro-damismo. Em seu viés estratégico, muitas dessas ações caminharam em consonância com os ideários políticos do Estado, cuja função era justamente legitimá-los. As *táticas* puderam ser observadas em “pequenas” ações, desde o poder de influência que muitas primeiras-damas detiveram junto a seus maridos, agindo nos bastidores como peça fundamental no jogo político, até a construção de capitais políticos próprios, visíveis nas ações protagonistas desenvolvidas por diversas delas.

Palavras-chave: Primeiro-damismo; História da Mulheres; Política; *Estratégia*; *Tática*.

## ABSTRACT

This doctoral thesis aims to stimulate new reflections about the subjects that compose the political field, like the first ladies, and to emphasize the importance of the power relations that surround this field. Thus, when telling a story of women in correlation with the "primeiro-damismo" in Brazil, the objective was to understand the institutionalization of this phenomenon in Brazilian territory, as well as its perpetuation and reinvention during the republican period. Initially, it is important to point out the conceptual inexistence of the term "primeiro-damismo" in historiographical production, despite the inattentive and inappropriate use of this expression. Thus, the problems that guided this research were: how to define "primeiro-damismo" and how this phenomenon was inserted in the Brazilian political culture. To this end, an analysis of the performance of the Brazilian first ladies was carried out in a section that extends from 1989, the year that marks the beginning of the republican period, until 2010, when the first woman is elected President of the Republic, seeing them as active agents in the political field. Based on such analysis, "primeiro-damismo" was defined as a political phenomenon, characterized by a set of practices exercised by the wives of acting rulers, in the Executive Branch, which can be pointed out as a *strategy*, when the first ladies sought to legitimize the spouse's ideology or political project, but also as a *tactic*, by circumventing the rational and functional organization of governability proposed by the State. This phenomenon was constituted and perpetuated under the sign of gender hierarchies, which marked the patriarchal society, characteristic of Brazilian society. In this sense, this work dialogued with the theoretical assumptions of "Renewed Political History", appropriating the concepts of Strategy, Tactics, Political Culture and Political Capital from the perspective of power relations, which extends beyond institutions and the State. In this perspective, the research sought to retell the history of the Brazilian Republic experienced by other subjects, or rather, by subjects made invisible by history and historiography, the first ladies, proposing reflections based on the history of Women. As sources, this work used official documents, press (newspapers and magazines), biographical and autobiographical writings. Finally, based on the results obtained, the symbolic importance of the social figure of the first ladies within the political field and the practices developed by them, which, here, were called "primeiro-damismo", were pointed out. In their strategic bias, many of these actions went in line with the political ideals of the State, whose function was precisely to legitimize them. The tactics could be observed in "small" actions, from the power of influence that many first ladies had with their husbands, acting behind the scenes as a fundamental part in the political game, to the construction of their own political capital, visible in the protagonist actions developed by several of them.

Keywords: Primeiro-damismo; Women's History; Policy; *Strategy*; *Tactic*.

## LISTA DE IMAGENS

- Imagem 01 – Presença de Mariana Fonseca na cerimônia de assinatura do Projeto da primeira Constituição Republicana do Brasil
- Imagem 02 – Josina Peixoto
- Imagem 03 – Família de Adelina de Moraes Barros
- Imagem 04 - Maria Guilhermina de Oliveira Pena
- Imagem 05 – Casamento de Nair de Tefé e Hermes da Fonseca
- Imagem 06 – Primeira-dama Maria Carneiro Pereira Gomes em visita à Ilha das Flores
- Imagem 07 – Francisca Carneiro de Abreu Ribeiro e Delfim Moreira
- Imagem 08 - Primeira-dama Sofia Pais de Barros
- Imagem 09 – Getúlio e Darcy Vargas meses após o casamento
- Imagem 10 - Darcy Vargas e os cinco filhos
- Imagem 11 – Darcy e Levi Miranda na inauguração do Abrigo Cristo Redentor em São Gonçalo em 1941
- Imagem 12 - Matéria do Jornal do Brasil sobre o Cristo Redentor
- Imagem 13 – Prédio do Abrigo Cristo Redentor
- Imagem 14 - Presença de Darcy, Alzira e Amaral Peixoto do Abrigo Cristo Redentor
- Imagem 15 – Natal de 1935
- Imagem 16 - Natal de 1940
- Imagem 17 – Darcy e outras senhoras durante evento em 1938
- Imagem 18 – Inauguração da Fundação Darcy Vargas e da Casa do Pequeno Jornaleiro
- Imagem 19 – Planejamento da Cidade das Meninas
- Imagem 20 - Reunião para organização da LBA, presidida por Darcy Vargas
- Imagem 21 - Darcy Vargas envolta de figuras masculinas
- Imagem 22 – Cartaz de “chamamento” às mulheres brasileiras
- Imagem 23 - Formatura da primeira turma do Curso de Defesa Passiva Antiaérea
- Imagem 24 - Darcy Vargas recendo donativos de maços de cigarro
- Imagem 25- Darcy Vargas entregando livros a um combatente
- Imagem 26 - Cartaz da Campanha da “Madrinha do Combatente”
- Imagem 27 - Cópia do apelo publicado no Diário da Noite
- Imagem 28 - Darcy Vargas em reunião com a diretoria da LBA, após ser reempossada presidenta da instituição em 1951

Imagem 29 – Trecho de uma carta de Santinha Dutra destinada à Gustavo Capanema

Imagem 30 – Jandira, Café Filho e seu filho recebendo visitas

Imagem 31 - Logo da Fundação das Pioneiras Sociais, 1956.

Imagem 32 – JK e Sarah, no centro da foto, à porta do ônibus, inauguram o primeiro Hospital Volante da FPS em 1956

Imagem 33 – Inauguração do Centro de Pesquisa Luiza Gomes de Lemos em 1957

Imagem 34 – Darcy Vargas em reunião no Palácio do Catete

Imagem 35 – Sarah Kubitschek falando na inauguração dos parques infantis no Palácio do Catete

Imagem 36 - Darcy recebendo flores enviadas pela primeira-dama Eloá Quadros

Imagem 37 - Maria Thereza atendendo na sede da LBA

Imagem 38 – Conselho de Jânio a Jango

Imagem 39 – Reportagem sobre Maria Thereza Goulart

Imagem 40 – Capas de revista com Maria Thereza Goulart

Imagem 41 - Maria Thereza ao lado de Dener

Imagem 42 – Casal Goulart no comício da Central do Brasil

Imagem 43 – Notícia sobre Maria Thereza no Uruguai

Imagem 44 - Primeiras-damas do período militar

Imagem 45 - Iolanda Costa e Silva Acompanhada de Antonieta Castelo Branco

Imagem 46 – Reportagem da revista Manchete

Imagem 47 – Nota jornalística sobre Iolanda Costa e Silva

Imagem 48 – Iolanda Costa e Silva ao lado de Darcy Vargas, na Casa do Pequeno Jornaleiro

Imagem 49 - Reportagem sobre a construção da Catedral de Brasília

Imagem 50 - Chegada de Iolanda Costa e Silva da sua viagem à Alemanha

Imagem 51 - Scila Médici inaugura creche no Rio Grande do Sul

Imagem 52 - Lucy Geisel distribuindo presentes de Natal

Imagem 54 - Reportagem sobre o Regime's paulista

Imagem 55 - Dulce Figueiredo movimentada noite paulistana

Imagem 56 - Julio Iglesias, Ibrahim Sued e Dulce Figueiredo

Imagem 57 - Marly Sarney viaja pelo país

Imagem 58 - Quantitativo de emendas apresentadas e aprovados pela bancada feminina de 1987/88

Imagem 59 - Rosane ao lado de Fernando Collor em comício

Imagem 60 - Mapa eleitoral do segundo turno por estado

Imagem 61 - Rosane Collor com 25 anos

Imagem 62 - Fernando e Rosane Collor ao lado do casal José e Marly Sarney

Imagem 63 - Reportagem com os nomes de apadrinhados políticos na LBA

Imagem 64 - Rosane Collor acompanhada por famosos

Imagem 65 - Rosane e Fernando Collor com o príncipe e a princesa de Gales, Charles e Diana

Imagem 66 - Rosane e algumas primeiras-damas estaduais

Imagem 67 - Rosane Collor ao lado de Sally Mugabi e Bárbara Bush

Imagem 68 - Reportagem sobre o uso de dinheiro da LBA

Imagem 69 - Rosane Collor chora na missa de 49 anos da LBA

Imagem 70 - Ruth e Fernando Henrique Cardoso no dia do casamento

Imagem 71 - Matéria sobre Malu Mulher e a associação com Ruth Cardoso

Imagem 72 - Ruth Cardoso discursando na IV Conferência Mundial sobre a Mulher

Imagem 73 - Ruth com a delegação brasileira na IV Conferência Mundial sobre a Mulher

Imagem 74 - reportagem sobre a vida intelectual de Ruth Cardoso

Imagem 75 - Ruth ao lado de Fernando Henrique em comício

Imagem 76 - Ruth com um grupo de mulheres da alta sociedade carioca na campanha

Imagem 77 - Ruth e Fernando Henrique no Cebrap

Imagem 78 - Posse de Ruth Cardoso

Imagem 79 - Betinho, Ruth Cardoso e Gilberto Gil

Imagem 80 - Ruth Cardoso e os Universitários do projeto Universidade Solidária

Imagem 81 - Casamento de Marisa e Lula

Imagem 82 - Marisa e Frei Betto no dia da prisão de Lula

Imagem 83 - Marisa Letícia na Marcha das Mulheres em São Bernardo do Campo, em 1980

Imagem 84 - Marisa ao lado de Lula na campanha de 1989

Imagem 85 - Participação de Miriam Cordeiro no programa eleitoral de Collor

Imagem 86 - As quatro postulantes ao posto de primeira-dama em 2002

Imagem 87 - Solenidade de Posse em 2003

Imagem 88 - Lula e Marisa ao lado de Dilma Rousseff na posse de 2011

Imagem 89 - Dilma Rousseff ao lado da filha Paula nas duas solenidades de posse (2011 e 2015)

## **LISTA DE QUADROS**

- Quadro 01 – Primeiras-damas do Primeira República (1889 – 1930)
- Quadro 02 – Idade ao casar e número de filhos
- Quadro 03 – Primeiras-damas do “estreito” período democrático (1945 a 1964)
- Quadro 04 – Idade ao casar e número de filhos
- Quadro 05 – Primeiras-damas do Regime Militar (1864 – 1985)
- Quadro 06 – Idade ao casar e número de filhos
- Quadro 07 – Idade ao casar e número de filhos
- Quadro 08 – Idade ao casar, se tornar primeira-dama e número de filhos

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ABI - Associação Brasileira de Imprensa
- ANC – Assembleia Nacional Constituinte
- ANDI – Agência Nacional dos Direitos da Infância
- Anpocs – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
- Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- API - Associação Paraibana de Imprensa
- Arena - Aliança Renovadora Nacional
- Avis – Assistência às vítimas da seca
- Bird – Banco Internacional de Desenvolvimento
- BNH – Banco Nacional de Habitação
- CE – Comissão Central
- Ceas – Centro de Estudos e Ação Social
- Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- Cedac - Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária
- Cehap - Companhia Estadual de Habitação Popular
- Ciacs - Centros Integrados de Atendimento à Criança
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisa
- Coep - Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome
- Cpdoc - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- DEM - Democratas



DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda  
DNCR - Departamento Nacional da Criança  
Facet- Fundação Estadual do Trabalho e Ação Comunitária  
Facur – Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural  
FBPF - Federação Brasileira para o Progresso Feminino  
FCBDIA - Fundação Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência  
FEB – Federação Expedicionária Brasileira  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
Funabem – Fundação do Bem-Estar do Menor  
Iapi - O Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários  
Ibes - Instituto Brasileiro de Educação Social  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IHGP - Instituto Histórico e Geográfico Paraibano  
INPS - Instituto Nacional da Previdência Social  
JK – Juscelino Kubitschek  
JUC - Juventude Universitária Católica  
LBA - Legião Brasileira de Assistência  
LEC – Liga Eleitoral Católica  
Loas – Lei Orgânica da Assistência Social.  
Meios - Movimento de Integração e Orientação Social  
MFA - Movimento Feminista pela Anistia  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
Pasart - Partido Socialista Agrário e Renovador Trabalhista  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB - Partido Comunista do Brasil  
PCN - Partido Comunitário Nacional  
PDC - Partido Democrata Cristão  
PDI - Partido Democrático Independente  
PDS - Partido Democrático Social  
PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal  
PH - Partido Humanista,  
PJ - Partido da Juventude  
PL - Partido Liberal,  
Planhap - Plano Nacional de Habitação Popular  
PLB - Partido Liberal Brasileiro  
PMB - Partido Municipalista Brasileiro  
PMC - Partido Municipalista Comunitário  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN - Partido da Mobilização Nacional  
PN - Partido Nacionalista  
PND - Partido Nacionalista Democrático  
PNR - Partido da Nova República  
PP - Partido Progressista  
PPB - Partido do Povo Brasileiro  
Profilurb - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizado  
Promorar - Programa de Erradicação de Subhabitação  
Pronav - Programa Nacional do Voluntariado  
PRP - Partido Renovador Progressista  
PRT - Partido Reformador Trabalhista  
PS - Partido Socialista  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSC - Partido Social Cristão  
PSD – Partido Social Democrático  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil  
PTN - Partido Trabalhista Nacional  
PTR - Partido Trabalhista Renovador  
PV - Partido Verde  
RITS – Rede de Informação do Terceiro Setor  
Sami - Serviço de Apoio ao Migrante  
Sesi - Serviço Social da Indústria

Sine - Sistema Nacional de Emprego

SIS - Special Intelligence Service

TFP – Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UDN - União Democrática Nacional

UEE - União Estadual dos Estudantes

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UnB - Universidade de Brasília

UNE - União Nacional dos Estudante

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>16</b>
<b>Capítulo 1- As primeiras-damas do início da República (1889 – 1945): nascimento e institucionalização do primeiro-damismo .....</b>	<b>36</b>
<i>1.1. As primeiras-damas da Espada e da Primeira República: o que elas nos dizem sobre primeiro-damismo? .....</i>	<i>37</i>
<i>1.2 A primeira-dama Darcy Vargas e a década de 1930: ensaios iniciais do primeiro-damismo no Brasil .....</i>	<i>59</i>
<i>1.3 A Legião Brasileira de Assistência e a institucionalização do primeiro-damismo no Brasil.....</i>	<i>92</i>
<b>Capítulo 2 – Moldado o primeiro-damismo, como agiram as primeiras-damas (1945 a 1964)? .....</b>	<b>122</b>
<i>2.1 As contemporâneas de Darcy: “Santinha” Dutra e Jandira Café .....</i>	<i>124</i>
<i>2.2 Moldado, o primeiro-damismo assume novos significados: mudanças e permanências sob os auspícios de Sarah Kubistchek.....</i>	<i>148</i>
<i>2.3 Eloá Quadros e Maria Thereza Goulart: o ser primeira-dama em meio ao desmanche da democracia .....</i>	<i>170</i>
<b>Capítulo 3 - Novas roupagens do primeiro-damismo: eis que tal fenômeno não se esgota (1964 a 1992).....</b>	<b>197</b>
<i>3.1 O primeiro-damismo da era militar em nível federal: como agiram as primeiras-damas? .....</i>	<i>201</i>
<i>3.2 Primeiro-damismo e redemocratização: como essa relação foi possível? .....</i>	<i>235</i>
<b>Capítulo 4 - O desmonte da LBA e a ação das primeiras-damas no novo cenário político/social (1992 – 2010) .....</b>	<b>276</b>
<i>4.1 Ruth Correia Leite: um protagonismo anunciado em consonância com a sua formação intelectual .....</i>	<i>281</i>
<i>4.2 A entrada no campo político e os novos fazeres da primeira-dama .....</i>	<i>297</i>
<i>4.3 Marisa Letícia Lula da Silva .....</i>	<i>326</i>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>351</b>
<b>Referências .....</b>	<b>360</b>

# *Introdução*

[...] construir um objeto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. (BOURDIEU, 2011, p. 34).

Primeiramente, é importante pontuar que “primeiro-damismo” é um termo ainda não cunhado pela historiografia enquanto conceito, porém, muitas vezes utilizado de forma desatenta e até desapropriada. Diversos estudos que fazem uso da referida expressão utilizam-na sem uma adequada discussão e tentativa historiográfica de conceituação. No campo da História, ainda nos deparamos com uma lacuna em se tratando de estudos que discutam a constituição do papel social e a atuação das primeiras-damas como figuras históricas e socialmente construídas. Em sua maioria, esses estudos estão concentrados na área do curso de Serviço Social e de seus programas de pós-graduação<sup>1</sup>. No final de 2019, os jornalistas Ciça Guedes e Murilo Fiuza de Melo nos surpreenderam com o lançamento do livro “Todas as mulheres dos presidentes — A história pouco conhecida das primeiras-damas desde o início da República”<sup>2</sup>, obra de cunho jornalístico que se propõe a apresentar uma narrativa biográfica dessas mulheres silenciadas pela história. Cada primeira-dama da República recebeu um subtópico, quase em forma de verbete, em que foram trabalhadas passagens das vidas dessas personagens. A obra se apresenta como grande ganho para o estudo da temática, no entanto, assim como os anteriores, não trabalha conceitualmente o fenômeno do primeiro-damismo.

É possível observar informações descontraídas a respeito da época e em que contexto a expressão “primeira-dama” teria surgido. Medeiros (2012), afirma que “a denominação *First Lady*, ou primeira-dama, teria surgido nos Estados Unidos, quando o Presidente Zachary Taylor (1849-1850) teria utilizado-a para referir-se à mulher de seu antecessor, James Madison, na cerimônia fúnebre dela” (MEDEIROS, 2012, p. 16). A afirmativa está baseada em informações provenientes do *site* da National First Ladies’

---

<sup>1</sup> TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder.** São Paulo: Cortez, 2002. MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva de. **Primeiro-damismo no Ceará: Luiza Távora na gestão do social.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Acadêmicos em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2012. KUPCZYK, Maria Cristina. **A influência do “Primeiro-Damismo” na política de Assistência Social no governo local do município de Guaratuba.** Trabalho de conclusão de curso (TCC) (Graduação) - Universidade Federal do Paraná, Curso de Serviço Social, Matinhos, 2015. SILVA, Lianzi dos Santos. **Mulheres em Cena: As novas roupagens do primeiro damismo da Assistência Social.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>2</sup> GUEDES, Ciça; MELO, Murilo Fiuza de. **Todas as mulheres dos presidentes.** A história pouco conhecida das primeiras-damas desde o início da república. Rio de Janeiro: Máquina dos livros, 2019.

Library dos Estados Unidos, “organização sem fins lucrativos que opera e administra o Sítio Histórico Nacional das Primeiras Damas em um acordo de parceria com o Serviço Nacional de Parques”<sup>3</sup>. Criado em 1995, tendo à frente, na ocasião, a primeira-dama norte-americana Hillary Clinton, tem como um dos principais objetivos construir e manter um repositório de pesquisas e informações acadêmicas referentes às primeiras-damas dos Estados Unidos.

Dessa forma, levando em consideração a afirmação de Medeiros (2012), o *site da National Library First Ladies* não afirma com exatidão o momento em que o termo “primeira-dama” teria sido forjado. O apontamento é que “segundo a lenda, foi no funeral de Dolley Madison que o presidente Zachary Taylor a elogiou como ‘primeira-dama’, talvez assim sendo o primeiro uso conhecido do título em conexão com a esposa de um presidente. Nenhum registro de seu elogio é existente”<sup>4</sup>. A exatidão é dispensada, mas, na aba de biografias do referido endereço eletrônico, Dolley Payne Todd Madison, esposa de James Madison, é apresentada como precursora na construção de um papel público para a esposa de presidente. Primeira-dama entre os anos de 1808 a 1817, Dolley teria atuado junto ao esposo para além do papel de grande anfitriã, função que já exercia durante o mandato presidencial de Thomas Jefferson (viúvo que solicitava a ajuda de Dolley, na época, casada com seu Secretário de Estado).

Dolley Madison também exerceu influência política, utilizando todas as formas aceitáveis de comportamento para as mulheres na época, através da correspondência, entretenimento e cultivando alianças pessoais com os cônjuges de figuras políticas importantes. Em numerosas ocasiões, ela procurou colocar apoiadores, amigos e membros da família em posições oficiais do governo. Dolley Madison foi a primeira primeira-dama a se associar formalmente a um projeto público específico; como *fundraiser*, partidária e membro do conselho, ela ajudou a fundar uma casa em Washington, para jovens órfãs. Ela também fez amizade com freiras de uma escola católica local e iniciou uma associação vitalícia com a organização<sup>5</sup>.

Além de ser apontada como a “primeira” primeira-dama a idealizar um projeto de atuação pública, as expressões “influência política” e “formas aceitáveis de comportamento para as mulheres na época” suscitam importantes discussões entorno do patriarcado e suas formas de hierarquizar as relações de gênero. A negação do contrato sexual retira das mulheres o sentido de “indivíduo”, aquele construtor do contrato

---

<sup>3</sup> Informações disponíveis em: <http://www.firstladies.org/>. Acesso em 10 de ago. 2018. Tradução da autora.

<sup>4</sup> Informação disponível em: <http://www.firstladies.org/biographies/firstladies.aspx?biography=4>. Acesso em 10 de ago. 2018. Tradução da autora.

<sup>5</sup> Informações disponíveis em: <http://www.firstladies.org/biographies/firstladies.aspx?biography=4>. Acesso em 10 de ago. 2018. Tradução da autora.

original, atribuindo-lhes a esfera privada como espaço de atuação. Essa negação reforça o direito patriarcal, além de fundamentar normas de conduta e posturas sociais que privam o direito de participação das mulheres na política. Assim, a influência exercida por Dolley Madison é, então, apontada como permissível, por ela agir de acordo com preceitos preestabelecidos pela sociedade e aceitáveis à figura feminina, além de exercer influência na esfera pública, fazendo uso de atributos “femininos” que reafirmam seu papel na hipotética história do contrato original. Ainda vale ressaltar que sujeição e dominação não são sinônimos de aceitação e passividade, pois como destaca Pateman,

ênfatizar que a dominação patriarcal surgiu de um contrato, não implica que as mulheres simplesmente aceitaram a sua condição. Ao contrário, a compreensão de como o contrato é apresentado como liberdade e antipatriarcalismo, como é um importante mecanismo através do qual o direito sexual é renovado e mantido, só é possível porque as mulheres (e alguns homens) têm resistido e criticado as relações patriarcais desde o século XVII. (PATEMAN, 1993, p. 34).

Destoando da afirmativa de Medeiros (2012), Guedes e Melo (2019) apontam que a expressão “primeira-dama” “apareceu, pela primeira vez, na edição de 31 de março de 1860 do “Frank Leslie’s Illustrated Newspaper”. O termo foi usado em referência a Harriet Lane, sobrinha do presidente James Buchanan (1857-1861), que era solteiro” (GUEDES; MELO, 2019, p. 11). Ainda de acordo com os jornalistas, a palavra primeira-dama começa a aparecer nos discursos políticos, fazendo referência à esposa do presidente a partir de 1977, em uma alusão a Lucy Webb Haeyes, casada com Rutherford B. Hayes.

Assim como Medeiros (2012), Guedes e Melo (2019) recorrem ao *site* National First Ladies’ Library, em especial, ao texto “First Ladies, a short history”, de autoria de Carl Sferrazza Anthony, escritor de vários livros sobre as primeiras-damas norte-americanas, publicado em 14 de julho de 2008. Nele, o estudioso conceitua primeira-dama como “o título não oficial dado às esposas de presidentes americanos. [...] Nunca mencionado na Constituição e não remunerado para o trabalho em tempo integral exigido, as primeiras-damas foram idealizadas no cenário nacional e depois global como um símbolo da feminilidade americana”<sup>6</sup>. Esse tom de feminilidade, característico das sociedades patriarcais marcadas pelas relações de gênero, atribui às primeiras-damas responsabilidades inerentes à figura feminina, constituindo-se como a base que solidifica a construção dessa figura social.

---

<sup>6</sup> ANTHONY, Carl Sferrazza. “First Ladies, a short history”, 14 de julho de 2008. Disponível em [http://www.firstladies.org/documents/art\\_ourfirst.pdf](http://www.firstladies.org/documents/art_ourfirst.pdf). Acesso em 13 de jun. 2020.



Descartando a exatidão sobre a origem do uso do termo, pode-se inferir que a expressão “primeira-dama” surgiu nos Estados Unidos, por volta do século XIX, para fazer referência às esposas dos presidentes. De Dolley Madison aos dias atuais, muitas foram as primeiras-damas que alcançaram destaque nos Estados Unidos, como Margaret Taylor (1849 a 1950), Mary Todd Lincoln (1861 a 1865), Eleanor Roosevelt (1933 a 1945), Nancy Reagan (1981 a 1989), Hillary Clinton (1993 a 2001) e Michelle Obama (2009 a 2017). Perpassando o contexto norte-americano, a figura da primeira-dama (esposa do governante) parece ter tomado forma também na América Latina, assim como em diversas partes do mundo, a exemplo de Eva Perón, primeira-dama da Argentina, esposa de Juan Domingo Perón. Nessa perspectiva, a terminologia “primeira-dama”, no decorrer dos séculos XX e XXI, passou a fazer referência direta às esposas de governantes, em especial àqueles que estavam em exercício no Poder Executivo. Vale destacar que “primeira-dama” não é um título oficial nem carrega prerrogativas ou direitos exclusivos, mas exerce, ou pode vir a exercer, papel de destaque na administração de seus cônjuges e no desenvolvimento de possíveis capitais políticos próprios. Dessa maneira, no imaginário social, parece então ter se delineado a utilização prática do termo.

Este trabalho parte da premissa de que, em território brasileiro, a figura da primeira-dama nasce juntamente com a República. Dessa forma, mesmo reconhecendo o protagonismo de outras figuras femininas, esposas de governantes, acreditamos parecer deslocado o uso da expressão primeira-dama para fazer menção a elas. Constituída enquanto expressão socialmente relacionada às esposas dos governantes, a nomenclatura “primeira-dama”, de acordo com os dicionários Priberam de Língua Portuguesa<sup>7</sup> e Aurélio Online<sup>8</sup>, é o substantivo atribuído à “esposa de um governante, geralmente de um presidente”. Assim, identificaremos as esposas dos primeiros Presidentes da República como primeira-dama, mesmo, como será demonstrado à frente, ainda não existindo, em território nacional, um modelo de atuação para essa figura pública.

Esse modelo só seria construído no decorrer das décadas de 1930 e 1940, por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, personalidade que iremos trabalhar no primeiro capítulo deste estudo. Com o desenrolar da Segunda-Guerra, o Estado brasileiro viu-se pressionado a elaborar planos para enfrentar os problemas sociais e, nesse contexto, lança mão de princípios assistencialistas e desenvolve ações sociais de cunho benevolente,

---

<sup>7</sup> <https://www.priberam.pt/dlpo/primeira-dama>. Acesso em 07 de out. 2018.

<sup>8</sup> <https://dicionariodoaurelio.com/primeira-dama>. Acesso em 07 de out. 2018.

centralizadas na primeira-dama. Nesse sentido, Torres (2002) analisa que “a assistência social não é apresentada aos usuários como um serviço, mas como uma bondade acompanhada do espírito de caridade e de solidariedade para com os mais necessitados, transformando os usuários em seres dependentes e incapazes” (TORRES, 2002, p. 40).

Ainda em relação a Darcy, vale destacar que ela “reproduzia e reforçava, em sua trajetória, o modelo de feminilidade predominante no início do século XX, que transformava em ‘missão e destino na terra’ o casamento e a maternidade” (SIMILI, 2008, p. 25). Levando em consideração as diferentes formas da dominação masculina, deve-se destacar sua “forma paradigmática simbólica”. A esse respeito, Bourdieu (2007) demonstra o quanto essa forma de dominação se inscreve nos corpos dos sujeitos dominados, no caso das mulheres, determinados gestos, posturas, disposições ou marcas de sua submissão. Ao elaborar a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas, Simili (2008) destaca ter identificado as “marcas da dominação e da subordinação às quais uma mulher esteve exposta e submetida como esposa de um governante e mãe de seus filhos” (SIMILI, 2008, p. 18).

Se pegarmos gênero como um guia não simplesmente como homens e mulheres têm sido definidos em relação ao outro, mas também que visões da ordem social estão sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e defendidas nos termos de definições masculino/feminino, chegaremos a uma nova visão sobre as diversas sociedades, culturas, histórias e políticas que queremos investigar. Gênero se torna não um guia para categorias estatísticas de identidade sexuada, mas para a interação dinâmica da imaginação, regulação e transgressão nas sociedades e culturas que estudamos. (SCOTT, 2012, p. 347).

Antes de mais nada, devemos compreender o binômio “*público e privado*”. Como bem destaca Trigo e Brioschi, “ao longo de toda a História Ocidental, constata-se uma constante oscilação na importância atribuída à vida pública ou à vida privada” (TRIGO; BRIOSCHI, 2009, p. 37). Nas sociedades ocidentais modernas, esse binômio se reconfigurou como consequência de alguns processos históricos, em especial o processo de separação do trabalho do lar ou da família. Com o advento da Idade Moderna e o surgimento do que viria a ser o Capitalismo, o trabalho se desvinculou do espaço privado para se vincular ao meio público, ou seja, essa prática já não fazia mais parte dos afazeres familiares. “Diríamos, portanto, que a esfera pública, que se constitui no início da Idade Moderna como um processo de especialização/diferenciação das atividades sociais, foi associada ao esvaziamento das funções, a uma perda da importância da família [e do espaço privado]” (TRIGO; BRIOSCHI, 2009, p. 39). O espaço público se configurou

como aquele fora da casa, fora da família, um espaço de compromisso mútuo, cabendo ao homem a atuação nele.

Inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o quotidiano, a diferença sexual (que é sujeição de uns e dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e legitima. É desta forma que a divisão do trabalho, segundo os sexos na época da Revolução Industrial, é “produzida” por todos os discursos - da economia política, das legislações estatais, das demandas dos empregadores, das reivindicações sindicais - que enraízam numa diferença de natureza a oposição entre atividade doméstica e atividade assalariada, entre função reprodutora e trabalho produtivo, entre o lar e a fábrica. (CHARTIER, 2008, p. 43).

Em meio a complexas reconfigurações sócio-históricas, também surge, como modelo de espaço privado, a família moderna, na qual a mulher seria a responsável pelos afazeres domésticos e cuidado com os filhos, tendo o homem como figura de comando que exercia, inclusive, tarefas profissionais no espaço público. Evidencia-se, portanto, a separação entre os espaços e o processo de distinção das tarefas e dos modos de vida de “homens” e “mulheres”<sup>9</sup>. Assim, as responsabilidades exclusivamente atribuídas às mulheres pela gestão da vida privada corresponderiam a uma vulnerabilidade delas na vida pública. Somando a isto, “a divisão sexual do trabalho é um fator relevante na reprodução dessas desigualdades” (BIROLI, 2014, p. 49).

Na lógica moderna, a esfera pública estaria baseada nos princípios de universalidade, razão e impessoalidade. À privada, restariam as relações de caráter pessoal e íntimo<sup>10</sup>. Através da reconstrução de uma “ficção política do contrato original”, Carole Pateman pontua que a história do contrato social é tratada como um relato da constituição da esfera pública da liberdade civil. Nessa constituição, a outra esfera, a privada, não seria encarada como sendo politicamente relevante, configurando-se enquanto parte do contrato sexual.

A sociedade civil diferencia-se das outras formas de ordem social através da separação das esferas pública e privada; a sociedade civil é dividida em dois domínios contrários, cada qual com modos de associação característicos e distintos. Contudo, presta-se atenção somente a uma esfera, tratada como o único domínio de interesse público. Raramente se interroga sobre o significado político da existência de duas esferas, ou sobre como elas surgiram. A origem da esfera pública não é um mistério. O contrato social dá origem ao mundo

---

<sup>9</sup> Nesse mesmo processo de separação, como bem salienta Trigo e Brioschi (2009), criou-se também condições para o surgimento de uma consciência e de movimentos de mulheres.

<sup>10</sup> “A recusa à universalização do masculino, com a valorização da diferença, é importante para evitar a aceitação acrítica de um conjunto de valores que está, ele próprio, vinculado às relações de dominação” (MIGUEL, 2014, p. 73).

público da legislação civil, da liberdade e da igualdade civis, do contrato e do indivíduo. (PATEMAN, 1993, p. 27).

Falar sobre a constituição dessas duas esferas sociais pode parecer ultrapassado, mas parto de uma lógica contrária, aquela que ainda enxerga a perpetuação de diversos discursos e práticas cristalizadas por esse binômio, dispondo-se a questioná-las. Inquirir essas esferas significa questionar a naturalização das posições firmadas por elas e propor sua desconstrução, que, aos olhos de Derrida (1971), é movimento que proporciona o repensar, o refazer, o criticar e não unicamente o destruir. Enquanto método, tem a função de desmontar a lógica interna das categorias, a fim de expor suas limitações. Esse método de desconstrução possibilita o questionamento dos esquemas dicotômicos, homem/mulher, natural/cultural, sexo/gênero, etc. Corroborando com Derrida, Scott afirma que:

Desconstruir significa analisar operações da diferença nos textos e as formas nas quais os significados são trabalhados [...]. Revela a interdependência de termos aparentemente dicotômicos e como seu significado se relaciona com uma história particular. Mostra-os como oposições não naturais, mas construídas; e construídas para propósitos particulares em contextos particulares. (SCOTT, 1989, p. 208).

Este trabalho demonstrará como, em torno da formulação e perpetuação da figura social da primeira-dama, houve a constituição de uma série de arestas, que as colocaram ou buscaram colocá-las sob a tutela masculina, seja representada pelo marido ou pelo próprio Estado. No entanto, como destacou Soihet e Costa (2011), nem sempre essa tutela se afirmou em uma existência mecanizada e instrumentalizada a serviço da perpetuação dos interesses do Estado. Para discutir a atuação das primeiras-damas, formulamos, então, o conceito de primeiro-damismo.

Definimos “primeiro-damismo” como um fenômeno político caracterizado por um conjunto de práticas exercido pelas esposas de governantes em exercício, no Poder Executivo, podendo ser apontado como *estratégia*, quando as primeiras-damas buscaram legitimar a ideologia ou o projeto político do esposo, mas também como *tática*, ao burlarem a organização racional e funcional da governabilidade proposta pelo Estado, o que possibilita a apropriação de diferentes maneiras como, por exemplo, corroborar com o processo de constituição de possíveis capitais políticos próprios e a demarcação de espaços de atuação na “esfera pública”. Esse fenômeno foi constituído e perpetuado sob o signo das hierarquias de gênero que marcaram a sociedade patriarcal, característica da sociedade brasileira.

As noções de *estratégia* e *tática* são formuladas por Michel de Certeau em uma análise das práticas cotidianas. Para Certeau (1994), a estratégia é “o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’” (CERTEAU, 1994, p.46). A *estratégia* tem, dessa forma, um lugar próprio e pode ser observada, segundo o autor, em questões relacionadas à nacionalidade política, econômica ou científica. A *estratégia* “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 1994, p.46). Na contramão das *estratégias*, as *táticas* são apontadas como ações “desviacionistas”, que geram efeitos imprevisíveis. Em oposição às *estratégias*, que buscam produzir, mapear e impor regras, modelos, situações, etc., as *táticas* possibilitam diferentes maneiras de fazer, sendo resultado das astúcias dos consumidores (agentes) e de suas capacidades inventivas. As *táticas* possibilitam aos indivíduos a capacidade de escaparem dos mecanismos de controle e tomarem-se parte no jogo em questão. A arte de fazer da primeira-dama, o que chamamos de primeiro-damismo, moldou-se e se consolidou no país caminhando entre *estratégia* e *tática*.

Nesse sentido, este trabalho se insere na perspectiva da História Política, mas não aquela do século XIX voltada apenas para as instituições do Estado, para os eventos de curta duração ou para os grandes eventos, que Jacques Julliard (1995) e René Rémond (1996) denominam como “factual, idealista e psicologizante”. Contrariamente, segue a perspectiva da História Política renovada que, a partir da década de 1980, teve que se aproximar das Ciências Humanas e Sociais e da Ciência Política, buscando aplicar questionamentos delas e respondendo, de certa forma, às novas possibilidades propostas pela Nova História Cultural, principalmente, no campo das representações (BERNSTEIN, 1998).

Dentro desse campo, a história política está ligada à noção de “poder”, não mais o poder apenas do Estado, mas também a discussão do estudo de micropoderes em um ambiente cotidiano, no interior da família ou nos discursos populares. Nesse sentido, não há como negar a importância do pensamento de Michel Foucault (1979), um dos primeiros estudiosos a redirecionar e ampliar a noção de “poder”, fazendo com que este seja entendido/percebido em todos os espaços de socialização humana e não preso às estruturas governamentais dos Estados. Por meio desse redirecionamento, a nova história política pôde se apoderar de outros problemas que não lhes diziam respeito anteriormente, como a preocupação com o estudo da participação na vida política e seus processos

eleitorais, integrando todos os seus atores e deixando de lado o caráter apenas elitista e individualista da antiga história política (RÉMOND, 1996, p. 24).

Dialogando com os pressupostos teóricos do que se convencionou chamar de “História Política Renovada”, este trabalho se apropria do conceito de cultura política, definido por Rodrigo Pato Sá Motta como o “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21).

Outro conceito que apresenta possibilidades de uso na perspectiva da história política renovada é o de *capital político*. Advindo da Sociologia de Pierre Bourdieu, o conceito indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. Embora Bourdieu não tenha elaborado uma categorização sistematizada do conceito de *capital político*, por meio dos seus argumentos, pode-se estabelecer uma divisão desse capital, em capital pessoal de notoriedade e heroico, e o capital delegado, por meio da qual pôde-se discutir mais a fundo o conceito, assim como melhor aplicá-lo em nossas pesquisas. Uma das muitas vias de investigação que a obra de Bourdieu possibilita diz respeito aos tipos de *capital político* portado por determinado indivíduo.

Nessa perspectiva, este trabalho buscou recontar a história da República brasileira vivenciada por outros sujeitos, ou melhor, por sujeitas, até então invisibilizadas pela história e pela historiografia, as primeiras-damas, propondo reflexões embasadas aos olhos da História das Mulheres. Partimos da premissa de que as mulheres nunca estiveram ausentes da história, no entanto, foram “esquecidas” ou “marginalizadas” por grande parte da produção historiográfica. A História das Mulheres se propõe a uma reescrita, na qual as relações existentes entre os gêneros são regadas pelas relações de poder. Nesse sentido, as produções teóricas relativas à História das Mulheres encontram-se ligada ao movimento de renovação da própria história e sua reescrita.

Michele Perrot (2005) destaca as dificuldades enfrentadas por aquelas que pretendem mergulhar nos estudos das mulheres, pois se trata de terreno “minado de incertezas, saturado de controvérsias moveidias, pontuado de ambiguidades sutis”. No tocante aos estudos relativos à temática feminina e à história das mulheres, Perrot afirma que elas:

não existiram para o espaço público (...) As mulheres agricultoras ou de artesãos, cujo papel econômico era considerável, não são recenseadas,

e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, torna-se assim invisível. Em suma, as mulheres “não contam”. E existe aí muito mais do que uma simples advertência. (PERROT, 2005, p. 11).

Na História das Mulheres a dimensão da linguagem, em especial dos discursos, se apresenta enquanto uma importante ferramenta de análise, que passa a ser entendida não apenas como meio de representação da realidade, mas funcionando enquanto sistema de significação, intervindo diretamente na produção de significados que são atribuídos ao mundo real. No que diz respeito as categorias de análise no campo da história das mulheres, o uso do gênero destacou a necessidade de se desconstruir conceitos abstratos e universais, bem como de revisitar conceitos e categorias tradicionais da historiografia. Dessa forma, novos sujeitos passam a habitar a produção historiográfica.

São muitos os autores e autoras que têm salientado a invisibilidade imposta às mulheres. George Duby e Michelle Perrot, por exemplo, trazem o seguinte questionamento: “Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história?” (DUBY; PERROT, 1990, p. 07). Para alimentar teoricamente as abordagens sobre a história das mulheres, vários autores têm se notabilizado. Além dos já mencionados Michelle Perrot e Georges Duby, vale destacar a produção de Heleieth Saffioti, Joan Scott, Pierre Bourdieu, Rachel Soihet, Mrgareth Rago, Maria Odila Leite da Silva Dias, Mary Del Priore, Joana Maria Pedro, dentre outros.

O primeiro-damismo, fenômeno aqui estudado, é compreendido como parte integrante do patriarcado moderno. Dessa forma, partimos do pressuposto da existência e persistência de um patriarcado moderno, constituído enquanto parte fundamental na formulação da sociedade moderna, estendendo-se à pós-modernidade. Em diálogo com Pateman (1993), ressaltamos a importância em compreendermos a constituição desse patriarcado, a fim de pontuarmos a construção dos papéis sociais ditos “femininos” e “masculinos”, bem como a relação de dominação *versus* sujeição, que os demarcam. Tal patriarcado, afirmado no contrato original, só pode ser compreendido se atentarmos para a história do contrato sexual, segundo Pateman (1993), a parte invisibilizada da história do contrato social. “A história do contrato sexual conta como o contrato é o meio pelo qual o direito patriarcal é criado e mantido. [...]. Na vitória do contrato, a construção

patriarcal da diferença sexual, enquanto dominação e sujeição, continua intacta, porém suprimida” (PATEMAN, 1993, p. 275).

No patriarcado moderno, a diferença entre os sexos é apresentada como uma diferença essencialmente natural. Assim, o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é apresentado como um reflexo da própria ordem da natureza. Desnaturalizar essa ordem se faz emergente no que tange à importância da desconstrução desses pressupostos, bem como desses binômios. Assim, entender a existência e as bases de sustentação desse patriarcado pode contribuir com esse processo de desconstrução.

Devido às controvérsias e aos problemas de conceituação do termo patriarcado, alguns teóricos e teóricas defendem seu abandono, no entanto, Pateman salienta: “seguir este caminho representaria a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens”. (PATEMAN, 1993, p. 39). O patriarcado moderno seria, então, uma forma de dominação masculina em contrapartida de uma sujeição feminina, firmadas na constituição do contrato original. Esse patriarcado (moderno) não seria mais aquele denominado de clássico, que se balizava no poder paterno, mas na dominação do marido sobre a esposa, ambos ocupando papéis pré-determinados na sociedade.

Segundo Amaral (2007), a partir do século XX, a figura da primeira-dama teria sido moldada enquanto peça fundamental para prolongar e consolidar o estatuto, o poder e a popularidade do marido; essa figura social passaria a produzir discursos e representar papéis que são “mais aceitos” pelo fato de partirem de uma mulher<sup>11</sup>. Construto que valoriza os atributos ditos “femininos”, dentro da lógica hierárquica do patriarcado, superestimando a presença da mulher no espaço público sem abandonar o privado, aquela que auxilia e legitima as ações dos governos administrados por seus esposos, essa é a imagem social construída em torno do papel da primeira-dama. Como destaca Sposati:

É interessante registrar que não existem situações de ‘primeiros-damos’. Estamos à frente de uma função considerada feminina, o que, de certo modo, interdita a mulher como ocupante do cargo de dirigente pública eleita democraticamente. Neste caso, parece caber a ela ser tão só acompanhante e não titular. (SPOSATI, 2002, p. 12).

---

<sup>11</sup> AMARAL, Isabel. Primeira-dama, o que é? Madrid, 28 de fevereiro de 2007 (Palestra proferida por Isabel Amaral, na EIP - Escuela Internacional de Protocolo - em Madrid, Espanha, no dia 28 de fevereiro de 2008). Disponível em: [http://br.monografias.com/trabalhos913/primeira-dama/primeira\\_dama2.shtml](http://br.monografias.com/trabalhos913/primeira-dama/primeira_dama2.shtml). Acesso em 15 de fev. 2018.



Em diálogo com Bourdieu (2007) e Chartier (2008), essa interdição, que marcaria o espaço de atuação da figura da primeira-dama, associa-se ao conceito de dominação masculina, caracterizado pela presença da violência simbólica. Os autores ainda ressaltam que, para que essa dominação se efetive de fato, ocorre um processo de incorporação por parte dos agentes dominados. No entanto, essa incorporação, salienta Chartier, não exclui a possibilidade de afastamentos e manipulações das experiências. Dessa forma, em se tratando dos espaços de atuação das primeiras-damas, a conformação dessas mulheres, em atuarem nestes espaços, não implica necessariamente uma conformidade esvaziada, mas também pode indicar a possibilidade de construir recursos que viabilizem o deslocar ou o subverter a relação de dominação. Nessa direção, o permanecer nesses espaços também pode ser visto enquanto *tática* das mulheres que ali estiveram e atuaram, e não somente enquanto *estratégia* de perpetuação do poderio masculino, pois, como veremos no decorrer do estudo, diversas primeiras-damas extrapolaram os limites que lhes foram impostos.

Desta forma, reconhecer os mecanismos, os limites e, sobretudo, os usos do consentimento é uma boa estratégia para corrigir o privilégio amplamente concedido pela história das mulheres, às “vítimas ou rebeldes”, “ativas ou atrizes do seu destino”, em detrimento “das mulheres passivas, vistas muito facilmente como consentidoras de suas situações, embora justamente a questão do consentimento seja o ponto central no funcionamento de um sistema de poder, seja ele social e/ou sexual”. Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência. (CHARTIER, 2008, p. 42).

Diante desse cenário, vale destacar a criação de estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres, entre os quais, a garantia de “privacidade” no espaço privado configurou-se como uma ferramenta para a manutenção da dominação masculina, que tem como pilares a família, a Igreja, o Estado e a escola (BOURDIEU, 2007)<sup>12</sup>.

Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor, a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como

---

<sup>12</sup> Dominação Masculina é o “resultado daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2007, p. 07).

desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos. (BIROLI, 2014, p. 32).

Nesse processo de construção estão envolvidos padrões de conduta e de comportamentos que são afirmados e reforçados nos discursos normativos, nas orientações de cunho religioso, jurídico e moral, a exemplo do discurso da Igreja Católica, que constituiu uma rede de tabus, reforçando a visão da mulher como frágil, dependente e submissa, assim como o discurso da medicina, ao pontuar, por séculos, a importância da mulher para a maternidade, além da rede educacional, que diariamente reafirma as desigualdades de gênero no cotidiano da sala de aula. De acordo com Foucault (1977), todos esses elementos fazem parte de um conjunto de dispositivos normativos presentes na sociedade moderna. Tais dispositivos enquandram os “iguais e normais”, excluindo todos aqueles indivíduos que não se adequam aos padrões preestabelecidos. Esses dispositivos atribuíram às mulheres espaços de atuação inferiorizados. Nesse sentido, Simili (2011) destaca:

Particularmente, no final do século XIX e início do século XX, nos saberes hegemônicos-médico, político, jurídico, literário e pela imprensa -, os conceitos de público e de privado serviram para criar representações acerca dos espaços de atuação para homens e mulheres, com base em pressupostos sexistas. Nessas representações, o poder e a política aparecem como atividades masculinas, pela capacidade e pelas habilidades “naturais” do homem para a racionalidade, para o controle das emoções e para a tomada de decisões, entre outras características e competências. E a vida privada como espaço feminino, pelas qualidades e propensões também “naturais” das mulheres para casa, a família e a maternidade. (SIMILI, 2008, p. 32-33).

Assim, a crítica às desigualdades de gênero, constituídas nesse contexto e em vigor até os dias atuais, está fundamentalmente ligada à crítica às fronteiras convencionais estabelecidas entre o público e o privado nas abordagens teóricas, nas práticas sociais e políticas, nas normas, nas instituições, nos discursos e no fazer historiográfico.

Nesse sentido, segundo Scott, os estudos sobre gênero devem apontar para a necessidade da rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária “masculino *versus* feminino” e a importância de sua historicização e “desconstrução” nos termos de Jacques Derrida – revertendo-se e deslocando-se a construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas. (SOIHET, 1998, p. 79).

Nesse ínterim, pontuamos que a construção da figura da primeira-dama esteve diretamente relacionada à identidade de gênero e aos papéis sociais atribuídos às mulheres, a quem caberiam as atividades do cuidado e da “proteção” ao outro. Projetada para ser executada pela esposa do governante, que assumiu a frente das demandas sociais

da Nação, no caso brasileiro, devendo agir, principalmente, junto àquelas pessoas que estivessem à margem do modelo de cidadania idealizado pelo Estado Novo<sup>13</sup>. Tais fatores evidenciam como as relações de gênero estão permeadas por relações de poder em vários sentidos, quer pelo fato de algumas mulheres terem contribuído para o prestígio e poder político dos homens, quer pela conquista de poderes ou capitais políticos próprios, por meio de *táticas* que marcaram suas experiências.

A imagem que se constrói das mulheres primeiras-damas remonta a uma mística fundada em valores “ditos femininos” como a caridade, a bondade, a sensibilidade, o amor materno, o que produz, no imaginário social, a ideia de que as esposas de governantes são mulheres abnegadas, generosas e que trabalham por amor. (TORRES, 2002, p. 193).

É importante pontuar que um dos grandes desafios para a concretização desta pesquisa esteve relacionado às fontes, que, quando não eram praticamente inexistentes, eram escassas. No entanto, em diálogo com referenciais que embasam esta produção, recorreremos a fontes de diversas naturezas, desde a documentação oficial, como atas, decretos e estatutos, até entrevistas concedidas à imprensa. No tocante à utilização de textos publicados na imprensa como fontes históricas, Tania Regina de Luca destaca que, “a renovação no estudo da História política, por sua vez, não poderia dispensar a imprensa que, cotidianamente, registra cada lance dos embates na arena política” (LUCA, 2005, p. 128). Essa aceitação dos jornais como fontes históricas fez parte do processo de alargamento da noção de fonte histórica, no qual a História, enquanto área do conhecimento, não estaria mais presa a estudos baseados apenas nas documentações escritas, ditas oficiais. Nessa nova perspectiva, os periódicos são encarados como próprios atores e agentes políticos.

Várias vezes, recorreremos à imprensa para encontrar menções às primeiras-damas, bem como para localizar suas vozes, pois, em diversas ocasiões, elas fizeram uso do espaço para apresentar as ações que estavam desenvolvendo. Apesar de certa resistência por parte de algumas delas em relação à imprensa, foi possível localizar entrevistas, declarações públicas e até trechos de discursos proferidos pelas primeiras-damas. Cabendo ao historiador analisar a qualidade das fontes a sua disposição, vale mencionar a grande importância dos periódicos e das revistas para o desenvolvimento desta pesquisa. Realizadas as críticas necessárias, a imprensa, enquanto fonte, possibilita o acesso a

---

<sup>13</sup> Como salienta Capelato (2013), durante o Estado Novo, a noção de cidadania estava ligada ao trabalho, ou seja, cidadão era o trabalhador, que por sua vez, carregava consigo prerrogativas de deveres e direitos junto ao Estado.

discussões corriqueiras que entrelaçam o campo político e o cotidiano dos indivíduos, espaços de experiências ocupados pela primeiras-damas<sup>14</sup>.

Outro conjunto de fontes de grande importância que contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho diz respeito aos escritos biográficos. Muitas são as biografias dos homens que ocuparam a Presidência da República, em contraste com a diminuta produção biográfica em relação às suas esposas. Assim, tivemos, muitas vezes, que mergulhar no universo narrativo em torno das figuras dos esposos (governantes), em busca de fragmentos que nos levassem às primeiras-damas. Também fizemos uso de produções biográficas referentes às esposas dos presidentes, bem como de uma autobiografia, a de Rosane Collor, esposa de Fernando Collor de Melo. Novamente, vale salientar que cabe ao historiador o julgamento quanto à qualidade das fontes e o questionamento sobre como determinada fonte poderá lhe aproximar de uma verdade histórica. Em diálogo com Loriga (2011), partimos do pressuposto de que estes escritos nos possibilitam o acesso às contribuições individuais para o desenvolvimento histórico, o que a autora denomina de o pequeno X. Loriga salienta que, embora infinitamente pequeno, o X é fundamental, porque é o responsável por dar à história seu movimento.

Ao entender o primeiro-damismo como um fenômeno político, nosso recorte se mostra mais temático que temporal. Analisamos, então, sua constituição e perpetuação, suas rupturas e permanências no decorrer de toda a República brasileira, em um recorte que se estende de 1898, momento em o Brasil passa a ser governado por um presidente e tem a sua primeira-dama, até 2010, com a vitória eleitoral da presidenta Dilma Rousseff e a ausência de uma primeira-dama. Metodologicamente, este trabalho fez uso de uma escrita linear, porém, sem estar prezo à cronologia do tempo. A linearidade foi utilizada de forma intencional, a fim de demonstrar o processo de constituição e perpetuação do fenômeno do primeiro-damismo.

O primeiro contato com a temática ocorreu em 2012, momento de meu ingresso no Programa de Iniciação Científica, no projeto “As mulheres paraibanas no poder municipal e suas estratégias de comunicação”, com plano de trabalho “As prefeitas paraibanas de 2009 a 2016”. A pesquisa tinha o principal objetivo de entender a participação feminina na política paraibana, no âmbito municipal. Como produções advindas dessa experiência, houve alguns artigos publicados em revista eletrônicas, assim como em anais de congresso. Ademais, minha monografia de final de curso foi mais um

---

<sup>14</sup> Ao final do trabalho, consta disponível uma lista com os jornais e as revistas utilizados neste estudo.

dos frutos dessa aproximação com a temática, já que nela analisei a trajetória política de 24 prefeitas paraibanas eleitas no ano de 2012, das quais a grande maioria havia ocupado o posto de primeira-dama em momentos anteriores. Na época, essa informação apareceu como um dos dados obtidos em minha pesquisa, mas não foi analisado em seus pormenores.

Ao ingressar no mestrado, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, em 2015, debrucei-me na análise da trajetória da primeira deputada federal do estado, Lúcia Braga, eleita em 1986 e, ao realizar o estudo, deparei-me novamente com o dado obtido anteriormente: Lúcia Braga havia ocupado o cargo de primeira-dama durante os anos de 1983 a 1986, momento em que seu marido, Wilson Braga, foi governador da Paraíba. As análises evidenciaram que foram as experiências vivenciadas por Lúcia Braga, enquanto primeira-dama, que possibilitaram a constituição de capitais políticos e sua entrada na política partidária. Nesse momento, inquieta diante dessa evidência, empenhei-me em realizar uma busca referente aos estudos que discutissem as práticas e ações das primeiras-damas, e me deparei com um cenário extremamente lacunar, pois poucos eram os trabalhos sobre as primeiras-damas, poucas eram as discussões a respeito da constituição desse papel social e praticamente não havia nenhum trabalho que discutisse o primeiro-damismo, mesmo fazendo uso da expressão.

Realizando uma analogia com a pintura de Gustavo Hastoy, que retrata a imagem “sem rosto” de Mariana da Fonseca no ato da assinatura do projeto da primeira Constituição Republicana, Guedes e Mello (2019) ressaltam a pouca importância historiográfica atribuída à figura social da primeira-dama.

Chama a atenção o fato de que a mulher que inauguraria o cargo de primeira-dama no Brasil é a única figura de costas na pintura; impossível ver seu rosto. A cena explicita uma contradição que vai se repetir ao longo dos 130 anos de República: o Brasil teve muitas primeiras-damas marcantes, mas suas histórias, quando não foram apagadas, são como Mariana Cecília de Sousa Meireles na pintura de Hastoy: sem rosto, sem que se possa ao menos adivinhar seus sentimentos, mas presentes, mesmo que às sombras. Com raras exceções, passaram na História como citações nas biografias de homens fortes. (GUEDES; MELO, 2019, p. 08).

Este estudo apresentará não apenas o rosto das primeiras-damas do país, mas discorrerá sobre o conjunto de práticas elaboradas e executadas por elas, retirando-as de um cenário de silenciamento histórico e historiográfico. Contaremos uma história das

mulheres na cultura política brasileira em correlação com o fenômeno do primeiro-damismo em território nacional.

O trabalho é composto por quatro capítulos. No primeiro, *As primeiras-damas do início da república (1889 – 1945): nascimento e institucionalização do primeiro-damismo*, são trabalhadas as atuações das primeiras-damas do país no recorte que vai de 1889 a 1945. Foi pontuado que somente a partir da década de 1930 é possível observar a construção de um modelo de atuação para as esposas dos presidentes, personificado na figura de Darcy Vargas. Denominamos de ensaios de um primeiro-damismo as ações protagonizadas por Darcy no decorrer da década de 1930, junto à Casa do Pequeno Jornaleiro e à Fundação Darcy Vargas, ações que servirão de base para o nascimento e a institucionalização do primeiro-damismo a partir de 1942, através das práticas desenvolvidas junto à Legião Brasileira de Assistência. A partir daquele momento, caberia à primeira-dama a prestação de serviços em torno da questão assistencial, pensamento que se perpetuou por muitos anos, no interior da cultura política brasileira.

O capítulo dois, *Moldado o primeiro-damismo, como agiram as primeiras-damas (1945 a 1964)?*, consiste em analisar as atuações de Carmela Dutra e Jandira Café, personalidades contemporâneas de Darcy Vargas, as quais ocuparam o posto de primeira-dama nos recortes temporais que antecederam e sucedeu a segunda passagem da Darcy como primeira-dama do país. Observou-se a tentativa de dar seguimento ao modelo proposto pela esposa de Getúlio, principalmente por Carmela Dutra. Também são discutidas as ações empreendidas por Sarah Kubistchek, em especial aquelas desenvolvidas junto às Pioneiras Sociais, instituição presidida pela primeira-dama e que atuou no combate a diversos problemas sociais, com foco na questão da saúde e educação. Institucionalizado, o primeiro-damismo passava a assumir novas roupagens.

Eloá Quadros e Maria Thereza Goulart figuram enquanto personagens centrais no último tópico deste segundo capítulo. A passagem de Eloá pelo posto de primeira-dama é bastante curta, assim como a de seu marido, Jânio Quadros pela Presidência. Ênfase maior é dada à postura de Maria Thereza Goulart à frente do posto. A primeira-dama mais jovem e mais bonita da história nacional, a senhora Goulart é sempre lembrada por tais características. Na grande maioria das vezes que foi retratada pela imprensa, teve seu nome relacionado aos estigmas da moda, da beleza, do estilo e da jovialidade. No entanto, Maria Thereza Goulart foi mais que um adereço na posição de primeira-dama. Espelhando-se em personalidade e experiências como as de Darcy Vargas e Sarah Kubitschek, Maria Thereza construiu um estilo próprio de comando. Ela assumiu a

presidência da Legião Brasileira de Assistência, colocando em prática um primeiro-damismo *estratégico*, ao afirmar a parceria com os anseios governamentais de seu esposo, mas fez-se valer da posição de poder que o posto lhe oferecera, observadas em ações desviacionistas da lógica estratégica, que aqui denominamos de *táticas*.

O terceiro capítulo, intitulado *Novas roupagens do primeiro-damismo: eis que tal fenômeno não se esgota (1964 a 1992)*, foi elaborado mediante a contestação da concepção historiográfica de que o primeiro-damismo ressurgiu no Brasil a partir da atuação de Roseane Collor, na década de 1990, ficando exposto nas entrelinhas a inexistência do fenômeno durante o Período Militar. Assim, analisamos a atuação das quatro personalidades que ocuparam o posto, Iolanda Costa e Silva, Scylla Médici, Lucy Geisel e Dulce Figueiredo, demonstrando que essas mulheres desempenharam papéis alinhados aos de seus maridos. Não obstante, refutando a ideia de desaparecimento do primeiro-damismo no período de Regime Militar, este estudo demonstra um não desaparecimento do fenômeno, a exemplo das atuações de Iolanda Costa e Silva e Dulce Figueiredo, as quais a sua maneira, propuseram uma roupagem particular a suas práticas, mas sempre alinhadas ao que denominamos de primeiro-damismo *estratégico*, aquele que caminha junto aos anseios administrativos do Estado.

Ainda neste terceiro capítulo, foram analisadas as atuações de Roseane Collor e Marly Sarney, em uma tentativa de discutir a relação entre o processo de redemocratização e a prática do primeiro-damismo. Marly Sarney passa pelo posto de forma protocolar, seguindo o modelo de atuação proposto às primeiras-damas, sem esboçar grande protagonismo, já Rosane Collor se mostra muito mais atuante, assumindo a presidência administrativa da Legião Brasileira de Assistência. Foi justamente sob o seu comando que a instituição vivenciou o seu maior escândalo. O assistencialismo marcou as práticas de Roseane Collor, em detrimento ao cumprimento do que estabelecia a Constituição Federal em relação à assistência social.

Por fim, no quarto capítulo, *O desmonte da LBA e a ação das primeiras-damas no novo cenário político/social (1992 – 2010)*, são analisadas as performances de Ruth Cardoso e Marisa Letícia Lula da Silva. De perfis extremante diferentes, as duas protagonizam tentativas em relação à reconfiguração da imagem da primeira-dama, ao rechaçarem os estereótipos carregados por essa figura social. Intelectual reconhecida, Ruth Cardoso propôs uma lógica de assistência social que não estivesse vinculada às práticas assistencialistas, que seria realizada mediante a parceria entre Estado, Terceiro Setor e sociedade. Com o desmonte da Legião Brasileira de Assistência, o Comunidade

Solidária, órgão presidido por ela, passou a ser a referência ao combate aos problemas sociais. Ruth Fazia questão de afirmar que o Comunidade não era governo, mas os críticos, a sociedade e o próprios governo não enxergavam dessa forma.

Marisa Letícia, operária, militante, tem sua história entrelaçada a de seu esposo, Luís Inácio Lula da Silva. Ao assumir o posto de primeira-dama do país, negou-se a ocupar algum cargo governamental. Moldou a imagem de uma primeira-dama que não exerce função política, mas permanece sempre ao lado do marido, atuando diretamente no meio público. Participou de reuniões ministeriais, de viagens internacionais, tinha, inclusive, um gabinete ao lado da sala do presidente, no Palácio do Planalto. Na lógica empreendida por Marisa, a assistência social era papel do Estado, e não da primeira-dama.

Mais que preencher lacunas, ao contar uma história das mulheres e sua relação com primeiro-damismo no Brasil, pretendemos impulsionar novas reflexões a respeito dos sujeitos e sujeitas que compõem o campo político, a exemplo das primeiras-damas, e salientar a importância das relações de poder que circundam esse campo. A análise de novos sujeitos e sujeitas atuantes em antigos campos de investigação pode nos levar a novas formas de compreensão da realidade.



## *Capítulo 1*

*As primeiras-damas do início da  
República (1889 – 1945):  
nascimento e institucionalização  
do primeiro-damismo*

O recorte temporal que demarca este capítulo infere na compreensão de conjunturas diferenciadas, que carregaram características próprias e elementos de uma cultura política nacional que se constituiu no decorrer destas décadas. Da Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, ao episódio do afastamento de Getúlio Vargas, em 1945, notabilizam-se processos que apontam para o nascimento, para a institucionalização e perpetuação do fenômeno do primeiro-damismo. Dessa forma, ao longo do presente capítulo, percorreremos os espaços e modos de atuação das primeiras-damas do Brasil nas primeiras cinco décadas da república (1889 – 1945), no esforço de compreendermos a conjuntura e os fatores que condicionaram o nascimento desse fenômeno no contexto brasileiro, em meio a um cenário marcado pela hierarquização das relações de gênero e pela sobreposição de uma sociedade patriarcal. Nesse ínterim, apresentaremos suas características fundantes e apontaremos suas mutações e permanências no decorrer da República brasileira.

### *1.1. As primeiras-damas da Espada e da Primeira República: o que elas nos dizem sobre primeiro-damismo?*

Há indícios de que a figura da primeira-dama, no Brasil, comece a aparecer desde o século XIX, quando a esposa de Dom Pedro I, Dona Leopoldina, resolveu assumir participação política nos rumos da independência do Brasil. (TORRES, 2002, p. 79).

Desde essa época, nunca se ouviu falar de outro trabalho que tivesse sido exercido por outra primeira-dama. Isto é, durante o período do Império (1822-1889) até a República Velha (1889-1930), não foi informado pela historiografia, qualquer trabalho realizado pelas primeiras-damas. Ao que parece, foi a partir do governo de Getúlio Vargas, especificamente a partir da década de 1940, que a figura da primeira-dama ressurgiu no Brasil. (TORRES, 2002, p. 84).

Indo de encontro à primeira afirmativa de Torres (2002), parte-se do pressuposto de que a figura da primeira-dama desponta no cenário brasileiro apenas a partir do início da República. Assim, mesmo reconhecendo o incontestado protagonismo da imperatriz Leopoldina, acreditamos ser problemática a utilização do termo primeira-dama para fazer referência a ela, tendo em vista que tal terminologia sequer havia sido constituída e empregada no contexto nacional, configurando-se como anacronismo. A figura da primeira-dama nasce em solo nacional juntamente com a República brasileira, reafirmando os papéis burgueses de homem e mulher, característicos das desigualdades e hierarquias de gênero.

Ainda em relação à Imperatriz Leopoldina, vale ressaltar que, mesmo ficando evidente a tentativa de uma valorização e reconhecimento de seus feitos junto à esfera política, a ela sempre foi renegado um espaço secundário, demarcando uma posição de subalternidade que, em muitos aspectos, perpetuar-se-á na prática de algumas primeiras-damas estudadas neste trabalho.

Já na segunda afirmativa, Torres (2002) faz referência a um “ressurgimento” da figura da primeira-dama a partir da década de 1940, conjuntura da Era Vargas, ao mencionar a atuação de Darcy Vargas. Discutindo esse apontamento, demonstraremos que o “primeiro-damismo” é moldado e instituído na passagem da década de 1930 para 1940, pela então primeira-dama da nação anteriormente mencionada, em uma situação que correlacionou fatores internos e externos à experiência pessoal de Darcy Vargas. Ainda nessa direção, pontuaremos que nem todas as primeiras-damas da República brasileira praticaram o primeiro-damismo.

Constituída enquanto expressão socialmente relacionada às esposas dos governantes, a nomenclatura “primeira-dama”, de acordo com os dicionários *Priberam* de Língua Portuguesa<sup>15</sup> e *Aurélio Online*<sup>16</sup>, é o substantivo atribuído à “esposa de um governante, geralmente de um presidente”. Assim, identificaremos as esposas dos primeiros Presidentes da República como primeira-dama, mesmo que elas não tenham exercido e/ou praticado o primeiro-damismo, como será demonstrado à frente,

A República brasileira nasce em meio a um emaranhado de articulações políticas e múltiplos anseios ideológicos, como bem demonstra Costa (2007)<sup>17</sup>. Encontrada a “solução militar”, dois homens de espadas governam o país: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. No cenário social, vale destacar que o ano de 1889 não significou uma grande ruptura no processo histórico brasileiro, tendo em vista que as condições de vida dos trabalhadores e da massa populacional permaneceram inertes<sup>18</sup>.

É necessário pontuar que os escassos estudos em que as primeiras-damas do Brasil aparecem, assinalam que, no período conscrito enquanto Primeira República, a atuação

---

<sup>15</sup> <https://www.priberam.pt/dlpo/primeira-dama>. Acesso em 07 de out. 2018.

<sup>16</sup> <https://dicionariodoaurelio.com/primeira-dama>. Acesso em 07 de out. 2018.

<sup>17</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

<sup>18</sup> Para pensar os primeiros anos da República, ver: CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano**, Volume 1, O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.). **História do Brasil Nação**, Volume 3, A Abertura para o Mundo, 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

das esposas dos presidentes se limitava aos afazeres privados (domésticos), ou seja, um modelo de atuação pública destinadas a essa figura social ainda não havia sido forjado.

**Quadro 01 – Primeiras-damas da Primeira República (1889 – 1930)**

NOME	ESPOSO	PERÍODO
Mariana da Fonseca	Deodoro da Fonseca	15 de nov. 1889 - 23 de nov. 1891
Josina Peixoto	Floriano Peixoto	23 de nov. 1891 - 15 de nov. 1894
Adelaide de Moraes Barros	Prudente de Moraes	15 de nov. 1894 - 15 de nov. 1898
Ana Gabriela de Campos Sales	Campos Sales	15 de nov. 1898 - 15 de nov. 1902
Guilhermina Pena	Afonso Pena	15 de nov. 1906 - 14 de jun. 1909
Anita Peçanha	Nilo Peçanha	14 de jun. 1909 - 15 de nov. 1910
Orsina da Fonseca	Hermes da Fonseca	15 de nov. 1910 - 30 de nov. 1912
Nair de Tefé	Hermes da Fonseca	08 de dez 1913 - 15 de nov. 1914
Maria Carneiro Pereira Gomes	Venceslau Brás	15 de nov. 1914 - 15 de nov. 1918
Francisca Carneiro Ribeiro	Delfim Moreira	15 de nov. 1918 - 28 de jul. 1919
Mary Pessoa	Epitácio Pessoa	28 de jul. 1919 - 15 de nov. 1922
Clélia Bernardes	Artur Bernardes	15 de nov. 1922 - 15 de nov. 1926
Sofia Pais de Barros	Washington Luís	15 de nov. 1926 - 24 de out. 1930

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora, mediante material referente à história do Brasil da Primeira República.

De acordo com Ângela de Castro Gomes, “a revisão historiográfica transforma o sentido de um conjunto de comportamentos individuais e coletivos e introduz novos atores como participantes da política”<sup>19</sup>. Sendo assim, a invisibilidade historiográfica das mulheres que compõem o quadro 01 é fruto, entre outros fatores, da estruturação moderna da sociedade ocidental, que tratou de segregar mundo público e mundo privado, atribuindo ao primeiro maior relevância institucional. O privado não era público, assim,

<sup>19</sup> GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: **Culturas políticas:** ensaios de história cultural, história política e ensino de história/organizadoras Rachel Soihet, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 22.

suas funções e atividades não seriam de interesse daqueles que eram responsáveis pelo desenvolvimento da nação: os homens.

Da mesma forma, a História, enquanto campo do conhecimento, também as colocam em posição de invisibilidade, quando pensada e produzida nos seus moldes tradicionais, uma vez que poucos são os vestígios e registros históricos sobre tais personalidades, bem como trabalhos acadêmicos. Por isso, tentando romper um pouco com esse silêncio, pensaremos nessas mulheres enquanto sujeitos/as históricos, pertencentes à história nacional. Assim, retirá-las dessa posição de invisibilidade é o primeiro degrau defendido pelo campo de estudo conhecido como “História das Mulheres”. Como destaca Joana Maria Pedro, inicialmente a “proposta era a de buscar as minúcias, de ler nas entrelinhas, de garimpar o metal precioso das fontes em meio ao abundante cascalho. Tem sido desta forma que inúmeras pessoas têm escrito a história das mulheres” (PEDRO, 2005, p. 85).

Buscaremos, entretanto, não apenas retirar as primeiras-damas da invisibilidade historiográfica e política que a cercam, mas refletir a respeito da constituição e perpetuação do primeiro-damismo no decorrer da República brasileira, fazendo uso da categoria gênero, em sua especificidade analítica, para buscar compreender as relações de poder que constituíram os cenários propícios para o seu surgimento e suas diversificadas formas de apropriação.

Por tratar de uma abordagem que circunda o campo político, vale ressaltar que Scott (1994) propõe a política como domínio de utilização do gênero para análise histórica. De igual maneira, para Soihet, “a história política foi a trincheira de resistência à inclusão de materiais ou de questões sobre as mulheres e o gênero, visto como categoria antitética aos negócios sérios da verdadeira política” (SOIHET, 1998, p. 80). O desenvolvimento de pesquisas, em que diversos usos do gênero se façam presentes para explicar as posições de poder que permeiam o campo político, poderá propor a emergência de uma nova história fundamentada em novas perspectivas, mesmo que se trate de velhas questões.

Nesse ínterim, mesmo que massivamente trabalhada, a história da República brasileira precisa ser revisitada sob os auspícios dessas novas abordagens, nas quais o gênero se apresenta como categoria analítica, propiciando a discussão e o alcance de novos atores e atrizes, e novas relações de poder que fizeram parte da configuração da história nacional, a exemplo da figura social da primeira-dama e sua atuação pública/política. Da Primeira República aos anos dois mil, percorreremos espaços e

experiências, a fim de discutir essas relações hierárquicas que constituíram o modelo de atuação a essa figura social.

Natural de Cuiabá, Dona Mariana Cecília de Sousa Meirelles da Fonseca é sugerida como a primeira “primeira-dama” do Brasil, tendo em vista ser a primeira esposa de um Presidente da República, respeitando o marco temporal escolhido neste estudo. Esposa do Marechal Deodoro da Fonseca, Dona Marianinha, como ficou conhecida, é pouco mencionada nos estudos relacionados à atuação política do marido. O casal adquiriu matrimônio em 1860, momento em que Deodoro ocupou o cargo de ajudante de ordens do Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro<sup>20</sup>. Magalhães Junior destaca que, ao conhecer Mariana, o General “sentiu-se fortemente atraído por aquela figura de mulher, tão terna e tão modesta, tão recatada e tão simples. A paixão mútua foi súbita e lavrou com tal veemência que ambos concordaram que deviam casar-se mais cedo possível” (MAGALHÃES JR. 1957, p. 44).

Quando seu esposo assumiu a presidência da república, Mariana Fonseca se encontra com sessenta e três anos. Seguindo o modelo de “feminilidade” instituído à época, ela mantinha uma postura de recato e abnegação. Mulher educada, religiosa, modesta e prendada, não apresentando uma atuação para além da esfera privada. O casal não teve filhos, mas teria usufruído, em demasia, a companhia dos sobrinhos (GUIMARÃES, 2007). Um dos principais biógrafos de Deodoro, Magalhães Júnior (1957, 1957b), em raras passagens, evidencia a atuação de Dona Mariana Fonseca, e quando faz, atribui a ela ocupações relacionadas à esfera doméstica, como sua relação com a esposa de Ruy Barbosa, as quais chegaram a se tratar como comadres, mesmo o batismo do filho do ministro não tendo ocorrido sob o apadrinhamento de Deodoro, devido aos desentendimentos entre os dois. Além disso, o referido autor também fala da esposa do presidente ao seu lado no leito de morte e em algumas passagens de assuntos familiares. Reforçando o “papel feminino”, constituído pelas relações de gênero, as poucas narrativas a respeito da primeira-dama não ultrapassaram a esfera do privado, não demonstrando, também, qualquer inquietação a esse respeito. A uma mulher branca de classe média ou da elite, cabia apenas aquele espaço privado de atuação.

---

<sup>20</sup> Alguns endereços eletrônicos apontam que a naturalidade de Mariana Peixoto seria goiana. As informações referentes ao nascimento e à genealogia da então primeira-dama estão acessíveis no site do Colégio Brasileiro de Genealogia. Disponível em: [http://www.cbg.org.br/arquivos\\_genealogicos\\_m\\_07.html](http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_m_07.html). Acesso em 12 de ago. 2018.

No entanto, vale ressaltar o apoio dado pela primeira-dama para a criação de uma escola doméstica destinada ao público feminino, a qual tinha como objetivo dar instruções primárias e ensinar afazeres do lar a meninas pobres e órfãs. A escola era administrada por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, escritora, educadora, jornalista e editora do jornal “o sexo feminino”. A instituição recebeu o nome de Escola Doméstica Dona Mariana, em homenagem à primeira dama.

Em uma das poucas menções à então primeira-dama, destaca-se sua presença na cerimônia de assinatura do Projeto da Constituição Brasileira de 1891, a primeira da era republicana. Estava ali a única figura feminina, ainda que espectadora, em meio a um espaço e um contexto completamente controlado por homens. Entre os que estavam presentes no momento, destacam-se a presença do Presidente e de alguns Ministros que compunham o governo, como Campos Sales, Ruy Barbosa e Benjamin Constant. É fundamental pontuar que a Carta Constitucional traria algumas novidades para o cenário político eleitoral brasileiro, mas continuaria excluindo grande parcela da população do direito ao voto, dentre eles as mulheres<sup>21</sup>.

#### **Imagem 01 – Presença de Mariana Fonseca na cerimônia de assinatura do Projeto da primeira Constituição Republicana do Brasil**



**Fonte:** Revista *Anamatra*. 1º Semestre de 2008. p. 18. Ano XVIII, n 54<sup>22</sup>

Guedes e Melo (2019) ressaltam que, para além da vida privada, Marianinha possuía relações de proximidade com grandes nomes do cenário político nacional, a exemplo de Rui Barbosa, com quem trocava correspondências, as quais versavam sobre

---

<sup>21</sup> A Constituição de 1891 na íntegra disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em 08 de ago. 2018.

<sup>22</sup> Edição disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/24322/00000739.pdf>. Acesso em 16 de ago. 2018.

pedidos de emprego e favores por parte da primeira-dama. Os autores também apontam a influência que Dona Mariana tinha sobre o marido em algumas de suas decisões e apresenta um apelo direcionado a ela:

Nas poucas informações sobre Marianinha nos livros e textos sobre o marechal, percebe-se que ela não era apenas uma ‘virtuosa’ esposa e dona de casa. Influenciava nas decisões do marido quando havia espaço. E a elite política e intelectual sabia disso. Em abril de 1890, a jornalista e escritora Corina Coaracy publicou um artigo, dirigido a Marianinha, pedindo sua intercessão junto ao marido presidente em favor dos ‘escravos de grilhetas’, como ficaram conhecidos nos jornais da época Jansen Muller de Faria, Deocleciano Mártir e José Cordovil Trajano de Oliveira. Os três foram presos por espalharem pela cidade cartazes contra o governo provisório e condenados à deportação depois de terem suas penas de morte comutadas. [...] O artigo de Corina em súplica à primeira-dama surtiu efeito, dias depois o Marechal perdoou os três réus, revogando a deportação por meio de um decreto. (GUEDES; MELO, 2019, p. 27-28).

Em 23 de novembro de 1891, após a renúncia de Deodoro da Fonseca, a posição de primeira-dama é passada à Josina Vieira Peixoto. Assim como ocorre com Dona Mariana, a historiografia também é perversa com Dona Josina, uma vez que deixa poucos escritos e vestígios sobre ela. Na verdade, as afirmativas a seu respeito giram em torno do parentesco que ela e Floriano Peixoto tinham, eram primos de primeiro grau, e de sua dedicação à vida privada. No romance histórico, intitulado *O marechal de Costas*, publicado em 2016, José Luiz Passos busca mapear o processo de ascensão de Marechal Floriano Peixoto à presidência da República. Na primeira parte do livro (gênese), a ainda criança Josina é apresentada como prima e irmã de criação de Floriano, uma menina doce e calma. Na parte dois (juventude), o autor apresenta a narrativa do reencontro dos primos já crescidos e o interesse mútuo ocorrido. Na terceira parte (campanha), Josina já aparece como esposa e mãe dos filhos de Floriano. “De cabelos presos, apanhado num coque alto, e enxugando as mãos num avental de algodão cru, Josina cuida de Floriano e dos seis filhos que nasceram até o golpe da república”. Evidenciado seu papel de esposa e mãe dos sete filhos do Presidente da República brasileira, ainda é destacado que Josina levava para ele, a cada quatro horas do dia, quando em casa, chá de capim-santo e um prato de sopa de cenoura com flor de laranjeira, afazeres considerados destinados “naturalmente” às esposas<sup>23</sup>.

De fato, pouco se conhece sobre a vida privada de Floriano Peixoto, bem como da primeira-dama da nação Josina Peixoto Sampaio Viana. Os primos casaram-se em 1872,

---

<sup>23</sup> PASSOS, José Luiz. **O Marechal de costas**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.



constituindo uma família com sete filhos. Naturais de Alagoas, o autoritarismo de Floriano à frente da presidência da República é aparentemente abrandado pela doçura e entrega de sua esposa no âmbito doméstico, de acordo com os escritos sobre ela. A dureza masculina *versus* a doçura feminina é ressaltada, e mais uma vez as hierarquias das relações de gênero são colocadas de forma naturalizada. Essa era a postura esperada da figura do homem e da mulher, e defendida por discursos legitimadores. A atuação da então primeira-dama Josina Peixoto se efetivava nessa conjuntura de ação, não sendo comprovadas, até hoje, atividades suas envoltas do combate aos problemas sociais relacionados à benemerência, prática adotada por algumas futuras primeiras-damas. Josina faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1911, dezesseis anos após ficar viúva.

A exemplo de sua sucessora, Josina também recebia cartas com pedidos de favores e intervenção junto ao presidente. Tais cartas, disponíveis no Arquivo Nacional, demonstram uma visão de bondade atribuída à primeira-dama, e os pedidos contidos nelas versavam sobre assuntos pessoais, administrativos e políticos. Apesar de pouca visibilizada pela historiografia, bem como pela imprensa da época, Josina Peixoto teve seu perfil escrito pela revista “Caretá”, no ano de 1911, após sua morte. O texto apontava que a primeira-dama “amava com fervor e entusiástico a República, de cuja história era testemunha autorizada”. No mais, ressaltou a dedicação da mãe e esposa, estando sempre presente ao lado do Marechal<sup>24</sup>. Quando Floriano Peixoto Morreu, Josina se encontrava apenas com 38 anos de idade.

#### **Imagem 02 – Josina Peixoto**



**Fonte:** geneall.net<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Fundo Floriano Peixoto, BR. RJANRIO\_Q6\_GLE\_FOT\_001, Arquivo Nacional.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://geneall.net/pt/familia-album/715/peixoto/>. Acesso em 13 de ago. 2018.

Após Josina, veio Adelaide Benvinda da Silva Gordo de Morais e Barros, esposa de Prudente de Morais e Barros, terceira primeira-dama do Brasil. Ponto de concomitância entre Josina Peixoto, Adelaide e Ana Gabriela de Campos Sales (esposa de Campos Sales) foi o enlace matrimonial com alguém próximo ou pertencente à família. Prudente de Morais era afilhado de Antônio José da Silva Gordo, pai de Adelaide. Outro ponto de encontro das primeiras-damas foi a quantidade de filhos que tiveram, assunto sobre o qual havia muito preceito quanto à função maternal da mulher, tão naturalizada pelos discursos que instituíram e fortaleceram as hierarquias entre os gêneros, formulando, portanto, formas e espaços de atuação social. À mulher, caberia a maternidade, característica comum às mulheres brancas de classe média e da elite. O casamento entre familiares pode ser visto por diferentes ângulos. Seria uma forma de “entregar” a filha a alguém de confiança, mas também pode ser visto como uma forma de perpetuar e fortalecer vínculos familiares. Em se tratando de agentes do campo político, podemos pensar também na possibilidade de alianças políticas firmadas por meio desses matrimônios. Como ocorrera com as primeiras-damas anteriores, Adelaide é pouco evidenciada pela produção historiográfica, bem como teve uma atuação voltada para a esfera privada.

### **Imagem 03 – Família de Adelina de Morais Barros**



**Fonte:** Museu Prudente de Morais<sup>26</sup>

O casamento foi a porta de entrada para Prudente de Morais na política partidária, no seio da elite paulista, pois Adelaide pertencia a uma poderosa família de cafeicultores portugueses alocados naquela região. A cerimônia ocorreu em 28 de maio de 1866, na cidade de Santos. Na ocasião, ela tinha dezessete anos, e ele, vinte e cinco. Adelaide

---

<sup>26</sup> Disponível em: [http://museuprudentedemoraes.piracicaba.sp.gov.br/pt\\_BR/acervo-prudente/](http://museuprudentedemoraes.piracicaba.sp.gov.br/pt_BR/acervo-prudente/). Acesso em 18 de ago. 2018.

seguia o padrão esperado na época. Mesmo aparecendo em alguns periódicos, a primeira-dama é “descrita pelos jornais como ‘virtuosa’ mãe e esposa, com um semblante ‘sereno e meigo’, embora sua foto mais conhecida a mostre com um ar grave e fechado, como o marido” (GUEDES; MELO, 2019, p. 36).

Ana Gabriela de Campos Sales foi mais uma primeira-dama a selar matrimônio com alguém que possuía relação de parentesco, já que se casou com seu primo-irmão, Manuel Ferraz de Campos Sales, em 08 de julho de 1865, aos quinze anos. Com pouca idade, ao atingir a menarca, as meninas já eram vistas como prontas para o casamento e postas a isso. Se sua função social seria a reprodução, ela já estaria apta. Como marca cultural da época, o casal teve dez filhos durante o enlace, e um casamento que durou até 1913, ano em que Campos Sales faleceu. A historiografia aponta as peculiaridades do governo de Campos Sales, como o delineamento da Política dos Governadores, mas, no tocante a sua vida privada, aquela em que, de fato, Ana Gabriela esteve inserida, pouco se sabe. Assim como as três primeiras-damas anteriores, sua atuação não parece ter ultrapassado a barreira do privado. É como se, a nenhuma dessas mulheres, coubesse outro lugar de atuação. Dessa maneira, o perverso silenciamento delas pode ser explicado pela estrutura hierárquica da sociedade patriarcal vigente, mas também pela perspectiva de produção historiográfica que jamais conseguiu captar essas mulheres para além desses espaços.

Os dois pertenciam a uma rica família de cafeicultores na Vila de São Carlos, atual Campinas, e isso corroborou para o desfecho político de Campos Sales. Em relação à primeira-dama, Guedes e Melo (2019) destacam o apoio que ela dera ao companheiro na causa republicana, bem como o cuidado com a família. A biografia de Campos Sales, escrita por Célio Debes (1978), apresenta algumas correspondências endereçadas a Ana Gabriela por parte do esposo. Em carta de 17 de novembro de 1889, Campos Sales narra o contexto da Proclamação à sua esposa:

Acabo de chegar, e você não imagina o que foi a recepção que tive na estação. Uma multidão enorme, que enchia literalmente a estação e que se estendia, compacta, à grande distância do edifício, abraçava-me freneticamente, aclamando a República, os membros do governo provisório etc. Nunca, absolutamente nunca assisti a uma cena grandiosa com esta. (DEBES, 1978, p. 298-299).

A função de primeira-dama da nação fica vazio por quatro anos, de 1902 a 1906, período do mandato presidencial de Rodrigues Alves, viúvo de Ana Guilhermina Borges desde 1891. No entanto, suas duas filhas, Catita Rodrigues Alves e Marieta Rodrigues Alves, estiveram ao lado do pai, ajudando e fazendo-se, às vezes, de uma inexistente

primeira-dama. Partimos da discussão de que nem toda primeira-dama exercerá o primeiro-damismo, porém, o que chamaremos de primeiro-damismo é um conjunto de práticas exercidas por uma primeira-dama. Dessa forma, sem primeira-dama não há primeiro-damismo, podendo haver, sim, práticas que se aproximam do referido fenômeno, como ocorreu com as filhas de Rodrigues Alves, ao ocuparem certos espaços e colocarem em prática algumas ações previstas à uma primeira-dama.

O posto de primeira-dama só é novamente ocupado quando a mineira Maria Guilhermina Pena chega a tal posição. Aos dezessete anos, casou-se com Afonso Augusto Moreira Pena no ano de 1875 e, da união, nasceram 12 filhos. Américo Jacobina Lacombe apresenta algumas cartas endereçadas a Guilhermina por parte do marido, nas quais estão presentes muita afetuosidade, como:

Querida Mariquinhas, tenho escrito todos os dias, encarregando o frio papel de levar-te as fundas saudades do teu Negrão. Meu coração, o meu pensamento estará sempre junto da adorada companheira, da dedicada amiga e virtuosa esposa que tem feito a felicidade da minha vida. (LACOMBRE, 1986, p. 320).

No mais, a historiografia referente à vida de Dona Guilhermina Pena é bastante lacunar. Com a morte de Afonso Pena em 1909, Nilo Peçanha, seu vice, assume a presidência, e o espaço de primeira-dama é ocupado por sua esposa Anita Peçanha. Maria Guilhermina morre aos 72 anos de idade, em 1929, após 20 anos de viuvez.

#### **Imagem 04 - Maria Guilhermina de Oliveira Pena**



**Fonte:** mozartleiloeiro<sup>27</sup>

Ocupando o posto até novembro de 1910, Anna de Castro Belisário Soares de Sousa, conhecida como Anita, tem sua vida evidenciada pela surpresa causada pelo seu casamento com Nilo Peçanha, político carioca, pelo fato dele ser apontado como mulato. O casamento de Nilo e Anita foi considerado um escândalo social, pois ela deixou a casa

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.mozartleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=175463>. Acesso em 18 de ago. 2018.

paterna para viver com uma tia e assim, poder se casar com Nilo Peçanha, um sujeito pobre e negro. Anita e Nilo tiveram três filhos: Nilo, Zulma e Mário (FERREIRA, 2016, p. 07)<sup>28</sup>. Anita conheceu Nilo em uma viagem de trem realizada ao Rio de Janeiro, em companhia de seu pai, João Belisário Soares de Sousa. Na ocasião, Nilo Peçanha já era deputado distrital da região.

Sobre Anita, Tinoco (1962) ressaltava alguns escritos em seu diário, os quais dizem respeito a sua vida pessoal, privada e também ao embate construído em torno do seu casamento, que ocorreu em 6 de dezembro de 1895, no Rio de Janeiro, então capital federal. Anita tinha 22 anos e Nilo 28. Com o pai já falecido, a mãe e as irmãs da noiva não compareceram à cerimônia, e a fuga para a casa da tia marcaria o casamento dos dois e se tornaria um peso na vida de Anita.

Os problemas causados ao casal continuaram incomodando Anita mesmo depois da morte de Nilo. A família de Anita nunca aceitou o fato dela casar-se com um “mulato” e pobre, embora um político de renome no Estado do Rio, pois elegera-se em 1890, aos 21 anos de idade, para a Constituinte. Outro fato inaceitável para a família de aristocratas era o de Nilo Peçanha ter sido abolicionista. (FERREIRA, 2016, p. 08).

Em raras passagens sobre a primeira-dama, alguns biógrafos do então presidente Nilo Peçanha não a apontam como modelo de recato, demonstrando, inclusive, certo espanto. A própria fuga é um indicativo disto. Do contrário, ela é retratada com uma personalidade forte e incisiva. “A jovem era de pequena estatura, mas elegantíssima e de cativante beleza. A fronte altiva e o andar firme revelavam rara personalidade. Talvez um pouquinho de orgulho” (TINOCO, 1962, p. 55). Francisco de Vasconcelos, em texto publicado na Tribuna de Metrópoles, em 20 de maio de 2011, destaca a participação de Anita na vida de Nilo Peçanha, pontuando uma postura para além dos anseios ditos do espaço privado.

Anita foi a companheira incondicional, presente em toda a triunfante trajetória do marido. Sua personalidade marcante, sua altivez, sua irreverência, seu espírito de renúncia, até seu berço nobilitado foram fundamentais ao sucesso daquele que foi deputado, senador, duas vezes presidente do Estado, presidente da República, Ministro das Relações Exteriores e candidato à suprema magistratura do país, liderando a chama da Reação Republicana. Anita Peçanha não foi o bibelô de luxo, nem o jarrão decorativo, nem a bonequinha frívola e deslumbrada, mas a consorte participativa, atuante, atenta às solicitações do mundo social e político que gravitava em torno de seu marido. Foi mulher de enorme coragem pessoal. Nunca transigiu com seus princípios, principalmente

---

<sup>28</sup> FERREIRA, Avelino. **Nilo Peçanha o homem, o político**. Campos dos Goytacazes/RJ, 05 de outubro de 2016. Copyright by 2016 Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ. Disponível em: <http://www.camaracampos.rj.gov.br/livretonilo.pdf>. Acesso em 21 de ago. 2018.

com sua fidelidade ao companheiro a quem sobreviveu 36 anos. (VASCONCELOS, 2001)<sup>29</sup>.

Começava, então, a se delinear um primeiro-damismo? Cabe nos questionarmos se Anita esteve tão presente na vida de Nilo Peçanha, inclusive ultrapassando as barreiras do privado. Se sim, há outra indagação: por que há tanta lacuna historiográfica a seu respeito? Mais uma vez, observamos os resquícios de uma sociedade patriarcal, marcada pelas desigualdades de gênero e pela produção historiográfica tão patriarcal quanto, a qual não se propõe a enxergar além das figuras e atuações masculinas, quando o assunto se trata de política.

Guedes e Melo (2019) apontam a participação de Anita na campanha do marido, em 1921, quando ele tenta retornar à Presidência da República. “A demora para o mineiro Arthur Bernardes, que representava os interesses de seu estado e de São Paulo, foi uma grande decepção para ele e para a esposa, que participou inclusive das viagens de campanha. Além de ser uma mulher politizada, vigiava o marido de perto” (GUEDES; MELO, 2019, p. 56). Após a morte do marido, Anita se tornou uma grande defensora da memória dele.

No governo de Hermes da Fonseca, o posto de primeira-dama foi ocupado por duas mulheres em espaços de tempos distintos: Orsina da Fonseca e Nair de Tefé. De personalidades bastante distintas, essas duas mulheres fizeram das suas passagens, enquanto primeiras-damas, experiências singulares. Orsina da Fonseca foi a primeira esposa do político e era prima dele. A união se realizou em 1877 e resultou na gestação de oito filhos. Um dos fatos mais pontuados quanto a Orsina é a atribuição de seu nome ao Instituto Profissional Feminino, hoje, Escola Orsina da Fonseca. A instituição foi inaugurada em 28 de outubro de 1898 e, a partir de 1914, passou a receber o nome da ex-primeira-dama, que havia falecido em 1912. O “Mulher, 500 anos” ressalta que, quando viva, Orsina ajudou o marechal Mallet na fundação do Orfanato Osório<sup>30</sup>. Ainda é pontuado a visita da então primeira-dama ao Instituto Profissional Feminino e seu interesse por algumas demandas sociais.

De família tradicional e carregando os pressupostos femininos da época, Orsina tinha certa proximidade com Leolinda Daltro, apoiando, de certa forma, a luta das mulheres em prol dos direitos femininos, bem como a constituição do Partido

---

<sup>29</sup> Texto na íntegra disponível em: [http://ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/fjrv20010520t.htm](http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/fjrv20010520t.htm). Acesso em 21 de ago. 2018.

<sup>30</sup> Disponível em: <http://invate.com.br/mulher500/orsina-francione-da-fonseca-1858-1912/>. Acesso de 3 de ago. 2018.

Republicano Feminino, criando em 1910. “Um ano depois, o presidente e a primeira-dama apareceriam em foto na revista ‘O Malho’, participando de uma sessão solene na sede da legenda, que marcaria a mudança de nome do Instituto Profissional Feminino, construído em 1898, para Escola de Ciências e Artes Orsina da Fonseca” (GUEDES; MELO, 2019, p. 60).

Orsina morreu em 1912, e o espaço de primeira-dama da nação se preserva inocupado até 08 de dezembro de 1913, dia em que o presidente Hermes da Fonseca se casa com a caricaturista Nair de Tefé Von Hoonholtz, que nasceu em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, no dia 10 de junho de 1886. Filha de Antônio Luís Von Hoonholtz, o barão de Tefé, e de Maria Luísa Dodsworth, viveu na capital nacional apenas um ano, mudando-se para Paris, depois para Roma e Nice. Já desenvolvendo atividades com a elaboração de caricaturas, toda a família retorna ao Brasil em 1905. Para poder fazer o que gostava, ser caricaturista, Nair teve que enfrentar muitos obstáculos encontrados em meio àquela sociedade patriarcal vigente. Caricaturista era um ofício masculino. Inserir-se nesse cenário não foi uma luta fácil, tendo que enfrentar desafios no interior da própria família, pois seu pai não era de acordo com suas ideias, consideradas progressistas, que fugia dos moldes pré-estabelecidos a serem seguidos pelas mulheres do início do século XX.

A coragem de Nair revela, em seu percurso, aspectos diferentes dos padrões sociais e culturais preconizados aos segmentos femininos, visto que ela ousou em se tornar caricaturista. Sua atitude deve ser considerada de vanguarda, capaz de romper barreiras da intolerância e abrir novos espaços para a participação das mulheres na esfera pública (SILVA; SIMILI, 2011, p. 127).

Em 1909, Rian, seu pseudônimo, publica sua primeira caricatura, na revista *Fon-Fon*, intitulada *A Artista Rejane*. O uso de pseudônimos era prática corriqueira no início do século XX, pois grandes artistas puderam manter o sigilo de seus nomes. Nessa mesma revista, Nair de Tefé passa a ter uma coluna, na qual retrata as mulheres e toda elite carioca por meio de suas caricaturas. Além da *Fon-Fon*, a caricaturista se torna colaboradora das revistas *O Binóculo*, *Careta* e *O Malho*. Os biógrafos de Nair a apontam como audaciosa na maneira de se vestir e de se comportar, destemida, defensora do sufrágio feminino num contexto em que as mulheres não tinham direito ao voto<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Algumas narrativas biográficas de Nair de Tefé: RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **Nair de Tefé: vidas cruzadas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. SANTOS, Paulo César dos. **Nair de Tefé**. 2. ed. Petrópolis: Sermograf, 1999. FONSECA, Nair de Tefé Hermes da. **A verdade sobre a revolução de 22**. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcante, 1974.

Tocava piano, fundou uma companhia de teatro e vivia rodeada por algumas das mulheres mais antenadas do seu tempo, como Laurinda Santos Lobo, grande mecenas da *Belle Époque* carioca, e com a jornalista Eugénia Moreyra, que costumava andar pelas ruas fumando cigarrilha, vestida de terno e gravata, com chapéu de feltro. (GUEDES; MELO, 2019, p. 64).

Ademais, os escritos sobre Nair de Tefé destacam o clima de escândalo em que ocorreu seu casamento com o então Presidente da República, Hermes da Fonseca. Primeiro pela diferença de idade, uma vez que Nair tinha 27 anos, e o marechal, 58 anos. Segundo pelo pouco tempo de viuvez dele (um ano). Após o casamento, Nair “dedicou-se” integralmente ao marido, deixando de lado sua carreira de caricaturista. Dedicou-se no sentido de se afastar de sua profissão, aquela que bem fazia e amava, em nome de um casamento, assim como muitas mulheres fizeram. Só analisando as relações de gênero podemos perceber quão cruel as hierarquias sociais foram às mulheres, que, a exemplo de Nair de Tefé, tiveram seus sonhos interrompidos para dedica-se exclusivamente ao marido. Mesmo sendo quem era, que papel foi relegado a ela?

Com o casamento inicia-se uma nova etapa na vida de Nair. Tornara-se a primeira-dama, uma mulher pública, cercada de luxo e movimento do Palácio do Catete. Teve que assumir o comando interno do Palácio, que se encontrava em sérias dificuldades financeiras. Para uma jovem que nada sabia sobre a organização de uma casa, sempre rodeada de empregados e tendo a mãe que tomava conta de tudo para que ela pudesse se dedicar à vida de artista, até que Nair se saiu bem. Soube implantar um regime de economia no Palácio do Governo. Mostrou-se esposa dedicada, sempre companheira fiel do marechal, anulando-se de certa forma (SILVA; SIMILI, 2011, p. 128).

A partir do matrimônio, ela teria apoiado seu esposo na construção de vilas populares em um bairro suburbano do Rio de Janeiro, que seria batizado com o nome de Marechal Hermes. O fato pode vir a sugerir certa aproximação da figura feminina da primeira-dama à masculina do presidente, atuando em conjunto no âmbito administrativo. Pode-se perceber a modelagem de um projeto de poder em que o marido e a esposa ocupam seus espaços de atuação, sem contradizer um ao outro.



## Imagem 05 – Casamento de Nair de Tefé e Hermes da Fonseca



Fonte: Acervo *O Estadão*<sup>32</sup>

Santos (1999), no entanto, ressalta que seu comportamento enquanto primeira-dama do país deu o que falar. Realizava festas muito animadas no Palácio do Catete, sendo, por esse motivo, muito criticada na época. Em certa ocasião, Nair, em um dia de reunião do Ministério, presidida pelo marido, aparecera trajando um vestido com caricaturas de todos os ministros da República. O episódio foi considerado um escândalo e não era nada esperado para o comportamento de uma primeira-dama (SANTOS, 1999)<sup>33</sup>. Logo, Nair de Tefé pôde ser considerada uma primeira-dama “moderna”, com atitudes não esperadas e condizentes àquelas carregadas pela grande maioria das mulheres da elite de seu tempo.

As festas realizadas pela primeira-dama no Palácio do Catete também ficaram muito conhecidas e foram alvo de diversas críticas, a exemplo da recebida por Rui Barbosa, que acusou o casal de está transformando a casa presidencial em um “Versailles do século XVII”. O casal nunca teve filhos, mas, após a morte do marido, Nair adotou três crianças, bem como retomou sua vida artística aos 37 anos de idade. “Nair voltaria a encarnar Rian, desenhando em público mais uma vez no programa ‘Desafio 67’, da TV

<sup>32</sup> Recorte da revista *Ilustração Brasileira*, disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,o-casamento-do-presidente-com-a-cartunista,9444,0.htm>. Acesso em 21 de ago. 2018.

<sup>33</sup> SANTOS, Paulo César dos. **Nair de Tefé**. 2. ed. Petrópolis: Sermograf, 1999.

Tupi de São Paulo, apresentado aos sábados, sob o comando de Goulart de Andrade” (GUEDES; MELO, 2019, p. 74).

No posto de primeira-dama, a sucessora de Nair de Tefé foi Maria Carneiro Pereira Gomes, esposa do presidente eleito Venceslau Brás, cujo mandato se estendeu de 1914 a 1918. De naturalidade mineira, pertencente a uma família de políticos, Maria Carneiro casou-se com Venceslau Brás Pereira Gomes no dia 12 de setembro de 1892. Passando a residir na capital da República, ela tornava-se a primeira esposa de presidente a se dedicar de forma mais consistente a obras de assistência/assistencialistas. Como primeira-dama, Maria dedicou-se à assistência a famílias pobres e vítimas da gripe espanhola, que arrolou o Rio de Janeiro na segunda e terceira décadas do século XX. Entre as diversas vítimas da epidemia, estava Rodrigues Alves, candidato à sucessão presidencial em 1918. A primeira-dama também teria trabalhado na fundação do asilo Santa Isabel, na cidade de Itajubá, Minas Gerais, no ano de 1921. Sua cidade natal recebera tal instituição para educar meninas desvalidas. Ainda nesse sentido, a Revista CARETA, de 1916, destaca a visita de Dona Maria ao município de Ilha das Flores, em Sergipe, em apoio aos flagelados do Nordeste.

#### **Imagem 06 – Primeira-dama Maria Carneiro Pereira Gomes em visita à Ilha das Flores**



**Fonte:** Rio de Janeiro de Hontem!<sup>34</sup>

Na edição do dia 18 de outubro de 1915, o jornal A Gazeta de Notícias relata a realização de uma grande festa, ocorrida no dia 17, na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, em benefício às vítimas da seca no Nordeste. De acordo com a notícia, 20 mil

<sup>34</sup> <http://riodejaneirodehontem.blogspot.com/2015/10/rio-de-janeiro-de-1916-primeira-dama.html?m=1>. Acesso em 15 de ago. 2018.

pessoas compareceram à festividade organizada pela primeira-dama Dona Maria. Brincadeiras, comidas, músicas e jogos teriam marcado a solenidade.

Apesar dos poucos registros sobre a vida de Maria Carneiro Pereira Gomes, vale ressaltar sua atuação no acolhimento aos infectados pela gripe espanhola, através de um trabalho desenvolvido em convergência com os moldes de assistencialismo e benevolência, traço que marcariam o primeiro-damismo que nasceria no Brasil anos mais tarde. No contexto do Brasil, adentrando a Primeira Guerra Mundial, a mulher do governante “ultrapassa” as barreiras do privado para atender, embasada em uma postura de caridade, os necessitados, como foi o caso de Dona Maria.

A passagem de Maria pela função de primeira-dama ficou marcada pela sua dedicação às obras sociais, particularmente ações de amparo à velhice e em prol dos flagelados do Nordeste. Em oposição ao estilo *grand monde* de sua antecessora Nair de Teffé, Maria imprimiu discrição ao posto, e não dava festas no Palácio Guanabara. (GUEDES; MELO, 2019, p. 76).

A Constituição de 1891 definia que a eleição para presidente e vice seriam realizadas separadamente, ou seja, não ocorreria em chapa única. Nesse contexto, em 1918, na disputa à presidência da República aparecem os nomes de Rodrigues Alves, o ex-presidente Nilo Peçanha e Rui Barbosa. Para o cargo de vice-presidente, despontam os nomes de Delfim Moreira e Dantas Barreto. A eleição ocorreu em primeiro de março e consagra o nome de Rodrigues Alves, obtendo grande maioria na votação, como Presidente da República. De igual modo e obtendo quase o mesmo quantitativo de votos, Delfim Moreira é eleito vice. Assolado pela gripe Espanhola, Rodrigues Alves não chega a ocupar, pela segunda vez, a cadeira máxima do poder executivo no país. Logo, a presidência é assumida interinamente pelo vice-presidente Delfim Moreira, que permaneceria no cargo até 28 de julho de 1919, pois, como era previsto na Constituição, o vice só assumiria definitivamente o cargo caso o presidente morresse depois de dois anos de sua posse, ou seja, a metade de seu mandato, fato que não ocorreu. Dessa forma, Delfim Moreira estava à frente da presidência até que novas eleições fossem realizadas. Nesse curto espaço de tempo, 15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919, Francisca Carneiro de Abreu Ribeiro ocupou o posto de primeira-dama do país, mas não existem registros sobre a vida da primeira-dama e sua rápida passagem pelo posto. Casados desde 1891, Francisca e Delfim eram primos.

### Imagem 07 – Francisca Carneiro de Abreu Ribeiro e Delfim Moreira



Fonte: Empório Notícias<sup>35</sup>

O curto mandato presidencial de Delfim Moreira acabou com a vitória do paraibano Epiácio Pessoa, na eleição de 1919. Disputando a vaga com o ex-ministro Rui Barbosa, Epiácio foi eleito com a grande maioria dos votos, finalizando sua administração em 1922. O espaço de primeira-dama ganha nova “Dona”, Maria da Conceição de Manso Saião, mais conhecida como Mary Pessoa. O casamento entre a carioca e o paraibano ocorreu em novembro de 1898, três anos depois de Epiácio ficar viúvo, o qual teve como primeira esposa Francisca Chagas, que morreu de parto, no ano de 1895.

Assim como ocorreu com as primeiras-damas que a antecederam, a historiografia é bastante lacunar em relação à Mary Pessoa e sua atuação. Filha do médico José Francisco Manso Sayão e de Maria Olímpia Manso Sayão, Mary era mulher da alta sociedade carioca. É evidenciado seu envolvimento com a criação da Casa Santa Ignez, atualmente localizada em uma rua que recebe o nome da então primeira-dama, rua Mary Pessoa, na Gávea, Rio de Janeiro. No endereço eletrônico da referida instituição filantrópica, é destacada a sua participação.

Fundada em 1919 por Dona Mary Sayão Pessoa e por seu marido, o então Presidente da República, Epiácio Pessoa, a Fundação Casa Santa Ignez tem uma história de ações de assistência social que influenciaram e contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas. Foi a Primeira Dama do Governo Epiácio Pessoa, Dona Mary, quem realizou a primeira obra de caridade da Santa Ignez, oferecendo tratamento para trabalhadoras domésticas vítimas de tuberculose. Desde aquela época, a Fundação já contava com a colaboração das religiosas da Congregação Filhas de Sant'Anna, que até hoje têm papel fundamental auxiliando na administração da Casa. Uma Instituição sem fins lucrativos, a Casa Santa Ignez é uma das mais antigas fundações de cunho social do Rio de Janeiro, sendo reconhecida

<sup>35</sup> Disponível em: <http://www.emporiodenoticias.com/fotos-ineditas-revelam-historia-de-santa-rita-do-sapucaí/francisca-carneiro-de-abreu-e-delfim-moreira/>. Acesso 23 de ago. 2018.

como de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal. Desde 1986, a Instituição decidiu que a educação de crianças de baixa renda seria seu principal foco e ao longo deste período, a cada ano recebemos cerca de 250 crianças. Podemos contabilizar, desta forma que, em 2017, mais de 7.500 crianças passaram pelos programas da Casa Santa Ignez<sup>36</sup>.

Vale observar que a república brasileira, na passagem para a década de 1920, já conta com uma participação de algumas primeiras-damas em ações assistenciais e/ou assistencialistas, de cunho filantrópico e caritativo. Essa vai se tornar uma marca do primeiro-damismo que se forjaria no país entre as décadas de 1930 e 1940. Talvez aqui, já possamos identificar certas raízes desse fenômeno.

Como esposa do ministro, Mary estrou no mundo da política durante a visita do presidente da Argentina, general Argentino Roca. Laurita conta que Ana Gabriela, mulher do presidente Campos Sales, estava em ‘luto pesado’ pela morte de um filho e não se expunha publicamente. [...] Com a primeira-dama a ‘guardar luto’, Mary ‘abriu a quadilha de honra, no baile do Catete, pela mão do general Roca. Estreava-se deste modo nos deveres da representação social a que o casamento constantemente a obrigava e a que fora, sem o saber, preparada por aquela sua caprichada educação”. (GUEDES; MELO, 2019, p. 83).

De 1922 a 1926 o Brasil teve o mineiro Artur Bernardes como presidente. Sua esposa, Clélia Vaz de Melo, tornava-se a décima segunda primeira-dama do país. Pertencente a uma renomada família de políticos, filha do senador Carlos Vaz de Melo, Clélia abriria o caminho para a carreira política de seu marido. Tal fato, porém, não é tão evidenciado quanto seria se fosse o contrário. Diversas mulheres que adentram o campo político têm seus nomes associados a figuras masculinas em seu entorno, como forma de deslegitimação. No entanto, vale ressaltar que o apadrinhamento, enquanto porta de entrada na política partidária, não é um fenômeno direcionado ao público feminino, mas à cultura política brasileira como um todo, sem distinção de gênero. Em relação a vida da primeira-dama Clélia Vaz de Melo e uma possível atuação dela no espaço público, não são encontrados registros para tal. Casada desde 1903, foi mãe de oito filhos.

Em 1964, Clélia declarou à *Manchete* que havia nascido em meio à política, sendo este um assunto recorrente na casa de seu pai, que chegou a exercer o cargo de senador<sup>37</sup>. Quando Artur Bernardes se tornou presidente, Clélia estava com 46 anos de idade. Sem uma atuação pública de destaque, a primeira-dama faleceu aos 96 anos de idade.

A última primeira-dama até o Movimento de 1930, momento em que Darcy Vargas ocupa o posto e permanece nele por quinze anos ininterruptos, foi Sofia Pais de

---

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.casasantaignez.org/historia.html>. Acesso em 23 de ago. 2018.

<sup>37</sup> MANCHETE, “Memórias de uma primeira-dama”, 19 de setembro de 1964.

Barros, esposa do presidente Washington Luís, que foi eleito em 1926. Sofia era filha de um importante cafeicultor de Piracicaba: Rafael Pais de Barros, por isso o casamento dela reforçou a ligação entre Washington Luís e a oligarquia paulista. Ainda jovem, o futuro presidente do país conheceu Sofia em um sarau de música na residência de Rafael Tobias de Barros e Maria Joaquina de Oliveira Barros, barões de Piracicaba. Aparentemente, Sofia Pais de Barros não teve uma atuação fora do âmbito privado. Em 1934, Sofia morreu em Lausanne, Suíça, tornando-se, portanto, a única ex-primeira-dama a morrer no exílio, já que, em 1930, seu marido, Washington Luís, teve que sair do país devido à “Revolução de 1930”.

Em 1930, Júlio Prestes foi eleito Presidente da República, mas não chegou a assumir o cargo. Dessa forma, sua esposa, Alice Prestes também não ocupou o espaço de primeira-dama, não obstante, seu nome consta em algumas listas das primeiras-damas do Brasil, não deixando de ser mais um dos diversos equívocos quanto a tais personalidades históricas.

#### **Imagem 08 - Primeira-dama Sofia Pais de Barros**



**Fonte:** Portal da Câmara Municipal de São Paulo<sup>38</sup>

Ao pensarmos em um perfil para essas primeiras esposas, podemos apontar que elas seriam provenientes de famílias de classe média e da elite, e algumas dessas famílias com envolvimento político. Além disso, outra característica em comum foi a realização do casamento com pouca idade e a grande quantidade de filhos que tiveram, fortalecendo o estigma da mulher responsável pela procriação. Ademais, tiveram comportamentos considerados “adequados” às mulheres brancas de classe média, à exceção de algumas delas, mas nada que fugisse totalmente da lógica hierárquica das relações de gênero

---

<sup>38</sup> Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-anteriores/revista-apartes/numero-12-jan-fev2015/rei-da-fuzarca-e-dos-votos/>. Acesso em 23 de ago. 2018. A imagem faz parte da Coleção Washington Luís/Museu Republicano Convenção de Itu/USP. //

enraizadas naquele contexto patriarcal, e não exerceram funções administrativas ao lado dos seus esposos, apesar de algumas já demonstrarem algum interesse em atividades caritativas, atrelada ao social.

#### Quadro 02 – Idade ao casar e número de filhos

NOME	ESPOSO	IDADE/ CASAMENTO	IDADE/ PRIM.DAMA	Nº FILHOS
Mariana da Fonseca	Deodoro da Fonseca	34	63	0
Josina Peixoto	Florianio Peixoto	14	34	7
Adelaide de Moraes Barros	Prudente de Moraes	17	46	8
Ana Gabriela de Campos Sales	Campos Sales	15	48	10
Guilhermina Pena	Afonso Pena	17	49	12
Anita Peçanha	Nilo Peçanha	22	33	4
Orsina da Fonseca	Hermes da Fonseca	18	51	8
Nair de Tefé	Hermes da Fonseca	27	27	0
Maria Carneiro Pereira Gomes	Venceslau Brás	17	39	7
Francisca Carneiro Ribeiro	Delfim Moreira	17	27	6
Mary Pessoa	Epitácio Pessoa	20	41	3
Clélia Bernardes	Artur Bernardes	27	46	8
Sofia Pais de Barros	Washington Luís	23	49	4

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora, mediante material referente à História do Brasil.

Após conhecer as primeiras-damas da Primeira República brasileira, resta-nos questionar o que elas, por meio de suas atuações, têm a nos dizer sobre o primeiro-damismo. Nesse sentido, observada a atuação dessas treze primeiras-damas, pôde-se evidenciar que, em sua grande maioria, elas permaneceram no espaço privado e foram pouco evidenciadas pela historiografia, talvez porque, ao que parece, essas mulheres tiveram um limitado espaço de atuação junto a seus esposos na esfera administrativa, caracterizada como pública. Sendo assim, o modelo de primeira-dama contribuidora da gestão do marido, aquela que pratica primeiro-damismo, ou seja, aquela que assume um papel colaborador, afirmador das ações governamentais, que atua no espaço público/político, mesmo com ressalvas, ainda não havia sido forjado. No entanto, já é possível observar uma semente daquilo que nas décadas posteriores, iria se caracterizar e se institucionalizar enquanto primeiro-damismo.

Mesmo de forma tímida, é pontuado certo interesse de Orsina da Fonseca por obras assistencialistas, a exemplo da colaboração na fundação do Orfanato Osório, no Rio de Janeiro. A preocupação com a infância desvalida será uma das marcas do primeiro-

damismo em seu nascedouro. Maria Carneiro Pereira Gomes, primeira-dama durante a administração de Venceslau Brás, atuou de forma incisiva no acolhimento aos infectados pela gripe espanhola, o caráter caritativo do serviço também se configurará enquanto marca do primeiro-damismo que nasceria no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Dona Maria Carneiro foi apontada como a primeira esposa de presidente a se dedicar de forma mais consistente a obras assistenciais. Também nessa perspectiva, Mary Pessoa, preocupada com a questão da infância, é vista como grande colaboradora na criação da Casa Santa Ignez.

Dessa forma, ousamos afirmar que até o Movimento de 1930, momento em que se reconfigura o jogo político nacional, não é possível apontar a existência de primeiro-damismo no Brasil, ou seja, as primeiras-damas que ocuparam tal espaço não foram praticantes de um conjunto de práticas que configurará enquanto tal fenômeno nas décadas seguintes, personificada na atuação da primeira-dama Darcy Vargas e perpetuada pelas que a seguiram. Darcy, no decorrer das décadas de 1930 e 1940, por meio de influências internas e externas, objetivas e subjetivas, consegue traçar um modelo de atuação para as primeiras-damas do país, pautadas em um conjunto de práticas que denominaremos de primeiro-damismo.

### *1.2 A primeira-dama Darcy Vargas e a década de 1930: ensaios iniciais do primeiro-damismo no Brasil*

A década de 1930 é palco de significativos acontecimentos históricos. Internacionalmente, vimos a Grande Depressão econômica eclodida nos Estados Unidos, com repercussão mundial; o período entre guerras, com grandes potências econômicas se preparando belicamente para um novo conflito; o surgimento de regimes de caráter autoritário, como o Nazismo na Alemanha, o Fascismo na Itália, o Salazarismo em Portugal e o Franquismo na Espanha, além da explosão da Segunda Guerra Mundial.

No contexto nacional, ainda em 1930, houve o início de uma “nova” fase da história política do país. Mas isso não implica em uma total mudança na estrutura política em vigor até então, entretanto deve-se destacar que ocorreu um processo de reconfiguração das forças e dos interesses no cenário político, pois, nesta década, chegou ao fim o acordo estabelecido entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, base de sustentação da Primeira República; explodiu o Movimento de 1930; Getúlio Vargas chegou ao poder, nele permanecendo ininterruptamente até 1945. Ademais, Darcy Vargas assumiu o posto de primeira-dama do país em meio a esse contexto e faz da década de



1930 o espaço de tempo necessário para vivenciar experiências condicionadoras para o surgimento do primeiro-damismo.

Nascida em 1895, em uma tradicional família de elite da cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul (seu pai, Antônio Sarmanho, era estancieiro e comerciante), Darcy casou-se aos 15 anos de idade com Getúlio Dorneles Vargas, no ano de 1911. A união deu origem a cinco filhos: Lutero (1912), Jandira (1913), Alzira (1914), Manoel Antônio (1916) e Getúlio Filho (1917). Darcy, seguindo o rastro das primeiras-damas citadas anteriormente, traz em sua trajetória essas duas marcas reveladoras da sociedade patriarcal a qual estava inserida: o casamento com pouca idade com um homem mais velho e a grande quantidade de filhos advindos do matrimônio.

Sua mãe, Alzira Lima Sarmanho, como outras mulheres da sociedade de São Borja, dedicava-se a obras de caridade, em especial realizando trabalhos de costura para os pobres da Santa Casa de São Borja. Desde cedo, Darcy era incentivada a ajudar a mãe em tais atividades, o que pode ser considerado como uma semente do trabalho caritativo desenvolvido pela primeira-dama anos mais tarde.

Quanto ao trabalho caritativo, é importante destacar que essa prática já era presente na sociedade civil. O Estado Moderno, seguido pela estruturação do capitalismo, constituiu uma complexa base para a perpetuação de uma sociedade desigual. Nesse contexto, a ajuda ao outro, enquanto prática social, nasceu no interior da sociedade civil (SPOSATI, 2001)<sup>39</sup>. Ações caritativas estiveram historicamente ligadas à Igreja Católica que, no decorrer de séculos, alicerçou diversas condutas morais de seus seguidores na caridade e no amor ao próximo. No Brasil, desde o século XVIII, a filantropia e a assistência social, pautadas em um viés assistencialista, associavam-se diretamente às práticas de caridade. Dessa forma, não estavam atreladas aos deveres do Estado, pelo contrário, dependiam de iniciativas individuais ou coletivas, voluntárias, de auxílio aos pobres e desvalidos.

Nesse contexto, as instituições religiosas foram as grandes precursoras desse tipo de trabalho caritativo, contando com o apoio de mulheres da alta sociedade, a exemplo das Casas de Misericórdia. “No Brasil, a Liga das Senhoras Católicas e a Associação das Senhoras Brasileiras dão início à preparação de pessoal para trabalhar na assistência preventiva e no apostolado social, permitindo, dessa forma, o surgimento das primeiras

---

<sup>39</sup> SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade**. Assistência e proteção social. Nº 68. Ano XXII. São Paulo: Cortez, 2001. p. 54 - 82.

escolas de Serviço Social a partir da década de 1930” (TORRES, 2002, p. 28). Então, a atuação de mulheres da alta sociedade em atividades caritativas era prática comum e aceitável na passagem do século XIX para o XX. Conforme observado por June Hahner (1981, p. 45), durante o século XIX, uma das frentes de atuação social inaugurada pelas mulheres da elite e da classe média foi a benevolência “como antídoto para existência inútil e tediosa”. Essas mulheres queriam se tornar membros úteis à sociedade e encontraram, na prática caritativa, essa oportunidade.

Ana Arruda Callado, em uma espécie de biografia jornalística de Darcy, destaca seu interesse desde os nove anos de idade por ações de cunho caritativo. “Darcy, que já aprendera a costurar, pede à mãe que se faça na casa, além da festa familiar, um Natal dos pobres [...] A partir daí até sua morte, houvesse o que houvesse, onde estivesse, Darcy preparava uma festa de Natal para os pobres” (CALLADO, 2011, p. 12).

Aos quatorze anos, Darcy vivencia duas grandes experiências em sua vida: Getúlio Vargas e ela noivam em 1910, e sua mãe, Dona Alzira Lima, morre de parto. Devido a isto, a responsabilidade maternal da casa fica a encargo de Alda, irmã mais velha. Treze anos de diferença e uma fama de “namorador”, é o que Getúlio traz para o casamento, que ocorre no ano seguinte.

Não houve casamento religioso. O positivismo, que se propunha uma verdadeira “religião científica”, cultuava uma “Trindade” composta pela Humanidade, pela Terra e pelo Universo, e tinha dogmas, templos e cultos, sendo o matrimônio um dos principais sacramentos, indispensável aos “sacerdotes”, mas facultativo aos “cidadãos ordinários”. Mesmo se não quisessem fugir ao receituário de August Comte, Getúlio e Darcy poderiam ter trocado alianças em uma igreja católica, pois o *Catecismo positivista* não proibia o chamado “casamento misto”, ou seja, a celebração simultânea em qualquer outro templo religioso, por “deferência pessoal” e “respeito cívico” à noiva, no caso de ela ser proveniente de uma família cristã ou, de “outra crença”. Mesmo assim, Getúlio e Darcy não subiram ao altar. Oficializaram a união somente em cartório, em 4 de março de 1911. (LIRA NETO, 2012, p. 120).

O casamento religioso viria a ocorrer apenas em 1934, mais por interesses políticos do que por concepções religiosas. Aos 23 anos de idade, Darcy já era mãe dos cinco filhos gerados da união. Lira Neto (2012) ressalta que, apesar de muito “namorador” quando solteiro, os primeiros anos de casamento parecem ter contado com um Getúlio fiel aos propósitos matrimoniais.

### Imagem 09 – Getúlio e Darcy Vargas meses após o casamento



Fonte: CPDOC - FGV<sup>40</sup>

Quando a união ocorreu, Getúlio já estava inserido na política partidária. Em 1909, elegeu-se deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), sendo reeleito em 1913. Até 1921, Vargas esteve à frente da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul. Com jogo de cintura, conseguiu se firmar no cenário político de seu estado, projetando-se como uma grande promessa.

Seguindo os padrões da época, enquanto o marido buscava uma atuação cada vez mais incisiva no espaço público, na política partidária, Darcy se firmava como dona de casa, mãe de cinco filhos e esposa à espera do marido em seu retorno. Logo, “Darcy reproduzia e reforçava, em sua trajetória, o modelo de feminilidade predominante no início do século XX, que transformava em “missão e destino na terra” o casamento e a maternidade” (SIMILI, 2008, p. 25).

Os filhos recordam a mãe com uma postura dura, aquela que botava ordem nos assuntos familiares. “Nossa vida girava toda em torno de mamãe. Era ela quem decidia sobre colégios, roupas, castigos e prêmios”<sup>41</sup>. “Nós a atormentávamos, considerando-a uma velha matrona e rabugenta, porque exigia que sempre estivéssemos limpos, que fôssemos educados e comportados”, afirmou Alzira, sua filha, em seu livro<sup>42</sup>. Lutero dizia

---

<sup>40</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/audiovisual/getulio-vargas-e-darcy-vargas-meses-apos-o-casamento>. Acesso em 28 de ago. 2018.

<sup>41</sup> PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960. p.01.

<sup>42</sup> PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960. p.24.

que “Ela era muito severa”<sup>43</sup>. Já Maneco, classificou-a como “meio agitada, prepotente, mandona”<sup>44</sup>. Darcy também era uma mãe amorosa, responsável, inclusive por acompanhar as filhas, já crescidas, aos primeiros bailes. Ainda vale destacar o grande estímulo dado por Darcy para que os filhos concluíssem seus estudos, sem distinção de gênero, pois, para ela, essa seria a maior herança que os pais poderiam deixar para os filhos. Lutero se formou em medicina; Alzira, em Direito e Manoel Antônio se tornou Engenheiro Agrônomo.

Vale pontuar que os discursos acima descritos podem ser entendidos como construtos forjados na lógica denominada por Gutman (2013) de o poder do discurso materno, no qual são evidenciadas mais as imagens e representações construídas pelo discurso de Darcy e repassadas a seus filhos, do que pelas próprias lembranças dos filhos em relação à mãe. A dureza, a disciplina, a responsabilidade e a preocupação educacional dos filhos eram elementos valorizados por Darcy Vargas na construção de sua personalidade. Dessa forma, Darcy pode ter criado, em torno de si, esse conjunto de imagens, fazendo uso do poder atribuído à figura materna. Saliencia-se que esse poder poderia ser exercido por outra pessoa, além da mãe, mas sempre por aqueles vinculados à questão do cuidado, do amparo e da proteção às crianças. Esse tipo de poder se constitui e se consolida em uma sociedade patriarcal, que atribui à figura feminina os atributos do cuidado.

### **Imagem 10 - Darcy Vargas e os cinco filhos**



Fonte: CPDOC - FGV<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> Entrevista de Lutero Vargas a Valentina da Rocha Lima. Datilografada. Arquivo do CPDOC-FGV.

<sup>44</sup> Entrevista de Manuel Antônio Sarmanho Vargas, a Aspásia Alcântara Camargo e Valentina da Rocha Lima. Datilografada. Arquivo do CPDOC-FGV.

<sup>45</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/audiovisual/darci-vargas-com-seus-filhos>. Acesso em: 28 de ago. 2018. Da esquerda para a direita estão Jandira Vargas, Alzira Vargas, Lutero Vargas, Darcy Vargas, Getúlio Vargas Filho e Manoel Antônio Vargas.

Era de Darcy a função de cuidar da educação dos filhos, bem como de todo o funcionamento da casa. Já morando no Rio de Janeiro, “à noite, crianças na cama, ajuda o marido a decifrar os telegramas em código que chegam do Rio Grande do Sul” (CALLADO, 211, p. 20). Ainda,

A precavida Darcy estava bem informada de tudo que se passava em volta. Era ela quem ajudava a decodificar os telegramas cifrados que o marido não parava de receber de Porto Alegre. Borges de Medeiros mantinha Getúlio a par de todos os detalhes do combate à revolução no Rio Grande. (LIRA NETO, 2012, p. 203).

A mudança para a capital da república ocorreu em 1924, quando Getúlio passou a ocupar uma vaga na Câmara Federal. A família partiu para o Rio, com exceção de Lutero, que ficou na capital gaúcha como aluno interno do tradicional Colégio Anchieta e, em seguida, do Colégio Militar de Porto Alegre. Inicialmente moraram na Pensão Wilson, localizada na praia do Flamengo. Com acomodações simples, Darcy teve que se acostumar a criar os filhos em um ambiente totalmente diferente daquele de outrora. Algum tempo depois, a família enfrentaria outra mudança, “para uma casa, embora modesta e alugada, ali perto, na Rua Buarque de Macedo, quase esquina com a Rua do Catete. Só em 1926, com a eleição de Washington Luís para presidência da república e a nomeação de Getúlio para o ministério da fazenda, a família vai para uma bela casa, propriedade do Governo Federal” (CALLADO, 2011, p. 21).

Em 1928, Darcy Vargas e sua família enfrentariam mais uma mudança. Retornariam ao Rio Grande do Sul, para residir na capital do estado, Porto Alegre. Getúlio havia sido eleito presidente do estado e, enquanto primeira-dama do Rio Grande do Sul, Darcy organizou o funcionamento do palácio do governo. Logo em seguida, passou a se envolver com ações de cunho caritativo. “Começou a visitar hospitais e asilos para saber como o Estado assistia a velhos, doentes e crianças pobres. E, em homenagem a sua mãe, Dona Alzira, instala, no palácio, uma sala de costura e convoca as senhoras da Sociedade Gaúcha a costurar para os doentes da Santa Casa de Misericórdia” (CALLADO, 2011, p. 23).

Dois anos depois, Darcy Vargas fundaria a Legião da Caridade, pensada para atuar em meio ao contexto do Movimento de 1930. A instituição tinha o objetivo de arrecadar alimentos, roupas, medicamentos e demais gêneros de primeira necessidade, a fim de destiná-los às famílias dos combatentes ao lado de Getúlio, representantes dos estados dissidentes no contexto da quebra da aliança da política do “Café com Leite”. Em seu

livro, Alzira Vargas pontua a participação da mãe em apoio a seu pai no movimento revolucionário:

Mamãe, desejava de auxiliar em alguma coisa, fundara, em Porto Alegre, a Legião da Caridade. Ao chamado de “Rio Grande do Sul, de pé pelo Brasil”, vários revolucionários largaram famílias, trabalho, interesses e partiram sem olhar para trás. A legião da caridade nasceu da necessidade de fornecer mantimentos e remédios às famílias dos incontroláveis Dom Quixotes. Aos domingos e feriados, eu tenho licença para ir ajudar. O perfume teimoso do charque penetrava nos pulmões e o sol sobre o telhado de zinco de um barracão nos cais do porto queimavam os miolos das dedicadas voluntárias. Mas a distribuição dos víveres se fazia sem interrupção. (PEIXOTO, 1960, p. 67-68).

A Legião contava com a colaboração de mulheres da alta sociedade riograndense. Por meio da filantropia, Darcy objetivava colaborar com Getúlio Vargas em sua trajetória política, por isso organizou a Legião da Caridade, “colocando a filantropia a serviço da luta política” (SCHUMAHER; BRASIL, 2000, p.179)<sup>46</sup>. Dessa forma, a partir da criação da Legião, já se pode apontar que Darcy Vargas passou a atuar na esfera privada, ainda responsável pelo cuidado com os filhos e a casa, e na pública, frente às necessidades sociais que passava a se engajar.

Vale lembrar que, no início da década de 1930, o “social” ainda não era uma questão de interesse político, mas uma “questão de polícia”. As contradições do processo de implantação do capitalismo, que marcaria o desenrolar da referida década, trazem a questão social para discussão e reflexão. Com a omissão do Estado frente a tais demandas, construía-se um espaço propício para o atendimento assistencialista.

O tratamento dispensado pelo Estado à questão social na Primeira República, que não a considerava um problema público, fez que a área da assistência estivesse quase exclusivamente nas mãos de associações particulares. Ainda sobreviviam muitas irmandades religiosas oriundas da época colonial, que ofereciam a seus membros apoio para tratamento de saúde, auxílio funerário, empréstimos e mesmo pensões para viúvas e filhos. [...]. Havia ainda as Santas Casas de Misericórdia, instituições privadas de caridade voltadas para o atendimento dos pobres. (SIMILI, 2008, p.43).

No contexto do Movimento de 1930, Darcy sabia dos acontecimentos mesmo antes da revolução explodir. Alzira relata que a mãe os mandava dormir cedo e que percebia, no palácio, uma movimentação estranha durante a madrugada. Darcy era a responsável por abrir a porta e receber os “conspiradores”, que usavam pseudônimos e

---

<sup>46</sup> SCHUMAHER, Shuma & BRAZIL, Érico Vital (Orgs). **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

senhas para se reconhecerem. “Mamãe nos mandava deitar mais cedo e dispensava os empregados” (PEIXOTO, 1960, p. 51). Ser a responsável pela porta, via de acesso ao palácio, era sinal de confiança de Getúlio Vargas em Darcy. Era a primeira-dama riograndense que o ajudava na decifração de telegramas sobre o movimento armado. Em seu diário, Getúlio destaca a insistência da esposa em permanecer no Palácio na noite de 03 de outubro de 1930, momento escolhido para o início do movimento armado. A esposa providencia a retirada dos filhos do recinto, mas decide ficar e colaborar com a ação.

Às 11 e meia, revi o artigo d’A *federação* sobre a mensagem. Feita a *toilette*, almocei tranquilamente com minha família e fui depois jogar uma partida de *ping-pong* com a minha [mulher], como costume fazer todos os dias a essa hora. Durante o jogo, chegou meu sobrinho Vargas Neto. Subi novamente ao primeiro andar do palácio. Chegaram meu irmão Protásio e seu sogro Agnelo Correia. Vinham para levar meus filhos para a casa deste, pois minha mulher se recusa a afastar-se. Despediram-se as visitas e segui para a sala de despacho do palácio. (VARGAS, v.1, 1995, p. 03 - 04).

Alzira destaca que Darcy também recebia as esposas dos conspiradores, abrandando um pouco o silêncio que reinava sobre os acontecimentos. Sobre o dia 03 de outubro, a filha do casal Vargas ressalta:

Os dias continuavam iguais, mas as noites eram sempre diferentes até o dia 3 de outubro. Às 8 horas da manhã, fomos todos para o colégio e voltamos às 4 da tarde, como habitualmente. Mamãe nos esperava à porta. Mandou Manoel Antônio e Getulinho tirarem o uniforme rapidamente e me chamou com ar preocupado: “A Revolução vai rebentar hoje às 5:15 e não quero que vocês durmam aqui. Irão para a casa de uns amigos nossos”. Quis reagir, pois preferia ficar. “Você tem que ir para tomar conta de seus irmãos”, disse com uma irretocável voz de comando. (PEIXOTO, 1960, p. 53).

Darcy teve que se dedicar à Legião e manter a organização dela, em paralelo com sua preocupação de esposa e mãe, pois, além de Getúlio, seu filho mais velho, Lutero, também fora participar do movimento armado. “Quando o trem sumiu na primeira curva, vi que minha mãe tinha os olhos rasos d’água” (PEIXOTO, 1960, p. 24). Após o desfecho do movimento armado, concretizada a retirada do antigo presidente, Washington Luís, Getúlio assume o poder de forma provisória, e Darcy decide ir ao seu encontro, no Rio.

Para Darcy, o êxito da revolução significava nova mudança, nova casa, nova cidade, agora a capital do país. “Graças a Deus tive uma educação fina e pude conviver sem problemas com a sociedade carioca”, diria bem mais tarde à neta Celina. Assim que teve a notícia da queda de Washington Luís, ela havia decidido ir ao encontro do marido e saber notícias segura sobre o paradeiro de Lutero. Mas não podia partir sem garantir a continuidade da Legião da Caridade, pois não se sabia quando a situação dos combatentes iria se normalizar. E, mesmo depois, eles e suas famílias precisariam de apoio. (CALLADO, 2011, p. 79).

Para Simili (2008), a existência da Legião da Caridade e o fim do movimento revolucionário representa o fechamento e a abertura de um novo ciclo na vida de Darcy Vargas. A partir de então, a primeira-dama do país passaria a ter novas atribuições. “Para Darcy, impunham-se novas obrigações, tais como o de fechar a vida no Rio Grande do Sul e construir uma nova no Rio de Janeiro, acompanhando, assim, o marido na nova trajetória política” (SIMILI, 2008, p. 45). Em 1932, já como primeira-dama do país, Darcy reedita a Legião da Caridade no contexto da Revolução Constitucionalista, mais uma vez buscando apoiar Getúlio em sua empreitada.

Como visto, o movimento de outubro de 1930 levou Getúlio Vargas à Presidência da República, e Darcy, portanto, assumiu o posto de primeira-dama da nação. Seu engajamento político, que se iniciou na fundação e organização da Legião da Caridade, estender-se-ia pelos quinze anos seguintes, ou melhor, até sua morte no ano de 1968. Constituindo-se enquanto um dos pilares do governo Vargas, Darcy também conseguirá elaborar um modelo de atuação para as primeiras-damas, composto por um conjunto de práticas que aqui denominaremos de primeiro-damismo. Nesse sentido, é importante enfatizar que, fugindo dos clichês característicos da história política tradicional, um fato é inegável: ao lado de um grande estadista, como é considerado Getúlio Vargas, esteve uma grande primeira-dama, Darcy Vargas.

Dessa forma, o poder de mobilização de Darcy é apontado por Simili (2008) como uma das marcas de sua personalidade pessoal e pública. Fazendo uso do poder que detinha pelo espaço ocupado, a primeira-dama utilizou a máquina administrativa em nome da filantropia e do assistencialismo. Darcy foi uma mulher com personalidade composta de ingredientes requintados, como a diplomacia no trato com as pessoas para conseguir o que desejava, a determinação nos seus empreendimentos e sua incansável busca para atingir seus objetivos.

Ainda no dia 14 de outubro de 1930, Darcy e seus filhos chegariam ao Rio de Janeiro. A chegada da primeira-dama foi assim descrita por Chermont de Brito, na época, jornalista do Jornal do Brasil:

Impressionou-me sobremodo a sua mocidade. Ela completaria trinta e cinco anos já como Primeira-dama do Brasil. A doçura do trato marcava todos os seus gestos, e conquistava logo simpatia e admiração. Não parecia assustada com os graves acontecimentos que tinham sacudido o país de norte a sul, antes preparada para desempenhar o grande papel que o destino lhe reservara. Um claro sorriso iluminava-lhe o belo rosto, respondendo sempre as perguntas do repórter. E notei: os dias vividos na agitação revolucionária, as graves preocupações com o marido à frente da Revolução, o filho mais velho alistado num dos batalhões de



voluntários, não lhe deram tempo para cuidar das coisas fúteis. Era uma bela e ilustre senhora de província, que chegava ao Rio, capital da moda e do Brasil. (BRITO, 1983, p. 67).

A vida no Rio de Janeiro traria novos e intensos desafios para a primeira-dama. Logo de início, ela se impactou com a situação de vulnerabilidade dos pequenos jornaleiros que se espalhavam pelo centro da cidade. “De início, manda o motorista parar e dar esmola a um ou outro que se aproxima de seu carro. Mas começa a pensar no que fazer de mais efetivo em benefício deles” (CALLADO, 2011, p. 81). O Jornal Correio da manhã<sup>47</sup> relatou a visita da então primeira-dama do país ao Hospital Infantil de Jacarepaguá, em fevereiro de 1931. “Visitaram ontem as criancinhas pobres e doentes internadas no Hospital Infantil as senhoras D. Darcy Vargas e D. Vandinha Aranha”<sup>48</sup>. Assim, apoiar as demandas sociais e atuar junto a elas parecia ser o caminho a ser traçado por Darcy. No final de 1931, ela se engaja com um grupo de mulheres a fim de arrecadar provimentos a serem destinados para instituições Pias. Darcy reúne e preside um conjunto de damas da sociedade em tal empreitada, que ficou conhecida como Dia da Margarida<sup>49</sup>.

Além dessas obrigações, Darcy estava sempre ao lado de Getúlio nas ocasiões oficiais do governo, bem como em outros momentos que seu interesse foi despertado, principalmente, aqueles ligados as assistências à infância e aos desvalidos. Como de costume, os primeiros meses do ano eram vivenciados pelo presidente e por sua família em Petrópolis, como um tipo de refúgio. O tráfego de lá até a cidade do Rio era realizado sempre que necessário. No dia 25 de abril de 1933, partiram para o Rio de Janeiro, Getúlio, Darcy, Getulinho e um ajudante de ordens, o comandante Machado. Na volta, um incidente deixou o presidente e a primeira-dama por dias enfermos, e um ajudante em óbito, Celso Pestana, que substituiria o comandante Machado. Sobre a lamentável experiência, em seu diário, o presidente descreve:

De começo chovia e ventava. Melhorou um pouco o tempo, subimos a serra, entramos na zona dos viadutos, passamos por um volumoso tronco de madeira, desviando-o. Recomeçaram a chuva e o vento. Repentinamente, no seio da noite trevosa, um estrondo como de uma explosão. Senti um choque formidável sobre as pernas que me imobilizou. Parou o auto, verificamos a catástrofe: uma pedra rolara da

---

<sup>47</sup> Jornal carioca diário e matutino fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt e extinto em 8 de julho de 1974. Foi, durante grande parte de sua existência, um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se sempre destacado como um jornal de opinião e resistente às formas de censura (CPDOC, 2017).

<sup>48</sup> Jornal Correio da Manhã (RJ), 01 de fevereiro de 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 31 de ago. 2018.

<sup>49</sup> Jornal Correio da Manhã, 29 de outubro de 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 31 de ago. 2018.

montanha, atravessara a capota do auto e atingira em cheio o comandante celso Pestana, que caiu fulminado, sem um gemido. Eu estava na ponta da esquerda e ele na minha frente, a Darcy no meio e o menino à direita, não sendo atingido. Aguardamos a chegada do auto da polícia, foi retirada a pedra, e marchamos no próprio auto sinistrado para o Hospital São José. Foram 20 minutos de angústia. Eu, imobilizado num canto, tendo sobre as pernas o banco quebrado e o corpo do malogrado oficial. Darcy, deitada sobre o banco, com a cabeça no meu ombro, ensanguentada, com a perna fraturada, gemia lamentosamente sob a pressão daquele duplo choque. Assim chegamos ao hospital. Transportados para o leito, [foram] solicitados, chamados espontaneamente por Pedro Ernesto e Haroldo Leitão da Cunha. Depois da notícia divulgada, a impressão causada, a avalanche das visitas, as confortantes demonstrações de carinho etc., os curativos, os cuidados médicos. Eu, com três fraturas sem gravidade, fui estucado em aparelhos de gesso, imobilizado no leito, aguardando a consolidação-obra do tempo. Minha mulher, pobre sofredora, com uma fratura exposta, já com os vibrões de decomposição apurados em exame, ameaçada de gangrena, atravessa o período álgido da observação clínica. Encerro esta página. Só Deus sabe o que o futuro reserva! (VARGAS, 1995, v. 1, p. 206-207).

No dia seguinte, a imprensa noticiou o ocorrido. Celso Pestana estava morto, Getúlio ferido, mas com grande probabilidade de recuperação, e Darcy gravemente ferida. Por conta desse acidente, uma junta médica do Instituto Maguinhos foi convocada para atender a primeira-dama, pois havia uma ameaça de gangrena e de uma possível amputação que a atormentavam. Foram meses de recuperação, até Darcy conseguir voltar a sua vida normal. Vale ressaltar que após diversas cirurgias, Darcy saiu ilesa, mas com alguns centímetros a menos na perna infectada.

Uma junta médica se debruçou sobre a paciente do quarto 9, Darcy Vargas. Pedro Ernesto, interventor do Rio de Janeiro e Clínico de profissão, revezou-se com os colegas Haroldo Leitão da Cunha, Castro de Araújo e Florêncio de Abreu nos cuidados com a primeira-dama. Foram necessárias duas intervenções cirúrgicas para limpar a ferida das células necrosadas e controlar a infecção diagnosticada pelos exames do material remetido ao Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro. A amputação chegou a ser cogitada, mas foi descartada uma semana depois, diante da descontinuidade da febre e do recuo do quadro infeccioso, sinais de que as cirurgias conduzidas por Pedro Ernesto haviam sido cercadas de êxito. (LIRA NETO, 2013, p.135-136).

O acidente e o período de cuidados de Darcy são eventos bastante evidenciados, tanto na imprensa, quanto nos escritos de Getúlio, em seu diário, e de Alzira, em seu livro de memória, para a qual a preocupação com a mãe foi uma constante, como ela mesma relata.

Transformaram seu quarto em sala cirúrgica, chamaram o anestesista e fizeram a redução, violentamente, de uma só vez. Já era um pouco tarde,

porém. Ficou com um encurtamento de 2 centímetros na perna fraturada. Estava fora de perigo, quase sem dores, devidamente engessada, mas seus nervos tinham chegado ao fim. (PEIXOTO, 1960, p. 119).

Em razão do ocorrido, o Lar da Criança, instituição a qual Darcy tinha apreço, organizou uma prece em nome da primeira-dama, orando pelo reestabelecimento de sua saúde. O ato foi seguido por diversas outras instituições e noticiado pelo Jornal do Brasil, no dia 18 de maio de 1933, quase um mês após o acidente. “Hoje pela manhã, todas as crianças do estabelecimento farão uma oração coletiva pelo reestabelecimento da Sra. Darci Vargas, esposa do chefe da nação”<sup>50</sup>

Passado o susto de 1933, após alguns meses de descanso em Poços de Caldas, refúgio preferido de Darcy, a primeira-dama retoma sua atuação no cenário público. A partir de 1934, Darcy Vargas se aproxima de obras assistenciais lideradas por Levi Miranda. Essas obras constituiriam o Abrigo Cristo Redentor, fundado em 1936, desenvolvendo trabalhos de apoio à população de mendigos e menores abandonados. Vale destacar que a instituição não era apenas uma unidade, mas um complexo assistencial. O que se convencionou chamar de “Abrigo do Cristo Redentor” era composto pelo Abrigo em si, pelo Instituto Profissional Getúlio Vargas, Aprendizado Agrícola de Sacra Família, pela Escola de Pesca Darcy Vargas, Escola Agropecuária Presidente Vargas e pelo Instituto Natalina Janot. Cada uma dessas sub-instituições era destinado a um público alvo, e tinha o objetivo final de atender a população desvalida e necessitada. Distribuídos por todo Rio de Janeiro, essas sub-instituições foram instaladas em Bonsucesso, Vassouras, Santa Cruz, Ilha de Marambaia, São Gonçalo e Jacarezinho (CAMINHA, 2012).

---

<sup>50</sup> Jornal do Brasil (RJ), 18 de maio de 1933. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 30 de ago. 2018..

### Imagem 11 – Darcy e Levi Miranda na inauguração do Abrigo Cristo Redentor em São Gonçalo em 1941



Fonte: CPDOC/FGV

No dia 24 de dezembro de 1936, o Jornal do Brasil (RJ) anunciava a inauguração do Abrigo Cristo Redentor, que aconteceria no dia seguinte. A cerimônia de inauguração, precedida por uma missa, foi realizada às 10 horas da manhã, contando com a participação de altas autoridades da república, como do presidente Getúlio Vargas e sua esposa.

### Imagem 12 - Matéria do Jornal do Brasil sobre o Cristo Redentor



Fonte: Jornal do Brasil (RJ), 24 de dezembro de 1936<sup>51</sup>

<sup>51</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 30 de ago. 2018

Seu idealizador, Levi Miranda, foi um dos grandes impulsionadores de obras assistencialistas no Brasil, durante a primeira metade do século XX. Funcionário do Banco do Brasil, Levi mantinha uma boa relação com Getúlio Vargas e Darcy, grande admiradora de seu trabalho filantrópico. Em 1935, Darcy havia sido nomeada membro do Conselho Consultivo do Abrigo, ainda em fase de organização<sup>52</sup>. Em seu diário, Getúlio relata algumas visitas realizadas, sempre em companhia de Darcy, às obras em que Levi Miranda esteve à frente e, em 14 de outubro de 1939, o presidente relata: “Fui visitar o abrigo [do Cristo] Redentor, obra de Assistência Social de inestimável valor. Acompanhou-me a Darcy. Muita concorrência, discursos, inauguração da Escola Osvaldo Cruz e almoço servido pelos menores do Instituto profissional [Getúlio Vargas]” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 262). No ano seguinte, em 28 de setembro de 1940, escreveu o presidente: “Fui depois com a Darcy ao lançamento do barco de pesca *Almirante Guilherm*, construído nuns estaleiros particulares da praia do Caju, por encomenda da fundação Cristo Redentor (abrigo do Cristo Redentor), organizada pelo Levi Miranda” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 341).

### Imagem 13 – Prédio do Abrigo Cristo Redentor



Fonte: Jornal Correio da Manhã<sup>53</sup>

<sup>52</sup> Jornal do Brasil (RJ), 19 de junho de 1935. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 30 de ago. 2018.

<sup>53</sup> PH/FOT/26(2), AN, 15 dez. 1936.

#### **Imagem 14 - Presença de Darcy, Alzira e Amaral Peixoto do Abrigo Cristo Redentor**



**Fonte:** [abrigocristoredentor.com](http://abrigocristoredentor.com)<sup>54</sup>

Guedes e Melo destacam o patrocínio da primeira-dama no ano de 1934, para a realização do 3º Congresso Feminino do Brasil. O evento contou com grandes nomes da política nacional, bem como de forças atuantes em prol dos direitos femininos, a exemplo de Bertha Lutz, Maria Luiz Bittencourt e a deputada Carlota Pereira de Queiroz. “As congressistas foram recebidas pelo presidente do Catete, no primeiro dia, e um almoço em sua honra e de Darcy, no Jockey Club, marcou o encerramento do encontro” (CALADO, 2011, p. 88). O patrocínio de Darcy Vargas é ressaltado, como também sua postura silenciosa, optando por não ocupar o lugar de discurso, fato que se repetirá em diversas situações. “Darcy não gostava de falar em público. Deu poucas entrevistas ao longo da vida. Dizia não ter apreço pela política, mas sabia que suas ações assistencialistas ajudavam na imagem do marido e de seu governo” (GUEDES; MELO, 2019, p. 107).

A realização do Natal das Crianças, também conhecido como Natal do Pobres, é mais uma marca característica da atuação de Darcy Vargas. “Em setembro de 31, já começa a organizar seu primeiro Natal dos Pobres do Palácio Guanabara, modificando assim a tradição das mulheres de presidentes [...]. A festa de Natal, com centenas de crianças e mães carentes nos Jardins do Guanabara, é um sucesso” (CALLADO, 2011, p. 81). A festividade foi noticiada pelo Jornal Correio da Manhã, o qual destacou o espírito caritativo da primeira-dama e o apoio recebido da Associação Brasileira de Imprensa

---

<sup>54</sup> Disponível em: <http://www.abrigocristoredentor.com/?id=historia>. Acesso em 13 de set. 2018.

(ABI)<sup>55</sup>. Passaram-se os anos e Darcy continuou a realizar a referida festividade. O Natal de 1933 recebeu grande destaque, pois, aparentemente, contou com uma maior quantidade de pessoas que nos dois anteriores, nele o apoio da Associação Brasileira de Imprensa foi pontuado pelo Jornal Correio da Manhã. A partir de 1942, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), representado na figura do general Almicar Dutra de Meneses, também era um dos colaboradores de Darcy Vargas na realização de seus “eventos”. Os dois jornais citados, neste estudo, noticiaram trocas de correspondências e agradecimentos entre a primeira-dama, Darcy Vargas, e a Associação Brasileira de Imprensa, bem como a troca de correspondência com o DIP, no decorrer dos anos em que o evento foi realizado.

O natal do ano de 1935 também é noticiado pelo mesmo jornal, que aponta como a primeira-dama da nação foi reverenciada por mais de 10 mil crianças. Para a distribuição dos presentes, Darcy teria contado com o apoio de um grupo de pessoas, entre eles seu irmão Valder Sarmanho.

#### **Imagem 15 – Natal de 1935**



**Fonte:** Jornal do Brasil, 24 de dezembro de 1935<sup>56</sup>

A festividade se repetiu em 1936, quando novamente foi noticiada pelo Jornal do Brasil. Dessa vez, antecedendo a distribuição dos donativos, a matéria foi publicada no dia 20 de dezembro do referido ano. Getúlio também registrou em seu diário os preparativos para o acontecimento, escrevendo no dia 21 de dezembro de 1936: “Antes de retirar-me do Catete, fui à antiga sala de despachos, no andar térreo, onde a Darcy, com

<sup>55</sup> Jornal Correio da Manhã, 23 de dezembro de 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 31 de ago. 2018.

<sup>56</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 30 de ago. 2018.

várias amigas preparava os presentes de natal às crianças pobres (VARGAS, 1995, v. 1, p. 571).

Nos anos seguintes, a festividade continuou sendo realizada. “No dia 22 [23] de dezembro de 1937, como todos os anos, ela fez o seu natal dos pobres, com distribuição de brinquedos, roupas e alimentos para as crianças nos jardins do Palácio do Catete (CALLADO, 2011, p. 62). Getúlio registra a passagem da festividade no decorrer dos anos: 24 de dezembro de 1938 – “Véspera de Natal. A Darci e as demais pessoas que moram comigo foram para o catete fazer a distribuição de brinquedos. Fiquei só, e sai também a dar um passeio para espairer” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 184); 11 de dezembro de 1939 – “Muitas pessoas trabalharam até meia-noite com a Darci, no jardim de inverno, preparando roupas para o Natal e aguardando a passagem do aniversário dela, para cumprimentá-la” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 77); 23 de dezembro de 1940 – “Despachos com a justiça e educação, audiências. Procurei despachar-me cedo, por que houve distribuição de presentes de Natal, no Catete, feita pela Darci (VARGAS, 1995, v. 2, p. 361); 23 de dezembro de 1941 – “Distribuição de presentes do Natal aos pobres, feita pela Darci no Catete (VARGAS, 1995, v. 2, 444).

Na medida em que o evento foi alcançando maiores públicos, setores da sociedade eram convocados a participar e trabalhar junto à festividade natalina destinada às crianças pobres da capital da república.

#### **Imagem 16 - Natal de 1940**



**Fonte:** Jornal do Brasil, 24 de dezembro de 1940<sup>57</sup>

<sup>57</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 26 de set. 2018.



De acordo com o noticiário da imprensa local, durante a realização do natal de 1941, mais de 20 mil cartões de doação foram distribuídos<sup>58</sup>. A partir de 1942, ano de sua fundação, a Legião Brasileira de Assistência, por meio de suas voluntárias, passou a integrar o corpo de ação do Natal das Crianças.

Em virtude da Ampliação de seu natal dos pobres daquele ano (1943), Darcy fez, por intermédio da imprensa, um apelo no sentido de que as repartições públicas e os estabelecimentos comerciais dispensassem, no dia, o serviço de suas funcionárias que fossem componentes da corporação de voluntários da LBA ou que fizessem parte da Federação das Bandeirantes do Brasil. A quantidade de pessoas envolvidas obrigou também Darcy a solicitar um esquema especial de policiamento no Jardins do Catete e nos 20 postos da LBA. Os escoteiros auxiliaram no policiamento. (CALLADO, 2011, p. 205).

Crescendo a cada ano que era realizado, o Natal das Crianças de 1944 contou com a participação de 25 mil menores beneficiados. Em uma das edições, o Natal das Crianças foi realizado no Estádio do Maracanã. No que diz respeito ao Natal de 1951, Ana Arruda Callado (2011) relata:

Mais de 110 mil famílias, em grande parte crianças, cruzaram as roletas do Maracanã para festa. A entrega dos pacotes de presentes, roupas, brinquedos e alimentos - foi seguida de leite gelado e refrigerantes e em seguida houve um show com a banda Fuzileiros Navais, artista de rádio e circo. Darci permaneceu no estádio das 11 horas da manhã até às 20 horas, participando ativamente da entrega de presentes. O presidente Getúlio Vargas compareceu, acompanhada do General Caiado de Castro, chefe do gabinete militar, sendo recebido na Tribuna de honra pelo prefeito do Distrito Federal Coronel Dulcídio do Espírito Santo Cardoso. (CALLADO, 2011, p. 253- 254).

Em um processo de contínua participação e atuação junto a órgãos e instituições sociais/filantrópicos/assistenciais no início da década de 1930, ainda podemos destacar a presença de Darcy Vargas enquanto presidente da Associação Lar Operário; presidente de honra da Semana da Criança em 1937 e 1938; presidente da campanha financeira das Três Cruzes; presidente de honra da Casa Santa Inês e Casa da Criança; presidente de honra da Vila SOS; presidente de honra da Sociedade Brasileira de Assistência aos Cancerosos; incentivadora da Casa da Empregada, obra cujo objetivo era a arregimentação das empregadas do serviço doméstico, a fim de lhes dar consciência profissional; associada ao Conselho de Assistência e Proteção aos menores; apoiadora do Instituto Monocorvo Filho; apoiadora da Casa da Infância; apoiadora da Cruzada

---

<sup>58</sup> Os cartões eram bilhetes entregues para o recebimento dos donativos.

Nacional de Educação; apoiadora na criação da Associação Brasileira de Assistência Social em 21 de maio de 1936<sup>59</sup>.

Os estabelecimentos de caridade e filantropia tem na Exma Sra. Darci Vargas uma admirável benfeitora. A primeira-dama do país não nega nunca o seu ilustre nome para prestigiar festas em benefício de instituições de caridade, e com a delicadeza que tanto a distingue, S. Exma nunca deixa de comparecer a cada festa para agradecer amavelmente a presença dos que ali foram a seu convite. (Jornal do Brasil (RJ), 13 de dezembro de 1935)<sup>60</sup>.

Somado a essas intensas atividades, a primeira-dama se tornou uma exímia anfitriã, organizadora de festas, chás, bailes à fantasia, recitais e recepções no palácio. Em seu diário, Getúlio também faz vultuosas menções sobre as recepções oferecidas pela esposa:

02 de dezembro de 1932 – “À noite, houve uma festa no Guanabara, promovida por minha mulher, para festejar a conclusão do curso ginásial da Alzira e do Manuel Antônio. Deitei-me quase às 3 horas da madrugada” (VARGAS, 1995, v. 1, p. 159).

11 de agosto de 1934 - “Sábado, a Darci deu no Guanabara uma recepção muitíssimo concorrida. Não compareci, como de costume. Quando regresssei, encontrei-a aborrecida por dois incidentes: um servente do palácio que se embriagara e agredira o mordomo, ferindo-o, e o nosso filho, Lutero, que também se havia excedido na bebida e praticara tolices”. (VARGAS, 1995, v. 1, p. 314).

14 de setembro de 1935 - Passei à tarde e, à noite, compareci à recepção oferecida pela Darci, no Guanabara, aos delegados da Cruz Vermelha (VARGAS, 1995, v. 1, p. 423).

18 de novembro de 1938 – “Na Quinta da Boa Vista, realiza-se a grande festa em benefício da casa do jornalista. Todos se preparam e seguem para lá. Eu fico só” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 174).

---

<sup>59</sup> Jornal do Brasil (RJ), 21 de maio de 1936; Jornal do Brasil, 12 de outubro de 1937; Jornal do Brasil, 08 de junho de 1938; Jornal do Brasil, 28 de junho de 1939; Jornal Correio da Manhã, 23 de junho de 1935; Jornal Correio da Manhã, 12 de dezembro de 1935; Jornal Correio da Manhã, 03 de maio de 1936.

<sup>60</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 30 de ago. 2018.

### Imagem 17 – Darcy e outras senhoras durante evento em 1938



Fonte: CPDOC - FVG<sup>61</sup>

Ao contrário de Darcy, que se fazia presente em praticamente todas as ocasiões oficiais do governo, Getúlio não aparentava gostar de participar das festividades oferecidas por sua esposa, mesmo que se tratasse, muitas vezes, de eventos organizados com fins políticos.

As recepções organizadas pela primeira-dama na residência oficial era o motivo de constantes aborrecimentos para o marido. Quando o isso ocorria, ele costumava se isolar em alguma parte do prédio, mantendo conveniente distância dos salões de festa. Dificilmente aparecia para conversar com os convidados ou, no máximo, exercia a obrigação protocolar de cumprimentá-los de forma polida, para depois se enfiar no quarto ou no gabinete de trabalho. (LIRA NETO, 2013, p.367).

Em entrevista à revista *Manchete*, no ano de 1960, Darcy relata seu espírito voltado para a vontade de ajudar os necessitados, bem como salienta que sempre agiu buscando não “preocupar seu esposo”. Por conseguinte, pode-se evidenciar certa autonomia em suas ações e, ao mesmo tempo, um contexto de subordinação da figura feminina, sempre empenhada em poupar a figura masculina.

Getúlio nem sabia o que eu fazia. O meu maior empenho era o de não o preocupar. Mas, desde menina, eu fui assim. Sempre cismei em fazer alguma coisa em favor dos necessitados, em me tornar útil aos outros. Por isso, quando necessário, ele me entregou o primeiro tijolo para a construção da Casa do Pequeno Jornaleiro... E nunca deixou de aprovar tacitamente as coisas que eu fazia. (MANCHETE, 1960).

<sup>61</sup> Classificação: EAP foto 347. Arquivo Ernâni do Amaral Peixoto (EAP). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/EAP/audiovisual/alzira-e-sua-mae-darcy-vargas-entre-outros-durante-evento>. Acesso em 04 de set. 2018.

Darcy era a personagem feminina que passava a figurar no cenário público e político brasileiro. Como tal, observou-se toda uma tonalidade de apelo a essa figura feminina em algumas ocasiões, a exemplo da notícia apresentada à frente: “Exma Sr. Darcy Vargas – confiados sentimentos maternos, que caracterizam nosso coração, mães, alunos excluídos da matrícula da Escola Militar, pedem vossa intervenção a favor de seus filhos. Escreveram algumas mães de Porto Alegre”<sup>62</sup>. O trecho evidencia como a maternidade era uma característica constituidora de legitimidade e legitimação dos micropoderes executados por Darcy.

Observa-se que as marcas das relações de gênero ficam explícitas nas posições ocupadas por Darcy e Getúlio, assim como o conjunto de obrigações diárias desenvolvidas por ambos. Mesmo Darcy passando a se fazer presente na esfera pública, demonstrando certa fluidez das barreiras que separavam as duas esferas, tem sua atuação inicial restrita na privada. No entanto, como salienta Chartier (1995), essa restrição não implica unicamente em subordinação.

A organização de reuniões, chás e festas com fins beneficentes é traço marcante nas práticas filantrópicas desenvolvidas pelas mulheres. Historicamente, as relações sociais de gênero sempre tiveram a participação feminina nos malandros caritativos e filantrópicos, por causa das características tidas como “naturais” pelos homens nas mulheres, a propensão para a caridade, a bondade e o amor ao próximo, inerentes ao sexo feminino. Uma das razões para o incentivo masculino era o de que o envolvimento da mulher com a filantropia não significava o abandono da família, dos filhos, pois doavam o que tinha para dar, “tempo livre” e “amor aos desamparados”. Para os homens, ao praticarem a caridade, as mulheres exercitavam a capacidade de amar e de cuidar. (SIMILI, 2008, p. 121).

Como Simili aponta, um dos motivos que impulsionava certo incentivo masculino à presença feminina no meio assistencial/caritativo era o não abandono dos afazeres privados, domésticos. À primeira vista, essa atuação feminina, no campo público, pode ser vista apenas como ação permissível, mas restrita, característica de um contexto patriarcal de dominação masculina. No entanto, partindo da mesma lógica de dominação, Chartier (1995) destaca a possibilidade de apropriação e *táticas* desviantes por parte dos dominados, possibilitando a vivência de experiências singulares e destoantes dessa lógica de dominação.

Assim pode ser vista a experiência vivenciada por algumas primeiras-damas, a exemplo de Darcy Vargas, que, sem abandonar suas responsabilidades de mãe e esposa,

---

<sup>62</sup> Jornal Correio da Manhã, 14 de fevereiro de 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 31 de ago. 2018.

desenvolveu, na esfera pública, um conjunto de ações que lhes possibilitou a constituição de uma notoriedade particular, fazendo com que sua trajetória estivesse imbricada nas nuances da dominação masculina, mas pautada em apropriações e *táticas* desviantes em relação a esta.

Como visto, o trabalho e a atuação pública da primeira-dama foi se tornando cada vez mais intensa. Os filhos foram crescendo, e Darcy foi assumindo outras atribuições, voltadas, cada vez mais, para a esfera pública. Sua figura era cultuada pelos setores de assistência aos desvalidos e desamparados. Em 1938, Darcy dá início a um grande projeto benevolente em prol dos menores jornalheiros. A Casa do Pequeno Jornaleiro passou a ser planejada, tornando-se uma realidade no ano de 1940. “A Sra. Darcy Vargas, que já se vem dedicando a obras de assistência social de tão elevado alcance, cuida agora de organizar uma outra de não menos benemerência. Trata-se da Casa do Pequeno Jornaleiro (Jornal do Brasil (RJ), 15 de novembro de 1938, p. 07)<sup>63</sup>.

De acordo com o Manual da Casa do Pequeno Jornaleiro, a instituição seria resultado de um esforço liderado pela primeira-dama Darcy Vargas, em conjunto com representantes da imprensa, do sindicato dos jornalheiros, do setor empresarial, do povo e do governo. De caráter filantrópico, sua sustentação contaria como o apoio da sociedade civil e dos setores acima citados. O documento aponta a “bravura” de Darcy como grande responsável pela concretização de tal obra assistencial na cidade do Rio de Janeiro<sup>64</sup>.

Desde o início do planejamento até à instalação da Casa do Pequeno Jornaleiro, passou-se mais de um ano de intenso trabalho, marcado, muitas vezes, por interrupções devido à falta de financiamento para dar continuidade.

A instalação da casa do pequeno jornaleiro foi um trabalho intenso, permeado sempre pela falta de recursos para continuar as obras. Mas Dona Darcy batia em todas as portas, levando seus esboços e detalhes do projeto. A Pedro Brandão foi pedir - e obteve - as mesas do refeitório, especificando que seria tudo “muito simples, funcional: uma armação de ferro com tampa de mármore”. Pedro Brandão era o diretor da companhia Nacional de navegação Costeira, de Henrique Lage, conservas estaleiros e mármore em jazidas de Santa Catarina. O Conde Pereira Carneiro, dono do Jornal do Brasil, forneceu as louças. E assim ela pode inaugurar a casa em setembro de 1940. (CALLADO, 2011, p. 47).

---

<sup>63</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 de ago. 2018.

<sup>64</sup> O Manual da Casa do Pequeno Jornaleiro encontra-se no Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Classificação: AVAP vpu fdv 1954.05.19. Data: 19/05/1954 até 00/09/1991 Qtd.de documentos: 11 (43 fl). Documentos administrativos sobre a Casa do Pequeno Jornaleiro e a Fundação Darcy Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/textual/documentos-administrativos-sobre-a-casa-do-pequeno-jornaleiro-e-a-fundacao-darcy-vargas>. Acesso em 13 de ago. 2018.

Ainda no processo de organização da Casa do Pequeno Jornaleiro, no ano de 1938, foi criada a Fundação Darcy Vargas. “Essa iniciativa filantrópica, sob os auspícios da Sra. Darcy Vargas, esposa do senhor presidente da república, representa uma obra de grande benemerência. E, por assim ser, criou-se ontem, a “Fundação Darcy Vargas”, o que constou de documento público firmado no Palácio Guanabara” (Jornal do Brasil, 26 de novembro de 1938, p. 10).

O projeto de criação da instituição para os jornaleiros foi o primeiro trabalho assistencial da Fundação Darcy Vargas, também considerado um importante componente de visibilidade às realizações da primeira-dama e, conseqüentemente, à política assistencial promovida pelo governo de Getúlio Vargas. A Fundação se caracterizou como uma entidade filantrópica com a finalidade de “curar, amparar e educar a infância desvalida da cidade do Rio de Janeiro, como também promover a difusão do ensino profissionalizante de menores de ambos os sexos, com o propósito de prepará-los moral e fisicamente para uma vida útil, modesta e feliz” (Ata da reunião da Fundação Darcy Vargas, de 12 dezembro de 1939).

Darcy presidiu a Fundação desde sua criação, em 1938, até sua morte, em 1968. Personalidades importantes de setores como a imprensa, a política e o grande empresariado fizeram parte do corpo da instituição e da Casa do Pequeno Jornaleiro<sup>65</sup>. Vale destacar que um dos grandes objetivos almejados por entidades benevolentes e com práticas filantrópicas, como a presidida por Darcy Vargas, era transformar os jovens em futuros trabalhadores a serviço da nação. No pano de fundo, havia, nesse objetivo, mais um sentido político e ideológico do que a preocupação efetiva com a qualificação para o trabalho, pois o mercado, na conjuntura vivenciada, tanto no setor agrícola, quanto industrial, pedia grandes contingentes de trabalhadores baratos e não qualificados, porém dóceis e controláveis (RIZZINI, 2000)<sup>66</sup>. O propósito caminhava em consonância com um dos objetivos do governo Vargas, que era “banir” a marginalidade. Diante do contexto vivenciado, a “clientela”, que seria atendida pela Casa do Pequeno Jornaleiro, ou seja, os menores que trabalhavam vendendo jornais pelas ruas na capital federal, eram

---

<sup>65</sup> Além de Romero Estellita e Levy Miranda, que eram secretários, o Conselho Administrativo era composto por Herbert Moses, Conde Pereira Carneiro, Elmano Cardim, Raul Borja Reis, Carlos Duprat, Álvaro Borghetti Teixeira, Rubens Campos Porto, Hildebrando de Góis, Álvaro Sodré, Haroldo Graça Couto, Rodolfo Fuchs, Átila Machado Soares, João Chrisostomo, Jair Negrão de Lima, Rodrigo Octávio Filho, Júlio Cappna, Ângelo Murgel, Eduardo V. Pederneiras, Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca, Abel Ribeiro Filho e Joaquim Leandro da Motta (SIMILI, 2008, p. 100).

<sup>66</sup> RIZZINI, Irene. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

diretamente relacionados aos problemas da delinquência que assolavam a cidade. Dessa forma, atendê-los, a fim de torná-los cidadãos trabalhadores, era o objetivo maior da instituição. A esse respeito, Capelato ressalta:

A formação do cidadão/trabalhador implicava a disciplinarização do trabalho. A organização racional do trabalho, questão de grande relevância no período, era representada na propaganda política pelo conjunto “trabalhador/máquina”. Nessa imagem, a figura do trabalhador / operário, ofuscada pela máquina, permite supor que a tecnologia era privilegiada em detrimento do homem/operário. (CAPELATO, 1998, p. 196).

O *Jornal do Brasil* noticia o que denomina de “primeiros resultados” da Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro. A notícia faz referência à conquista do diploma de Rádio-técnico, por parte de um pequeno vendedor de jornais, atendido pela instituição. Em meio a uma turma de 60 alunos, o jornaleiro ganhou destaque por seu desempenho pessoal e pelo trabalho social conduzido pela primeira-dama. Segue um trecho da notícia:

Guilherme, durante o curso, deu provas de grande aplicação e, nos exames, provocou a admiração da banca examinadora e dos assistentes. Há cerca de um ano, Guilherme, que consta 17 anos e é órfão de pai e mãe, matriculou-se naquela escola. Estava, então, em péssimas condições físicas, mas em curto espaço de tempo se refez inteiramente. Obedecendo à regra da Casa, não desperdiçava o dinheiro das suas férias e, hoje, possui na Caixa Econômica mais de mil cruzeiros. Atualmente, o menor jornaleiro estuda, com muito proveito, plano e faz curso de datilografia. É, pois, um rapaz que pode servir de modelo não apenas aos demais jornaleiros, como a qualquer menino da sua idade. (*Jornal do Brasil*, 24 de outubro de 1943)<sup>67</sup>.

Diante disso, pode-se constatar que, no decorrer da década de 1930, o governo Vargas adotou várias medidas legislativas e constitucionais objetivando o enfrentamento das questões relacionadas à infância e à delinquência<sup>68</sup>. As diretrizes governamentais para combater a delinquência visavam fomentar a rede filantrópica, via subsídios para a criação de entidades que se propusessem a educar e regenerar o menor proletário (SIMILI, 2008, p. 97). Nesse contexto, a atuação de Darcy Vargas ganha espaço e notoriedade, pois ela representaria “a mão do Estado”, sem ser diretamente ele.

Na época, a expressão “cortar o mal pela raiz” era utilizada para fazer menção à necessidade em criar o trabalhador cidadão, e o conceito de cidadania encontrava-se atrelado ao trabalho. Dessa forma, apenas uma pequena parcela da população se encaixava nela. O conceito de “cidadania regulada”, desenvolvido pelo cientista político

---

<sup>67</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 25 de set. 2018.

Wanderley Guilherme dos Santos (1979), define essa forte característica e concepção da política social do governo Vargas. “Cidadania regulada” seria “o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional” (SANTOS, 1979, p.75). Portanto, a cidadania estava embutida na profissão exercida pelos indivíduos.

A Casa do Pequeno Jornaleiro foi construída em um terreno cedido pelo Governo Federal e se manteve por meio de doações, trabalhos voluntários e financiamento arrecadado pelos diversos eventos promovidos por Darcy Vargas. A casa foi construída com um restaurante para uso exclusivo de seus beneficiários e, além desse serviço alimentício, fornecia peças de vestuário, calçado, roupa lavada e outras utilidades. Aos menores jornaleiros, eram incumbidos hábitos de poupança e de economia, como de amor ao trabalho (Artigo 5º do Estatuto da Fundação Darcy Vargas).

O presidente da República assinou decreto-lei dispondo sobre a cessão a título gratuito e perpétuo à Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro, dos terrenos de lotes dos ns 145 e 155, da quadra 15 da zona portuária, situados à rua do Livramento, nesta capital, nos quais se construirão a sua sede e ambulatórios, tudo isento de qualquer imposto ou taxa quer federal, quer municipal. (Jornal do Brasil, 02 de dezembro de 1938, p. 12)<sup>69</sup>.

### **Imagem 18 – Inauguração da Fundação Darcy Vargas e da Casa do Pequeno Jornaleiro**



**Fonte:** Revista Nação Brasileira, 1940

Quando observada a imagem da inauguração da Casa do Pequeno Jornaleiro, a figura que mais se sobressai é a cruz, símbolo religioso indicativo do recebimento da bênção divina pelo trabalho que se iniciava. O nome da primeira-dama Darcy Vargas não aparece na legenda da foto retratada pela Revista *Nação Brasileira*, mas a matéria que

<sup>69</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 31 de ago. 2018.



segue à imagem enfatiza a perseverança da personalidade em conseguir donativos para concretizar o projeto. Naquele contexto, a primeira-dama era uma personalidade feminina que passava a figurar em meio a uma realidade majoritariamente masculina. Nesse cenário, ela buscou aliar-se a pessoas de renome a fim de arrecadar fundos para a instituição. Tal prática pode ser vista enquanto *tática* de atuação, a medida em que, mesmo imersa em uma realidade de atuação pública restrita, a primeira-dama buscava encontrar meios para concretizar seus projetos.

Nesse ponto, o “aliar-se a figuras masculinas” não significava um ato de submissão, mas uma *tática* de constituição de redes de socialização. Assim, ao fazer uso do espaço ocupado e dos micropoderes que lhes eram atribuídos, Darcy Vargas buscava auxílio financeiro junto a personalidades masculinas influentes no meio político. Inserida num contexto de dominação masculina, Darcy fez uso de seus próprios atores e suas ferramentas para burlar e inverter a ordem de dominação.

Para criar a Fundação, Darcy Vargas buscou apoio e associou-se aos homens. Inicialmente, em 1939, Darcy Vargas se associou a nomes expressivos da Assistência Social (Raphael Levy Miranda) e da política (Romeiro Estelita), que, em 1939, era Ministro interino da Fazenda). Posteriormente, Elmano Cardim, do Jornal do Comércio, Conde Pereira Carneiro e Ernesto Pereira Carneiro, proprietário do Jornal do Brasil, e Herbert Moses, jornalista e Presidente da Associação Brasileira de imprensa, foram alguns dos nomes que compuseram o hall de conselheiros da Fundação. (SIMILI, 2008, p. 100).

A Fundação Darcy Vargas ainda foi responsável pela expansão do atendimento à infância, colocado, em prática, por meio da criação da Casa do Pequeno Lavrador, a colônia de férias da Casa do Pequeno Jornaleiro, o restaurante da Casa do Pequeno Trabalhador e a Casa do Pequeno Agricultor. Todos esses projetos foram desenvolvidos sob a presidência da primeira-dama do país: Darcy Vargas.

Darcy organizou diversos eventos em prol da Casa do Pequeno Jornaleiro, entre eles, a *Noite do Jouvoux e Balangandans*, realizada no Teatro Municipal, no Rio de Janeiro, o qual contou com a presença de alguns ministros, do corpo diplomático e das altas autoridades civis e militares. O evento é apontado pela imprensa como um grande acontecimento artístico e social. Em sua primeira exibição, o teatro ficou completamente ocupado, tendo sido colocadas 50 poltronas a mais no recinto. O espetáculo foi apresentado em sua primeira edição, em 28 de julho de 1939, seguido de mais quatro apresentações e da exibição do espetáculo nos cinemas. A primeira reprise ocorreu no dia 30 de julho de

1939, com caráter popular e preços mais acessíveis. “No final do primeiro ato, todos os artistas se reuniram em cena e prestaram uma homenagem a Sra. Darcy Vargas<sup>70</sup>.

A terceira edição aconteceu em 04 de agosto do mesmo ano, e Darcy, na ocasião, também foi homenageada. Em 11 de agosto de 1939, realizou-se a quarta exibição. Por fim, no dia 16 de outubro de 1939 houve a quinta exibição, organizada, dessa vez, pela imprensa em homenagem a Darcy Vargas. Em outubro de 1939, o *Joujoux de Balangandans* chegou ao cinema, também em caráter benevolente. A exibição ocorreu em São Paulo e no Rio de Janeiro. No ano de 1941, uma nova edição do espetáculo ganhou espaço no cenário carioca, sendo, mais uma vez, considerada um sucesso de bilheteria.

Quanto à organização dos eventos, Lira Neto destaca a participação de Darcy como uma forma de escapar das tristezas cotidianas que a tomavam. O casamento com o presidente Getúlio Vargas encontrava-se estremeado desde o final de 1937, momento em que Getúlio engata um romance com Aimée Simões Lopes, a “bem-amada” descrita em suas anotações. Vargas, que nunca fora um esposo presente na vida cotidiana da mulher e dos filhos, afasta-se de sua esposa nos anos que seguem a 1937. Esse afastamento é sentindo em suas anotações, nos diários, pois as citações referentes a Darcy foram ficando cada vez mais dispersas, somadas a diversas queixas de “crises domésticas” e “aborrecimentos cotidianos”, ao passo que as alusões aos encontros amorosos com a “bem-amada” ficavam mais visíveis.

Getúlio e Darcy viviam sob o mesmo teto, mas estavam cada vez mais distantes. Após o retorno da primeira-dama (ida ao Canadá após acidente de Alzira), não demoraria muito, e os dois passariam a utilizar quartos separados. Uma gripe do Presidente da República serviu de pretexto para adoção de camas diferentes - as tosses os espirros não incomodariam a esposa, insinuou Getúlio. Entretanto, mesmo depois de restabelecido, ele preferiu continuar usando o outro dormitório. Nunca mais dormiriam juntos. (LIRA NETO, 2013, p.366).

Ao falar dessa passagem em seu diário, Getúlio aponta Darcy como a responsável pela decisão de passarem a dormir em quartos separados e, mais uma vez, percebe-se que as responsabilidades pelas decisões no âmbito privado são direcionadas às mulheres, sem considerar as influências que as demandas dessa esfera têm sobre a pública. Os dois viveram o resto de seus dias como muitos casais de sua época, separados, mas casados, reforçando os papéis de gênero que cada um tinha na sociedade.

---

<sup>70</sup> Jornal do Brasil, 01 de agosto de 1939. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 04 de set. 2018.

As traições sempre foram uma constante no matrimônio da família Vargas, no entanto, o caso mais conhecido foi com Aimée de Souto Sá, “a morena, alta, olhos verdes e modos refinados, e uma beleza estonteante que lembrava a da atriz italiana Sophia Loren. A comprometida Aimée tinha 27 anos. Getúlio beirava 50” (GUEDES; MELO, 2019, p. 115). O romance durou até a mudança da jovem para a Europa.

Outro fator de desgaste emocional sentido pela primeira-dama foi a ausência dos filhos no auge da situação, já adultos e alguns casados.

A ausência da filha, após a partida para viagem de núpcias, provocou forte depressão em Darcy. Segundo conta a tradição familiar, ela teria se trancado no quarto e chorado uma semana inteira. O único apelo capaz de tirá-la do estado de torpor foi o anúncio de estreia do espetáculo de revista *joujoux e balangandãs*, no teatro municipal, com bilheteria revertida em favor de duas obras assistenciais da primeira-dama, a cidade das meninas e a casa do pequeno jornalista - instituições destinadas à formação escolar e profissional de crianças órfãs, pobres e abandonadas. (LIRA NETO, 2013, p.266).

Apesar da conjuntura de tristeza que marcava a vida pessoal de Darcy Vargas, sua atuação pública não foi modificada. Ao contrário, como salienta Lira Neto, a primeira-dama passa a se dedicar mais ao seu trabalho social, como forma, inclusive, de não se deixar abater pelo desgaste vivenciado no casamento e pela ausência dos filhos. Tal fato pode ser observado em 1945, quando Getúlio é afastado da Presidência e retorna ao Rio Grande do Sul, e Darcy permanece no Rio de Janeiro, dando continuidade ao seu trabalho.

O espetáculo *Joujoux de Balangandan* também foi realizado em benefício à Cidade das Meninas, obra que buscava amparar as meninas desabrigadas da cidade do Rio de Janeiro. Contrariamente à empreitada dos jornalistas, o referido projeto não parece ter dado tão certo. A festividade “Uma noite de Debret” foi mais uma desempenhada em prol da construção da Casa das Meninas. Em seu momento de planejamento, Darcy contou com o apoio das senhoras da alta sociedade carioca, que se engajaram junto à primeira-dama para arrecadar donativos para a concretização de mais uma obra de cunho caritativo/assistencial.

## Imagem 19 – Planejamento da Cidade das Meninas



Fonte: Jornal do Brasil, 21 de junho de 1939<sup>71</sup>

A documentação da Fundação Darcy Vargas evidencia que a criação da Cidade das Meninas foi planejada em parceria com o projeto de construção da Casa do Pequeno Jornaleiro, em 1939. Um atenderia os meninos jornaleiros, e o outro, as meninas desamparadas que viviam na capital federal. As dificuldades encontradas por Darcy Vargas foram maiores nesse segundo projeto. Assim como feito anteriormente, para resolver problemas de cunho estrutural e financeiro, a primeira-dama recorreu a diversas personalidades públicas, porém os diversos problemas acabaram dificultando tornar realidade a Cidade das Meninas.

Após anos de planejamento e tentativas de consolidação do projeto, a Cidade das Meninas não se efetiva tal como ocorreu com a Casa do Pequeno Jornaleiro. As atas da Fundação Darcy Vargas do ano de 1944 sugerem que a obra continuava em andamento. Neste período, Darcy se manteve um tempo afastada de suas atividades quanto à Fundação e aos órgãos que atuava, como a Legião Brasileira de Assistência, devido ao falecimento de seu filho mais novo, Getúlio Vargas Filho, que morreu aos 23 anos de idade, em 2 de fevereiro de 1943, em decorrência de uma poliomielite. Darcy, como mãe presente que era, e tendo em vista a predileção pelo filho mais novo, esteve sempre ao seu lado até o último momento. Quando Getulinho faleceu, Darcy se afastou de algumas de suas atividades, cultuando longo luto. A maternidade, enquanto característica de legitimação, não lhe permitiria outra atitude.

Darcy e Getúlio enfrentaram a dor de modo distinto. Ela, segundo os que a conheceram de perto, não só envelheceu a olhos vistos, ficando com os cabelos grisalhos de um momento para outro, como passou a relativizar a sua religiosidade, até então inabalável. Darcy, revoltada

<sup>71</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 01 de set. 2018.

com Deus, por ter levado seu filho tão cedo e de forma tão brutal, teria deixado de rezar e fazer suas orações habituais. O marido, ao contrário, de acordo com o depoimento da filha Alzira, viveu um movimento de dolorosa aproximação com a fé. (LIRA NETO, 2013, p.428).

Ainda sobre a Cidade das Meninas, a falta de documentação deixa uma grande lacuna sobre o desenvolvimento do referido projeto, a qual é relativamente sanada com o relatório feito em 1945, que compõe o dossiê “cidade das meninas”. O documento, elaborado por “João Kelly da Cunha, médico da companhia Carris de Força e Luz do Rio de Janeiro, apontava a ‘impossibilidade de o projeto ter continuidade por falta de clareza necessária quanto aos seus objetivos’” (SIMILI, 2008, p. 117). Em 1947, momento em que Getúlio Vargas não se encontra na Presidência da República, Darcy Vargas, em nome da Fundação que levava seu nome, endereça Ofício ao presidente Eurico Gaspar Dutra, devolvendo o terreno cedido para a construção da Cidade das Meninas ao Estado. Tal fato leva a crer que chegou ao fim o projeto. No entanto, “em 1947, com a devolução do empreendimento ao estado, o projeto foi incorporado à Fundação Abrigo Cristo Redentor, de Levy Miranda, passando a ser denominado ‘Casa dos Meninos da Darcy Vargas’. Vale lembrar que Levy Miranda era um dos colaboradores da primeira-dama na Fundação” (SIMILI, 2008, p. 118).

Quanto à atuação de Darcy junto à Casa do Pequeno Jornaleiro, é imperativo pontuar que a primeira-dama se manteve atuante mesmo após a morte de Getúlio, em 1954. “E é essa a única obra de Darcy, aquela a que se dedicou com exclusividade após a morte de Getúlio, que perdura na segunda década do século XXI, naquele amplo e bem cuidado espaço da Rua Souza e Silva (CALLADO, 2011, p. 144). Um telegrama de Darcy Vargas destinado à Associação Brasileira de Imprensa foi publicado no Jornal do Brasil em junho de 1949, o qual constava um agradecimento da “ex-primeira-dama” à referida instituição no tocante ao apoio em suas obras sociais, em especial à Casa do Pequeno Jornaleiro<sup>72</sup>. Até sua morte, Darcy Vargas esteve à frente do trabalho assistencial/assistencialista realizado na instituição.

Na casa do pequeno jornaleiro, Darcy tinha um escritório bem montado, pois ali era também sua casa, quando ficou viúva. Quem a quisesse encontrar era ir à Casa do Pequeno Jornaleiro, todas as tardes percorrer o longo corredor e chegar à sala de costura. Lá estava ela, debruçada sobre a máquina, ao lado das auxiliares, a coser roupas e abrigos para os seus meninos jornaleiros, a confeccionar uniformes para os

---

<sup>72</sup> Jornal do Brasil (RJ), 29 de junho de 1945. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 26 de set. 2018.

funcionários, ou a arrumar nas prateleiras sapatos recém adquiridos. (CALLADO, 2011, p. 146).

Darcy, portanto, dedicava-se demasiadamente à Casa do Pequeno Jornaleiro, de modo que as últimas aparições públicas dela foram em atividades realizadas na e pela referida instituição. Lá comemorou seu último aniversário, em 12 de dezembro de 1967, falecendo no ano seguinte. Seu corpo foi velado na instituição, momento marcado por muitas homenagens à então ex-primeira-dama do país. Em carta endereçada à Alzira Vargas, no dia 19 de dezembro de 1968, Francisco de Assis lamenta a morte de Darcy e ressalta que, independente do posicionamento político, o povo brasileiro não podia negar as contribuições da primeira-dama. Afirmou, ainda, que “D. Darcy se constituiu no paradigma de verdadeira esposa de um chefe de Estado, inexorável pela dignidade, discrição, bondade e sobretudo pela modéstia, a ponto de passado 1945, passado 1954, continuar sendo a Primeira-Dama”. O respeito e o amor à Darcy foram ressaltados<sup>73</sup>.

A instituição destinada ao amparo aos pequenos jornalistas da capital da república pode ser apontada como a grande vitrine dos trabalhos de Darcy Vargas, pois foi nela que uma jovem riograndense conseguiu congrega e aplicar diversos ensinamentos adquiridos no decorrer da década de 1930, a começar pela organização e pelo desempenho na Legião da Caridade, perpassando pela atuação junto aos trabalhos assistenciais de Levi Miranda, bem como por diversas outros órgãos e obras caritativas de cunho benevolente e assistenciais.

Darcy Vargas concretiza na Casa do Pequeno Jornaleiro o início de seu itinerário de primeira-dama, começando a estabelecer um modelo de atuação para esposas de governantes, modelo que pregava não mais a exclusiva presença da mulher no espaço privado, mas atuando junto ao marido na esfera pública/política, mesmo que as barreiras que segregavam essas duas esferas não fossem totalmente ultrapassadas, pois vale lembrar que o caráter caritativo das atividades desempenhadas era um fator que contribuía para a não resistência masculina quanto à participação de suas esposas nesses espaços, que seriam uma extensão do lar, e as funções desempenhadas pelas mulheres seriam, da mesma forma, uma maneira de estender sua atuação sem ter que abrir mão de suas atribuições principais junto à esfera privada.

---

<sup>73</sup> Carta encontrada no Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Classificação: AVAP vpr mf 1935.09.00. Data: 00/09/1935 até 10/05/1989. Qtd.de documentos: 40 (512fl.). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/textual/documentos-referentes-a-darcy-vargas-constando-entre-eles-recipientes-horoscopo-homenagens-e-cartas-de-diversos-remetentes-destaque-para-acartade-da>. Acesso 13 de ago. 2018.

Foi por meio da questão social que as mulheres das classes privilegiadas participaram da esfera pública e, para muitas delas, o discurso do poder feminino parecia atraente, afinal, nem todas as mulheres reinavam soberanas em seus lares, felizes e dedicadas aos cuidados domésticos. Sair de seus lares, mesmo que fosse por algumas horas na semana para se dedicar às causas benemerentes, encontrar outras mulheres, dar parte de seu tempo para organizar e dispensar a assistência aos necessitados foi um movimento que envolveu mulheres no ocidente, movimento este que carece de análises mais pormenorizadas que não se limitem à crítica elaborada às mulheres ricas, burguesas e ociosas, crítica presente até hoje. (MARTINS, 2015, p. 22).

É durante a década de 1930 que Darcy Vargas assume essa inovadora postura pública, intimamente ligada ao social e em consonância com o projeto político em curso no país, encabeçado pelo seu marido, Getúlio Vargas. Ao chegar ao Rio de Janeiro, em fins de 1930, Darcy trazia consigo a longa experiência de mãe de família, de dona de casa, de esposa de um político de visibilidade. Àquela altura, os filhos já estavam crescidos, Darcy trazia também a experiência da organização da Legião da Caridade, projeto que colocou à mostra seu caráter mobilizador e seu desejo de participar da luta política ao lado de Getúlio. Com liberdade de acesso e uso da máquina administrativa, pelo poder portado pelo papel de primeira-dama que exercia, em meio a práticas assistenciais de cunho filantrópico, Darcy se engaja incisivamente na vida pública e política da capital.

A década de 1940 começa para primeira-dama Darcy Vargas de forma intensa, sendo sua imagem associada aos trabalhos de cunho social e filantrópico, marcada pelo reconhecimento da importância de seu trabalho, como evidencia a reportagem do *Jornal do Brasil* em meados de 1941. “A campanha de filantropia da sra. Darcy Vargas, inegavelmente, alcançou, em todo país, um êxito sem precedentes, mobilizando o apoio, não só da nossa melhor sociedade, como também de todos os brasileiros” (*Jornal do Brasil*, 04 de julho de 1941)<sup>74</sup>. “Acompanhar-se-á, por intermédio da personagem Darcy, o processo de criação de um modelo institucional e de atuação e de participação da mulher na política assistencial” (SIMILI, 2008, p. 133). Corroborando com o argumento apresentado, Schumacher e Brasil apontam que “Darcy seria a pioneira dentre as primeiras-damas brasileiras, na atuação junto a órgãos assistenciais pertencentes à estrutura do Estado” (SCHUMACHER; BRASIL, 2000, p.174). O “ser primeira-dama” no Brasil, aquela que exerce primeiro-damismo, estava sendo delineado.

Somando a esses importantes fatores, Simili (2008) ressalta o fato de, em 1942, ano da criação da Legião Brasileira de Assistência, o casal Vargas se encontrar morando

---

<sup>74</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 26 de set. 2018.

sozinho. Os filhos haviam saído de casa, alguns casaram-se, outros moravam em cidades distintas. “Com os filhos criados, as incumbências da maternidade para Darcy Vargas tinham outros teores. Como decorrência, naquele momento, final de 1942, ela tinha tempo livre para dedicar-se às suas instituições, e foi o que ela fez” (SIMILI, 2008, p. 147).

Ainda sobre esse ponto de discussão, vale mencionar que em uma pesquisa realizada a respeito das prefeitas eleitas no estado paraibano, nos pleitos de 2012 e 2016, Rodrigues (2016) aponta uma entrada “tardia” das mulheres no campo da política partidária, quando comparadas às idades com que homens e mulheres se elegem. Essas personalidades femininas formariam um grupo de “mulheres maduras”, com seus filhos já criados, exercendo uma atividade pública, sem ter que abandonar os afazeres no âmbito privado, fazendo-se presente em maior quantidade no poder municipal<sup>75</sup>.

Em 1942, Darcy Vargas também era portadora de tal característica, mas, apesar de atuar na esfera pública, desde 1930, essa participação se intensifica quando ela se encontra em um momento em que suas tarefas de mãe e esposa podem ser conciliadas com os trabalhos sociais em curso. Tercemos considerações quanto a essa temática porque entender a ação social e política de Darcy Vargas se torna ponto crucial para a compreensão da construção do modelo de primeira-dama no Estado brasileiro, bem como a constituição do primeiro-damismo. Vale destacar o grande esforço realizado para “encontrarmos” Darcy. Além disso, outro ponto que merece destaque é o fato de haver uma imensidão da documentação e da produção historiográfica sobre Getúlio Vargas e uma pouca visibilidade dada à esposa do governante, fatores que dificultaram o acesso à primeira-dama.

Certa vez, ainda na fase de realização das leituras base, fui questionada sobre o andamento do trabalho. No mais ímpeto dos impulsos, respondi: *Não sei como farei, é muita coisa, muita coisa mesmo. Aliás, deixa eu me corrigir, é “pouca Darcy” em meio a uma imensidão de Getúlio*. Assim, diante da intranquilidade que me assolava, as leituras foram realizadas, e delas indicativos de possíveis fontes foram surgindo. Mergulhando nesse mundo de possibilidades, tivemos acesso a uma Darcy que a historiografia referente ao governo e à personalidade de Getúlio Vargas insistem em não demonstrar e não

---

<sup>75</sup> Pesquisas apontam a diferença de idade com que homens e mulheres ingressam na vida pública. Um exemplo disso é a discrepante diferença de idade com que o público feminino e masculino entra na política partidária. Os dados das últimas eleições demonstram que os homens iniciam suas carreiras políticas com menos idade que as mulheres. Um dos fatores que pode justificar tal estatística, é o fato de as mulheres entrarem na política apenas quando seus filhos estão crescidos, não tendo mais responsabilidades diretas com eles no interior de suas casas.



reconhecer seu papel junto à governabilidade na Era Vargas. Encontramos aquela que moldou o papel social da primeira-dama no contexto brasileiro, inserida no jogo político de seu marido, mas caracterizada pelo pioneirismo de suas ações enquanto personagem pública; assumiu posturas e posições sociais distintas das primeiras-damas da Primeira República, ao atuar de forma constante e direta no meio social, representando a parte do governo responsável pelo cuidado com os desamparados.

### *1.3 A Legião Brasileira de Assistência e a institucionalização do primeiro-damismo no Brasil*

*“LBA: mãe da pobreza, lar do carente, socorro dos aflitos”.*  
(SPOSATI; FALCÃO, 1989, p. 09)

A citação acima evidencia as imagens criadas e difundidas a respeito da instituição presidida pela primeira-dama Darcy Vargas. “Mãe”, “lar” e “socorro” são os substantivos utilizados para fazer referência à LBA, todos associados à lógica hierárquica que marcaria as relações de gênero e o patriarcado, ao fazerem uma referência implícita às ações relacionadas aos espaços direcionados às mulheres. A mãe que acolheria os pobres necessitados em seu lar, para cuidar deles e protegê-los. Nesse sentido, percebe-se uma perpetuação da imagem de uma feminilidade constituída e cristalizada por meio das relações de poder que constituíram o gênero.

A Legião Brasileira de Assistência é considerada o primeiro órgão de caráter governamental destinado à assistência social. Pensada e criada em meados de 1942, a Legião tinha como objetivo inicial o amparo às famílias dos soldados enviados para a Guerra. Logo, sua finalidade central era “prover as necessidades das famílias cujos chefes haviam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que relaciona ao esforço de guerra” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1993, p. 257). Em agosto daquele ano, o Presidente da República, Getúlio Vargas, anunciava à nação brasileira o ingresso do país na Segunda Guerra Mundial. Esse fato indicaria uma série de mudanças no cenário político, econômico, social e assistencial do Brasil, e é nesse contexto que a LBA emerge.

Os objetivos e as atividades realizadas pela LBA foram constantemente noticiados pela imprensa carioca, entre as quais observamos edições do *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*. Neles, são evidenciadas também as campanhas em prol dos combatentes, como a distribuição de donativos de primeira necessidade, ocorrida em janeiro de 1944.

Um dos principais serviços prestados pela Legião Brasileira de Assistência é, sem dúvida, o de auxílio às Forças Armadas Nacionais. A instituição, firme em seu programa de filantropia, idealizado pela senhora Darcy Vargas, tem contribuído extraordinariamente para que a família do combatente convocado tenha uma situação de amparo e de bem estar. Cerca de 7.000 famílias já foram visitadas por legionários da LBA, muitas das quais já recebem uma assistência eficiente e ampla. Mas a LBA também não se esquece dos próprios combatentes, dos brasileiros, que, em todos os pontos do território nacional, se encontram as fileiras, à bordo de navios ou nos campos de aviação servindo aos superiores interesses nacionais. Ainda agora, as voluntárias da LBA trabalham como afinco na confecção e no envio de presentes de Ano Novo aos bravos combatentes brasileiros. A Legião distribuirá só aqui no Rio de Janeiro cerca de 15.000 caixas, contendo cada uma, entre outras coisas, pente, escovas e [pastas de dente]. (Jornal do Brasil, 07 de janeiro de 1944)<sup>76</sup>.

Participar do conflito armado não fazia parte dos planos do governo Vargas. Os escritos em seu diário, bem como uma considerável discussão historiográfica demonstram o emparelhamento do Estado Novo mais ao lado dos países que compunham o grupo do Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão, do que com o grupo dos Aliados, liderados pelos Estados Unidos da América, a partir de 1941. Apesar desse emparelhamento, pressões populares de cunho nacional, cobranças de uma postura mais clara e direta por parte do governo norte-americano e o bombardeio alemão a navios brasileiros podem ser apontados como fatores determinantes para a entrada efetiva do Brasil ao lado dos Aliados, grupo que saiu “vencedor” da Guerra alguns anos à frente.

Em 1943, começam os trabalhos destinados ao envio de tropas brasileiras ao *front* de batalha e, em 15 de março daquele ano, Getúlio Vargas aprovou oficialmente o envio de tropas brasileiras para combater o avanço do grupo do Eixo na Europa. Em agosto, o governo brasileiro criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) por meio da Portaria Ministerial 47-44, no entanto, os primeiros soldados enviados para o *front*, na Itália, partiram apenas em 1944. Cabe perguntar: quem foram esses soldados enviados e por que suas famílias constituíram o grupo que deveria ser assistido pelo Estado, por meio da LBA? Referente ao envio de tropas brasileiras, a historiografia destaca uma relativa demora e aponta, como alguns dos principais fatores, a falta de contingente necessário e o despreparo dos que iriam ao combate, representando a pátria. Aqui destacamos outro fator: a exposta vulnerabilidade que as famílias dos soldados enfrentariam, com a partida daqueles considerados “chefes e responsáveis pelo sustento de seus lares”. Então, a LBA surge para sanar esse último fator.

---

<sup>76</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 25 de set. 2018.

Quanto à composição da FEB, em sua grande maioria, era constituída por jovens pobres, advindos do meio urbano, desempregados e vivendo à margem do ideal de cidadania defendido pelo Estado, ou trabalhavam em pequenas propriedades de terra para subsistência, geralmente colonos, que também não eram atendidos pela legislação trabalhista da época. Eles eram majoritariamente analfabetos e adentraram na FEB voluntariamente. Os discursos e as propagandas circuladas em torno do conflito apontavam a participação do Brasil e dos brasileiros como um ato de cidadania a que estavam sujeitos os jovens alistados no Exército Brasileiro. Participar da Guerra se apresentava como um dever do cidadão, por isso, aqueles que viviam à margem da cidadania viram uma oportunidade de serem contemplados como cidadãos. Diante desse cenário, ressalta Barbosa (2017), “assim, enquanto a grande massa recrutada era composta por jovens voluntários, pobres e analfabetos que nunca receberam treinamento de guerra, os que seguiam a carreira militar e estavam habilitados para enfrentar tal situação não foram para o *front*” (BARBORA, 2017, p. 46). O chamado à Guerra se configurou como um chamado à cidadania, conforme reafirma a reportagem a seguir.

O soldado de ontem é hoje um cidadão reintegrado no âmbito de suas atividades normais. A justiça e a paz que no momento vive a humanidade, pelas quais o sangue de muitos irmãos nossos prestou também seu inestimável tributo, encham de incontido orgulho a alma brasileira, ao par do sentimento amargo da saúde, que haveríamos de guardar sempre pelos nossos mortos, mártires que foram do grande ideal de um mundo melhor. (*Jornal do Brasil*, 16 de setembro de 1945)<sup>77</sup>.

O Estado brasileiro, ao convocar os homens da nação para participarem do conflito de caráter mundial, convoca também a primeira-dama do país para corroborar com esse processo. Por essa razão, Darcy Vargas fundou a Legião Brasileira de Assistência, instituição voltada para a assistência às famílias dos enviados à Guerra, além de ter atrelado cooperativismo e voluntariado em suas ações a partir do ano de sua fundação. Por corporativismo, destacamos ser:

[...] uma forma de representação de interesses em que o Estado possui papel fundamental, havendo sempre assimetria e caráter bifronte nos arranjos institucionalizados. Tais arranjos podem envolver não só classes sociais, como igualmente os chamados *policy takers* (receptores de políticas públicas), sendo sempre fundamental observar o tipo de regime político onde ocorrem e o grau de liberdade/competitividade entre os interesses organizados. (GOMES, 2005, p. 114).

---

<sup>77</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 25 de set. 2018.

Assim, cabe ressaltar que, apesar da LBA assumir uma função social junto às demandas impostas ao Estado brasileiro, ela desempenhou também um papel político que contribuiu com a entrada de homens brasileiros voluntariamente na Guerra, ao atuar e reforçar a ideologia nacionalista de amparo às famílias dos enviados ao *front*. Portanto, vale ainda destacar que coube à Darcy Vargas, primeira-dama do país, a elaboração e execução de um dos primeiros e, naquele contexto, mais importantes projetos de assistência já implantados no Brasil. A missão do cuidado, direcionada ao público feminino desde à formulação do “contrato original”, estender-se-ia enquanto aparato institucional do Estado, sob a liderança de uma mulher, a primeira-dama do país.

A Legião, logo ao iniciar seus trabalhos, atrelou às suas práticas assistenciais a participação de mulheres envolvidas com a filantropia, o voluntariado e o trabalho caritativo. Dessa maneira, ao buscando uma aliança dessa parcela feminina com as ações do Estado, houve um incentivo à participação das mulheres nesse processo de defesa da nação. Um *front* interno deveria ser formado pelas mulheres, com a ajuda do Estado e também com o apoio do empresariado, especialmente o carioca.

Na época de sua estruturação, a LBA contava com a existência de postos de atendimento nas capitais e em algumas cidades brasileiras, administrados pelas primeiras-damas das localidades. Aqui vale destacar a mobilização efetivada por Darcy Vargas em manter um diálogo e um trabalho conjunto com as primeiras-damas estaduais e municipais, estendendo a elas afazeres ligados ao modelo de primeiro-damismo. Darcy telegrafou diretamente para algumas esposas de interventores e governadores de estado, a fim de solicitar-lhes apoio na empreitada. Em cada estado e município brasileiro, as comissões estaduais e municipais seriam montadas com o apoio do empresariado.

Destoando da estrutura das instituições filantrópicas, responsáveis pela assistência social até então, a LBA apresentou uma moldagem burocrática, definindo claramente os núcleos de ações estabelecidos, com contornos sistemáticos e hierarquizados, bem como implantou uma abordagem técnica de assistência social. Com essa estrutura, no dia 28 de agosto de 1942, a primeira-dama Darcy Vargas anunciou a criação da Legião Brasileira de Assistência. No entanto, apenas, em 15 de outubro de 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.830, a instituição foi oficialmente criada, sendo promulgado seu primeiro Estatuto<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-Lei/1937-1946/Del4830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-Lei/1937-1946/Del4830.htm). Acesso em 12 de set. 2018.

Posteriormente, o *Jornal do Brasil* noticiou a criação da Legião Brasileira de Assistência por meio de uma longa reportagem, que evidenciava a iniciativa da primeira-dama Darcy Vargas, em conjunto com a diretoria da Associação Comercial. Em reunião realizada no dia 25 de agosto, no Palácio Guanabara, Darcy relembrou a iniciativa tomada em 1930, momento de criação da Legião da Caridade, além de ter destacado que “nesta hora cumpre a todos, um mesmo dever, o de servir à Pátria, sem poupar esforços, nem medir sacrifícios”. Ainda, na referida reunião, foram discutidos pontos finais a respeito da LBA, seus membros foram escolhidos, e Darcy estava à frente da presidência<sup>79</sup>.

**Imagem 20 - Reunião para organização da LBA, presidida por Darcy Vargas**



**Fonte:** Jornal do Brasil, 28 de agosto de 1942<sup>80</sup>

O artigo 2º do Estatuto ressalta os objetivos da instituição recém-criada, dos quais vale destacar a preocupação com problemáticas ligadas à maternidade, à infância, aos idosos, aos desvalidos, à educação, à saúde e à habitação:

Art. 2º – A LBA tem por finalidade congregar os brasileiros de boa vontade e serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as Instituições privadas, tendo em vista principalmente o seguinte:

- Proteger a maternidade e a infância;
- Amparar os velhos e desvalidos;
- Prestar assistência médica, em todas as suas modalidades às pessoas necessitadas;
- Favorecer o reajustamento das pessoas, moral ou economicamente desajustadas;
- Contribuir para a melhoria da saúde do povo brasileiro, atendendo particularmente ao problema alimentar e da habitação;

<sup>79</sup> Jornal do Brasil (RJ), 26 de agosto de 1942. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 01 de out. 2018.

<sup>80</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 01 de out. 2018.

- Incentivar a educação popular, inclusive cooperando na criação e no desenvolvimento de escolas, bibliotecas e outras instituições educativas;
- Desenvolver esforços em favor do levantamento do nível de vida dos trabalhadores e promover o aproveitamento racional dos lazes do povo, principalmente estimulando a organização de centros de recreação e cultura;
- Auxiliar sempre que possível as instituições especializadas, cujos objetivos tenham afinidades com a LBA;
- Realizar inquéritos, pesquisas e estudos sobre matérias do serviço social, particularmente as relacionadas com as atividades da LBA;
- Organizar cursos e promover todas as formas de propaganda e divulgação em favor do progresso do serviço social no Brasil.<sup>81</sup>

Observamos os verbos que introduzem os objetivos da instituição e percebemos como é forte a importância do “cuidado” àqueles que se encontrariam em situação de vulnerabilidade. Além do artigo 2º, destacamos também o artigo 6º, que apresenta a composição da primeira Comissão Central (CE) da LBA, tendo Darcy Vargas como Presidente Geral<sup>82</sup>, o que levou a imprensa local noticiar a composição da diretoria da instituição, ressaltando a presença da primeira-dama em meio a tantas figuras masculinas e enfatizando seu potencial mobilizador, característica que a fazia estar à frente da LBA. Barbosa (2017) salienta a importância do corporativismo presente na sustentação e no desenvolvimento dos trabalhos da LBA, pontuando que tal característica podia ser observada na base do Estado Novo.

Além do mais, a historiadora enfatiza o intenso trabalho filantrópico que marcaria os primeiros anos de existência da Legião, contando com uma enfática presença feminina como voluntárias. “A participação feminina se deu por meio do engajamento de esposas de políticos, mulheres já atuantes nas práticas filantrópicas, jovens estudantes e donas de casa, as quais marcaram uma geração de mulheres envolvidas pela instituição como protagonistas na promoção da assistência social” (BARBORA, 2017, p. 19). Outrossim, a LBA obteve o apoio e a contribuição das diversas instituições filantrópicas, que outrora tiveram e continuaram tendo, contato com a solidariedade da primeira-dama.

Darcy passou a representar a participação feminina na Guerra, ao assistir grupos de familiares, convocar mulheres ao serviço da nação e especializar uma parcela do público feminino na defesa do território brasileiro. Nessa direção, Sposati (2002) ressalta

---

<sup>81</sup> Estatuto da Legião Brasileira de Assistência, 1942. Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto (AVAP). Classificação: AVAP vpu lba 1942.00.00. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/textual/documentos-da-direcao-nacional-da-legiao-brasileira-de-assistencia-lba-nos-dois-periodos-em-que-darcy-sarmanho-vargas-esteve-a-frente-da-instituic>. Acesso em 15 de ago. 2018.

<sup>82</sup> Como Secretário Geral, Rodrigo Octávio Filho; como Tesoureiro Geral, João Daudt de Oliveira; e Diretor Técnico, Euvaldo Lodi.

que “este movimento conclamou as mulheres dos governantes à missão nacional que posteriormente se consolidou na Legião Brasileira de Assistência” (SPOSATI, 2002, p. 09). Acertadamente, a autora pontua que não se tratava de um “movimento feminino ou feminista mas ‘a arte política’ da esposa do político mostrando o caráter humanitário do governo, agindo como apêndice do governante para área de ação social sob ótica totalmente assistencialista” (SPOSATI, 2002, p. 09). Eis aí uma das faces mais explícitas do que denominamos de primeiro-damismo: a atuação da esposa do governante junto ao trabalho social, pautado especialmente em ações de caráter filantrópico e assistencialistas.

A participação de Darcy Vargas na criação da Legião Brasileira de Assistência, como a primeira presidente institucional, pode ser entendida como marco significativo na história das mulheres e na história da política assistencial, visto que se trata do primeiro momento em que uma mulher passou a ocupar um cargo de direção na política social, em um momento e contexto em que a atuação e participação das mulheres na política caminhavam a passos lentos. (SIMILI, 2008, p. 21).

À figura de Darcy Vargas estava atrelada a imagem que deveria ser seguida pelas mulheres brasileiras no contexto da Guerra, e já se projetava um ideal de como o público feminino deveria agir no mundo pós-conflito. Em dezembro de 1942, logo após o presidente do Brasil anunciar a entrada do país no combate e a criação da Legião Brasileira de Assistência, foi organizada, na cidade do Rio de Janeiro, uma conferência para discutir o papel da mulher no processo de reconstrução do mundo após a Guerra. A solenidade foi organizada pelo Clube de Mães e pelo Departamento Feminino da Associação de Pais de Família, sendo realizada no auditório da ABI (Associação Brasileira de Imprensa). No evento, estiveram presentes representantes da sociedade civil, membros da Igreja Católica, o (representante do) Ministro Marcondes Filho e a presidente da LBA, Darcy Vargas. O ponto central da discussão girou em torno de um anseio de “igualdade” social entre homens e mulheres e a necessidade da união dos sexos no processo de reconstituição que estaria por vir<sup>83</sup>. Pontuamos, ainda, que Darcy Vargas foi a primeira esposa de presidente a se tornar responsável pela condução das políticas sociais do Estado, fato inédito até então na história política brasileira.

Em vista disso, a figura de Darcy Vargas também pode ser apontada como um dos grandes expoentes do governo Vargas, enquanto *estratégia* de legitimação deste<sup>84</sup>. Nada

---

<sup>83</sup> Jornal do Brasil (RJ), 04 de dezembro de 1942. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 25 de set. 2018.

<sup>84</sup> As lutas pelos direitos das mulheres se efetivaram nesse período por meio do Movimento Sufragista, que reivindicava, dentre outros pontos, o direito ao voto.

mais propício, aos olhos do governo, que ter a figura feminina representada na pessoa da primeira-dama. O “pai dos pobres” precisaria ter ao seu lado a “mãe dos pobres, abandonados e desvalidos”. Logo, no processo de institucionalização do primeiro-damismo no Brasil, há uma apropriação das características “femininas” da esposa do governante, aquela que representaria todas as mulheres da nação, bem como um emparelhamento estatal em relação a esse conjunto de práticas que começava a se moldar de forma mais explícita, no caso, o primeiro-damismo. Todo esse processo, vale lembrar, regado pela hierarquia patriarcal que marcou as relações de gênero<sup>85</sup>.

O social não podia mais ser visto apenas como caso de polícia, a massa de “não” ou “pré” cidadãos se apresentava extremamente maior que a de “cidadãos trabalhadores”, a explosão da Segunda Guerra Mundial, um novo apelo e possibilidade de se inserir no modelo de cidadania estabelecido, a vulnerabilidade de milhares de famílias que ficariam desamparadas após a partida dos “provedores” daqueles lares para o campo de batalha, somados ao anseio do Estado em manter o controle social sobre a população e à experiência adquirida por Darcy Vargas durante a década de 1930 constituiriam o cenário propício para a consolidação do primeiro-damismo em terreno brasileiro. Darcy é a figura exponencial da Legião e do fenômeno que ali se consolidava.

“Quando, um dia, ao escrevermos a história do esforço de guerra do Brasil, iremos fazer justiça a uma mulher. Trata-se da Sra. Darcy Vargas” (Boletim da LBA, nº 7, 15 de maio de 1945). O Boletim Informativo da Legião Brasileira de Assistência do dia 15 de maio de 1945 realizou uma menção honrosa a Darcy Vargas, aclamando-a como mãe da nação e representante das mulheres brasileiras engajadas nas práticas de assistência, que visavam amparar as famílias dos soldados brasileiros, bem como no seu engajamento em redes de assistência. O envio de notícias e de correspondência entre as partes (familiares e combatentes) se dava, principalmente, por meio do Boletim da LBA, os quais se apresentam enquanto valiosas fontes referentes à instituição<sup>86</sup>. A seu respeito, Barbosa (2017) ressalta:

---

<sup>85</sup> As ideias de instituição e institucionalização estão embasadas nas discussões teóricas e conceituais do sociólogo francês Cornelius Castoriadis. Em seus escritos, o autor relewa não a conservação, mas o potencial de transformação contido no interior das instituições. Castoriadis apresenta uma concepção do social e do histórico radicada na ideia da criação de novas formas de organização da sociedade. O social-histórico seria “por um lado, estruturas dadas, instituições e obras ‘materializadas’, sejam elas materiais ou não; e, por outro lado, o que estrutura, institui, materializa. Em uma palavra, é a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo (CASTORIADIS, 1995, p. 131).

<sup>86</sup> Grande parte da documentação da LBA encontra-se arquivada no Ministério do Desenvolvimento Social em Brasília, em seu Arquivo, dentre os quais estão: a Ata de Fundação da Legião Brasileira de Assistência,



Além de serem enviados aos soldados, tais periódicos tiveram tiragem ampliada para que pudessem ser distribuídos em todo território nacional, sendo amplamente difundidos para a população brasileira por meio dos Centros Municipais da LBA. Os Boletins Informativos da LBA eram produzidos no Boletim da LBA – órgão oficial de imprensa da LBA – dirigido por Lobivar Matos, localizado na Sede da LBA no Rio de Janeiro. Publicados entre 1945 e 1946, foram 31 edições, e devido ao seu sucesso, os Boletins foram mantidos como instrumentos oficiais de imprensa da LBA. Após o término da Guerra, o periódico sofreu uma série de transformações, mas se manteve como veículo para a informação popular acerca dos trabalhos prestados pela LBA, tais como campanhas nacionais de arrecadações, campanhas de saúde e informativos gerais. (BARBOSA, 2017, p. 18).

A “cooperação” entre os sexos na formulação da Legião Brasileira é destacada por Simili (2008), ao afirmar que o “pressuposto de que ‘pobre é coisa de mulher, que tem coração, e não de governo, que tem razão’, serviu de justificativa para um arranjo de cooperação entre os sexos para a guerra, o qual orientou a composição de uma parceria entre o estado, o empresariado e o voluntariado feminino civil” (SIMILI, 2008, p. 136-137). Simili também pontua uma subjugação feminina ao masculino, apesar da participação de um considerável número de mulheres na base voluntária da Legião, ao acentuar que os altos postos da instituição eram, em sua maioria, ocupados por personalidades masculinas.

O gênero, enquanto categoria de análise, serve justamente para compreendermos as dicotomias produzidas no interior das relações de força e poder, como os papéis sociais ditos femininos e masculinos. No contexto de moldagem e execução das atividades da LBA, às mulheres cabiam os trabalhos relativos ao cuidado, enquanto aos homens os postos de comando, reforçando e “legitimando” tais dicotomias. As mulheres foram convocadas pela primeira-dama do país para participar da Guerra por meio da LBA, pois, no estado de guerra em que se encontrava o país, defendia-se que os atributos ditos “naturais das mulheres” deveriam associar-se àqueles exigidos pelo estado de beligerância. Os sentimentos de obediência, altruísmo, caridade, bondade, abnegação,

---

o 1º Estatuto da Legião Brasileira de Assistência (1942), os Relatórios Bienais de Atividades da Legião Brasileira de Assistência (1942/1944 e 1944/1946), Os Boletins Informativos da LBA e alguns recortes de jornais sobre a instituição. Mas grande parte dessa documentação ainda não foi catalogada e digitalizada, é o que sinaliza o trabalho de tese: BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017. Também é possível ter acesso virtualmente à parte da documentação referente à LBA no endereço eletrônico da Fundação Getúlio Vargas., disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/textual/documentos-sobre-assuntos-administrativas-da-legiao-brasileira-de-assistencia-rj-contendo-entre-eles-pedidos-de-demissao-nomeacoes-e-atividades-de>. Acesso 12 de ago. 2018. Alguns trabalhos acadêmicos já se propuseram a estudar a Legião Brasileira de Assistência e suas funcionalidades. Algumas referências constam na bibliografia deste trabalho.

pureza e amor, considerados próprios das mulheres, deveriam se alocar para a nação, a serem usados para ajudar a pátria, a família e país (SIMILI, 2008, p. 145).

### Imagem 21 - Darcy Vargas envolta de figuras masculinas



Fonte: CPDOC - FGV<sup>87</sup>

O conjunto de imagens acima demonstra como Darcy Vargas atuava em meio a um cenário repleto de figuras masculinas. A própria LBA era composta majoritariamente por homens, advindos de setores como a imprensa, o empresariado e parte do governo. Elemento importante lembrado por Simili refere-se à ausência de Getúlio Vargas em meio aos espaços de atuação de Darcy.

Importante destacar que, contrastando com a forte presença da primeira-dama nas relações políticas de Getúlio Vargas, não encontramos registros da presença e participação dele, acompanhando a mulher, nas solenidades ou acontecimentos da legião Brasileira de assistência. No entanto, os “homens de Getúlio”, aqueles que tinham atuação na vida pública e política do país e que direta ou indiretamente, passaram a participar das engrenagens da instituição que ela administrava e por extensão, a aparecer nas imagens, são as figuras que emprestam seus poderes simbólicos e políticos, na construção de representações para ela, como uma mulher pública e política. (SIMILI, 2008, p. 154).

A imprensa e todo um corpo de propaganda, característicos do Estado Novo, contribuíram com o processo de divulgação de ideias e representações a respeito da participação feminina na Guerra.

<sup>87</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/audiovisual/familia-vargas-e-personalidades-politicas-em-diferentes-eventos-oficiais-e-informais>. Acesso em 26 de set. 2018.

Ao divulgar o trabalho das mulheres da LBA, a imprensa transformou-se em propagador da moda criada pelas e para as voluntárias, disseminando pelo corpo social as concepções, os valores, as ideias, as atitudes, os comportamentos comungados pelo segmento feminino que atuava como voluntária, construindo imagens e representações que mostravam e indicavam os modos pelos quais a mulher brasileira podia contribuir e participar do conflito mundial. (SIMILI, 2006, p. 02).

Os discursos de convocação de alistamento para as mulheres enfocavam que elas teriam uma oportunidade de demonstrar “seu espírito filantrópico e as virtudes das brasileiras”. A Legião Brasileira de Assistência era a expressão dos seus sentimentos e de sua vontade de participar e ajudar o país, e o exemplo a ser seguido era o da dama máxima da nação brasileira, representada pela figura de Darcy Vargas, mulher virtuosa, que faz uso de seus atributos maternos e matrimoniais para servir à nação em um contexto de extrema necessidade participativa. Era o chamado dela (Darcy) que as mulheres deveriam ouvir, aliando-se como voluntários da LBA (SIMILI, 2008, p. 146). Pode-se destacar, então, que a atuação das mulheres junto à Legião Brasileira de Assistência transitou entre a subjugação, ao ocuparem cargos considerados “menores”, em sua grande maioria ligados ao cuidado, e o ultrapassar as barreiras do privado, pois foi por meio dessa participação que muitas mulheres passaram a se engajar em espaços de atuação considerados do âmbito público, alcançando postos ainda não ocupados por algumas mulheres, como o mercado de trabalho.

A organização da LBA e a sua especialização na assistência social indicam como o Estado Novo propiciou as condições para o exercício do que poderíamos chamar de uma “cidadania feminina”, baseada na utilidade social das mulheres por meio da extensão moral da maternidade para a sociedade. Essa cidadania, de perfil bastante conservador, também se fez presente em outros contextos políticos, como o Estado Novo salazarista, a Itália fascista e a Espanha franquista. Esses regimes tiveram apoio considerável das mulheres organizadas em associações muito semelhantes à LBA, que se sustentaram na ideia da participação política das mulheres a partir daquilo que as habilitava para a intervenção social: a capacidade de cuidar com a qual a natureza as dotou. (MARTINS, 2011, p. 16).

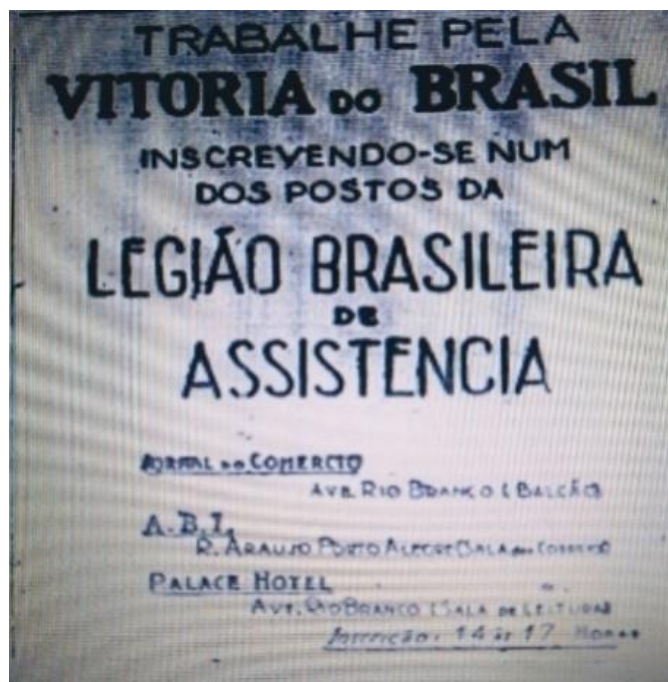
O recrutamento feminino foi um dos primeiros passos da Legião, o qual girava em torno do ideal de servir à nação em um momento de extrema necessidade. Os “discursos convocatórios”, transmitidos pela imprensa, eram destinados às “filhas da pátria” e continham mensagens apelativas referentes à necessidade da participação feminina e o seu caráter patriótico de servir ao país. Vejamos um dos discursos de chamamento da LBA, publicado no Jornal Correio da Manhã, em 1942.

Na hora da Pátria, há lugar para todas. [...]. Temos lugar e trabalho para as que possam dispor de todo um dia como temos lugar para aquelas

que possam dedicar um pouco do seu tempo apenas, e assim, no seu próprio domicílio [...] Assim, uma moça que trabalhe fora o dia todo e que à noite queira fazer, em casa, alguma coisa para o Brasil, se inscreverá no setor de costuras, tricô etc. (*Correio da Manhã*, 04 de setembro de 1942).

Diante de um cenário de valorização do trabalho, em meio a um contexto de “deflagração mundial”, termo utilizado na época, as mulheres eram chamadas a trabalhar em prol da nação e daqueles que foram enviados para cumprir sua “honrosa” missão: lutar pelos ideais que acreditavam. Subsidiar as necessidades das famílias dos combatentes, engrandecer as Forças Expedicionárias enviadas e proteger o território nacional do inimigo, constituíam as principais empreitadas das “nobres filhas do país”. “As mulheres do Brasil” tinham dois importantes papéis a cumprir na Guerra, sendo o primeiro ceder seus pais, filhos, maridos, noivos para representar a pátria; segundo, ao permanecer em território nacional, mostrarem-se disponíveis para trabalhar na Legião Brasileira de Assistência, em nome dos que foram e também dos que ficaram.

**Imagem 22 – Cartaz de “chamamento” às mulheres brasileiras**



**Fonte:** Jornal Correio da Manhã, 04 de setembro de 1942

Simili (2006) fala que trabalhar na Legião acabou virando “moda” entre as mulheres, já que a ideia de exercer uma função em nome do país tomou conta da perspectiva de se engajar em um contexto de cidadania tão restrito. Por isso, o número de mulheres, trabalhando voluntariamente junto à LBA, era grande, bem como o engajamento delas nos cursos oferecidos pela instituição, cujo principal objetivo era

prepará-las para atuarem frente aos objetivos traçados. Dentre as diversas atividades desenvolvidas, três delas merecem destaque: a participação feminina nos batalhões dos serviços de costura, produzindo roupas para os soldados e seus familiares; a campanha de organização da biblioteca do soldado, que promoveu a circulação de livros pelos quartéis, levando leitura aos soldados; as diversas campanhas em prol dos soldados e seus familiares, como a de produção de correspondência, proporcionando o elo e a troca de notícias entre familiares e os soldados.

Entre os cursos ofertados pela Legião Brasileira de Assistência, um dos primeiros e mais importantes foi o de Defesa Passiva Antiaérea, cujo principal objetivo era o “preparo das populações civis, para a guarda dos bens materiais, culturais e religiosos do país”. Ou seja, com o curso, elas estariam aptas a cuidar dos bens materiais e simbólicos do país enquanto o conflito durasse, segundo as palavras do responsável por sua realização: o capitão Orozimbo Martins Pereira. A ideia e o início da execução do curso de Defesa Antiaérea ocorreram antes da criação da LBA, em fevereiro de 1942, mesmo período em que ocorreram os primeiros ataques dos países do Eixo à costa brasileira. Tal curso foi oficializado por meio do Decreto-Lei 4098, estando sob responsabilidade do Ministério da Aeronáutica. Após a criação da Legião Brasileira de Assistência, em agosto de 1942, o curso foi integrado à instituição, estando sob a tutela, a partir de então, do Ministério da Justiça e Negócios, e foi nesse momento que houve a inserção das mulheres no curso.

A criação do curso pela LBA marcou o momento da incorporação das mulheres aos quadros da Defesa Passiva. É importante destacar que o corpo das voluntárias da Defesa Passiva surgiu no Brasil, seguindo o modelo em inglês, que preconizava (sugeria) a transferência de inúmeras tarefas da Defesa interna ao corpo feminino auxiliar. Como uma organização paramilitar criada para mulheres, o chefe era o Coronel do exército Orozimbo Martins Pereira, diretor do serviço de defesa passiva. Seus instrutores foram civis e militares, e o diretor de ensino o Capitão Hugo de Mattos Moura. (SIMILI, 2008, p. 148).

Darcy esteve presente na cerimônia de instalação do curso, mas não contou com a presença Getúlio Vargas ao seu lado. Ela, construindo um itinerário e modelo de primeiro-damismo no Brasil, atuou sim em concordância com os propósitos estabelecidos pelo governo de seu marido, porém produzia também representações própria de sua atuação nos espaços públicos e no meio político. Darcy carregava consigo resquícios de um capital político herdado (ou delegado) de seu marido e seu governo, e começa a edificar o seu, por delegação do posto que ocupava e do papel social que passara a assumir, como também próprio de notoriedade.

O número de voluntárias escritas para o Curso de Defesa Antiaérea, na cidade do Rio de Janeiro, foi grande, chegando a formar cerca de 1.000, o que foi positivo, uma vez que havia uma necessidade de formação de um corpo de voluntárias, para atuar na defesa do território nacional por uma questão da segurança pública. Em entrevista concedida ao *Jornal Correio da Manhã*, o capital Orozimbo Martins Pereira ressalta que: “de quase nada valerá essa modalidade de defesa se não contar com a incondicional cooperação de elementos suficientemente instruídos e, além disso, imbuídos do mais profundo sentimento de abnegação, de disciplina, de altruísmo, de devotamento e de valor”<sup>88</sup>. O curso propiciaria a transposição das atividades privadas para o espaço público, ou seja, as atividades ligadas ao cuidado dos bens domésticos, da família e do lar seriam ampliadas para a nação. Comportamentos relacionados à dedicação, à abnegação e ao altruísmo eram apresentados e defendidos como “naturais” ao feminino, devendo esse conjunto ser utilizado em nome da nação. Assim, percebe-se, mais uma vez, o transitar entre o privado e o público. Sem transgredir as regras patriarcais que configuravam o espaço privado, muitas mulheres adentraram o público e vivenciaram experiências que podem ser apontadas como impulsionadoras na adoção de novas posturas sociais.

Após 3 meses de duração do curso, em dezembro de 1942, a LBA formou a primeira turma das voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea. A entrega dos certificados foi realizada em uma grande solenidade, que contou com a presença da primeira-dama Darcy Vargas e com altos nomes da sociedade carioca.

### **Imagem 23 - Formatura da primeira turma do Curso de Defesa Passiva Antiaérea**



Foto Creas – Centro de Referência da Assistência Social, RJ

**Fonte:** BARBOSA, 2017, p. 139

---

<sup>88</sup> *Jornal Correio da Manhã*, 27 de setembro 1942: Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 22 de set. 2018.

Tanto a construção, quanto a legitimação das dicotomias relacionadas às performances de gênero encontram-se embutidas em contextos de relações e lutas de poder. Então, entender, questionar e desconstruir essas dicotomias é fator primordial no combate às desigualdades que ainda circundam a existência dos diversos grupos de mulheres que constituem a sociedade. O papel social da primeira-dama foi formulado em meio as querelas envoltas das discussões de gênero, reforçando o “dito natural” feminino.

Como visto, foi a partir das décadas de 1930 e 1940 que o papel social da primeira-dama praticante de primeiro-damism começou a se configurar no cenário brasileiro. Em meio a um processo de gestão política racional ligado à necessidade do Estado se fazer presente no cenário social, a figura da primeira-dama foi moldada. Em plena década de 1940, o Estado se viu obrigado a dar maior atenção aos problemas sociais, e a mulher do governante passou a ocupar um papel estratégico nessa ação. Nessa conjuntura, a questão social, por exemplo, passou a ser debatida mais a fundo, e o Estado Novo passou a desenvolver formas para conquistar o apoio das massas. Como ressalta Capelato, “além da busca de apoio, a integração política das massas visava o seu controle em novas bases” (CAPELATO, 2003, p. 111).

Consequentemente o Estado recorre aos valores socialmente difundidos como femininos, para sensibilizar a sociedade a intervir na “questão social”, impulsionando o espírito filantrópico por meio de práticas assistencialistas, características da ação projetada para a primeira-dama. (RODRIGUES, 2017, p. 02). No entanto, a experiência filantrópica/assistencial, vivenciada por Darcy Vargas no decorrer da década de 1930, não pode ser desconsiderada, despontados-se como mais um fator que possibilitou a constituição do modelo de atuação para as primeiras-damas. Nessa situação, as esposas dos governantes entram em cena e, dessa forma, “as atividades de filantropia/assistencialismo acabam determinando a identidade social das primeiras-damas, fato que parece difícil de depurar-se, posto que se encontra arraigado ao imaginário social das classes subalternas” (TORRES, 2002, p. 40).

Houve mais um projeto idealizado e implementado pela Legião Brasileira de Assistência em meio ao contexto de guerra vivenciado: o curso de socorristas samaritanas, o qual tinha duração de três meses, nos quais se ministravam noções de primeiros socorros, habilitando as voluntárias a prestar serviços de atendimento médico-hospitalar. As socorristas samaritanas formadas pelo curso eram as responsáveis pelo atendimento de enfermagem, uma das grandes preocupações do governo brasileiro ao decidir se envolver diretamente com o conflito em andamento. Na produção historiográfica sobre a

Segunda Guerra Mundial, um dos pontos destacados foram os problemas enfrentados pelo governo Vargas em relação à composição do quadro de enfermagem. Buscando resolvê-lo, em dezembro de 1943, por meio dos decretos nº 6097 e 14257, foi criado o quadro de enfermeiras da reserva do exército e regulamentado à posição das enfermeiras nos quadros militares<sup>89</sup>. Simili destaca que “com relação à formação de samaritana socorristas, foi estabelecido um convênio entre a LBA, a Escola de Enfermagem Anna Nery e a Cruz Vermelha brasileira, instituições responsáveis pela formação dessas mulheres” (SIMILI, 2008, p. 151). Nesse sentido, salientamos que “a enfermagem, nos anos de guerra, no Rio de Janeiro e em São Paulo, tornou-se um importante fator de mobilização das mulheres” (CYTRYNOWICZ, 2000, p.102).

Já em 1944, foi criado o Curso de Emergência para Enfermeiras, cujo objetivo era compor a reserva do exército. Como pré-requisito para a integração do curso das enfermeiras, foi exigido o diploma dos cursos de “Samaritana Socorrista” ou “Socorrista de Urgência”, promovidos pela LBA, o que mostra a importância da Legião na habilitação das mulheres, no processo de composição da Força Expedicionária Brasileira. Tais cursos vêm ao encontro da lógica do cuidado atribuído às mulheres.

Ainda em relação à criação de cursos que evocavam as mulheres brasileiras a atuarem em nome da pátria, vale destacar os Cursos de Visitadoras Sociais e de Voluntárias da Alimentação. Para frequentar os cursos ofertados pela LBA, as voluntárias deveriam ser brasileiras, ter entre 18 a 40 anos de idade, ser alfabetizadas e se mostrar aptas ao trabalho assistencial. O corpo burocrático da Legião contava com a presença de assistentes sociais, no entanto, este número ainda era reduzido. Dessa forma, os cursos eram ministrados por “pessoas da localidade que tinham conhecimento sobre as matérias que compõem os cursos, assim: médicos, professores, advogados, assistentes sociais e educadoras sanitárias (Estatuto da LBA, 1942). Vale salientar que o apoio do empresariado foi peça fundamental para a implementação e sustentação desses cursos. Voluntariado e corporativismo agindo conjuntamente. Barbosa (2012) ainda destaca a importância das visitadoras sociais no processo de mapeamento e acompanhamento das famílias assistidas pela LBA:

[...] os cursos de visitadoras prestavam orientações acerca do preenchimento da ficha social e dos questionários e fichas de acompanhamento das famílias assistidas por algum dos programas de assistência ofertados pela LBA. O modelo de ficha social trazia diversas

---

<sup>89</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6097-13-dezembro-1943-416127-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 de ago. 2018.



informações necessárias para o mapeamento, controle e acompanhamento, tanto das famílias assistidas quanto dos recursos destinados para a assistência prestada. Assim, o preenchimento adequado dos relatórios e formulários possibilitava identificar o endereço das famílias, apontando as regiões de maior abrangência dos programas de assistência da LBA. Por meio desses documentos, também era possível acompanhar o “desenvolvimento” das famílias, a atuação profissional, o orçamento doméstico, as principais doenças manifestadas, o consumo diário de alimentos e os hábitos alimentares, assim como questões morais e cívicas. (BARBOSA, 2017, 164).

O Curso Visitadoras Sociais, assim como o de Samaritana Socorrista, aponta para um processo de profissionalização feminina, estando esse processo entrelaçado com as relações de gênero que contribuíam, bem como legitimaram, a perpetuação das dicotomias de gênero. Há um explícito processo de (re)elaboração e consolidação de um discurso a respeito de uma “essência feminina”, ligada à maternidade. (MOTT, 2001). Dessa maneira, deve-se destacar que esse maternalismo permitiu às mulheres o acesso ao espaço público, sobretudo, em função de profissões consideradas adequadas ao sexo feminino, como o magistério, a enfermagem e as práticas filantrópicas (MOTT, 2001). São as *táticas* pontuadas por Certeau e as apropriações dos espaços que, em um primeiro olhar, podem se mostrar enquanto conformismo à lógica de sujeição e dominação, de forma a burlar o próprio sistema de dominação. Imerso nesse contexto de maternalismo, a Legião Brasileira de Assistência teve papel importante no quadro de profissionalização feminina no decorrer da década de 1940, como nos aponta Barbosa (2017):

Naquela conjuntura, a importância dos cursos preparatórios ofertados pela LBA, além de estimular a participação feminina em atividades de cuidados, abriu frentes de profissionalização feminina como educadoras sociais, enfermeiras e assistentes sociais. Ao mesmo tempo em que a LBA se tornou a instituição símbolo da assistência social no Brasil, promoveu a profissionalização das mulheres, dando a elas acesso a espaços nos quais permaneceram, mesmo após o término da guerra. (BARBOSA, 2017, p. 171).

Enfatizando a relação entre a profissionalização feminina e o aumento de escolas superiores de Serviço Social, Simili (2008) destaca que o corpo social que deu origem à profissão de Assistentes Sociais era composto por mulheres. Ainda devemos destacar que a profissionalização do Serviço Social ocorreu na mesma década da fundação do Conselho Nacional de Serviço Social (1930) e se desenvolveu por meio da criação de instituições profissionalizantes de Serviço Social, em especial na cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro, assim como houve também a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em 1932, em São Paulo, que é considerado a primeira instituição profissional do Serviço Social no Brasil.

De acordo com Iamamoto e Carvalho, o referido centro “aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e da Ação Católica de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 168). Em 1936, foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, e em 1940, o Instituto de Serviço Social como desdobramento da Escola de Serviço Social, tendo a finalidade de formar trabalhadoras sociais especializadas em Serviço Social. A imprensa da época aponta uma estreita ligação entre essas primeiras instituições voltadas para a profissionalização do Serviço Social e a Legião Brasileira de Assistência, bem como com sua presidenta, a primeira-dama do país, Darcy Vargas. Considerando um exemplo de relação com o Serviço Social, Darcy foi paraninfa da primeira turma do curso em 1941.

No decorrer da década de 1940, surgem diversas escolas de serviço social nas capitais dos Estados, sendo que quatorze enviam representantes ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1947. A maioria se formará sob a influência das duas primeiras de origem católica, tendo em sua direção ex-alunas dessas escolas formadas sob o regime de bolsas de estudos. A implantação das mesmas obedecerá ao processo semelhante ao de suas antecessoras de São Paulo e Rio de Janeiro, contando com o apoio financeiro da Legião Brasileira de Assistência [...] A existência de assistentes sociais diplomadas se limitará por um longo período quase apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que, mesmo aí, seu número é pouco significativo. Até 1947, as escolas católicas de serviço social do Rio de Janeiro (masculina e feminina) haviam diplomado 40 assistentes sociais. As duas escolas de São Paulo, 196 formadas, e o curso de Trabalho Social da Escola de Enfermagem Ana Nery, 9 formadas [...]. Até o fim da década, o número de assistentes sociais diplomados será pouco superior a 300, concentrando-se em São Paulo e no Distrito Federal, com esmagadora maioria feminina. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 186).

Outra prática característica do que podemos chamar de primeira fase da Legião Brasileira de Assistência foi a realização de campanhas em prol dos soldados brasileiros, as quais visavam promover e incentivar um diálogo entre os combatentes, representantes da pátria em terreno inimigo, e a sociedade, ansiosa e aflita diante do contexto de guerra. Assim como a imprensa, a documentação referente à LBA também destaca a importância de tais práticas, enfatizando, entre outras, as campanhas do “cigarro do combatente”, do “livro do combatente”, “das madrinhas dos combatentes” e a “Campanha da Borracha Usada”. Para além da assistência, a instituição demonstrava grande preocupação com a construção de sua imagem, bem como a de sua figura maior, Darcy Vargas.

## Imagem 24 - Darcy Vargas recebendo donativos de maços de cigarro



**Fonte:** Simili, 2008, p. 160.

Para Ivana Guilherme Simili, a imagem acima retrata o momento em que Darcy recebe numerosa quantidade de cigarros a serem enviados aos combatentes. O envio de certos produtos, a exemplo do cigarro, era justificado pela necessidade “daqueles homens que deixaram suas casas para servir a pátria” ter algo prazeroso em algum momento. A campanha ganhou notável visibilidade da sociedade, contanto com a doação de diversos grupos, como ocorrera com a “revista O Cruzeiro, por intermédio de Leão Gondim de Oliveira e Teresa Bandeira de Melo, contribuiu com 200 mil cigarros Liberty” (CALLADO, 2011, p. 176-177). Além dessa imagem, diversas fotografias de voluntárias da LBA, distribuindo maços de cigarro e fósforo, são encontradas no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã*.

Outra campanha que também contou com grande apoio da sociedade e intensa participação das voluntárias da Legião foi a do “livro do combatente”, que era socializada por meio de um cartaz com o discurso: “Unidos para a Vitória – Demos livros aos nossos soldados”, o qual conclamava a sociedade a ceder algum livro que não usasse mais para que os soldados pudessem usufruir dele. Sua finalidade era angariar livros, revistas e publicações da população, através da coleta das voluntárias, para a composição de “bibliotecas ambulantes” para os soldados. De acordo com os números divulgados pela Legião Brasileira de Assistência, foram coletados cerca de 45 mil volumes que, após selecionados, passaram a constituir as bibliotecas ambulantes a serviço dos soldados brasileiros (MATOS, 1945). A partir daí a biblioteca os acompanhou.

A concepção e a natureza da biblioteca criada pela LBA para os soldados podem ser reconhecidas e avaliadas na descrição feita por Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, que, em 1943, era conselheira da LBA e que, pela posição ocupada, foi entrevistada pela Revista Cultura Política. Segundo informava, as bibliotecas ambulantes haviam sido concebidas nos moldes da Biblioteca do Soldado do Estado-maior do Exército Suíço, durante a ocupação da fronteira entre 1914 e 1919. A “biblioteca ambulante do Soldado” da LBA era constituída por caixas-estantes com aproximadamente 50 livros de vários gêneros - romances em sua maioria e de história, geografia, viagens, biografias, ciências. Com a biblioteca, pretendia-se “levar ao soldado brasileiro uma leitura amena instrutiva, que lhe estimule o hábito de recorrer ao livro em suas horas de descanso” (SIMILI, 2008, p. 171).

### **Imagem 25- Darcy Vargas entregando livros a um combatente**



**Fonte:** Simili, 2008, p. 173.

Dentre as várias outras campanhas projetadas e executadas pela Legião, vale destacar a da “Madrinha dos Combatentes”, cujo objetivo era conseguir o maior número de mulheres que se dispusesse a se transformar em “Madrinhas dos combatentes”, facilitando a comunicação entre familiares e soldados por intermédio de cartas que também serviriam para levar conforto espiritual aos combatentes e permitir um recebimento de notícia sobre as necessidades no *front* de combate. Em meados de 1944, a imprensa noticia a iniciativa da primeira-dama junto à campanha. A iniciativa tomada pela Sra. Darcy Vargas, presidente da LBA, no sentido de enviar aos expedicionários brasileiros pequenas utilidades em forma de lembrança, por meio da campanha da Madrinhas dos Combatentes Brasileiros (*Jornal do Brasil*, 23 de julho de 1944)<sup>90</sup>. Darcy era a iniciadora de tudo. “Para conseguir uma madrinha, era necessário que o soldado escrevesse para a primeira-dama: ‘quando não puder escrever, deverá pedir a um colega

<sup>90</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 02 de out. 2018.

que o faça por si'. Encaminhada a carta e encontrada a madrinha, começaram as 'obrigações recíprocas'" (SIMILI, 2008, p. 177).

### Imagem 26 - Cartaz da Campanha da "Madrinha do Combatente"



Fonte: Simili, 2008, 177

O cartaz usado pela campanha tinha forte teor apelativo no texto verbal e não verbal. Neste, há um soldado lendo uma carta recebida dos familiares brasileiros e, por trás dele uma imagem da família, unida e confiante na vitória da nação. Acima há a frase "Alguém protege teu lar", indicando que a LBA estaria cumprindo seu objetivo de assistir a família daqueles que estavam no campo de batalha. A campanha pregava que madrinha e afilhados fossem o elo de ligação entre o *front* e a sociedade brasileira. Desse modo, a figura feminina ganha novo espaço de atuação no cenário da Guerra, no entanto, mais uma vez, esse espaço transita entre o atuar no público, sem abrir mão do privado e das dicotomias arraigadas das hierarquias de gênero.

O General Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira, enviou a Darcy Vargas, um agradecimento pelo trabalho desenvolvido pela LBA, apontando-a como um elo de ligação entre o quartel e o lar dos soldados em guerra<sup>91</sup>. O *Jornal do Brasil* relata, no ano de 1945, o pedido de um soldado direcionado à primeira-dama, clamando por notícias de sua família, tendo em vista que nada sabia sobre eles desde que havia partido para o *front*. Darcy atendeu ao apelo do soldado,

---

<sup>91</sup> *Jornal do Brasil* (RJ), 21 de julho de 1944. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 03 de set. 2018.

enviando uma equipe a procura da família do expedicionário Leandro Amâncio Braz. Com notícias apuradas, uma carta em nome da primeira-dama e da Legião foi enviada ao soldado, tranquilizando-o<sup>92</sup>. Na falta de uma madrinha, era Darcy a procurada pelos combatentes.

Como observado, muitos foram os feitos da Legião Brasileira de Assistência durante os anos de duração da Segunda Guerra, frente ao objetivo proposto de prestar serviço assistencial às famílias dos soldados enviados para o combate, indo além desse intuito precípua e constituindo toda uma rede de assistência que, por meio do voluntariado, fez-se presente em todo o território nacional. Pelo trabalho desenvolvido, a LBA ganha destaque nacional e internacional, recendo visitas de diversas personalidades curiosas e interessadas com o trabalho efetuado. Destaca-se a visita da embaixatriz norte-americana Beatrice Berle à sede nacional da LBA, no Rio de Janeiro, noticiada pelo Boletim Informativo nº 16, publicado em 26 de setembro de 1945. A função dessas visitas seria conhecer a primeira-dama Darcy Vargas e o trabalho pioneiro desenvolvido por ela na esfera social. Outra visita de destaque foi a de Josephine Ogden, esposa do Ministro da Marinha dos Estados Unidos, James Forrestal, e teve também o feito de conhecer de perto as obras assistenciais desenvolvidas pela primeira-dama brasileira<sup>93</sup>.

Pode-se observar a variedade da assistência social prestada pela LBA e sua abrangência através das informações prestadas no Boletim Informativo nº 01, o qual relata a distribuição de 89.713 merendas escolares no Mato Grosso, a construção de 16 Postos de Puericultura em São Paulo, a construção de 100 casas para famílias pobres em Manaus, além da manutenção da Casa da Criança de Teresina, que atendia a 432 crianças, a construção de uma escola em Vitória com capacidade para 300 alunos, e a construção de um Centro de Puericultura em Natal. (BARBOSA, 2017. p. 207-208).

Apesar de todos esses feitos, é interessante observar que a LBA raramente é mencionada pela historiografia nos estudos relacionados à Guerra, mesmo funcionando como um dos pilares de sustentação do Estado em sua empreitada bélica. Tal lacuna pode ser explicada pelo caráter patriarcal da produção historiográfica, mesmo em seus moldes não tradicionais, que insiste em não dá importância a eventos cuja esfera de atuação não seja considerada a pública. Corroborando com Pateman (1993), vale enfatizar que, na lógica de formação do contrato original, apenas uma parte dele é levado em conta, o

---

<sup>92</sup> Jornal do Brasil (RJ), 25 de março de 1945. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 13 de out. 2018.

<sup>93</sup> Jornal do Brasil (RJ), 14 de novembro de 1944. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 08 de set. 2018.

contrato social, deixando de lado a importância do contrato sexual. Assim, mesmo pressupondo a existências de duas esferas, pública e privada, apenas a primeira parece carregar as prerrogativas de liberdade civil, encarada, assim, como o espaço de atuação dos “indivíduos”, que seriam portadores de certa “propriedade”, a qual as exerceria sobre os “não-indivíduos”, ou seja, as mulheres. Partindo dessa lógica, constituiu-se o patriarcado moderno, que legitima seu poder por meio da negação da esfera privada, da qual a historiográfica faz parte.

Convém destacar que, em um dos mais importantes estudos a respeito da participação das mulheres na vida pública e política brasileira, o de Lúcia Avelar (2002), as primeiras-damas e os trabalhos por elas realizados não são mencionados como pertencentes à esfera de atuação e de participação da mulher na política. (SIMILI, 2008, p. 32).

Com a notícia da rendição das forças alemãs, em maio de 1945, o voluntariado da LBA começava a preparar uma grande festa de recepção aos que retornariam ao Brasil. Uma multidão se reuniu em frente ao Palácio Guanabara, e o comunicado foi feito. Em diversas passagens, a imprensa carioca ressalta o agradecimento, tanto da FEB (Força Expedicionária Brasileira), quanto do comando maior do Exército brasileiro, pelo trabalho desenvolvido pela LBA, em especial aos cuidados relacionados aos soldados e as suas famílias. Em reconhecimento ao trabalho em prol da nação no contexto de guerra, Darcy foi condecorada com uma “Medalha de Guerra”, em setembro de 1945. A medalha foi cedida pela primeira-dama ao Museu Histórico Nacional e apontada como um troféu que todos aqueles e aquelas que trabalharam pela LBA estariam recebendo<sup>94</sup>.

Depois disso, o Boletim da LBA, número 16 do ano de 1945 traz a imagem da medalha recebida, sucedida de uma carta de Darcy Vargas destinada a Gois Monteiro, na qual a primeira-dama relata a satisfação em ter estado à frente da instituição e contribuir com a pátria brasileira.

O que a Legião Brasileira de Assistência pôde fazer, no auxílio constante e dedicado à família de nossos patrícios empenhados na luta, deve-se precipuamente à contribuição dos empregados e empregadores em geral, dos operários, industriais e comerciantes que, espontaneamente contribuíram para o fundo patrimonial da L. B. A. e não pode ser a mim – que pouco ou nada fiz – mas às infatigáveis colaboradoras, que sacrificaram a saúde e os prazeres, unidas pelo desejo de minorar o sofrimento, o desconforto e as necessidades daqueles que, com preces nos lábios, tinham os seus filhos ou irmãos, pais ou noivos, sob os céus da Itália, conduzindo no braço as insígnias de uma pátria invicta. A essas brasileiras, exemplares no seu devotamento à causa do Brasil, insuperáveis na sua dedicação ao plano

---

<sup>94</sup> Jornal do Brasil (RJ), 09 de setembro de 1945. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 12 de set. 2018.

assistencial da L. B. A., incansáveis no seu esforço pertinaz e constante, não só no Distrito Federal, mas ainda nos Estados e nos Municípios, onde por toda a imensidão do nosso Brasil se estende e se faz sentir a ação da L. B. A., a elas deve caber a comenda com que me distinguem e que só aceito em nome delas e para elas. Mais ainda, aceito-a em nome de todos os que colaboram, embora obscuramente, mesmo no recesso de seus lares, no esforço de guerra do Brasil, concorrendo, por qualquer forma, para manter vivos o entusiasmo e a fé no coração dos heróis que conduziram o pavilhão auriverde aos seus históricos triunfos. Solicito, por isso mesmo, permissão a V. Exc. para encaminhar dita comenda ao Museu Histórico a fim de que fique ali guardada como homenagem das forças armadas a todos os civis que, na retaguarda, contribuíram, com qualquer parcela, para a vitória final.

A conjuntura social e política do Brasil passaria por profundas mudanças, e a Legião assumiria novos desafios frente às demandas que emergiam. A partir daquele momento, a instituição tomaria como foco central o amparo à maternidade e à infância, dois problemas exponenciais e de grande relevo na sociedade desde o início do século. Entre diversas outras ações, a Legião Brasileira de Assistência passou a apoiar a criação de asilos, orfanatos, escolas, hospitais e espaços destinados ao acolhimento assistencial a esses grupos. Mesmo agindo por meio de práticas assistencialistas, a instituição buscava se distanciar de um modelo arraigado, configurado no “receber e dar esmolas”. Nesse sentido, a própria instituição esclarece: “A LBA não dá esmolas. O seu programa de ação baseia-se no mais moderno sistema de assistência social” (Boletim da LBA, nº 01, 1945).

Para se distanciar do modelo apenas caritativo, a LBA buscou auxílio junto às escolas de Serviço Social especializadas, e deu continuidade aos trabalhos mesmo após o silenciamento dos canhões, mantendo o modelo do corporativismo e do cooperativismo voluntário presente desde sua criação, em 1942. Ademais, o empresariado também permaneceu presente, e outras parcerias foram firmadas. Pode-se perceber, então, que a LBA foi uma das instituições criadas a partir do ideário filantrópico/assistencial, que, após cumprir a sua função principia regimental, tornou-se uma instituição que atuou em parceria com o Governo Federal na promoção da assistência social até sua extinção, em 1995<sup>95</sup>.

Também vale ressaltar que a LBA foi alvo de diversas críticas, principalmente, relacionadas a desvios de dinheiro público durante os 53 anos de sua existência. No

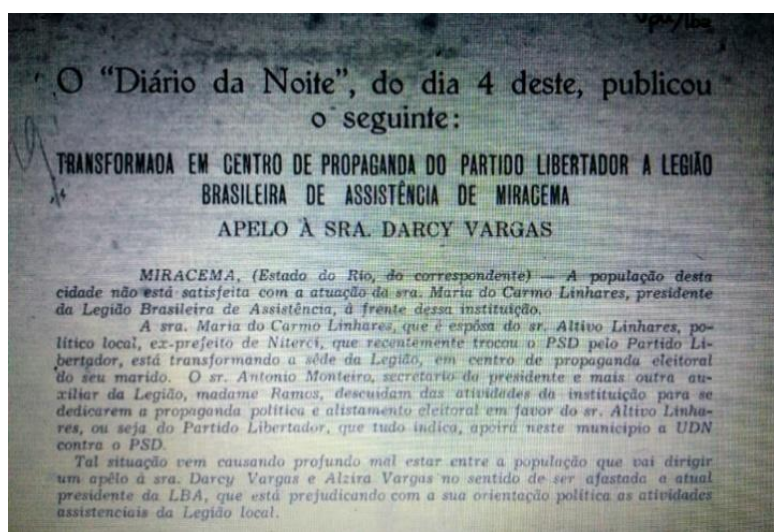
---

<sup>95</sup> Em 1969, por meio do Decreto-lei nº 593, a LBA foi transformada em fundação, com o nome de Fundação Legião Brasileira de Assistência, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Em 1977, a instituição sofreu uma nova modificação, passando a estar vinculada ao Ministério da Ação Social. A LBA foi extinta através do art. 19, inciso I, da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. No lugar da Legião Brasileira de Assistência, foi criado o Programa Federal Comunidade Solidária, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso.



governo Vargas, a imprensa opositora buscava informações que pudesse confirmar os desvios. Em documentação disponível no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) – FGV (Fundação Getúlio Vargas), arquivo Alzira Vargas, podemos ter acesso a uma denúncia de tentativa de uso político da Legião Brasileira de Assistência do Rio de Janeiro. O escrito aponta que a Dona Maria do Carmo Linhares, esposa do ex-prefeito de Niterói, Altivo Linhares, utilizava a instituição para realizar propaganda política do cônjuge. O “pedido de socorro”, destinado à primeira-dama Darcy Vargas foi publicado no Jornal *O Diário da Noite*.

### Imagem 27 - Cópia do apelo publicado no Diário da Noite



Fonte: CPDOC-FGV

Em uma matéria sobre a necessidade de assistência à infância, publicada no ano de 1946, o *Jornal do Brasil* traz aos leitores uma crítica à Legião Brasileira de Assistência, destacando que:

Apesar de contar com a dedicação inextinguível da grande dama, a senhora Darcy Vargas, e se possuir a maior soma reunida em espécie calculada em dezenas de milhões de cruzeiros anuais, muito pouco fez do que poderia realizar. Gozando de privilégios raros, quais sejam dinheiro, prestígio político e social (dirigida pelo presidente da República, em regime ditatorial), mesmo assim a LBA não conseguiu realizar os seus projetos e agora está lutando com dificuldade. E o seu fracasso deve-se naturalmente a falta de técnicos em Serviço Social, se considerarmos o número reduzidíssimos de pessoas preparados em cursos regulares e a número de porcentagem de pessoas apenas revestidas de boa vontade. (*Jornal do Brasil* (RJ), 07 de abril de 1946)<sup>96</sup>.

<sup>96</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 12 de ago. 2018.

Em sua passagem pela Legião, Darcy Vargas se afastou do cargo por duas vezes. A primeira em 1943, devido à morte de seu filho mais novo, Getúlio Vargas Filho, vítima de poliomielite, deixando Alzira, sua filha, assumir seu lugar, por alguns meses. No arquivo digital do CPDOC – FGV, encontra-se disponível uma considerável documentação sobre o período em que Alzira esteve à frente da LBA, nacional e municipal do Rio.

O segundo afastamento de Darcy da Legião Brasileira de Assistência ocorreu em 1945, em decorrência da saída de Getúlio Vargas da Presidência da República. Nesse momento, a grande representante do trabalho social dá continuidade aos projetos à frente da Fundação que levava seu nome e a Casa do Pequeno Jornaleiro. Enquanto Getúlio se reclusa no interior do Rio Grande do Sul, Darcy permanece no Rio, trabalhando em prol dos desamparados. O retorno de ambos, Getúlio à Presidência da República, e Darcy à presidência da LBA, ocorre em 1951, quando Vargas é eleito pelo voto direto, e sua esposa reassume o posto de primeira-dama do país.

Diante disso, a população recebeu a notícia dos dois retornos com grande euforia. A edição de número 64 do Boletim da LBA, publicado em fevereiro de 1951 traz em sua capa: “HOMENAGEM À SENHORA DARCY SARMANHO VARGAS”. De acordo com as páginas do Boletim, os funcionários da instituição organizaram grande campanha para que o cargo fosse novamente ocupado pela “eterna primeira-dama”. “Voltando à L.B.A., D. Darcy atenderá aos anseios de milhares de necessitados, que nela veem uma esperança de melhores dias. Estão assim de parabéns os funcionários da Legião e os pobres de todo país, pelo retorno de d. Darcy Sarmanho Vargas à Presidência efetiva da Legião Brasileira de Assistência”<sup>97</sup>.

Assim, Darcy é nomeada e reconduzida ao cargo de presidente da instituição, escolhida por unanimidade entre os conselheiros. A sua posse é apontada como uma grande apoteose, um acontecimento noticiado pela mídia. Em sua primeira mensagem ao povo brasileiro enquanto presidenta, mais uma vez, da LBA, Darcy Vargas falou: “Iniciamos uma dura fase de trabalhos para a consecução de programas indispensáveis à proteção efetiva da Maternidade e da Infância em nossa terra”<sup>98</sup>. Agora, nessa segunda passagem de Darcy pela presidência da LBA, um dos pontos centrais a ser destacado foi

---

<sup>97</sup> Boletim Informativo, fevereiro de 1951.

<sup>98</sup> Boletim Informativo, fevereiro de 1951.

a relocação das mulheres ao centro da instituição, caracterizada pelo retorno das primeiras-damas estaduais e do corpo de voluntárias.

**Imagem 28 - Darcy Vargas em reunião com a diretoria da LBA, após ser reempossada presidenta da instituição em 1951**



**Fonte:** CPDOC - FGV<sup>99</sup>

Após toda essa discussão, nota-se que a Legião Brasileira de Assistência foi o “espaço” governamental que institucionalizou o primeiro-damismo no Brasil. Com exceção de algumas primeiras-damas do período do Regime Militar, e Dona Sarah Kubitschek de Oliveira, as demais primeiras-damas, em nível federal, atuaram junto à instituição<sup>100</sup>. O que chamamos de primeiro-damismo começa, então, a se configurar no decorrer da década de 1930, momento em que Darcy Vargas vivencia e protagoniza experiências as quais nos referimos enquanto ensaios do que viria a ser o primeiro-damismo, desenvolvendo um modelo de atuação para as esposas dos governantes, por meio de sua atuação pública em setores ligados ao social, ancorada no projeto maior do Estado Novo, mas propiciando o “abrir portas” para a atuação de muitas mulheres na esfera pública.

Dessa forma, conclui-se que o conjunto de práticas que passaremos a classificar enquanto primeiro-damismo, começou a se originar no Brasil, no decorrer da década de 1930, momento em que o país reconfigura o seu cenário político, social e econômico, institucionalizando-se na década seguinte. O Movimento de 1930 leva Getúlio Vargas ao poder, as demandas sociais se apresentam de forma mais imediatas e os mais

<sup>99</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/audiovisual/familia-vargas-epersonalidades-politicas-em-diferentes-eventos-oficiais-e-informais>. Acesso em 13 de ago. 2018.

<sup>100</sup> A primeira-dama Sarah Kubitschek de Oliveira não assumiu a presidência da LBA, atuando junto a outro órgão, as Pioneiras Sociais. O capítulo dois abordará tal discussão.

diferenciados movimentos de mulheres conclamam por um maior reconhecimento de seus direitos.

Nessa época, algumas garantias são “conquistadas”, ou adquiridas por meio do que Ângela de Castro Gomes (2005) chamou de “ideologia de outorga”, caracterizada pela construção de uma imagem do Estado e de Getúlio como benfeitores, os quais teriam atendido aos anseios dos trabalhadores, sem esses os terem solicitado. Entre essas garantias, as leis trabalhistas e o sufrágio feminino valem ser destacados. As duas implicaram diretamente na constituição da nova noção de cidadania.

Associado a essa conjuntura mais ampla, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, aparece também a figura pública de Darcy Vargas, mulher que mudaria os rumos das primeiras-damas brasileiras. Darcy assume uma postura diferente daquelas praticadas pelas esposas de governantes até então. Já, a partir de 1930, com a criação e a execução dos trabalhos da Legião da Caridade, Darcy se mostra com vontade de participar da vida política do país ao lado de seu marido. Essa postura se intensifica após sua chegada ao Rio de Janeiro, momento em que se engaja, de forma pioneira, em trabalhos de cunho social/assistencialista/filantropico/caritativo.

Ao iniciar o Estado Novo, Darcy Vargas criaria e presidiria uma fundação que levaria seu nome, desenvolvendo um grande projeto assistencial, a Casa do Pequeno Jornaleiro, existente até os dias atuais. A década de 1940 começa, então, cheia de demandas no que diz respeito ao social e à assistência aos não assistidos pela “cidadania” em vigor, e contando com uma primeira-dama que já vinha desempenhando um importante papel junto a diversas instituições e obras caritativas. Diante desse cenário, a Legião Brasileira de Assistência é criada, sendo o espaço em que Darcy Vargas passaria a concentrar sua atuação pública e política em nome do social.

A partir daquele momento, caberia à primeira-dama não mais apenas a organização funcional do palácio, a oferta de recepções, os chás, os bailes, o ser uma exemplar mãe e esposa. Caberia a ela também atuar no espaço público, corroborando com o projeto político encabeçado por seu marido. Portanto, a primeira-dama passaria a ter um espaço na governabilidade, sendo essa a primeira prática que caracteriza o primeiro-damismo. Assim, a presença e participação de esposas de governantes em áreas de assistência social, prática iniciada por Darcy Vargas, passou a ser uma constante na história do país, prevalecendo até os dias atuais. Essa é a segunda prática que caracteriza o primeiro-damismo no momento de seu nascimento e institucionalização.

Enquanto um fenômeno de longa política, o primeiro-damismo vai se moldando no decorrer do tempo, de acordo com as novas demandas e conjunturas, assim como acontece com a cultura política brasileira. Mas, em sua essência, essas duas práticas demarcam o nascimento do primeiro-damismo no Brasil, enquanto *estratégia* do Estado, buscando se fazer presente em áreas que podem alcançar contando com a colaboração da figura feminina da esposa do governante. As relações de poder, que se fazem presente na constituição desse fenômeno, trazem à tona a apropriação de características atribuídas ao “feminino”, como comprovações das desigualdades de gênero: às mulheres é permitido o estar no público sem “abrir mão” do privado.

Dessa maneira, a *tática* se faz presente justamente no momento em que algumas primeiras-damas alçam voos não planejados na execução do primeiro-damismo. Ao observarmos a trajetória de diversas primeiras-damas, é evidenciado o processo de construção de capitais políticos próprios e a demarcação de espaços de atuação enquanto esposas de governantes, muitas vezes alcançando mais popularidade e sucesso político que o próprio esposo.

O primeiro-damismo surgiu, portanto, como um conjunto de práticas que não questionava o espaço privado, muito menos a presença da mulher nele, e não esteve ao lado dos feminismos brasileiros defendendo a participação das mulheres na vida pública e política do país. Em seu nascedouro, ele não questionava as dicotomias de gênero, ao contrário, reforçava-os, não objetivando eliminar as barreiras que segregavam o “ser público” do “ser privado”. No entanto, no decorrer da República, por meio de muitas *táticas*, em meio a uma grande *estratégia* de legitimação, o primeiro-damismo foi apropriado de novas e diferenciadas maneiras, dando a diversas primeiras-damas não mais o espaço de coadjuvantes, participantes dos bastidores dos acontecimentos políticos, mas de protagonistas no cenário político e partidário.

Nesse sentido, a trajetória construída por Darcy Vargas é expressiva quanto ao entrecruzamento daquilo que Certeau chamou de *estratégia* e *tática*, sendo sua atuação caracterizada pela liberdade de ação junto ao social, diante do posto ocupado, corroborando com o projeto de governo em curso, mas fazendo uso dos sistemas normativos e da máquina administrativa a sua maneira. Por meio do envolvimento da personagem com as “políticas” de Getúlio Vargas, foi possível que ela criasse um itinerário próprio com um perfil para a mulher pública, e primeira-dama como preocupada e vinculada às questões sociais e assistenciais. Esse modelo foi e continua sendo seguido por diversas primeiras-damas no Brasil, nos três níveis de governabilidade.

Como sugerido neste capítulo, as apropriações do primeiro-damismo são muitas e diversas, no entanto, essas mulheres ainda continuam no anonimato da história. Mesmo na prática deixando de atuar enquanto coadjuvantes no campo político<sup>101</sup>, na produção historiográfica permanecem sem nome, rosto, espaço e história<sup>102</sup>. Ao longo da pesquisa, encontramos trabalhos sobre a atuação de algumas primeiras-damas, porém eles próprios enfatizam a falta e a necessidade de um estudo que se proponha a discutir o primeiro-damismo, encarado como um fenômeno político presente na cultura política brasileira, em seu recorte republicado. É o que este trabalho se propõe a fazer.

---

<sup>101</sup> Fazemos uso na noção de Campo Político de acordo com Bourdieu (2001), O sociólogo aponta que tudo aquilo que é passível de ser pensado e falado politicamente é limitado pelas leis que regulam o campo da política. Nesse sentido, o autor entende por noção de “campo”, a conjuntura de relações entre as posições desempenhadas pelos agentes, de acordo com suas colocações nas distribuições e lutas de poder, sendo a existência dessas relações independente da consciência e intenção individual. Na mesma direção Rabay e Carvalho (2010) inspiradas em Bourdieu salientam que “a política é uma instituição corporativa de representação de interesses, com normas próprias de recrutamento e de treinamento político” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 33).

<sup>102</sup> Recente trabalho que apresenta um pouco da história das primeiras-damas do Brasil é: GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuza de. **Todas as mulheres dos presidentes**. A história pouco conhecida das primeiras-damas desde o início da república. Rio de Janeiro: Máquina dos livros, 2019.

## *Capítulo 2*

*Moldado o primeiro-damismo,  
como agiram as primeiras-damas  
(1945 a 1964)?*

A República foi o cenário do nascimento do primeiro-damismo no Brasil, mesmo tendo passado por diferentes momentos histórico-políticos. O conjunto de práticas exercidas pelas primeiras-damas, aqui denominado de primeiro-damismo, alastrou-se temporal e territorialmente pelo país. O modelo de atuação, moldado por Darcy Vargas, na passagem da década de 1930 para 1940, foi institucionalizado por meio das práticas desenvolvidas no interior da Legião Brasileira de Assistência. À primeira-dama, caberia um espaço de atuação junto ao cenário administrativo, corroborando com os projetos governamentais encabeçados por seus esposos. Tomando como base um primeiro-damismo, pensado e executado pela senhora Vargas, aquelas que ocuparam o papel de primeira-dama da nação até meados de 1960, apropriaram-se dos seus ensinamentos, seguindo o modelo de atuação pública, assim como delinearão novos contornos a esse conjunto de práticas. As áreas de atuação são expandidas, mas os espaços e as experiências, perpassando entre *estratégias* e *táticas*, são mantidos.

**Quadro 03 – Primeiras-damas do “estreito” período democrático (1945 a 1964)**

NOME	ESPOSO	PERÍODO
Carmela Dutra	Eurico Gaspar Dutra	31 de jan. 1946 - 09 de out. 1947
Darcy Vargas	Getúlio Vargas	31 de jan. 1951 - 24 de ago. 1954
Jandira Café	Café Filho	24 de ago. 1954 - 08 de nov. 1955
Sarah Kubitschek	Juscelino Kubitschek	31 de jan. 1956 - 31 de jan. 1961
Eloá Quadros	Jânio Quadros	31 de jan. 1961 - 25 de ago. 1961
Maria Thereza Goulart	João Goulart	07 de set. 1961 - 01 de abr. 1964

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora, mediante material referente à História do Brasil República.

Cinco personalidades, além de Darcy Vargas, que ocupou o posto pela segunda vez, figuraram enquanto primeiras-damas no recorte republicano de 1945 a 1964, ano em que ocorreu o Golpe Militar e foi instituído um regime ditatorial no país. Por meio delas e de suas atuações, o campo da assistência ao social foi reafirmado enquanto *lócus* de execução do primeiro-damismo. Ser primeira-dama depois da experiência vivenciada por Darcy Vargas, tornou-se uma responsabilidade pública e política. A essas mulheres não cabiam apenas os afazeres do espaço privado, elas passaram a figurar no meio público e compuseram o quadro que sustentava a governabilidade de seus cônjuges numa espécie de protagonismo disfarçado de coadjuvantismo.



A descrição linear dos fatos é um dos pontos mais criticados quanto ao que se convencionou chamar de História Tradicional. Esse estudo faz uso da linearidade não convencional, tradicional ou descritiva, e configura-se como aporte explicativo e analítico, para propor uma melhor compreensão do fenômeno a que nos dispomos trabalhar. Partimos da premissa de que só conseguiremos, de fato, compreender o primeiro-damismo, sua constituição, suas apropriações e seus realinhamentos ao observarmos e analisarmos as trajetórias de atuação de suas protagonistas, ou seja, as primeiras-damas. Assim, após percorrer as experiências daquelas que compuseram o quadro das primeiras-damas do início da República, perpassando pelo recorte temporal, aqui defendido enquanto nascedouro do primeiro-damismo (passagem de 1930 para 1940), e a atuação singular de Darcy Vargas, partiremos, neste segundo capítulo, para a análise das performances das primeiras-damas que compõem o quadro 03, a fim de demonstrar dois elementos: (a) a perpetuação de um modelo de atuação das esposas de governantes; (b) a reafirmação do primeiro-damismo por meio de diferenciadas apropriações e reapropriações desse fenômeno.

### *2.1 As contemporâneas de Darcy: “Santinha” Dutra e Jandira Cafê*

Os anos que intercalaram os dois governos de Getúlio Vargas, 1945 a 1951, são apontados pela historiografia como período de transição democrática. O viés democrático, que possibilitaria o retorno de Vargas ao poder, seria estancado em 1964 com o Golpe Militar. Anteriormente a isso, o ano de 1945 é marcado por um grande paradoxo: a queda do ditador Getúlio Vargas e o crescimento alarmante de sua popularidade. O Queremismo ou Movimento Queremista é um dos fatores que apontam para esse fenômeno<sup>103</sup>. Getúlio é afastado do governo, mas o vê ocupado pelo General Eurico Gaspar Dutra, ex-Ministro da Guerra de seu governo. Como salienta Fausto (2006), com perfil legalista, Dutra teria se aproximado do governo de Vargas a partir de 1932, já havendo, em momentos anteriores, envolvido-se na repressão ao movimento tenentista dos Dezoito do Forte, no Rio de Janeiro, e na repressão à Revolução de 1924, em São Paulo. Já alinhado ao Governo Provisório, Dutra atuou na Revolução Constitucionalista e, em 1935, abafou a Intentona Comunista. No ano seguinte, Vargas o convidaria para assumir o Ministério da Guerra. O General ainda participou da

---

<sup>103</sup> O Queremismo foi um movimento de massa, de proporções grandiosas que visava criar condições para a permanência do presidente Getúlio Vargas no poder. Defendia-se a ideia de uma Constituinte com Getúlio (FERREIRA, 1997).

conspiração que resultou no golpe que instituiu o Estado Novo no ano de 1937, permanecendo no governo até 1945, ano em que lança sua candidatura à Presidência da República.

Candidato pelo Partido Social Democrático (PSD), Dutra contou com o apoio de Vargas e foi eleito Presidente da República em 02 de dezembro de 1945, assumindo o cargo em 31 de janeiro do ano seguinte. Nessa época, Dona Carmela Dutra, conhecida como “Santinha” Dutra, assume o papel de primeira-dama. O casal contraiu união em 1914, mesmo ano em que Carmela havia ficado viúva. Nesse sentido, de acordo com Louro (1997), casar-se novamente era o caminho que uma cidadã católica da época devia seguir, e Santinha Dutra, portanto, estava cumprindo os ensinamentos cristãos ao se casar com um homem respeitoso: Eurico Gaspar Dutra. A forte ligação com a Igreja Católica é um dos elementos de destaque na vida da então primeira-dama, pois influenciava diretamente suas posições frente às novas demandas a enfrentar, mediante o espaço agora ocupado.

Enquanto primeira-dama, Santinha Dutra demonstrou, em suas ações, o reconhecimento das práticas as quais denominamos de primeiro-damismo, buscando seguir o modelo estabelecido. Salientamos que sua atuação foi mais restrita, mas contando com o delineamento de contornos próprios a sua experiência. Contemporânea de Darcy, a atuação pública de Santinha tem início ainda antes de seu esposo assumir a Presidência da República, quando ele esteve à frente do Ministério da Guerra<sup>104</sup>.

A primeira atuação a se destacar a respeito de Carmela Leite é a sua função docente, desempenhada no decorrer dos anos 1920. Vale destacar o fervoroso clima de tensão que marcou tal período na história da educação brasileira, momento em que educadores católicos pregavam a “recristianização” do país, em resposta ao avanço dos entusiastas do Movimento da Escola Nova que defendiam uma educação laica<sup>105</sup>. Um dos

---

<sup>104</sup> Carmela Teles Leite nasceu no Rio de Janeiro, na Ilha do Governador, em 17 de setembro de 1884, filha de família tradicional do estado; Manoel Antonio Leite e Emília Teles Leite eram os pais dela. Casou-se a primeira vez em 1904, com José Pinheiro de Ulhôa Cintra, de quem ficou viúva em fevereiro de 1914. Do matrimônio, teve dois filhos. A união com o General Eurico Gaspar Dutra ocorreu ainda em 1914.

<sup>105</sup> O Movimento tem como marco o MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, do ano de 1932. O Documento circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação. Os educadores de 1932 que assinaram o manifesto diziam que a escola tradicional estava instalada para uma concepção burguesa, deixando o indivíduo numa autonomia isolada e estéril. O documento defendia ainda: educação como uma função essencialmente pública; a escola deve ser única e comum, sem privilégios econômicos de uma minoria; todos os professores devem ter formação universitária; o ensino deve ser laico, gratuito e obrigatório. Sobre o Movimento e o Manifesto, ver XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional**: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Bragança Paulista, EDUSF, 2002.

grandes expoentes do movimento foi o arcebispo D. Sebastião Leme, que criou e dirigiu a Liga Eleitoral Católica (LEC), pensada enquanto orientação em relação à escolha do voto em meio àquele contexto. “E esse ‘curral eleitoral’ católico, de onde também emergia grande influência de Carmela Dutra, serviu como uma das principais bases de apoio à futura candidatura de Eurico Gaspar Dutra à Presidência” (SOUZA LIMA, 2015, p. 36). Quanto à educação, Carmela Dutra atuou, enquanto educadora, na Escola Estadual Ferreira Viana e, posteriormente, assumiu a vice-diretoria do Instituto Profissional Orsina da Fonseca.

Durante os anos em que Eurico Gaspar Dutra esteve à frente do Ministério da Guerra, sua esposa parece ter tido uma respeitável atuação. A esse respeito, Souza Lima (2015) ressalta a investigação do *Federal Bureau of Investigation*, norte-americano, sobre a esposa do então Ministro, Dona Carmela Dutra, destacando certa admiração da personalidade por ideias de cunho Nazista. Naquele contexto, o governo brasileiro se via entre a simpatia pelas ideias Nazistas e a pressão do governo americano de Roosevelt. Vargas e Dutra demonstravam afinidades com os ideários do Eixo, mas acabaram adentrando o conflito ao lado dos Aliados<sup>106</sup>.

Talvez seja do seu interesse, há informação de uma fonte confidencial e que se acredita ser de confiança, de que a Sra. Santinha de Correa Dutra, esposa do Ministro da Guerra, o General Eurico Dutra, exibe simpatia pró-nazi e é relatado que está tentando converter seus associados, que vem dos estratos mais altos da sociedade brasileira, ao nazismo. (HOOVER, J. EDGAR. National Archives, Arquivo 862, 20210 Dutra, Santinha de Correa, 1992)<sup>107</sup>.

John Edgar Hoover foi um agente investigativo norte-americano que se empenhou em rastrear, durante a década de 1940, qualquer tipo de manifestação antiliberal de tendências nazistas, atuando através de um aparelho específico, o *Special Intelligence Service* (SIS). Como apontado, Santinha Dutra não escondia sua simpatia pró-nazista e paulatinamente passou a ganhar o respeito de alguns setores militares. Nessa mesma época, a imprensa carioca noticiou com frequência a participação da então esposa do Ministro da Guerra em eventos públicos, a exemplo de inaugurações, nas quais ela chegava a ser madrinha, paraninfa e homenageada.

Sob a “Festa da Marinha” e os auspícios do início da Segunda Guerra Mundial nos anos seguintes, ela quebrou a primeira garrafa de champanhe como madrinha de um navio brasileiro “caça-minas”. Em

---

<sup>106</sup> Em sua dissertação, Souza Lima (2015) apresenta a documentação que comprova tal investigação, ressaltando a importância e a atenção dadas aos posicionamentos públicos de Dona Santinha.

<sup>107</sup> SOUZA LIMA, 2015, p. 65.

1940 tornou-se madrinha de um novo navio, além de ser homenageada junto a um de seus filhos que terminou a Escola Militar. Daí em diante, as festividades e os compromissos cívico-diplomáticos se tornam ainda mais constantes. “Paraninfa”, “homenageada”, “madrinha” são os termos mais usados quando se lê o nome Carmela Dutra em eventos na Escola Nacional de Música, no Instituto de Educação, Instituto de Professores Públicos e Particulares, em jantares com diplomatas e embaixadores, em inaugurações de igrejas e capelas, e, principalmente, na distribuição de brinquedos e alimentos aos pobres. (*Correio da Manhã*, 10 de dezembro de 1940)<sup>108</sup>.

Ao lado de Darcy, Santinha Dutra participou de alguns eventos beneficentes, a exemplo do jantar pela Pequena Cruzada, no ano de 1940, obra de cunho filantrópico que contava com o apoio e a participação de damas da sociedade carioca. Além desse evento, a esposa do Ministro da Guerra estava presente também em uma comissão encarregada pela escolha dos uniformes das enfermeiras da FEB (Força Expedicionária Brasileira) e, sobre isso, os depoimentos abaixo apontam que os modelos adotados não atenderam às expectativas das mulheres que compunham o quadro.

[...] Dona Santinha [...] esposa do General Dutra [...] acho que ela mandava mais do que ele que era Ministro da Guerra[...] ela e Dona Darcy Vargas [...] a Comandante [do Comitê que decidiu os uniformes das enfermeiras][...] resolveram um uniforme horroroso, pano de algodão cor cinza escuro, um vestidão solto, uns bolsos [...] parecia espantinho de arrozal [...] um triângulo daquele mesmo pano para amarrar na cabeça [...] assim como lavadeira, faxineira [...] a primeira vez que eu vesti, tive vontade de morrer [...] por sorte [...] eles nos deram os uniformes das enfermeiras americanas [...] uniforme só de trabalho [...] nós não saíamos do recinto do hospital com aquela roupa, que era um vestido aberto [...] transpassado [...] (Enfermeira Bertha Moraes). (BERNARDES; LOPES; SANTOS, 2005, p. 316-317).

Marcada por sua rigidez religiosa, Santinha Dutra demonstraria alto grau de moralidade ao censurar a participação feminina no *front* de batalha, mesmo que fosse para auxílio das tropas brasileiras, a exemplo da equipe de enfermeiras. Em entrevista concedida em 2013 à revista *Veja*, a enfermeira Virgínia Portocarrero ressaltou o posicionamento da católica sobre o assunto.

Fomos muito combatidas, inclusive pelo povo, que achava que não tínhamos que nos meter, que devíamos ficar cuidando da família. Dona Santinha (mulher do marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra) também era contra e disse que isso era coisa de moça que não prestava. Na cabeça dela, queríamos ir à guerra para namorar, arrumar um namorado militar. (PORTOCARRERO, 2013)<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 24 de out. 2018.

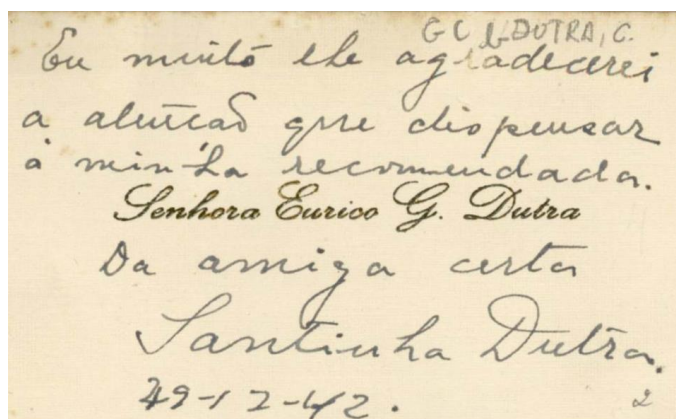
<sup>109</sup> Disponível em [www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br). Acesso em 12 de out. 2018.

A passagem demonstra que, para muitos, mesmo as atividades “patrióticas”, pautadas no cuidado e embasadas em uma certa extensão do lar, eram mal vistas. Seguindo a lógica da hierarquia patriarcal, que circundava a sociedade brasileira, muitas mulheres que ingressaram nos serviços da LBA foram duramente atacadas, tendo sua moral e sua honra contestadas. A exemplo de Dona Carmela Dutra, os discursos de muitas mulheres contribuíram para a perpetuação desse estado de opressão.

Santinha Dutra mantinha uma estreita relação com o governo de Getúlio Vargas e com grandes nomes que o compunham, e essa aproximação pode ser evidenciada por meio das cartas trocadas entre ela e Gustavo Capanema que, na ocasião, era Ministro de Educação e Saúde. No Arquivo Gustavo Capanema, disponível no CPDOC-FGV, foram encontradas cartas trocadas entre Carmela e o Ministro, todas versando sobre pedidos de intervenções referentes a alunos dos níveis secundário e superior. As respostas de Capanema apontam para uma relação de estima e amizade, sempre atendendo aos pedidos solicitados, ou indicando resoluções futuras. “O fato é que a proximidade com Getúlio Vargas e com o alto escalão do governo era evidente até para os espiões norte-americanos que abasteciam J. Edgar Hoover” (SOUZA LIMA, 2015, p. 75).

Um fato curioso, possível de identificar nas correspondências trocadas entre Carmela Dutra e Gustavo Capanema, é a utilização do codinome “Santinha” nas assinaturas da senhora Dutra, o que evidencia o lado religioso dela, reforçado e fixado como marca pessoal daquela que viria a ser a primeira-dama do país.

### **Imagem 29 – Trecho de uma carta de Santinha Dutra destinada à Gustavo Capanema**



**Fonte:** CPDOC - FGV<sup>110</sup>

<sup>110</sup> Arquivo: Gustavo Capanema (GC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GC/textual/cartas-entre-carmela-dutra-e-gustavo-capanema-sobre-pedidos-diversos-e-felicitações-enviadas-rio-de-janeiro>. Acesso em 08 de jan. 2019.

Carmela Dutra se mostrava, em meio a um contexto paradoxal, de forma explícita, demonstrando seu viés católico, sua repulsa pelo Comunismo e sua conduta moralizante, todos dialogando com seus interesses políticos e os de seu marido. Assim, quando foi lançada a candidatura do esposo à Presidência da República, Santinha se apresenta enquanto grande cabo eleitoral, sendo apontada como o elemento de equilíbrio, quando equiparado a “inércia” de Dutra.

Mas Vargas talvez tenha subestimado seu ministro da Guerra. Juntos, o senhor e a senhora Dutra formavam um dos casais mais importantes e poderosos da capital. Santinha era uma astuta manipuladora das redes de influência, certificando-se de que seu marido severo e entediante encontrasse todas as pessoas certas em eventos oficiais e privados. A falta de habilidade política do Ministro da Guerra era compensada pela conhecida agressividade da esposa. (LOCHERY, 2015, p. 16).

Com o nome do marido indicado à sucessão presidencial, Carmela Dutra se envolveu intensamente na campanha, organizando comitês femininos em prol da empreitada de Dutra, como aponta a notícia: “Inaugurado pela senhora D. Santinha Dutra o Centro do PSD em Copacabana”<sup>111</sup>. O poder de socialização de Carmela a colocava como importante nome no cenário político, por isso agia como principal cabo eleitoral do marido e organizou o Centro Feminino de Propaganda Eleitoral da Candidatura do General Dutra, aglutinando mulheres da alta sociedade em prol dos anseios políticos do casal. Ainda durante a campanha, a ela foi confiado o “destino moral e religioso” da nação. Dona Santinha passou a ser apontada como exemplo de mulher a ser seguido. Nessa perspectiva, o *Jornal do Brasil* celebrou a passagem do seu aniversário no ano de 1945.

Transcorreu ontem a data natalícia da Dona Carmela Dutra, esposa do General Eurico Dutra, e figura muito estimada da nossa sociedade. A aniversariante, pelas suas excelsas virtudes de espírito e de coração, pelos seus sentimentos morais e sua formação cristã, impôs-se a estima e ao apressado dos seus vastos círculos de relação de amizade. Esposa modelar e mãe amantíssima, D. Carmela Dutra é bem o padrão da mulher brasileira, em que polarizam as mais belas tradições dos nossos lares augustos, tutelados pelo seu carinho e pela sua dedicação sem limites. (*Jornal do Brasil* (RJ), 18 de setembro de 1945)<sup>112</sup>.

Novamente chamaremos atenção para duas passagens da citação acima. Ao fazer menção a senhora Dutra, os aspectos destacados foram “suas excelsas virtudes de espírito e de coração”, “seus sentimentos morais e sua formação cristã”, “esposa modelar e mãe

---

<sup>111</sup> Gazeta de Notícias, 26 de junho de 1945. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 28 de out. 2018.

<sup>112</sup> Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso 12 de set. 2018.

amantíssima”. A virtuosidade de Carmela é ressaltada mediante o enfoque em seus atributos considerados “femininos”, prevalecendo estes sobre sua performance protagonista na esfera pública. O “ser mulher” estava condicionado ao estigma patriarcal de lugar de pertencimento, ou seja, a esfera privada. Na lógica de constituição da sociedade civil, moldada pelo que Carole Pateman chama de contrato original, às mulheres foram atribuídas o lugar de “não indivíduos”, justamente por terem como *locus* de “existência” o outro lado da esfera civil (pública), a privada (doméstica). Logo após Dutra ser eleito, com o título “Expressiva homenagem a D. Carmela Dutra”, o jornal *Gazeta de Notícias* traz uma longa nota sobre a futura primeira-dama da nação, novamente destacando suas virtuosidades “femininas” e sua responsabilidade ao se tornar o espelho a ser seguido pelas mulheres brasileiras.

Exma. Sra. As mães, esposas, filhas, irmãs e noivas de todos os fiscais aduaneiros que servem o Brasil, não podiam olvidar V. Exa. nesta hora difícil de nossa Pátria. Difícil porque um vendaval de egoísmo, de materialismo, de desordem moral e social, sacode o edifício da Família como que querendo fazê-lo aluir. A infiltração no espírito de nosso povo de doutrinas que se afastam por completo dos princípios que tiveram por berço o Calvário encontrou no seio da Família Brasileira ambiente propício, graças às graves crises que afligem a Humanidade desde a Grande Guerra de 14 e que se agravaram assustadoramente com a última hecatombe que a arrasou material, moral e espiritualmente. (...) E a vós Exma. Sra., as nossas mães, as nossas esposas, as nossas filhas, irmãs e noivas confiam o destino religioso da Família Brasileira. Confiam no vosso exemplo de esposa, de mãe, de brasileira e de cristã. Estão certas de que as fervorosas preces de V. Exa. Junto a essa imagem que vos oferecem, conseguirão salvar nossa terra, salvar o nosso amado Brasil, desse dilúvio de descrença, de materialismo, que cobre a Humanidade e ameaça nossa Pátria, no que ela possui de mais rico, de mais precioso: a Fé em Nosso Senhor Jesus Cristo. (*Gazeta de Notícias*, 19 de janeiro de 1946)<sup>113</sup>.

Vale destacar a importância da imprensa nesse contexto da história política brasileira. Durante o Estado Novo, o governo mantinha a imprensa sob controle, por meio do Departamento de imprensa e propaganda (DIP), órgão responsável pela vigilância e manutenção da imagem do governo e de seu governante. Durante esse período, os jornais, ditos de oposição, foram duramente perseguidos, espalhando-se os inúmeros periódicos pró-Vargas. Já no período de democratização, a partir da eleição de Dutra, com mais liberdade de imprensa, os jornais continuaram a desempenhar uma forte função político-social. Nessa conjuntura, Santinha Dutra constrói uma estreita relação com Fioravanti Di Piero, diretor do jornal *Gazeta de Notícias*. Além de médico pessoal da futura primeira-

---

<sup>113</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 10 de out. 2018.

dama, tornou-se um de seus principais aliados ao divulgar sua imagem no cenário nacional, conforme vimos em diversas reportagens do referido jornal (SOUZA LIMA, 2015).

Iniciado o governo do marido, Santinha Dutra, burlando as “regras” de laicidade do Estado, propôs a construção de uma capela anexa ao Palácio Guanabara, a então sede do Poder Executivo, em maio de 1946. A Capela de Santa Terezinha, santa de devoção da primeira-dama, foi erguida com o dinheiro arrecadado para a campanha do marido, o qual havia sobrado, contando com uma planta neocolonial projetada pelo arquiteto Alcides Cotia. Cinco meses após o início das obras, a capela foi entregue e logo de início, a influência de Carmela Dutra junto ao governo do marido, começava a ser notada, estendendo-se para além do Guanabara.

O Decreto-lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, publicizado pela imprensa no amanhecer do dia 01 de maio, é mais um fator apontado como evidência da influência da primeira-dama junto ao governo do General Dutra, pois proibia os jogos de azar em território nacional, e trazia, em seu texto original, apontamentos religiosos voltados para a proteção da família, da moral e dos bons costumes, requisitos entregues à responsabilidade de Dona Carmela. Mais uma vez, a laicidade do Estado foi burlada pela primeira-dama e sua astúcia, como pode ser visto abaixo no recorte do decreto.

Considerando que a repressão aos jogos de azar é um imperativo da consciência universal; Considerando que a legislação penal de todos os povos cultos contém preceitos tendentes a esse fim; Considerando que a tradição moral jurídica e **religiosa** do povo brasileiro e contrária à prática e à exploração e jogos de azar; Considerando que, das exceções abertas à lei geral, decorreram abusos nocivos à moral e aos bons costumes. (DECRETO-LEI Nº 9.215, DE 30 DE ABRIL DE 1946)<sup>114</sup>.

A assinatura do referido decreto gerou insatisfação em vários setores, desde economistas a trabalhadores de cassinos, uma vez que a prática dos jogos de azar tinha se intensificado durante os anos do governo de Getúlio Vargas, que inclusive mantinha um acordo com alguns empresários, no qual assegurava que o governo brasileiro assumiria todas as indenizações trabalhistas dos cassinos, caso fossem fechados pela proibição do jogo no Brasil. No entanto, tal acordo não foi cumprido pelo governo Dutra, e muitos desses empresários foram a falência. O cassino do Hotel Copacabana Palace era um dos mais badalados da noite carioca, e seu fechamento teve impacto direto na economia da região.

---

<sup>114</sup> Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/>. Acesso em 11 de out. 2018.



A influência da primeira-dama, Carmela Dutra, uma católica fervorosa, conhecida como “Dona Santinha”, sobre o marido, é um dos argumentos mais utilizados para justificar as razões que teriam levado o presidente Dutra a proibir o jogo de apostas no país, que teve como consequência o fechamento formal de muitos estabelecimentos, as falências, as demissões, o desemprego, a crise no setor de turismo e entretenimento, além das perseguições policiais aos reincidentes, especialmente aos clubes de jogos e aos apostadores mais humildes. D. Santinha era amiga pessoal do arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jayme de Barros Câmara, que logo quando fora anunciado o decreto de 30 de abril enviou uma mensagem de felicitações ao presidente Dutra saudando a medida. (GUIMARÃES, 2014, p. 40).

O turismo também foi afetado, assim como a vida de milhares de trabalhadores que ganhavam a vida nesses cassinos. Vale lembrar que esses espaços não eram destinados apenas a jogos, mas se configuravam enquanto ambientes de socialização das elites, de realizações de renomados bailes e recepções e também, e não menos importante, o espaço de trabalho de muitos brasileiros e brasileiras. A própria Darcy Vargas mantinha uma estreita relação com donos de cassino na capital da república, realizando suas recepções de cunho caritativo nesses ambientes. Entre satisfação, justificada pela preservação da família brasileira, e insatisfação, motivada pelo impacto negativo na vida de diferentes agentes, a assinatura do decreto é lembrada sob a influência da primeira-dama Carmela Dutra.

À Dona Santinha Dutra, também é atribuída influência referente ao fechamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no ano de 1947. Tal influência vem sendo contestada pela historiografia, ou, pelo menos, atenuada, tendo em vista o contexto interno e externo vivenciado. Em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo se viu polarizado entre dois modelos político-econômicos: capitalismo *versus* socialismo. O Governo Dutra se manteve alinhado aos Estados Unidos, tratando de sufocar qualquer tentativa de organização dos trabalhadores. Nesse curto período de redemocratização, o movimento operário ganhou força pelo país, já que o número de sindicalizados cresceu e várias greves eclodiram Brasil a fora. Em resposta, já em 1946, o governo Dutra baixaria o decreto 9.070, que criou diversas restrições para a realização de greve no país. De acordo com o documento, as greves estariam vetadas aos “serviços essenciais”, direcionadas a atividades econômicas<sup>115</sup>.

---

<sup>115</sup> DECRETO-LEI Nº 9.070, DE 15 DE MARÇO DE 1946 – Criou as restrições imagináveis para a realização de uma greve. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De19070.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19070.htm). Acesso em 20 de dez. 2018.

Quando, em 1947, os Estados Unidos cortam relações oficialmente com a União Soviética, as pressões começam a crescer, e o mundo, de fato, polariza-se. No Brasil, por meio de um processo iniciado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pelos deputados Barreto Pinto e Himalaia Virgulino, ambos do PTB, o Partido Comunista Brasileiro tem seu registro cassado. Os parlamentares argumentavam que o PCB promovia a desordem nacional e estava a serviço de organizações internacionais alinhadas à União Soviética.

Dessa forma, apesar da explícita antipatia pelas ideias comunistas portadas pela primeira-dama da nação, a decisão que culminou no esfacelamento do Partido Comunista Brasileiro naquele momento esteve ligada mais a interesses políticos e econômicos, pois a Guerra Fria pressionava o governo brasileiro a se posicionar.

Quanto à área da educação, é possível apontar uma mudança de foco na passagem do governo Vargas para o governo Dutra. No decorrer da década de 1930 e início de 1940, a educação estava voltada para o ensino secundário, fato que mudaria com o início do novo governo, que atribuiria mais importância ao ensino primário. Nesse contexto, a construção de grupos escolares foi incentivada e, junto com isso, como mencionado acima, uma tentativa de impregnar princípios cristão no contexto educacional do país. Nessa nova conjuntura, o governo passa a investir na construção de escolas primárias em áreas distantes e rurais, bem como na formação de professores/as que passariam a atuar nesses espaços.

Em homenagem à primeira-dama do país, um grupo escolar, construído na capital da república, recebe seu nome. A notícia abaixo aponta alguns elementos importantes que eram relacionados à figura de Dona Santinha Dutra, como exemplo da mulher brasileira, zelosa da família, defensora dos costumes e da moral.

Nenhum ato praticado pelo Executivo Municipal se revestiu de maior significação simbólica, do que esse em boa hora praticado pelo Sr. Hildebrando de Góis, dando o nome da ilustre dama D. Carmela Dutra, a um grupo escolar da Capital Federal. Precisamente no instante em que as forças desagregadoras da nacionalidade desencadeiam terrível ofensiva contra nossos costumes tradicionais, com os quais o Brasil venceu todas as vicissitudes no passado e, agora, enfrenta a terrível crise na reconstitucionalização e reimplantação do regime democrático, em meio de profundas transformações políticas e administrativas, a posição de um nome que simboliza as virtudes da mulher brasileira, seu sentimento de solidariedade conjugal, seu heroísmo aureolado pela simplicidade e engrandecido pelo valor moral, que todos reconhecem na personalidade impressionante da ilustre esposa do Presidente da República, representa, com efeito, uma declaração vigorosa de fé e um inconfundível compromisso da honra, afirmando a decisão nacional de defender a sagrada instituição da família, no que esta tem de mais sublime e de mais caracteristicamente brasileiro, isto é, a esposa

exemplar, companheira de todas as horas e de todas as vicissitudes e mãe extremosa e educadora inigualável, dotes de coração e de inteligência que agrinaldam a vida da virtuosíssima dama que Deus deu por companheira desse grande e autêntico brasileiro, expressão legítima da raça que escreveu as epopeias das “bandeiras” e estendeu as fronteiras pátrias até os confins do Orenoco, e que é o Presidente Eurico Gaspar Dutra. (Gazeta de Notícias, 27 de junho de 1946.)<sup>116</sup>.

Além do grupo escolar mencionado acima, outra instituição educacional também recebeu o nome da primeira-dama: a Escola Normal Carmela Dutra, situada no bairro de Madureira, Rio de Janeiro, destinada à formação de educadoras. Essa homenagem foi prestada em 1946, ano de fundação da escola. A primeira-dama, apontada por Souza Lima (2015) como patrona da instituição, teve seu nome e seu trabalho reconhecidos por aqueles que mergulharam na empreitada da fundação da escola. Nesse sentido, o autor aponta que “o nome da Primeira Dama do país, conhecida por seu esforço em levar aos pobres e desvalidos uma mensagem de fé, vai carregar também a moralidade e civilidade do Brasil em modernização” (SOUZA LIMA, 2015, p. 32). Para além de uma homenagem, ainda vale destacar outro fator, o indicativo de um nome que representaria o retorno de uma corrente mais conservadora da Igreja Católica ao poder no período pós-guerra.

Ademais, é fulcral mencionar a influência que ela exerceu sobre seu esposo, a respeito da importância da formação de professoras destinadas a atender as exigências do ensino primário. Quanto a isso, Souza Lima ressalta:

O que queremos destacar aqui, em síntese, é que D. Santinha, através do poder de persuasão sobre seu marido e Presidente da República, entendeu que a professora primária é base da gerência das almas que constroem a sociedade. E a partir daí, influiu o quanto pode para fortalecer sua visão do catolicismo, sendo desenvolvida, a partir de seus esforços, uma Escola Normal que formasse professoras nas quais estivessem atuando sobre elas as bases conceituais e pressupostos invisíveis da corrente mais conservadora. Assim, em 1946, findaram os catorze anos de exclusividade do Instituto de Educação em formar professores no Distrito Federal, surgindo uma nova Escola Normal através do DECRETO Nº 8.546 – DE 22 DE JUNHO DE 1946. (SOUZA LIMA, 2015, p. 108).

Na área assistencial, Dona Carmela Dutra atuou de forma visível, apropriando-se do modelo de primeiro-damismo, instituído por Darcy Vargas e dando a esse fenômeno contornos próprios. Referente à Dona Carmela, a imprensa destaca a participação da primeira-dama em obras de caráter benevolente, dentre elas, Carmela Dutra apoiou a Cruzada pela Infância em 1946 e foi presidente de honra dela, a qual tinha como tema

---

<sup>116</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 20 de dez. 2018.

central o amparo à infância e a maternidade<sup>117</sup>. No mesmo ano, a primeira-dama cede duas salas do Palácio Guanabara para a costura e confecção de roupas de obras caritativas, e esse trabalho contou com o apoio e o patrocínio da embaixatriz norte-americana Adolfo Berle Junior.<sup>118</sup> Sempre mantendo boas relações com importantes nomes da política nacional, Carmela Dutra foi homenageada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Hildebrando de Gois, que reconhecia seu trabalho em prol da assistência na capital. O Hospital Dispensário de Rocha Miranda do Departamento de Assistência Hospitalar recebeu o nome de “Carmela Dutra”<sup>119</sup>.

Enquanto primeira-dama do país, Dona Santinha Dutra se encarregou da distribuição de presentes e da realização do Natal das Crianças no ano de 1946, seguindo uma tradição iniciada por sua precursora, Darcy Vargas. Dando contornos próprios ao evento, a anfitriã denominou a festividade de “O Natal dos filhos do trabalhador”, enfatizando, implicitamente, a importância do trabalho naquela conjuntura. Considerando sua aproximação com a Igreja Católica, a primeira-dama contou com a participação das paróquias e daqueles envolvidos com estas, no processo de distribuição dos cartões e na entrega dos brindes. Nessa ocasião, a imprensa carioca noticiou a festividade, publicando a nota abaixo:

A esposa do chefe do Governo resolveu dar uma nova organização à distribuição dos cartões e entrega dos brindes às crianças necessitadas – “O Natal dos filhos do trabalhador” - Mais uma vez, este ano, realizar-se-á o Natal das Crianças Pobres. [...]. A distribuição será procedida na sede das 35 paróquias em que está dividida a Arquidiocese desta capital, e, neste mesmo local, será feita a entrega dos brindes. [...] 80.000 cartões foram distribuídos. (Jornal do Brasil, 18 de dezembro de 1946)<sup>120</sup>.

A realização do Natal destinado ao público carente da capital da República continuou sendo uma prática atrelada às primeiras-damas no decorrer dos anos que se seguiram. Darcy Vargas, ao reassumir o posto em 1951, retomou em grande estilo a realização do evento. Do mesmo modo, Sarah Kubitschek também esteve à frente da realização da festividade durante os anos do Governo de seu esposo, Juscelino

---

<sup>117</sup> Jornal do Brasil (RJ), 03 de maio de 1946. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 21 de dez. 2018.

<sup>118</sup> Jornal do Brasil (RJ), 10 de abril de 1946. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 14 de dez. 2018.

<sup>119</sup> Jornal do Brasil (RJ), 22 de agosto de 1946. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 16 de dez. 2018.

<sup>120</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 16 de dez. 2018.

Kubitschek. Já Carmela Dutra, enquanto primeira-dama, participou apenas de um, àquele realizado no ano de 1946, vindo a falecer no ano seguinte.

Por esse motivo, Carmela Dutra permaneceu pouco tempo à frente da Legião Brasileira de Assistência, de maio de 1946 a outubro de 1947, ano de seu falecimento. Como esclarecido no capítulo anterior, as funções da LBA são repensadas após o fim do conflito mundial, dessa forma, um novo Estatuto foi estruturado para melhor abranger a nova empreitada da instituição. Como destaca Neves, “ao final da guerra, após o ano de 1946, a assistência na LBA é ampliada, sendo sua finalidade prestar assistência materno-infantil às crianças de todo o país, foi assim apontada como “mãe dos pobres, necessitados e carentes” (NEVES, 1994, p.18-19). Ou seja, já no período pós-guerra, a instituição se reorganizara para atender, especialmente, a maternidade e a infância.

Por isso, os agentes que constituiriam o *corpus* de atenção da Legião, mudariam definitivamente. Saíram de cena os ex-combatentes e suas famílias, e entraram as mães e as crianças necessitadas do país. Tal mudança é evidenciada no artigo 3º do novo estatuto da LBA, que explicita sua nova finalidade: “Art. 3º. A L.B.A. tem por finalidade a defesa da maternidade e da infância através da proteção à família, procurando todos os meios a racionalização de diretrizes e de ação tendentes a um perfeito aproveitamento da assistência social em suas diversas formas” (Boletim da LBA, n.18, 1º de março de 1946). Nesse sentido, buscava-se alastrar a ideia de proteção à infância por meio dos preceitos modernos que implicariam em uma nova postura do próprio serviço social. A LBA, mais uma vez, assume funções frente às demandas sociais em nome do Estado. É a mão da primeira-dama chegando onde a do marido não alcança.

Ainda em 1946, foi promulgada uma nova Constituição Federal, em 18 de setembro, atribuindo, de forma original, a responsabilidade pela proteção à maternidade e à infância ao Estado. A LBA seria, então, o veículo pelo qual o Estado faria cumprir suas funções sociais e/ou assistenciais. Em seus artigos 145 a 162, a Carta delimita as responsabilidades do Estado para o social, a promoção da justiça social e o bem-estar social, ressaltando que “a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social”. Além dos artigos citados, o 164 também aponta a obrigatoriedade com os mesmos direitos em “todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A lei instituirá o amparo de famílias de prole numerosa” (BRASIL, CF: 1946).

Essas formulações podem ser apontadas como respostas aos projetos empreitados por Darcy Vargas e continuados pela primeira-dama Carmela Dutra, pois apresentavam-

se como inéditas na realidade brasileira. Apesar de haver um trabalho social durante o governo Vargas, encabeçado por sua esposa, o primeiro esboço de plano governamental, que incluiu setores sociais, foi o Plano Salte do governo do Presidente Dutra, no ano de 1948, o qual tinha como objetivo estimular o desenvolvimento de setores como saúde, alimentação, transporte e energia. Alvitrava um programa amplo, em que se articulava uma série de medidas ligadas ao processo de produção de alimentos, como, por exemplo, a assistência social e profissional aos trabalhadores, a concessão de crédito aos produtores etc. (Vera Calicchio – Verbete CPDOC-FGV)<sup>121</sup>.

Enquanto órgão responsável por parte da demanda de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência reformulou seu funcionamento. A partir de 1946, a presidência da instituição é dividida em duas partes, uma destinada às atividades técnicas e outra a ser ocupada pelas esposas dos presidentes. Surge então o presidente efetivo e a presidente de honra.

A administração da LBA permanecia dividida entre o Conselho Deliberativo (C.D.), a Comissão Central (C.C.), as Comissões Estatuais (C.E.) e Comissões Municipais (C.M.). A C.C. continuará a ser comandada pelo presidente efetivo, que agora seria acompanhado de quatro vice-presidentes, em substituição aos vogais que figuravam até então. A menção a um presidente “efetivo” se fez em razão de uma alteração na estrutura da instituição, constante no parágrafo 7º, que rezava que: “A espôsa do Presidente da República será presidente de Honra da L.B.A.” (*Boletim* da Legião Brasileira de Assistência, n.18, 1º de março de 1946, p.1). Dessa maneira, criou-se uma presidência de “honra” para a primeira-dama, e, em contraponto, uma presidência “efetiva” a ser ocupada por uma “pessoa de relevo social”. São elencadas quatro funções, atreladas ao aparelho administrativo, para o presidente efetivo, mas não é mencionada no Estatuto qualquer função à presidente de honra. (SILVA, 2018, p. 51).

Dessa forma, em 3 de maio de 1946, amparada pelo novo estatuto, a primeira-dama Carmela Dutra tomou posse como presidente de honra da LBA. Pedro Luís Correa e Castro foi o escolhido ao cargo de presidente efetivo, sendo substituído por Otávio da Rocha Miranda, em janeiro de 1947, ao assumir o Ministério da Fazenda do governo Dutra. “Correia e Castro, que na ocasião já se destacava como empresário no setor da indústria petrolífera, foi um dos principais apoios da candidatura Dutra, que, sustentada também pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e por Getúlio Vargas, saiu vitoriosa no pleito” (CPDOC-FGV)<sup>122</sup>. Já Otávio da Rocha Miranda foi um habilidoso político, de

---

<sup>121</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte>. Acesso em 29 de dez. 2018.

<sup>122</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-luis-correia-e-castro>. Acesso em 30 de dez. 2018.

família influente, que contava com o apoio do presidente. Quanto à presidência da LBA, durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra, foi ocupada por figuras masculinas, em paralelo a de sua esposa Carmela Dutra. Dessa forma, o espaço que propiciou à Darcy Vargas a constituição do modelo de atuação para as primeiras-damas do país parecia está sendo retirado da alçada da esposa do presidente.

Como salienta Silva (2018), Pedro Luís Correa e Castro possuía um perfil financeiro-administrativo, de modo que a questão benemérita ou filantrópica ficaria a cargo da presidente de honra, a primeira-dama. O Boletim de maio de 1946 destaca que Correa e Castro “foi gerente, diretor e presidente do Banco do Brasil, onde se encontram, até hoje, marcos vivos da sua passagem, pela capacidade de organização e de estruturação e pela objetividade de um espírito eminentemente prático” (Boletim da LBA, n.19, maio de 1946). Percebe-se, portanto, que é atribuída grande importância às capacidades organizacional e administrativa do presidente efetivo, ao passo que, no que concerne à primeira-dama Carmela Dutra, a referência feita é voltada para as suas qualidades de bondade, abnegação e dedicação à Pátria. Ou seja, o homem ocupando a posição racional e administrativa da instituição, enquanto à mulher cabia a ênfase em suas subjetividades normatizadas enquanto “femininas”, como enfatiza o Boletim da LBA.

A Exma. Sra. Dna. CARMELA DUTRA, eminente primeira dama do país, pelos seus extraordinários dotes de espírito e bondade, já amplamente demonstrados, possui tirocínio, experiência e tradição para enfrentar problemas desta envergadura. Será inspiradora e defensora da imensa obra, que, estou certo, marchará, vitoriosa, para os seus elevados objetivos. (Boletim da LBA, n.19, maio de 1946).

Assim sendo, a divisão social do trabalho no interior da Legião, passa pelo que chamamos de divisão sexual do trabalho, modelo em que, por meio da divisão dos afazeres, as segregações de gênero são reforçadas e o patriarcado reafirmado. Aos homens, caberiam os grandes cargos, aqueles de caráter administrativos, no entanto, as mulheres continuariam atuando no campo da filantropia e da caridade, enquanto uma continuidade das tarefas já exercidas no interior de seus lares.

Além do alijamento da primeira-dama do país do posto mais alto da LBA, é importante também destacarmos que, ao contrário do que ocorrera na presidência de Darcy Vargas até 1945, onde as primeiras-damas dos estados e territórios foram conclamadas a assumirem seus lugares nas campanhas e na organização institucional da LBA, após 1946 à presidência das Comissões Estaduais foram destinadas majoritariamente a homens. (SILVA, 2018, p. 57).

Assim, nessa nova formulação institucional na qual a LBA foi inserida, uma de suas marcas características acabou se obscurecendo: a grande concentração da presença

feminina em sua estrutura e composição. Quantitativamente, o número de mulheres representava mais de 50% do quadro de funcionários, mas elas passaram a não ocupar os cargos de maior reconhecimento, e isso é comprovado por Silva que ressalta: “elas também eram mais restritas a determinados cargos, especialmente aqueles que eram considerados adequados ao sexo feminino, como assistente social, enfermeiras e secretárias” (SILVA, 2018, p.62).

A composição do quadro de funcionários da Legião Brasileira de Assistência reproduzia a estrutura social vigente no decorrer da década de 1940, momento em que as mulheres só podiam atuar em restritos campos profissionais. Logo, percebe-se uma valorização de elementos considerados masculinos, e uma atribuição deles à esfera pública. Já as características “femininas” são apropriadas para aprisioná-las à esfera privada, mesmo quando podem transitar pela pública. Na lógica de dominação masculina, as ocupações dos agentes deveriam condizer com o seu sexo<sup>123</sup>.

A exclusão das primeiras-damas do comando efetivo da LBA, tanto na Comissão Central quanto nas Estaduais, aponta para uma significativa masculinização da liderança institucional. Cargos melhores remunerados e de comando eram de clara maioria ocupados por homens. A figura feminina terá peso significativo nas ações da LBA no período pós-guerra, uma vez que de um lado temos as mães brasileiras como principal alvo das ações legionárias, de outro temos as mulheres atuando significativamente nas atividades propostas pela LBA, tanto como voluntárias quanto como profissionais. As representações de gênero na estrutura da LBA passam, forçosamente, pela representação da figura da primeira-dama. Como apontamos acima, Carmela Dutra, primeira primeira-dama a assumir a LBA depois de Darcy Vargas, fora saudada pelos seus dotes beneméritos. Desse modo, cabe uma análise mais apurada dessa relação entre filantropia e a figura da primeira-dama. (SILVA, 2018, p. 62).

Assim, nessa nova conjuntura, a imagem de primeira-dama atuante no setor social, construída por Darcy Vargas, não podia ser desconsiderada, e a presença de homens portadores de “qualidades técnicas” fazia parte de uma tentativa de otimização das políticas sociais do estado.

[...] a assistência social é associada à bondade dos governantes pelas mãos “generosas” das primeiras-damas. [...]. Na verdade, a relação de dominação, sob o eu do paternalismo que as primeiras-damas mantêm com os usuários dos serviços sociais, constitui uma face cruel da opressão que conduz à passividade, tratando esses usuários como seres dependentes desse tipo de serviço. (TORRES, 2002: p. 93).

---

<sup>123</sup> A adoção do termo “agente” por Bourdieu está relacionada ao seu esforço de construção de uma teoria da ação prática, ou seja, de um conhecimento sobre o modo como agentes concretos, inseridos em uma posição determinada do espaço social e portadores de um conjunto específico de disposições incorporadas, agem nas situações sociais (NOGUEIRA, 2017, p. 26).



No novo contexto de existência da Legião Brasileira de Assistência, a esposa de Eurico Gaspar Dutra assumiria funções distintas daquelas exercidas por Darcy Vargas. Todavia, ainda seria a responsável pelos serviços de caráter emergencial e assistencial, regado de assistencialismo e paternalismo, assim como fizera Darcy, mas perdera o posto isolado da presidência, tão simbólico na constituição e institucionalização do primeiro-damismo. Ao mesmo tempo, a criação do cargo de presidente de honra pode indicar como era importante a presença da primeira-dama da pátria na instituição, pois as forças econômicas e políticas teriam que dialogar com a simbólica, representada pela figura da primeira-dama.

Ainda vale lembrar um certo esvaziamento sofrido pela Legião. Com finalidades tão grandiosas, de amparo à infância e à maternidade, os focos de atuação tiveram que se expandir, e as ações concretas passaram a não estar tão visíveis. Somado a isso, durante o Governo Dutra, a LBA encara seu período de maior agitação institucional, marcado por corte de verbas, constantes denúncias de mau uso do dinheiro público, ataques a sua conservação, além do falecimento de Carmela Dutra.

Rumores de um possível fechamento da LBA circulou na capital da República. Nem a documentação nem a imprensa evidenciam o nome da primeira-dama Carmela Dutra em meio a esse processo. Contrariamente, o nome noticiado é do presidente efetivo, Otávio Rocha Miranda, que teria se empenhado em não permitir o fechamento da LBA, como apontou a reportagem do Boletim de 1963:

Estava na Presidência da República o Gal. Eurico Gaspar Dutra já de relações abaladas com o seu antecessor. E, mal avisado, resolveu extinguir a Instituição. Presidia a mesma, porém, um **HOMEM** predestinado, **OTÁVIO ROCHA MIRANDA**, independente, culto, honestíssimo e corajoso bastante para dizer, como disse, ao General Chefe da Nação:

- Vossa Excelência não acabará com a L.B.A. Não o permite o Estado de São Paulo. Nem o permitem suas forças mais vigorosas: o comércio, a indústria e a lavoura que, neste momento, eu represento!”

E o presidente teve de se curvar, para alguns dias depois, após leitura do relatório que lhe foi apresentado pelo seu genro, Dr. Noveli Junior, fazer a seguinte declaração:

- “Ninguém mais do que eu pode atestar os bons serviços que a Legião Brasileira de Assistência tem prestado em todo o Brasil” (ass) General Eurico Gaspar Dutra. (Boletim da LBA, n.112, outubro, novembro, dezembro de 1963).

A primeira-dama sequer é citada pelo Boletim e o embate pareceu ser travado entre o Presidente da Nação e o Presidente da Legião. Poucas evidências são encontradas sobre os feitos de Carmela Dutra à frente da instituição, mesmo a historiografia

apontando-a enquanto agente de atuação no espaço público. Dessa maneira, alguns fatores que podem justificar essa lacuna pode ser o fato da pouca permanência de Carmela na presidência da LBA, pois falecera no segundo ano de mandato do marido, além da grande atuação daquela que esteve no seu lugar antes e depois de sua passagem pela Legião Brasileira de Assistência. O Boletim da LBA lançou uma nota em setembro de 1947, em homenagem ao seu falecimento, apontando elementos como abnegação e altruísmo, enquanto virtudes pertencentes à mulher brasileira.

Era, a venerada extinta, um dignificante exemplo de virtudes, refletindo, sua personalidade através de excepcionais dotes de altruísmo e abnegação, de modo a encarnar, fielmente, as mais nobres qualidades da mulher brasileira, sempre inclinada à prática do bem, dentro dos legítimos preceitos da religião católica que professava com sinceridade e devoção. (Boletim da LBA, n.27, setembro de 1947).

Após o falecimento de Carmela, a presidência da LBA fica sob a responsabilidade exclusiva de dois homens. Primeiro Otavio da Rocha Miranda, posteriormente Elmano Cardim. Apenas em 1951, quando Getúlio Vargas é eleito mais uma vez, Darcy Vargas volta a ocupar o cargo e, como mencionado no capítulo anterior, o entusiasmo com que ela foi reconduzida à presidência da LBA demonstra o quanto seu trabalho teve grande reconhecimento, inclusive não apenas pela população, mas dentro da própria instituição. A LBA parece retomar seu trajeto sob a presidência de Darcy Vargas, momento no qual o público feminino também passa a reassumir sua presença predominante no interior da instituição e nas filiais dos estados e municípios, a exemplo de Sarah Kubitschek, assumindo a presidência da LBA em Minas Gerais. Ainda nessa direção, sob a presidência de Darcy Vargas, o Corpo de Voluntária foi reestabelecido em março de 1952, intensificando a representação feminina na Legião.

Diante do exposto até o momento, uma pergunta pode ser suscitada: a atuação da primeira-dama Carmela Dutra foi tão impactante quanto a de Darcy Vargas no contexto de formulação, institucionalização e apropriação do primeiro-damismo? Diríamos que não, mas suas ações demonstram a existência de um modelo de atuação para as esposas de governantes já delineado. À figura social de primeira-dama, não cabe mais a presença apenas no interior da vida privada, uma vez que ela já tem um espaço de atuação no cenário público, por mais que sua permissividade ocorra de forma cruel, ao construir uma falsa imagem de protagonismo, quando, na verdade, pelo menos nesse momento, há uma apropriação de estereótipos atribuídos à figura feminina da primeira-dama. Apontamos, então, Carmela Dutra como praticante do primeiro-damismo, ao atuar junto às obras filantrópicas/caritativas, estando presente no desenvolvimento da assistência social, pelo

seu poder de influência junto ao seu esposo, e pela transitoriedade que ela construiu nos espaços públicos. Demonstramos ainda que esse primeiro-damismo foi apropriado de forma particular pela senhora Dutra, ao respeitar certas diretrizes formuladas pela sua antecessora Darcy Vargas, e conseguir congregar elementos próprios à sua atuação, a exemplo da influência de ideias e elementos religiosos.

A participação ativa na campanha eleitoral do esposo é mais uma prática que passará a ser uma constante na execução do primeiro-damismo por outras primeiras-damas no decorrer da República. Carmela Dutra organiza comitês femininos durante a campanha de Dutra em 1945, incentivando inclusive a existência de uma ala feminina no interior do PSD, em um contexto em que o voto feminino ainda era restrito. Em resumo, Guedes e Melo (2019) salientam:

As obras de caridade fizeram parte da vida de Carmela muito antes de ela se tornar primeira-dama. A edição matutina de “O Globo” do dia de sua morte, 9 de outubro de 1947, conta que Carmela, “espelho das virtudes da mulher brasileira”, organizou “numerosas campanhas humanitárias”. Com Dutra à frente do Ministério da Guerra em plena Segunda Guerra Mundial, Carmela participou de ações para dar assistência aos expedicionários e trabalhou para arrecadar fundos e donativos para a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada por sua antecessora, Darcy Vargas. Mas ela não presidiu a entidade. Segundo o jornal, liderou “campanhas de assistência aos filhos dos tuberculosos, às populações sertanejas, aos filhos dos Lázarus, amparo às instituições de benemerência a obras de caridade, ajuda às populações dos subúrbios e dos morros do Distrito Federal”. (GUEDES; MELO, 2019, p. 141).

Conclui-se, então, que Carmela Dutra seguiu o modelo delineado por Darcy Vargas durante sua primeira experiência. Darcy o retoma ao reassumir o posto de primeira-dama do país e, em sua segunda passagem, permaneceu no posto até agosto de 1954, quando seu esposo Getúlio Vargas atenta contra a própria vida, cometendo suicídio. Devido a esse fato, o Brasil fica desolado, assim como Darcy. A essa altura, a rio-grandense atuava na presidência da Legião Brasileira de Assistência e no comando da Casa do Pequeno Jornaleiro. Após a morte de Getúlio, Café Filho, vice-presidente, assume a cadeira presidencial, e o posto de primeira-dama passa a ser ocupado por outra senhora da sociedade, Jandira Carvalho de Oliveira Café, conhecida como Jandira Café. Às primeiras-damas futuras recaiam uma série de expectativas em relação às suas atuações.

Café Filho chega à Presidência da República em uma das piores situações imagináveis, isso porque um dos mais queridos políticos do país cometera suicídio, por motivos claramente políticos, o que acabou dividindo opiniões Brasil a fora. Crescera o

ódio dos anti-getulistas, assim como também se viu acentuado o movimento favorável a Getúlio. Nos dias que separaram o “Atentado da rua Tonelero” e o suicídio de Vargas, Café Filho apresentou posturas contraditórias, ora ao lado, ora contrário as decisões tomadas pelo chefe da nação<sup>124</sup>. Com o desenrolar dos fatos, Café Filho assume a Presidência em 24 de agosto de 1954, permanecendo até 23 de novembro do ano seguinte. Nesse período, sua esposa ocupa o posto de primeira-dama do país.

Aqui, é importante pontuar que as buscas por Jandira Café foram tão ardorosas quanto pelas demais primeiras-damas, ou até mais, pois não existem trabalhos acadêmicos que discutam sua atuação, assim como não foram encontrados documentos, mesmo que escassos, sobre o seu envolvimento no âmbito da assistência durante o período supracitado<sup>125</sup>. As próprias memórias do potiguar Café Filho não trazem menções sobre as ações de Jandira Café no âmbito público, enquanto primeira-dama, ou atuando ao lado de Darcy, quando seu esposo ocupava o cargo de vice-presidente do país<sup>126</sup>. A busca na imprensa foi essencial para uma possível verificação da existência da atuação pública de Jandira Café na esfera pública, e os impressos analisados foram os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias*. Neles, as reportagens apontaram para uma tímida participação dela enquanto primeira-dama, a exemplo da não ocupação da presidência de hora da LBA, mas pontuaram sua atuação em obras assistenciais destinadas à infância, às organizações voluntárias, ao apadrinhamento de instituições caritativas, como também mostraram a realização do Natal das Crianças.

No tocante aos registros sobre a vida privada e pública de Jandira Café, é fundamental destacar que eles são praticamente inexistentes, até o segundo semestre do ano de 1954, quando seu esposo passou a ocupar a cadeira presidencial<sup>127</sup>. Nas poucas

---

<sup>124</sup> O atentado ocorreu no dia 05 de agosto de 1954, na rua Tonelero, no Bairro de Copacabana, Rio de Janeiro. O ato tinha por objetivo o assassinato do jornalista e político Carlos Lacerda, que saiu da situação apenas ferido. Na ocasião, o major-aviador Rubens Florentino Vaz veio a falecer. O Presidente Getúlio Vargas foi o nome indicado por Carlos Lacerda como Mandante do crime. A acusação de Lacerda ganhou força quando as investigações policiais apontaram para a figura de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas. O fato agravou a crise política vivenciada pelo governo Vargas, culminando com seu suicídio.

<sup>125</sup> A única documentação encontrada foi uma carta de Jandira Café destinada a Augusto do Amaral Peixoto, agradecendo-lhe o voto de pesar pelo falecimento de seu marido, Café Filho, no ano de 1970. A carta encontra-se no Arquivo: Augusto do Amaral Peixoto (AAP), no CPDOC-FVG, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AAP/textual/carta-de-jandira-carvalho-de-oliveira-cafe-a-augusto-do-amaral-peixoto-agradecendo-lhe-o-voto-de-pesar-pelo-falecimento-de-seu-marido-joao-cafe-fi>. Acesso em 12 de dez. 2018.

<sup>126</sup> CAFÉ FILHO, João. **Do Sindicato ao Catete**: memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

<sup>127</sup> Jandira e João Café filho contraíram união em 1931, logo após este ter participado na Aliança Liberal e atuado no Movimento de 1930 que levou Getúlio Vargas à Presidência pela primeira vez. Alguns anos

imagens encontradas sobre Jandira e sua família, tem-se a fotografia abaixo, disponibilizada pelo Museu Casa Café Filho.

**Imagem 30 – Jandira, Café Filho e seu filho recebendo visitas**



**Fonte:** Museu Casa Café Filho<sup>128</sup>

A primeira menção à primeira-dama Jandira Café, localizada nos três periódicos apontados acima, ocorreu apenas em 28 de novembro de 1954. A notícia versava sobre a organização de um chá beneficente em prol das crianças carentes de Jacarepaguá, evento no qual teria Jandira Café como Patrona<sup>129</sup>. No mês seguinte, a imprensa carioca noticiaria a realização do Natal dos pobres, acontecimento característico da atuação das primeiras-damas nessa primeira metade da República brasileira, o qual contava com a Organização das Voluntárias como órgão responsável pela direção do evento, organizando, especificamente, a logística da distribuição dos cartões e dos brindes. O apoio de Jandira Café foi destacado, assim como sua presença nas escolas em que foram entregues os brindes. Diferentemente do que ocorria sob o comando de Darcy Vargas, que fazia a distribuição no Palácio Guanabara, assim como Carmela Dutra, que realizou a distribuição através das paróquias da capital, a repartição dos donativos, realizada no Natal dos pobres de 1954, ocorreu nas escolas do Rio de Janeiro. A “senhora do presidente” se fez presente na ocasião.

---

depois, em 1934, Café Filho deu início a sua carreira política, elegendo-se deputado federal pelo estado do Rio Grande do Norte. Jandira era filha de Ovídio Fernandes de Oliveira e Joana Hercília Carvalho, seu pai, na época, era Inspetor da Alfândega.

<sup>128</sup> Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/cafefilho/foto04.htm>. Acesso em 14 de jan. 2019.

<sup>129</sup> Jornal Correio da Manhã, 28 de novembro de 1954. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 28 de dez. 2018.

A distribuição de brindes ainda contou com uma segunda remessa, executada no dia 05 de janeiro, na Faculdade Santa Úrsula. Mais uma vez, a Organização das Voluntárias esteve à frente, contando com o apoio, o patrocínio e a presença da primeira-dama Jandira Café. Seria o único Natal que contaria com seu comparecimento, pois seu marido foi afastado da presidência em novembro de 1955 e, portanto, Jandira Café deixou de ocupar o papel de primeira-dama do país.

No entanto, antes de deixar o posto, várias notícias sobre a realização de um churrasco em prol da construção da Igreja Nossa Senhora de Copacabana, projetada pelo arquiteto Lúcio Costa, foram encontradas, principalmente no jornal *Correio da Manhã*. Também sob o patrocínio da primeira-dama, o espetáculo “O Mambembe” foi apresentado na capital carioca em benefício da Casa dos Artistas, no dia 23 de julho de 1955<sup>130</sup>. Jandira também fora escolhida Presidente de honra da Campanha Nacional da Criança, realizada em outubro daquele mesmo ano. A Campanha consistiu em uma semana de atividades voltadas para a arrecadação de donativos a serem destinados às crianças carentes, e o evento foi organizado pelo Ministério de Educação e Cultura<sup>131</sup>.

O nome de Jandira Café acompanhando o marido em cerimônias oficiais começou a ser noticiado pela imprensa carioca, o que não ocorria quando Café Filho ocupava a vice-Presidência da República. Percebe-se, então, certa necessidade em mostrar a presença da primeira-dama ao lado do chefe da nação. Fato curioso é Jandira nunca ser mencionada enquanto primeira-dama, e sim como “senhora” ou “esposa” do presidente. Isso pôde ser constatado em todas as notícias em que o nome de Jandira foi mencionado. Ao todo, o nome da senhora Café Filho foi mencionado, no período de 1950 a 1959, 30 vezes no jornal *Correio da Manhã*, 4 vezes no *Gazeta de Notícias* e 11 vezes no *Jornal do Brasil*.

Seguidora de um modelo de primeiro-damismo moldado e institucionalizado, a atuação de Jandira Café pode ser apontada como tímida, aparentemente, proporcionando um primeiro-damismo enquanto *estratégia*, aquele que agia de acordo com os interesses políticos do marido, não indo além dos “limites” impostos à presença da primeira-dama no espaço público. Ao participar de obras assistenciais destinadas à infância, às

---

<sup>130</sup> Jornal Correio da Manhã, 17 de julho de 1955. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 14 de jan. 2019.

<sup>131</sup> Jornal do Brasil (RJ), 12 de outubro de 1955. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 14 de jan. 2019.

organizações voluntárias, ao apadrinhamento de instituições caritativas e à realização do Natal dos pobres, Jandira Café cumpriu, minimamente, o que se esperava da atuação de uma primeira-dama àquela altura. Ela não pôde se abster da vida pública, mas não mergulhou nesta como fizera Darcy Vargas e Carmela Dutra.

Distante da presidência de honra da Legião Brasileira de Assistência, Jandira participou pouco das atividades propostas pela instituição, que permaneceu sob a presidência de Raimundo Sépulvedu Martagão Gesteira, de 1955 a 1957. Sob sua presidência, como salienta Silva (2018), a instituição passou por uma profunda mudança, no qual “o mote principal desta reforma consistiria em pautar a conduta da LBA por uma assistência empenhada em “educar” e não mais apenas “dar”, isto é, uma tentativa de afastar práticas assistencialistas (SILVA, 2018, p. 93). Além da presidência da LBA, Gesteira era o responsável pela direção do Departamento Nacional da Criança (DNCr), no mesmo período.

Compreendendo por *tática* uma ou mais práticas desviacionistas, que geram, ou podem vir a gerar efeitos imprevisíveis, elas podem ser mais evidenciadas nas ações empreendidas por Darcy e Camela Dutra, quando comparadas as de Jandira Café. A LBA pode ser apontada como a corporificação do primeiro-damismo no Brasil, espaço criado para a atuação da esposa do governante, que não mais se responsabilizaria apenas pela organização de recepções, banquetes e decoração dos Palácios. Elas passariam a ter um espaço na governabilidade política do país, mesmo esse espaço tendo que reafirmar os anseios dos esposos governantes. No entanto, como salienta Torres, é importante atentar para o fato de que, nem sempre, o poder empreendido pelos esposos em suas administrações “determina as ‘regras do jogo’ às primeiras-damas. Há casos em que ocorre o contrário: é a primeira-dama quem dá o norte ao governo no âmbito da promoção social. [...] Portanto, não há um único padrão de comportamento para as primeiras-damas” (TORRES, 2002, p. 50). Essa afirmativa aponta justamente para a existência de práticas desviacionistas, que podem alterar as regras do jogo, fazendo com que o primeiro-damismo coexista entre *estratégias* e *táticas*.

É possível identificar *táticas* no primeiro-damismo empreendido por Darcy Vargas, mesmo que seja composto no conjunto de estratégias priorizado pelo governo de Getúlio. Darcy conseguiu construir capitais políticos por meio de sua atuação no âmbito social, que estiveram paralelos àqueles portados e delegados por seu esposo Getúlio Vargas. Fato que evidencia tal argumento é a permanência de Darcy na capital federal em 1945, momento em que Getúlio Vargas é afastado da Presidência da República, dando

continuidade ao seu trabalho social da Casa do Pequeno Jornaleiro. Após a morte de Getúlio, Darcy mais uma vez, prossegue o trabalho social por ela iniciado, mantendo, inclusive, relação com a LBA e seu presidente, Mário Pinotti. Em 1957, Darcy Vargas escreve um telegrama à Pinotti, agradecendo-lhe pela doação de 500.000 cruzeiros da LBA para a Casa do Pequeno Jornaleiro. A mensagem foi publicada no Boletim da Legião, no segundo semestre do referido ano. Nos anos que se passaram, Darcy continuou a ser o nome de referência da LBA, sendo lembrada e homenageada em diversas ocasiões. Também no ano de 1957, foi entregue à ex-primeira-dama o Troféu “Amigo da Cidade”, em uma cerimônia que contou com a presença de Sarah Kubitschek e Mario Pinotti. Em 1959, novamente, Darcy receberia honrarias advindas da LBA: a Medalha de Ouro do Mérito do Trabalho. A homenagem foi noticiada pelo Boletim da instituição, em agosto do referido ano.

A sra Darcy Vargas, fundadora e membro nato do Conselho Deliberativo da L.B.A., foi distinguida com a Medalha de Ouro do Mérito do Trabalho. Atualmente Presidente da Fundação “Darcy Vargas”, a veneranda senhora foi homenageada ao mesmo tempo pelo Ministro do Trabalho e Ministro da Saúde, dr. Mário Pinotti, que também é o presidente da L.B.A. (Boletim da LBA n.98, agosto de 1959).

As ações de Darcy à frente da Legião Brasileira de Assistência corroboram com o processo de responsabilização do Estado com a assistência social, mesmo os governantes ainda buscando meios para burlar tal prerrogativa, que só viria a se concretizar, em efetivo, por meio da constituição de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência de 1993. No que diz respeito à atuação de Carmela Dutra e das *táticas* em suas ações enquanto primeira-dama, podemos apontar a influência que ela exerceu sobre marido, o General Eurico Gaspar Dutra, em se tratando de importantes assuntos da política nacional. Outro elemento que evidencia tal afirmativa é a tentativa, com êxito, em alguns setores, de não secularização de práticas há alguns anos marcados pelos princípios de um estado laico. A educação foi umas das áreas mais influenciadas pelas *táticas* empreendidas por Carmela Dutra. Já, como mencionado, a atuação de Jandira Café pode ser associada mais às *estratégias* do governo de seu esposo, sem desvios de percurso que possam ter permitido a constituição de algum capital político. Vale lembrar que Jandira Café não foi “preparada” para ser primeira-dama, tampouco para o posto ocupado por ela, pensado racionalmente. No entanto, as circunstâncias jogaram essa responsabilidade em suas mãos e, em meio às divergências políticas que marcaram a história brasileira após 1954, coube a ela ocupar uma posição que já carregava pesadas prerrogativas políticas.



## *2.2 Moldado, o primeiro-damismo assume novos significados: mudanças e permanências sob os auspícios de Sarah Kubitschek*

O presidente em exercício, Café Filho, não cumpre seu mandato por completo, sendo afastado do poder em 23 de novembro de 1955, devido às complicações em seu estado de saúde. Jandira Café perde, então, o posto de primeira-dama do país, posição que ficou vazia até a chegada de Sarah Kubitschek, em 31 de janeiro de 1956. Café Filho não resistiu ao conflituoso contexto implodido com as eleições de 1955, em que o PSD, em aliança com o PTB, lança e alcança êxito com a campanha de Juscelino Kubitschek à Presidência da República.

De um eleitorado de 15.343.450 pessoas, compareceram às urnas 9.097.014 (59,3% do total). Juscelino ficou com 33,8% dos votos, na frente de Juarez Távora e Ademar de Barros, respectivamente, com 28,79% e 24,4% da votação. Vitória irretocável, segundo as regras do jogo. (BOJUNGA, 2010, p. 298).

A UDN, maior força opositora na ocasião, chegou a contestar o resultado das urnas, alegando a não obtenção absoluta da maioria dos votos, por conseguinte, a pressão dela para que o presidente Café Filho impedisse a posse dos novos eleitos, intensificou-se. Havia um receio do retorno ou perpetuação do Vargasismo. Entre os militares, também surgiam descontentamentos em relação ao resultado das eleições. O marechal Henrique Lott se encarregou de assegurar a posse de Juscelino e João Goulart. Nesse meio período, como assinalado, Café Filho foi afastado da presidência, e o presidente da Câmara, Carlos Luz, ocupou o posto. Pressões políticas e militares ocasionaram a permanência de Luz na presidência por apenas três dias, período suficiente para que articulações do general Lott o impedissem de governar. Nereu Ramos, então vice-presidente do Senado, assume o posto até a posse do recém-eleito Juscelino Kubitschek de Oliveira, em janeiro de 1956. Já com uma relevante bagagem acumulada pelo posto de primeira-dama do estado de Minas Gerais e da capital Belo Horizonte, e pela liderança exercida na campanha do esposo, Sarah Kubitschek assume a posição de primeira-dama do país, fazendo de sua passagem, uma experiência única e significativa para o processo de fortalecimento e perpetuação do primeiro-damismo no contexto brasileiro.

A infância e juventude de Sarah são pouco conhecidas, tendo seu nome pontuado pela historiografia apenas após seu casamento com Juscelino Kubitschek<sup>132</sup>. A união

---

<sup>132</sup> Sarah Gomes de Lemos nasceu em 1909, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Pertencente a uma tradicional família mineira, Sarah era filha do ex-deputado federal Jaime Gomes de Souza Lemos e de Luiza

ocorreu no dia 30 de dezembro de 1931, no Rio de Janeiro. Com JK, Sarah teve duas filhas, Marcia Kubitschek, que nasceu em 22 de outubro de 1943, e Maria Estela Kubitschek, adotada pelo casal no ano de 1947. Com a carreira política de JK, Sarah iniciou seu engajamento em obras sociais e assistenciais importantes e foi considerada a primeira-dama brasileira mais ativa de nossa história (TEMPERINI, 2016). Ainda vale ressaltar a inexistência de trabalhos acadêmicos sobre sua trajetória, bem como a pouca visibilidade atribuída à tal personalidade pela historiografia.

A tradição familiar de Sarah, em meio à política mineira, ofereceu a Juscelino, ainda moço, médico recém-formado, a possibilidade de inserção no restrito universo que compunha as influências políticas do período. De acordo com Bojunga (2010), a união de Sarah e Juscelino traria “reflexos favoráveis na absorção do jovem médico pela tradicional família mineira. Não houve cálculo político – sua carreira começaria mais tarde. Mas ocorreu maior entrosamento social num meio mais impenetrável do que poderia parecer à primeira vista” (BOJUNGA, 2010, p. 109-110).

O casamento de Juscelino e Sarah Kubitschek é apontado pela historiografia como uma união em que os dois sabiam sua posição e seu papel a ser executado. Traições, distanciamentos e aborrecimentos de muitas naturezas, para além da política, marcaram a trajetória do casal. O divórcio chegou a ser cogitado, mas seguindo os padrões da época, recheados dos estigmas das relações hierárquicas de gênero, os dois permaneceram juntos até a morte de Juscelino. A partir desse momento, Sarah se dedicou a manter a memória do marido, trabalhando na idealização e concretização do Memorial JK, construído em Brasília e inaugurado em 1981. “Sarah trabalhou na administração do Memorial até sua morte, em 4 de fevereiro de 1996, aos 87 anos” (GUEDES; MELO, 2019, p. 151).

Durante os anos de 1940 a 1945, Sarah Kubitschek ocupou o espaço de primeira-dama de Belo Horizonte, capital mineira. Em janeiro de 1951, com a chegada de seu esposo à governança do referido estado, Sarah se torna primeira-dama deste, permanecendo até março de 1955, momento em que JK se afasta do cargo para concorrer à Presidência da República. A atuação de Sarah Kubitschek, voltada à assistência, teve início no momento em que Juscelino foi eleito governador de Minas Gerais, em 1951. A

---

Gomes de Lemos, filha do rico proprietário de terras Comendador José Duarte da Costa Negrão. O biógrafo Cláudio Bojunga (2010) resalta que pelo lado paterno a família integrava o clã dos Lemos, que começou a se projetar na política mineira ainda durante o Império, por meio da atuação de João Antônio de Lemos, Barão do Rio Verde. Jaime Gomes de Souza Lemos, pai de Sarah, havia representado Minas na Câmara Federal entre 1912 a 1922.

partir de então, Sarah começou a organizar as senhoras da alta sociedade mineira com intuito de arrecadar donativos para os necessitados. Esse grupo de mulheres passou a ser chamado de “voluntárias” e se reuniam na garagem do Palácio da Liberdade. Esse grupo ganhou o nome de Pioneiras Sociais, cujos núcleos se espalharam pelo estado. Bojunga destaca que, na contramão de uma cordialidade própria dos mineiros, “Sarah não tinha nada de simples. Gostava de formalidade, de pose. Era distante com os empregados. Não concedia intimidades. Foi ela quem instituiu o protocolo no Palácio da Liberdade, a cargo de Pedro Pereira Filho” (BOJUNGA, 2010, p. 888). Outro ponto observado pelo biógrafo, diz respeito à antipatia de Sarah em relação à política.

Sarah detestava a maneira como a política abocanhava a intimidade da família, as peripécias da vida sem horários, os inevitáveis companheiros, a “vulgaridade” dos políticos do interior – uma gente que falava alto e manchava o sofá com cabelos oleosos. Reagia contra a constante ebulição, as noites passadas fora. Durante o período que vai até o governo do estado, Sarah não foi companheira, no sentido de cúmplice ou torcedora de JK. Auxiliou-o em momentos importantes, como quando JK hesitou em aceitar a prefeitura de Belo Horizonte. E foi também muito correta, rigorosa e protocolar em suas obrigações de primeira-dama do estado. Mas havia sempre a birra, o patrulhamento, a ressalva com as contingências da política. (BOJUNGA, 2010, p. 889).

As desconfiças em relação à política partidária não foram justificativas para que Sarah Kubitschek se omitisse de desempenhar importantes atividades enquanto primeira-dama de Minas Gerais, entre os anos de 1951 a 1955. Quando Darcy Vargas retorna à presidência da Legião Brasileira de Assistência em 1951, ela convida todas as primeiras-damas estaduais a retomarem às presidências das Comissões Estaduais. Entre elas, estava Sarah Kubitschek em Minas Gerais, que assume a responsabilidade, mas sua atuação, frente às demandas sociais, é acentuada por meio da criação das Pioneiras Sociais e do desenvolvimento de seus trabalhos junto a essa instituição. Podendo ser apontada enquanto uma instituição de caráter privado, mas com função pública, as Pioneiras Sociais foram criadas ainda durante o primeiro ano de atuação de Sarah Kubitschek enquanto primeira-dama do estado mineiro. Em outubro de 1951, um grupo de mulheres, organizado por dona Sarah, ganha o nome de Associação das Voluntárias. Como destaca Temperini, “núcleos das Pioneiras foram se espalhando pelo Estado Mineiro: havia unidades em São João Del Rei, Carangola, Poços de Caldas, Juiz de Fora, Betim, Diamantina, Governador Valadares, Sêro e Passos” (TEMPERINI, 2016, p. 86). Inicialmente, as atividades das voluntárias se pautavam em preparar e servir merenda escolar, confeccionar uniformes para os alunos do ensino público e prestar auxílio à população pobre através da distribuição de roupas e alimentos. A atuação da primeira-

dama, junto às Pioneiras Sociais no estado mineiro, é uma marca característica de sua atuação adjacente às demandas sociais. “Como primeira-dama de Minas Gerais, dediquei-me muito à Assistência Social. Era meu dever participar, não diretamente, mas de forma tal que redundasse em apoio a Juscelino no cargo de governador”<sup>133</sup>. A respeito das Pioneiras Sociais, Couto evidencia:

Criei as Pioneiras Sociais quando Juscelino era ainda governador de Minas Gerais. Foi uma criação feliz. Encontrei em todas as camadas sociais apoio e entusiasmo. Era o meu binômio: Saúde e Educação. Dessa forma, encontrei todas as portas abertas para realizar o que achava indispensável fazer para assistir às camadas mais carentes da sociedade. (COUTO, 2011, p. 465).

Dando continuidade ao trabalho assistencial, em 22 de março de 1956, Sarah Kubitschek expandiu a atuação das Pioneiras Sociais, que passaria a partir de então, a ter abrangência nacional. Colocando em prática uma das principais ações que constituem o primeiro-damismo, ela participou de forma incisiva da campanha eleitoral do marido, organizando e inaugurando comitês femininos. Sarah era a presidente do Comitê Central Feminino Pró-Juscelino Kubitschek e Jango. Em meio ao conturbado contexto político nacional vivenciado em meados de 1954, JK lançou sua candidatura à Presidência da República, sobre a qual, Sarah testemunha:

A campanha foi tão feroz e agressiva que nem mesmo o meu lar foi respeitado. [...]. Naturalmente revoltada, tomei a resolução de participar diretamente da campanha, fazendo-a nas ruas. Convoquei as mulheres, pois sabia de antemão que o senso de responsabilidade das mulheres me daria uma total cobertura. Foi, incontestavelmente, um sucesso o trabalho dos comitês femininos. O resultado foi surpreendente. Todos, no meio político do Rio de Janeiro, achavam que Juscelino chegaria em quarto lugar naquela cidade. Eram quatro candidatos. Qual não foi a surpresa quando Juscelino ganhou o segundo lugar no Rio, graças ao entusiasmo com que as mulheres realizaram seu trabalho nos comitês femininos<sup>134</sup>.

Esses comitês femininos tinham por objetivo organizar o eleitorado feminino, para que votassem a favor da chapa JK e Jango. Eles se concentram na capital carioca, enquanto Juscelino percorria os outros estados buscando seduzir o eleitorado nacional. A imprensa do estado noticiou a existência dos comitês femininos e a participação de Sarah Kubitschek neles, é o que nos mostram as notícias abaixo:

---

<sup>133</sup> COUTO, Ronaldo Costa. JK por Sarah Kubitschek. In: **Juscelino Kubitschek**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2011. p. 464.

<sup>134</sup> COUTO, Ronaldo Costa. JK por Sarah Kubitschek. In: **Juscelino Kubitschek**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2011. p. 465.

Inauguração do Comitê pró-Juscelino feminino e Jango em Copacabana. (Jornal Correio da Manhã, 30 de junho de 1955).

Instalação de 13 comitês femininos pró-Juscelino nos subúrbios de São Paulo. (Jornal Correio da Manhã, 08 de julho de 1955).

Sob a presidência de Dona Sarah Kubitschek, foi solenemente inaugurado, ontem, às 19 horas, o Comitê Feminino do Mayer Pró-Juscelino Kubitschek. [...]. Logo após, em frente à sede do novo comitê, na Rua Dias da Cruz, realizou-se um grande comício em que usaram da palavra a Sra. Sarah Kubitschek, o General Caiado de Castro e o maquinista Anaxílo Evangelista Barbosa, em nome dos ferroviários da Central do Brasil. (Jornal do Brasil, 17 de setembro de 1955)<sup>135</sup>.

Em sua narrativa autobiográfica, Juscelino destaca o apoio recebido pela esposa em diversos momentos, ressaltando que “Sarah sempre teve uma admirável coragem e dela nunca ouvido senão palavras de estímulo” (OLIVEIRA, 1978, p. 100)<sup>136</sup>. Após a vitória eleitoral, o apoio ao marido, agora pautado na busca da legitimação de sua governabilidade, continuaria. O trabalho assistencial executado por Sarah Kubitschek é realizado por meio de sua atuação à frente das Pioneiras Sociais. Trazendo para a capital federal uma experiência que havia dado certo do estado mineiro, a primeira-dama expande os serviços das Pioneiras para mais de dez estados da federação.

O ideário e o desenvolvimento do plano de governo de Juscelino Kubitschek buscaram sempre estar associado à imagem de progresso e modernização do país, que seriam alcançadas por meio da industrialização. Nesse contexto, o Estado se apresenta como instrumento fundamental de assistência a questões relativas à pobreza e higiene. Modernização e miséria não deveriam coexistir no cenário brasileiro e, mais uma vez, a figura da primeira-dama se desponta enquanto central no combate às mazelas vivenciadas pela grande massa dos necessitados brasileiros. “Como a pobreza era um dos desafios a serem enfrentados para o desenvolvimento do país, mudanças nas condições sanitárias poderiam ajudar a romper os obstáculos que impediam o desenvolvimento” (TEMPERINI, 2012, p. 342). É nesse momento que Sarah Kubitschek de Oliveira cria, em nível nacional, as Pioneiras Sociais no ano de 1956.

Ampliar no plano nacional a obra de assistência social que realizou em Minas Gerais, por intermédio da Associação das Voluntárias, é o desejo da Sra. Sarah Kubitschek, criando a Associação das Pioneiras Sociais, entidade que, dentro em breve, estará em pleno funcionamento no

---

<sup>135</sup> Jornais disponíveis em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 21 de jan. 2019.

<sup>136</sup> Elemento importante a destacar é a quantidade de passagens referentes ao núcleo familiar presente na autobiografia de Juscelino, de forma contrária ao foi evidenciado nos diários de Getúlio Vargas.

Distrito Federal e nos demais Estados da Federação. (Jornal do Brasil, 02 de março de 1956)<sup>137</sup>.

O lançamento da Fundação que levou o nome oficial de Pioneiras Sociais ocorreu em março de 1956, com a apresentação, no Teatro Dulcina, na Cinelândia, da peça Othelo de William Shakespeare. A festividade contou com a presença do chefe da nação, acompanhado da primeira-dama, bem como dos ministros e grandes nomes da sociedade carioca, do empresariado e da imprensa. Na solenidade foram arrecadados fundos para aplicação nas primeiras iniciativas da instituição.

A sede das Pioneiras Sociais foi instalada na Rua Pereira da Silva, nas Laranjeiras, Rio de Janeiro. Entre os anos 1956 e 1961, a primeira-dama Sarah Kubitschek ocupou a presidência da instituição.

“As Pioneiras” – Iniciativa filantrópica da primeira-dama do país, Sra. Sarah Kubitschek está em pleno funcionamento e já com obras de vulto iniciativa com a pedra fundamental do Hospital Luíza de Lemos, os Hospitais Volantes encomendados nos Estados Unidos, completamente aparelhados de material médico. Esses hospitais instalados em possantes viaturas representam o que há de mais moderno em matéria de assistência pública, pois ao que se informa permitem inclusive fazer operações em lugares de desastres, etc. A sede permanente das pioneiras está sendo devidamente instalada num prédio amplo nas Laranjeiras. Grande número de senhoras colabora com a Sra. Sarah Kubitschek. (Jornal das Moças, 1956)<sup>138</sup>.

A senhora Kubitschek fez uso do espaço cedido pelo Jornal do Brasil para falar de sua experiência no estado mineiro e das expectativas em relação ao trabalho em nível nacional.

Quem tiver mais dará mais, quem tiver menos, dará menos, mas todos concorrerão na medida das suas possibilidades para o nobre empreendimento. Foi assim em Minas Gerais quando lancei a Associação das Voluntárias. Foi do próprio povo que me chegaram recursos para que eu prestasse socorro aos necessitados. E é da ajuda do povo que espero, com a ajuda de Deus, o êxito das Pioneiras Sociais. Iniciou-se a campanha das Pioneiras Sociais. (Jornal do Brasil, 06 de março de 1956)<sup>139</sup>.

A diretoria era composta por nomes de confiança da primeira-dama Sarah Kubitschek, a exemplo de algumas figuras femininas como Edith Pinheiro Guimarães, Amelia Atahyde e Lais Veloso Romeiro. Seu primo Francisco Negrão de Lima também estava presente na formação e contava com a confiança de Sarah. O conselho técnico, como salienta Temperini (2016), era formado por médicos conhecidos e influentes na

---

<sup>137</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 21 de jan. 2019.

<sup>138</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 14 de dez. 2018.

<sup>139</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 21 de jan. 2019.

Academia de Medicina e nas faculdades de medicina, além de advirem da família Kubitschek. Todos eles ocuparam altos cargos relacionados à saúde junto ao governo e após a passagem de JK pela Presidência<sup>140</sup>.

Arthur Fernandes Campos da Paz Filho era médico ginecologista, ocupou o cargo de presidente da Fundação das Pioneiras Sociais entre 1970-1981, além de ser o idealizador do Centro de Pesquisas Luiza Gomes de Lemos. Aloysio de Salles Fonseca foi chefe do Serviço de Clínica Médica do Hospital dos Servidores do Rio de Janeiro, foi eleito membro titular da Academia Nacional de Medicina em 1962. Ugo de Castro Pinheiro Guimarães foi um dos fundadores do Colégio Brasileiro de Cirurgiões em 1929, presidente da Academia Nacional de Medicina entre 1959-1961, diretor do Instituto Nacional do câncer no período compreendido entre 1970-1972. À frente do conselho técnico das Pioneiras Sociais, propunham medidas para o atendimento da população no âmbito da instituição. (TEMPERINI, 2016, p. 108).

As verbas recebidas pela instituição advinham do Governo Federal e de setores como a indústria, o comércio e a imprensa. Cerca de dez estados brasileiros puderam contar com os serviços das Pioneiras Sociais, cujas ações principais estavam voltadas para as assistências médica e educacional da população carente. Entre os trabalhos desenvolvidos, podemos apontar a introdução dos hospitais volantes, a criação do Centro de Pesquisas Luiza Gomes de Lemos, de diversas escolas, de ambulatórios, de inúmeros lactários e centros de recuperação motora.

Em março de 1960, as Pioneiras Sociais passam por um processo de ampliação de sua natureza jurídica, sendo transformada em Fundação, através da Lei 3736/60. A instituição sobreviveu até 1991, quando a Lei n. 8.246, de 22 de outubro do referido ano, conferiu ao Poder Executivo competências para extingui-la, e para instituir o Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> Muito atuante na presidência da instituição, a primeira-dama contava com o auxílio de uma direção, que além do posto da presidência, era composta por vice-presidente, secretário e tesoureiro, conselho administrativo, conselho fiscal e conselho técnico. Durante os primeiros anos, de 1956 a 1960, essa diretoria era constituída da seguinte forma: Presidente Sarah Kubitschek a) Vice-presidente: Edith Pinheiro Guimarães; b) Secretaria: Zembla Soares Pinheiro Chagas; c) Secretaria Geral: d) Amelia Atahyde; e) Conselheira: Mena Fiala; f) Tesoueiros: João Chagas Oliveira e Edila Andrade Couto; g) Procuradora: Lais Veloso Romeiro; h) Superintendente: Elisa Pereira Teixeira; i) Conselho administrativo: Antonio Joaquim Peixoto de Castro Filho, Isaac Albagli, João Alfredo Castilho, José Machado Coelho de Castro; j) Conselho fiscal: Geraldo Gomes de Lemos, Francisco Negrão de Lima, Augusto Frederico Schimidt; l) Suplentes: Israel Pinheiro da Silva, Pedro Paulo Penido, Paulo Barreiras Faria; m) Conselho técnico: Arthur Fernandes Campos da Paz Filho, Aloysio de Salles Fonseca, Ugo Pinheiro Guimarães; n) Conselho Social: José Maria Alkimim, Sebastião Paes de Almeida, José Ermírio de Moraes. Informações disponíveis em: Jornal Correio da Manhã, 8 de abril de 1956. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 21 de jan. 2019.

<sup>141</sup> Lei 3.736, de 22 de março de 1960. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128703/lei-3736-60>. Acesso em 12 de jan. 2019. Lei 8.246, de 22 de outubro de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8246.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8246.htm). Acesso em 12 de jan. 2019. O patrimônio da instituição foi incorporado ao da União por meio do Ministério

### Imagem 31 - Logo da Fundação das Pioneiras Sociais, 1956.



Fonte: Projeto História do Câncer (COC/Fiocruz-INCA).<sup>142</sup>

Em julho de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek assinou o Decreto n. 48.543, aprovando o Estatuto das Pioneiras Sociais. De acordo com o Art. 2º da instituição, “A Fundação exercerá suas atividades em todo o território nacional, tendo por objetivos a assistência médica, social, moral e educacional da população pobre, em suas variadas formas, e as pesquisas relacionadas com suas finalidades” (Estatuto das Pioneiras Sociais, 1960)<sup>143</sup>.

Desde o início do século XX, justificada pela crescente demanda de serviços e bens, o Estado se apoiou em instituições de caráter filantrópico ou benevolente para colocar em prática atividades que deveriam ser de sua responsabilidade. Foi assim com a Legião Brasileira de Assistência, direcionada, num segundo momento, ao auxílio à infância e à maternidade, bem como com a Fundação das Pioneiras Sociais, que desenvolveu trabalhos na área educacional, mas tinham como grande campo de atuação a esfera da Saúde. Os acordos estabelecidos entre essas instituições e o Estado acabaram por isentar este de suas responsabilidades com a população, entregando tal demanda

---

da Saúde. Dessa forma, a antiga Fundação teve seus serviços desmembrados: O centro de Pesquisas Luiza Gomes de Lemos, criado em 1957, e o Hospital Santa Rita, fundado em 1977, foram incorporados ao Instituto Nacional do Câncer em 1992. As unidades de reabilitação da antiga Fundação das Pioneiras Sociais passaram a fazer parte de uma rede de hospitais denominada Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação<sup>107</sup>. Atualmente, essa rede de hospitais atua por meio de contratos de gestão, firmados desde 1991 com a União Federal para o atendimento na área de reabilitação. A Lei Federal nº 8.246/91 fixou como competência do Ministério da Saúde supervisionar a gestão do Serviço Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, estabelecendo que o Ministério da Saúde e a Secretaria da Administração Federal definiriam os termos do contrato de gestão, estipulando prazos e responsabilidades para sua execução e especificando os critérios para a aplicação dos recursos repassados ao Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais. (TEMPERINI, 2016, 100).

<sup>142</sup> Disponível em: <http://www.historiadocancer.coc.fiocruz.br/index.php/pt-br/imagens/logos-e-cartazes>. Acesso em 12 de jan. 2019.

<sup>143</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48543-19-julho-1960-388755-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 12 de jan. 2019.



àquelas. Nesse ínterim, as primeiras-damas passaram a atuar em espaços onde o Estado “optou” por não estar, ou por estar por meio delas.

Vale destacar que a Saúde não estava inserida no Plano de Metas de JK, que tinha como base quatro pontos, Energia, Transportes, Alimentação e Indústria de Base<sup>144</sup>. A Constituição de 1946 também não explicitava quais as responsabilidades do Estado junto às questões relacionadas à Saúde e sua assistência. Assim, o acordo com as Pioneiras Sociais fez com que o Estado chegasse a espaços não pretendidos, enquanto prioridade, naquele momento, e a presença da primeira-dama tem um grande impacto na construção dessa relação.

Entre os trabalhos desenvolvidos pela Fundação das Pioneiras Sociais, vale destacar a campanha “Saúde sobre rodas”, lançada no ano de 1958. A partir desse momento, hospitais volantes se espalharam pelo Rio de Janeiro, posteriormente também abrangendo outros estados da federação. Lá, oito hospitais volantes se revezavam no atendimento às populações pobres, prestando-lhes assistência médica, dentária e radiológica. As equipes, compostas por médicos e enfermeiros, também levavam informações, forneciam ensinamentos de educação sanitária e alimentação, realizavam exames e distribuía medicamentos para as populações carentes. Essas unidades móveis eram aparelhadas com equipamentos de clínica geral, raios X, gabinete dentário, sala para pequenas intervenções cirúrgicas, laboratório de análises clínicas, mesas ginecológicas e instrumentos para grandes campanhas de vacinação em massa. Uma atividade de grande visibilidade foi a realização de exames preventivos do câncer ginecológico na população feminina (TEMPERINI, 2016).

A partir de 1959, mediante convênio com os estados e municípios, as unidades volantes passaram a realizar suas atividades de atendimento médico e odontológico nos estados brasileiros onde funcionavam as Delegacias Regionais da instituição. A Campanha “Saúde sobre rodas” foi presidida também pela primeira-dama Sarah Kubitschek, que fez uso de sua influência junto a importantes nomes ligados ao governo de seu esposo, para angariar os equipamentos que estruturavam os hospitais volantes. Nessa campanha, a imprensa carioca noticiou, com grande euforia, os atendimentos prestados pelas unidades móveis, declarando:

---

<sup>144</sup> Download do Plano de Metas do Governo JK disponível em: [http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/490/Programa%20de%20Metas%20do%20Presidente%20Puscelino%20Kubitschek%20V1%201950\\_PDF\\_OCR.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/490/Programa%20de%20Metas%20do%20Presidente%20Puscelino%20Kubitschek%20V1%201950_PDF_OCR.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 05 de dez. 2018.

Cerca de 500 pessoas vêm sendo atendida nessa capital pelos Hospitais Volantes, da campanha “Saúde sobre rodas” empreendida pela primeira-dama Sarah Kubitschek, sob a legenda das pioneiras sociais, oferecendo, gratuitamente, em diversos subúrbios, uma clínica médica odontológica, inédita no país. (Jornal do Brasil (RJ), 26 de abril de 1957).

Cerca de mil pessoas estão recebendo, diariamente, completa assistência médico-dentária-radiológica, através da campanha “Saúde Sobre Rodas”, idealizada pelas Pioneiras Sociais, sob a presidência da Sra. Sarah Kubitschek. Nove unidades dos chamados “Hospitais Volantes” percorrem os mais longínquos subúrbios [...]. (Jornal Correio de Manhã, 23 de maio de 1958).

As principais áreas de atuação dessas unidades volantes eram as regiões dos subúrbios, as zonas rurais e as cidades consideradas mais pobres do Brasil a fora, tendo em vista que o público acolhido por suas atividades seria a população carente dessas localidades. Estados como São Paulo, Minas Gerais, Amazonas e Paraíba receberam o auxílio das unidades móveis de atendimento à saúde. Em novembro de 1958, um hospital volante foi inaugurado na cidade de Campina Grande, Paraíba, contando com a presença do Presidente da nação e da primeira-dama.

Acompanhada do presidente Juscelino Kubitschek, que inaugurará hoje, em Campina Grande, na Paraíba, o novo serviço de abastecimento de água da cidade, seguiu a Sra. Sarah Kubitschek, que entregará ao povo daquele Estado um moderno Hospital Volante, do tipo “Clinomóbil”, destinado a prestar assistência médica aos pobres. (Jornal Correio de Manhã, 07 de novembro de 1958)<sup>145</sup>.

Elemento que evidencia a importância de dona Sarah Kubitschek junto ao trabalho desenvolvido é a presença do seu nome na lataria das unidades móveis, como nos mostra a imagem abaixo.

---

<sup>145</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 19 de jan. 2019.

**Imagem 32 – JK e Sarah, no centro da foto, à porta do ônibus, inauguram o primeiro Hospital Volante da FPS em 1956**



**Fonte:** Arquivo Nacional

Para além da importância simbólica do nome da primeira-dama exposto na lataria dos hospitais volantes, ainda se deve destacar sua presença na maioria dos eventos dirigidos pelas Fundação das Pioneiras Sociais. Dona Sarah Kubitschek não costumava enviar representantes em seu nome, aparentando gostar de receber as pompas após a concretização dos trabalhos desenvolvidos. A popularidade da primeira-dama fora crescendo com o passar dos anos do governo de seu marido, mas justificada pela sua atuação, ou seja, pelo seu próprio protagonismo. Por meio de *táticas*, Sarah conseguiu construir seu capital político, mesmo estando inserida num contexto de *estratégia* de perpetuação dos anseios do Estado.

Outro fator a ser observado é a presença do presidente Juscelino Kubitschek nas ações desenvolvidas pelas Pioneiras Sociais, a exemplo da missa campal realizada em 1957 e promovida pela instituição em sua sede, a inauguração do Centro Luiza Lemos, também no ano de 1957, a realização de visitas a hospitais volantes (1958), a distribuição de presentes no Maracanã, ocorrida no Natal de 1960 e a inauguração do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek em Brasília, promovido também pela instituição em 1960. “Tratava-se de centro especialmente dedicado a prestar serviços à comunidade no campo da recuperação motora. A inspiração de Sarah para tal obra decorre, fundamentalmente, de sua experiência enquanto mãe e os problemas de coluna de sua filha Márcia” (SILVA, 2018, p. 129). Tal fato destoa totalmente do que ocorria com os Presidentes anteriores a

JK, como Getúlio Vargas, que nunca estava presente nas atividades desenvolvidas por sua esposa Darcy Vargas, seja na Casa do Pequeno Jornaleiro ou na Legião Brasileira de Assistência. Esse elemento pode ser um indicativo da importância social, política e simbólica das obras desenvolvidas pela primeira-dama Sarah Kubitschek, que, aparentemente, seguia os passos de um primeiro-damismo trilhado por Darcy Vargas, mas que atribuía a esse fenômeno contornos próprios.

O desenvolvimento de outro projeto daria grande destaque às Pioneiras Sociais. O Centro de Pesquisa Luiza Gomes de Lemos foi inaugurado em 1957, um ano após o início dos trabalhos das Pioneiras em nível nacional e da morte da mãe de Sarah Kubitschek, a Sra. Luiza Gomes de Lemos, vítima de um câncer ginecológico. Destinado a realizar pesquisas referentes à prevenção e detecção do câncer ginecológico e de mama, o centro surgiu com uma nova unidade de atendimento das Pioneiras Sociais; contava com uma estrutura de consultórios ginecológicos e laboratórios de cito e histopatologia, além de unidades móveis inseridas na campanha “Saúde sobre rodas”, destinadas à realização de exames ginecológicos em diversos locais do estado do Rio de Janeiro.

Em muitas reportagens, o apoio da primeira-dama Sarah Kubitschek à construção do Centro é evidenciada, porque a vida de sua mãe foi assolada por um câncer, e a mineira toma para si o desejo de tornar realidade a construção de um centro com grandiosos objetivos. Sarah contou com a colaboração de importantes nomes da sociedade carioca, o que reforça o argumento da expressiva influência e boa relação que ela possuía no interior da governabilidade do marido, a exemplo do seu primo Negrão de Lima, na ocasião, prefeito do Rio de Janeiro.

Pela Lei municipal 895, Negrão de Lima, prefeito do Rio, doou um terreno, no antigo Jardim Zoológico, para a construção do Centro de Pesquisa Luiza Gomes de Lemos, e uma quantia de 12 milhões de cruzeiro anuais para sua manutenção. (Jornal Correio de Manhã, 12 de setembro de 1957)<sup>146</sup>.

No dia 21 de dezembro de 1957 foi inaugurado o Centro de Pesquisa Luiza Gomes de Lemos, contando com a presença do Presidente da República Juscelino Kubitschek, da primeira-dama e presidente das Pioneiras Sociais, Sarah Kubitschek, e de grandes nomes da medicina nacional como Arthur Campos da Paz. Além da presença da primeira-dama, a solenidade contou com um discurso dela, que fazia uso desses espaços para construir seu capital político, bem como para alargar os campos de execução do primeiro-damismo em território nacional, que, por meio de sua atuação, deixou de ter o campo da

---

<sup>146</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 19 de jan. 2019.

assistência social como principal *locus* de ação. A esse espaço foram agregados outros, como a educação e a saúde. Sarah Kubitschek se apropriava do primeiro-damismo aos moldes próprios.

**Imagem 33 – Inauguração do Centro de Pesquisa Luiza Gomes de Lemos em 1957**



**Fonte:** <http://www1.inca.gov.br>

As atividades do Centro se intensificaram, e esse passou a se expandir. Um ano após sua fundação foi criada a Sociedade Médica do Centro de Pesquisas Luiza Gomes de Lemos, que tinha por objetivo administrar as atividades científicas da instituição “Essa sociedade tinha como função organizar cursos, publicações, e fazer intercâmbio científico com outras instituições congêneres” (TEMPERINI, 2016, p. 152). Devido ao significativo trabalho desenvolvido, os bônus começaram a aparecer, assim como os prêmios em reconhecimento. Também no ano de 1958, a primeira-dama Sarah Kubitschek recebeu o Primeiro Prêmio Internacional de Citologia, concedido pela *Panamerican Cancer Cytology Society*, na Flórida, por sua atuação e liderança no combate ao câncer que assolava o público feminino. O fato foi noticiado por toda a imprensa carioca, que também prestou homenagem à primeira-dama em diversas ocasiões<sup>147</sup>.

A preocupação de Sarah com o combate ao Câncer existia mesmo antes da morte de sua mãe e da criação do Centro de Pesquisa Luiza Gomes de Lemos. Em março de 1956, logo após Juscelino ocupar a Presidência, em janeiro do referido ano, Sarah foi convidada para ser presidente de honra da campanha de construção do Hospital do Câncer de Recife, liderada pela professora Bernadete Xavier Gomes. Um mês após o início da campanha, foi lançada a pedra fundamental para a edificação do hospital, contando com a presença e o discurso da primeira-dama Sarah Kubitschek.

---

<sup>147</sup> Jornal do Brasil (RJ), 04 de novembro de 1958. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 19 de jan. 2019.

LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL - Palavras da Sra. Sarah Kubitschek – Começamos hoje a construir uma obra cuja benemerência, de tão evidente, não será necessário ressaltar. Aqui neste local, vai erguer-se uma casa que será organizada para a defesa da vida humana contra e mais traiçoeiro e mais misteriosos dos seus inimigos, que é o câncer. Até agora sobre essa doença implacável só se chegou a uma conclusão satisfatória e indiscutível que é, em termos simples, a seguinte: luta-se contra o câncer logo que ele se instale e comece a desenvolver sua nefasta atividade devastadora no organismo humano. (Jornal Correio da Manhã, 28 de abril de 1956).

Muita expectativa recaía sobre as ações a serem desenvolvidas pela primeira-dama da nação. Tendo como grande antecessora Darcy Vargas, aquela que desenvolveu um trabalho inédito junto ao campo social, à Sarah era dada muita confiança para continuar a obra assistencial. Logo após a posse do presidente, o jornal Correio da Manhã publica uma matéria sobre a primeira-dama e as expectativas quanto a sua atuação.

Resta-nos a esperança de que a vida social das esferas governamentais goze de maior incremento com a nova primeira-dama, Sra. Sarah Kubitschek. Trata-se de uma dama de superiores qualidades de espírito e inteligência, aliado a uma elegância invulgar, perfeitamente apta a liderar e dignificar no Brasil as atividades sociais. (Jornal Correio da Manhã, 01 de fevereiro de 1956)<sup>148</sup>.

As atividades efetivadas à frente das Pioneiras Sociais legitimaram a performance de dona Sarah Kubitschek enquanto primeira-dama atuante no cenário público, protagonizando momentos de legitimação da gestão de seu esposo e construindo para si capitais políticos. Ainda vale destacar que as grandes obras desenvolvidas pela instituição por ela presidida não se concentraram apenas no campo da assistência à saúde, apesar de ser a área de maior ênfase. A educação também foi assistida pelas Pioneiras sociais, pautando-se na construção de escolas destinadas às crianças carentes da capital federal.

Magnífica vitória acabaram de ter as Pioneiras Sociais inaugurando, em tempo recorde, vinte escolas espalhadas em diversos bairros mais pobres da cidade do Rio, atenuando uma carência que muito prejudica o nível mental dos futuros homens e mulheres da nova geração. (Jornal do Brasil (RJ), 19 de março de 1957)<sup>149</sup>.

Como noticiou o Jornal Correio da Manhã, em março de 1958, os serviços prestados no campo educacional transcendiam demandas, como a construção das unidades educativas, fazendo-se presente também na manutenção delas. A alimentação e a saúde das crianças assistidas também eram preocupações das Pioneiras, como pode ser visto na notícia do Jornal Correio da Manhã:

---

<sup>148</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 12 de jan. 2019.

<sup>149</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 12 de jan. 2019.

Vinte e duas escolas das Pioneiras Sociais estão em pleno funcionamento, ministrando ensino a 7392 crianças pobres do Rio. Além do vestuário, calçado, alimentação, livros e objetos escolares, os alunos das Pioneiras recebem uma completa assistência médico-dentária, orientada pelo doutor Audifax de Oliveira filho, chefe do setor médico escolar da entidade. (Jornal Correio de Manhã, 16 de março de 1958).

O reconhecimento do trabalho desenvolvido por Sarah Kubitschek também é explicitado nas homenagens prestadas a ela. Presidente de honra de diversas instituições, campanhas e obras assistenciais, a primeira-dama foi paraninfa da turma da Faculdade de Serviço Social do Distrito Federal. Inúmeras instituições prestaram homenagem a ela, a exemplo do Instituto Dom Bosco, ligado à Fundação Cristo Redentor. Na ocasião, Levi Miranda, importante nome da área assistencial no Brasil, desde a década de 1930, recebe a primeira-dama com grande júbilo.

A Sra. Sarah Kubitschek visitará hoje, sábado, a “Cidade dos Meninos”, em Duque de Caxias no Estado do Rio, onde será homenageada pelos alunos do Instituto Dom Bosco, da Fundação Cristo Redentor. A ilustre senhora será recebida pelo senhor Levi Miranda, provedor da filantrópica instituição e uma das mais destacadas figuras brasileiras no campo da assistência social. (Jornal Correio de Manhã, 28 de julho de 1958)<sup>150</sup>.

A realização do Natal das Crianças foi mais uma empreitada encarada por Sarah Kubitschek, que, dando continuidade à prática exercida pelas primeiras-damas que a antecederam, realizou o evento a sua maneira, dividindo a responsabilidade da festividade entre as Pioneiras Sociais e a LBA. Antes mesmo da realização do Natal, em novembro de 1956, Sarah inova a solenidade ao abrir as portas do Palácio do Catete e do Guanabara para a construção de parques infantis. A inauguração desses parques contou com a presença da primeira-dama e um eloquente discurso dela, que pontuou o respeito à infância, o seu compromisso bem como o do governo de seu esposo com as demandas em torno da criança brasileira. Sarah se comportava de forma contrária a Darcy Vargas diante de tais ocasiões, a qual, mesmo participando de eventos de grande reconhecimento político e social, não tomava o lugar da fala. Mesmo nas imagens em que Darcy ocupa o lugar central, apresentando-se enquanto protagonista da oficialidade, muitas vezes cercada de grandes personalidades da política nacional, a ela não cabe o discurso. As duas imagens abaixo explicitam a diferença de comportamento. Na primeira, Darcy Vargas ocupa a cadeira central de uma sala de reuniões no Palácio do Catete, mas não se apresenta enquanto agente do discurso. Na segunda, Sarah está em frente a um microfone,

---

<sup>150</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 11 de jan. 2019.

proferindo um discurso no Jardim do mesmo Palácio. Nas duas situações, as primeiras-damas encontram-se cercadas de figuras masculinas e de grande reconhecimento no campo político.

**Imagem 34 – Darcy Vargas em reunião no Palácio do Catete**



Fonte: CPDOC - FGV<sup>151</sup>

**Imagem 35 – Sarah Kubitschek falando na inauguração dos parques infantis no Palácio do Catete**



Fonte: Jornal do Brasil, 29 de maio de 1956.

Sarah executava um primeiro-damismo com contornos próprios, apropriando-se de elementos pautados no modelo empreendido por Darcy Vargas, mas propondo uma nova roupagem ao conjunto de práticas que compunham tal fenômeno. Ocupar o espaço da fala é um dos elementos que evidencia essa inovação. Em uma entrevista intitulada “Uma mulher formidável”, concedida ao jornal O Globo, em 29 de julho de 1972, Sarah descreve o peso da liturgia do cargo de esposa de político, narra suas ações junto à

---

<sup>151</sup> Arquivo Agamenon Guimarães. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AGM/audiovisual/agamenon-magalhaes-e-outros-em-visita-a-futura-sede-do-sindicato-do-acucar>. Acesso em 22 de jan.2019.



assistência aos necessitados e ressalta o quanto a política acabou a cooptando para junto desse universo<sup>152</sup>.

O Natal das Crianças de 1956 ocorreu dia 22 de dezembro, no Estádio do Maracanã, sob a direção das Pioneiras Sociais e da Legião Brasileira de Assistência. 60 mil crianças participaram, recebendo os brindes distribuídos na ocasião, na qual a primeira-dama esteve presente entregando os donativos, e a festividade ainda contou com a “colaboração das esposas dos diplomatas (embaixadores e ministros) estrangeiros na realização do natal das crianças”<sup>153</sup>. Ao contrário do que ocorreu sob o comando de Carmela Dutra e Jandira Café, que espalharam a distribuição dos brindes pelas paróquias e escolas do Rio de Janeiro, respectivamente, Sarah, assim como fizera Darcy, optou por concentrar a entrega em um ponto fixo: o Estádio do Maracanã. A primeira-dama ainda organizou o natal dos funcionários do Catete no ano de 1956. No ano seguinte, o Natal das Crianças contou com a presença de 140 mil crianças, e foi realizado o Natal da Mãe Pobre, evento no qual houve a distribuição de enxovais às mães pelas Pioneiras Sociais<sup>154</sup>. No imaginário social, a realização da festividade natalícia estava condicionada à primeira-dama, e Sarah, portanto, deu continuidade a essa prática.

A legião Brasileira de Assistência era a instituição que todos os anos estava a frente da realização do Natal das Crianças, mesmo contando com o auxílio de outros órgãos. Porém, desde a saída de Darcy Vargas, em 1954, a presidência da Legião não contava com a presença da primeira-dama. No curto espaço de tempo que seu marido governou o país, Jandira Café não ocupou o cargo, assim como não o fez Sarah Kubitschek. Considerada a grande primeira-dama, em termos de atuação pública, após o modelo empreendido por Darcy, Sarah não construiu seu itinerário assistencial por meio de práticas realizadas através da LBA e no interior dela. A instituição continuou existindo durante o governo de JK, contando com grande impulso, inclusive financeiro, entretanto a primeira-dama optou por atuar junto às Pioneiras Sociais, grupo por ela fundado e já citado anteriormente. Parte da historiografia afirma que todas as primeiras-damas do Brasil ocuparam a presidência da LBA. Outra parte aponta a ausência de Sarah Kubitschek no cargo, mas não questiona o porquê dessa ausência. O biógrafo de JK, Cláudio Bojunga (2010), e as teses de doutorado de Rosana Temperini (2016) e de Bruno

---

<sup>152</sup> Jornal O Globo, “Não sou supermulher”, 29 de julho de 1972.

<sup>153</sup> Jornal Correio de Manhã, 08 de dezembro de 1956. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 11 de jan. 2019.

<sup>154</sup> Jornal do Brasil (RJ), 17 de dezembro de 1958. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 11 de jan. 2019.

Silva (2018) trazem um pouco dessa discussão a respeito da pouca participação de Sarah junto a LBA e sua ausência na presidência da instituição. Esses trabalhos contribuíram com as análises aqui realizadas, pois, mesmo não sendo elaboradas no campo da História, à exceção do trabalho de Silva (2018), apresenta importantes elementos sobre tal lacuna<sup>155</sup>.

Com a ausência de Sarah na LBA é significativo destacar que, durante o governo de JK, ocupou a presidência da Legião Brasileira de Assistência o médico sanitarista Mário Pinotti, que possuía certa experiência na área da saúde/higiene, tendo atuado como inspetor sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública, do Rio de Janeiro. Já com influências políticas, Pinotti foi o primeiro prefeito de Nova Iguaçu, no ano de 1919. “Ainda foi diretor do Departamento Nacional da Malária (1942) e do Departamento Nacional de Saúde (1945), ministro da Saúde nos governos de Getúlio Vargas (1954) e Juscelino Kubitschek (1958 – 1960), no qual também foi diretor do Departamento Nacional de Endemias Rurais (1956)” (SILVA, 2018, p. 100).

A escolha por Mário Pinotti ao cargo parece coincidir com os objetivos traçados pelo governo de Juscelino, para os quais todos eram perpassados pelo estigma da modernidade. Modernizar as instituições estatais estava no cerne da vez, e a LBA não fugiria à regra, mesmo carregando posturas assistencialistas na real aplicabilidade de seus serviços. O discurso de posse do novo presidente da instituição busca refutar um passado de trabalho caritativo, e evidenciar um novo tempo que se iniciaria, fundamentando em elementos técnicos.

Ultrapassamos, felizmente, a fase do trabalho meramente assistencial e achamo-nos na fase mais fecunda do trabalho educativo, de integração e aplicação de elementos e forças sociais, que jazem, em estado potencial, nas pequenas comunidades brasileiras. Posso dizer-lhes, com o tirocínio adquirido através de algumas campanhas sanitárias por todo o país, ser o brasileiro um povo essencialmente bom, compreensivo, animado dos melhores sentimentos de solidariedade humana e social, desejosos de progredir e de aperfeiçoar-se, bastando apenas que o apoiemos e estimulemos nesses anseios tão justos. (Boletim da LBA, n.85-86, janeiro/junho de 1957).

---

<sup>155</sup> A obra “Jk o Artista do Impossível” de Carlos Bojunga é uma biografia jornalística do ex-presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek. A tese de Rosana Temperini, “FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS: CONTRIBUIÇÃO PARA O CONTROLE DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO NO BRASIL 1956-1990”, foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. A tese de Bruno Silva, “Assistência e Modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945 – 1964)”, foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista (UNESP). As referências completas podem ser encontradas no final do trabalho.

Apesar da tonalidade renovadora, o presidente fez uso do discurso para saldar duas figuras de grande destaque na constituição da instituição: Getúlio e Darcy Vargas. A bondade e o espírito cristão da primeira-dama foram mencionados como elementos que a impulsionaram na criação da LBA. O amparo aos necessitados coube à Legião, que os assistiu, e a partir daquele momento continuaria cabendo, mas sendo realizado um novo tipo de assistência.

Peço licença aos que me recebem com tanto carinho e generosidade para voltar a um passado pouco distante e evocar a figura de um grande amigo para quem neste momento dirijo meus pensamentos, cujo nome, cuja figura e cuja obra em benefício dos brasileiros humildes acredito estejam no respeito e na saudade de todos desta casa. Evoco, meus amigos, a figura inesquecível de Getúlio Vargas, sob cuja inspiração através de cujos exemplos nasceu este movimento de fraternidade humana entre brasileiros que é a Legião Brasileira de Assistência. [...]. Para a senhora Darcy Vargas, fundadora desta casa, as nossas comovidas homenagens de respeito e admiração por tudo quando pela bondade e espírito cristão fez em benefício do Brasil humilde, necessitado de amparo e de compreensão humana. (Boletim da LBA, n.86, janeiro/junho de 1957).

Ao que parece, a busca de certa assistência à saúde também passou a ser uma das preocupações da LBA, pois, como afirmado anteriormente, a saúde não estava inserida no Plano de Metas de JK, mas as Pioneiras Sociais, juntamente com a LBA, encarregaram-se dessa assistência, cujo objetivo principal era obter um melhor aproveitamento dos trabalhadores. Quanto mais saúde, mais disposição e melhor trabalho.

Em algumas oportunidades, Dona Sarah se fez presente na LBA, desenvolvendo trabalhos em conjunto com a instituição, embora não fosse lá o espaço de seu protagonismo. A primeira-dama proferiu um único discurso noticiado pelo Boletim da Legião, no ano de 1957, no qual se dirige à mulher brasileira em decorrência da passagem do natal. Sarah faz uso do noticiário também para demarcar seu espaço, ao se dirigir às Pioneiras Sociais.

Sob o influxo das inconfundíveis emoções do Natal, aprez-me dirigir à mulher brasileira, através dos “Diários Associados”, a minha saudação efusiva e amiga. Às celebrações do grande dia da Cristandade juntam-se nossos votos calorosos e sinceros para que não falem nos lares de nossas caras patrícias as incomparáveis bênçãos e alegrias por que anseiam todos os corações. Dirijo-me especialmente às Pioneiras Sociais, aquelas que nos têm acompanhado nas obras sociais que promovemos, animadas do sincero propósito de servir às classes desprotegidas de recursos materiais, na certeza de que, só agindo em benefício do próximo, é que estaremos sendo dignos dos nobres e dignificantes postulados do cristianismo”. (Boletim da LBA, n.86, janeiro/junho de 1957).

Como bem salienta Silva (2018), é possível observar certa similitude entre as Pioneiras Sociais e a Legião Brasileira de Assistência, como o foco dos trabalhos estarem pautados, principalmente, no campo da saúde e da educação, mesmo a LBA dando grande enfoque à assistência social, à aproximação com o governo federal e ao repasse de verbas destinado a essas instituições. Como já mencionado, durante do governo de JK, a LBA passou a receber um maior investimento financeiro por parte do poder central, o que impulsionou o seu ideário modernizante. “O aumento orçamentário significativo poderia denotar uma elevação de importância da entidade e da confiança do governo na LBA. Pinotti apresenta os dados desde o ano em que assumira a presidência” (SILVA, 2018, p. 106). A aproximação de Juscelino e Pinotti também vale ser apontado como algo que contribuiu com esse incremento orçamentário. Pinotti se apresentava enquanto homem de confiança do governo, assumindo posições estratégicas, como o Ministério da Saúde.

Na presidência da outra instituição, as Pioneiras Sociais, estava a primeira-dama Sarah Kubitschek, que contava com grande influência no meio político e empresarial da capital federal e também mineira. No que diz respeito à questão orçamentária, as verbas recebidas do governo federal, ao contrário do que ocorria com a LBA, necessitava de aprovação da Comissão de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados e do órgão correspondente do Senado. Por parte das Pioneiras, era preciso enviar, anualmente, um relatório financeiro, para que o repasse fosse liberado (SILVA, 2018, p. 130).

Bojunga (2010) apresenta elementos que compunham a personalidade da primeira-dama Sarah Kubitschek, dos quais destaca a firmeza e o espírito de liderança, que, segundo o biógrafo, teria gerado choques entre o casal, pois Sarah não gostava de ocupar um lugar secundário. Apontando certas rugas entre o casal, ele demonstra que “era como se ela competisse com o marido, como se julgasse que ela é quem seria um ótimo presidente” (BOJUNGA, 2010, p.890). Não ocupar a presidência da LBA pode ter sido uma escolha da primeira-dama, tendo em vista que lá ela assumiria esse papel secundário, o de presidente de honra, figura simbólica ligada à execução de práticas de caráter benevolente em detrimento das demais atividades desenvolvidas, pautadas em ditames de modernidade e modernização do país. Essas ações passariam a se inserir em uma ótica sanitário-desenvolvimentista da saúde pública e da assistência social, na qual a primeira-dama acabara perdendo espaço.

A primeira hipótese que justificaria a ausência de Sarah Kubitschek à frente da presidência da LBA seria, então, uma opção da primeira-dama diante do cenário de perda simbólica, criado mediante os novos preceitos do governo de seu esposo. Contribuindo

com essa repulsa a ocupações de posições de sombreamento, ao executar seu protagonismo junto à LBA, Sarah teria que conviver com comparações explícitas ao trabalho desenvolvido por Darcy Vargas, o que, segundo Bojunga, não seria encarado de forma positiva pela mineira que traz para capital federal uma obra que ela já desenvolvia quando era primeira-dama do estado mineiro, dando contornos nacionais às obras das Pioneiras e intensificando suas atividades, por meio das quais ela se projeta e constrói seu capital político. Suas ações estiveram voltadas para a construção de uma imagem forte a seu respeito, próxima e, ao mesmo tempo distante, das de Darcy Vargas.

Sarah transformou seu grupo de senhoras da sociedade em uma instituição de assistência social de porte nacional e com estrutura semelhante à da própria LBA, a Fundação das Pioneiras Sociais. Sarah não poupou esforços para se singularizar no cargo que exerceu, como podemos perceber no que concerne aos “Hospitais Volantes”, principal ação da FPS. Na lataria do ônibus, além do nome da instituição, traz em grandes letras a inscrição “Presidente SARAH KUBITSCHER”. (SILVA, 2018, p. 136).

A partir do estatuto de 1946, a LBA traria essa divisão entre presidente efetivo e presidente de honra, o que corroborou para reforçar os discursos envoltos das discrepâncias de gênero. Notou-se uma polarização, em que a figura masculina ocuparia a presidência efetiva, cargo racional, e à primeira-dama caberia a presidência de honra, cargo simbólico. A estas são atribuídas características como abnegação, bondade, sensibilidade para lidar com assuntos de caráter assistencial, enquanto àqueles são concedidas características como firmeza, racionalidade, postura técnica. Sob a construção e perpetuação desses discursos, Scott (2012) esclarece:

Isto significa que, em alguns períodos da história, mulheres são primariamente definidas como agentes reprodutivas, em outros como educadoras das crianças da nação, e até como as executoras da moralidade, e novamente como subversoras da razão. Elas são às vezes equiparadas com a natureza; em outros tempos, identificadas com a cultura. Em alguns períodos, elas foram entendidas como tendo a mesma alma dos homens, em outros elas foram distinguidas pela sua falta de razão. Mulheres se tornaram “o sexo” em algum momento do século XVIII na Europa, um rótulo que tem sido difícil separar até os dias de hoje em algumas áreas do mundo. (SCOTT, 2012, p. 336).

Tal caracterização pode ser percebida nas notícias circuladas pela imprensa, bem como pelo Boletim da LBA. Na eventualidade de Sarah ter se negado a ocupar um papel secundário, enquanto presidente de honra, ela poderia estar negando também esses discursos. No entanto, devemos salientar que essa não é a única hipótese levantada em relação a sua não presença na LBA. A segunda, que na verdade é apontada como primeira pelos estudos citados anteriormente, seria a possibilidade da tentativa de “um

enquadramento, por parte de Juscelino Kubitschek, da LBA ao seu governo. [...]” (SILVA, 2018, 135). Sarah estaria fora da LBA, então, por uma deliberação do seu marido, que, corroborando com a caracterização sexista apontada acima, acreditaria num aproveitamento da Legião por meio de uma atuação técnica.

Dessa maneira, quando findara o mandato de Martagão Gesteira, em 1956, JK pode ter desejado a escolha pelo Conselho Deliberativo da LBA, do nome de seu apoiador e, então, diretor do recém-criado Departamento Nacional de Endemias Rurais, o médico sanitarista Mário Pinotti. Com Pinotti na presidência, a LBA e o governo federal andaram *parri passu*, bastante alinhados em suas políticas, sobretudo após a chegada de Pinotti ao Ministério da Saúde. A modernização do modelo assistencial da LBA está também no bojo da ação de Pinotti na presidência. (SILVA, 2018, p. 135).

Aqui optamos por inverter a ordem das hipóteses apresentadas, tendo em vista que acreditamos no protagonismo exercido pela primeira-dama Sarah Kubitschek. Transitando entre ações que legitimavam a governabilidade de Juscelino, aqui pensadas enquanto *estratégia*, e práticas apontadas enquanto *táticas*, como a própria criação de uma segunda instituição de caráter assistencial, que passaria a existir em paralelo a LBA, o primeiro-damismo empreendido por Sarah Kubitschek elencaria elementos de permanência em relação ao modelo forjado por Darcy Vargas, nos anos de 1930 e 1940, e seguido por aquelas que a sucederam (Carmela Dura, Jandira Café), como a participação em obras caritativas, a realização de eventos beneficentes, a ocupação do posto de presidência de honra de campanhas em prol da infância, da maternidade e do serviço social, a realização do Natal das Crianças e a participação ativa na campanha eleitoral do marido em um momento anterior à ocupação do posto de primeira-dama. Para além da perpetuação de elementos que compunham o primeiro-damismo até aquele momento, no contexto brasileiro, Sarah consegue atribuir um novo significado a esse fenômeno, ao traçar elementos e práticas singulares em sua atuação pública. A criação das Pioneiras Sociais em 1957, que viria a se tornar Fundação em 1960, a ampliação das áreas de atuação enquanto primeira-dama (para além da assistência social, a saúde e a educação ganharam novo enfoque), a postura discursiva, sempre assumindo o lugar da fala em momentos em que ela ocupava o lugar de destaque e a própria ausência na presidência da LBA, podem ser apontados como fatores que destoam a trajetória da primeira-dama Sarah Kubitschek, dando ao seu itinerário contornos próprios.

O olhar para o trabalho de Sarah revela sua inserção em atividades bastante diversificadas e de graus de complexidade variável. Mesmo práticas realizadas no terreno da domesticidade, como a costura e a culinária, quando realizadas coletivamente no espaço institucional da

FPS adquiriram nova dimensão e permitiram o estabelecimento de contatos potencialmente enriquecedores. Nesse contexto, Sarah também mobilizou um capital político importante para JK, na medida em que teve uma ativa participação nas diferentes áreas relacionadas às atividades da Fundação das Pioneiras Sociais. (TEMPERINI, 2016, p.85)

Até aqui, mostramos como o primeiro-damismo ocorreu com Carmela Dutra, Jandira Café e Sara Kubitschek, ressaltando seus pontos de ruptura e permanência. Novos significados foram incorporados ao primeiro-damismo, assim como novas áreas de atuação emergiram. No tópico seguinte, falaremos do mesmo fenômeno desenvolvido nos governos de Jânio Quadros e João Goulart.

### *2.3 Eloá Quadros e Maria Thereza Goulart: o ser primeira-dama em meio ao desmanche da democracia*

As últimas duas personalidades que ocuparam o papel de primeira-dama do país até o Golpe de 1964 foram Eloá Quadros e Maria Thereza Goulart. A primeira assumiu o posto em 31 de janeiro de 1961, permanecendo por um curto período, que se estendeu até agosto do mesmo ano. As datas apontam a posse e renúncia do candidato udenista, Jânio Quadros. Maria Thereza ocupa o posto de forma “não intencional”, em meio a um contexto de forte oposição à posse de seu marido João Goulart.

Em reportagem de Eurilo Duarte, publicada em O Cruzeiro, de 15 de outubro de 1960, as esposas dos principais candidatos à Presidência da República, na ocasião, foram entrevistadas a fim de apresentarem seus projetos caso fossem primeiras-damas do país e, entre elas, estava Eloá Quadros. A proposta mais evidenciada por ela foi o fim das favelas, mas Eloá também apontou seu interesse pela assistência social, bem como pela Legião Brasileira de Assistência, ressaltando a necessidade de moralização da entidade.<sup>156</sup>

O jornal Correio da Manhã noticiou, em março de 1961, a criação do Comitê Eloá Quadros, que contou com sua participação e de outras senhoras do estado do Rio de Janeiro. Tal Comitê tinha por objetivo promover a socialização feminina em prol de votos para Jânio como ocorreu em eleições anteriores, com Carmela Dutra e Sarah Kubitschek<sup>157</sup>. No entanto, o mesmo periódico ressalta a não participação intensa da

---

<sup>156</sup> O Cruzeiro, 15 de outubro de 1960. Disponível em: [http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/15101960/151060\\_2.htm](http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/15101960/151060_2.htm). Acesso em 12 de out. 2018.

<sup>157</sup> Jornal Correio da Manhã, 12 de março de 1960. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 24 de out. 2018.

postulante à primeira-dama na campanha do marido, muito embora compareça às recepções e aos comícios do esposo<sup>158</sup>.

De personalidades muito distintas, Eloá Quadros e Maria Thereza Goulart, sumariamente, buscaram seguir os passos do primeiro-damismo moldado por Darcy Vargas e já executado por outras esposas de governantes, a exemplo da antecessora Sarah Kubitschek. As duas têm como marca a presença na presidência da Legião Brasileira de Assistência e a busca em reestruturar a importância do papel da primeira-dama na instituição. Elas também foram responsáveis pela realização de momentos de enfatização da figura de Darcy Vargas, como a grande precursora dos trabalhos de cunho social no Brasil.

Eloá Quadros foi mais além e ritualizou toda essa reverência ao mito Darcy Vargas. Ao tomar posse da Presidência da LBA em 1961, Eloá Quadros, esposa do presidente Jânio Quadros, menciona a criação da instituição pela “[...] benemérita iniciativa da ilustre senhora D. Darcy Sarmanho Vargas [...]”. Mas vai além e, pela primeira vez, ritualiza essa comemoração e aproximação com a figura de Darcy Vargas ao enviar flores à ex-primeira-dama, por meio do diretor-superintendente da LBA, Coronel Pina de Figueiredo. (SILVA, 2018, p. 88).

### **Imagem 36 – Darcy recebendo flores enviadas pela primeira-dama Eloá Quadros**



**Fonte:** Boletim da LBA, n. 107, 1961

À frente da Casa do Pequeno Jornaleiro, Darcy contou com o apoio financeiro tanto de Eloá Quadros quanto de Maria Tereza Goulart quando elas estiveram na

---

<sup>158</sup> Jornal Correio da Manhã, 13 de abril de 1960. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 24 de out. 2018.



presidência da LBA. Sete meses foi o período em que Eloá Quadros ocupou a posição de primeira-dama do país e, não podendo ser diferente, sua passagem pela presidência da LBA também foi curta. Eloá Quadros assume a presidência da instituição e tem sua posse noticiada pela imprensa, que destacou a euforia com que a primeira-dama foi recebida. O Jornal do Brasil aponta a presença de Ministros e governadores acompanhados de suas esposas na solenidade. Salienta também o excesso de pessoas na cerimônia, o que teria impedido o recebimento de flores por parte de dona Eloá<sup>159</sup>.

O Boletim da LBA de número 107, que fazia referência aos meses de julho, agosto e setembro de 1961, trouxe, em sua edição a posse e a renúncia da primeira-dama ao cargo de presidente da instituição. A passagem de Eloá pela LBA também é apontada como conturbada, tendo em vista a crise institucional enfrentada pela Legião após a saída de Mario Pinotti em 1960. Escândalos e desavenças políticas marcaram o último período da relação entre Pinotti e Juscelino Kubitschek. Com a saída de Pinotti, internamente, a crise se tornou financeira, estabilizando-se, ao menos em parte, apenas no segundo semestre de 1961, momento em que a presidência da instituição já estava sob o comando de Maria Thereza Goulart. A crise vivenciada pela instituição é noticiada de forma enfática pelo Correio Braziliense em algumas de suas adições. Eloá renunciou ao cargo em 28 de agosto de 1961, logo após a renúncia de seu marido da Presidência da República. Na ocasião, ela deixou a seguinte mensagem:

Apresento minha renúncia à presidência desta entidade, agradecendo a colaboração que a diretoria e os servidores me prestaram. Formulo votos de felicidade a todos. Peço comunicar esta decisão, com as expressões do meu respeito, às sessões estaduais, às quais faço os mesmos votos de êxito no generoso trabalho de atendimento às nossas populações sofredoras. (Jornal Correio da Manhã, 29 de agosto de 1961).

Além de presidir a LBA, Eloá Quadros apoiava organizações de cunho caritativo, realizava festividades beneficentes, aglomerando diversas mulheres da alta sociedade, como ocorreu em maio de 1961, quando, a pedido da primeira-dama, foi exibida a peça “O Tigre” que contou com a presença de 70 senhoras, entre elas, as esposas de Ministros e empresários<sup>160</sup>. Uma constante era a realização de chás para senhoras da sociedade no Palácio da Alvorada.

---

<sup>159</sup> Jornal do Brasil (RJ), 01 de julho de 1961. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 06 de out. 2018.

<sup>160</sup> Jornal Correio da Manhã, 26 de maio de 1961. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 24 de out. 2018.

A saída inesperada de Eloá Quadros do posto de primeira-dama, após a renúncia de Jânio Quadros da Presidência da República, trouxe Maria Thereza Goulart também de forma inesperada à posição. Quando Jânio Quadros renuncia à Presidência, em agosto de 1961, João Goulart estava fora do Brasil, em uma viagem à China. Maria Thereza, também recebe a notícia fora do Brasil, pois estava na Espanha. Ferreira (2011) ressalta que a jovem senhora Goulart relata que o tratamento recebido no hotel em que se encontrava na Espanha mudou radicalmente após o anúncio de que seu esposo assumiria a Presidência. A partir daquele momento, ela ocuparia o cargo de primeira-dama do país. Olhares e câmeras fotográficas se voltaram para a então hospede “despercebida”.

Ninguém dava qualquer importância àquela mulher que era esposa do vice-presidente do Brasil. Ela usava biquíni, ia à praia com os filhos, brincava com eles na piscina e os levava para passear na cidade. Seguiram essa rotina até a manhã do dia 26 de agosto de 1961, quando Maria Thereza, como fazia todas manhãs, de biquíni e saída de praia, acompanhada por João Vicente, Denize e Djanira, entrou no restaurante do hotel – que estava com quase metade das mesas ocupadas – para tomar o café da manhã. Mas, naquele dia, o dono do hotel, Joan Gaspard Bonet, correu para recebê-la e demonstrou uma atenção fora do comum. Em seguida, foram aplaudidos pelos hóspedes, garçons e funcionários. Maria Thereza olhou para os lados procurando alguma explicação para a recepção calorosa. Com um jornal na mão, o dono do hotel a saudou: “parabéns!” Maria Thereza não entendeu. “Parabéns por quê?” Joan Gaspard então anunciou: “Parabéns, Dona Maria Thereza. A senhora agora é a primeira-dama do Brasil”. (WILLIAM, 2019, p. 91-92).

Maria Thereza só acreditou no que ouvira após ver a notícia no jornal *La Vanguardia española*, entregue pelo próprio Bonet. Tentando seguir a rotina de toda a viagem, ela tomou café com os filhos, pretendendo, em seguida, dirigir-se à praia. Contudo, como ressaltado, tal rotina não pôde ser mantida. Dezenas de repórteres cercaram a esposa de Goulart, objetivando uma entrevista exclusiva com a mais nova “celebridade” do mundo da política brasileira. Não obstante, essa entrevista não foi conseguida enquanto Maria Thereza estava na Espanha, sendo concedida apenas em Paris, quando ela vai ao encontro de João Goulart.

Em Paris, seria impossível manter-se longe dos jornalistas. O *Jornal Última Hora* conseguiu uma declaração de Maria Thereza. Ela não mostrava nenhum cuidado político e abria a boca em relação à volta de Jango: “Ele faz muito bem. Deve voltar o mais rápido possível. O lugar dele é à frente do seu povo, lutando pela legalidade. Se fosse eu, já estava lá”. (WILLIAM, 2019, p. 96).

Após uma série de articulações relacionadas à volta de Jango e Maria Thereza ao Brasil e algumas tentativas de impedimento, Goulart e sua esposa assumiram seus postos de Presidente e primeira-dama do país, respectivamente, sob os auspícios do

parlamentarismo, aprovado pelo Congresso por 233 votos a 55. Retornando primeiro ao país, logo em seguida, João Goulart manda buscar sua família. Maria Thereza foi recebida por um batalhão de fotógrafos, jornalistas e amigos. Com o marido, sua primeira atitude foi criticá-lo por aceitar a emenda do parlamentarismo. Ele argumentou com a mulher: “Mas isso é uma maneira de chegar a um acordo para não criar atrito” (FERREIRA, 2011, p. 258). Maria Thereza continuou sem concordar, e demonstrou seu interesse por algumas figuras do meio político, como Tancredo Neves.

Maria Thereza Fontella Goulart nasceu na cidade de São Borja, Rio Grande do Sul, no dia 23 de setembro de 1936. Filha de Dinarte Fontella e de Maria Giulia Pasqualotto, ela viveu seus primeiros anos na Fazenda Capão Alto, permanecendo pouco tempo no interior do estado. Sobre o pai de Maria Thereza, William (2019) ressalta a sua personalidade forte e reclusa, fato que teria gerado certos desentendimentos entre ele e a filha.

No culto ao silêncio que professava, não poderia haver alguém mais diferente dele e que desequilibrasse a ordem de seu mundo do que Maria Thereza. Desse choque de personalidade, nasceu um sentimento de temor da filha pelo pai. Tinha medo de receber um castigo ou ser reprimida apenas por ter tentado se aproximar. Cheia de dúvidas sobre ele, ela cresceu tentando entendê-lo. (WILLIAM, 2019, p. 22).

Ao contrariar o pai, tais castigos se concretizaram, dificultando a relação entre os dois. Somado a esse motivo, problemas de saúde em Maria Thereza fizeram seus pais a mandarem para morar com a tia Horaildes, irmã de Dinarte, em São Borja. “Na cidade, Maria Thereza ficaria mais perto do hospital. Foi tratada por médicos conhecidos de São Borja, Osvaldo Cunha e Emílio Trois, durante um ano, período em que a Dinda se apegou demais à sobrinha” (WILLIAM, 2019, p. 28). Nasceria, a partir desse momento, uma estreita relação entre Maria Thereza e a tia. Percebendo essa aproximação, a melhora de saúde da filha e seu envolvimento com os estudos, Dinarte decide que ela passaria a morar em São Borja, permanecendo até 1946, quando ele decide que chegara a hora de Maria Thereza ir morar em Porto Alegre, com os tios Espártaco e América. Nesse período, a gaúcha começou a estudar no Colégio Metodista Americano, em regime de internato. Em 1950, Maria Thereza enfrentaria mais uma mudança, indo morar com o tio de Getúlio Vargas, Dinarte Dornelles.

Como visto, a vida de Maria Thereza esteve pouco ligada à realidade de São Borja até os 14 anos de idade, época em que conhece João Goulart. A pedido de Dinarte Dornelles, Maria Thereza se dirigiu até São Borja com um envelope a ser entregue a Jango, momento em que se viram pela primeira vez. Tempos depois, os dois começaram

a namorar. Jango tinha fama de galanteador e isso incomodava Maria Thereza, que acabou tendo que conviver com tal estigma pelo resto da vida. Os casos extraconjugais de Jango foram muitos, antes e depois do matrimônio. O pedido desse veio de forma inesperada, sendo recusado por Maria Thereza de início. Jango, no entanto, insistiu.

O pedido de casamento veio por conveniência. Candidato à vice-presidência da República, em 1955, Jango não poderia mais viver uma vida de solteiro. Precisava se casar, como mandava o figurino da época para aqueles que concorriam a tão elevado cargo eletivo. Mas não foi fácil convencer a namorada. [...] Maria Thereza resistiu. Achava-se jovem demais e também conhecia a fama de mulherengo do futuro marido. (GUEDES; MELO, 2019, p. 168).

Porém, Maria Thereza cedeu às investidas de Jango, casando-se com o gaúcho aos 19 anos de idade, em 26 de abril de 1955. No dia da união civil, um fato inusitado aconteceu. Impedido de chegar a São Borja por conta de uma grande chuva, o casamento se realizou via procuração. “O irmão de Jango, Ivan, com uma procuração na mão, assinou por ele. Já Maria Thereza, menor de 21 anos, quem assinou foi o pai” (WILLIAM, 2019, p. 57). A cerimônia religiosa ocorreu no dia seguinte, contando, dessa vez, com a presença de João Goulart. Ela não usou o simbólico vestido branco de noiva a pedido de Jango. O casal teve dois filhos, João Vicente e Denize Goulart. Teria início, naquele momento, sua trajetória ao lado do reconhecido político rio-grandense, permanecendo ao seu lado até 1976, ano da morte de Jango.

As duas primeiras peculiaridades de Maria Thereza à frente do posto de primeira-dama foram: primeiro, Goulart não almejava naquele momento, ocupar o cargo de presidente, dessa forma, Maria Thereza não sentia a necessidade de participar ativamente da vida pública do país, aos moldes de uma primeira-dama, muito menos demonstrava interesse quanto a isso. Como destaca Ferreira (2011), Maria Thereza não costumava acompanhar Jango em cerimônias oficiais. O marido não costumava levá-la, de modo que não foi constatada nenhuma participação conjunta de Maria Thereza, enquanto esposa do vice, ao lado de Sarah Kubitschek, a esposa do então presidente. Nas palavras do historiador, “ser mulher de vice-presidente não era algo que a punha em evidência. Possivelmente, isso contribuiu para que não tivesse participação política ativa. Maria Thereza, inclusive levou algum tempo para se integrar na vida profissional do marido” (FERREIRA, 2011, p. 193). A segunda peculiaridade pode ser apontada como a ocupação do posto de primeira-dama da nação sob a vigência do sistema parlamentarista, o qual delimitava o poder efetivo do poder executivo. Após o plebiscito realizado em 06 de

janeiro de 1963, em que a população expressou sua vontade quanto forma de governo que deveria vigorar no país, o sistema presidencialista foi o escolhido.

Em entrevista concedida à jornalista Flávia Ribeiro no ano de 2010, Maria Thereza relembra momentos vividos ao lado de Jango. Sobre o papel de primeira-dama ocupado pela gaúcha, ela salientou:

Jango sempre dizia que a presidência da República não era vontade, e sim destino. É bom que eu repita isso, porque naquele momento ele exercia pela segunda vez – relembro às novas gerações, pela segunda vez eleito com toda a legitimidade constitucional – sua tarefa de vice, havendo inclusive derrotado o senador Milton Campos, que era o candidato da chapa do Jânio. Era presidente do PTB, que elegera a maior bancada do Congresso Nacional. Naquele momento, mesmo jovem, me preparei para estar sob os holofotes, que viriam a ficar ainda mais fortes sobre a mulher de um presidente jovem e nacionalista. Jango representava o pedido das classes populares de transformação, mudança, esperança de um país jovem que desejava sua emancipação. Isso era uma coisa muito importante na personalidade dele, e eu gostava muito disso. Ele era uma pessoa profundamente preocupada com a área social, com coisas das quais se fala até hoje. Isso me encantava<sup>161</sup>.

Maria Thereza enfrenta os holofotes e desafios de estar à frente do posto de primeira-dama, mas coloca o esposo, João Goulart, em primeiro plano. Ela se apresenta como a esposa de um presidente jovem e nacionalista, tendo que enfrentar diversas dificuldades à frente do cargo. O fato se repete por toda a entrevista, bem como em outras participações midiáticas de Maria Thereza. A narrativa de um possível protagonismo de sua parte é sempre acalentada em detrimento da “grandiosidade” que se atribui aos atos e à personalidade de seu esposo<sup>162</sup>. Apesar do grande número de entrevistas concedidas por Maria Thereza Goulart, vale lembrar que grande parte delas ocorreu após a passagem da gaúcha pelo posto de primeira-dama. Como bem salienta seu biógrafo, Wagner William, Maria Thereza precisaria de um tempo até se acostumar com a nova rotina, marcada pela perda da privacidade e a constante presença da imprensa ao seu redor. Outro fator agravante seria a fobia da primeira-dama em permanecer em ambientes com aglomeração

---

<sup>161</sup> Aventuras na história, 2010. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/maria-thereza-fontella-goulart-memorias-do-exilio-historia-ditadura-militar.phtml>. Acesso em 12 de dez. 2018.

<sup>162</sup> Assim ocorreu em outras entrevistas concedidas como: Revista ISTOÉ, em 28 de março de 1914. Entrevistadora Eliane Lobato. Disponível em: [https://istoe.com.br/354782\\_NOS+SAIMOS+DAQUI+CORRENDO+DEIXAMOS+TUDO+PARA+TRAS+A+GENTE+PASSOU+A+VIVER+COM+SOFRIMENTO+/](https://istoe.com.br/354782_NOS+SAIMOS+DAQUI+CORRENDO+DEIXAMOS+TUDO+PARA+TRAS+A+GENTE+PASSOU+A+VIVER+COM+SOFRIMENTO+/). Acesso em 15 de set. 2018; O Globo, em 30 de março de 2014. Entrevistadora Letícia Fernandes. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/nas-lembrancas-de-maria-thereza-goulart-medo-solidao-o-exilio-12031930>. Acesso em 15 de set. 2018.

de pessoas. Entretanto, um cenário se mostrava inevitável, a longa relação entre a gaúcha e o noticiário nacional e internacional.

Dando continuidade à cultura de ocupação da presidência da Legião Brasileira de Assistência, enquanto primeira-dama, Maria Thereza assume o cargo e tem para si a incumbência de estruturar a instituição na nova capital federal. “O próprio Jango quem a incentivou a aceitar a função” (WILLIAM, 2019, p. 111). Apesar de Eloá ter ocupado a presidência da LBA, uma sede da instituição nunca fora formalizada em Brasília. As primeiras reuniões da LBA, sob o comando de Eloá, ocorreram no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Eloá Quadros iniciou um diálogo com o prefeito de Brasília, Paulo de Tarso, a fim de construir a sede a LBA no DF, mas essa tarefa só foi concretizada por Maria Thereza.

Com o apoio do Padre Joaquin Horta, em uma pequena casa, Maria Thereza fundou a instituição e organizou uma equipe de funcionários, assim, em pouco tempo, a LBA já atendia normalmente na capital do país. Diversas atividades foram retomadas pela Legião, bem como outras novas foram implantados. A assistência à infância e à maternidade continuava sendo o grande foco a seguir. Nesse momento, a questão da assistência também passava pelo auxílio à saúde, fator bastante enfatizado pela ex-primeira-dama Sarah Kubitschek. Em 1962, a primeira-dama Maria Thereza inaugurou, em São Paulo, o Hospital da LBA, que recebeu seu nome, “demonstrando grande interesse pelo serviço social”<sup>163</sup>. Também, em 1962, a LBA lançou um plano de combate à tuberculose, apoiado pela primeira-dama e seguido de perto por ela. Vale pontuar que no ano anterior, Maria Thereza já havia patrocinado a Cruzada Nacional Contra Tuberculose.

Envolta de grande euforia e expectativa quanto a sua chegada na instituição, Maria Thereza contou com o apoio de uma equipe técnica e percorreu diversos estados do Brasil, a fim de fortalecer os laços e os trabalhos empreendidos pela Legião.

A prima Iara ajudou bastante com orientações na parte política e na administrativa. Logo ela conheceu um novo ritmo de vida. Saía de casa às 9 horas e trabalhava até a hora do almoço. Ia rapidamente até a casa. Após cuidar da alimentação das crianças, retornava ao trabalho e ficava até as 8 horas da noite. A equipe de funcionários era muito dedicada. Além de Iara Vargas e da amiga Maria Moreira, Maria Tereza era assessorada por vários diretores. Empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo colaboraram nas atividades sociais. Envolvida pelo trabalho, ela viajou por vários Estados em busca de apoio político para entidades,

---

<sup>163</sup> Correio da Manhã, 11 de fevereiro de 1962. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 25 de out. 2018.

articulando um movimento com as primeiras-damas para apurar os menores carentes. Todas elas deram Apoio às iniciativas da LBA, a exceção de uma que não quis receber Maria Teresa. Ao final, o entrosamento entre elas permitiu à instituição uma série de programas de assistência social para as crianças nos estados. No cargo, ela percebeu como era possível fazer para minorar o sofrimento dos setores mais desamparados da sociedade e canalizar as iniciativas daqueles que queriam ajudar. Segundo Maria Tereza, essa foi a parte mais rica de sua experiência à frente da LBA: “se você mobiliza, as pessoas se apresentam para ajudar”. Muitos empresários fizeram doações sem necessidade de muita insistência. Recursos privados não lhe faltaram. (FERREIRA, 2011, p. 302).

A imprensa ressalta a retomada de uma rotina de trabalho e a volta à normalidade na instituição após a chegada de Maria Thereza, que presidia as reuniões deliberativas, colocando-se à frente das demandas a serem despachadas, desde problemas externos, como a destruição de materiais como medicamentos e subvenções, até problemas internos, como a reorganização da equipe de trabalho e suas remunerações.

### **Imagem 37 - Maria Thereza atendendo na sede da LBA**



**Fonte:** WILLIAM, 2019

Um dos pontos a serem destacados quanto à presença de Maria Thereza na LBA diz respeito ao pedido de “moralização” da instituição, realizado pelos funcionários, por meio de um Memorial elaborado e entregue a ela em outubro de 1961. Nele, era solicitada a “moralização administrativa da entidade, a serenidade, a continuidade dos programas e o reconhecimento da legitimidade do preenchimento dos cargos da direção por servidores dos quadros permanentes, sem a interferência prejudicial de outros critérios”<sup>164</sup>. Por diversas passagens, a LBA foi utilizada como espaço de alocação de pessoas com fins

---

<sup>164</sup> Jornal do Brasil, 05 de outubro de 1961. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 13 de set. 2018.

alguém do interesse em suprir as demandas sociais do país. O apelo foi feito por seu corpo de funcionários que visava cobrar da nova presidente uma postura diferente. A primeira-dama escolheu pessoas de sua confiança para estar ao seu lado na direção da instituição, a exemplo de Iara Vargas, mas, inicialmente, priorizou a alocação de pessoas qualificadas a trabalharem em prol do social. Seu pedido de renúncia, realizado em meados de 1963, teria como justificativa a “impossibilidade” de conseguir colocar em prática os anseios da legião.

Uma de suas marcas na presidência da LBA foi o culto à Darcy Vargas. De forma mais enfática que Eloá Quadros, Maria Thereza buscou amparo para suas ações e referenciou a imagem da fundadora da instituição em diversos momentos. Na sua posse, a então primeira-dama aponta Darcy Vargas como a grande idealizadora de todo trabalho desenvolvido, destacando seus esforços na área social e o brilhantismo com que foi desenvolvido seu trabalho, deixando um legado a ser seguido. Maria Thereza estaria à frente da LBA seguindo seguir um modelo estruturado por Darcy. Por isso, ela ainda anuncia que “a Legião Brasileira de Assistência será, na medida de suas forças, a entidade que sua fundadora sonhou”<sup>165</sup>, como mostra o trecho do seu discurso de posse abaixo.

Antes, porém, de expressar o meu desejo e de esboçar alguns dos meus planos quero cumprir mais um dever. O grato dever de uma brasileira para com outra. De uma mãe para com outra. De uma esposa para com outra. Refiro-me a D. Darcy Vargas. Se elogiar os antecessores é uma praxe, esta que agora cumpro se torna para mim extremamente agradável, pois me é dado por em relevo a figura de D. Darcy, fundadora da L.B.A. Sem ela, eu não teria oportunidade de prestar o melhor de meus esforços nesta obra do mais amplo alcance para o bem-estar da coletividade. (Boletim da LBA, n.108 de 1961).

O Jornal do Brasil destaca o interesse de muitas mulheres em assumir a presidência da LBA, e a escolha unânime pelo nome da primeira-dama Maria Thereza Goulart. O impacto simbólico de seu nome pelo posto que ocupava não permitiu que outras personalidades tivessem possibilidade de ocupar a presidência da instituição. Sua posse na presidência foi marcada por grande euforia, concretizada como uma solenidade que contou com um número inesperado de pessoas. As notícias veiculadas apontam Maria Thereza nervosa, mas desejosa de realizar um bom trabalho, seguindo os ensinamentos de Darcy Vargas.

A posse deu trabalho para os conselheiros, que nunca haviam visto tamanho público em seus eventos. De mãos dadas, tiveram de formar uma roda para que a primeira-dama conseguisse andar. No curto trajeto do carro até o gabinete da presidência da BLA no Rio, muita gente

---

<sup>165</sup> Jornal do Brasil, 26 de setembro de 1961. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 13 de set. 2018.



juntou-se para esperá-la. Estava assustada, porém o improvisado cordão de isolamento funcionou. Centenas de pessoas, a maioria mulheres, queriam abraçá-la, falar com ela e pedir favores. (Jornal Diário de Notícias, 26 de abril de 1962).

Mais uma demonstração da grande reverência em torno da figura de Darcy Vargas foi a inauguração de suas placas de bronze na sede da LBA, com as imagens da então primeira-dama Maria Thereza Goulart e a fundadora da instituição Darcy Sarmanho Vargas. A cerimônia de alocação das placas ocorreu em agosto de 1962, contando com a presença da senhora Goulart. Darcy se fez representar pela Sra. Lourdes Roseburg. “No clube da Aeronáutica, ocorreu um coquetel oferecido aos assistentes sociais, funcionários e convidados da LBA”<sup>166</sup>.

A partir daquele momento, Maria Thereza assumia novas funções, mergulhando na empreitada da LBA que, mesmo passando por problemas internos de cunho financeiro e denúncias de corrupção, continuava a ser um espaço de experiência privilegiado no processo de desenvolvimento do fenômeno do primeiro-damismo. A primeira-dama fazia expediente de segunda à sexta, das 9 às 17 horas, resguardando sempre o horário de almoço, que fazia questão de realizar em casa com os filhos. A nova rotina de Maria Thereza a colocou em maior evidência no espaço público. Agora, para além dos afazerem de esposa e mãe, a primeira-dama assumira um espaço junto à governabilidade do esposo, marca destoante do fenômeno aqui trabalhado.

Envolvida na nova rotina de primeira-dama, Maria Thereza não poderia mais se esconder. Nem teria a opção de preferir ficar em casa. E Jango já não conseguia evitar que a esposa aparecesse. Em breve, ela percorreria o Brasil se reunindo com as primeiras-damas estaduais e participando de diferentes solenidades. Em apenas um mês à frente da entidade, enfrentou uma maratona que incluía o patrocínio de lançamentos de filmes cujas bilheterias de estreia seriam destinadas à LBA, como *O Sexto homem*, com Tony Curtis; a festa da Barraca do Rio Grande do Sul em uma feira realizada em Brasília; uma homenagem da Comissão Técnica de Orientação Sindical; a organização da Cruzada Nacional contra a Tuberculose; a negociação com os professores bolsistas do Instituto Nacional de Educação de Surdos, que reivindicavam melhores condições de trabalho; a recepção à Liga Feminina da Guanabara [...]. (WILLIAM, 2019, p. 115).

Após dois anos à frente do cargo, Maria Thereza se afasta momentaneamente da instituição por meio de uma licença, em seguida pedindo demissão da presidência da LBA. Em junho de 1963, a primeira-dama envia uma carta de renúncia à diretoria da instituição, para solicitar seu desligamento, justificando sua atitude e desejando sucesso

---

<sup>166</sup> Correio da Manhã, 09 de agosto de 1962. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 15 de out. 2018.

a quem ocupasse seu posto. A imprensa noticiou o pedido de exoneração da primeira-dama, ressaltando seu desapontamento. O Correio da Manhã enfatiza que Maria Thereza alegara “não conseguir dinamizar a instituição conforme pretendia”<sup>167</sup>. Enquanto o Jornal do Brasil afirma que a primeira-dama deixou a Legião desencantada e destacou os votos proferidos por ela, ao desejar que seu ou sua sucessora “conseguisse realizar os anseios de dona Darcy Vargas”<sup>168</sup>, diversos periódicos trouxeram, em suas edições, trechos da carta de demissão. Já O Correio da Manhã apresentou a carta na íntegra, da qual mostramos o trecho a seguir:

Motivos superiores levam-se a solicitar exoneração do cargo de presidente da LBA. Tenho empenhado meus esforços para que esta organizasse duas altas finalidades, mas, infelizmente, não consegui pôr em execução meus propósitos, dentro da amplitude que imaginei pudesse a mesma atingir. Talvez outra direção venha a conduzir a LBA aos objetivos sonhados por sua grande fundadora, Dona Darcy Vargas. São os votos que faço a quem me suceder dessa árdua tarefa. Não há nesse meu gesto recriminação a quem quer que seja, pois sei que todos os membros do Conselho Deliberativo e os que trabalham para essa obra de assistência social são exemplos na sua dedicação e no desempenho com que costumam servir aos necessitados. (Correio da Manhã, 04 de junho de 1963).

Perante o pedido de renúncia, a repercussão social e política gerada foi grande. Apelos internos e externos à instituição surgiram, para que Maria Thereza continuasse no cargo, assim como houve demissões de assessores diretos da presidência, como Iara Vargas, e denúncias de que o PSD assumiria esses cargos, desviando a instituição de seu objetivo fundador. Declarações da primeira-dama são veiculadas pela imprensa, apontando que era não queria ser vista como ornamento, queria trabalhar e, na LBA, não estava conseguindo<sup>169</sup>.

Após diversos apelos, o Conselho Deliberativo, reunido em sessão extraordinária, negou o pedido de demissão da primeira-dama. Maria Thereza foi avisada da decisão da equipe por um representante do Conselho, que teve que argumentar com a primeira-dama para que ela retomasse suas atividades. A gaúcha aceitou e deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela instituição. Mesmo assim, a tentativa de renúncia da primeira-dama continuou tendo repercussão, inclusive no campo político, atingindo diretamente Jango, é o que demonstra a notícia abaixo, em que Jânio Quadros aconselhou que o presidente João Goulart se prevenisse.

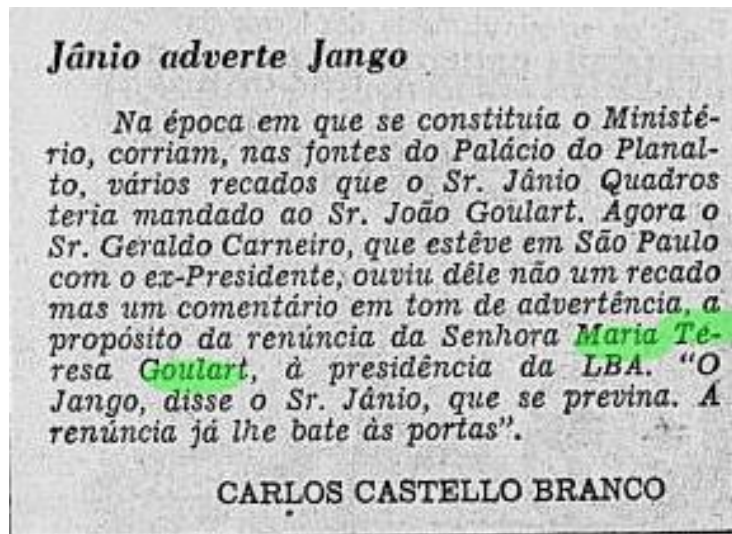
---

<sup>167</sup> Correio da Manhã, 04 de junho de 1963. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 17 de ago. 2018.

<sup>168</sup> Jornal do Brasil (RJ), 04 de junho de 1963. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 12 de out. 2018.

<sup>169</sup> Correio da Manhã, 06 de junho de 1963. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 15 de out. 2018.

### Imagem 38 – Conselho de Jânio a Jango



Fonte: Jornal do Brasil, 25 de junho de 1963

O último ano de atuação da primeira-dama foi até mais intenso, marcado pela presença constante nos eventos da Legião e na realização de discursos nessas ocasiões. Espelhando-se em personalidade e experiências como as de Darcy Vargas e Sarah Kubitschek, Maria Thereza construiu um estilo próprio de comando. Contou com a ajuda de empresários e artistas e conseguiu desenvolver diversos trabalhos à frente da LBA. No início de 1964, mais uma vez, Maria Thereza se afasta da presidência da Legião, aconselhada, inclusive, por Jango. A instituição estaria sendo acusada de desvio e mau uso de dinheiro público e o Presidente temia que tais acusações respingassem na primeira-dama, mesmo ela sempre estando distante da parte orçamentária do órgão. O temor de João Goulart não se mostraria infundado ao observarmos as acusações feitas à Maria Thereza em maio daquele ano, quando o casal já se encontrava exilado no Uruguai, após o Golpe que retirou Jango da Presidência.

Em 22 de maio, o *Jornal do Brasil* estampou na página 5 do 1º caderno: "Milhões para Maria Teresa (sic)". Pior fez o *Diário de Notícias*, cuja manchete era: "Até Dona Maria Teresa (sic) Goulart levou dinheiro da Caixa" [...] Em *O Globo*, na primeira página da edição do dia 23, a mentira virava conspiração: "A Caixa financiava a subversão". Segundo a reportagem do jornal carioca, Maria Thereza teria recebido um cheque em 13 de março e o teria descontado. (WILLIAM, 2019, p. 272).

Tais acusações surgiram em diálogo com as realizadas pelo coronel Onaldo Cunha Raposo, que abriu uma investigação em relação à esposa de Jango, após constatar que dois cheques da Caixa Econômica Federal, entregues a então primeira-dama, destinados à Casa do Pequeno Jornaleiro, não haviam sido repassados à instituição. Houve muita

repercussão em torno desses dois cheques, a ponto de Iara Vargas se pronunciar publicamente, explicando que a tal ordem de pagamento não havia sido entregue ao órgão, como também nunca tinha sido descontado, ou seja, Maria Thereza não havia tomado posse do dinheiro. Em algumas curtas reportagens, o coronel Raposo recuou, e o nome da primeira-dama saiu ileso na investigação. Tais acusações tinham dois propósitos: atacar a imagem de Jango e seu governo, bem como difamar a primeira-dama, como estratégia de legitimação do golpe. Vale ressaltar o constante envolvimento de nomes ligados à LBA em episódios de escândalos fiscais, fato que justificaria as disputas que giravam em torno dela, bem como sua extinção no ano de 1995.

Como visto, a relação de Maria Thereza com a imprensa foi intensa desde o anúncio da renúncia de Jânio Quadros, o que levou seu marido à Presidência da República e ela ao posto de primeira-dama do país. A jovem rio-grandense, que tinha uma vida sem tantos holofotes e compromissos públicos, passaria a possuir uma rotina intensa de trabalhos por ser primeira-dama, e estaria diariamente estampada em diversas páginas de jornais e revistas no Brasil e fora dele.

Como primeira-dama, a relação com a imprensa foi tensa. Maria Teresa percebeu, cedo, que ser famosa tem um custo, e não apenas no Brasil. Fica assim muito exposto às críticas. Além disso, a mídia necessita de notícias que chame a atenção do público. E pode haver algo mais chamativo que uma primeira-dama muito bonita, com apenas 25 anos? Assim, ela recebeu muitos e exaustivos elogios. Falavam de sua aparência física, das feições de seu rosto, de sua dedicação como esposa e mãe. Foi capa de muitas revistas, Manchete, fatos e fotos. (FERREIRA, 2011, p. 302- 303).

Para além das notícias sobre a participação de Maria Thereza em eventos oficiais da LBA e de suas ações destinadas ao social de forma em geral, diversos periódicos chamavam atenção para a beleza da primeira-dama. Dessa forma, suas roupas, seus sapatos e seus ornamentos eram sempre noticiados. Das primeiras-damas do Brasil até aquele período, Maria Thereza foi a que teve mais notícia vinculada à moda e à beleza.

O Jornal do Brasil destacou que o jornal vespertino *The Journal American* – da cadeia jornalística *Hearst* – “publicou, ontem, uma foto da Sra. Maria Teresa Goulart intitulada ‘Uma competidora ao título oficioso de A Mais Bela Primeira dama do mundo’”<sup>170</sup>. Em reportagem no ano de 1962, o mesmo periódico destacou que “atravessou as fronteiras a fama de bonita da Sra. Maria Teresa Goulart. A revista alemã *Quickly*

---

<sup>170</sup> Jornal do Brasil (RJ), 26 de outubro de 1961. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 17 de nov. 2018.

publicou reportagem sobre a primeira-dama, com redundantes elogios a sua beleza e uma foto que documenta a afirmativa”<sup>171</sup>.

### Imagem 39 – Reportagem sobre Maria Thereza Goulart



Fonte: Revista O Cruzeiro, 23 de fevereiro de 1963.

William (2019) ressalta a existência de certa “competição” entre as revistas e os jornais no que se refere às notícias em que Maria Thereza Goulart apareciam como destaque. “Começava assim uma corrida das revistas pela primeira-dama na capa” (WILLIAM, 2019, p. 121). Revistas nacionais, como Fatos e Fotos, Manchete e O Cruzeiro noticiavam, em grande volume, a vida da primeira-dama.

Nos dois anos e sete meses em que ocupou o cargo, Maria Thereza ocupou a capa de duas publicações internacionais (“Paris Match” e “Stern”) e perfilou-se entre as dez mais bonitas primeiras-damas da época numa lista feita pela norte americana Time”. No Brasil, ela era figura fácil nas capas de “O Cruzeiro”, Fatos & Fotos” e “Manchete”, na qual apareceu em seis edições – após voltar do exílio, ilustraria mais duas, em abril e em novembro de 1978. (GUEDES; MELO, 2019, p. 163).

<sup>171</sup> Jornal do Brasil (RJ), 17 de novembro de 1962. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 17 de nov. 2018.

#### Imagem 40 – Capas de revista com Maria Thereza Goulart



Fonte: (WILLIAM, 2019).

Maria Thereza tinha como costureiro particular Dener Pamplona de Abreu, que confeccionava as roupas com as quais a primeira-dama comparecia aos eventos públicos e privados dos quais participava. Em sua biografia, Dener reserva um espaço especial para relatar sua relação com Maria Thereza, destacando a elegância da então primeira-dama e sua preocupação em aparecer sempre bela ao público.

Eu fiz vestidos para Maria Thereza para todas as ocasiões. Para recepções, casamentos, para funeral, para solenidades oficiais. Só não fiz um vestido para a deposição. Porque ela não me pediu. Mas Maria Thereza tinha roupas apropriadas. Poderia usar um tailleur marrom, cinza grafite, ou um tailleur preto com blusa branca. Pois não é que ela perde a cabeça, fica nervosa ou sei lá o que aconteceu... [...]. Ora o que aconteceu! O que aconteceu é que ela foi exilada de turquesa! (ABREU, 2007, p. 76).

**Imagem 41 – Maria Thereza ao lado de Dener**



**Fonte:** WILLIAM, 2019.

Simili (2014) ressalta que diversas imagens de Maria Thereza eram expostas nas capas de revistas, tais como *Manchete*, *Fatos e Fotos*, *Stern* e *Life*. Em seu estudo, ela salienta ser possível afirmar que essas imagens das capas, bem como aquelas que acompanhavam as descrições sobre as ações públicas de Maria Thereza, eram representações construídas sobre a personalidade dela, nas quais estavam presentes práticas de cuidados corporais e de se vestir. Essas representações eram defendidas e seguidas por alguns segmentos femininos da elite nacional, já que Maria Thereza era apontada como exemplo de elegância e bom gosto. As representações de gênero eram reforçadas pelas imagens veiculadas da primeira-dama, nas quais a beleza, a sensibilidade e o cuidado com o corpo eram atribuídos à figura feminina.

Após deixar o cargo de primeira-dama, ainda nas entrevistas concedidas por Maria Thereza, o assunto sempre estava em pauta. Quando foi perguntado se gostava de ser lembrada como a primeira-dama mais bonita do Brasil, Maria Thereza respondeu:

Quando a gente é jovem, tudo é bonito. O governo era formado por homens muito jovens, era cheio de glamour. Jango era um homem lindíssimo! Waldyr Pires, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, todos eram bonitos. Era um governo de gente jovem. [...]. Olha, eu era muito jovem... É claro que me sentia lisonjeada com os elogios. Imitavam meu penteado, aquele coque, então... Como eu já disse antes, o Brasil vivia um momento

de mudanças na moda, cinema, música... Eu procurava estar à altura de meu marido, que tentava mudar o país. (RIBEIRO, 2011)<sup>172</sup>.

Vale destacar que os discursos articulados em torno da beleza estão permeados de relações de gênero. Como aponta Oliveira, “a partir dos anos 50, o corpo passou a ser dito como algo que poderia sofrer a intervenção pessoal. E assim a beleza, que antes era vista como um dom, passou a ser descrita como algo que especialmente as mulheres poderiam alcançar com o uso de certos produtos”. (OLIVEIRA, 2005, p. 02). Nas décadas de 1950 e 1960, os discursos relacionados aos cuidados com a beleza e o corpo se expandiram, acoplando o público feminino e o masculino, atingindo mais aquele que este, por uma lógica patriarcal de gênero, a qual aqui criticamos. No tocante às mulheres, os discursos que promoviam as práticas de embelezamento eram mais diversificados, sendo apontado sempre a importância da beleza. Às mulheres eram apresentados diferentes produtos e perpassada a mensagem de que elas deveriam se preocupar em construir um corpo belo e feminino. Aos homens, o “apresentar-se bem” era a preocupação. A beleza era então, algo muito mais associada ao feminino, entendido enquanto natural do gênero. Ao analisar diversos anúncios de revistas relacionadas à questão da beleza, Oliveira destaca:

Distinção para os homens. Delicadeza e beleza para as mulheres. É uma perspectiva de gênero que está orientando os argumentos que, nestes anúncios diferenciam as práticas de cuidados com o corpo para homens e mulheres. A beleza apresentada às consumidoras de Antisardina é genericada; assim como, o cuidado com a distinção apresentado aos homens também apresenta um enfoque de gênero. Ou seja, é uma relação de gênero que está evidenciada nestes exemplos, sobretudo quando ambos falam sobre a “função” das práticas de cuidado com o corpo. A mulher deve ser bela para ressaltar a delicadeza e a graça de sua feminilidade. Enquanto o homem, por seu lado, precisa ser distinto, apurado e conquistador para reforçar a sua masculinidade. Enfim, os discursos que tematizaram a beleza e os cuidados com o corpo, no período 50-60 de modo geral, apostavam e evidenciavam a importância das diferenças. (OLIVEIRA, 2005, p. 04).

Esses discursos mostram a beleza como um dos elementos definidores da feminilidade, buscando criar uma representação naturalizada da “essência feminina”. A construção e perpetuação dessas representações estão marcadas pelas lutas e relações de poder. Nesse processo, a imprensa é um dos principais veículos constituidores desse tipo de dispositivo, que não só reforça, como recria relações de gênero hierarquizadas.

É a colocação da beleza como discurso que nos permite percebê-la como estratégia de uma política que, além de construir diferenças entre os gêneros, ainda atua constituindo diferenças entre as próprias

---

<sup>172</sup> Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/maria-thereza-fontella-goulart-memorias-do-exilio-historia-ditadura-militar.phtml>. Acesso em 15 de mai. 2018.



mulheres. Questionar esses discursos, e os preconceitos formados a partir deles, é nossa forma de perceber e desnaturalizar essa questão. Acreditamos que tornar visíveis os estereótipos, os quais têm sido vividos como “verdades”, é nossa contribuição para a construção de outras histórias, onde as diferenças sejam menos “essenciais”. (OLIVERIA, 2000, p. 178).

Com Maria Thereza Goulart, os discursos em torno da beleza atribuíam a ela um fardo a ser carregado, sendo tal característica apontada como sua principal marca. Em sua biografia, Wagner William (2019) ressalta o quanto Maria Thereza se preocupava com a aparência, incomodando-se quando chamada de gorda. Até o próprio Jango, querendo provocá-la, havia comentado que ela teria ganhado peso na gravidez, deixando a esposa inquieta. Na conjuntura vivenciada, a associação de elementos ligados à moda, à beleza e ao cuidado com o corpo atribuía à primeira-dama o status de modelo a ser seguido; o padrão seria Maria Thereza Goulart. Quer dispositivo mais aprisionador que carregar tamanho fardo? Nesse sentido, Wolf (1992) apresenta-nos a discussão sobre o mito da beleza. A estudiosa aponta que, mesmo após certa abertura nas estruturas de poder, as mulheres continuaram sendo aprisionadas pelo culto da beleza.

Estamos em meio a uma violenta reação contra o feminismo que emprega imagens da beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher: o mito da beleza. Ele é a versão moderna de um reflexo social em vigor desde a Revolução Industrial. À medida que as mulheres se liberaram da mística feminina da domesticidade, o mito da beleza invadiu esse terreno perdido, expandindo-se enquanto a mística definhava, para assumir sua tarefa de controle social. (WOLF, 1992, p. 12 - 13).

A forma como a beleza é posta, enquanto obrigação das mulheres, é apontada como uma necessidade natural, biológica e sexual, quando na verdade, é mais um construto sociocultural de controle dos corpos e aprisionamento, característico das relações de gênero. Para Wolf, a “beleza” é como um sistema monetário semelhante ao padrão ouro, ou seja, como “qualquer sistema, ele é determinado pela política e, na era moderna, no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino” (WOLF, 1992, p. 15). Assim, evidenciar a força do mito da beleza é fator primordial para o processo da sua desconstrução.

Considerando-se que pode ser mais fácil enfraquecer a mulher ocidental de classe média sob o ponto de vista psicológico agora que estamos mais fortes sob o aspecto material, o mito da beleza, na forma em que ressurgiu na última geração, teve de recorrer à sofisticação tecnológica e ao fervor reacionário maiores do que anteriormente. [...] Ele atende ao chamado do temor político por parte de instituições dominadas pelos homens, instituições ameaçadas pela liberdade das mulheres. (WOLF, 1992, p. 20).

A esfera pública e o próprio campo político podem ser apontados enquanto espaços de dominação masculina, no qual a presença feminina causa “temor”. Justamente, nesses espaços, transcorriam as primeiras-damas do país, a exemplo de Maria Thereza Goulart, tendo essa o incremento dos discursos em torno da beleza a seu respeito. Por meio de uma metáfora, Wolf explica o real sentido do mito da beleza:

Um transformador é ligado de um lado a um equipamento e do outro a uma fonte de energia para transformar uma voltagem inadequada numa que seja compatível com o equipamento. O mito da beleza foi institucionalizado nas duas últimas décadas como um transformador entre as mulheres e a vida pública. Ele liga a energia feminina à máquina do poder, alterando essa máquina o mínimo possível para aceitar a energia. Ao mesmo tempo, da mesma forma que o transformador, ele reduz a energia feminina no seu ponto de origem. Age assim para garantir que a máquina do sistema ajuste a voltagem das mulheres a um código conveniente à estrutura do poder. (WOLF, 1992, p. 25 - 26).

A busca incansável pela beleza, assim como acontece com muitas mulheres, parece ter seguido Maria Thereza Goulart por toda a vida. Visualizada pela mídia nacional, a ex-primeira-dama tem seu nome relacionado a compra em demasia de produtos de beleza e à realização de diversas intervenções cirúrgicas de cunho estético. O fato aqui questionado é: até que ponto e até quando esse dispositivo de poder vai continuar imperando em meio às relações de gênero, reforçando um cenário hierárquico ainda vivenciado? O mito da beleza mostrou sua face na trajetória da primeira-dama Maria Thereza Goulart e, de acordo com Guedes e Melo:

[...] sobrevive até hoje no inconsciente do país. Numa crônica publicada em agosto de 1999, o escritor Luis Fernando Verissimo não deixou escapar a oportunidade para brincar com o tema, ao defender o nome de Patrícia Pillar para primeira-dama. A atriz era então namorada do ex-ministro Ciro Gomes, que se articulava para a sua segunda disputa presidencial. (GUEDES; MELO, 2019, p. 180).

A primeira-dama participou de diversos eventos de cunho caritativo beneficente. Destes, muitos ligados a desfiles de moda, a exemplo de uma série de desfiles da Casa Cristian Dior, de Paris, em novembro de 1961, cuja renda arrecadada seria revertida em benefício das instituições de caridade do país<sup>173</sup>. Em 1963, Maria Thereza patrocinou um desfile de seu costureiro, Dener, realizado no Hotel Nacional, em benefício das obras de construção da Catedral de Brasília<sup>174</sup>.

---

<sup>173</sup> Jornal do Brasil (RJ), 05 de outubro de 1961. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 17 de nov. 2018.

<sup>174</sup> Correio da Manhã, 20 de abril de 1963. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 15 de out. 2018.

Além de desfiles, Maria Thereza também foi patrona de festas e eventos de outras naturezas, como a Páscoa dos Servidores Públicos, a Cruzada Nacional Contra Tuberculose em 1961; foi presidente de honra da Campanha da Lã para o Candango, que foi realizada em junho de 1963, distribuindo agasalhos nos meses seguintes. Ademais, a primeira-dama era convidada para participar, enquanto jurada, de concursos de Miss. Vale destacar que Maria Thereza não se fazia tão presente nas cerimônias como Sarah; em diversas delas, a primeira-dama enviava uma representante, que era, quase sempre, Iara Vargas.

Elemento insistentemente presente em meio ao primeiro-damismo, em suas primeiras performances, foi a realização do Natal das Crianças, também chamado, em algumas ocasiões, de Natal dos Pobres e Natal dos Trabalhadores. A LBA era a instituição que apoiava a realização da festividade, estando presente mesmo nos anos em que as Pioneiras Sociais, lideradas por Sarah Kubitschek, compartilharam sua organização. A senhora Goulart teria a incumbência de realizar o Natal em um novo contexto, espacialmente distinto das experiências anteriores. Ela seria a primeira a efetivar a festividade na nova capital da república. O jornal *Correio da Manhã* noticiou a realização do “natal da LBA” em 22 de dezembro de 1961. O evento teria acolhido 30 mil crianças, e a distribuição dos presentes pela primeira-dama, ocorreu em frente ao Teatro Municipal de Brasília. O periódico ainda destaca que a Legião Brasileira de Assistência realizou outra festividade no Rio de Janeiro, destinada a 10 mil crianças atendidas por diversas obras sociais da antiga capital, como a Casa do Pequeno Jornaleiro, a Fundação Romão de Matos Duarte e o Hospital Sanatório de Curicica<sup>175</sup>.

A festividade ocorreu também no ano de 1962, atendendo cerca de 50 mil “candangos”, como salienta a reportagem do *Jornal do Brasil*. O Natal foi realizado pela primeira-dama na sede da LBA<sup>176</sup> e obteve destaque no *Correio Braziliense*, jornal do Distrito Federal, o qual engrandeceu a presença de Maria Tereza e a do Presidente João Goulart<sup>177</sup>.

Quanto à perpetuação da realização do Natal, percebe-se o anseio de Maria Thereza em dá continuidade a tal prática empreendida pelas primeiras-damas. Vale destacar que ela, apesar de certo protagonismo, sempre colocou seu serviço enquanto

---

<sup>175</sup> *Correio da Manhã*, 21 de dezembro de 1961. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 15 de nov. 2018.

<sup>176</sup> *Jornal do Brasil* (RJ), 25 de dezembro de 1962. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 15 de out. 2018.

<sup>177</sup> *Jornal Correio Braziliense* (DF), 27 de dezembro de 1962. [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acesso em 05 de jan. 2019.

colaborador do projeto de governo empreendido por seu marido. “Aqui estou para ajudar, em determinado setor, a obra administrativa de meu marido” (Boletim da LBA, n.108, 1961). “Nesse sentido, de forma inédita, a primeira-dama e presidente da LBA afirmava estar em perfeita consonância com a política de governo do Presidente da República” (SILVA, 2018).

Nesse ponto, percebemos mais uma aproximação de Maria Tereza com Darcy Vargas e um distanciamento de Sarah Kubitschek, que parecia gostar do poder que o posto de primeira-dama lhe dava, por isso, buscou construir, por meio de ações desviacionistas, seus próprios capitais políticos, o que não implica não caminhar ao lado dos anseios governamentais do seu esposo, mas assume um certo protagonismo menos maquiado. Sarah gostava de ocupar os lugares de fala, importantes no mundo político, em termos práticos e simbólicos. Já Darcy Vargas apoderava-se dos espaços de atuação, mas sempre se colocava um passo atrás de Getúlio, assim como fizera Maria Thereza em relação a João Goulart. O protagonismo e os trabalhos desenvolvidos por elas, faziam parte de um plano de governo. Porém é inegável a prática do primeiro-damismo desenvolvida pelas por essas três personalidades. A seu modo, elas constituíram e deram seguimento ao fenômeno do primeiro-damismo no Brasil, até a década de 1960. A partir daí, como veremos nos capítulos seguintes, tal fenômeno enfrentaria uma série de mudanças em meio à nova realidade política nacional.

Maria Thereza permanece no posto de primeira-dama até o dia 01 de abril de 1964, data do golpe militar que retirou João Goulart da presidência. Dias antes, a presença dela ao lado de Jango, no comício da Central do Brasil, chamou a atenção dos holofotes. A realização do comício, em 13 de maio, é apontada, pela historiografia, como um dos fatos que impulsionaram o movimento contra o governo de Goulart. Havia rumores sobre a possibilidade de um atentado e a presença de João Goulart chegou a ser questionada.

Momentos antes de sair para Central do Brasil, Jango confidenciou com a mulher: “a situação é muito grave, mas o pior é que nós estamos sujeitos a um atentado”. Maria Teresa respondeu: “eu já sei, eu já sabia”. Ele insistiu para Maria Tereza não ir, mas ela não cedeu. Segundo a própria Maria Tereza: eu não podia faltar. Tinha que estar no palanque para ver o que aconteceria. Mas eu estava muito assustada. Primeiro, a minha fobia de multidão. E ali havia muita gente. Depois, ameaças de tiros e bombas. Por fim, medo de que Jango passasse mal. (FERREIRA, 2011, p. 424).

Em entrevista à revista IstoÉ, concedida à jornalista Eliane Lobato, Maria Thereza foi questionada sobre a sua participação no comício da Central do Brasil. Ela relatou,

enfaticamente, o sentimento de medo que teve naquela noite do comício. Todavia, para ela, estar ao lado de Jango era algo de que não “abria mão” naquela conjuntura. O trecho da entrevista abaixo demonstra a tensão que foi o evento para o casal.

ISTOÉ – A foto da senhora no palanque do comício na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, mostra uma mulher extremamente bonita e passa a imagem de força, segurança. A senhora se sentia assim? Maria Thereza – Essa imagem é, na verdade, de apreensão extrema. A foto não mostra tudo. Eu estava com muito medo. Estava gelada, dura por dentro. Nos disseram que poderiam ser jogadas bombas no palanque, no meio das pessoas. Jango teve uma queda de pressão antes, estava muito tenso. Tínhamos noção do que poderia acontecer ali. Mas ele estava firme, preparado. Disseram para ele não fazer aquele comício, mas não adiantavam os conselhos. Ele estava com ideia fixa, estava realmente preparado para o que pudesse acontecer. (BOLATO, 2014).

#### **Imagem 42 – Casal Goulart no comício da Central do Brasil**



**Fonte:** Jornal do Brasil, 14 de março de 1964

Com o golpe militar que afastou Jango da presidência, a família Goulart ingressaria em uma nova etapa de suas vidas, a do exílio, primeiro no Uruguai, depois na Argentina. Jorge Ferreira menciona Maria Thereza no ato da fuga dela e dos seus filhos, primeiro para o Rio Grande do Sul, posteriormente para São Borja e, em seguida, para o Uruguai, iniciando um longo período de exílio vivenciado pela família Goulart (FERREIRA, 2011, p. 499). Maria Thereza teve que partir com os filhos e sem a presença do marido, que só a encontrou dias depois. Passagens, no livro de Jorge Ferreira, descrevem, com as próprias palavras de Maria Thereza, como foi aterrorizante a sua saída do Brasil. Diante da situação vivenciada, a ex-primeira-dama, no momento inicial, não tinha noção de tudo que se passava, pensando ser possível retornar ao Brasil para buscar,

por exemplo, roupas, animais de estimação e objetos pessoais. No entanto, tudo ficou para trás. “Maria Thereza acreditava que, em questão de dias, poderia voltar à Granja do Torto para buscar suas coisas” (FERREIRA, 2011, p. 542).

A vida no exílio não pareceu ter sido fácil para Maria Thereza, os dois filhos e João Goulart, pois a impossibilidade de retornar ao Brasil, a apreensão dos bens da família, as ameaças, os boatos e o cerco da imprensa são alguns dos elementos que contribuíram para construir a nova realidade do casal. Maria Thereza não deixou de ser notícia na imprensa brasileira, de modo que sua vida pessoal era observada e relatada ao público brasileiro.

### Imagem 43 – Notícia sobre Maria Thereza no Uruguai



Fonte: Jornal do Brasil, 26 de abril de 1964

A beleza da gaúcha continuou sendo evidenciada, como a imagem acima retrata. Outros assuntos da vida privada vieram à tona, a exemplo de uma possível separação do casal. Diversas notícias afirmaram que Maria Thereza e João Goulart estariam se desquitando e que Jango ficaria com a guarda dos filhos, porém ela desmentiu os boatos e, apesar dos diversos comentários sobre casos extraconjugais de Jango, o casal permaneceu casado até a morte de João Goulart, em dezembro de 1976. Durante o período de exílio, a ex-primeira-dama pisou em solo brasileiro algumas vezes, mas de forma rápida. O retorno, de fato, ocorreu apenas em 1980, momento em que o Brasil já vivia seu período de abertura à democracia.

Maria Thereza é lembrada até hoje como a primeira-dama mais bonita da história da República brasileira, mas sua passagem pelo posto merece ser lembrada para além disso. Estando à frente da presidência da Legião Brasileira de Assistência, desenvolvendo trabalhos em torno do social, a gaúcha passou a ter uma agenda pública e política, fato que não acontecia quando era a esposa do vice-presidente. Maria Thereza seguiu as prerrogativas impostas pelo modelo de primeiro-damismo, instituído por Darcy e executado por outras primeiras-damas que a antecederam, como Carmela Dutra, Jandira Café e Sarah Kubitschek. Cada uma contribuiu para a continuidade do que se convencionou chamar de primeira-damismo. Entre *estratégias* e *táticas*, essas mulheres constituíram um modelo de atuação para as esposas dos presidentes, estando mais voltadas a colaborar com os objetivos políticos de seus esposos, ou tomando para si o protagonismo de suas ações.

O primeiro-damismo em si, da forma como foi constituído, em que à figura feminina, primeira-dama, foi depositada uma série de prerrogativas diretamente relacionadas às questões de gênero, construiu um espaço de protagonismo dúbio, ou nas palavras de Sposati (2002), perverso, na medida em que a participação no mundo público é permitida desde que suas atividades girem em torno do cuidado. Dessa maneira, a atenção ao social foi o espaço que essas mulheres tiveram para começar sua atuação na esfera pública. Pensado dessa maneira, o primeiro-damismo pode ser apontado como um conjunto de práticas que se configuram enquanto *estratégia* governamental, na medida em que os serviços das primeiras-damas são utilizados para que o Estado alcance espaços que não conseguia ou não tinha interesse em chegar.

A imagem que se constrói em torno delas como mulheres abnegadas, vocacionadas e sensíveis às causas sociais também contribui para a aceitação e prestígio junto aos setores subalternizados para os quais são dirigidas as suas ações. Nessa perspectiva, o poder não aparece como um aparelho repressivo, mas como uma prática social de dominação e de espoliação dos usuários dos serviços sociais desenvolvidos pelas primeiras-damas, já que o paternalismo é, inexoravelmente, um instrumento de arrefecimento dos conflitos sociais e de manutenção do status quo. (TORRES, 2002, p.25).

Por outro lado, esse primeiro-damismo também pode ser visto como *tática*, na medida em que essas mulheres começam a desenvolver para si espaços próprios de protagonismos e construção de capitais políticos. Não é negar a contribuição ao plano maior de governo estabelecido, mas fazer uso dos espaços de poder que lhes são atribuídos, enquanto primeiras-damas, para a construção de itinerários próprios. A atuação de Sarah Kubitschek é que mais se apresenta enquanto um primeiro-damismo em

que a *tática* se sobrepõe à *estratégia*. Nas demais primeiras-damas, até a ruptura institucional que caracteriza o ano de 1964, percebemos uma mescla desses dois elementos: *táticas* e *estratégias*, mas sempre uma predominância desta em relação àquela, o que não exclui o protagonismo dessas mulheres, nem justifica o silenciamento que reina sobre elas na historiografia.

**Quadro 04 – Idade ao casar e número de filhos**

<b>NOME</b>	<b>ESPOSO</b>	<b>IDADE/ CASAMENTO</b>	<b>IDADE/ PRIM.DAMA</b>	<b>Nº FILHOS</b>
<b>Carmela Dutra</b>	Eurico Gaspar Dutra	30	62	2
<b>Darcy Vargas</b>	Getúlio Vargas	15	35	5
<b>Jandira Café</b>	Café Filho	15	50	1
<b>Sarah Kubitschek</b>	Juscelino Kubitschek	22	47	2
<b>Eloá Quadros</b>	Jânio Quadros	19	38	1
<b>Maria Thereza Goulart</b>	João Goulart	19	25	2

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora mediante material referente à História do Brasil.

O quadro acima evidencia alguns pontos de permanências, bem como traços de rupturas quando comparados os perfis apresentados pelas primeiras-damas. As seis personalidades que ocuparam o posto entre 1945 e 1964 também pertenciam a famílias de classe média alta, mas destoam das anteriores, quando observada a idade com que se casaram, tendo apenas duas delas se casado antes dos 18 anos (Darcy Vargas e Jandira Café). A quantidade de filhos também aponta para uma mudança no perfil dessas mulheres. Com exceção de Darcy Vargas, que teve cinco filhos, as demais não ultrapassaram o segundo.

No entanto, a maior ruptura observada diz respeito à atuação dessas primeiras-damas. Como apontado no primeiro capítulo, durante a década de 1930, Darcy Vargas apresenta ensaios do que viria a se constituir enquanto primeiro-damismo no Brasil, por meio de uma atuação de cunho social que ultrapassava as barreiras da esfera privada. Ainda sob os auspícios da esposa de Vargas, tal fenômeno se institucionaliza a partir e por meio da atuação da personalidade na Legião Brasileira de Assistência. Assumindo



um espaço junto a governabilidade do marido, Darcy oficializa um modelo de atuação para as primeiras-damas do país, que foi seguido por suas sucessoras.

Com o primeiro-damismo moldado, Carmela Dutra, Jandira Café, Sarah Kubitschek, Eloá Quadros e Maria Thereza Goulart deram continuidade aos trabalhos assistenciais que o caracterizaram. A assistência à infância e à maternidade, inicialmente, depois se estendendo à saúde, assim como a presença à frente de instituições de cunho assistencial, marcadas pelo assistencialismo, como a LBA e as Pioneiras Sociais deram a essas primeiras-damas um lugar na governabilidade de seus esposos, bem como uma projeção maior de suas imagens no cenário político nacional. Assim, diferentemente do que ocorrera com as primeiras-damas da Primeira-República, as que atuaram até o período que se estende a 1964, passaram a caminhar entre as esferas privada e pública, atuando de forma *estratégica* enquanto parte dos governos em execução e fazendo uso dos espaços de experiência para perpetuarem o primeiro-damismo.

## *Capítulo 3*

*Novas roupagens do primeiro-  
damismo: eis que tal fenômeno  
não se esgota (1964 a 1992)*

O Golpe Militar instaurado em 01 de abril de 1964 exauriu as instituições democráticas, colocando o país sob um regime de cunho autoritário. João Goulart e sua esposa, Maria Thereza, refugiaram-se no Uruguai; as esquerdas, atônitas, não reagiram de imediato e parte considerável da população brasileira aparentou apoiar a iniciativa dos militares. No referido período histórico nacional, o discurso anticomunista é marca característica e nos vinte e um anos que se seguiram, o Brasil se viu mergulhado em um contexto de repressão, opressão e perseguição às ideias contrárias aos ideários do governo. Em resposta, a resistência se fez presente por meio de diversas estratégias e grupos de atuação. Assim, o país só retornaria à legalidade democrática em 1985, com a eleição, ainda indireta, de um presidente civil, Tancredo Neves. Durante esse período, quatro mulheres ocuparam o posto de primeira-dama do país, conforme o quadro a seguir. Vale ressaltar que, em algumas ocasiões, a presidência da República ficou sob o comando de uma junta militar.

**Quadro 05 – Primeiras-damas do Regime Militar (1864 – 1985)**





<b>NOME</b>	<b>ESPOSO</b>	<b>PERÍODO</b>
<b>Iolanda Costa e Silva</b>	Costa e Silva	15 de mar. 1967 - 31 de ago. 1969
<b>Scila Médici</b>	Emílio Garrastazu Médici	30 de out. 1969 - 15 de mar. 1974
<b>Lucy Geisel</b>	Ernesto Geisel	15 de mar. 1974 - 15 de mar. 1979
<b>Dulce Figueiredo</b>	João Figueiredo	15 de mar. 1979 - 15 de mar. 1985

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora mediante material referente à História do Brasil.

O quadro 05 apresenta quatro as esposas dos presidentes que ocuparam o posto de primeira-dama do país durante o Regime Militar. Nele, mais alguns equívocos são desconstruídos, a exemplo do apontamento de Antonieta Castelo Branco, enquanto primeira-dama, filha de Castelo Branco, primeiro presidente militar. A definição do termo é clara, fazendo referência à esposa do governante, não cabendo a outro membro da família ocupar tal posto, mesmo que, na prática, algumas ações possam ser assemelhadas. Outros nomes, como Sílvia Mazzilli, esposa de Ranieri Mazzilli; Mariquita Aleixo, esposa de Pedro Aleixo e Risoleta Neves, esposa de Tancredo Neves, aparecem no *hall* das primeiras-damas do país. Tal apontamento se mostra inadequado, tendo em vista que Ranieri Mazzilli assumiu interinamente e de forma bastante rápida a presidência da República; Pedro Aleixo não chegou a tomar posse, por veto da Junta Governativa Provisória de 1969 e Tancredo Neves faleceu antes de assumir à Presidência. Como foi

salientado no decorrer do estudo, as lacunas envoltas das primeiras-damas e suas atuações são muitas, e esses equívocos são fatores que as evidenciam.

#### Imagem 44 - Primeiras-damas do período militar

Iolanda Costa e Silva	Scila Médici	Lucy Geisel	Dulce Figueiredo
			
Fonte: Acervo oglobo <sup>178</sup>	Fonte: Memória Brasil <sup>179</sup>	Fonte: CPDOC - FGV <sup>180</sup>	Fonte: G1.com <sup>181</sup>

É preciso pontuar que o autoritarismo que marcou o governo dos militares à frente da Presidência da República, atingiu não apenas a esfera pública, como também a “privada”, sendo extensiva às famílias. Esposas e filhas de personalidades da alta sociedade, em especial dos militares, eram “impulsionadas” à submissão e à condição de obediência às regras estabelecidas pelo marido. Nessa circunstância, observa-se que as hierarquias de gênero são enfatizadas. Diante do novo cenário, a figura simbólica da primeira-dama e o conjunto de práticas por elas exercidas perde espaço no meio político.

Nessa conjuntura histórica, a figura da primeira-dama é pouco divulgada. Isto é, as mulheres dos presidentes militares não assumiram função de destaque no regime. Com exceção de Dona Yolanda Costa e Silva, elas assumiram a presidência de honra da LBA – e desenvolveram atividades assistencialistas, sobretudo no âmbito dos estados, incentivando o trabalho das primeiras-damas estaduais”. (TORRES, 2002, p. 97).

Torres (2002) ainda ressalta que uma das justificativas a ser apontada referente à diminuta visibilidade das primeiras-damas nesse período é a própria natureza autoritária

<sup>178</sup> Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/as-primeiras-damas-brasileiras>. Acesso em 03 de mar. 2019.

<sup>179</sup> <http://memorialbrasil.blogspot.com/2003/01/scila-medici-ex-primeira-dama.html>. Acesso em 03 de mar. 2019.

<sup>180</sup> <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/arquivo-pessoal/EG/audiovisual/ernesto-geisel-lucy-geisel-e-amalia-lucy-geisel-no-gabinete-da-presidencia-da-republica>. Acesso em 03 de mar. 2019.

<sup>181</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/06/morre-ex-primeira-dama-dulce-figueiredo.html>. Acesso em 03 de mar. 2019.

do regime ditatorial. Antes de mais nada, essas primeiras-damas eram esposas de militares do alto escalão. No espaço público, algumas delas, a exemplo de Dulce Figueiredo, realizaram trabalhos assistencialistas, mas não na proporção com que esses vinham sendo desenvolvidos pelas primeiras-damas que antecederam o período. Junto à Legião Brasileira de Assistência, espaço propício à atuação política das esposas dos governantes, a participação de Iolanda de Costa e Silva merece destaque, bem como a de Dulce Figueiredo, que assumiu a presidência de honra do Programa Nacional de Voluntariado (Pronav). Em 1969, o decreto-lei nº 593 transforma a LBA de associação civil em fundação pública, e o próprio primeiro-damismo adquiriu novas características no período que se estendeu de 1964 a 1985.

Nesse sentido, a perda de espaço, sofrida pela figura social da primeira-dama em nível nacional, levou alguns trabalhos a afirmarem que o fenômeno do primeiro-damismo “ressurgiria” na década de 1990, com a atuação da primeira-dama Roseane Collor. Por isso, Torres (2002) destaca um “retorno do Estado caritativo ou assistencial” (TORRES, 2002, p. 23). Para Falcão (1980), o primeiro-damismo “volta a ressurgir na era Collor”, com a missão de “contribuir para alterar o quadro socioeconômico do país, reduzindo as desigualdades da população de baixa renda assistida pela LBA”<sup>182</sup>. Como este estudo demonstrará, as duas assertivas pecam ao negligenciarem as novas características do primeiro-damismo e a manutenção desse fenômeno na política nacional. Seguindo o modelo de primeiro-damismo institucionalizado por Darcy Vargas, perpetuado e reconfigurado por personalidades como Sarah Kubitschek e Maria Thereza Goulart, diversas primeiras-damas dos estados brasileiros perpetuaram esse fenômeno, não permitindo que ele se esgote com o golpe de 1964, ou deixe de existir no decorrer das duas décadas de Regime Militar.

Optamos, então, por falar de um primeiro-damismo diferenciado em nível federal, momento em que as esposas dos presidentes militares perdem espaços de visibilidade pública e política, e não assumem papel de destaque no âmbito da governabilidade, mas não largam os pressupostos de atuação moldados a serem exercidos pelas primeiras-damas, atribuindo, assim, novos atributos para o fenômeno, os quais para além de um contexto de ruptura, carregam forte ponto de permanência, pautado na perpetuação da hierarquia patriarcal que marcava as relações de gênero. Paralelo a esse processo, marcado pela coexistência de rupturas e permanências em nível federal, pôde-se perceber

---

<sup>182</sup> A Crítica, 29 de maio de 1991, p.07.

o protagonismo de diversas primeiras-damas Brasil a fora em nível estadual. Assim, falar em desaparecimento e ressurgimento do primeiro-damismo se apresentam enquanto afirmativas equivocadas.

### *3.1 O primeiro-damismo da era militar em nível federal: como agiram as primeiras-damas?*

O primeiro Presidente da República da ditadura militar, marechal Castelo Branco, havia enviuvado há um ano quando assumiu o poder, em 15 de abril de 1964. Argentina Viana morreu após sofrer dois enfartes, em 23 de abril de 1963. Estavam casados há 41 anos. Quem assumiu o cargo de primeira-dama, quando era requerida uma companhia para o marechal, foi a filha. Antonieta Castelo Branco Diniz, a Nieta. (GUEDES; MELO, 2019, p. 295).

Não muito usual, optamos por iniciar esse tópico de discussão pela citação direta apresentada acima, pois ela expõe uma “verdade” estabelecida pela historiografia quanto à ausência de uma primeira-dama durante o período que se estende de 1964 a 1967. Buscando preencher essa lacuna, é apresentado o nome de Antonieta Castelo Branco, filha do marechal Castelo Branco. Tal situação só havia acontecido antes com as filhas de Rodrigues Alves: Catita e Marieta Alves, entre 1902 e 1906. Ao retomarmos o significado conceitual do termo primeira-dama, deparamo-nos com o primeiro desconforto, uma vez que primeira-dama é entendida como sendo a esposa de um governante, especialmente em cargos do poder executivo, fato que já tiraria Antonieta desse quadro. O segundo desconforto diz respeito a uma necessidade velada em preencher um “espaço” ao lado do Presidente, no caso, o da primeira-dama. Essa necessidade pode demonstrar a fragilidade em não se admitir essa ausência, bem como o poder simbólico que essa “figura” detém no interior do campo político, ressaltando também vestígios das relações de gênero que constituíam determinados papéis sociais neste campo.

Formada em Biblioteconomia, Antonieta Castelo Branco nunca chegou a exercer a profissão. Aos 26 anos casou-se com Salvador Nogueira Diniz, tendo quatro filhos com ele. Quando seu pai chega ao poder em 1964, Antonieta já tinha 44 anos e os filhos já eram crescidos, colocando-se, então, à disposição do pai na empreitada que se iniciava. De perfil conservador, Antonieta é apontada pela imprensa nacional como aquela que esteve ao lado de Castelo Branco, apoiando-o, em especial nas tarefas atribuídas à esfera privada. Dessa forma, ficou sob sua incumbência a organização do Palácio da Alvorada. Nieta, como era conhecida, ainda acompanhava o pai em solenidades oficiais e organizava chás e recepções para as esposas de altos nomes da política nacional.

Na área social, onde as primeiras-damas construíram seu espaço de atuação, Antonieta Castelo Branco presidiu a Organização das Voluntárias, que, na época, buscava sanar o problema da pobreza e da infância, duas preocupações constantes na história nacional. Espalhadas por todo o país, as voluntárias já vinham de uma atuação desde meados da década de 1940, assumindo responsabilidades do Estado em diversas necessidades sociais. Antonieta não assumiu a presidência da Legião Brasileira de Assistência, tendo sua atuação junto ao social demarcada por presidir a Organização das Voluntárias. Indiscutivelmente ela foi um ponto de apoio do pai, a figura feminina que atuou junto à esfera pública, até mesmo no campo político, desempenhando afazeres atribuídas à figura da esposa, primeira-dama, no entanto, não foi, de fato, primeira-dama do país.

Assim, o posto de primeira-dama só veio a ser ocupado em março de 1967, quando Iolanda Costa e Silva o assume, após seu marido, Arthur Costa e Silva, ser empossado Presidente da República. Iolanda Barbosa era filha do general Severo Barbosa, professor do seu futuro esposo, na Escola Militar. O casamento ocorreu em 1925. Como bem salienta Guedes e Melo (2019), “com o marido na presidência, Yolanda se tornou uma das mais influentes, poderosas e cortejadas primeiras-damas da História brasileira” (GUEDES; MELO, 2019, p. 193). Quando se fala de um retorno do primeiro-damismo na era Collor, implicitamente é negado sua existência no período que o antecedeu. Como veremos, a trajetória pública de Iolanda Costa e Silva vem derrubar essa assertiva.

Ao contrário do que se convencionou pensar e afirmar, algumas primeiras-damas do período militar tiveram atuações públicas de grande visibilidade, a exemplo de Iolanda, que já se apresentava enquanto uma figura pública, mesmo antes de ocupar o posto de primeira-dama do país. Iolanda, explicitando sua postura conservadora, esteve envolvida com alguns grupos de senhoras da alta sociedade que “lutavam” contra a perpetuação de ideais comunistas no país e combatiam o governo de João Goulart. No período em que Costa e Silva esteve à frente do Ministério da Guerra, durante o governo de Castelo Branco, Iolanda manteve ligações com diversas personalidades do mundo da política, a exemplo da filha do marechal: Antonieta Castelo Branco.

**Imagem 45 – Iolanda Costa e Silva Acompanhada de Antonieta Castelo Branco**



**Fonte:** Jornal Diário de Notícias, 06 de novembro de 1965.

Exercendo grande influência sobre diversas senhoras da alta sociedade carioca, Iolanda Costa e Silva participava assiduamente de eventos organizados por elas. Em julho de 1966, a esposa do Ministro da Guerra foi homenageada por um grupo de senhoras de Copacabana. Segundo cobertura da imprensa, cerca de 220 damas cariocas teriam realizado um almoço em homenagem a Iolanda Costa e Silva, que já era apontada como futura primeira-dama do país<sup>183</sup>. Ademais, ela também era vista como uma das principais figuras de apoio à candidatura do esposo à Presidência da República, bem como grande influenciadora em suas tomadas de decisão.

Por toda a vida, desde o tempo de tenente até presidente, Costa e Silva entregava o salário para a mulher administrar. No mesmo depoimento que consta no livro organizado pelos historiadores Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, Geisel se refere a Yolanda como a pessoa que “deve ter influenciado muito o espírito de Costa e Silva, na ambição de se tornar presidente (...). Ela era conhecida como a pessoa que conduzia Costa e Silva para a frente, impulsionando-o. Era ambiciosa. (GUEDES; MELO, 2019, p. 191).

Essa informação sobre a entrega do salário por parte do esposo é confirmada em uma entrevista concedida à revista Manchete, durante o ano de 1965, quando Costa e Silva ocupava o cargo de Ministro da Guerra. Iolanda foi a primeira, de muitas outras mulheres da cúpula política nacional, a apresentar o perfil de seu esposo à revista citada, como parte de uma série de reportagens em que as esposas apresentariam seus maridos.

<sup>183</sup> Jornal do Brasil, 10 de julho de 1966.



## Imagem 46 – Reportagem da revista Manchete



Fonte: Revista *Manchete*, 1965, p. 128.

Na mesma reportagem, Iolanda fala sobre a possibilidade de o marido ser apontado como o candidato da situação na eleição para sucessão presidencial, mas desvia o foco ao afirmar que isso não era uma preocupação naquele momento, pois o marido acreditava nos rumos trilhados pelos companheiros militares para o país. A esposa ainda fez questão de evidenciar que não exercia nenhuma influência sobre as escolhas políticas do esposo, afirmando ser presente apenas nas tomadas de decisão no âmbito familiar, e não foi a única vez que Iolanda negou tal influência, apresentando o mesmo argumento anos depois em entrevista concedida ao jornal Estado de São Paulo: “O Costa e eu gostávamos de trocar ideias, ele pedia minha opinião e eu dava. Às vezes acatava, outras não. O presidente era ele”<sup>184</sup>. Como bem destaca Guedes e Melo (2019), apesar de ser apontada como grande responsável pela gerência da vida privada do casal Costa e Silva, a partir da posse do marido enquanto Ministro da Guerra, Iolanda passaria a ser mais que isso, adentrando, de fato, os embrenhados da cena pública/política nacional.

Com a ascensão do marido ao Ministério da Guerra e sua colocação à testa de importantes decisões para o país, a política tornou-se, aos poucos, um assunto de grande interesse de Yolanda. Descobriu em si própria uma “veia oculta” de atração para a política, que, entretanto, ainda a assustava: “É um jogo fascinante e perigoso”. (GUEDES; MELO, 2019, p. 193).

Quanto à influência de Iolanda Costa e Silva, um elemento importante que a evidencia é o seu apontamento enquanto responsável pela entrada de Paulo Maluf no campo político. Os dois eram amigos de longa data, e tal amizade acabou selando o destino de Maluf, que foi nomeado, por indicação de Iolanda, presidente da Caixa

<sup>184</sup> O Estado de S. Paulo, “Yolanda, sozinha, escreve suas memórias”. 17 de junho de 1988.

Econômica Federal. Logo em seguida, o paulistano foi eleito prefeito da cidade de São Paulo, em 1969.

Outrossim, para demonstrar que Iolanda Costa e Silva já figurava no meio público, mesmo antes de ser primeira-dama, é fulcral pontuar que o *Jornal do Brasil*, em edição do dia 13 de abril de 1966, apontava a visita de Dona Iolanda ao Instituto Oscar Clark, instituição que tinha o objetivo de atender pessoas com deficiência física, podendo ser visto como espaço apropriado para a atuação das primeiras-damas. Nesse lugar, a presença de Iolanda Costa e Silva foi saldada pela diretoria do órgão que a enalteceu, bem como a de seu marido e a do presidente em voga: Castelo Branco<sup>185</sup>. Essa visita foi uma de tantas realizadas pela personalidade que passava a atuar em alguns espaços públicos, direcionados a uma possível ação política em correlação com o projeto político nacional encabeçado pelo grupo de militares, do qual seu marido fazia parte.

Com a escolha de Costa e Silva, de forma indireta, para ocupar a Presidência da República, o nome de Iolanda se torna cada vez mais presente na imprensa nacional. As reportagens versavam sobre seu “estilo de ser primeira-dama”, não fazendo referência direta à moda, assunto também bastante pontuado nas reportagens em que a primeira-dama aparecia, mas ao modo de ser primeira-dama empreendido por Iolanda, apontada como ativa, bem-humorada e disposta a colaborar com a resolução dos problemas nacionais a serem enfrentados. Antes da posse do marido, Iolanda foi recebida por Antonieta Castelo Branco para um almoço no Palácio da Alvorada. Na ocasião, a filha de Castelo Branco entregou uma pasta a dona Iolanda, alegando constar nela, documentos referentes à funcionalidade do palácio<sup>186</sup>.

No ato da posse de Costa e Silva à Presidência da República, Iolanda esteve ao seu lado, preenchendo o vazio que existiu durante todo o período em que Castelo Branco governou o país: 1964 a 1968. A partir da posse, Iolanda Costa e Silva passou a atuar mais diretamente na esfera pública, mesmo buscando camuflar sua atuação. A própria imprensa corroborava com a ideia, como evidenciam as diversas reportagens sobre assuntos relacionados à funcionalidade do Palácio da Alvorada (DF) e do Palácio das Laranjeiras (RJ), as roupas trajadas pela primeira-dama, as festividades que ela frequentava e até organizava. Em reportagem sobre a rotina da primeira-dama, a revista *Manchete* aponta seu horário de atendimento na Legião Brasileira de Assistência, mas

---

<sup>185</sup> *Jornal do Brasil*, 13 de abril de 1966.

<sup>186</sup> *Jornal do Brasil*, 14 de março de 1967.

ressalta que seria após o expediente que Iolanda iniciaria sua atividade predileta, “a de dona de casa”<sup>187</sup>. Na onda do conservadorismo em que o Brasil estava imerso, relativizar a atuação pública da primeira-dama e acentuar aquela direcionada ao âmbito privado era uma estratégia de manutenção e perpetuação das relações hierárquicas de gênero e da ordem estabelecida.

Como já mencionado anteriormente, o espaço de atuação das primeiras-damas foi a Legião Brasileira de Assistência. No entanto, a historiografia foi negligente no que concerne à presença de Dona Iolanda à frente da presidência da instituição, bem como ao seu protagonismo vivenciado através dessa experiência. No início de março de 1967, antes mesmo da posse de Costa de Silva, já se discutia a possibilidade, ou não, de Dona Iolanda atuar junto à LBA.

Fonte do Conselho Deliberativo da Legião Brasileira de Assistência revelou ontem que a senhora Iolanda Costa e Silva – ao contrário da norma habitual por ser a futura primeira-dama do país – não poderá assumir a presidência da entidade devido reforma dos estatutos levados a efeito pela senhora Maria Luis [Luiza] Moniz Aragão, atual presidente, juntamente com o atual vice-presidente senhor Charles Edgard Mortiz. Essa reforma, recentemente aprovada contra o voto de alguns conselheiros, estabeleceu que a presidência da LBA somente poderá ser exercida por pessoa que possua diploma universitário ou que seja assistente social diplomada. (Jornal Correio da Manhã, 09 de março de 1967).

Ao que tudo indica, tal decreto foi derrubado, pois, em 27 de março, o Conselho Deliberativo da LBA elegeu a primeira-dama para presidir a instituição em um período que se estende de 01 de abril de 1967 a 31 de março de 1970<sup>188</sup>. “A Sra. Iolanda Costa e Silva foi eleita por aclamação, por proposta do conselheiro Rinaldo Delamare”<sup>189</sup>. A posse da primeira-dama na presidência da LBA foi coberta pela imprensa e noticiada durante toda a primeira semana de abril. No discurso de posse, Iolanda destacou sua satisfação em poder contribuir com o governo do marido. A cerimônia foi realizada no auditório da LBA e contou com a presença de umas 300 pessoas, entre elas o Ministro da Saúde, Leonel Miranda, o ex-Ministro da Educação, Raimundo Moniz Aragão, e diversos governadores<sup>190</sup>. Na ocasião, Maria Luiza Moniz Aragão, a primeira assistente social diplomada a ocupar a presidência da instituição, afirmou está entregando a “casa em ordem”, e Iolanda ressaltou que iria “dar continuidade aos programas de vacinação, de

---

<sup>187</sup> Revista Manchete, 1967, p. 115. Ano 1967\Edição 0784 (1)

<sup>188</sup> Jornal do Brasil, 28 de março de 1967.

<sup>189</sup> Jornal Correio da Manhã, 28 de março de 1967.

<sup>190</sup> Jornal do Brasil, 05 de abril de 1967.

cuidados com a alimentação, a humanização dos ambulatórios, maternidades e hospitais infantis da legião, onde é preciso que existam sempre remédios bons e abundantes”. Ainda ressaltou sua preocupação com as áreas da saúde e da educação<sup>191</sup>.

No dia 09 de abril daquele ano, o Jornal do Brasil publicou uma reportagem sobre a volta da presidência da LBA para as mãos de uma primeira-dama, reafirmando a importância simbólica que tal fato carregava. A matéria retoma um pouco a história da Legião, destacando seu surgimento em 1942, tendo como destaque a figura de Darcy Vargas. Ainda salienta que diversas personalidades passaram pela presidência do órgão, mas que poucas deixaram seu nome gravado. Em seguida, é apresentado um resumo da posse de Dona Iolanda e um interessante trecho de seu discurso: “Sinto-me comovida e entusiasmada pela oportunidade em cooperar com o governo de meu marido, cuja meta, tantas vezes anunciada, é o homem: esse homem que tem direito à educação, que deve ser cuidado em sua saúde e precisa ter facilitada a conquista da sua alimentação”. Buscando enaltecer a imagem de sua antecessora no cargo, Iolanda afirma que “sua administração foi revolucionária”. Atualizou tanto as técnicas assistenciais e administrativas que acabou modificando novamente o estatuto. Sua política era de interiorização dos serviços, ou seja, assistência maior às populações do interior. “Sua meta, a promoção da mulher, pela educação, para o trabalho, e o auxílio direto para a maternidade, à infância e à adolescência”. A reportagem, então, é finalizada relevando uma grande expectativa pelo trabalho a ser desenvolvido pela primeira-dama Iolanda Costa e Silva<sup>192</sup>.

Àquela altura, em meados de 1967, a LBA passaria a não ter tanto espaço, mesmo que simbólico, junto à governabilidade. Todavia, é fazendo uso desse espaço de experiência que Iolanda Costa e Silva performatiza seu primeiro-damismo, diferenciado, assumindo novas roupagens, mas presente no âmbito federal. Deve-se destacar que o caráter mais assistencial de ações deliberativas em conjunto com as propostas administrativas de desenvolvimento do país, que vinham amadurecendo nos últimos anos, sofre um declínio. Nessa nova conjuntura, as ações da LBA são redirecionadas a um viés benevolente, e Iolanda Costa e Silva é sua figura de frente. Esse redirecionamento pode ser uma das justificativas para a pouca visibilidade que as atividades desenvolvidas pela

---

<sup>191</sup> Jornal Correio da Manhã, 05 de abril de 1967.

<sup>192</sup> Jornal do Brasil, 09 de abril de 1967, p. 03

instituição recebem durante os governos militares, que explicitamente estavam mais alinhados a um projeto de desenvolvimento econômico que social do Brasil.

As ações de Iolanda à frente da instituição foram diversas e distintas. Agora presidente da Legião, ela continuou presente na Organização das Voluntárias, sempre agindo a favor da instituição quando necessário, como ocorrera em maio de 1967, momento em que a primeira-dama interveio junto à Caixa Econômica Federal para que o órgão liberasse as máquinas de costura emprenhadas em suas agências, objetivando que a Organização realizasse um trabalho direcionado ao dia das mães. Atendendo ao apelo, as máquinas foram liberadas<sup>193</sup>.

Para conseguir colocar em prática os projetos da LBA, assim como outras presidentes da instituição, Iolanda recorreu ao grande empresariado, a nomes ligados ao comércio e à imprensa. Porém uma estratégia diferenciada dela foi a tentativa de legalização do jogo do bicho e a utilização de um percentual arrecadado pela Legião.

Para tocar o seu programa, a primeira-dama cresceu os olhos nos recursos do jogo do bicho. O gordo dinheiro arrecadado com a contravenção poderia financiar suas obras sociais. Inicialmente tentou a legalização da jogatina. O marido deu o pontapé inicial, anunciando que apoiava a iniciativa “em circunstâncias especiais e em épocas determinadas”, por ser um jogo uma “extraordinária fonte de divisas”. (GUEDES; MELO, 2019, p. 197).

Em setembro de 1967 tiveram início as discussões em torno de uma proposta da criação de uma “loteria popular”, cuja meta seria destinar 20% do arrecadado no jogo do bicho para a Legião Brasileira de Assistência. Em nome de Iolanda Costa em Silva, o pediatra Rinaldo Delamare sugeriu à Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados a regulamentação da jogatina e a criação da loteria, ressaltando a importância em se aplicar o fundo arrecadado no amparo à infância<sup>194</sup>. O deputado Breno da Silveira, do MDB do Rio de Janeiro, levou a discussão à Câmara, e o projeto passou a ser examinado pelo deputado Pedrosa Horta.

Esperava-se receber anualmente cerca de Cr\$ 36 milhões, com base numa estimativa de que o bicho rendia por ano ‘um bilhão e 800 milhões de cruzeiros antigos, nos quatro mil municípios brasileiros. A preços de setembro de 2019, a LBA receberia R\$ 318 milhões sobre uma receita de incríveis R\$ 19 bilhões por ano. (GUEDES; MELO, 2019, p. 197).

Esse primeiro anteprojeto também objetivava transformar a LBA em fundação, e foi discutido com a Comissão de Saúde contando com a presença constante de Dona

---

<sup>193</sup> Jornal do Brasil (RJ) 14 de maio de 1967.

<sup>194</sup> Jornal do Brasil (RJ) 13 de setembro de 1967.

Iolanda Costa e Silva. Em meados de 1967, Iolanda Costa e Silva foi convidada a explicar a proposta de legalização do jogo do bicho junto à Comissão de saúde e aceitou o convite. Na ocasião, a primeira-dama proferiu o seguinte discurso:

Muitos me têm aconselhado a fechar a LBA e outra obra, que marcaria o meu trabalho e o Governo do meu marido, a exemplo do que já tem sido feito, pois no futuro esta entidade não falará do meu esforço, nem do meu sacrifício. Sempre respondo que não trabalho para marcar o meu nome, nem o do meu marido, e que tudo que faço para ajudar a erguer cada vez mais alto esta obra grandiosa que a Legião Brasileira de Assistência e fazer justiça ao nome de sua criadora Dona Darci Sarmanho Vargas (Jornal do Brasil, 22 de junho de 1967).

No decorrer de dois anos, alguns projetos foram enviados à Câmara, com mudanças juristas e constitucionais, como os dois enviados pelos deputados Pedro Farias (MDB) e Amaral Furian (ARENA). No entanto, nenhum foi aceito e aprovado. A ideia da legalização foi muito criticada, inclusive por setores alinhados ao governo, a exemplo do secretário da Receita Federal, Orlando Travancas. Como ressaltou reportagem do Jornal do Brasil, “a principal dificuldade encontrada pelos que defendem a regulamentação do jogo do bicho é a Comissão de Justiça, contrária a iniciativa”<sup>195</sup>. A solução em relação à obtenção de recursos para os programas da LBA veio em 1969, com a criação da Loteria Esportiva, por meio do Decreto-Lei nº 594 de 27 de maio daquele ano, que assegurava o seguinte em seu Art. 3º:

A renda líquida obtida com a exploração da Loteria Esportiva Federal será, obrigatoriamente, destinada a aplicações de caráter assistencial, educacional e aprimoramento físico, e será distribuída de acordo com programação expedida pelo Poder Executivo, observadas as seguintes taxas: a) 40% (quarenta por cento) para programas de assistência à família, à infância e à adolescência, a cargo da Legião Brasileira de Assistência; b) 30 % (trinta por cento) para programas de educação física e atividades esportivas; c) 30% (trinta por cento) programas de alfabetização<sup>196</sup>.

A complementação orçamentária da LBA adveio de iniciativas particulares de Iolanda Costa e Silva, em conjunto com a sociedade civil. A primeira-dama realizava diversos eventos em prol da LBA, como desfiles de moda que contaram com a participação de grandes nomes da alta sociedade. Em maio de 1967, Dona Iolanda patrocinou um desfile de “peles preciosas” na cidade do Rio de Janeiro, da marca Saga, com produtos advindos de Estocolmo. Dois meses depois, outro desfile de moda é noticiado pela imprensa, dessa vez tendo como protagonista o costureiro Dener,

---

<sup>195</sup> Jornal do Brasil, 22 de novembro de 1967.

<sup>196</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-594-27-maio-1969-374108-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 06 de abril de 2020.

conhecido por seu trabalho e sua relação com a ex-primeira-dama Maria Thereza Goulart. Desses desfiles, a renda arrecadada foi destinada à LBA<sup>197</sup>. No dia 24 de outubro ainda de 1967, o *Jornal do Brasil* noticiou a realização de mais um desfile organizado pela primeira-dama, dessa vez, reunindo as coleções de verão dos costureiros José Ronaldo, Guilherme Guimarães e Dener. Esse evento ocorreu no Palácio das Laranjeiras, Rio de Janeiro, e contou com a presença da alta sociedade carioca<sup>198</sup>. O trabalho da estilista Zuzu Angel, que confeccionava muitos dos vestidos da primeira-dama, também abrihantava os desfilhes em caráter benevolente que Dona Iolanda organizava.

Esses desfiles eram muito agitados e cediam espaço para muitas críticas. Mas nenhum deles foi tão evidenciado como o desfile do designer de moda italiano naturalizado francês, Pierre Cardin, realizado em Brasília, em 14 de agosto de 1968. No mês anterior, a primeira-dama solicitou uma cessão no Itamarati para a realização do desfile e o pedido foi feito ao chanceler Magalhães Pinto, que concordou com o evento. No entanto, “não repercutiu bem entre os diplomatas a cessão do Palácio Itamarati à Legião Brasileira de Assistência para a promoção de um desfile”<sup>199</sup>. O evento ainda contou com a participação do jovem modelo Fernando Collor de Melo, na época com 18 anos, fato que foi retomado pela mídia, na década de 1990, quando o político concorria à Presidência da República.

Além dos diversos desfiles, a primeira-dama também promoveu apresentações teatrais, leilões, chás, almoços e recepções beneficentes, desejando a obtenção de fundo orçamentário para dá seguimento aos programas a serem desenvolvidos pela LBA. O trabalho era árduo, e a instituição já não contava com a destinação de verba advinda diretamente do Governo Federal. Finalizando o primeiro ano de gestão, Dona Iolanda teria dito, em uma roda de amigos, que pretendia “entregar a direção da Legião Brasileira de Assistência: ‘Eu sozinha não aguento mais’”<sup>200</sup>. Enfrentando os obstáculos encontrados, Iolanda Costa e Silva continuou à frente da instituição e expandiu sua atuação para além desta.

---

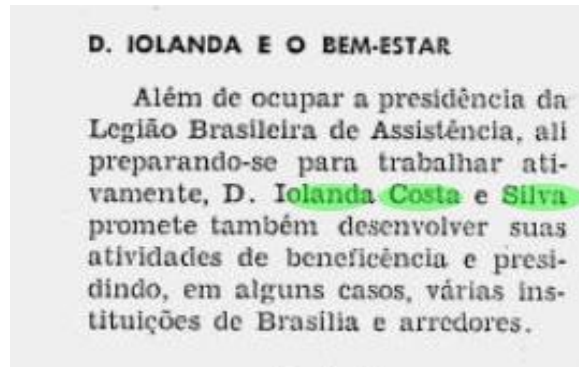
<sup>197</sup> *Jornal do Brasil*, 11 de julho de 1967.

<sup>198</sup> *Jornal do Brasil*, 24 de outubro de 1967.

<sup>199</sup> *Jornal do Brasil*, 30 de julho de 1968.

<sup>200</sup> *Revista Manchete*, 1967, p. 67. Ano 1967\Edição 0806 (2).

## Imagem 47 – Nota jornalística sobre Iolanda Costa e Silva



**Fonte:** Jornal do Brasil, 22 de março de 1967, p. 03.

Enquanto primeira-dama, outras atividades foram desenvolvidas por Iolanda Costa e Silva. A personalidade fez parte da comissão das Entidades Assistenciais, grupo que buscava organizar a integração dos programas de serviços sociais em Brasília, em parceria com a Secretaria de Serviço Social do DF. Ainda participou de diversas organizações assistenciais, como a Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural (FACUR), além de ter amadrinhado e presidido eventos de cunho assistenciais e benevolentes, como o I Encontro Estadual do Bem Estar do Menor, realizado em Niterói. Em novembro de 1967, esteve ao lado de Darcy Vargas no Bazar de Natal da Casa do Pequeno Jornaleiro. “Além de contribuir para o natal dos pequenos jornaleiros, o natal terá o objetivo de conseguir recursos para a construção de um ginásio, cujo projeto está sendo feito pelo arquiteto Sérgio Bernardes”<sup>201</sup>. Iolanda foi recebida por Darcy e mais duas crianças que a entregaram um arranjo de flores. “A esposa do Presidente da República elogiou o trabalho que vinha sendo ali realizado e disse a Darcy Vargas que ainda ‘espera ter oportunidade de ajudá-la nessa grande obra que vem sendo realizada’”<sup>202</sup>.

---

<sup>201</sup> Jornal do Brasil, 08 de novembro de 1967.

<sup>202</sup> Jornal do Brasil, 09 de novembro de 1967.



## Imagem 48 – Iolanda Costa e Silva ao lado de Darcy Vargas, na Casa do Pequeno Jornaleiro



Fonte: Jornal do Brasil, 09 de novembro de 1967.

Uma ruptura observada foi a não realização do Natal das Crianças, atividade que vinha sendo desenvolvida pelas primeiras-damas que antecederam Dona Iolanda. Porém a senhora Costa e Silva se engajou em outros projetos, a exemplo da construção da Catedral de Brasília. Ela presidiu uma comissão e encabeçou uma campanha em prol da construção da Catedral na Esplanada dos Ministérios, dedicada a Nossa Senhora Aparecida. A campanha foi veiculada pela TV, em rede nacional, oportunidade na qual Iolanda Costa e Silva pedia o apoio das mulheres brasileiras, “em especial aquelas com o nome Maria”, para conseguir concretizar a obra. O jornal Correio Braziliense, bem com diversos periódicos de circulação nacional, fez uma grande reportagem sobre a construção da Catedral, salientando o empenho da primeira-dama do país.

## Imagem 49 - Reportagem sobre a construção da Catedral de Brasília

**EDIÇÃO DE HOJE**  
44 PÁGINAS  
N.º 8 020

**CORREIO BRAZILIENSE**  
Fundado em Londres, em Junho de 1888, por N.º 1: dilto José da Costa. Segunda fase, Brasília, 21 de Abril de 1960. Órgão dos Diários Associados

BRASÍLIA, DOMINGO, 23 DE ABRIL DE 1967 N.º 107

### D. Iolanda à frente da campanha da Catedral

**O "CORREIO" AO PÚBLICO**  
O Sr. Diógenes Ribeiro em recente entrevista ao jornal "Tribuna da Imprensa", edição dos dias 18 e 19 de abril informou que o Banco Nacional de Brasília, para fins de construção, uma comissão de jornalistas do "Correio" e o Banco de publicidade e propaganda.

**STROSSNER VISITARA O BRASIL**  
Foi confirmado para o próximo dia 7 de maio, em Uberaba, um encontro do Presidente Costa e Silva com o presidente Alfredo Stroessner, do Paraguai. O encontro será informal mas servirá para uma nova conversa a respeito das relações entre os dois países, naturalmente dentro do quadro formado em Punta del Este.

Nas Brum, em sua coluna, informa ainda que o marechal Costa e Silva recebeu um telegrama do Presidente da Bolívia, a pedido do Ministro da Justiça com relação ao caso dos Estudantes.

No Palácio da Alvorada teve lugar, na tarde de ontem, importante reunião sob a presidência de D. Iolanda Costa e Silva com o objetivo de estudar o início de uma grande campanha de âmbito nacional, para a promoção das obras da Catedral de Brasília. Iolanda já levantada anteriormente por este jornal a campanha que agora se inicia levará à frente o grandioso empreendimento e contará também, com a colaboração dos Diários Associados em todo o país.

Na reunião de ontem foram constituídas duas grandes comissões, uma que supervisionará os trabalhos de arquitetura e a outra, o deputado Geraldo Freire, o senador Bezerra Neto e o presidente do Banco do Brasil, Dr. Nestor José.

A comissão executiva das obras está composta do embaixador Vladimir Muritiba, de um representante do arcebispo D. José Newton, do engenheiro Rogério de Freitas, presidente da Novusco e do arquiteto Oscar Niemeyer.

Dentre os planos iniciais da campanha, conta a gravação de um vídeo-tape que será transmitido em todo Brasil com um apelo para a campanha. Ficou decidido ainda que o Banco do Brasil será o órgão

Fonte: Jornal Correio Braziliense, 23 de abril de 1967.

Outro ponto de destaque referente à atuação de Iolanda Costa e Silva volta-se às viagens internacionais que ela realizou, sempre afirmando seu alinhamento aos propósitos do governo de seu esposo. Além das que fez acompanhando o marido Costa e Silva, Dona Iolanda também realizou outras viagens, a exemplo da ida à Alemanha em novembro de 1967, ocasião em que foi madrinha do navio *Port Brazil*, encomendado pelo governo brasileiro<sup>203</sup>. Amadrinhar navios, diga-se de passagem, foi um ato que se repetiu muitas vezes, no decorrer do período em que ocupou o posto de primeira-dama do país. Ao retornar ao Brasil Iolanda foi recebida por diversas personalidades do alto escalão político, fato que demonstra o (micro) poder que ela exercia naquele espaço.

### **Imagem 50 - Chegada de Iolanda Costa e Silva da sua viagem à Alemanha**



**Fonte:** Jornal do Brasil, 11 de dezembro de 1967.

A postura assumida por Iolanda, durante o governo de seu marido, reafirmava o seu alinhamento com os ideários defendidos por ele. Conservadora, desenvolvendo um trabalho de cunho assistencial/benevolente, buscava criar uma imagem de mulher, mãe e dona de casa, exemplo a ser seguido. Assim, Iolanda reafirmava discursos e práticas em torno das relações de gênero existentes. Iolanda se valia do posto ocupado, fazendo uso de atributos ditos “femininos”, para obter apoio das senhoras da alta sociedade, em nome da governabilidade do esposo. Todavia, conjuntamente, a primeira-dama apresentou uma postura protagonista, ao se firmar como um dos principais pontos de apoio do esposo e do seu governo. Como a imprensa destacava:

Dona Iolanda Costa e Silva tem-se revelado como um dos pilares mais poderosos do Presidente, no trabalho de aliciamento de apoios e simpatias para o governo do Marechal Costa e Silva. [...] E não há muita gente no MDB capaz de continuar firme na oposição quando chega em casa e descobre que dona Iolanda telefonou convidando para tomar um chá ou para jantar<sup>204</sup>.

<sup>203</sup> Jornal do Brasil, 21 de novembro de 1967.

<sup>204</sup> Jornal do Brasil, 22 de abril de 1967.

É fundamental destacar que o governo de Costa e Silva, que protagonizou a aprovação do mais duro ato adicional da história nacional, o AI-5, caracterizou-se por um conjunto de medidas antidemocráticas, como perseguições, prisões e retirada de direitos. Nesse cenário, Iolanda também se alinhou a tais propostas, ao assinar o Manifesto da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, conhecida como TFP. A organização objetivava barrar o desenvolvimento de ideias esquerdistas no meio político. Em meados de 1968, o deputado Chopin Tavares lamentou, na Assembleia, que dona Iolanda tenha assinado tal manifesto, acusando a iniciativa de um ato fascista. Para o deputado, tudo não passaria de um pretexto para o governo colocar, em prática, medidas de perseguição e apreensão de direitos daqueles contrários a seus ideários<sup>205</sup>.

Apontamos, então, a atuação de Iolanda Costa e Silva enquanto um primeiro-damismo *estratégico*, ao se colocar lado a lado com os propósitos do governo do seu esposo, sempre se posicionando em segundo plano e reafirmando posições de gênero construídas mediante uma lógica patriarcal. Em reportagem do Jornal do Brasil, cujo título foi “Mulheres que foram notícia em 67”, Iolanda aparece com a personalidade mais noticiada em plano nacional, sendo ressaltado que “suas atividades foram além das preocupações de uma mulher de Chefe de Estado. Cuidando de obras filantrópicas, principalmente, a LBA, mereceu um lugar especial no quadro cotidiano”<sup>206</sup>. Na contramão do que aponta uma tímida historiografia, deparamo-nos com a atuação de uma primeira-dama que nada justifica a afirmativa de um desaparecimento do primeiro-damismo no período em questão. Foi possível observar uma reapropriação do fenômeno e sua utilização de uma nova forma, demarcando ações de rupturas, permanências e retomadas.

Scila Médici sucedeu Iolanda Costa e Silva no posto de primeira-dama do país. Casada com o militar Emílio Garrastazu Médici desde o ano de 1931, o casal teve dois filhos, Sérgio Nogueira Médici e Roberto Nogueira Médici. Assumindo uma postura diferenciada de Iolanda, Scila se manteve discreta e restrita à vida privada. “Viveu uma vida para o marido e os filhos, como uma mãe e uma esposa abnegada” (GUEDES; MELO, 2019, p. 203). Logo após a escolha de Médici no colégio eleitoral, o Jornal do Brasil publicou uma reportagem sobre a sua esposa, a qual apresentava uma rápida

---

<sup>205</sup> Jornal do Brasil, 08 de agosto de 1968.

<sup>206</sup> Jornal do Brasil, 31 de dezembro de 1967.

narrativa da vida da primeira-primeira, desde os seus dias de menina até aquele momento. Reservada, tímida, dócil e sensível foram as características em destaque.

Enquanto a barbárie se desenrolava nos porões, sua mulher, Scyla, passou pelo cargo como a antítese das primeiras-damas que a antecederam em outros períodos históricos, e também muitas léguas distantes de Yolanda Costa e Silva. Era a própria encarnação da discrição e do silêncio. E da anulação diante do marido. Uma pessoa sem importância, como ela disse certa vez sobre si mesma. (GUEDES; MELO, 2019, p. 187).

Mãe, esposa e dona de casa eram as posições assumidas por Scila Médici, que as afirmava sem ressalvas, como ocorrera na reportagem mencionada acima, em que se pontuou a despreensão de Scila em chegar ao posto de primeira-dama, “porque seus sonhos, desde que se casou num dia de maio, foram sempre os sonhos do Milito (apelido de Médici), o oficial alto e loiro que ela conheceu em Bagé”<sup>207</sup>. Na mesma direção, a primeira-dama concedeu uma entrevista, ainda em dezembro de 1969, no Dia Nacional da Família, à revista *Brasil Jovem*, reafirmando sua posição sempre ao lado do esposo e restringindo sua atuação ao âmbito privado.

Desde que o nome de meu marido foi escolhido para o exercício da Presidência da República, em substituição ao grande Costa e Silva, formou-se ao meu redor intenso e compreensível movimento de curiosidade. Aqui estou, mas para trazer uma palavra, fazer um aceno a todas as mulheres como eu. Sou e serei sempre o que fui: a esposa de meu marido, duas vezes mãe. Ao longo de minha vida, não me tem feito maior diferença a função que ele exerce desde que permitido me seja estar ao seu lado. Minha valia é tão pouca, minha missão é tão fácil e tão suave. A mim toca fazer-lhe a casa amiga e serena, fazê-lo sentir-se o homem simples e confiante que sempre foi, fazer o presente encontrar-se com as raízes de si mesma no amor de nosso lar. Desejaria dizer a todas as esposas, neste Dia Nacional da Família, as outras avós, mães e filhas que com elas me identifico, me associo e me integro na silenciosa tarefa de fazer o Brasil crescer dentro de casa. E, voltando meu coração para o coração da mulher brasileira, peço a todas e a cada uma que lhe deem a sua fé. Peço que ajudem outras pessoas a acreditarem e confiarem nele também. Mas peço que vejam no novo presidente um homem que não traz milagres na palma da mão, mas um homem de quem sempre podemos esperar lealdade e trabalho, austeridade e justiça. (GOMES, 2008, p. 142).

Embasada nos ideários hierárquicos das relações de gênero, para Scila, ser mulher era sinônimo de recato e obediência matrimonial. Era atuar dentro de casa para colaborar com o crescimento do país, tarefa dita fácil, comparada a “árdua” missão masculina que seu marido exercia fora dela. Em nosso trabalho, endossamos a variação do que se denomina “mulher”, que, longe de portar um estigma estático, é entendida com “categoria

---

<sup>207</sup> Jornal do Brasil, 28 de outubro de 1969.

heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variados, sobre os quais repousa o movimento feminista” (COSTA, 1998, p. 138). Tal categoria é então pensada numa concepção ampla de posição política, social e cultural, ligada aos lugares sociais, culturais, geográficos, econômicos, raciais, sexuais, geracionais etc., que ocupam no mundo.

Ser primeira-dama não era diferente, pelo contrário. No entanto, a essa altura da história política nacional, ser primeira-dama carregava uma série de prerrogativas pré-estabelecidas, mesmo sem representar um posto oficial. “Como esposa do chefe da nação é obrigada a participar de recepções oficiais, banquetes, solenidades, reuniões, manter contato com pessoas de todas as idades, nacionalidades e posições”<sup>208</sup>, e assim Dona Scila Médici fez, apesar de ter destoadado de posturas anteriormente praticadas, por não se envolver diretamente com ações de cunho social, bem como não ter assumido a presidência da Legião Brasileira de Assistência.

A imprensa registrou raras participações públicas da primeira-dama, para além das ações citadas acima, sempre relacionadas ao apadrinhamento de navios, ao patrocínio de desfiles, aos chás filantrópicos e às inaugurações.

#### **Imagem 51 - Scila Médici inaugura creche no Rio Grande do Sul**



*Dona Cila Médici recebeu um ramo de flores ao inaugurar a creche em Porto Alegre*

Fonte: Jornal do Brasil, 20 de maio de 1972.

Fato destacável foi a realização da festividade de Natal em Brasília, no ano de 1970. “Natal em família é o nome da campanha que Dona Scila Médici, auxiliada pelas esposas dos membros dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, decidiu fazer para dar brinquedos, roupas e sapatos de presente às crianças das oito cidades-satélites de Brasília”<sup>209</sup>. Na ocasião, a primeira-dama e suas assistentes visitaram cerca

<sup>208</sup> Jornal do Brasil, 30 de outubro de 1969.

<sup>209</sup> Jornal do Brasil, 19 de dezembro de 1970.

de 50 escolas e entidades assistenciais, realizando a distribuição de mais de 20 mil sacolas de presentes. A prática que era denominada de “Natal das Crianças”, assemelhou-se àquelas feitas por algumas primeiras-damas que a antecederam. Uma particularidade é que o evento organizado pela esposa do presidente Médici, aconteceu de forma descentralizada, ou seja, não contou com um ponto fixo em especial, e não ocorreu na moradia presidencial, como em edições anteriores, uma vez que Scila Médici não gostava de realizar atos de cunho político no espaço privado da família, inclusive essa era uma das grandes preocupações da primeira-dama.

Em termos de elegância, Dona Scila era muito bem citada pela imprensa e pela crítica da época. Assim como outras primeiras-damas, tinha seu estilista particular, Rui Spohr, pseudônimo de Flávio Spohr. Suas vestimentas eram evidenciadas em diversos periódicos, que costumavam dar lugar de destaque às criações do costureiro. A jornalista Hildergard Angel ressaltou que o “trabalho de marketing que Rui Spohr fez por meio da moda para o governo Médici ‘não teve preço’” (GUEDES; MELO, 2019, p. 204).

Após os duros anos do governo Médici, por meio de uma eleição indireta, como em um jogo de cartas marcadas, Ernesto Geisel foi eleito Presidente da República. Também militar, deu sequência ao regime instituído no país. Não obstante, apesar de conservar algumas práticas autoritárias, foi durante o seu governo que o processo de abertura política foi iniciado. Com a chegada de Geisel à Presidência, o posto de primeira-dama passou a ser ocupado por sua esposa, Lucy Geisel.

A posse do General ocorreu em 15 de março de 1974, contando com a presença da esposa Lucy Geisel e da filha Amália Lucy Geisel. A cerimônia recebeu ampla cobertura da mídia<sup>210</sup>. Nela, um fato de destaque referente à primeira-dama foi a participação dela lado a lado da sua antecessora, Scila Médici. “Dona Scila com a fisionomia grave, beijou-a dizendo: ‘Deus a abençoe e abençoe a seu marido’”<sup>211</sup>. Quando ocupou a posição de primeira-dama do país, Lucy contava com a idade de 56 anos e os filhos já crescidos. Como na posse, a filha Amália sempre foi um ponto de apoio da mãe e do pai. Lucy e Ernesto Geisel eram primos maternos, descendentes de alemães e luteranos. A primeira-dama era filha do comerciante e político Augusto Frederico Markus, prefeito várias vezes da cidade gaúcha de Estrela, e da dona de casa Joana.

---

<sup>210</sup> O vídeo da posse está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=To4gg0oOJXw>. Acesso em 12 de mai. 2020.

<sup>211</sup> Jornal do Brasil, 16 de março de 1974.

“Lucy, que era professora primária, parou de dar aulas quando foi viver com o marido no Rio”. (GUEDES; MELO, 2019, p. 210).

A atuação de Lucy Geisel, enquanto primeira-dama, pode ser apontada como “metódica e discreta”, mesmo estando presente na esfera pública, atuando em consonância com o projeto de abertura política encabeçada pelo governo de seu marido. No entanto, sua atenção maior se dava ao funcionamento do Palácio da Alvorada.

Passou pelo poder sem mudar o penteado, a cor dos cabelos ou mesmo a costureira. Ensinava os cozinheiros do Alvorada a preparar tortas. Era uma senhora da classe média europeia, daquelas que falam baixo e levam a mão à boca para encobrir uma risada. Se algum dia tratou de política com o marido, ninguém ouviu, nem a filha. (GASPARI, 203, p. 415).

A vida luxuosa do casal Geisel enquanto estiverem no Alvorada é descrito por Guedes e Melo:

Em Brasília, tiveram uma vida cercada de mimos proporcionados pelo poder. No Palácio, dispunham de 73 empregados civis e uma renda anual de cerca de 500 mil cruzeiros, o equivalente a US\$ 71,5 mil. Muito raramente, porém, abriam as portas do Alvorada para convidados ou políticos. Geisel tinha horror em misturar sua vida privada com a pública. Num certo momento, chegou a pedir ao ministro da Justiça, Armando Falcão, que censurasse qualquer menção à sua filha Amália nos jornais. É claro que isso não foi suficiente, pois a antropóloga e professora concursada do Colégio Pedro II entrou para a História como aquela que gostava das composições de Chico Buarque — “Você não gosta de mim/ Mas sua filha gosta”, cantou ele, sob o pseudônimo Julinho da Adelaide, na música “Jorge Maravilha”, de 1974. (GUEDES; MELO, 2019, p. 213).

Em muitas situações, Lucy Geisel se assemelhava a sua antecessora, Scila Médici, tanto na postura de recato, quanto na insistência em não se relacionar diretamente com assuntos de cunho político. As duas também tinham pavor de realizar recepções no interior da moradia presidencial, prática bastante usual de outras primeiras-damas. Também estava em consonância com o “modelo” de primeiro-damismo encabeçado pelas duas, aquele em que não se abre mão de ocupar espaços simbolicamente alinhados aos projetos políticos de seus esposos.

Dessa forma, mesmo não protagonizando grandes ações no âmbito público/político, Lucy Geisel cumpriu o protocolo do “ser primeira-dama” no Brasil, ao desempenhar funções mínimas esperadas para a esposa do Presidente. Mais retratada pela imprensa que Scila Médici, diversos periódicos apontam a realização de chás de cunho beneficente por parte da primeira-dama Lucy Geisel, a exemplo do “Chá da Acácia

Dourada, no Hotel Nacional-Rio, em benefício das Casas das Palmeiras”<sup>212</sup>. “A primeira-dama do país, Dona Lucy Geisel, reúne hoje, no Palácio da Alvorada, para um chá, as patronesses da noite beneficente que marcará a apresentação do cantor francês Gilbert Becaud, no dia 02 de junho, na sala Martins Pena”. (Jornal Correio Braziliense, 02 de junho de 1974).

A presença em inaugurações também era uma prática constante, a exemplo da solenidade de inauguração do Centro Social Cantinho do Girassol em Ceilândia, no ano de 1974. Na mesma ocasião, uma creche, para atender 100 crianças, também foi inaugurada, e “A obra é mantida pela Comunidade Evangélica de Confissão Luterana, com recursos da Associação de Amparo à Criança Necessitada, entidade sediada na Alemanha Ocidental”. (Jornal do Brasil, 10 de julho de 1974).

De um jeito particular, Dona Lucy Geisel deu continuidade à realização da festividade Natal. Dessa vez, os beneficiados se reduziram aos filhos dos funcionários do Palácio do Planalto e das moradias presidenciais, Palácio da Alvorada e Riachão Fundo, o que evidenciou as matérias dos jornais Correio Braziliense e Jornal do Brasil.

Acompanhada de sua filha Amália Lucy, Dona Lucy Geisel distribuiu ontem centenas de brinquedos a centenas de filhos de funcionários do Palácio do Planalto. A cerimônia começou as 10 horas com a chegada do Papai Noel num helicóptero da presidência. Dona Lucy já o aguardava e, após cortar o imenso bolo, deu-lhe o primeiro pedaço e começou a distribuir os presentes. (Jornal Correio Braziliense, Caderno 3, 24 de dezembro de 1974).

### **Imagem 52 - Lucy Geisel distribuindo presentes de Natal**



*Papai Noel fez companhia a Dona Lucy, distribuindo presentes no Palácio do Planalto*

**Fonte:** Jornal do Brasil, 22 de dezembro de 1974

<sup>212</sup> Jornal do Brasil, 15 de setembro de 1975.



No campo social, vale ressaltar a ausência de atividades por parte da primeira-dama no interior da Legião Brasileira de Assistência. A historiografia aponta a presença de Lucy Geisel enquanto presidente de honra da instituição, entretanto, assim como ocorrera com Scila Médici, sua atuação foi inexpressiva à frente do órgão. Algumas ações foram desenvolvidas em caráter benevolente, por meio de apadrinhamentos, patrocínios e realizações de ações em favor de algumas instituições sociais. Dois exemplos desse envolvimento foram as aproximações da primeira-dama com a Fundação Nacional do Bem-Estar, presidida pelo Sr. Mario Altenfeider, e com a Casa do Candango. “A senhora Lucy Geisel, em companhia de esposas de ministros e deputados, visitou na tarde de ontem, a Casa do Candango, tendo sido homenageada pelas crianças internas daquela instituição, com um show e um corbeille de flores. Em seguida, foi oferecido um coquetel às visitantes”<sup>213</sup>. Na ocasião, a primeira-dama se inteirou de todas as atividades desenvolvidas pela instituição e se comprometeu a ser uma de suas patrocinadoras. Lucy Geisel ainda foi a patrona da campanha financeira para a construção do Centro de Estudos e Pesquisas Artesanais, bem como de diversos desfiles de caráter beneficente.

Apesar de discreta, a esposa do Presidente Geisel o acompanhava em solenidades e viagens oficiais. Em determinada ocasião, “Lucy Geisel compareceu, ao lado do marido, à convenção da Arena, quebrando o protocolo existente, pois até então, nenhuma esposa havia participado”<sup>214</sup>. Na grande maioria desses eventos, a primeira-dama contava com a companhia e a ajuda de sua filha Amália Lucy Geisel e, apesar do desconforto do presidente, foi possível observar mais notícias sobre Amália Lucy Geisel que sobre a primeira-dama. Amália era professora do Colégio Pedro II e Funcionária do Conselho Nacional de Educação, função que se afastou após a chegada do pai à Presidência, momento em que passou a “organizar um arquivo sobre o Governo de seu pai e a ajudar a Sra. Lucy Geisel em suas funções inerentes à condição de esposa do Presidente da República”<sup>215</sup>.

Como ressaltado, a exposição tanto da primeira-dama quanto da filha pela mídia não era algo visto com bons olhos pelo Presidente Geisel. Mesmo com a imprensa brasileira imersa a uma conjuntura de censura desde o início dos governos militares, Geisel chegou a solicitar aos órgãos responsáveis que evitassem reportagens sobre sua

---

<sup>213</sup> Jornal Correio Braziliense, 13 de setembro de 1974.

<sup>214</sup> Jornal do Brasil, 20 de setembro 1975.

<sup>215</sup> Jornal do Brasil, 01 de outubro de 1975.

família, alegando querer garantir a tranquilidade interna do seu lar<sup>216</sup>. Entretanto, com a abertura política em curso, algumas ações se tornavam cada vez mais inevitáveis, a exemplo da aparição midiática de personalidades do mundo político. Dessa forma, mesmo a contragosto, os nomes de Lucy Geisel e Amália Lucy Geisel apareciam nos periódicos.

Como já mencionado, Lucy Geisel se fez valer de um primeiro-damismo *estratégico*, alinhado aos interesses políticos do marido, marcado pela ausência de protagonismo em ações na esfera pública, mas cumprindo protocolarmente os “deveres” esperados da esposa do Presidente. Após o período de ocupação dos postos de Presidente e primeira-dama do país, o casal Geisel retomaria sua vida no Rio de Janeiro. Geisel morreu aos 89 anos, em 12 de setembro de 1996, de câncer generalizado. Já Lucy faleceu quatro anos depois, não resistindo a uma parada cardiorrespiratória, em decorrência de um acidente de carro, ocorrido no cruzamento da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Completando o quadro de primeiras-damas do período militar, Dulce Figueiredo ocupa o posto no período de 1979 a 1985. Comparada a suas antecessoras, ela não teve uma atuação tão direcionada à esfera privada, como ocorrera com Scila Médici e Lucy Geisel, bem como não se envolveu tão ativamente com as questões governamentais ligadas à área social como Iolanda Costa e Silva, que foi a única a assumir a frente dos trabalhos desenvolvidos pela LBA, órgão maior de assistência social ligado ao Governo, de modo que a simbologia em torno da imagem da primeira-dama era de grande importância. Diferentemente dessa, “Dulce não quis assumir a presidência da Legião Brasileira de Assistência. Achava que era muito trabalho e cedeu o cargo à amiga Léa Leal” (GUEDES; MELO, 2019, p. 220). No entanto, não se manteve afastada das atividades sociais, pois buscou atuar junto ao Programa Nacional do Voluntariado (PRONAV), criado em 1979, como parte integrante da LBA<sup>217</sup>. Competia ao PRONAV:

I - coordenar o trabalho do voluntariado nas suas ações de nível nacional; II - apoiar as atividades do trabalho voluntário nos estados e municípios; III - executar ações de captação de recursos materiais, institucionais e financeiros; IV - participar no processo de alocação de recursos captados pelo PRONAV nas programações estabelecidas pela LBA; e V - desenvolver programas de cooperação com entidades congêneres dos estados e municípios. (Portaria nº 3.939 de 12 de fevereiro de 1987).

---

<sup>216</sup> Jornal do Brasil, 18 de julho de 1978.

<sup>217</sup> Portaria nº 3.939 de 12 de fevereiro de 1987.

### Imagem 53 - Posse de Dulce Figueiredo no PRONAV



Fonte: Jornal do Brasil, 21 de junho de 1979

Em sua primeira entrevista, após a posse do Presidente João Batista Figueiredo, Dulce afirmou o desejo de participar do governo do marido, atuando, como voluntária, junto à área social. Em entrevista concedida ao jornal *Correio Braziliense*, publicada em uma matéria do dia 30 de outubro de 1978, ela afirmou:

Vou trabalhar, como qualquer outra mulher, na qualidade de voluntária, em todos os programas assistenciais que me parecerem importantes. Creio que a LBA e a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor são os órgãos do Ministério da Presidência atual mais indicados para esse trabalho.

Como já discutido no decorrer deste estudo, a fala de Dulce, embutida de marcas das relações de gênero, reafirma a correlação entre o voluntariado e o trabalho feminino. Sua participação na governabilidade estaria, então, “limitada” a essa esfera, mesmo podendo ter ocupado um cargo oficial junto a LBA.

Vale destacar que no contexto de campanha eleitoral, mesmo com eleições indiretas, Dulce Figueiredo iniciou sua aproximação com as obras e os projetos da LBA a partir de meados de 1978, como apontou o *Jornal do Commercio*, na oportunidade em que visitou o posto da instituição em Planaltina, Brasília, numa ocasião de “distribuição de alimentos à população pobre, dentro do Programa de Complementação Alimentar, do Ministério da Previdência Social”<sup>218</sup>. Em outubro daquele ano, o deputado Júlio Louzada, da Arena, em pronunciamento sobre as políticas de assistência social, manifestou sua satisfação com a aproximação de Dulce Figueiredo com a LBA e seu entusiasmo em participar junto ao governo<sup>219</sup>.

<sup>218</sup> *Jornal do Commercio*, 19 de agosto de 1978.

<sup>219</sup> *Jornal do Commercio*, 22 e 23 de outubro de 1978.

Como mencionado, a presidência da LBA ficou a cargo de Lea Leal, amiga e secretária pessoal da primeira-dama. Durante sua gestão, a instituição deu continuidade ao trabalho assistencial, protagonizando diferentes episódios no decorrer da década de 1980, como o Ano Internacional da Criança, o programa Cestão de Natal e a realização de encontros de primeiras-damas, cujo objetivo era alinhar os trabalhos desenvolvidos pelo PRONAV nos estados e municípios.

Dulce Figueiredo assumiu a presidência de honra do PRONAV em junho de 1979, permanecendo no cargo até o final do governo do seu esposo em 1985. O Programa Nacional do Voluntariado atuou em parceria com estados e municípios e se configurou como mais um espaço de execução do primeiro-damismo. Ainda em 1979, o Departamento de Serviço Social ofertou um treinamento destinado aos primeiros voluntários, o qual ocorreu em diversos municípios do Brasil. “Através do PRONAV, a LBA realiza programas de registro civil, vacinação, educação sanitária, instalações de creches-casulos e iniciação ocupacional”<sup>220</sup>. Em fins de janeiro e início de fevereiro de 1980, o PRONAV foi apresentado às primeiras-damas dos estados brasileiros em um encontro ocorrido em Fortaleza - Ceará, o qual foi denominado de I Encontro de Primeiras-damas. Foi nessa ocasião que Dulce Figueiredo afirmou que aquela seria a década da justiça social. Mas, longe dessa realidade, parte da historiografia a classificou como a “década perdida”. Aqui optamos por um meio termo ao identificarmos processos históricos contraditórios ocorridos durante a referida década, que contribuíram para a formação do Brasil democrático. Mudanças sociais, culturais e políticas são incontestáveis, apesar do cenário de desigualdade social que continuou assolando o país.

No discurso de abertura do evento, a primeira-dama ainda salientou a importância da LBA junto aos programas de assistência e a necessidade tanto de investimento, como de recursos humanos para que a entidade colocasse em prática seus projetos<sup>221</sup>. O encontro durou três dias e foi presidido pela primeira-dama do Ceará, Luiza Távora, forte praticante do primeiro-damismo no referido estado. O evento contou com a presença de todas as primeiras-damas dos estados brasileiros. LBA, PRONAV e FUNABEM foram as instituições que pensaram e executaram o “serviço social” no Brasil nessa primeira metade da década de 1980, serviço marcado pelo voluntariado e assistencialismo.

---

<sup>220</sup> Jornal do Commercio, 25 de julho de 1979.

<sup>221</sup> Jornal do Brasil, 01 de fevereiro de 1980.

Logo ao assumir o posto, a primeira-dama compôs a Comissão do Ano Internacional da Criança, que tinha como objetivo “promover o ordenamento de recursos destinado às obras assistenciais infantis. Ela não terá poder de decisão, mas assessorará o Presidente da República em questões que envolvam o menor”<sup>222</sup>. Além de participante, Dulce foi convidada à presidência de honra da comissão. Lea Leal, representante da LBA, Ecléa Guazzelli, representante da Funabem, e Dulce Figueiredo, representante do PRONAV, encabeçaram os trabalhos em meados de 1979. Ao todo, a comissão era formada por dez membros. O Ministro da Previdência Social, Jair Soares, deu posse à Comissão em 06 de junho de 1979<sup>223</sup>.

Durante o período em que Dulce Figueiredo ocupou o posto de primeira-dama do país, a LBA e o PRONAV organizaram alguns eventos que reuniram diversas primeiras-damas dos estados brasileiros. Parecia haver ali uma tentativa de alinhamento do primeiro-damismo, mesmo esse fenômeno existindo em todos os âmbitos da política nacional, independente desse contato. O primeiro evento, já mencionado acima, foi o I Encontro de Primeiras-damas, ocorrido no Centro de Convenções de Fortaleza, no início de 1980, com a presença de todas as primeiras-damas e mais de mil pessoas assistindo-o. Nesse evento, entre outras pautas, foi discutido “o papel que (as primeiras-damas) podem desempenhar na solução dos problemas ligados às favelas”<sup>224</sup>. Em agosto do mesmo ano, novamente as primeiras-damas dos estados se reuniram, dessa vez em Brasília, no Palácio do Alvorada. Na ocasião, “Dulce Figueiredo empossou as mulheres dos governadores como coordenadoras estaduais do Programa de Voluntariado”<sup>225</sup>. Em seguida, as personalidades foram levadas para conhecer creches da LBA na capital.

No ano seguinte o encontro ocorreu no Rio de Janeiro. Um almoço promovido pelo PRONAV, no restaurante do Museu de Arte Moderna, como parte do II Encontro do Programa Nacional de Voluntariado. Mais uma vez, as primeiras-damas dos estados foram convidadas e compareceram<sup>226</sup>. Em 1982, o evento se repetiu, marcando o III Encontro Nacional da LBA, ou III Encontro Nacional do Voluntariado. Ocorrendo novamente no Rio de Janeiro, Dulce Figueiredo fez o discurso de abertura, agradecendo a força do voluntariado e, no mesmo dia, recebeu suas convidadas para um almoço no

---

<sup>222</sup> Jornal do Brasil, 07 de junho de 1979.

<sup>223</sup> Jornal do Commercio, 07 de junho de 1979.

<sup>224</sup> Jornal do Brasil, 29 de janeiro de 1980.

<sup>225</sup> Jornal do Brasil, 25 de agosto de 1980.

<sup>226</sup> Jornal do Commercio, Caderno B, 23 de setembro de 1981.

Palácio das Laranjeiras. A reunião serviu para “discutir os planos e detalhar a execução da campanha Uma Creche em Cada Comunidade”<sup>227</sup>.

Após as eleições diretas para o governo dos estados, em novembro de 1982, o quadro de primeiras-damas estaduais mudou. No ano seguinte, as novas ocupantes do posto se reuniram com a presidente da LBA, Lea Leal, e a primeira-dama do país, Dulce Figueiredo, para debater os problemas sociais. Dezenove esposas dos governadores eleitos compareceram ao evento sediado em Brasília, das quais, dez eram da oposição, o que apimentou o clima das discussões. As primeiras-damas estaduais foram empossadas coordenadoras do PRONAV, e tiveram espaço para apresentar as demandas de seus respectivos estados<sup>228</sup>. “O trabalho acima das diferenças partidárias. Este foi o recado dado por D. Dulce Figueiredo, na semana passada, às mulheres dos governadores de estado, que foram acertar com a primeira-dama do país, sua participação dos programas da LBA”<sup>229</sup>.

LBA e PRONAV propuseram uma relação e um trabalho emparelhado entre as esferas nacional e estadual, em que as primeiras-damas ocuparam lugar de destaque. Apesar da historiografia apontar um retorno do primeiro-damismo na era Collor, este estudo demonstra um não desaparecimento do fenômeno, a exemplo das atuações de Iolanda Costa e Silva e Dulce Figueiredo, as quais, a sua maneira, propuseram um modo particular a suas práticas, mas sempre alinhadas ao que denominamos de primeiro-damismo *estratégico*, aquele que caminha junto e atende aos anseios administrativos do Estado. A própria tentativa de engajamento, envolvendo as primeiras-damas dos estados, aponta para uma artimanha que demonstra a existência e a força do primeiro-damismo em território nacional.

Para além dessa tentativa de alinhamento, essa aproximação despontou outros fatores, como a expansão dos eixos de atuação dos serviços ditos sociais, atendidos pela LBA e pelo PRONAV. A atenção à infância e à maternidade continuaram presentes, mas outras preocupações emergiram, a exemplo da questão habitacional. Na passagem da década de 1970 para 1980, a questão habitacional ganha bastante força no Brasil, sendo o “incentivo” à participação popular, característica relevante nesse processo, como destacam Lopes, Kapp e Baltazar (2010),

---

<sup>227</sup> Jornal do Brasil (RJ), 26 de abril de 1982.

<sup>228</sup> Jornal do Brasil (RJ), 24 de junho de 1983.

<sup>229</sup> Jornal do Commercio, Caderno B, 03 e 04 de julho de 1983.

Em boa parte dos casos, a participação – o ato de tomar parte numa determinada ação ou instância – assumiria o papel de argumento central nessa luta pela construção de mecanismos de compartilhamento do poder na condução das políticas públicas: a descentralização demandaria convocar os cidadãos tomarem para si a responsabilidade pela composição de seus desígnios e pela determinação de seu futuro – uma bandeira bastante conhecida de uma vertente do discurso socialista. (LOPES; KAPP; BALTAZAR, 2010, p. 02).

A esse respeito, Silveira (1987) salienta que esse ideário teria sido apropriado pelo Governo Federal e pelas primeiras gestões estaduais da década 1980. Nesse sentido, essas gestões teriam inaugurado práticas administrativas pautadas em um projeto “participacionista”. De acordo com Lopes, Kapp e Baltazar (2010, p. 02-03), “Particularmente, é no contexto dos chamados “programas alternativos” de promoção pública de habitação para os mais pobres [...] que este corolário deixará ver, de modo mais explícito, suas ambiguidades, polissemias, limites congênicos etc”.

A partir da década de 1970, o Banco Nacional de Habitação (BNH), inicia uma série de ações cujo público alvo são as classes com menor poder aquisitivo, principalmente as famílias que recebiam até dois salários mínimos. Essas ações resultaram na criação de três programas: Profilurb (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), Promorar (Programa de Erradicação de Subhabitação) e Programa João de Barro. O Profilurb foi criado em 1975 e buscava ampliar a clientela atendida pelo antigo Planhap (Plano Nacional de Habitação Popular), consistindo em um Programa de lotes urbanizados dotados de infraestrutura básica. Na mesma linha, o Promorar foi instituído em 1979 pelo presidente Figueiredo e objetivava “erradicar sub habitações” a partir de intervenções estatais, visando a melhoria dos núcleos habitacionais de favelas, sem implicar na remoção dos moradores. Em 1982, já em plena abertura política e em uma conjuntura de crise econômica, nasce então o Programa João de Barro, que tinha a finalidade de financiar o terreno e a cesta de material para construção de moradias, por mutirão, em cidades de pequeno porte. “O mutirão, também conhecido como sistema de ajuda mútua, é uma alternativa habitacional baseada no esforço coletivo e organizado da comunidade – os chamados mutirantes – para a construção de suas próprias moradias” (ABIKO; COELHO, 2006, p.08).

A atuação do BNH através do financiamento de unidades habitacionais e do Profilurb evoluiu em 1983, ao lançar o Programa Nacional de Autoconstrução, que recebeu o nome de “Projeto João-de-Barro”. Experiências de promoção de mutirões foram realizadas em todo o Brasil, porém houve resistência para essa nova modalidade de atuação por parte das Companhias Estaduais e Municipais de Habitação (COHABs), que fizeram com que o programa não tivesse uma

expressão maior. Com a extinção do BNH, em 1986, o Programa Nacional de Autoconstrução foi definitivamente encerrado pelo governo federal. (ABIKO; COELHO, 2006, p. 10).

De acordo com Azevedo e Prates (1990), quando a escassez de recursos impossibilita o aparato burocrático estatal de responder às demandas da sociedade, a descentralização na “tomada de decisão” e execução destas ações, podem funcionar como uma medida importante, uma vez que possibilita a transferência de responsabilidades e a partilha das soluções. Nesse contexto, a noção de participação popular, que seria constituída por meio incorporação de organizações populares, enquanto colaboradora nos processos de elaboração e implementação das políticas e adotada pelos governos, assume posição central. Nesse ínterim, são criadas associações de moradores, organismos comunitários e organizações voluntárias no contexto que foi denominado de planejamento participativo, no entanto, enquanto parte da estratégia controladora dos governos de Estado.

O Pronav, contando com a colaboração das primeiras-damas estaduais e de Dulce Figueiredo, desempenhou papel de destaque na expansão dos serviços assistenciais, bem como na reafirmação do primeiro-damismo e da força simbólica da figura da primeira-dama junto ao campo político. A atenção dada à questão habitacional veio somar as problemáticas em torno do auxílio à pobreza. A atividade primordial atribuída às primeiras-damas desde o seu surgimento, enquanto figura social simbólica de apoio à governabilidade, foi se fazer presente em espaços onde o Estado não chegava, ou chegava parcialmente.

Vale lembrar que essas ações estavam marcadas pelo viés assistencialista, não carregando prerrogativas explícitas de política pública. “A assistência social só adquiriu status de política pública a partir de 1988. E, somente em 1993 foi decretada e sancionada a Lei nº 8.742/93, denominada de LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social” (TORRES, 2002, p. 23). Uma das características predominantes desse enviesamento assistencialista é o voluntariado. Tendo sua aproximação com a governabilidade tão rechaçada no decorrer dos anos dois mil, tal prática parece apontar uma tentativa de retorno, é o que aponta o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado da Pátria, conhecido como Pátria Voluntária, liderada pela atual primeira-dama do país, Michele Bolsonaro<sup>230</sup>.

---

<sup>230</sup> Mais informações disponíveis em: <http://mds.gov.br/assuntos/patriavoluntaria/atribuicoes>. Acesso em 22 de mai. 2020.



Voltando às ações praticadas por Dulce Figueiredo, durante o 6º Encontro da LBA, ocorrido em Brasília, em agosto de 1980, a primeira-dama se pronunciou, afirmando que “como presidente de honra do Programa Nacional de Voluntariado da LBA, devo convocar as forças vivas da nação para participarem conosco de uma ação social e comunitária capaz de vencer o desafio da miséria e atender aos anseios da família brasileira”<sup>231</sup>. Esse tipo de convocação era realizado com frequência pela primeira-dama nos eventos oficiais que participava, e explicitamente direcionado ao público feminino. Por diversas vezes, Dulce reuniu as esposas dos ministros para chás e jantares, a fim de promover também uma aproximação com essas personalidades.

Apesar de relatar ao *Jornal do Brasil*, em meados de 1978, estar surpresa com a movimentação que sua vida e sua casa ganharam após o anúncio da candidatura de seu marido à Presidência da República, Dulce Figueiredo pareceu se adaptar muito bem ao posto de primeira-dama da nação<sup>232</sup>. Além das atividades mencionadas acima, a primeira-dama se apresentou como uma boa anfitriã, conhecida por gostar de estar entre celebridades, bem como realizar, patrocinar ou amadrinhar bailes, desfiles, apresentações teatrais, chás e jantares. Como salientam os jornalistas:

no mundo cor-de-rosa de Dulce, era perfeitamente possível unir badalação e caridade. Toda a renda da noite de inauguração do Régine’s paulista foi doada para obras mantidas pelo Programa Nacional de Voluntariado da Legião Brasileira de Assistência, o Pronav, do qual a primeira-dama era presidente de honra. (GUEDES; MELO, 2019, p. 220).

#### Imagem 54 - Reportagem sobre o Regime’s paulista



Fonte: *Jornal do Commercio*, Caderno B, 28 de março de 1981.

<sup>231</sup> *Jornal do Brasil*, 23 de agosto de 1980.

<sup>232</sup> *Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1978.

Logo após assumir o posto de primeira-dama do país, Dulce Figueiredo recepcionou o cantor Roberto Carlos para um jantar em Brasília, quando ficou acertado que parte das vendas dos ingressos do show beneficente realizado por ele seria destinada às obras assistenciais. “D. Dulce Figueiredo incumbiu as mulheres dos ministros de passarem 30 ingressos cada uma para o show beneficente que Roberto Carlos fará em Brasília”<sup>233</sup>. O evento girou em torno do Ano Internacional da Criança, que tinha a primeira-dama como presidente de honra da comissão de organização. Jorge Bem foi mais uma personalidade que realizou um show beneficente em prol das obras assistenciais geridas pela LBA. O show ocorreu no antigo estádio Presidente Médici, hoje denominado de Estádio Etelvino Mendonça, em Sergipe, em 28 de março de 1980, contando com a presença da primeira-dama. No ano seguinte, a cantora Mirelle Mathieu esteve no Teatro Nacional de Brasília, com renda também convertida às obras assistenciais. O Teatro Nacional já havia sediado, no ano de 1979, o espetáculo o Balé da Ópera de Paris, cuja renda teve o mesmo destino que os eventos supracitados.

Em 1981, o Clube do Exército, em Brasília, abriu as portas para um desfile de moda de Clodovil, em benefício das obras assistenciais de Dulce Figueiredo<sup>234</sup>. No mesmo ano, um novo desfile do estilista foi realizado em São Paulo, no dia seguinte ao show de Frank Sinatra, no qual a primeira-dama se fez presente. Agitando a vida social paulistana, a primeira-dama do país esteve cercada pelos anfitriões das festas, bem como pela imprensa<sup>235</sup>.

### Imagem 55 - Dulce Figueiredo movimenta noite paulistana



Fonte: Jornal do Commercio, Caderno B, 23 e 24 de agosto de 1981.

<sup>233</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 26 de maio de 1979.

<sup>234</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 13 de abril de 1981.

<sup>235</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 19 de agosto de 1981.

Seguindo a mesma dinâmica, em 1982 também houve a realização de diversos eventos de cunho beneficente. Em abril, o cantor Roberto Carlos realizou mais um show em prol das obras da LBA, desta vez, no Rio de Janeiro<sup>236</sup>. Em setembro, foi a vez de Júlio Iglesias, que fez um show em São Paulo e participou de um jantar no Rio de Janeiro, sentando na mesa ao lado da primeira-dama Dulce Figueiredo. O jantar foi organizado pelo jornalista Ibrahim Sued.

Ao fim da conversa, Iglesias comparou aquela que um dia foi uma pacata normalista da Tijuca a Jehan Sadat, primeira-dama do Egito, agraciada por mais de 20 títulos de doutor honoris causa de universidades do mundo inteiro por seu ativismo na defesa dos direitos humanos em seu país. Jehan era casada com o presidente Anwar Al Sadat, Prêmio Nobel da Paz de 1978, assassinado por extremistas islâmicos em outubro de 1981. (GUEDES; MELO, 2019, p. 221).

### **Imagem 56 - Julio Iglesias, Ibrahim Sued e Dulce Figueiredo**



**Fonte:** Jornal do Brasil, Caderno B, 23 de setembro de 1982

Fechando o ano de 1982, vale destacar a realização do *Avant-premiere* em Brasília, marcado pela exibição do filme “Annie”. A estreia “foi um sucesso, tudo em benefício do Pronav/LBA. [...] A primeira-dama do país, D. Dulce Figueiredo, e a presidente da LBA, Lea Leal, assim como o governador do Distrito Federal, José Ornellas, e o diretor da Columbia, Giovani Gentili, eram os anfitriões da noite”<sup>237</sup>. A série de exposições do filme foi chamado de Circuito Beneficente.

Nos anos que se seguiram, tais festividades continuaram a acontecer, como a exibição do filme “*Educating Rita*”, realizado em São Paulo, com a presença da primeira-dama do país. Para além de todas essas festividades de caráter benevolente/assistencial, aquela que Dulce Figueiredo tinha o maior apreço era o carnaval. No livro de verbetes

<sup>236</sup> Jornal do Commercio, Caderno B, 25 e 26 de abril de 1982.

<sup>237</sup> Jornal do Commercio, Caderno B, 12 e 13 de dezembro de 1982.

biográficos sobre as esposas dos presidentes, Ciça Guedes e Murilo Fuiza de Melo iniciam a narrativa sobre Dulce Figueiredo, destacando justamente a paixão da primeira-dama pela festa carnavalesca e fazendo menção à presença da personalidade no sambódromo, no carnaval de 1985. “No camarote da Presidência da República, próximo à Praça da Apoteose, uma dama de vermelho chamava a atenção do público por sua animação: era Dulce Figueiredo, avó da menina Tatiana e esposa de João Batista Figueiredo, o último mandatário da ditadura militar” (GUEDES; MELO, 2019, p. 216).

A escola de samba do coração da primeira-dama era a Beija Flor de Nilópolis, que, no desfile daquele ano, contava com a presença da neta e do filho do casal Figueiredo, Tatiana e Paulo Renato Figueiredo, diretor de harmonia da agremiação. Os jornalistas ainda ressaltaram que a escola “abrigou torturadores a partir do desmantelamento dos órgãos de repressão, depois de 1974. Entre eles, estavam o coronel Paulo Magalhães e o delegado Luiz Cláudio de Azevedo Viana, que trabalharam na Casa da Morte, famigerado centro de tortura de presos políticos em Petrópolis, Região Serrana do Rio” (GUEDES; MELO, 2019, p. 216). Dulce Figueiredo participou das festividades nos anos anteriores a 1985, como em 1983, vendo sua escola de samba ser campeã, e em 1984, quando, com muito fôlego, Dulce assistiu ao desfile carnavalesco por dois dias seguidos, “sendo o seu camarote um dos mais visitados da avenida”<sup>238</sup>.

Ainda relacionado às festividades oficiais que contaram com a participação da última primeira-dama do período militar, destacamos a realização de chás ofertados a primeiras-damas de outros países, como o ocorrido em agosto de 1980, em homenagem a Raquel Hartridge de Vilela, esposa do presidente argentino, Jorge Rafael Videla<sup>239</sup>. Dulce Figueiredo foi patronesse de honra da Primeira Feira Internacional Aberta ao Público, bem como da Cruzada nacional em favor dos necessitados. Diversas inaugurações contaram com a presença de Dulce Figueiredo. “D. Dulce é quem vai inaugurar no Rio, amanhã, o Centro Integrado de Assistência Social da LBA em Realengo”<sup>240</sup>. Na ocasião, em meados de 1982, a esposa do Presidente se posicionou a respeito das eleições para o governo do estado do Rio, afirmando que votaria no candidato do PDS, Moreira Franco. Ainda no decorrer deste ano, a primeira-dama inaugurou a Creche Comunidade Infantil do Ministério do Interior<sup>241</sup>.

---

<sup>238</sup> Jornal do Commercio, 21 de fevereiro de 1984.

<sup>239</sup> Jornal do Brasil, 20 de agosto de 1980.

<sup>240</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 20 de setembro de 1982.

<sup>241</sup> Jornal do Brasil, 01 de dezembro de 1982.

No ano seguinte, em julho de 1983, a Creche Tia Dulce foi inaugurada na Vila do João, antiga favela da Maré. O nome foi em homenagem à primeira-dama, que durante a festividade foi bastante ovacionada. “Salve, salve D. Dulce. Salve a Vila do João. Todos juntos trabalhando, BNH e Região”<sup>242</sup>. O coro, inspirado na letra da música Asa Branca de Luís Gonzaga, foi cantado durante a solenidade. Na perspectiva de atenção à questão habitacional, LBA e BNH trabalharam em parceria, desenvolvendo projetos habitacionais em diversos estados do país. Para a Favela da Maré, foi pensado o Projeto Rio, no qual um posto da LBA foi aberto no centro Comunitário da comunidade, com o objetivo de ajudar “o favelado a ter uma casa”, bem como uma forma encontrada para o Estado se fazer presente no interior da comunidade. Ainda na favela da Maré, Dulce Figueiredo inaugurou “a Campanha de Registro Civil e Documentação, um projeto integrado da LBA e do BNH para fornecer documentação e prestar assistência jurídica as famílias beneficiadas pelo Projeto Rio”<sup>243</sup>.

Também nessa agenda oficial estiveram as viagens internacionais, das quais uma de grande visibilidade foi a do Japão, ocorrida em 1980. Porém, antes de chegar ao destino final, a primeira-dama fez uma parada no Chile, onde esteve com a esposa do General Pinochet, Sra. Lúcia Hiriart de Pinochet, “a quem presenteou com um jogo de copos de cristal para 18 pessoas, ganhando em retribuição, um conjunto de colar e brincos de ouro e *lapislazuli* – pedra preciosa chilena”<sup>244</sup>. No segundo dia da estadia, Dulce conheceu o Centro de Mães (CEMA), dirigido pela primeira-dama chilena, destinado ao ensino das artes populares do Chile. Vale lembrar que, assim como o Brasil, o Chile vivia sob a égide um regime militar.

A próxima parada da viagem ocorreu em Nova York, Estados Unidos, “cumprindo um intenso programa que inclui visitas à ONU, *World Trade Center*, Catedral de Sant-Patrick, além de um concerto da Filarmónica de Nova Iork”<sup>245</sup>. No dia 20 de outubro de 1980, Dulce Figueiredo chegou ao Japão, especificamente na cidade de Tóquio, onde jantares e visitas marcaram a passagem da primeira-dama pelo referido país, e a receptividade calorosa foi noticiada pela imprensa nacional, apesar da dificuldade encontrada pelos jornalistas brasileiros em cobrir a estadia de Dulce. Finalizando a

---

<sup>242</sup> Jornal do Brasil, 06 de julho de 1983.

<sup>243</sup> Jornal do Commercio, 26 de janeiro de 1982.

<sup>244</sup> Jornal do Brasil, 09 de outubro de 1980.

<sup>245</sup> Jornal do Brasil (RJ), Caderno B, 18 de outubro de 1980.

viagem, Dulce Figueiredo batizou um navio que levou seu nome, e o retorno ao Brasil ocorreu em 02 de novembro daquele ano.

Apesar de ter seu perfil apontado como serena e discreta nas ocasiões oficiais e seu gosto pelos holofotes nas noites badaladas, a primeira-dama também sabia exercer influência sobre seu marido.

Dulce quando queria também sabia influenciar o marido em suas decisões políticas. No início dos anos 1980, convenceu Figueiredo a autorizar a concessão do antigo canal 4 da TV Tupi a Silvio Santos, de quem era fã. O canal transformou-se em TVS e, depois, no SBT (Sistema Brasileiro de Televisão). O ex-camelô sempre foi grato ao casal. Ainda nos anos 1980, ele criou o miniprograma dominical “A semana do presidente”, um boletim para promover as atividades do comandante da nação. Uma propaganda política disfarçada de jornalismo. A bajulação de Silvio Santos aos militares se manteve até recentemente. Após a vitória de Jair Bolsonaro, em novembro 2018, o SBT reeditou a vinheta ufanista “Brasil: ame-o ou deixe-o”, usada no auge da ditadura em tom de recado de ameaça aos opositores do regime. A homenagem ao capitão pegou mal e a vinheta foi tirada do ar. (GUEDES; MELO, 2019, p. 221).

A preferência da primeira-dama pela emissora de Sílvio Santos se intensificou após o lançamento da série “O bem-amado”, de Dias Gomes, a qual retratava a história do prefeito Odorico Paraguaçu, político corrupto e cheio de artimanhas, interpretado por Paulo Gracindo. Durante a exibição de um certo episódio, a primeira-dama acreditou estar sendo representada pela personagem da amante do prefeito, que seria a representação do Presidente. O fato azedou ainda mais a relação do casal Figueiredo com a TV Globo, emissora pertencente a Roberto Marinho.

Os últimos anos do governo do período militar foram marcados pela crise do petróleo, uma grande inflação, uma extensa dívida externa, o empobrecimento da população e a emergência de novos atores sociais e discussões de cunho político. Nesse período ganhava força o movimento feminista que avançava no Ocidente e chegava ao Brasil. “A pílula anticoncepcional aportara aqui em 1962, e as mulheres passaram a buscar uma atitude mais liberal em relação ao sexo e a comportamento em geral” (GUEDES; MELO, 2019, p. 188). Além de comportar uma pluralidade de manifestações, o movimento feminista da década de 1970 se configurava como oposição à ditadura militar vigente. Esse movimento causou impacto tanto nas instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos da população ao defender a ampliação dos espaços de atuação das mulheres.

O ano de 1975 é oficializado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, demonstrando o impacto do movimento feminista no campo internacional.

Anteriormente, de acordo com Celi Pinto (2003), em 1972, o Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros, realizou um congresso para discutir a situação da mulher, do qual participaram, entre outras personalidades, Heleieth Saffioti. Ainda na referida década, deve-se destacar o Movimento Feminino pela Anistia, criado em 1975. “Sua estratégia consistia na conscientização, persuasão e ação como grupo político de pressão, evidenciando ao governo e à nação a necessidade da anistia”<sup>246</sup>. A Lei nº 6.683, Lei da Anistia, foi aprovada em 28 de agosto de 1979.

Dulce Figueiredo deixa o posto de primeira-dama do país em 15 de março de 1985, quando José Sarney assume a Presidência da República. O casal passou a morar na cidade do Rio de Janeiro. Figueiredo faleceu em 1999, momento em que Dulce enfrentou uma séria crise financeira, de modo que “anunciou um leilão de 218 objetos pessoais do marido, parte deles recebidos quando o general ainda ocupava a Presidência da República. O anúncio gerou polêmica, e o Iphan entrou com uma ação para barrar o leilão, alegando que as peças eram bens públicos da União. Em vão” (GUEDES; MELO, 2019, p. 223). Dulce morreu de câncer em 2011.

#### Quadro 06 – Idade ao casar e número de filhos

NOME	ESPOSO	IDADE/ CASAMENTO	IDADE/ PRIM.DAMA	Nº FILHOS
<b>Iolanda Costa e Silva</b>	Costa e Silva	16	59	1
<b>Scila Médici</b>	Emílio Garrastazu Médici	23	62	2
<b>Lucy Geisel</b>	Ernesto Geisel	22	56	2
<b>Dulce Figueiredo</b>	João Figueiredo	14	51	2

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora mediante material referente à História do Brasil.

Seguindo o mesmo perfil das primeiras-damas dos períodos anteriores, as esposas dos militares casaram-se com pouca idade, entre 14 e 23 anos. Elas chegaram ao posto de primeira-dama com mais de 50 anos de idade, já tendo seus filhos crescidos. Nenhuma das quatro personalidades tiveram mais que dois filhos, demonstrando certa ruptura com

<sup>246</sup> Disponível em: <http://memorialanistia.org.br/movimento-feminino-pela-anistia/>. Acesso em 26 de mai. 2020.

algumas que as antecederam. Vale lembrar que os tempos eram outros e, apesar da maternidade ainda ser posta como ápice maior da feminilidade, o padrão heteronormativo já não era o de ter tantos filhos, principalmente, entre a classe média e alta.

Assim, este estudo refuta a ideia de um desaparecimento do primeiro-damismo no período de regime militar, e demonstra que essas primeiras-damas desempenharam papéis alinhados aos de seus maridos. Evidencia também a prática explícita do fenômeno (primeiro-damismo) por algumas delas, como Iolanda Costa e Silva e Dulce Figueiredo que, apresentando comportamentos mais liberais, desenvolveram trabalhos no âmbito público, marcados de forma incontestante pelo assistencialismo e voluntariado. Como destacam os jornalistas Ciça Guedes e Murilo Fiuza de Melo, “foram, antes de tudo, mulheres de militares do alto escalão, algumas mais discretas, outras menos, mas que em nada poderiam ser comparadas a Darcy Vargas, Sarah Kubitschek ou Maria Thereza Goulart. Ou até mesmo a Nair de Teffé” (GUEDES; MELO, 2019, p. 189). Ou seja, apesar da prática do primeiro-damismo, essas mulheres não portaram capitais políticos como algumas das que as antecederam, o que pode vir a justificar a pouca visibilidade política dessas personalidades, mas não o silenciamento historiográfico em que elas permaneciam imersas.

### *3.2 Primeiro-damismo e redemocratização: como essa relação foi possível?*

Após a derrota da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, marcada pela campanha das Diretas Já, que previa a realização de eleições diretas para a Presidência da República, o Brasil retorna ao estado democrático de direito através de uma eleição indireta. Duas candidaturas foram lançadas, Paulo Maluf (PDS) e Tancredo Neves (PP) contando com o apoio do PMDB, que lançou José Sarney para compor a chapa como vice. Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito Presidente da República Federativa do Brasil. Encontrando-se enfermo no dia da posse, prevista para 15 de março daquele ano, Tancredo não pôde comparecer à solenidade, sendo o seu vice empossado. No mês seguinte, a notícia da morte do mineiro se espalhou pelo país.

Àquela altura, Risoleta Guimarães Tolentino Neves se preparava para assumir o posto de primeira-dama do país. Porém, como toda nação, foi pega de surpresa pela morte do marido. Risoleta aparentava ter familiaridade com o posto, visto que seu Tancredo estava inserido no campo político há muito tempo, e a própria Risoleta ocupou a posição de primeira-dama do estado de Minas Gerais de 1983 a 1984. Logo após a vitória de



Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, Risoleta esteve ao lado do marido em seu primeiro discurso no Congresso Nacional, sendo apontada, em matéria veiculada no *Jornal do Brasil*, como uma pessoa “sorridente, elegante e metódica”. Para justificar o último adjetivo, a reportagem apontou sua semelhança com o marido, destacando: “Dorme invariavelmente às 10 horas da noite, como fazia ainda menina no município de Cláudio, onde nasceu, distante 144 km de Belo Horizonte. E desperta às 6 da manhã. Mantendo o hábito que cultivou ao longo dos 67 anos de vida”<sup>247</sup>. Após o discurso, o casal de mineiros ofereceu um almoço para seus convidados, ocasião em que, mais uma vez Risoleta toma a cena para si.

Sorridente, elegante, mas com firmeza, olhou os olhos da repórter e fulminou com sua voz de soprano: - Você foi desonesta conosco. Na véspera, nós havíamos recebido a todos tão bem e, ontem, na sua matéria, você filmou fotografos pendurados de brincadeira nas árvores e disse que a imprensa não pôde entrar. Não é correto. Apenas estávamos recebendo ontem equipes que gravaram um especial de televisão e não seria possível atender a todos<sup>248</sup>.

Consta-se, portanto, que Risoleta Neves confronta uma jornalista, acusando-a de não estar sendo honesta em uma matéria referente a ela e ao seu esposo. Esse era o perfil daquela que seria a primeira-dama do Brasil no início de seu retorno à democracia. Como mencionado, a morte de Tancredo impede que Risoleta ocupe o posto, no entanto, vale ressaltar sua presença em espaços públicos após ficar viúva, podendo ser apontada como a grande mentora política da família Neves. Em consideração à trajetória da ex-primeira-dama mineira, Marly e José Sarney convidaram Dona Risoleta para assumir a presidência da Legião Brasileira de Assistência.

Esta coluna acertou quando disse que D. Risoleta Neves não aceitaria ocupar um cargo público na Nova República, muito menos ingressar na vida política, dando prosseguimento ao trabalho iniciado pelo Dr. Tancredo. Mesmo a presidência da LBA, cargo que ocuparia se seu marido assumisse a direção do país. Dona Risoleta não aceitará, embora tenha se sensibilizado bastante com o convite feito pela primeira-dama Marly Sarney. Vai, como já anunciamos, comanda os Neves, mesmo que daqui do Rio, onde D. Risoleta pretende passar o maior tempo possível. (*Jornal do Commercio*, 04 de maio de 1985).

Ademais, o nome da esposa de Tancredo também foi cogitado para dar continuidade ao trabalho do marido, levando em conta a força do capital político que ela havia recebido por delegação dele. Como mencionado, esse também não foi o caminho escolhido pela mineira. Outros nomes da família Neves adentraram o campo da política.

---

<sup>247</sup> *Jornal do Brasil*, 20 de janeiro de 1985.

<sup>248</sup> *Idem*.

Exemplo maior é do deputado federal Aécio Neves, neto de Tancredo e Risoleta, jovem político que contou com o apoio da avó para se fixar no cenário político de seu estado, alçando voos na esfera federal, até sair candidato à Presidência da República em 2014, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Na ocasião, Aécio Neve perdeu para a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff.

Marly Sarney buscou manter uma relação próxima com Risoleta, recebendo-a para almoços, realizando visitas quando a mineira se encontrava em Belo Horizonte, bem como estando ao seu lado nas missas em nome de Tancredo Neves. Logo, a família Neves se colocou à disposição do governo de José Sarney, antigo filiado do extinto partido arenista. O político maranhense inaugurou o que se convencionou chamar de “Nova República”. A comoção pela morte de Tancredo Neves foi sucedida por uma grande expectativa em torno do governo de Sarney, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento das instituições democráticas, à retenção da inflação e ao atendimento às demandas sociais, inflamadas pelos emergentes atores e movimentos sociais. As primeiras medidas foram entusiásticas, de fato, pois foram reestabelecidas eleições diretas para todos os níveis da República, a censura foi proibida, decretou-se moratória da dívida externa, uma nova Assembleia Nacional Constituinte foi convocada e foi aprovado o congelamento de preços e salários. Saltavam “fiscais do Sarney” nos supermercados, a fim de fiscalizar a remarcação de preços em seus produtos.

Foi nessa conjuntura que Marly Pádua Macieira Sarney chegou ao posto de primeira-dama do país. Assim como Risoleta, Marly havia sido primeira-dama do seu estado de origem, Maranhão, entre 1966 e 1970, todavia, na época, com 33 anos de idade, não teve uma atuação de grande expressão. Marly e José Sarney se casaram em 1952 e tiveram três filhos: Roseana Sarney, deputada federal pelo Maranhão, no período de 1991 a 1994, governadora do Maranhão de 1995 a 2002 e de 2009 a 2014, e senadora de 2003 a 2009; Sarney Filho, advogado e político, que também foi deputado federal pelo Maranhão de 1983 a 1998, e ministro do Meio Ambiente de janeiro de 1999 a março de 2002, durante o segundo período do governo de Fernando Henrique Cardoso<sup>249</sup>; e o empresário Fernando Sarney, que não se envolveu diretamente com cargos políticos, mas foi apontado pelo jornalista Palmério Dória, em uma biografia não autorizada de José Sarney, como o grande articulador interno do clã Sarney.

---

<sup>249</sup> Mais informações em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>. Acesso em 13 de mai. 2020.

Marly, única filha do médico Carlos Macieira e de Vera de Pádua, que tiveram mais quatro filhos homens, conheceu o então repórter do jornal “O Imparcial” e poeta Sarney em 1946, quando tinha 14 anos e ele, 16. Ela o convidou para sua festa de 15 anos. “Recordo-a com um vestido cor-de-rosa, de saia redonda e um enfeite de pequenas rosas na cabeça. Estava deslumbrante”, descreve Sarney. Ele foi o primeiro e único namorado de Marly. O matrimônio foi em 12 de julho de 1952 e o casal teve três filhos: Roseana, Fernando José e José Sarney Filho, o Zequinha. (GUEDES; MELO, 2019, p. 236).

Assim como o país, Risoleta e o próprio José Sarney, Marly também foi pega de surpresa com a morte de Tancredo. Postulante à “segunda-dama” do país, agora assumiria uma posição de maior destaque. Marly é lembrada pela historiografia por sua postura de “extrema discrição no papel de primeira-dama”, jamais tendo opinado sobre assuntos de governo. No entanto, ao recorrermos a alguns periódicos da época, deparamo-nos com reportagens que nos faz questionar tal afirmativa.

Em meados de 1985, o Presidente José Sarney se prepara para sua primeira viagem ao Nordeste. Na ocasião, Marly fez um pedido ao marido. “Ao que Dona Marly, com um largo sorriso, deixando à mostra seu inquieto senso político acresceu: - Então, Sarney, não vá para fazer promessas. Leve investimento. Leve fatos”<sup>250</sup>. Em outra reportagem, encontramos uma menção à primeira-dama do país, a qual receberia, juntamente com o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola e o ministro da Justiça, Paulo Brossar, um abaixo-assinado, “reclamando da ‘insegurança, pessoal e material, em que vivem os habitantes do Rio’”<sup>251</sup>. O documento, lançado em março de 1986, discutia o número de assassinatos e a falta de tranquilidade que assolava aquela população. O nome de Marly Sarney foi, então, colocado ao lado de personalidades da alta cúpula política nacional.

Refutando ainda mais a afirmativa de que Marly Sarney não opinava/participava da vida política da nação, também no ano de 1986, ela percorreu praticamente todo o país, com o intuito principal de “popularizar o governo” de seu marido. Divulgando e desenvolvendo projetos junto a LBA, a primeira-dama executava um primeiro-damismo *estratégico*, ao levar o Estado a espaços pouco assistidos por ele.

---

<sup>250</sup> Jornal do Brasil, 24 de maio de 1985.

<sup>251</sup> Jornal do Brasil, 23 de março de 1986.

## Imagem 57 - Marly Sarney viaja pelo país

**D Marly viaja muito para popularizar governo**

Ela já percorreu mais de 12 mil quilômetros e até o dia 15 de maio terá cruzado o Brasil de ponta a ponta, a bordo de um jatinho HF da Força Aérea Brasileira. No dia 2 de abril, quando desembarcar em João Pessoa para implantar o **Primeiro, a Criança**, um programa de combate à mortalidade infantil, completará a primeira etapa do seu roteiro: as capitais do Nordeste.

E a primeira-dama do país, **Marly Sarney**, que, cedendo aos apelos do presidente da Legião Brasileira de Assistência, Marcos Vilaça, decidiu integrar-se à linha de frente da LBA e ajudar assim a popularizar o governo do marido. "Ela não é uma primeira-dama de acordo com o figurino convencional", atesta Vilaça, velho amigo de Sarney. "Marly não quer ficar nessa história de desfile da moda e chá de caridade. Sua presença na área social será cada vez maior".

Presidente do Conselho de Administração da LBA, dona Marly prepara-se para ganhar uma sala no Pavilhão de Metas, edifício onde funciona a LBA em Brasília. Ali, a partir da próxima semana, ela dará expediente nas tardes de terças e quartas-feiras para tocar o Programa Nacional do Voluntariado (Pronave) do qual também é presidente.

Tal incursão pelos programas sociais não é novidade para dona Marly, faz questão de salientar Marcos Vilaça. "Quando Sarney era governador do Maranhão foi ela quem comandou a construção de lavanderias públicas e a instalação de escolas profissionalizantes", conta.

Para lançar o programa **Primeiro, a criança**, que dispõe de uma verba de Cr\$ 1 trilhão e 93 bilhões (1 bilhão 93 milhões de cruzados), ela já visitou seis capitais. Restam quatro estados — Bahia, Sergipe, Alagoas e Paraíba. O objetivo do programa é atender a mais de um milhão de crianças carentes que vivem em bolsões de miséria no Nordeste e na Baixada Fluminense, fornecendo-lhes alimentação e assistência médica.

A segunda etapa das viagens de dona Marly, desta vez pela região Centro-Sul, será do lançamento do programa **Microempre**.



*Em Fortaleza, D Marly (E) foi conhecer as crianças pobres da Praia das Goiabeiras*

Fonte: Jornal do Brasil, 04 de março de 1986

Na mesma reportagem, é ressaltado que apesar da discrição, Dona Marly possuía uma “insuspeita influência política, capaz de fazer inveja a ministros e assessores palacianos. Na verdade, D. Marly é tão poderosa que se esforça para parecer que não é. ‘Aqui em casa quem brilha é o José’, desconversa, sempre que as atenções se voltam para ela”<sup>252</sup>. O discurso de Marly Sarney a induz a uma negação do poder, assim como outras primeiras-damas fizeram, sempre se colocando um passo atrás do marido que deveria ser o personagem de destaque, o detentor do poder.

Nesse sentido, vale discutir o porquê dessa negação. O campo político, construído e regido por homens, tem se apresentado como objeto de desejo masculino. Tradicionalmente foi um campo criado por e para eles. Assim, almejar o poder tem-se apresentado enquanto uma característica ligada à posição masculina, já que exige “agressividade, racionalidade, ardil, astúcia e estratégia, que não se coadunam às imagens femininas de fragilidade, inocência e docilidade” (RABAY, 2008, p. 244). Essa prerrogativa pode vir a justificar o porquê de algumas mulheres renegarem seu pertencimento a posições de poder, pois tal postura não se apresenta como algo legítimo para o gênero. Kehl (1993, s/p) afirma que “a grande maioria das mulheres que ocupam ou ocuparam cargos de poder nos últimos anos, no Brasil [...] preferem não admitir claramente suas ambições”.

Tal fato se reproduz nos discursos de diversas primeiras-damas, no decorrer da história nacional, como este estudo vem demonstrando. Negar posições de poder, de influência, de decisão também é um mecanismo de perpetuação das próprias relações de

<sup>252</sup> Jornal do Brasil, 04 de março de 1986.

poder. Deixar os holofotes para os esposos e se manter como coadjuvantes são características típicas de um primeiro-damismo em seu viés *estratégico*, aquele que caminha emparelhado aos anseios governamentais. Ainda vale lembrar que esses discursos, essas posturas e artimanhas políticas/sociais/culturais, só são possíveis em meio às hierarquias que demarcam as relações de gênero, que postulam os espaços e as ações para homens e mulheres e os aprisionam a eles. A negação do poder faz parte do *hall* desse aprisionamento.

A primeira-dama, Marly Sarney ainda se posicionou favorável à implantação do planejamento familiar direcionado ao controle da natalidade, levando a discussão ao Conselho Consultivo da LBA, órgão que presidia<sup>253</sup>. Na década de 1970, o governo brasileiro passou a considerar o planejamento familiar como um direito dos casais, no entanto, seria voltado apenas para as gestantes ou futuras gestantes. Na década seguinte, a questão do planejamento familiar passou a ter maior abrangência. Aqui vale destacar a força dos movimentos feministas, que defendiam a criação de políticas destinadas à saúde integral da mulher, incluindo contracepção e atendimento ginecológico geral, e não apenas reprodutivo.

Discutido durante o governo Sarney, o debate chegou à Assembleia Nacional Constituinte, dando origem ao artigo 226 da Constituição Federal de 1988, que assegura: “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas” (BRASIL, 1988, Art, 226).

Portanto, finalizando esse ponto de discussão, apresentamos um último vestígio do envolvimento político de Marly Sarney. Porém, antes é preciso lembrar que no final de 1987, acontecia, no interior da Assembleia Nacional Constituinte, uma discussão muito tensa a respeito do mandato presidencial de José Sarney ser estendido para cinco anos. A proposta parecia não vingar, sendo reprovada inicialmente pela Comissão de Sistematização. Entre os favoráveis à permanência de um mandato de quatro anos, estava Dona Marly Sarney, que não escondia sua preferência, sendo noticiada, muitas vezes, por diferentes periódicos a respeito do assunto. Ao final dos debates, a proposta de cinco anos foi aprovada por 304 favoráveis<sup>254</sup>.

---

<sup>253</sup> Jornal do Brasil, 22 de janeiro de 1987.

<sup>254</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 23 de março de 1988.

Em meados de 1985, o Jornal do Brasil lançou uma matéria em página completa que diz descrever o perfil da primeira-dama do país, Marly Sarney. Na matéria, a maranhense é apontada como espontânea e descontraída, bem como possuidora de um indiscutível *feeling* político. Sobre a negação do seu poder político, a reportagem ainda ressalta: “que não é bem verdade, como prova sua performance nas últimas eleições para o Governo do Maranhão”. Vale lembrar que o referido estado foi, e continua sendo, o grande reduto eleitoral da família Sarney, comandado pelo clã há décadas. “Não é também sem razão que, no Maranhão, existem ruas, colégios e até bairros com o nome de Marly Sarney. Sua popularidade é comparável com a do Presidente José Sarney no estado, principalmente nos bairros mais pobres, os chamados palafitas [...]”<sup>255</sup>.

A atuação de Marly Sarney no campo social pareceu seguir os passos das primeiras-damas da era militar. Não de estranhar, seu marido fez parte da ala arenista durante o período. Marly não chegou a assumir a presidência da LBA, uma vez que o cargo foi oferecido a algumas personalidades da confiança do presidente Sarney, todos homens. O primeiro nome cogitado foi o do sociólogo, ex-secretário de Assistência Social do Ministério da Previdência, Marcos Candau, que também recusou o convite, aceito por Marcos Vilaça. “A discreta posse do Sr. Vilaça na LBA foi a única a que compareceu Dona Marly Sarney, mulher do Presidente. Sua presença significou um recado dirigido ao Ministro da Previdência, que tinha outros candidatos para o posto”<sup>256</sup>. Ao que parece, havia uma disputa em torno de quem iria ocupar a presidência da instituição, apontada há muito como “espaço de desvio de dinheiro público”.

Mesmo não assumindo a presidência, Marly Sarney participou das atividades da Legião Brasileira de Assistência, ao assumir a presidência do Conselho da entidade e do Pronav. A primeira-dama foi empossada no Conselho, em 28 de agosto, e no Pronav, em 11 de setembro de 1985, pelo marido e Presidente da República<sup>257</sup>. Na ocasião, Dona Marly assumiu o lugar de fala e fez um taxativo pronunciamento, comprometendo-se a atuar a favor dos pobres e das crianças carentes, propondo um governo integrado aos anseios da população. O jornal Correio Braziliense noticiou na íntegra o discurso da recém empossada, no qual, na primeira parte há uma menção honrosa a Darcy Vargas.

A assistência social em nosso País teve início e cresceu nesta grande e generosa instituição. A princípio, como simples associação, a LBA surgiu entre a falta de recursos e a urgência de problemas a enfrentar e

---

<sup>255</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 27 de abril de 1985.

<sup>256</sup> Jornal do Brasil, 03 de agosto de 1985.

<sup>257</sup> Jornal Correio Braziliense, 11 de setembro de 1985.

a argila do sonho de D. Darcy Vargas a construiu para atuar, em toda as formas úteis nos seios das populações mais humildes, levando por longínquos recantos do país, o auxílio, o amparo, o remédio, o leite e a solidariedade. (Jornal Correio Braziliense, 13 de setembro de 1985).

Engajada em suas atividades, Dona Marly Sarney buscou patrocínios para realização dos projetos da LBA. Em 1986, junto ao presidente da instituição, Marcos Vilaça e o senhor Romi Lírio, presidente da Sul América Seguros, a primeira-dama assinou um convênio com a referida empresa, que se comprometeu a realizar doações mensais ao Programa de Adoção de Creches em todo o Brasil<sup>258</sup>. O amparo às crianças foi o grande foco de atuação da LBA nesse período, minimamente concretizado através do programa “Primeiro a Criança”, lançado em diversos estados da federação, contando com a presença de Marly Sarney. A agenda da primeira-dama, durante o ano de 1986, girou em torno de dois objetivos: o lançamento dos programas da LBA e a popularização do governo Sarney. De Recife a Manaus, percorrendo mais de 12 mil quilômetros, Marly Sarney buscava, antes de mais nada, popularizar o governo de seu marido, mesmo que, àquela altura, sofresse muitas críticas.

O objetivo do programa “Primeiro a Criança” era combater a mortalidade infantil. Dessa forma, parte considerável da verba da LBA foi destinada ao seu desenvolvimento. “Considerado o maior plano de desenvolvimento social do país, e contando com recursos de Cr\$ 1 trilhão 93 bilhões”<sup>259</sup>. Além do seu caráter assistencial e da busca em popularizar o governo, as viagens de lançamento do programa proporcionaram a Marly Sarney um contato mais direto com as primeiras-damas de alguns estados e municípios, estreitando os laços simbólicos e de poder quanto à prática do primeiro-damismo.

Ainda objetivando angariar fundos para as obras da Legião, um convênio foi firmado com a Caixa Econômica Federal, o qual assegurava a realização de um sorteio, denominado de “O Grande Prêmio PRONAV/LBA”, que distribuiria Cr\$ 2 milhões em bens. O sorteio foi lançado pela primeira-dama Marly Sarney, e toda renda foi destinada para a construção de creches da LBA. Eventos como exposições artísticas e apresentações teatrais também foram realizados em prol das obras sociais da Legião Brasileira de Assistência, não apenas em Brasília ou no Rio de Janeiro, mas também em diversos estados, a exemplo da exposição de Artistas Plásticos da Bahia, realizado em abril de 1986, sempre tendo à frente a figura simbólica da primeira-dama<sup>260</sup>, que também cuidou

---

<sup>258</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 28 de janeiro de 1986.

<sup>259</sup> Jornal do Brasil, 05 de fevereiro de 1986.

<sup>260</sup> Jornal Correio Braziliense, 08 de abril de 1986.

de divulgar outros três programas da Legião: a “legalização do homem brasileiro”, com a confecção de cerca de 11 milhões de documentos; o projeto Microempresa Social, “que prevê terapia ocupacional e educação para o trabalho”<sup>261</sup>; e, por fim, com foco na questão habitacional, o convênio com o BNH e a destinação de títulos de propriedade à população de comunidades carentes.

De acordo com reportagem do Jornal do Brasil, “as obras de infraestrutura desenvolvidas na favela contaram com uma verba de Cr\$ 16 milhões do Ministério do Desenvolvimento Urbano. A LBA Investiu Cr\$ 250 mil. Ao deixar as dependências da LBA, D. Marly disse apenas: ‘estou feliz da vida’”<sup>262</sup>. Vale lembrar que tal prática se apresenta como um lapso de permanência àquelas desenvolvidas já no final do governo militar, tanto por parte do governo, que oficializou o convênio com o BNH, como da primeira-dama, que se apresentou enquanto figura de “divulgação” e representação do Estado em meio ao cenário e aos atores emergentes. A questão habitacional se tornava, também, espaço de performance do primeiro-damismo, assim como a assistência à infância e à maternidade, bem como a questão à saúde.

No final de 1987, rumores em torno de um possível desmoronamento da LBA surgiram e, diante deles, a primeira-dama se manifestou via imprensa, afirmando que “nenhuma ameaça existe para o órgão e que estará à frente em todos os momentos para defender a instituição, o que já vem fazendo há tempos”<sup>263</sup>. Ao que parece, mesmo não assumindo a presidência da Legião, Dona Marly manteve uma estreita ligação com o órgão, perpetuando a simbologia em torno do “diálogo” LBA/primeira-dama. O líder do partido de oposição ao governo (PTB), o senador Carlos Alberto, homenageou Marly Sarney pelos trabalhos desenvolvidos na instituição. Na ocasião, o periódico Correio Braziliense noticiou: “o que se fez concluir: se o presidente ainda tem opositores, D. Marly já encontrou o consenso há muito tempo”<sup>264</sup>. Seria o primeiro-damismo em sua face *estratégica*.

Além das ações desempenhadas junto à LBA, a primeira-dama também participou de outras de cunho social, como madrinha, patrocinadora e mentora. Uma das obras amadrinhadas por Dona Marly Sarney foi a obra social “O Sol”, que beneficiava a Casa do Artesão. Diversos eventos foram organizados, em muitos dos quais a primeira-dama

---

<sup>261</sup> Jornal do Brasil, 31 de janeiro de 1986.

<sup>262</sup> Jornal do Brasil, 28 de agosto de 1986.

<sup>263</sup> Jornal do Brasil, 26 de novembro de 1987.

<sup>264</sup> Jornal Correio Braziliense, 11 de abril de 1986.



se fez presente, chegando, inclusive, a levar sua filha, Roseane Sarney a alguns dos almoços beneficentes<sup>265</sup>. Inaugurações, batismos de navios e chás fechavam a agenda da maranhense Marly Sarney.

Em algumas ocasiões, Dona Marly participou de eventos ao lado de primeiras-damas de outros países, como ocorreu em abril de 1985, quando a primeira-dama da França, Danielle Mitterrand, casada com François Mitterrand, foi recebida pela esposa de Sarney, para um chá no Palácio do Jaburu. Em visita rápida ao Brasil, a Sr. Mitterrand visitou uma escola-modelo profissionalizante na cidade-satélite de Ceilândia, a creche da Fundação Visconde de Cabo Frio e as obras do Centro de Ensino da Fundação Bradesco. As falas da primeira-dama francesa focavam nos direitos humanos, compromisso assumido pela personalidade, conhecida pela militância de esquerda que possuía<sup>266</sup>. “Em 1986, [ela] criou a fundação France Libertés para defender os direitos humanos e a autodeterminação das minorias étnicas e transformou a organização em uma plataforma com a qual manteve um vínculo especial com a América Latina”<sup>267</sup>.

A primeira-dama francesa veio novamente ao Brasil dois anos depois, em 1987, quando se encontrou também com a primeira-dama do Uruguai, Martha Sanguinetti, esposa de Julio María Sanguinetti, em um almoço oferecido por Marly Sarney. Historiadora, escritora e professora, a senhora Sanguinetti demonstrava ter uma grande admiração pela militância de Danielle Mitterrand<sup>268</sup>. As duas personalidades protagonizaram o almoço, mas a oportunidade não passou despercebida pela primeira-dama brasileira, que aproveitou o momento para firmar futuros convênios com a primeira-dama uruguaia. Em setembro do mesmo ano, em encontro realizado no Chuí, Rio Grande do Sul, extremo Sul do Brasil e fronteira com o Uruguai, Marly Sarney e Martha Sanguinetti “assinaram um acordo internacional para um programa bilateral de creches”<sup>269</sup>.

Ainda em 1987, “em Brasília, as Sras. Marly Sarney, presidente do Conselho Consultivo da LBA, e Maria Barroso, esposa do presidente de Portugal, Mário Soares, firmaram um protocolo de ação comum, estabelecendo as bases para a realização de

---

<sup>265</sup> Jornal do Brasil, 01 de novembro de 1985.

<sup>266</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 25 de abril de 1985.

<sup>267</sup>Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/11/danielle-mitterrand-uma-primeira-dama-militante-e-solidaria-com-os-indigenas.html>. Acesso em 17 de julho de 2020.

<sup>268</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 01 de maio de 1987.

<sup>269</sup> Jornal do Brasil, 08 de setembro de 1987.

programas de desenvolvimento social no Brasil e em Portugal”<sup>270</sup>. Muito se especulou sobre um possível encontro das primeiras-damas brasileira e estadunidense. Após ter recusado o convite de Nancy Reagan, para participar de um encontro que reuniria as mulheres de vários governantes, em 1985, “para discutir uma ação mais rigorosa no combate ao tráfico de drogas”, Marly Sarney recebeu a esposa do presidente Ronald Reagan, em setembro de 1986, ocasião em que foi retomado a discussão em torno do combate ao tráfico, e obras da LBA foram visitadas<sup>271</sup>. Ainda no âmbito internacional, nove primeiras-damas se reuniram em maio de 1989, na cidade de Roma, Itália, dentre as quais estiverem Danielle Mitterrand (França), Maria Barroso (Portugal) e Marly Sarney (Brasil), para participar do Seminário de Ação em Favor da Paz, realizado por Maria Pia Fanfani, escritora e fotógrafa italiana que se dedicava aos trabalhos humanitários<sup>272</sup>.

No âmbito nacional, Marly Sarney também esteve em companhia de algumas primeiras-damas dos estados brasileiros. Já em 1985, ela se reuniu com diversas esposas dos governadores e mais 120 voluntárias de várias partes do Brasil, engajadas no Pronav, em Brasília, a fim de traçar o plano de metas do Programa Nacional de Voluntariado<sup>273</sup>. Em março do ano seguinte, a cidade de Belo Horizonte sediou o encontro das primeiras-damas das capitais, ocasião na qual Dona Marly se fez presente e proferiu um discurso em apoio ao plano econômico do governo de seu marido, fazendo referência ao Plano Cruzado<sup>274</sup>. A maranhense ainda fez um apelo às mulheres brasileiras para que elas fiscalizassem os preços dos produtos nos supermercados, assumindo seu papel de “fiscais do Sarney”<sup>275</sup>. Após o lançamento do plano econômico do governo, a população foi convocada a fiscalizar o congelamento de preços dos produtos, convocação feita pelo próprio presidente José Sarney em rede nacional, através do programa “Conversa ao Pé do Rádio”, no dia 07 de março de 1986.

Brasileiras e brasileiros, bom dia!

Aqui vos fala, mais uma vez, o Presidente José Sarney.

Há uma semana, precisamente na sexta-feira passada, ao anunciar as medidas econômicas de liquidação da inflação, resolvi pedir ao povo

---

<sup>270</sup> Jornal do Commercio, 04 de abril de 1987.

<sup>271</sup> Jornal do Commercio, 12, 13 e 14 de outubro de 1985.

<sup>272</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 27 de abril de 1989.

<sup>273</sup> Jornal Correio Braziliense, 05 de setembro de 1985.

<sup>274</sup> Jornal do Brasil, 13 de março de 1986.

<sup>275</sup> Plano de Estabilização Econômica (PEE), lançado pelo governo federal em 28 de fevereiro de 1986, com o objetivo de erradicar o processo inflacionário da economia brasileira. Mais informações sobre o assunto em: SINGER, Paul. **O dia da lagarta**: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado. São Paulo: Brasiliense, 1987.

que ajudasse o Governo na fiscalização do comércio para o fiel cumprimento do congelamento dos preços.

Todos recordam o apelo direto que fiz às brasileiras e aos brasileiros, para que assumissem o papel de meus representantes pessoais e diretos, e fossem os fiscais do presidente. Tenho certeza de que consegui transmitir sinceridade no pedido, porque, meia hora depois, quando ainda se desenvolvia a solenidade no Palácio do Planalto, chegou a primeira denúncia de remarcações, em flagrante desobediência à Lei que eu acabava de assinar. Imediatamente, o Ministro da Fazenda acionou a SUNAB e o supermercado infrator foi autuado e multado. A partir daquele momento, no País inteiro, milhares de denúncias iniciaram o acelerado processo de pressão sobre os preços remarcados. Não se tratava de denúncias anônimas, mas de denúncias de homens e mulheres que se apresentavam legítima e abertamente. (Conversa ao Pé do Rádio, 07 de março de 1986).

A primeira-dama, sempre que tinha oportunidade, intensificava o apelo, como em um discurso proferido em São Paulo, o qual destacava a responsabilidade de todas as donas de casa para o sucesso do plano econômico do governo, devendo a ação dos/as fiscais não esmorecer após o primeiro mês de vigília<sup>276</sup>. “Dona Marly fez, em Belo Horizonte, uma nova convocação a todas as mulheres do país, pedindo que elas prossigam na luta contra a remarcação dos preços. ‘Somos nós mulheres, avós, mães e filhas, que, de lista na mão, vamos dizer que nesse país inflação nunca mais’”<sup>277</sup>. Enquanto a convocação do Presidente tinha uma tonalidade mais geral, os discursos da primeira-dama tinham um alvo específico, as mulheres brasileiras, apontadas como responsáveis pelo gerenciamento das “contas da casa” e, assim, aptas a fiscalizar o congelamento de preços proposto pelo governo. Tais convocações ainda permitem outro apontamento, o da busca de apoio e colaboração da população junto às demandas do governo como estratégia de construir uma relação entre eles, bem como propor uma política de descentralização na “tomada de decisão”. Essa artimanha já podia ser observada no final do governo de Figueiredo. Sobre a efetivação do plano de congelamento dos preços, Singer (1987) destaca que houve uma fragilidade em sua execução, bem como um esfriamento no entusiasmo dos fiscais de Sarney, frente à força que o capital apresentava.

No início de 1987, após as eleições governamentais, Marly Sarney reuniu, em Brasília, as futuras primeiras-damas dos estados. O encontro aconteceu no dia 22 de abril daquele ano, tendo como pauta o apoio federal às obras sociais estaduais. Junto às primeiras-damas, fez-se presente Marcos Vilaça, presidente da LBA. O referido ano marcou o início das discussões na Assembleia Nacional Constituinte, cujos trabalhos

---

<sup>276</sup> Jornal do Brasil, 10 de março de 1986.

<sup>277</sup> Jornal do Commercio, 13 de março de 1986.

iniciaram em 01 de fevereiro de 1987, estendendo-se até 27 de julho de 1988. Como parte da conjuntura de abertura política em percurso no país, a necessidade de uma nova Constituição era ponto chave de diversas discussões políticas, encabeçadas por diferentes grupos e agentes. Como destaca Versiane (2014), os problemas referentes à década de 1980 estão além da instabilidade política, uma vez que o setor econômico também despertava preocupante atenção da elite política, além de ser altamente sentido pelas classes menos favorecidas. A autora ainda destaca que devido a essas eventualidades negativas, o período mencionado é apontado, por parte da historiografia, como a “década perdida”. No entanto, de acordo com a historiadora, ao se estudar o período, também se deve levar em conta outras características cabíveis a ele, como a ascensão da mobilização social.

A década de 1980 ficou conhecida, no Brasil, como “década perdida”, por ter sido um período de disparada inflacionária e forte estagnação econômica no país. Porém, contrariando a alcunha, ela também foi uma década de mobilização e luta da sociedade brasileira por direitos, marcada por momentos decisivos do esforço de superação, pela via democrática, do longo tempo de ditadura instituído com o golpe civil-militar de 1964. (VERSIANE, 2014. p. 362).

As eleições para a Constituinte foram realizadas em 15 de novembro de 1986, conjuntamente à escolha dos governadores e deputados estaduais e contou com a participação de 30 partidos formados no contexto de abertura política<sup>278</sup>. A Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 foi composta por 559 congressistas, sendo 487 deputados federais eleitos em 1986 e 72 senadores, 49 eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986 e 23 eleitos em 1982. A ANC contou com a participação de 26 deputadas e nenhuma senadora. Dessa maneira, com uma representatividade feminina firmada na presença de 26 congressistas, apesar de não comporem um grupo político homogêneo, elas apresentaram-se, por meio de suas propostas e defesas, convergentes quanto a temas especialmente relevantes para as mulheres. Foi dessa convergência que resultou a

---

<sup>278</sup> Foram eles: PDS - Partido Democrático Social, PDT - Partido Democrático Trabalhista, PT - Partido dos Trabalhadores, PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PPB - Partido do Povo Brasileiro, PDC - Partido Democrata Cristão, PMC - Partido Municipalista Comunitário, PTN - Partido Trabalhista Nacional, PH - Partido Humanista, PSC - Partido Social Cristão, PL - Partido Liberal, PCB - Partido Comunista Brasileiro, PC do B - Partido Comunista do Brasil, PFL - Partido da Frente Liberal, PMB - Partido Municipalista Brasileiro, PN - Partido Nacionalista, PTR - Partido Trabalhista Renovador, PLB - Partido Liberal Brasileiro, PASART - Partido Socialista Agrário e Renovador Trabalhista, PCN - Partido Comunitário Nacional, PNR - Partido da Nova República, PMN - Partido da Mobilização Nacional, PS - Partido Socialista, PRT - Partido Reformador Trabalhista, PJ - Partido da Juventude, PND - Partido Nacionalista Democrático, PRP - Partido Renovador Progressista, PDI - Partido Democrático Independente, PSB - Partido Socialista Brasileiro. Desses partidos, apenas 13 conseguiram eleger representantes para a ANC.

expressão “Lobby do Batom”, que, de acordo com Pitanguy, “O Lobby do Batom foi um movimento de sensibilização dos deputados e senadores sobre a relevância de considerar as demandas das mulheres para a construção de uma sociedade guiada por uma Carta Magna verdadeiramente cidadã e democrática” (PITANGUY, 2011. p. 12).

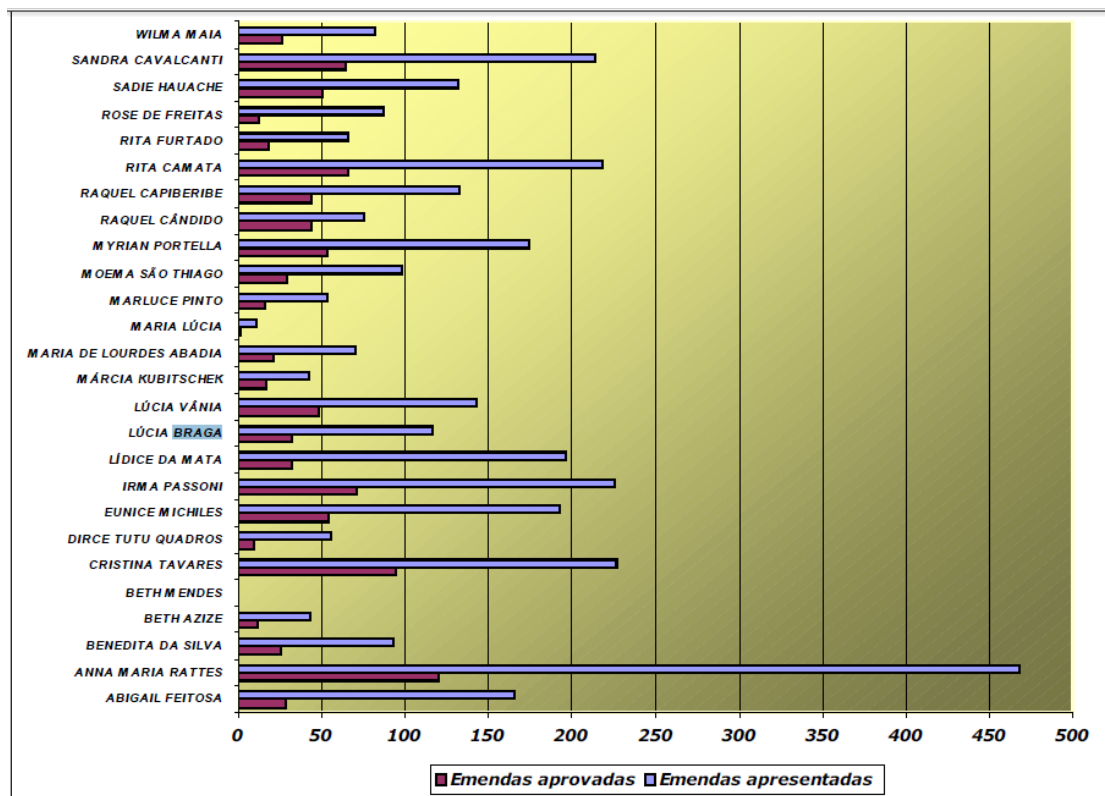
A bancada feminina da ANC possui um perfil: o superior completo como grau de instrução; as ciências humanas como formação acadêmica; o jornalismo, o magistério, a advocacia e a assistência social como profissões; os 40 anos como idade e o PMDB e o PFL como suas principais agremiações políticas. A maioria das parlamentares (84%) dispunha de diploma de nível superior e (8%) com superior incompleto e nível médio. As regiões Nordeste e Centro-Oeste registraram a maior proporção de constituintes femininas com instrução universitária (100%). O Sudeste com (85,7%) e o Norte com (62,5%). No extrato regional, o Norte apresentou deputadas com menor nível de escolaridade. A formação acadêmica da bancada baseava-se nos cursos de Comunicação (20%), Direito (16%), Assistência Social (12%), Pedagogia (8%) e Letras (8%); (16%) das parlamentares sem formação acadêmica. (SANTOS, 2008, p. 39).

Ainda sobre o perfil panorâmico da bancada feminina que compôs a ANC, Santos (2008) aponta:

A ocupação profissional das parlamentares era de jornalistas (24%), professoras (20%), advogadas (16%), assistentes sociais (12%) e empresárias (8%). A idade média da bancada feminina situa-se na faixa etária dos 40 anos (48%), havendo uma segunda proporcionalidade de (28%) na faixa de 50 anos. Abancada mais jovem com menos de 30 anos representa (4%) e a mais velha com mais de 60 anos (4%). A idade representativa demonstra indivíduos com oportunidade de maior experiência. [...] O PMDB foi o partido que mais contou com representação feminina em sua bancada, 36% das parlamentares da ANC pertenciam a esta agremiação. O PFL foi o segundo, com 28% - PDS, PTB e PT com (8%), e PDT, PCdoB e PSB com (4%). PMDB e PFL foram os únicos partidos com representação feminina em todas as regiões. (SANTOS, 2008, p. 39).

Assim como sua composição, vasta também foi o teor das emendas defendidas pelas constituintes parlamentares que, em conjunto, apresentaram centenas de emendas a serem discutidas na Assembleia, algumas delas ganhando grande repercussão política.

### Imagem 58 - Quantitativo de emendas apresentadas e aprovadas pela bancada feminina de 1987/88



Fonte: Banco de discursos – Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados

Outro dado a ser destacado é que, das 26 deputadas federais constituintes eleitas em 1986, oito (30,7%) foram primeira-dama de seus estados. Anna Maria Rattes, eleita pelo PSDB/RJ, foi primeira-dama municipal, casada com Paulo Rattes, político de expressão originário de Petrópolis, foi vice-prefeito (1967-1969) e prefeito do município (1969-1971, 1973-1978 e 1983-1988) e também deputado federal (1979-1983). Lúcia Braga, eleita pelo PFL/PB, casada com Wilson Braga, que foi governador da Paraíba de 1983 a 1986. Lúcia Vânia, eleita pelo PMDB/GO, casou-se com Irapuan da Costa Júnior, governador de Goiás (1975-1979), foi prefeito de Anápolis entre 1973 e 1974, deputado federal de 1983 a 1987 e senador de 1987 a 1995. Como senador por Goiás, também participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Maria Lúcia, eleita pelo PMDB/AC, era casada com José Augusto de Araújo, governador do Acre em 1963, oportunidade em que Maria Lúcia tornou-se presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no estado. Marluce Pinto, eleita pelo PTB/RR, foi primeira-dama do estado de Roraima, casada com Otomar Pinto. À frente também do Programa Nacional do Voluntariado, Marluce Pinto ficou conhecida pela população de Boa Vista como a “mãe dos pobres”. Myriam Portella, eleita pelo PSDB/PI, casada com Lucídio Portela

Nunes, governador do estado do Piauí de 1979 a 1983 e vice-governador de 15 de março de 1987 até 15 de março de 1991. Rita Camata, eleita pelo PMDB /ES, casada com Gérson Camata, governador do espírito santo entre 1983 a 1986. Como primeira-dama, presidiu de 1983 a 1986 a Unidade Comunitária de Integração Social, em Vitória, o mais importante organismo assistencial do estado, realizando tradicional trabalho de assistência aos bairros carentes. Com isso, granjeou a simpatia popular e conquistou suas primeiras bases eleitorais. Wilma de Faria, eleita pelo PDT/RN, foi primeira-dama do Rio Grande do Norte. Seu marido, Lavoisier Maia, foi governador de 1978 a 1982. Posteriormente os dois se separaram, chegando a disputar cargos eleitorais um contra o outro, como na eleição de 1994, em que o ex-casal concorreu à prefeitura de natal. Por fim, temos Raquel Cândido, eleita PDT/RO. Casou-se com Magnus Guimarães, deputado federal pelo Rio Grande do Sul entre 1975 e 1983. Mas teve seu próprio capital político constituído em Rondônia.

Tal dado é importante e aponta para o primeiro-damismo como possível porta de entrada para essas mulheres na política partidária. Além da força do pertencimento familiar, os espaços de experiência enquanto primeiras-damas, também podem ser apontados como fator de constituição, pessoal ou por delegação, de capital político, elemento fundamental no processo de entrada e permanência no jogo político. Em relação a este ponto, é fundamental destacar que o primeiro-damismo serviu como porta de entrada para diversas mulheres na política partidária nas esferas estadual e municipal, não sendo percebido o mesmo processo em nível federal. A atuação de diversas primeiras-damas federais proporcionou-lhes a constituição de capitais políticos, mas não foi observada a entrada de nenhuma delas no campo político partidário, a exceção de Rosane Malta, ex esposa de Fernando Collor de Melo, que foi candidata ao cargo de Deputada Estadual em Alagoas pelo PHS, nas eleições de 2018, porém não obteve êxito.

Dona Marly Sarney, quando era primeira-dama do país, teve contato com algumas dessas personalidades em momentos anteriores à entrada delas, de fato, na política. O governo buscava construir uma ideia de diálogo com os diversos setores sociais, enquanto princípio do estado democrático de direito, e a primeira-dama tinha um espaço e um foco de atuação nesse cenário.

No campo educacional, Dona Marly presidiu a instalação do Comitê Nacional para a Educação Especial, no início de 1986, com finalidade de “traçar, num prazo de seis meses, uma política de ação conjunta, destinada a aprimorar a educação especial e a integrar na sociedade as pessoas portadoras de deficiência, problemas de conduta e

superdotação”<sup>279</sup>. A comissão contou com um orçamento de Cr\$ 20 bilhões, alocados do Ministério da Educação. A primeira-dama se fez presente na instalação da comissão a convite do Ministro Marco Maciel, que a acompanhou. No dia 18 de agosto do mesmo ano, Marly Sarney ainda assumiu a presidência do Conselho Nacional de Escolas Comunitárias, que contava com cerca de 1300 escolas em todos os estados da federação<sup>280</sup>.

É importante destacar que o antigo Natal das Crianças, realizado em grandes proporções em outras oportunidades, foi rememorado pela primeira-dama Marly Sarney no ano de 1985. “A solenidade contou com 300 crianças da LBA”. Na ocasião, foi instalado um Presépio no Palácio do Planalto, “destinado às crianças brasileiras. ‘Finalmente, o Palácio está se humanizando’, constatou Dona Marly”<sup>281</sup>. Além disso, a primeira-dama ainda participou da distribuição de seis mil cestas de natal e brinquedos para “famílias carentes cadastradas e assistidas pela LBA nas cidades de Planaltina e Sobradinho. Cerca de 30 mil pessoas das cidades-satélites estão sendo beneficiadas com o programa de distribuição de cestas de natal da LBA e do Programa Nacional de Voluntariado – Pronav”<sup>282</sup>.

Assim como as outras primeiras-damas que a antecederam, Marly Sarney teve seu nome bastante noticiado no que diz respeito às roupas, à moda e à elegância., de modo que, no ano em que a Princesa Anne – filha da Rainha Elizabeth II - visitou o Brasil, em março de 1986, diversos jornais destacaram os vestidos que a esposa de Sarney usou, ressaltando sempre sua elegância. Em nota, o Jornal do Brasil destacou: “desfez-se, finalmente, um dos grandes mistérios da Nova República, quem assina os modelos envergados por D. Marly Sarney. A tarefa é dividida pelos figurinistas Gerson, do Rio, e Marcello Campos de Recife”<sup>283</sup>.

Como evidenciado, Marly Sarney desempenhou seu papel de primeira-dama, seguindo os protocolos do posto e efetivando um primeiro-damismo *estratégico*, como já vinha sendo feito por suas antecessoras do período militar, ao se fazer presente na presidência do Conselho Consultivo da LBA e do Pronav, bem como participando da governabilidade, ao contrário do que mostrava, ou escondia, a historiografia. Sem grande

---

<sup>279</sup> Jornal do Commercio, 10 de janeiro de 1986.

<sup>280</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 15 de agosto de 1986.

<sup>281</sup> Jornal do Brasil, 21 de dezembro de 1985.

<sup>282</sup> Jornal Correio Braziliense, 14 de dezembro de 1985.

<sup>283</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 22 de setembro de 1986.



protagonismo, suas ações silenciosas corroboraram com a execução do plano político e econômico de seu marido, característica típica do tipo de primeiro-damismo exercido.

O final da passagem de Marly Sarney pelo posto de primeira-dama foi marcado pela primeira eleição direta para Presidência da República, após longos 25 anos. Ao todo, foram 22 candidatos ao cargo, dentre os quais estavam o liberal Fernando Collor de Mello (PRN), o socialista democrático Luís Inácio Lula da Silva (PT), o trabalhista Leonel Brizola (PDT), o social democrata Mário Covas (PSDB) e o conservador Paulo Salim Maluf (PDS). A pré disputa ainda contou com a participação de Silvio Santos, anunciado candidato pelo pequeno Partido Municipalista Brasileiro (PMB). Não obstante, aproximando-se o dia do pleito, Silvio teve seu registro de candidatura impugnado pelo Tribunal Superior Eleitoral, justificado por irregularidades no registro de seu partido.

Em sua autobiografia, Rosane Malta, aquela que assumiu a posição de primeira-dama do país nos anos seguintes, afirmou que o nome de Silvo Santos e sua expressiva quantidade de votos, apresentados nas pesquisas, gerava incômodo a Fernando Collor de Melo, que teria recorrido ao que ela denomina de “magia negra”.

No início da campanha, Fernando estava lá atrás nas pesquisas, com menos de 10% das intenções de voto. Mesmo assim, ele sempre disse que venceria. Em um de seus levantamentos, Marcos Antônio detectou uma ameaça: a popularidade de Silvio. Embora o dono do SBT ainda não tivesse anunciado que se candidataria, já havia um zum-zum-zum sobre essa possibilidade e, segundo Coimbra, o empresário seria um forte concorrente. Fernando teve muito medo de perder e decidiu marcar uma conversa com o apresentador. No encontro, perguntou se Silvio desejava se candidatar e ficou aliviado quando ouviu um “não” como resposta. Só que, meses depois, Silvio anunciou que estava no páreo. Pior: recebeu o apoio do então presidente José Sarney, a quem Fernando tanto atacava. Meu marido estava crescendo nas pesquisas, mas ficou doente de raiva com essa notícia e lançou mão de um recurso que, mais tarde, acabou sendo muito frequente em sua vida: a magia negra. Para se ver livre do concorrente, ele encomendou um trabalho com a mãe de santo Maria Cecília da Silva, do qual eu não participei. Coincidência ou não, pouco tempo depois a candidatura do empresário das comunicações foi impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Entre os motivos do impedimento, estava o fato de que Silvio deveria ter se afastado do cargo na TV três meses antes das eleições, coisa que ele não fez. (MALTA, 2014, p. 63-64).

Tais “acusações” só foram feitas anos depois, quando Rosane e Fernando Collor já não estavam mais casados. Na época das declarações, Rosane teve seu nome bastante evidenciado pela mídia, concedendo entrevistas a canais de televisão, rádio, revistas e jornais. Após a separação, Rosane “passou a se dedicar à briga contra o ex na Justiça. O divórcio litigioso ainda não chegou ao fim. O processo, que corre na 27ª Vara Cível de

Maceió, teve petições datadas de maio e junho de 2019: Rosane continua pedindo mais de R\$ 4 milhões relativos a imóveis e carros, e Collor continua negando” (GUEDES; MELO, 2019, p. 252).

Anteriormente a isso, ainda no decorrer da campanha eleitoral de 1989, Rosane se apresentou como grande apoiadora do esposo, Fernando Collor de Melo, estando sempre ao seu lado nos palanques. De todas as esposas dos presidentiáveis, Rosane e Marisa Letícia, esposa de Lula, são apontadas como aquelas envolvidas, de fato, na corrida eleitoral<sup>284</sup>. Em entrevistas à imprensa, Rosane dizia estar adorando aquela fase, e mostrava confiança no resultado. “Essa festa tá boa demais, uma loucura. Vamos ganhar no primeiro turno”, afirmou a futura primeira-dama ao Jornal do Brasil<sup>285</sup>. O referido periódico, que mais tarde se tornaria uma pedra no sapato de Rosane ao denunciar desvios de verba da Legião Brasileira de Assistência, evidencia a parceria do casal Collor, ressaltando traços da personalidade da alagoana.

O casal Fernando e Rosane Collor de Mello troca beijinhos em público, se abraça e quase nunca se separa. Ao longo da campanha, no alto dos palanques, isto se tornou público. Os dois viajavam juntos e praticamente, em todos os comícios, Rosane, filha de uma tradicional família do interior alagoano, estava ao lado de Collor, com quem se casou em 1984. Nas reuniões políticas fica calada. Afinal, não tem muita vivência social. Só fala com desembaraço, revelando seu forte sotaque alagoano, quando o marido recebe artistas de TV engajados na campanha. Nestas horas torna-se uma *tiete* desinibida. O jeans é a peça predominante em seu guarda-roupa, simplicidade que se completa com um par de tênis confortável. No governo Collor, ela pretende atuar na área social, chefiando provavelmente a LBA<sup>286</sup>.

Rosane narra a experiência da campanha presidencial em seu livro, destacando seu pulsar político e sua afinidade com a prática de angariar votos, exercício presente em sua família de longa data. “Em época de campanha, nós também ajudávamos. Eu peço votos desde pequenininha, está no sangue!” (MALTA, 2014, p. 19). Outrossim, Rosane também evidencia o protagonismo das mulheres de sua família em meio aos processos eleitorais, pontuando a influência políticas delas.

Os Malta são machistas, mas, ao mesmo tempo, as mulheres têm muita influência na política deles. Em época de campanha, para ajudar os maridos, elas se dividiam e tomavam a frente dos trabalhos em determinados bairros da cidade. Foi assim com minha mãe, com minha avó e também com minha irmã Rosania, sete anos mais velha do que eu, que se envolveu muito na campanha do marido Vitorio Malta,

---

<sup>284</sup> Jornal do Brasil, 15 de outubro de 1989.

<sup>285</sup> Jornal do Brasil, 13 de novembro de 1989.

<sup>286</sup> Jornal do Brasil, 19 de dezembro de 1989.

quando ele foi eleito deputado federal. Ela comandava tudo. (MALTA, 2014, p. 11).

A família Malta estava na política alagoana desde o início do século XX, ocupando cargos políticos em pelo menos três cidades do interior do estado, Canapi, Inhapi e Mata Grande. O pai de Rosane, João Alvino Malta, foi prefeito de Canapi. O primo e cunhado, Vitorio Malta, marido de sua tia Rosania, foi deputado federal, “além de seus tios-avós terem ocupado o cargo de governadores de Alagoas” (GUEDES; MELO, 2019, p. 242).

Essa não era a primeira campanha de Fernando que Rosane participava. Anteriormente, quando o cargo de governador de Alagoas estava em jogo, a jovem esposa também mergulhara de cabeça nos emaranhados eleitorais de 1986, atuando no interior e na capital do estado, em busca de votos para o marido. Na ocasião, Rosane organizou um grupo de mulheres para colocar em prática sua estratégia de campanha, muitas das quais trabalhou com ela após a vitória de Fernando Collor, no Serviço de Promoção do Bem-Estar Comunitário.

Essa foi uma fase bastante cansativa, mas também divertida, porque adoro campanha política. Arregacei as mangas e ajudei muito a alavancar o nome de Fernando Collor em Alagoas. Voltei para Maceió, tranquei a faculdade novamente e participei ativamente da campanha. Sempre fui um ótimo cabo eleitoral. Adoro o corpo a corpo, converso com as donas de casa, com os aposentados pela rua... Comecei realizando esse trabalho no interior e depois voltei para a capital, porque era lá onde mais precisávamos crescer. Coloquei uma equipe de 70 mulheres para fazer um trabalho de porta em porta. Depois de Fernando ser eleito governador, convidei essas mulheres para trabalhar comigo, a primeira-dama do Estado, no Soprobem, o Serviço de Promoção do Bem-Estar Comunitário. Esse programa assistencial só existia na capital, e eu o levei para todos os municípios. Foi com ele que eu comecei a atuar seriamente com trabalhos assistenciais. Além disso, organizávamos comícios. Eu subia no palanque, pedia voto e explicava por que Collor era o melhor candidato. (MALTA, 2014, p. 56-57).

Na campanha presidencial de 1989, Rosane também organizou um grupo de mulheres para trabalhar junto com ela, as quais as acompanhava em diversos eventos. No primeiro turno, Rosane cursava Administração em Maceió, tendo que dividir seu tempo entre os estudos, os palanques e os compromissos ao lado do marido. “Já tinha um avião me esperando para me levar aonde ele estivesse. Às vezes, eu ia direto para o Rio, para São Paulo ou Amazonas, por exemplo. Onde quer que ele estivesse, eu ia ao seu encontro. Era um jatinho do João Lyra, geralmente pilotado por Jorge Bandeira” (MALTA, 2014, p. 62). No segundo turno, com tempo mais livre devido ao término do curso, a futura primeira-dama pôde participar mais de perto da campanha, acompanhando Collor,

inclusive a debates, evento que o candidato não participou no primeiro momento. Rosane relata que, além de se fazer presente, também opinava junto ao marido.

Na maior parte das vezes, Fernando seguia meus conselhos. Ele ouvia mais a mim do que a seus próprios assessores, o que causava muito ciúme por parte deles, é verdade. No primeiro debate, por exemplo, ele estava muito cansado e tinha feito tudo o que eles indicaram. Não deu certo e Lula se saiu melhor. No segundo, então, eu disse que achava que ele deveria passar as 24 horas que antecediam o evento sozinho, em casa, descansando. Ele acatou minha decisão. Não atendeu um telefonema sequer. Lembro que Zélia Cardoso de Mello, que já era sua assessora para assuntos de economia, ligou. Eu atendi e não passei o telefone. Disse que anotaria o recado, mas que Fernando só falaria com ela no estúdio da televisão. Deu no que deu, ele se saiu vitorioso e o debate foi decisivo para sua eleição. (MALTA, 2014, p. 62).

Outra estratégia seguida pelo casal foi não conceder entrevistas, objetivando resguardar a imagem de Collor. Todavia, Rosane quebra o silêncio na etapa final, concedendo uma entrevista à imprensa, afirmando: “queremos ajudar os pobres”. A frase ficou conhecida por ser bastante repetida pela primeira-dama, quando assumiu, de fato, o posto<sup>287</sup>.

#### **Imagem 59 - Rosane ao lado de Fernando Collor em comício**



**Fonte:** Jornal Correio Braziliense, 08 de novembro de 1989

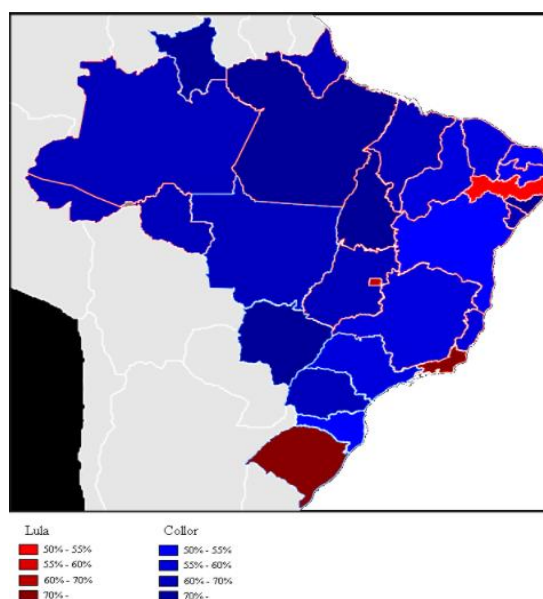
O segundo turno das eleições de 1989 foi protagonizado por Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. A campanha continuou em tom de ataque. Com o crescimento do candidato petista nas pesquisas, a campanha pela televisão e pelo rádio no horário eleitoral obrigatório recrudesciu, com acusações de ambas as partes. Na reta

---

<sup>287</sup> Jornal do Commercio, 03 de dezembro de 1989.

final da campanha, no dia 12 de dezembro daquele ano, Collor fez uso de seu programa eleitoral para apresentar o depoimento da enfermeira Miriam Cordeiro, ex-namorada de Lula e mãe de Lurian, Miriam afirmara que, ao ficar grávida, Lula lhe oferecera dinheiro para abortar. O depoimento teve grande repercussão por todo o país e pode ter afetado o resultado final das eleições. Àquela altura, um (1) ponto percentual favorável a Collor separava os dois candidatos. Em 17 de dezembro de 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito com cerca de 53% dos votos válidos<sup>288</sup>.

### Imagem 60 - Mapa eleitoral do segundo turno por estado



Fonte: Atlas das Eleições Presidenciais no Brasil<sup>289</sup>

A posse aconteceu em 15 de março de 1990, quando Rosane tinha 25 anos, mesma idade que Maria Thereza Goulart tinha ao assumir o posto de primeira-dama do país, em 1961. A pouca idade é bastante mencionada por Rosane em sua autobiografia e, por vezes, apontada como um fator que não a impediu de assumir seu “papel de mulher, de companheira, de alicerce de um homem que, em pouco tempo, ascendeu ao topo da carreira política e dela despencou”<sup>290</sup>, assim como foi justificativa para explicar algumas passagens da sua vida.

Credita à inexperiência o fato de não ter enxergado o decantado comportamento cruel e violento do marido, Fernando Collor de Mello, ou a corrupção que grassava durante seu mandato — embora registre as

<sup>288</sup> Eleições reguladas de acordo com o art.1º da Lei nº 7.773, de 8.6.1989.

<sup>289</sup> Disponível em: <https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/1989>. Acesso em 13 de ago. 2020.

<sup>290</sup> Malta, 2014, p. 10.

visitas constantes de Paulo César Farias, o PC Farias, lendário tesoureiro da campanha de Collor. (GUEDES; MELO, 2019, p. 241).

### **Imagem 61 - Rosane Collor com 25 anos**



Fonte: Manchete, 24 de março de 1990.

Na solenidade de posse, o casal Collor encontrou-se com Marly e José Sarney para a realização da simbólica passagem da faixa presidencial. Uma multidão acompanhou, em Brasília e através da mídia, o evento que recepcionou o entusiasmado casal presidencial, sempre sorridente e acenando para o público. Naquele contexto, as expectativas eram imensas em torno do mandato que ali se iniciava.

### **Imagem 62 - Fernando e Rosane Collor ao lado do casal José e Marly Sarney**



Marly e José Sarney, Fernando e Rosane Collor, no Pianafo, em seguida à passagem da faixa. É a primeira foto de Sarney como ex-presidente.

Fonte: Manchete, 24 de março de 1990

Rosane esteve o tempo todo ao lado de Collor, tendo momentos de preocupação e quebra de protocolo observados e noticiados pela imprensa. A troca de carinhos, que marcara a presença do casal durante a campanha, repetiu-se durante a posse do novo presidente.

Em pelo menos dois momentos a primeira-dama Rosane Collor, demonstrou maior preocupação com o marido do que com as formalidades da posse. Depois da transmissão da faixa presidencial, enquanto esperava o fotógrafo para a foto oficial, no salão leste do Palácio do Planalto, Rosane, depois de ajeitar os cabelos e acertar a maquiagem dos olhos, arruma a lapela e o nó da gravata de Collor que, formal, sorriu sem graça para as câmeras de TV. O segundo momento foi o afeto entre o casal. Assim que o marido acabou de discursar no parlatório, Rosane aninhou-se nos seus braços e deu o beijo que sempre encerrava os comícios de campanha<sup>291</sup>.

Ainda em dezembro de 1989, a Revista Manchete publicou uma reportagem apresentando um perfil da mais nova primeira-dama do país. Nele, logo de início, é destacada a diferença de idade entre o casal, de 14 anos, e o pertencimento da alagoense a uma família tradicional de seu estado. Sua formação no curso superior em Administração é mencionada, bem como sua participação na campanha eleitoral do esposo. Sobre sua personalidade, é apontada como “discreta, simples, com a naturalidade e a beleza vindas da juventude. Rosane usa os cabelos soltos e veste-se sem sofisticação”<sup>292</sup>. Mas uma mudança de perfil pôde ser observada após Rosane assumir o posto de primeira-dama, evidenciada explicitamente em suas vestimentas. “Enchi meu armário de terninhos e *tailleurs*”<sup>293</sup>, destacou ela mesma em sua autobiografia.

Diante disso, muitas críticas giram em torno de um possível excesso de gastos por parte da primeira-dama, que não se importava em esconder seu apressamento por ir às compras. Para ela, a esposa de um presidente teria, naturalmente, maiores gastos do que as demais damas da sociedade, como podemos observar em uma fala dela, na passagem abaixo:

Logo depois de Fernando assumir a presidência, comecei a ser alvo de críticas porque meus gastos aumentaram. Isso é uma bobagem tremenda. É claro que eu estava gastando mais! Afinal, eu passei a ter certas obrigações que não tinha como primeira-dama do Estado ou como esposa de um deputado federal. Uma primeira-dama do país gasta mais do que todas as outras, é óbvio! Até mesmo as roupas do dia a dia têm que ser muito alinhadas. Não se pode, por exemplo, comparecer a uma entrevista com um traje simplesinho. Para cada um dos eventos, é preciso pensar em um figurino diferente. E tem ainda as viagens... Um

---

<sup>291</sup> Jornal do Brasil, 16 de março de 1990.

<sup>292</sup> Manchete, 02 de dezembro de 1989.

<sup>293</sup> MALTA, 2014, p. 68.

país diferente requer roupas específicas. E eu sempre gostei de boas marcas. Minha estilista preferida na época era a Glorinha Pires Rebelo. Além dela, eu adorava vestir Chanel, Dior, Gucci e Prada. Eram lojas caras, mas esse tipo de gasto nunca foi um problema para Fernando, porque ele sempre teve uma condição financeira muito boa, mesmo antes de se tornar presidente. A principal fonte de renda da família, a Organização Arnon de Mello, dava bastante dinheiro para eles. Tanto é que eu continuei com os mesmos hábitos depois que saímos da presidência. Quando moramos nos Estados Unidos ou, depois disso, ao nos mudarmos para São Paulo, eu vivia indo às lojas da Chanel, Versace, Daslu. (MALTA, 2014, p. 69).

O fato é que a imprensa, a oposição e uma parcela da população não deixavam passar despercebidos esse tipo de gasto. Assim, notícias referentes à primeira-dama brasileira realizando compras em lojas caras nacionais, bem como fora do país, foram veiculadas aos montes. Nesse contexto, vale lembrar o poder da imprensa enquanto formadora de opiniões. De casal do momento, aos poucos, Fernando e Rosane Collor se deslocariam para alvo de grandes críticas.

Ainda no início de 1990, novamente Rosane Collor ocupa as páginas da Revista Manchete, em uma entrevista exclusiva concedida pela primeira-dama em janeiro daquele ano. Nessa situação, diferentes pontos foram abordados, entre eles, o ser primeira-dama, o papel da mulher na sociedade brasileira e o estilo pessoal de Rosane Collor. Como inspiração feminina, a primeira-dama apontou o nome de Margareth Thatcher, pela sua força e liderança política, e enfatizou não ser feminista. De família conservadora, Rosane nunca trafegou entre ciclos feministas, nem de seu estado, nem ao ocupar o posto de primeira-dama do país. A negação do feminismo e do pertencimento a esse movimento é um fator bastante evidenciado em grupos conservadores, a exemplo daqueles nos quais Rosane se inseria. Ainda nesse contexto, a alagoense ressalta que, apesar do não pertencimento, defende a emancipação feminina, em especial no mercado de trabalho, e coloca a sua luta para concluir seu curso superior como exemplo a ser seguido, em busca de uma autonomia profissional e financeira. Entretanto, observada a trajetória da ex-esposa de Collor, ela nunca conseguiu colocar em prática a teoria defendida, tendo em vista que viveu à sombra do marido durante todo o período de casada e, mesmo após a separação, continuou tendo suas despesas supridas pela pensão que recebe do ex-cônjuge.

Na mesma entrevista, a primeira-dama ainda pontuou sua parceria com o então marido e o governo que se iniciava. De forma incontestável, Rosane esteve ao lado de Collor na campanha, durante o curto governo dele, no decorrer do processo de Impeachment e após esse período. A não retribuição dessa parceria por parte de Fernando Collor é uma mágoa bastante explicitada nos escritos autobiográficos de Rosane. Além disso, as



acusações à LBA, a ausência durante a morte de sua mãe e a não proteção a membros de sua família são pontos destacados quanto à falta de reciprocidade do esposo.

Questionada sobre a sensação de ser primeira-dama aos 25 anos, a alagoense se disse satisfeita em ocupar o posto, “não pelo título em si”, mas pelo que se poderia ser feito. Em seguida, afirmou: “pretendo ser presidente da LBA e remodelar sua estrutura nos estados, para que ela cumpra efetivamente seu papel assistencial”<sup>294</sup>. De fato, Rosane assumiu a presidência e propôs uma reestruturação da entidade, no entanto, o órgão viveu, sob seu comando, o maior escândalo de sua história.

Para começar, é necessário destacar que a primeira-dama assumiu a LBA em 19 de março de 1990, mas esse não foi seu primeiro contato com a instituição. Antes mesmo de namorar Collor, expressou à mãe o desejo de trabalhar. Na ocasião, em 1983, Rosita buscou apoio junto ao recém-eleito deputado federal Fernando Collor, “que a família Malta tinha ajudado a eleger. Leda Collor, mãe de Fernando, fora diretora do órgão no período em que seu marido, Arnon Afonso de Farias Mello, governou Alagoas (1951-1956). Rosane, então, tornou-se assistente administrativa da LBA” (GUEDES; MELO, 2019, p. 244).

No dia 15 de março, o *Jornal do Brasil* lançou uma notícia apresentando a formação do governo que se iniciava. Dentre os nomes, estava o da primeira-dama Rosane Collor, alocada junto à Legião Brasileira de Assistência. Ao todo, apenas quatro mulheres estiveram nessa formação inicial. Juntamente com Rosane Collor, Margarida Procópio foi nomeada para o Ministério da Ação Social; Fátima Borges para o Funabem e Flora Spolidoro para a Secretaria de Promoção Social<sup>295</sup>. A ausência feminina na composição do primeiro escalão dos governos brasileiros é uma característica da cultura política nacional e explícita a discrepância de gênero que ainda permeia o interior do campo político. Outro fator observado é a indicação de mulheres para atuarem junto à questão social, ponto que se alastra desde o âmbito nacional até a realidade dos municípios brasileiros. Parece, portanto, haver uma “naturalização” da ação feminina junto às áreas de assistência, o que acaba indo de encontro ao processo de desconstrução que os estudos de gênero vêm sugerindo, pois, em vez de processos de ruptura, observa-se uma perpetuação de hierarquias de gênero, que, por si só, buscam inviabilizar suas estruturas de dominação.

---

<sup>294</sup> Manchete, 08 de janeiro de 1990.

<sup>295</sup> *Jornal do Brasil*, 15 de março de 1990.

Apesar do pouco tempo à frente da Legião, de março de 1990 a setembro de 1991, Rosane protagonizou eventos que marcaram a história da instituição. Optou por assumir a presidência administrativa e não a de honra, como outras primeiras-damas vinham fazendo, alegando em seu livro que a própria Maria Thereza Goulart havia lhe aconselhado a não assumir uma posição de tanto destaque e responsabilidade junto ao órgão, e afirma: “talvez, esse tenha sido meu grande erro”<sup>296</sup>. Rosane ainda alega que por ter acabado seu curso de Administração há pouco tempo, desejava atuar na área, e viu na LBA essa oportunidade.

Logo ao assumir, a presidente da Legião buscou descentralizar as superintendências estaduais, dando-as maior liberdade de ação. Tal medida pode ter facilitado a ocorrência de irregularidades por parte do órgão nos estados, por não existir mais aquele caráter hierárquico. Por outro lado, contribuiu para “isentar” a administração central de parte das acusações sofridas. Nessa mudança administrativa, ainda foi proposta uma reorganização do Pronav e do Funabem. Este passaria a se chamar Fundação Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência (FCBDIA), com atuação especificamente no amparo aos menores pobres; aquele passaria a funcionar através unicamente de donativos.

A LBA teve sua história, no decorrer de sua existência, marcada por denúncias e acusações de irregularidades, que versavam desde o desvio de verbas, até a constituição do espaço de distribuição de cargos a aliados políticos. Ao tomar posse da presidência, Rosane se deparou com o primeiro problema nesse sentido, tendo que abrir um inquérito para investigar acusações de desvio de verba para o bloco carnavalesco Caprichosos de Guarus, região fluminense. Na ocasião, os envolvidos foram afastados, e o inquérito seguiu a passos lentos. Rosane aproveitou a oportunidade para transferir a direção nacional da instituição para Brasília, pois àquela altura ainda estava localizada no Rio de Janeiro<sup>297</sup>. A primeira-dama, no entanto, insatisfeita com “as instalações da sede da entidade na Esplanada dos Ministérios”, [...] “preferiu acomodar-se no 7º andar do Ministério da Ação Social, ocupado por sua afilhada Margarida Procópio”<sup>298</sup>.

Na composição de sua equipe de trabalho, Rosane se cercou de aliados políticos, familiares e alagoanos, o que despertou os olhares da oposição e da imprensa. “Trouxe, diretamente de Maceió, o chefe do Departamento de Planejamento Vágner Barbosa de Oliveira, filho do homem de confiança do pai do presidente Collor, o Conselheiro do

---

<sup>296</sup> Malta, 2014, p. 75.

<sup>297</sup> Jornal do Brasil, 03 de abril de 1990.

<sup>298</sup> Jornal do Brasil, 19 de abril de 1990.

Tribunal de Contas José Barbosa de Oliveira”. Outros nomes foram o da médica ginecologista de Rosane, Maria de Fátima, que assumiu a Funabem, do Diretor executivo da Fundação, Cláudio Viana Sá Brito, e do Diretor de Finanças José Leite Filho, todos conterrâneos de alagoas<sup>299</sup>. Eunícia Guimarães foi o nome “escolhido a dedo” pela primeira-dama do país. Sua amiga pessoal, Eunícia, assumiu a função de secretária particular de Rosane, estando ao seu lado em praticamente todas as ocasiões em que a esposa de Collor se fazia presente. O Jornal do Brasil destacou que “pelo menos 25 das 27 das nomeações para superintendências da LBA atenderam compromissos assumidos na campanha eleitoral do presidente Collor, [...] isso, apesar de Rosane ter assegurado que não aceitaria indicações políticas”<sup>300</sup>. Diante disso, o deputado Renan Calheiros, líder do governo na câmara, fez duras críticas à Rosane pela nomeação de diversos afilhados políticos. Porém, quando as séries de denúncias recaíram sobre a LBA, muitos desses nomes foram demitidos, contando, inclusive, com o apoio do Presidente Collor.

### Imagem 63 - Reportagem com os nomes de apadrinhados políticos na LBA



Fonte: Jornal do Brasil, 24 de maio de 1990

O periódico apontado se mostrou como um grande problema para o casal e para o governo Collor, sendo o responsável por diversas denúncias envolvendo Rosane e seus familiares. “O JB foi o jornal mais premiado de 1991. O repórter Mário Rosa, com a série ‘Rosane Collor – LBA’, venceu a categoria informação política. As reportagens de Mário Rosa denunciavam parentes de Rosane Collor com verbas da LBA durante a campanha

<sup>299</sup> Jornal do Brasil, 20 de maio de 1990.

<sup>300</sup> Jornal do Brasil, 24 de maio de 1990.

eleitoral e Alagoas”<sup>301</sup>. A nota faz menção ao Prêmio Esso de Jornalismo, um dos mais significativos da época, patrocinado pela Esso Brasileira de Petróleo, poderosa empresa norte-americana.

O primeiro programa idealizado pela LBA tendo Rosane à frente, foi o “Projeto Minha Gente”, destinado às crianças, seguindo a linha de assistência à infância, a qual o órgão sempre carregou. O objetivo do projeto era “promover o bem-estar da criança e do adolescente, conferindo a mais absoluta prioridade aos seus direitos, a sua sobrevivência, a sua proteção e ao seu desenvolvimento”<sup>302</sup>. O programa foi anunciado em maio de 1990, pela primeira-dama Rosane Collor, em solenidade realizada em Brasília. Em seguida, ela e sua comitiva se encarregaram de divulgar o programa por diversos estados, a exemplo de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas<sup>303</sup>. Nesses eventos, Rosane discursava à população em tom progressista, anunciando a construção de creches, escolas, postos médicos e lavanderias, o que empolgava a multidão que a ouvia. A primeira-dama se colocava como combatente do clientelismo e do paternalismo, “afirmando a imagem da assistência social no Brasil”<sup>304</sup>. A teoria presente em seus discursos é a mesma defendida por aqueles que acreditavam na assistência social enquanto política pública, algo que não pôde ser observado nas práticas da LBA sob o comando de Rosane Collor, marcadas pela continuação do viés assistencialista, mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, que constituiu um grande marco no direito brasileiro, ao prever o chamado “Sistema da Seguridade Social”, incluindo, nesse conceito, tanto a previdência como a assistência social.

Em seu livro, Rosane aponta o desenvolvimento do programa como um sucesso, ao influenciar, inclusive, a criação dos Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs). Já a imprensa da época, salientou que pouco foi feito, de fato, pelo programa em si, pois houve muitos lançamentos de “pedra fundamental”, mas sem serviços entregues a população<sup>305</sup>. Enquanto programa Federal, os Centros Integrados foram criados e implantados no decorrer dos anos de 1991 e 1992, como uma “forma de atender à

---

<sup>301</sup> Jornal do Brasil, 21 de novembro de 1991.

<sup>302</sup> Projeto Minha Gente. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001907.pdf>. Acesso em 15 de ago. 2020.

<sup>303</sup> Jornal do Commercio, 09 de setembro de 1990.

<sup>304</sup> Jornal do Brasil, 06 de dezembro de 1990.

<sup>305</sup> Jornal do Brasil, 18 de julho de 1991.

exigência do Projeto (Minha Gente) quanto a integração espacial dos serviços, oferecendo condições ideais para a melhor consecução da atenção integral”<sup>306</sup>.

Como política de arrecadação de fundos, Rosane Collor perpetuou uma prática já utilizada por outras primeiras-damas, recorrendo aos empresários para que eles financiassem seus projetos. Ademais, a aproximação com diversos famosos também marcou a passagem de Rosane pelo posto de primeira-dama do país. Personalidades como Xuxa, Luiza Brunet, a cantora Simone, Cláudia Raia, Pelé, Gugu Liberato, Elba Ramalho e Angélica figuraram entre os ciclos sociais do casal presidencial, realizando e participando de eventos beneficentes em prol das obras desenvolvidas pela LBA.

### Imagem 64 - Rosane Collor acompanhada por famosos



Fonte: Manchete, 10 de novembro de 1990, 30 de junho de 1990, 02 de junho de 1990

Rosane costumava ocupar o espaço da fala, realizando discursos em diversas solenidades. Sempre com uma retórica que englobava a questão social, com ênfase ao combate à pobreza, a primeira-dama passou a usar o termo “descamisados” para referir-se aos pobres. Anteriormente, a palavra já havia sido utilizada no âmbito do primeiro-damismo, pela primeira-dama argentina, Eva Peron, conhecida como “mãe dos descamisados”, como salienta Capelato (2003).

Diversos eventos beneficentes foram organizados pela primeira-dama, a exemplo da *avant-premiere* do filme “Meu pé esquerdo”, em abril de 1990, com renda destinada às obras da LBA. O evento foi presidido por Rosane Collor e contou com cerca de mil convidados, que pagaram Cr\$ 400 para comparecer<sup>307</sup>. Outro filme exibido foi “Lua de Cristal”, protagonizado por Xuxa, que compareceu junto com a primeira-dama à primeira sessão, em Brasília. “Nos cinemas de todo o Brasil, o ingresso para Lua de Cristal poderá

<sup>306</sup> Projeto Minha Gente. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001907.pdf>. Acesso em 15 de ago. 2020.

<sup>307</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 07 de abril de 1990.

ser pago com um quilo de qualquer alimento, que será revertida para creches da LBA”<sup>308</sup>. Além do mais, leilões, shows e jantares também foram organizados pela primeira-dama Rosane Collor durante os dois anos em que esteve à frente do posto.

Com uma agenda bastante movimentada, Rosane Collor também protagonizou momentos de encontro com reconhecidas figuras femininas, como embaixatrizes, rainhas, princesas e primeiras-damas de outros países e dos estados brasileiros. No dia 13 de maio de 1990, Rosane recebeu 45 embaixatrizes estrangeiras na sede da LBA em Brasília. O encontro voltava-se à apresentação dos projetos da instituição e a busca de apoio<sup>309</sup>. No ano seguinte, a rainha Sílvia da Suécia, esteve ao lado da primeira-dama brasileira na inauguração do Centro de Reabilitação Infantil de Rio Claro, São Paulo. Na ocasião, a princesa Vitória também se fazia presente e a solenidade contou com o discurso da rainha sueca<sup>310</sup>. Ainda no ano de 1991, outra visita marcante foi a da princesa Diana, que esteve no Brasil ao lado do príncipe Charles. Em seu livro, Rosane narra os encontros que as duas tiveram e acentua a simplicidade da princesa. “De todas essas vivências, certamente a que mais me marcou foi ter conhecido a princesa Diana, esposa de Charles, o herdeiro do trono inglês”, ressaltou Rosane. Um dos encontros entre elas aconteceu no Ministério da Ação Social, oportunidade em que um grupo de manifestantes, funcionários públicos, reuniram-se na frente do prédio gritando palavras de ordem: “Aqui não é Inglaterra. Falta pão e falta terra”<sup>311</sup>.

**Imagem 65 - Rosane e Fernando Collor com o príncipe e a princesa de Gales, Charles e Diana**



**Fonte:** MALTA, 2014.

<sup>308</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 21 de junho de 1990.

<sup>309</sup> Jornal do Brasil, Caderno B, 05 de junho de 1990.

<sup>310</sup> Manchete, 16 de novembro de 1991.

<sup>311</sup> Jornal do Brasil, 28 de abril de 1991.

Em julho de 1992, Rosane Collor recepcionou, no palácio das laranjeiras, 33 primeiras-damas, 20 embaixatrizes e sete mulheres de autoridades brasileiras, que trocaram informações sobre as ações sociais desenvolvidas em seus respectivos países<sup>312</sup>. A prática, anteriormente já executada, de propor encontros com as primeiras-damas dos estados, também foi realizada por Rosane. Em 28 de junho de 1991, diversas primeiras-damas brasileiras foram recebidas pela senhora Collor para um almoço no Palácio da Alvorada. Na época, Rosane “apresentou um vídeo de 7 minutos e meio sobre as realizações da LBA e convocou todas a se engajarem no programa de voluntárias da entidade, o Pronav. [...] Rosane disse que o bom entrosamento entre as primeiras-damas estaduais e a primeira-dama do país pode facilitar o trabalho dos maridos”<sup>313</sup>. Dessa maneira, essa fala enfatizava o caráter *estratégico* do primeiro-damismo desenvolvido por essas mulheres, atuando junto e buscando solidificar as ações governamentais de seus esposos.

#### **Imagem 66 - Rosane e algumas primeiras-damas estaduais**



No encontro de **Rosane Collor** com as primeiras-damas estaduais, D. Neusa Brizola (de óculos) convidou o presidente para assistir ao desfile das escolas de samba no carnaval de 1992. (Pág. 2)

**Fonte:** Jornal do Brasil, 29 de junho de 1991

Em agosto daquele ano foi realizado o que foi denominado 1º Encontro Nacional das Esposas de Governadores, em Curitiba, tendo Rosane Collor à frente do evento, que ainda contou com a participação dos ministros Alcenir Guerra, da saúde, e Margarida Procópio, da Ação Social. “Reunidas para trocar experiências e tentar tirar do papel o Estatuto da Criança e do Adolescente, as primeiras-damas também tentam superar as diferenças partidárias dos maridos”<sup>314</sup>. Em âmbito internacional, Rosane Collor

<sup>312</sup> Jornal do Brasil, 14 de junho de 1992.

<sup>313</sup> Jornal do Brasil, 29 de junho de 1991.

<sup>314</sup> Jornal do Brasil, 21 de agosto de 1991.

protagonizou encontros com as primeiras-damas Bárbara Bush, dos Estados Unidos, e Sally Mugabi, de Zimbábue, país do continente africano.

### Imagem 67 - Rosane Collor ao lado de Sally Mugabi e Bárbara Bush



Fonte: Jornal do Brasil (RJ), 13 de setembro de 1991/Manchete, 20 de junho de 1992

Um ponto marcante é a postura adotada pela primeira-dama em eventos dessa natureza, bem como no conjunto de aparições públicas protagonizadas por ela. Sempre “bem vestida” e extremamente sorridente, em raras vezes, Rosane Collor foi fotografada sem um sorriso no rosto. Quatorze anos mais jovem que o marido, no início do mandato de seu esposo, a alagoana era aclamada, tendo sua beleza e sua jovialidade sempre ressaltadas, apresentando-se com vantagens e desvantagens, pois também era um dos pontos de bastante crítica por parte da oposição. À certa altura, Rosane busca construir um ar de mais maturidade e seriedade, cortando o cabelo mais curto e usando roupas mais formais. O mito da beleza em torno da imagem da primeira-dama aparenta se fazer presente mais uma vez. A essa figura social, são cobrados padrão de beleza, comportamento, vestimenta e postura social, sempre atrelada aos estigmas das relações de gênero, que implicitamente marcam as relações de poder no interior do campo político.

Seguindo e praticando um primeiro-damismo em seu viés *estratégico*, Rosane buscava atuar conjuntamente com os interesses administrativos do governo de seu esposo, perpetuando práticas anteriormente pré-estabelecidas, cabíveis à figura da primeira-dama. A presença em solenidades e viagens oficiais, a busca por um emparelhamento com as primeiras-damas estaduais, a realização de ações voltadas para o social, entre outras práticas, proporcionou a Rosane Collor uma posição “privilegiada” em meio ao jogo do poder vivenciado naquela conjuntura. Em meados de 1991, Rosane é apontada pelo Jornal do Brasil como a segunda autoridade do país, devido a sua postura pública no meio



político. “Já entrou em colisão com o cunhado Leopoldo, disputa prestígio com ministros e na inauguração de obras reproduz os gestos eloquentes do marido”<sup>315</sup>, ressaltou o periódico. A LBA é apontada como espaço de atuação onde Rosane busca firmar sua posição junto ao jogo político, “embaralhando” a lógica desse jogo. “Ela não é apenas a jovem mulher do presidente, mas uma pessoa esperta e sensível, que já conquistou um capital político próprio’, avalia o ministro [Carlos Alberto Gomes] Chiarelli”<sup>316</sup>. Rosane ainda é apontada como a figura responsável pela condução e homogeneização da família Malta no campo político.

Aparentemente, tal protagonismo conquistado pela primeira-dama não foi tão bem visto pelo presidente Fernando Collor, que chegou a afirmar publicamente que sua nomeação para a presidência da LBA teria sido um erro. Para ele, a presença de Rosane na instituição se apresentava como um alvo muito fácil a ser atingindo, podendo deixar sua administração em uma situação de fragilidade. No entanto, para Rosane, o que incomodava o esposo era a posição de destaque que ela estava conquistando, temendo ser ofuscado por ela, pois sempre a tinha a sua sombra. Essa é uma entre as várias insatisfações apresentadas pela então esposa de Fernando Collor de Mello. Sua presença à frente da LBA teria, inclusive, gerado uma crise conjugal em seu casamento, de modo que Fernando pedira para que Rosane deixasse o cargo, que inicialmente se negou. Tal crise foi evidenciada pela imprensa, que chegou a fotografar o presidente sozinho em eventos oficiais e sem o uso da aliança. A situação foi noticiada como agressiva para a então esposa, que teve que enfrentar a insatisfação do marido e as humilhações que ele a proporcionou, além dos apontamentos da mídia.

Nesse momento, a posição de privilégio junto ao jogo político parecia estar em ruína. Apontada como “derrotada na disputa pelo poder”<sup>317</sup>, Rosane teve seu nome envolvido no maior escândalo protagonizado pela Legião Brasileira de Assistência. A partir de julho de 1991, a primeira-dama teria que conviver com uma série de denúncias de irregularidade ocorridas na instituição que presidia. As primeiras denúncias giraram em torno do fornecimento de alimentos a 18 creches de Rio de Janeiro, sem o uso de licitações. Na ocasião, “Dona Rosane Collor agiu rapidamente. Demitiu os gerentes de Programas e de Administração, Nelson Modesto Leal Correia Filho e Antônio Alberto

---

<sup>315</sup> Jornal do Brasil, 07 de julho de 1991.

<sup>316</sup> Jornal do Brasil, 07 de julho de 1991.

<sup>317</sup> Jornal do Brasil, 26 de agosto de 1991.

Almeida e Silva”<sup>318</sup>. Uma sindicância foi aberta e o caso foi analisado pelo LBA nacional. Rosane assumiu uma postura de defesa aos “princípios” da instituição, mas àquela altura, muito de seu discurso inicial já era contestado. A oposição e a imprensa cobravam o resultado da sindicância, que foi divulgado em 10 de agosto daquele ano. “A auditoria concluiu que a LBA, com base no artigo 22, item IV, do decreto-lei n 2.300, não realizou licitação porque se tratava de uma situação emergencial, já que as creches estavam com seus estoques no final, e as crianças corriam o risco de ficarem sem alimentos”<sup>319</sup>. Essa denúncia inicial parece ter sido apenas a “ponta do iceberg” que se anunciava. Em novembro daquele ano, José Paulo Herculino Alcântara, ex-superintendente da LBA de São Paulo, foi considerado culpado pelo Tribunal de Contas da União.

Logo em seguida, surgiram denúncias relacionadas a irregularidades em diversas superintendências da instituição. O deputado José Dirceu (PT-SP) solicitou a presença da primeira-dama Rosane Collor na Comissão de Seguridade Social da Câmara, “para esclarecer as acusações de irregularidades nas superintendências da LBA de São Paulo, do Paraná, Amazonas e Rio de Janeiro”<sup>320</sup>. Rosane, porém, negou-se a comparecer, alegando que a autoridade a ser convocada seria a ministra Margarida Procópio, a quem a LBA era subordinada. Nessa conjuntura, já corriam boatos sobre uma provável saída da primeira-dama da presidência do órgão. Denúncias, pressão política e pressão matrimonial resumiam o entorno da primeira-dama. Ainda em agosto de 1991, a esposa de Collor descarta sua saída da instituição e busca dar continuidade a sua agenda de trabalho.

Além do mais, outro fator também noticiado pela mídia foi o atraso na prestação de contas a ser enviado ao Tribunal de Contas da União. “O orçamento da instituição equivalia, em 2014, a R\$ 1 bilhão, segundo a própria Rosane. Eram 9.400 funcionários. As denúncias de malversação de recursos vinham de longa data, mas chegaram a níveis inimagináveis no governo Collor” (GUEDES; MELO, 2019, p. 245-246). O longo e intenso mês de agosto de 1991, ainda contou com uma série de denúncias envolvendo a superintendência da LBA de Alagoas, ocupada por um indicado político de Vitorio Malta, o primo-cunhado da primeira-dama, bem como acusações de que Rosane teria utilizado dinheiro público do órgão nas eleições de 1990, destinando verbas para a Construtora

---

<sup>318</sup> Jornal do Brasil, 26 de julho de 1991.

<sup>319</sup> Jornal do Brasil, 10 de agosto de 1991.

<sup>320</sup> Jornal do Brasil, 05 de agosto de 1991.

Malta, pertencente a sua família, num valor equivalente a Cr\$ 35 milhões. A verba teria ajudado Geraldo Bulhões, eleito governador de Alagoas.

### Imagem 68 - Reportagem sobre o uso de dinheiro da LBA

## Rosane usou LBA na eleição de 90

*Mário Rosa*

CANAPI, AL — A Legião Brasileira de Assistência (LBA) em Alagoas reservou mais de 90% de seu orçamento anual em 1990 para gastos realizados a partir do dia 3 de outubro, data das eleições do ano passado. Nos primeiros 273 dias do ano, entre janeiro e a eleição, a LBA alagoana utilizou somente 8% de seu orçamento. Com base na documentação reservada que registra a contabilidade da LBA, é possível saber que a entidade concentrou suas despesas na fase imediatamente anterior ao segundo turno das eleições de Alagoas, realizado em 20 de janeiro. De cada Cr\$ 10 da verba anual da LBA na terra natal da primeira-dama Rosane Collor, Cr\$ 7,90 foram gastos nos últimos 31 dias do ano, em dezembro.

O curioso é que a onda assistencialista que dominou a LBA de Alagoas ficou restrita a dezembro passado — nem antes, ao longo de 1990, e muito menos depois, durante os oito primeiros meses deste ano, a entidade assistiu tanto, nem com tanta intensidade. No dia 27 de dezembro, por exemplo, a LBA gastou sem concorrência Cr\$ 55,3 milhões (Cr\$ 130 milhões, hoje) para o “fornecimento de 27 mil enxovais destinados a diversas entidades”. A fornecedora, de acordo com o Empenho 90 NE 0991, foi a Gisa Comércio e Representações S.A., sediada na Avenida Engenheiros Domingos Ferreira, 854, em Recife. Houve também as 186.546 cestas básicas, adquiridas da empresa Cesta do Trabalhador — Af...

### Assistencialismo explícito

*Os gastos da LBA se intensificaram no período imediatamente anterior ao segundo turno de Alagoas. Abaixo, os principais itens adquiridos pela entidade*

Data	Produto	Documento	Valor (Cr\$)	Empresa
03/12	Medicamentos	90ne0845 a 90ne0854	4 milhões	Mangabeiras e outras
03/12	Aparelhos ortopédicos	90ne0855	6,5 milhões	Ismael da Guia Lima
03/12	Medicamentos	90ne0860	1,6 milhão	Drogaria Santina
03/12	Óculos	90ne0864	2,5 milhões	Ótica Fluminense
03/12	Passagens	90ne0869 a 90ne0880	150 mil	Diversas
03/12	100 cadeiras de rodas	90ne0882	42 milhões	JJC
03/12	1000 filtros de barro	90ne0883	4 milhões	JJC
03/12	10 mil metros de tecido	90ne0884	5 milhões	G Matos Comércio
03/12	2000 lençóis	90ne0885	5 milhões	G Matos Comércio
03/12	800 colchões de solteiro	90ne0886	5 milhões	G Matos Comércio
03/12	1000 colchonetes	90ne0887	5 milhões	G Matos Comércio
04/12	Passagens a carentes	90ne0891	22 milhões	Transamérica Turismo
10/12	Pagamento de funerais	90ne0920	200 mil	Ismar Mendes
10/12	Armações e lentes	90ne0921	9 milhões	Ótica São
14/12	4.000 metros de tecidos	90ne0959	5 milhões	G Matos Comércio
21/12	186.000 cestas básicas	90ne0973	850 milhões	Cesta do Trabalhador
21/12	Passagens a carentes	90ne0986	12 milhões	Transamérica Turismo
26/12	586 cestas básicas	90ne0989	2,5 milhões	Cesta do Trabalhador
26/12	27 mil enxovais	90ne0991	130 milhões	Gisa Comércio
27/12	Medicamentos	90ne0992	5 milhões	Mangabeiras Comercial
28/12	Passagens	90ne1049	25 milhões	Transamérica Turismo
31/12	Água em carro-pipa	90ne1030	35 milhões	Construtora Malta
31/12	Convênios	90ne1057	50 milhões	Diversas
31/12	649 óculos	90ne1053	12 milhões	Ótica São
31/12	Convênios	90ne1060	250 milhões	Diversas
31/12	Convênios	90ne1061	200 milhões	Diversas
31/12	Cestas básicas	90ne1064	250 milhões	Cesta do Trabalhador
31/12	Convênios	90ne1072	75 milhões	Diversas
31/12	Convênios	90ne1073	150 milhões	Diversas
31/12	2000 colchões	90ne1075	12 milhões	G Matos Comércio
31/12	2300 lençóis	90ne1076	6,5 milhões	G Matos Comércio
31/12	2000 cobertores	90ne1077	4 milhões	G Matos Comércio

Fonte: Jornal do Brasil (RJ), 27 de agosto de 1991

As denúncias relacionadas a irregularidades na superintendência da LBA de Alagoas não sessaram por aí e o nome e a imagem de Rosane Collor se viram fortemente relacionados a tais denúncias. Dessa vez, acusada pelo superfaturamento na compra de cestas básicas, Rosane Collor lança uma nota oficial desmentindo tais acusações. No entanto, documentos oficiais contradizem a versão da primeira-dama, apontando um superfaturamento de 20% no valor total da compra.

Em 16 de fevereiro de 1992, reportagem da “Folha de S. Paulo”, informava que uma auditoria interna feita na LBA encontrou “rombo de US\$ 1 milhão na superintendência de Alagoas”, o que correspondia a quase 25% dos recursos encaminhados pelo governo federal ao órgão no estado, justamente no período em que Rosane presidiu a entidade. “Segundo relatório da sindicância, foram detectadas irregularidades em 28 convênios e contratos feitos pela LBA em Alagoas. Desses contratos, pelo menos três envolviam os Malta, família da primeira-dama”, relatava o diário. Em julho de 2002, o Tribunal de Contas da União (TCU) condenou o ex-superintendente da já extinta LBA Márcio Antônio Rios a ressarcir os cofres públicos em R\$ 15 milhões por irregularidades em sua gestão, nos anos 1990 e 1991. Entre elas, a contratação fraudulenta de uma empresa do irmão mais velho de Rosane, Pompílio Malta, e de sua tia Esmeralda Malta, para distribuir água no sertão alagoano. A empresa, que tinha um nome acima de qualquer suspeita (Construtora Malta Ltda), nem sequer possuía caminhões-pipa. (GUEDES; MELO, 2019, p. 246).

Na época, o Jornal do Brasil travou uma disputa na construção de narrativas dos fatos vivenciados, com representantes do governo e com a própria Rosane Collor. Diariamente foram noticiadas denúncias destinadas à LBA e à primeira-dama, que também fazia uso do espaço midiático para se defender e construir sua narrativa. Notas de empenho, licitações, contracheques e outros documentos oficiais foram veiculados nesse embate.

O desfecho do mês de agosto foi o anúncio da saída da primeira-dama Rosane Collor da presidência da LBA, fato que se concretizou no mês seguinte. Sua saída foi anunciada com a justificativa de uma reformulação na base do governo, junto com as mudanças no Ministério da Educação, colocando o cientista José Goldemberg no lugar do senador Carlos Chiarelli, e para Petrobras o nome de Ernesto Teixeira foi anunciado. Rosane comunicou oficialmente sua saída durante o 1º Encontro Nacional de Esposas de Governadores. O choro dela, no decorrer da realização da missa em comemoração aos 49 anos da Legião, diante de 500 pessoas, marcou sua despedida da instituição. Na ocasião, “nenhum membro representante do governo esteve presente”<sup>321</sup>.

#### **Imagem 69 - Rosane Collor chora na missa de 49 anos da LBA**



**Fonte:** Jornal do Brasil (RJ), 29 de agosto de 1991.

Relatos e imagens do choro da primeira-dama circularam através dos periódicos, alguns destacando a “dramaticidade” da cena, outros se mostrando compreensíveis frente ao momento pessoal vivenciado pela primeira-dama. Em seu livro, Rosane se isenta da

---

<sup>321</sup> Jornal do Brasil, 29 de agosto de 1991.

responsabilidade referente às irregularidades apontadas na LBA, e demonstra muito ressentimento em relação à postura de Fernando Collor de Mello quanto às acusações que envolveram seu nome.

No dia 28 de agosto, houve uma missa na Catedral de Brasília para comemorar o aniversário de 49 anos da LBA. Era também minha despedida da entidade. Eu estava muito emocionada. Aquela cerimônia marcou o fim de um ciclo, o fim de um sonho e, assim eu esperava, também de uma fase muito difícil na vida a dois. Como é bem de seu estilo, Fernando marcou uma reunião ministerial justo no horário da missa. Assim, nem ele ou qualquer de seus ministros pôde prestigiar meu evento. Por isso, e por tudo o que eu vivera nos meses anteriores, não consegui segurar o choro. Teve até uma cena eternizada por fotos de jornais e revistas em que a dona Sarah, viúva do ex-presidente Juscelino Kubitschek, me dá um lençinho para enxugar as lágrimas. Fernando finalmente tinha atingido seu objetivo. Na semana seguinte, eu deixei oficialmente a LBA para nunca mais voltar. (MALTA, 2014, p. 91).

Após a saída de Rosane, Paulo Sotero assumiu a presidência da instituição e, logo de início, propôs uma “devassa” no órgão, no sentido de organizar e melhorar a sua imagem. Logo, diversos nomes ligados à primeira-dama foram afastados, e uma série de investigações foram abertas. Efetivadas naquele momento, tais ações não conseguiram reabilitar a credibilidade da instituição, que foi extinta logo no início do governo de Fernando Henrique Cardoso. A série de irregularidades protagonizadas pela Legião Brasileira de Assistência foi apontada como um dos problemas que teria contribuído para a queda do presidente Fernando Collor de Mello<sup>322</sup>.

Rosane Collor teve seu nome envolvido nas diversas acusações de desvio, mal-uso do dinheiro público, peculato, superfaturamento e nepotismo, e acabou sendo indiciada pela Polícia Federal. No entanto, nunca chegou a pagar pelos crimes acima descritos, como salienta Guedes e Mello:

Rosane seria condenada em primeira instância por fraude, corrupção passiva e peculato em processo criminal na 12ª Vara de Justiça Federal, no Distrito Federal, acusada de receber cerca de R\$ 600 mil de empresas beneficiadas numa licitação para a compra de 1,6 milhão de quilos de leite em pó. O preço do produto foi elevado em 41%, enquanto a majoração permitida por lei era de 25%. Em 19 de abril de 2006, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região decidiu que estavam prescritas as “pretensões punitivas relativas aos crimes de falsidade ideológica, prevaricação e formação de quadrilha” de Rosane Collor e uma extensa lista de réus envolvidos com diferentes falcatuas relacionadas à LBA. (GUEDES; MELO, 2019, p. 245-247).

---

<sup>322</sup> Jornal do Brasil, 06 de fevereiro de 1992.

Longe da LBA, Rosane reestabeleceu a paz em seu casamento, estando ao lado de Collor durante o intenso período do processo de *Impeachment*, tendo inclusive, seu nome envolvido com o de Paulo César Farias, marqueteiro da campanha do marido, acusado de “banciar” os luxos da primeira-dama ao pagar os seus cartões de crédito. Na época, Rosane afirmou não ter conhecimento do fato, bem como de toda jogatina envolvendo PC Farias e Collor. Mais tarde, em entrevistas e também no seu livro autobiográfico, chegou a afirmar que já não tinha certeza da inocência de Collor, como defendera anteriormente.

O casamento de Rosane e Fernando Collor chegou ao fim em fevereiro de 2005. Todavia, de forma litigiosa, os dois ainda disputam os bens materiais do casal.

Mais uma vez, a narrativa da mulher-apaixonada-faz-qualquer-negócio é usada para explicar o deslize que a fez sair do casamento com “quase nada”. No caso, “quase nada” é uma pensão de R\$ 18 mil em 2014, na época em que lançou o livro (cerca de R\$ 24 mil, corrigidos a preços de outubro de 2019), e o usufruto da mansão em Maceió. (GUEDES; MELLO, 2019, p. 251).

Após a publicação de seu livro em 2014, Rosane concedeu uma série de entrevistas a programas de rádio e TV. Nelas, a ex-primeira-dama se propôs a abrir os bastidores do curto governo Collor, narrando inclusive, passagens da vida pessoal do ex-marido, como a prática do que ela denomina de “magia negra”, em busca de êxitos eleitorais.

Outrossim, apesar de todo o sofrimento vivenciado por Rosane no campo pessoal e profissional, no ano de 2018, ela, fazendo uso do sobrenome Collor, disputou uma cadeira na Assembleia Legislativa de Alagoas. Durante a campanha, tentou fazer uso do capital político delegado pelo sobrenome do ex-marido, alegando ser o sobrenome “Malta” desconhecido. Porém, obteve apenas 459 votos e não se elegeu. Rosane é lembrada como a primeira-dama que protagonizou o grande escândalo da Legião Brasileira de Assistência e como aquela que teria feito renascer a prática do primeiro-damismo em seu viés explicitamente assistencialista, fato já refutado neste trabalho, tendo em vista que tal fenômeno nunca chegou a desaparecer no decorrer dos anos anteriores.

Em suas práticas, Rosane efetivou um primeiro-damismo em seu viés *estratégico*, ao caminhar conjuntamente com o projeto neoliberal assumido pelo governo de seu esposo, Fernando Collor de Melo. No entanto, vale pontuar a postura protagonista da primeira-dama junto às demandas por ela assumidas, o que evidencia, também, *táticas* efetivadas, em meio ao complexo jogo político em que ela esteve inserida. Rosane Collor deixou o posto de primeira-dama em 29 de dezembro de 1992, após o desfecho do

processo de *Impeachment*, que acabou afastando o presidente Fernando Collor de Mello e deixando-o inelegível por oito anos.

**Quadro 07 – Idade ao casar e número de filhos**

<b>NOME</b>	<b>ESPOSO</b>	<b>IDADE/ CASAMENTO</b>	<b>IDADE/ PRIM.DAMA</b>	<b>Nº FILHOS</b>
<b>Marly Sarney</b>	José Sarney	22	53	3
<b>Rosane Malta (Collor)</b>	Fernando Collor de Melo	19	25	0

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora mediante material referente à História do Brasil.

Observando o quadro acima, percebemos que as duas figuras femininas se casaram com pouca idade, 22 e 19 anos, tendo uma assumido o posto de primeira-dama com mais de 50 anos, e a outra com apenas 25, o que possibilitou às personalidades focos de observação e críticas diferenciadas. Marly Sarney teve sua personalidade discreta muito evidenciada: mãe, esposa, senhora da alta sociedade, foram as imagens criadas e divulgadas em torno da esposa de José Sarney. Em relação a Rosane Collor, a pouca idade ao assumir o posto de primeira-dama, apenas 25 anos, foi um fator de grande destaque, assim como sua beleza, suas roupas e seus gastos com viagens, utensílios e vestimentas. O fato de não ser mãe também foi algo evidenciado, tendo as crises conjugais de seu casamento amplamente divulgados pela imprensa, bem como as tentativas de engravidar, inclusive, através de fertilização. Vale destacar que, apesar de distintos, os discursos construídos a respeito dessas duas primeiras-damas se mostram marcados pelas relações de gênero, focando em elementos atribuídos de forma naturalizada à figura e atuação feminina, como maternidade, casamento e beleza. Os discursos em torno dos espaços de poder circundaram mais a experiência de Rosane Collor, que foi muitas vezes apontada como importante figura no tabuleiro político de Collor. Mesmo assim, percebe-se que, além ou aquém de suas atuações, dos seus protagonismos e até das suas possíveis construções de capital político, os discursos formulados, no interior do campo político, em torno da figura da primeira-dama, carregam as marcas das relações e desigualdades de gênero.

Por fim, pontua-se que as duas personalidades trabalhadas neste tópico, enquadram-se no conjunto de primeiras-damas que tiveram uma atuação que buscou dar sustentabilidade ao governo de seus esposos, assumindo um primeiro-damismo em seu viés *estratégico*. Marly Sarney e Rosane Malta (Collor) estiveram à frente do posto em um momento de grande expectativa e euforia quanto aos rumos sócio-político-econômicos que o país tomaria. Portanto, sobre elas também recaiu parte dessa expectativa, afinal, deram continuidade a um modelo de atuação previsto para as esposas dos presidentes que levaria o Estado às áreas de assistência no âmbito social. Àquela altura, a face assistencialista do chamado serviço social se encontrava em meio a inúmeras críticas. No entanto, as duas persistiram em fazer uso de tal ferramenta, fato que marcou suas passagens pelo posto ocupado.



## *Capítulo 4*

*O desmonte da LBA e a ação das  
primeiras-damas no novo cenário  
político/social (1992 - 2010)*

O fim do Regime Militar e a crescente emergência de diversos grupos e atores sociais marcaram um momento único na história nacional, fazendo do Brasil um cenário paradoxal, balizado por uma série de permanências e rupturas. Velhos sujeitos e novos se misturavam na busca da solidificação do estado democrático de direito. Velhas e novas práticas embaralhavam o jogo político daquele momento. Nesse contexto, vale lembrar o conflituoso momento vivenciado durante os anos de 1985 a 1992, quando José Sarney e Fernando Collor de Mello estiveram à frente da Presidência da República, protagonizando, literalmente, esse cenário paradoxal.

Apontado como “filhote” da Ditadura, José Sarney não conseguiu implantar no Brasil políticas econômicas e sociais que respondessem às demandas emergentes. Derrubados os aparatos autoritários do Regime Militar, a população brasileira coexistia com uma realidade de poucos avanços no campo democrático e de combate à pobreza e à desigualdade social. As lutas em prol da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte agitaram os anos da segunda metade da década de 1980, bem como os trabalhos desenvolvidos pela ANC. Em 1988, o Brasil conhecia a sua mais nova Constituição Federal, considerada, naquele momento, avançada e progressista.

Em 1989, a população participou da primeira eleição direta para Presidência da República após o Golpe de 1964, quando Fernando Collor de Mello foi eleito Presidente do Brasil. Inicialmente, a euforia demarcava espaço junto ao governo de Collor, figura que afirmava representar a nova política e carregava um plano de governo de caráter neoliberal. Vieram planos econômicos como tentativas de conseguir apoio junto ao povo e à cúpula da política nacional, mas nada adiantou, pois, o Brasil não saía da estagnação em que se encontrava, e como consequência as cobranças chegaram. Após as denúncias de envolvimento e desvio de dinheiro público entre Fernando Collor e o marqueteiro de sua campanha, Paulo César Farias, caiu a popularidade, bem como a sustentabilidade de seu governo e a partir disso, foi aberto um processo de *Impeachment*, resultando no afastamento do primeiro presidente eleito pelo voto popular. A democracia brasileira parecia ainda “engatinhar” no cenário descrito.

Esse paradoxo vivenciado também pode ser observado, como feito no capítulo anterior, quando analisadas as atuações das duas primeiras-damas, Marly Sarney e Rosane Collor, que desempenharam ações de cunho social, buscando legitimar a governabilidade de seus maridos, muitas vezes usando as práticas assistencialistas, o que, neste trabalho, denominamos de primeiro-damismo *estratégico*. O panorama brasileiro,

carregado de euforia, clamava por um contexto de mudanças que culminassem, de fato, na consolidação da democracia, no entanto, não foi a realidade vivenciada entre os anos de 1985 a 1992.

Neste capítulo, serão observadas as posturas políticas e sociais adotadas no Brasil, no momento posterior ao período descrito, bem como serão analisadas as atuações das primeiras-damas nesse novo contexto. Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva protagonizaram espaços de governabilidade que responderam a determinadas emergências da sociedade, caminhando no sentido de fortalecimento das instituições democráticas. As primeiras-damas, Ruth Cardoso e Marisa Letícia, impuseram ao primeiro-damismo novas formas de ser, cada uma ao seu modo. Portanto, um novo cenário se apresentava e novas práticas foram propostas. Demarcamos, então, o ano de 1992, justificado pelo afastamento de Collor.

Com a concretização do afastamento de Fernando Collor de Mello da Presidência da República, o posto passou a ser ocupado por Itamar Franco, que assumiu em 29 de dezembro de 1992 e permaneceu no cargo até 1º de janeiro de 1995, data da posse de Fernando Henrique Cardoso. Durante esse período, o posto de primeira-dama permaneceu vazio, pois a esposa de Itamar, Anna Elisa Surerus, havia falecido em 1978. Na área social, mesmo após a saída de Rosane, a Legião Brasileira de Assistência não recuperou sua credibilidade junto ao imaginário social, bem como se apresentava obsoleta diante da nova realidade vivenciada. A Constituição Federal de 1988 passou a enquadrar a assistência social no escopo mais amplo do que se convencionou chamar de Seguridade Social, entendida como o conjunto de ações do Estado que visam atender às necessidades básicas no que tange à saúde, assistência social e previdência. Os artigos 203 e 204 da CF/1988 asseguram que a assistência social deve atender a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social. Ou seja, a partir desse momento, a assistência social passou a ser apontada enquanto aparato de política pública, devendo ser realizada de forma racional e sistematizada, contando com o Estado para que isso ocorra.

Porém, na prática, muitos obstáculos foram encontrados para que tal pressuposto se concretizasse. A própria Legião Brasileira de Assistência continuava desenvolvendo parte dos seus trabalhos seguindo os moldes assistencialistas. Diante de várias discussões, em 13 de julho de 1993, o então Ministro de Estado do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhaes Júnior, apresentou ao Presidente da República o projeto de lei n. 4100, que dispunha sobre a organização da assistência social no país. Esse projeto foi a semente para a elaboração da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica

da Assistência Social (LOAS), que prevê, em seu artigo 1º, que “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”<sup>323</sup>.

A aprovação da LOAS colocou, mais do que em qualquer outro momento, a LBA em uma posição desconfortável. No entanto, nem dentro do próprio governo havia um consenso a respeito do desmonte da instituição. Em 09 de janeiro de 1994, o jornal Folha de S. Paulo publicou uma reportagem sobre o órgão, a qual destacou que “O governo federal levará pelo menos dois anos para desmontar a LBA (Legião Brasileira de Assistência), um órgão inchado que serve mais como máquina eleitoral do que como formulador e executor de uma política de assistência social”<sup>324</sup>.

Na época, a LBA se encontrava vinculada ao Ministério do Bem-Estar Social, que estava previsto para ser extinto com a reforma administrativa do Governo. Após a extinção, a instituição passou para o Ministério da Previdência e Assistência Social. A reportagem supracitada ainda destaca a existência de um estudo realizado pelo Ministério do Bem-Estar Social que apontava a “incapacidade da LBA para promover a assistência social pretendida pelo governo”. Em contrapartida, a nova ministra da pasta, “Leonor Franco, ex-presidente da LBA, não concordou com a proposta, afirmando que a LBA estava preparada para responsabilizar-se por toda a área social do governo. Com a reforma administrativa, fica anunciado o desmonte futuro da LBA”<sup>325</sup>. A conjuntura demonstrava a inexistência de um caminho claro a ser tomado pela assistência social no país, mesmo, em termos teóricos, tendo a Lei Orgânica de Assistência Social aprovada.

Àquela altura, a euforia que marcara o início da década de 1990 se via atenuada frente ao cenário político e econômico do país. Assim, o novo governo tinha como grande missão a estabilização da economia nacional, que vinha convivendo com altos índices inflacionários. Diante disso, o primeiro escalão do governo de Itamar foi montado, sendo o cargo de Ministro das Relações Exteriores incumbido ao então senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB, um novo partido criado por dissidentes do PMDB em

---

<sup>323</sup> Lei nº 8.742, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm). Acesso em 05 de set. 2020.

<sup>324</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 09 de janeiro de 1994. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/09/brasil/32.html>. Acesso em 12 de mai. 2020.

<sup>325</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 09 de janeiro de 1994. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/09/brasil/32.html>. Acesso em 12 de mai. 2020.

1988. Na questão econômica, o Governo parecia não encontrar um nome de consenso para atuar à frente da conflituosa situação. Logo nos primeiros meses, entre outubro de 1992 e maio de 1993, Itamar chegou a nomear três personalidades para o Ministério da Fazenda: Gustavo Krause, Paulo Haddad e Eliseu Resende foram os escolhidos, porém nenhum conseguiu modelar um plano de ação viável para resolver os problemas da economia brasileira.

O último desses, Eliseu Resende, foi substituído pelo então Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, em maio de 1993. FHC era um reconhecido sociólogo e intelectual brasileiro, que havia entrado na vida política na passagem das décadas de 1970 para 1980, quando participou das eleições para senador no ano de 1978, oportunidade em que ficou na suplência de Franco Montoro. A candidatura de Fernando Henrique foi indicada como uma anticandidatura, tendo em vista que o país ainda vivia sob os auspícios do Regime Militar. Na época, a oposição ao governo se mostrou favorável a indicação de FHC, que contou com o apoio de nomes como o de Luís Inácio Lula da Silva, Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Cândido, Chico Buarque, Elis Regina e Regina Duarte. Além desses nomes, a aproximação com Ulisses Guimarães também foi crucial para o desfecho desse início de carreira.

Sua esposa, Ruth Cardoso, foi contra a ideia a princípio, pois, mesmo atuando na esfera pública há anos, era professora universitária e não olhava a política partidária com bons olhos. Todavia, após algumas conversas com Maria Helena e José Gregori, Ruth aceitou a ideia. Em depoimento à Inácio de Loyola Brandão, biógrafo oficial da esposa de FHC, José Gregori relatou que “a liturgia da política é que a incomodava. Por outro lado, Ruth dominava a teologia da política, conhecia bem o que ela é como um instrumento para avançar o pensamento, as ideias, a liberdade, a igualdade. Sempre teve noção clara disso e exerceria, no futuro, uma influência grande” (BRANDÃO, 2010, p. 111).

Inserido no governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso contou com uma equipe de economistas para pensar em uma solução para os problemas econômicos do país, formada por nomes como Pêrsio Arida, Armínio Fraga, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan, Edmar Bacha, Winston Fritsch, entre outros. Juntos, desenvolveriam o Plano Real, que não demoraria a apresentar efeitos junto ao cenário nacional e proporcionaria o aumento da capacidade de consumo da população, bem como o controle da inflação. Aparentemente, estavam resolvidos os problemas da economia do

país, por isso despontava, naquele cenário, um nome óbvio à sucessão presidencial, o do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Mais uma vez a indicação foi recebida pela família com ressalvas. Sua esposa, Ruth, mostrava-se inquieta frente à possibilidade de concretização da candidatura. Em conversa com Lourdes Sola, Ruth afirmou: “Lourdes, se o Fernando Henrique ganhar essa eleição, não sei o que vou fazer da minha vida. Não sei o que vou ficar fazendo”<sup>326</sup>. A colega então disse que Ruth sabia fazer muitas coisas e logo encontraria algo para fazer no posto de primeira-dama. Outra amiga, Gilda Portugal, relatou: “quando o Fernando Henrique entrou na campanha, para ela foi traumático, viu que teria de abrir mão de alguma coisa, seria obrigada a fazer escolhas. Ela passava a ser um personagem novo e essa mudança não estava em suas mãos”<sup>327</sup>. Ruth dizia não se imaginar ocupando um cargo que dependesse do papel preenchido pelo marido. Tal inquietação impulsionou a atuação de Ruth Cardoso durante o período em que ocupou o posto de primeira-dama do país, ao buscar construir um espaço de experiência novo àquela figura social, que não estivesse exclusivamente “à sombra” do presidente e a serviço do seu governo. Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente do país ainda no primeiro turno da eleição, realizado em 3 de outubro de 1994, assumindo o cargo em 01 de janeiro do ano seguinte. A partir daquele momento, Ruth Cardoso teria novos desafios a vivenciar, agora enquanto primeira-dama do país.

#### *4.1 Ruth Correia Leite: um protagonismo anunciado em consonância com a sua formação intelectual*

Pessoas costumam dar um ar de grande reverência e importância quando você perde alguém, e exageram às vezes na história, mas olha, com a dona Ruth, que aliás detestava ser chamada de dona Ruth, ela gostava de ser chamada professora, essa é uma verdade. Ela foi extraordinária. Na minha opinião, a grande consciência social, a grande realização social desse país começou, do ponto de vista da presidência, pelas mãos da professora Ruth Cardoso. Ela continuou fazendo as mesmas reflexões que ela fazia quando ela se formou em antropologia, quando ela era professora da USP. Horácio Lafer Piva.

As pesquisas da Ruth, eu chamei atenção, porque elas estavam atentas a essa dinâmica política que estava acontecendo nas periferias. Então, as pesquisas da Ruth foram pioneiras em penetrar, em estudar o

---

<sup>326</sup> BRANDÃO, 2010, p. 148.

<sup>327</sup> BRANDÃO, 2010, p. 149.

cotidiano da vida nos bairros periféricos e nas favelas. Esther Hamburger<sup>328</sup>.

As falas do economista Horácio Lafer Piva e da antropóloga e professora Esther Hamburger, respectivamente, destacam a importância de Ruth Cardoso junto ao desenvolvimento das políticas sociais no cenário nacional, bem como relacionam sua atuação, enquanto ocupou o papel de primeira-dama, a sua formação profissional. Ruth Cardoso é considerada um dos principais nomes da antropologia, recebendo influências de personalidades como Claude Lévi-Strauss, Clifford Geertz, Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, entre outros. Muito se fala dessa relação, no entanto, pouco se explora sobre ela. Aqui pretendemos compreender como sua formação intelectual, de fato, contribuiu para o desenvolvimento de suas ações enquanto primeira-dama do país e os impactos dessa relação no processo de remodelagem do primeiro-damismo.

A formação de Ruth Cardoso começa muito antes de sua entrada na Universidade. Ruth nasceu em 19 de setembro de 1930, na cidade de Araraquara, interior de São Paulo, mas só foi registrada em 25 de setembro daquele ano. Filha de José Correia Leite e Maria Villaça Correia Leite, a Mariquita, primeira personagem a ser destacada no processo de formação de Ruth Cardoso. Dona Mariquita possuía um perfil “progressista” em relação ao padrão de comportamento esperado e delineado a ser seguido pelas mulheres durante a primeira metade do século XX<sup>329</sup>. Para pensar a questão das mulheres na sociedade, é preciso a compreensão de que estamos inseridos em um sistema patriarcal, racista e capitalista, como afirma Saffioti (1987), para qual o patriarcado “ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida” (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

Mariquita sonhava em fazer o curso de medicina, mas acabou fazendo o de farmácia, pouco comum na época. Por isso, Mariquita exerceu, durante toda a vida, a profissão de professora, atuando nas áreas de química e biologia, mas, em paralelo, também atuava como farmacêutica. “Mariquita se desdobrava. Era assistente do professor de química Joaquim Pinto Machado, no Ginásio Estadual, onde também substituíra o professor de ciências naturais, atual biologia. Lecionava botânica na Faculdade de

---

<sup>328</sup> Homenagem organizada pelo Insper, instituição de ensino superior e de pesquisa sem fins. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/catedras/sobre-ruth-cardoso/>. Acesso em 22 de set. 2020.

<sup>329</sup> Evidenciamos a multiplicidade que engloba o termo “mulheres”, ressaltando que não havia um padrão seguido por todas, mas esperado pela sociedade. O demarcador classe social explicita a diversificação do termo. Sobre a discussão ver: FRASER, Nancy. **Fortunas del feminismo: del capitalismo gestionado por el Estado a la crisis neoliberal**. Traficantes de sueños: Espanha, 2015.

Farmácia e Odontologia, hoje Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Unesp” (BRANDÃO, 2010, p. 26). No final da década de 1960, Dona Mariquita conclui seu doutorado na mesma faculdade. Brandão (2010) aponta que ela carregava o sonho de concluir o doutorado como um desafio pessoal e essa conquista da mãe sempre foi um ponto de orgulho para Ruth. Esse perfil progressista também pode ser observado na relação e criação da filha. “Ela era um mito na cidade, mulher moderna e excelente professora. Ruth tinha mais liberdade do que a maioria das moças da cidade”, relatou Iara Prado em entrevista concedida a Margarida Cintra Gordinho, em 05 de novembro de 2008<sup>330</sup>.

Mariquita, na hora de matricular a filha numa escola, decidiu sem hesitação pela escola pública. Apesar de rodeado de todos os lados por parentes carolas e igrejeiros, ela pessoalmente não suportava a ideia de ter uma filha numa instituição católica, daí o colégio Progresso está fora de questão. Mariquita não tinha afinidades nem com a igreja nem com a diretoria do Progresso. (BRANDÃO, 2010, p. 24).

Estudada, portadora de uma autonomia pouco vivenciada pelas mulheres de sua geração e não adepta ao catolicismo e à igreja Católica, esse era o perfil da mãe de Ruth Cardoso, que teve sua formação escolar iniciada no Grupo Escolar Antônio José de Carvalho, em Araraquara, onde concluiu o curso ginásial aos 15 anos, no Araraquara College. “Os oradores da turma foram os dois melhores alunos, Ruth Cardoso, pela turma B, e Luíz Rodovil Rossi, pela turma A, evento noticiado pelo jornal O Imparcial, que reproduziu, na íntegra, o discurso de Ruth”. (BRANDÃO, 2010, p. 35).

Ruth sempre foi uma aluna de destaque e contou com o apoio e incentivo da mãe. Após a conclusão do ginásio, Ruth foi morar e estudar em São Paulo. Ruth Correia Leite foi aluna semi-interna no Colégio *Des Oiseaux*.

O colégio das cónegas regulares que Santo Agostinho, o Des Oiseaux, era uma instituição para a elite Paulista. A congregação era de origem belga. O colégio foi criado em 1907 instalado na Vila Uchôa, um palacete projetado por ramos de Azevedo e Victor Dubugras, cedido em comodato à congregação pela Prefeitura de São Paulo. O imóvel ficava em meio a um bosque de árvores nativas, na rua Caio Prado, bairro da Consolação. As freiras agregavam à construção principal uma ala que inclui biblioteca, capela, salas de aula, refeitórios dormitórios salão de festas e clausura. (GORDINHO, 2009, p. 16)

Naquele contexto social era pouco comum que meninas, em especial filhas únicas, saíssem de perto da família, todavia Ruth foi estudar na capital do estado, contando com

---

<sup>330</sup> GORDINHO, Margarida Cintra. **Livro de Ruth**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FECAP, 2009, p. 14.



o apoio dos pais. “Era uma atitude moderna, liberal, de quem estava cinquenta anos à frente. Uma atitude ousada para a época. Coisa do outro mundo, as jovens não iam embora sozinhas”, afirmou Margarida Troncon Busatto<sup>331</sup>. Ademais, a passagem de Ruth pelo *Des Oiseaux* também foi de destaque, já que ela era uma das primeiras alunas de sua turma. Concluindo mais essa etapa da formação escolar, Ruth foi morar em um pensionato de freiras no bairro da Pompéia, enquanto se preparava para prestar vestibular e entrar na universidade; obteve êxito na primeira tentativa, sendo a mais bem colocada entre os concorrentes. Em 1949, Ruth Correia Leite é aprovada para o curso de Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, USP. “A Universidade de São Paulo era o paradigma de ensino superior no Brasil, com seus 15 anos de existência. [...]. Naquele ano de 1949, ainda funcionava no último andar do Colégio Caetano de Campos, na Praça da República”. (BRANDÃO, 2010, p. 42).

A partir daquele momento, Ruth iniciou uma nova e frutífera fase de sua formação pessoal e profissional. Foi no dia do vestibular que ela conheceu Fernando Henrique Cardoso, aquele com quem se casou no ano de 1953. Os dois prestaram vestibular e estudaram juntos durante a graduação. Dali em diante, passaram a frequentar os mesmos espaços, conviver com o mesmo grupo de pessoas, formando, inclusive, grupos de estudo e pesquisas que movimentaram a intelectualidade brasileira. “A vida era ao redor da faculdade, localizada no terceiro andar do Caetano de Campos, na Praça da República”. (BRANDÃO, 2010, p. 43). Em 1950, a faculdade foi transferida para a rua Maria Antonia, que também se constituiu um espaço central de convivência.

A Maria Antonia acabou se tornando uma instituição não apenas na história da Universidade de São Paulo, como também na própria história da cidade. O professor José Goldemberg definiu o prédio como a “maior densidade intelectual por metro quadrado que jamais se reuniu em São Paulo. [...]. O prédio da Maria Antonia foi o fermento no qual se geraram tendências políticas de hoje, nele estudaram e ensinaram muitos dos líderes de diversos partidos políticos hoje”. (BRANDÃO, 2010, p. 45).

Junto com Fernando Henrique, Ruth participava da “turma da biblioteca”, e formaram um grupo de estudantes que frequentava a Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Era um espaço de sociabilização e de formação da futura intelectualidade brasileira. A Inácio de Loyola Brandão, Fernando Henrique chegou a afirmar que a faculdade havia sido para eles uma revolução mental<sup>332</sup>. Tiveram aula com Roger Batisde,

---

<sup>331</sup> BRANDÃO, Inácio de Loyola. **Ruth Cardoso**: fragmentos de uma vida. São Paulo: Globo, 2010, p. 36.

<sup>332</sup> BRANDÃO, 2010, p. 46.

Pierre Monbeig, Paul Hugon, Raymond Aron, Antônio Cândido, Fernando de Azevedo, tendo Florestan Fernandes como seu professor assistente de sociologia. Vale destacar que Antônio Cândido foi o professor que embasou os conceitos da antropologia social, do qual Ruth se apropriou, aplicando-o em muitos de seus trabalhos acadêmicos e na sua prática frente às demandas sociais.

Ainda no tempo da graduação, Ruth e Fernando fizeram um curso no Museu de Arte Moderna, assistindo aulas com Pietro Maria Bardi, além de terem participado do Clube dos Artistas e Amigos da Arte, fundando na década de 1930, por Flávio de Carvalho. Parafraseando Brandão (2010), era uma vida intelectualmente rica. No último ano da universidade, Ruth começou a dar aulas de história à noite, no colégio estadual Fernão Dias Paes, na cidade de Pinheiros e, mesmo não sendo sua área de formação, ela se destacou na função. “Gostava de Ruth, principalmente pela exigência bibliográfica, ampla, extensa, suas indicações eram de um nível muito superior, aberto, diferente do que existia antes”, afirmou Leôncio Martins<sup>333</sup>.

O envolvimento de Ruth com a pesquisa acadêmica se deu a partir do seu contato com Roger Batisde, momento em que uma consciência de uma moderna antropologia emergia. À antropologia, não cabia estudar apenas os povos primitivos, mas refletir sobre os problemas das comunidades urbanas atuais, a fim de desvendar a solução para diversos problemas sociais existentes. Esse contato teve início ainda no segundo ano da graduação, quando Batisde foi professor de Ruth, e a inseriu nessa nova perspectiva da antropologia. A partir desse momento, Ruth Cardoso estreitaria cada vez mais seus laços com os estudos e pesquisas que abordassem problemáticas sociais; concluiu a graduação em 1952, já mergulhada nesse universo acadêmico e com pretensões em dar continuidade. No ano seguinte, no dia 2 de fevereiro de 1953, Ruth e Fernando Henrique Cardoso se casaram na cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>333</sup> Entrevista cedida ao autor em junho de 2009, BRANFÃO, 2010, p. 48.

### **Imagem 70 - Ruth e Fernando Henrique Cardoso no dia do casamento**



**Fonte:** Arquivo Ruth Cardoso. Fundação FHC<sup>334</sup>

Na época, Ruth trabalhava na Secretaria do Trabalho do estado carioca. A partir desse momento, pesquisa e trabalho jamais caminhariam separados.

Em 1955, Ruth deixou a Secretaria do Trabalho e passou a dar aulas em Sorocaba, duas vezes por semana, na Faculdade Municipal de Filosofia, Ciências e Letras. [...]. E, no ano seguinte, surgiu mais um emprego, o de professora de sociologia educacional no curso de formação de desenho da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, FECAP. (BRANDÃO, 2010, p. 57).

Dois anos depois, juntamente com Eunice Ribeiro Durham, Ruth foi convidada a ser assistente voluntária da Cátedra de Filosofia. Foram três anos de trabalho e parceria que enriqueceram a relação entre as duas, consideradas pelos pares como os grandes nomes da antropologia brasileira, aquelas que introduziram o Estruturalismo nos cursos de Ciências Sociais no Brasil, recebendo grande influência de Claude Lévi-Strauss.

Os filhos chegaram: Paulo Henrique em 1954, Luciana em 1957. Ruth continua dando aulas, ainda como voluntária, pois só foi contratada em 1960. Era uma professora participante, interessada e muito querida por sua generosidade e pelo prazer que transmitia ao partilhar conhecimento. Gioconda Mussolini, Eunice Durham e ela eram as damas da antropologia. Em 1959, Ruth ficou grávida de Beatriz. (GORDINHO, 2009, p. 18 e 19).

As duas mudaram a cara da antropologia no Brasil; diferentes e muito parecidas ao mesmo tempo, criavam metodologias diferenciadas a serem aplicadas nos cursos em

---

<sup>334</sup> Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/arquivo-ruth-cardoso>. Acesso em 12 de set. 2020.

que atuavam. “A cada viagem que fazia, Ruth captava as coisas, comprava livros, vinha com novidades, levantava questões, problemas e dúvidas com relação a toda a bibliografia”, revela Eunice. ‘Éramos modernas naquele momento, estávamos a par de tudo que acontecia no mundo’” (BRANDÃO, 2010, p. 72). Já envolvidas com as questões de cunho social, Ruth e Eunice prestavam apoio ao movimento estudantil na luta contra o regime ditatorial vigente no país, a partir de 1964.

Em 1959, Ruth concluiu seu mestrado em Sociologia, defendendo a dissertação intitulada *O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses*. Nela, analisou a imigração japonesa e o processo de inserção desses povos no convívio social brasileiro, destacando a oposição entre os costumes de uma família japonesa e a sociedade brasileira. O trabalho apresenta uma discussão sobre a hierarquia dentro da lógica japonesa, apontando as diferenças entre os “issei” e os “nissei” e como isso interferiu no processo que era chamado de aculturação. Em japonês, a expressão “sei” significa geração, por sua vez, “issei” faz referência à primeira geração. “Issei” é o japonês que emigra para outro país, como aquelas que vieram para o Brasil. Já o “nissei” é o filho do “issei”, que nasce em outro país, constituindo-se na segunda geração de japoneses. Ruth analisa e narra a paulatina aceitação por parte dos pais, os “issei”, da nacionalidade brasileira dos filhos, os “nissei”. As novas gerações, cada vez mais próximas da cultura nacional, viam-se muito mais ligados aos modos de vida brasileiro do que japoneses. Esse processo Ruth chamou de aculturação. Para chegar à tal conclusão, ela estudou, para além do processo de imigração japonesa, a realidade da sociedade brasileira, seus costumes, seus hábitos e suas práticas.

Vindo somar em meio a esse processo formativo, Ruth teve contato direto com o casal de estudiosos, Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir, em visita ao Brasil, no ano de 1960. Eles viajaram durante dois meses pelo país, estabelecendo contato com a intelectualidade brasileira.

Sartre fez uma conferência na recém-inaugurada Faculdade de Filosofia, a convite de seu diretor Fausto Castilho, que definia Araraquara como o centro cultural importante. Simone de Beauvoir falou sobre feminismo no teatro Municipal, tendo Fernando Henrique como intérprete. Na sala repleta, as ideias postas no seu livro *O Segundo Sexo* tiveram um grande impacto. O mundo desenvolvido chegara à Araraquara, e a mudança viria pelas mãos das mulheres. (GORDINHO, 2009, p. 21).

A obra de Simone de Beauvoir era muito lida no Brasil, sendo referência para as estudantes da Maria Antonia. Ruth conhecia o trabalho e resguardava um profundo

respeito pela pesquisadora. Em sua biografia, Inácio de Loyola narra o jantar que resultou na fragilização dessa admiração. Na ocasião, Ruth preparou e serviu uma sopa de mandioquinha, acreditando agradar o paladar dos estudiosos. De forma inesperada, Simone haveria sugerido que Sartre não comesse, pois não iria gostar. A cena enfureceu Ruth, já que, para ela, Simone estava se pondo em uma posição de guardiã, de protetora do marido, indo totalmente de encontro às teorias feministas defendidas em seus livros.

O feminismo também esteve presente na formação intelectual de Ruth Cardoso, de forma mais incisiva a partir do final da década de 1970. Diversos trabalhos realizados sobre Ruth Cardoso a apontam como feminista, tendo ela contribuído intelectualmente, enquanto militância, com o movimento de mulheres que se organizava em São Paulo. Em sua biografia autorizada, Inácio de Loyola Brandão não a define explicitamente dessa forma, no entanto, ressalta sua aproximação com o grupo *SOS Mulher*, a organização de uma ala feminina no interior do PMDB, “do qual fizeram parte, entre outras, Eva blay, Anésia Pacheco Chaves, Beth Mello, Marta Suplicy, Maria Helena Gregori, Dandara Prado, Maria Luiza Eluf, Iara Prado, Zuleika Alambert, Silvia Pimentel, Maria Malta Campos, Fátima Pacheco Jordão, Florisa Verucci e Ruth Cardoso”<sup>335</sup>, e o envolvimento com grupos femininos nas eleições para o governo de São Paulo no ano de 1980. Anos mais tarde, Ruth participaria da criação do PSDB, articulando um grupo de mulheres em seu interior.

Em 1978, o nome de Ruth Cardoso figurava entre àqueles que assinaram a *Carta da Mulher Paulista*. No ano seguinte, ela ingressou no grupo Frente de Mulheres Feministas, liderado por Ruth Escobar. Nos encontros, eram discutidos temas como a desigualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, a falta de creches e as demandas das mães solteiras. “A liberação estava na ordem do dia e, logo, foi tema de televisão. Em 1979 estrou com grande repercussão o seriado *Malu Mulher*, com Regina Duarte no papel título. A personagem de Malu, que era a socióloga, foi inspirada em Ruth Cardoso, uma mulher contemporânea” (GORDINHO, 2009, p. 135).

---

<sup>335</sup> BRABDÃO, 2010, p. 117.

## Imagem 71 - Matéria sobre Malu Mulher e a associação com Ruth Cardoso

**Regina Duarte, como “Malu”, leva 2 mil à concha acústica**

**Malu Mulher** — Ou melhor, Regina Duarte — foi responsável, ontem, pela maior audiência de toda a reunião da SBPC. Enquanto em outros auditórios se debatiam temas como energia, política indigenista e movimentos sociais, como escola para o povo, o poder da televisão levou mais de 2 mil pessoas à concha acústica para discutir em que ela vive na Rede Globo.

Houve palmas, várias apupos, gritos, e os maiores aplausos ficaram com dois rapazes que, por trás da mesa onde estavam os debatedores do tema “Televisão e Educação”, colaram um cartaz enorme com o símbolo da Globo, desenhado e em verniz, escrito Pim-Pim. Quase todas as perguntas ficaram entre o por que Malu não mostra os problemas da mulher do povo e a questão de ser ela instrumento de manutenção da ideologia dominante.

**Confusão**

Marcado para as 18h, o debate seria no auditório 7-B, mas por excesso de espectadores decidiu-se, às 18h00m — quando a maioria já reclamava, aos gritos, contra o calor e o atraso dos debatedores — transferi-lo para a concha acústica. Ao ser dada, pelo microfone, a informação, as pessoas se atiraram cadeiras abaixo, aos empurrões, e muita gente foi imprensada contra a porta e a parede, gerando novos gritos.

Alguns preferiram o elevador, mas a maioria desceu, correndo e esbarrando em todo mundo, pelas escadas e rampas da Universidade. Um senhor comentou com um grupo de moças que não era preciso tanta correria, porque a concha tinha capacidade para 3 mil pessoas, ao que responderam: “Mas nós queremos ficar bem na frente”. Em seguida, a audiência assemblava-se à de um programa de auditório, como se fazia antigamente na TV.

Regina Duarte chegou cinco minutos mais tarde, de saia e blusa muito simples, meia-socote e sandálias sem salto, e não quis dar entrevistas sobre seu depoimento “porque ainda não tenho a

Foto de Genival Vello



**Goldemberg quer proposta concreta**

O presidente da SBPC, físico José Goldemberg, em entrevista no encerramento da 52ª Reunião Anual da Sociedade disse que a abertura deixara de ser uma simples “liberalização do autoritarismo” na medida em que permitiu as discussões de temas concretos e que as diversas instituições sociais ofereçam “propostas e alternativas também concretas”.

O Sr José Goldemberg acha que as discussões neste nível pela reunião deste ano da SBPC foi o aspecto mais positivo, numa avaliação final. Citou particularmente três áreas em que a comissão científica oferece alternativas viáveis e transformadoras: energia nuclear, a SBPC aprovou proposta visando a interromper o atual programa até a realização de um plebiscito, saúde e “em alguns casos”, educação.

**Com “parti pris”**

Apesar de achar que a reunião comprometeu a vitalidade e a maturidade da SBPC, José Goldemberg destaca que, justamente, num dos aspectos da sentença geral desta reunião — Ciência e Educação para uma Sociedade Democrática — houve deficiências: nos debates e nas pro-

mente orientados para a questão democrática.

“Isso — diz o presidente da SBPC — é reflexo de que o que era feito anteriormente como análise política, era apenas fruto de parti pris. Discutia-se os grandes temas não para compreendê-los mas para marcar ou defender posições.”

**Dois caminhos**

O presidente da SBPC acha que há dois caminhos para a articulação de alternativas propostas nas várias instâncias de discussão democrática: até se tornarem projeto político concreto. “Um é o da educação: quanto mais gente for influenciada e conquistada para estas alternativas, melhor”, diz o Sr José Goldemberg.

“Quando um funcionário do Governo vem aqui participar de uma mesa redonda ou debate, sai muito mais ilustrado e informado do que se estivesse sentado em seu escritório em Brasília”, diz o Sr José Goldemberg para explicar como se dá esta educação.

“Outro caminho apontado por ele é o do pragmatismo, “das propostas concretas”. Com isso acha ser possível sensibilizar as

A socióloga Ruth Cardoso acha fascinante a televisão como meio para conseguir consenso social

Fonte: Jornal do Brasil (RJ), 12 de julho de 1980.

A matéria publicada no Jornal do Brasil, destaca a associação entre a personagem Malu Mulher e Ruth Cardoso, apontando os altos índices de audiência do seriado. Em meio ao fervor em torno das questões femininas, no decorrer da década de 1980, a aceitação da série foi quase que imediata. Nela, estava presente o reconhecimento intelectual de Ruth Cardoso e sua importância junto às demandas femininas da época. A reportagem ainda relata que “a socióloga Ruth Cardoso acha fascinante a televisão como meio para conseguir consenso social”<sup>336</sup>.

Ruth fez parte do Conselho Editorial do jornal Mulherio, composto por 16 mulheres, que contava com representatividades femininas, como Eva Blay, Heleieth Saffioti, Carmem Barroso e Maria Carneiro da Cunha. O Mulherio se apresentou como uma publicação bimestral, estando aberto a colaborações em torno da questão feminina. Em sua primeira edição, são apresentados os objetivos do periódico, entre os quais, vale destacar a criação de um espaço de sociabilização de ideias em torno da emancipação feminina<sup>337</sup>. Além de fazer parte do Conselho Editorial, Ruth Cardoso escrevia para o jornal. Na edição de setembro-outubro de 1981, Ruth Cardoso escreve uma matéria destacando a posição de parte das feministas francesas, ao decidirem apoiar a candidatura de François Mitterrand, como forma de fortalecimento da esquerda no país. A intelectual ainda

<sup>336</sup> Jornal do Brasil, 12 de julho de 1980.

<sup>337</sup> Jornal Mulherio, março-abril de 1981.

ressalva a importância da unificação das pautas dos grupos minoritários, para, dessa forma, ganhar força política, mesmo reconhecendo as especificidades de cada grupo<sup>338</sup>.

Após o processo de abertura política, Ruth deu continuidade à sua atuação junto às demandas feministas. Inicialmente fez parte do “Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Trabalhou ativamente nas políticas públicas ligadas às questões de gênero: direito ao aborto, creches, igualdade de salários” (GORDINHO, 2009, p. 138). Presidido, a princípio, por Ruth Escobar, após sua saída do posto, o nome da antropóloga foi cogitado para assumi-lo, porém Ruth Cardoso não aceitou o convite alegando querer se dedicar a sua carreira acadêmica e aos seus orientandos<sup>339</sup>. Ela ainda presidiu o Comitê Nacional Beijing+5, que chefiou a delegação brasileira à conferência, realizada em Nova Iorque, oportunidade em que os países membros fizeram um balanço das conquistas femininas alcançadas em 1995. Na ocasião, Ruth citou a aprovação, no Brasil, da lei número 9.100/1995, que ficou conhecida como a “Lei de Cotas de Gênero na Política”, que inicialmente assegurava a candidatura mínima de 20% de mulheres, sendo esse percentual aumentado para 30% a partir do ano 2000, aplicável a todos os cargos legislativos<sup>340</sup>.

Ruth também participou da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, China, no ano de 1995, onde falou dos avanços alcançados pelas mulheres, mas ressaltou que havia muito ainda a ser feito. “Não obstante, constatamos que os avanços logrados não foram suficientes para atingir a igualdade desejada”. Ruth dá sequência ao seu discurso apontado a “mulher” não apenas como beneficiária desses avanços, mas como protagonista e promotora desse processo. Para ela, uma democracia com desigualdade de gênero era um cenário paradoxal, que era de responsabilidade humanitária à luta por condições de equidade. Ao final, Ruth ressalta que “O movimento de mulheres, o Governo e o povo brasileiros reafirmam seus compromissos com essa agenda”<sup>341</sup>.

---

<sup>338</sup> Jornal Mulherio, setembro-outubro de 1981.

<sup>339</sup> Jornal do Brasil (RJ), 07 de janeiro de 1986.

<sup>340</sup> Ver Lei na íntegra em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19100.htm). Acesso em 01 de out. 2020.

<sup>341</sup> Discurso de Ruth Cardoso na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, China, no ano de 1995. Disponível em: <http://acervo.ifhc.org.br/>. Acesso em 18 de set. 2020.

**Imagem 72 - Ruth Cardoso discursando na IV Conferência Mundial sobre a Mulher**



Fonte: Revista Manchete, 16 de setembro de 1995

**Imagem 73 - Ruth com a delegação brasileira na IV Conferência Mundial sobre a Mulher**



Fonte: Revista Manchete, 16 de setembro de 1995

Em depoimento à Brandão (2010), Eva Blay, acentuou que Ruth Cardoso “foi fundamental ao movimento feminista, pela coerência, pelas posições fortes e seguras. Um documento assinado por ela era uma coisa, sem a sua assinatura, enfraquecia. Ela deu legitimidade ao feminismo, uma corrente que, no começo, era ridicularizada”<sup>342</sup>. Na mesma direção, Rosiska Darcy destacou que Ruth “só foi a primeira-dama que foi porque ela foi feminista, senão, não teria sido, teria sido apenas uma senhora muito digna, muito bem educada, cumprindo seu papel. A causa das mulheres sempre foi essencial”<sup>343</sup>.

Anteriormente a esse período, quando instaurada a Ditadura, em 1964, Fernando Henrique pertencia ao Conselho Universitário e foi denunciado pela direita interna da

<sup>342</sup> Depoimento de Eva Blay em 5/10/2009. BRANDÃO, 2010, p. 123.

<sup>343</sup> Depoimento de Rosiska Darcy de Oliveira em outubro de 2009. BRANDÃO, 2010, p. 123.



universidade como comunista. Naquela conjuntura, FHC refugiou-se primeiramente na Argentina, depois indo para o Chile, fixando-se na cidade de Santiago. Ruth, mudou-se em seguida. Teve que permanecer no Brasil até organizar a ida de toda a família. Durante esse período, continuou trabalhando e denunciando as intransigências do governo. A mudança para o Chile resguardava algumas perdas, pois Ruth teve que interromper sua pesquisa de doutorado, relacionada aos japoneses e à sociedade brasileira, a essa altura, já sob orientação de Eunice Durham. No entanto, o casal teve a experiência de conviver com um vasto ciclo intelectual que também vivenciava a conjuntura do exílio. Nomes como os de Plínio de Arruda Sampaio, Paulo de Tarso, Vilmar Faria e José Serra compunham esse ciclo. Lá, Ruth deu aula como professora visitante, na Escola de Sociologia da Universidade Católica e na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, sendo uma das primeiras a difundir as teorias de Lévi-Strauss.

O casal seguia a vida no Chile, tendo o privilégio de poder conviver e trabalhar em reconhecidos espaços em suas áreas de atuação, mas não deixavam de acompanhar a realidade brasileira, de acordo com FHC, mais Ruth do que ele. Em 1967, o casal se muda para Paris, após Fernando Henrique aceitar o convite para compor o corpo docente da Universidade de Nanterre, vinculada a Sorbone. “Nesse período, eles se ligaram a um jovem sociólogo, um assistente em Nanterre de nome Manuel Castells, depois reconhecido como o inovador da teoria sociológica” (BRANDÃO, 2010, p. 84). Foi um período de muito trabalho, engrandecimento profissional e intelectual, como também de intenso convívio familiar.

O retorno ao Brasil aconteceu no ano de 1968, em meio ao endurecimento repressivo das forças do Estado, caracterizado pela aprovação do AI-5 durante o governo de Costa e Silva. Mesmo assim, o casal decidiu retornar devido à decisão do Supremo Tribunal Militar de anular o processo em andamento contra FHC e à oportunidade de lecionar na Faculdade de Filosofia da USP, após a morte do professor Lourival Gomes Machado. “Ruth voltou ao Brasil, não só para começar a organizar a vida e a volta, como também para cuidar do processo de inscrição do marido. Ele escrevia capítulo a capítulo da tese e enviava ao Brasil para a montagem final. Ruth lia, anotava, indicava, sugeria, e ele aceitava ou discordava” (BRANDÃO, 2010, p. 84). Na ocasião, FHC defendeu a tese, concorreu e conseguiu assumir a Cátedra, permanecendo pouco tempo à frente da mesma, pois foi aposentado de forma compulsória pelo governo em abril de 1969. A parceria com Fernando Henrique sempre foi muito forte, tanto no campo profissional, quanto intelectual.

Ruth havia retomado a sua pesquisa de doutorado e com a aposentadoria compulsória do marido, o casal pensou novamente na possibilidade de sair do país. Reunindo-se com amigos, um grupo variado de intelectuais que pensavam sobre a realidade em que o país se via mergulhado, Ruth e Fernando Henrique decidiram ficar e deram início a criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o CEBRAP, instituição marcante na resistência e no combate à Ditadura. “Como as relações feitas no tempo em que trabalhava na Cepal, FHC chegou a Peter Bell, da fundação Ford no Brasil, que, mesmo hesitante, concordou em financiar o Projeto” (BRANDÃO. 2010, p. 88). Ruth esteve entre os criadores do grupo, mas atuou efetivamente neste, após a saída de FHC, em 1980, momento em que assumiu a posição de coordenadora e pesquisadora do Cebrap no estudo “A periferia de São Paulo e o contexto da ação política”. A essa altura, Ruth já era uma das principais estudiosas da temática relacionada aos problemas sociais, realizava seminários sobre violência contra a mulher, problema identificado através de suas pesquisas. Já a partir daí, Ruth Cardoso aplicaria sua *práxis* embasada na antropologia urbana, e passaria a refletir sobre esses problemas e qual o papel dos diferentes atores sociais frente a eles.

Com a ida para o exílio no Chile, Ruth tinha atrasado a sua tese, finalizando o doutorado em 1972, com o trabalho intitulado *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no estado de São Paulo*, orientada por Eunice Durham, defendida junto ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais (Antropologia Social), na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP<sup>344</sup>. Na mesma época, tornou-se professora associada de Antropologia. Ao final de seu estudo, Ruth conhecia e reconhecia a fundo as mudanças pelas quais a sociedade brasileira vinha passando desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e passaria a organizar seminários, palestras e orientar trabalhos que versavam sobre temas afins.

Ruth orientou temas como populações marginais, nacionalismo e identidade étnica; representações políticas no período populista, imaginário e poder; pobreza, favela, classes e conflitos sociais; associações de bairro, o cotidiano de mulheres profissionais, os movimentos sociais urbanos, associativismo e política; conselho tutelar e da criança, além do setor privado do ensino superior no Brasil. O foco das pesquisas desenvolvidas e orientadas por Ruth era a análise da realidade do contexto urbano brasileiro sob os olhos da antropologia moderna.

---

<sup>344</sup> Tese disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001007235>. Acesso em 29 de set. 2020.

Aproveitar o instrumental antropológico para estudar as classes populares nos contextos urbanos, de modo a sofisticar nossas análises dos processos políticos contemporâneos, foi certamente o desafio central que Ruth se propôs a enfrentar. Essa não foi uma tarefa fácil, pois exigiu que fossem colocadas em novos termos as fronteiras disciplinares que delimitavam áreas muito caras à ciência política e à sociologia. (GREGORI; COELHO; DEBERT, 2008, p. 5-10).

No início da década de 1980, Ruth Cardoso coordenou uma pesquisa sobre um levantamento socioeconômico da população favelada do município de Osasco, São Paulo, em parceria firmada entre a USP e o Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária, CEDAC. Para o desenvolvimento da pesquisa, “Ruth encontrava as lideranças dos bairros, queria ouvir a percepção dos novos atores políticos e seus discursos” (BRANDÃO, 2010, p. 139). “As meninas de Ruth”, grupo orientado por ela, participaram da pesquisa, que serviu de base para a implementação de diversas políticas sociais na cidade de Osasco, como o Programa Cozinha Comunitária. Ruth acreditava que, sendo atendidas as demandas da população, os movimentos sociais tendiam a se fortalecer, e o Estado deveria atuar em meio a essa realidade.

Com seu grupo de orientandos, nos seminários quinzenais realizados nos anos de 1980, Ruth e Eunice empreendiam diálogos com as diferentes matrizes disciplinares da antropologia: o culturalismo norte-americano, o funcionalismo britânico, o marxismo e o estruturalismo francês. O diálogo mais animador e inspirador das nossas pesquisas era com os *cultural studies*, particularmente, com as versões do Centre for Contemporary Cultural Studies da University of Birmingham, que empolgavam as ciências sociais na Inglaterra. (GREGORI; COELHO; DEBERT, 2008, p. 5-10).

Durante a década de 1970, Ruth e Fernando Henrique viajaram para diversos locais, apresentando suas pesquisas, realizando palestras e seminários. Em 1972, foram para Stanford; três anos depois, em 1975, para Princeton. A passagem por Cambridge ocorreu entre os anos de 1976 e 1977, mesmo ano em que também se deslocaram para Paris. Nessas viagens, Ruth Cardoso conheceu Clifford Geertz, e ficou fascinada pelo seu trabalho (BRANDÃO, 2010, p. 104). Tendo seu trabalho reconhecido não apenas no Brasil, Ruth atuou na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e na Universidade do Chile, em Santiago. Atuou ainda na *Maison des Sciences de l’Homme* em Paris, e nas universidades de Berkeley e Columbia, nos Estados Unidos, nesta obteve o título de pós-doutorado, em 1988.

A atividade institucional de Ruth também foi intensa e muito profícua. Foi ativa na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), no Comitê Acadêmico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq), em Brasília e na

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e foi membro fundador do Conselho Consultivo da Universidade de Harvard no Brasil. (GORDINNO, 2009, p. 111).

No ano de 1980, Ruth foi indicada para compor o quadro de diretores da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), juntamente com Joaquim Falcão e Rubem Olivem. Para a presidência, o nome indicado foi o do “professor Fábio Wanderley Reis, do Departamento de Ciência Política da UFMG”<sup>345</sup>. Quatro anos depois, Ruth Cardoso figurou entre os nomes que compuseram o quadro da Comissão acadêmica da ANPOCS, representante da antropologia.

Entre as principais publicações de Ruth Cardoso, estão: O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses; Comunidade solidária: fortalecendo a sociedade, promovendo o desenvolvimento; Favela: conformismo e invenção; Estrutura familiar e mobilidade social: Estudo dos japoneses no Estado de São Paulo; O desafio da cidade: reflexões sobre o trabalho do antropólogo urbano; Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século XXI; Estrutura familiar e mobilidade social; A aventura antropológica: teoria e pesquisa; A trajetória dos movimentos sociais.

Num esforço em reunir os trabalhos escritos por Ruth, Teresa Pires do Rio Caldeira, também antropóloga e sua companheira de trabalho por 20 anos, publicou, no ano de 2011, o livro *Ruth Cardoso: obra reunida*. A coleção é composta por 41 textos escritos pela intelectual, alguns já publicados anteriormente, outros inéditos, encontrados pela organizadora da obra nos arquivos da Fundação FHC. O trabalho reúne toda produção escrita de Ruth, também trazendo textos escritos em parceria com Eunice Ribeiro Durham, Céline Sachs-Jeantet, Esther Império Hamburguer, Helena Sampaio e a própria Teresa Caldeira.

Pela proporção da importância intelectual que Ruth desempenhou junto às áreas das ciências sociais, bem como no estudo da sociedade brasileira contemporânea, sua produção escrita é considerada relativamente pouca. Brandão (2010) sistematiza três pontos que podem justificar a pouca produção. Primeiro, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, a exigência em torno de uma produção acadêmica não era algo regular; segundo, a Cátedra em que Ruth estava, de antropologia, mostrava-se menos competitiva, quase não havia competição quanto à questão da produção; terceiro, o biógrafo aponta a timidez de Ruth. Já Helena Sampaio, em resenha da obra apontada acima, destaca o “seu excessivo rigor em relação à própria produção. Gostava de ensinar, orientar, pesquisar,

---

<sup>345</sup> Jornal do Brasil (RJ), 01 de novembro de 1980.

discutir ideias e, especialmente, partilhar com colegas, alunos e orientandos suas sempre inovadoras (e algumas vezes inusitadas) descobertas intelectuais, acrescentando ao debate autores e obras, nacionais e estrangeiras” (SAMPAIO, 2012, p. 90).

### Imagem 74 - reportagem sobre a vida intelectual de Ruth Cardoso



Fonte: Fundação Fernando Henrique Cardoso<sup>346</sup>

Diante do que foi analisado, pode-se afirmar que o legado intelectual de Ruth Cardoso marcou a história da antropologia no Brasil, pelo seu estilo de produzir conhecimento e de se engajar em movimentos sociais, valorizando a construção coletiva e os processos que gerassem autonomia. Pode-se ainda inferir que Ruth corroborou com a formulação de um campo intelectual na área das ciências sociais. Entendido enquanto campo de produção de bens simbólicos, de acordo com Bourdieu (1983), o campo intelectual se apresenta como um sistema de linhas de força, no qual agentes e instituições estão inseridos nessas relações. O uso de tal conceito possibilita uma compreensão relacional referente à formação intelectual de Ruth Cardoso e sua prática profissional, ultrapassando os limiares desse campo, interferindo diretamente na sua atuação enquanto primeira-dama do país.

Ruth deixou marcas institucionais nos espaços onde atuou, desde as disciplinas universitárias, até os modos de fazer política social no Brasil. Sua ação enquanto primeira-dama do país, a nova forma de lidar com a política social, propondo um diálogo entre

<sup>346</sup> Disponível em: <https://exposicoesvirtuais.fundacaofhc.org.br/ruth-cardoso-formadora/>. Acesso em 18 de set. 2020.

sociedade civil, Estado e Terceiro Setor, e a nova roupagem que Ruth atribuiu ao primeiro-damismo estão diretamente relacionados a sua formação intelectual. O Brasil vivia novos ares, novos atores/atrizes faziam parte do cenário recém-instalado e um novo modelo de ser primeira-dama aparentemente se apresentava. Ao buscar rechaçar o assistencialismo, prática marcante do primeiro-damismo até então, Ruth propõe uma reconfiguração da assistência social no país.

#### *4.2 A entrada no campo político e os novos fazeres da primeira-dama*

Até a segunda metade da década de 1970, a vida pública de Ruth e Fernando Henrique Cardoso circundava em torno do cenário acadêmico/intelectual. Inseridos na conjuntura repressiva dos governos militares, nas áreas de antropologia e sociologia, o casal refletia a respeito das demandas nacionais, bem como participava de grupos que defendiam o retorno do estado democrático de direito. Como dito anteriormente, a entrada no campo político se deu a partir do ano de 1978, quando o nome de Fernando Henrique foi cogitado, enquanto anticandidatura, para concorrer a uma vaga no senado pelo partido de oposição, MDB.

O resultado das eleições de 1974, que demonstrava uma crescente do MDB, acabou gerando certo receio por parte do Governo Federal, que adotou algumas medidas de retenção, as quais acabaram obscurecendo a “descompressão” que se iniciara.

A ideia de liberalização controlada pelo governo era agora bastante complicada, e sua legitimidade estava ameaçada. “O choque entre o governo e a oposição – que se esperava silenciar – estava acentuado. Havia o perigo de vitória do MDB nas eleições diretas para governador marcada para 1978”. (SKIDMORE, 1988, p. 35).

Com as eleições de 1978 se aproximando, Geisel procurou amenizar a situação criada pela insegurança causada pela eleição de 1974. Assim, tomou medidas que garantissem o controle da redemocratização por parte do governo. A primeira dessas medidas foi o fechamento do Congresso em 1º de abril de 1977. No entanto, a providência mais endurecida foi o ‘Pacote de Abril’. Entendidas de forma autoritária e truculenta, algumas das medidas adotadas foram: a manutenção das eleições indiretas para governador; eleição também indireta de um dos dois senadores eleitos em cada estado; o mandato presidencial foi estendido de 5 para 6 anos, o que significaria que o próximo presidente, ainda um militar, permaneceria mais tempo a frente do governo e, dessa forma, controlaria a transição o máximo possível; mudança na composição dos colégios eleitorais nos estados, incluindo representantes municipais, reduzindo a rápida vantagem

que o MDB havia conquistado; por fim, o quórum para votação de emendas constitucionais no Congresso foi reduzido de 2/3 dos votos para maioria simples, facilitando as manobras do governo.

Os setores da elite da oposição (a CNBB, a OAB, a ABI e os grupos organizados no MDB) desempenharam papel decisivo em ambos os governos, de Geisel e de Figueiredo. Eles ampliaram o espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir. Estes setores também lograram bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas. (ALVES, 1989, p. 226).

Nessa conjuntura, o nome de Fernando Henrique Cardoso é cogitado para concorrer às eleições para o senado pelo partido oposicionista. Ulisses Guimarães, que já havia entrado em contato via telefone com FHC, quando este encontrava-se em Cambridge, procurou-o pessoalmente no Cebrap para uma conversa. O sociólogo havia escrito um artigo criticando a apatia da intelectualidade brasileira frente ao contexto vivenciado. Ulisses aproveitou a deixa para cobrar apoio da ala intelectual.

Formou-se, então, em São Paulo, um grupo com aspirações à participação política. À primeira reunião na casa de José Gregori, compareceram cerca de 20 pessoas entre as quais, Plínio de Arruda Sampaio, Francisco Weffort, Roberto Gusmão, unidos na oposição ao regime. Decidiram apresentar um candidato a senador, uma candidatura de protesto, indicando o nome de Fernando Henrique para concorrer pelo MDB nas eleições de 1978. (GORDINHO, 2009, p. 134).

Inicialmente a candidatura se apresentaria em forma de protesto, tendo em vista que FHC teria seu registro de candidatura não aceito por ter sido aposentado compulsoriamente em 1969. Assim, o sociólogo revelou a Inácio de Loyola Brandão: “usei esse argumento com Ruth, no início. Seria uma provocação da oposição, era pura campanha, eu seria caçado pelos tribunais e, mesmo candidato, não teria votos, onde estava meu eleitorado?” (BRANDÃO, 2010, p. 111). Ruth se posicionou contrária à ideia. Para ela, morar em Brasília e fazer parte daquele campo era algo fora de questão. O esposo e alguns amigos que faziam parte do ciclo intelectual do qual Ruth participava argumentaram junto a ela, a respeito da importância dessa “anticandidatura”. Não obstante, no fim, mesmo a contragosto, a antropóloga se mostrou favorável.

Nesse dia, [José] Gregori reconhece, “ela me deu uma lição de política, aceitando a candidatura do marido. Fez uma análise do Brasil, mostrou quanto aquela geração que tinha estudado, dado aulas no estrangeiro, e possuía ampla visão do Brasil e do mundo, essa geração tinha sido proscrita, mas estava madura para realizar coisas. Foi uma aula de raciocínio estratégico, ela tinha uma cabeça política. Anotei e comentei que aquela seria a minha fala no lançamento da candidatura. Entende

que o recheio existencial de uma vida política não era o que ela queria, e aí entrava Araraquara, porque ela sabia que o político tem a vida invadida, perde a privacidade, o direito de pautar a sua vida, os outros é que a pautam, o político não tem o direito de dizer: estou cansado, estou com sono, não vou sair, não vou lá. [...]. Ruth era ciosa do exercício do direito do livre pensar e expressar seu pensamento. Em síntese, a liturgia da política é que a incomodava. Por outro lado, Ruth dominava a teologia da política, conhecia bem o que ela é, como um instrumento para avançar o pensamento, as ideias, a liberdade, a igualdade. Sempre teve noção clara disso e exerceria, no futuro, uma influência grande, porque várias vezes chegamos a esquinas onde devíamos decidir para que lado seguir, e ali estava aquela mulher para fazer a cabeça da gente. (BRANDÃO, 2010, p. 111).

O depoimento de José Gregori evidencia alguns pontos. O primeiro, demonstra que Ruth entendia e reconhecia a importância da intelectualidade brasileira frente à luta pelo retorno do estado democrático de direito; o segundo, mostra que ela compreendia os meandros da política, observável em sua postura pragmática, no que diz respeito à relação que conseguiu estabelecer entre o conjunto de teorias no campo antropológico e sua aplicação prática junto aos problemas identificados na sociedade brasileira. O terceiro ponto diz respeito ao conhecimento da liturgia do campo político, temida por Ruth que as entendia como invasão de privacidade e perda de liberdades, pontos extremamente resguardados por ela. Por fim, observa-se o poder de influência que Ruth desempenhava junto ao grupo político/intelectual que emergia.

A candidatura de Fernando Henrique foi aceita e logo iniciaram a campanha. Ruth participou, mas não diretamente nos comitês como era de costume para esposas de candidatos, deixando à frente deles Gilda Portugal Gouveia, com quem Ruth estreitou os laços durante esse período. Em entrevista a Danielle Ardaillon, do Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo, junho de 1988, Ruth declarou:

naquele momento eu estava diante de uma situação diferente. Havia uma pergunta importante. Como me comportar sendo mulher de candidato? Não queria saber de ficar num comitê, dar plantão na sede da campanha. Foi quando me veio a ideia. Havia, sim, algo em que eu pudesse ser útil. Era mobilizar as mulheres e montar, estruturar, uma série de questões que nos afligiam, para levar à campanha, mobilizar o eleitor e os políticos. Houve receptividade, vários grupos se juntaram, até mesmo a federação das mulheres, entidade ligada à esquerda radical. (BRANDÃO, 2010, p. 113).

Em uma matéria intitulada “A Ciência Política nas urnas”, o *Jornal do Brasil* destaca a presença da intelectualidade na política brasileira, e aponta Ruth Cardoso como um dos cabos eleitorais mais atuantes na campanha do marido<sup>347</sup>. Em sua primeira

---

<sup>347</sup> *Jornal do Brasil*, 19 de novembro de 1979.



votação, Fernando Henrique ficou na suplência de André Franco Montoro. Quando este alcançou êxito na eleição para governador de São Paulo e assumiu o posto em 1983, Fernando Henrique assumiu sua vaga no senado. Concorrendo à reeleição no ano seguinte, FHC conquista novamente uma cadeira no legislativo. O novo cargo político exigia a presença do marido em Brasília, no entanto, Ruth continuou morando em São Paulo, seguindo seu trabalho docente. Durante esse período, ela criou o:

Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, da Pró Reitoria da USP, tornou-se professora emérita da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, também da USP, passou uma temporada na Universidade Colúmbia, em Nova Iorque, deu aulas de antropologia na Unicamp, em Campinas. (GORDINHO, 2009, p. 131).

A permanência de Ruth em São Paulo enquanto o marido trabalhava e morava no Distrito Federal demonstra sua autonomia intelectual, profissional e pessoal frente à sociedade patriarcal em que se encontrava inserida, principalmente se tratando dos códigos de conduta que giram em torno do campo político, os quais reafirmam estereótipos marcados pelas desigualdades de gênero. A autonomia é, portanto, traço marcante da personalidade de Ruth Cardoso, observável na criação dos filhos, na relação com alunos e orientandos, no seu casamento e no desenvolvimento de suas atividades públicas.

No ano de 1985, FHC afasta-se do senado para concorrer ao cargo de prefeito de São Paulo, em uma disputa direta com Jânio Quadros. Novamente Ruth se envolve na campanha, em paralelo as suas atividades acadêmicas. “Ruth esteve nos grandes comícios e eventos paralelos, participou da redação do folheto do PMDB sobre mulheres e de muitas reuniões entre intelectuais e mulheres”. (GORDINHO, 2009, p. 34). No dia 20 de outubro de 1985, foi realizado, em São Paulo, o I Comício da Mulher, organizado pela ala feminina do PMDB, o qual contou com a presença do candidato Fernando Henrique e também de Ruth Cardoso, que chegou, inclusive, a discursar na ocasião.

Fernando Henrique esteve ontem no “I Comício da Mulher”, organizado pelo partido, que reuniu cerca de 4 mil eleitoras na Rua Rui Barbosa, no bairro da Bixiga, com a participação de Dona Lucy Montoro, das deputadas Ruth Escobar e Bete Mendes e da cantora Fafá de Belém [...]. Enquanto o candidato não chegava, sucederam-se no microfone várias mulheres. Até a mulher de Fernando Henrique, a antropóloga Ruth Cardoso, habitualmente avessa a discursos, falou. (Jornal do Brasil (RJ), 21 de outubro de 1985).

Dessa vez a vitória não veio e Ruth Cardoso não se tornou primeira-dama da cidade de São Paulo. A partir daquele momento, o envolvimento do casal Cardoso com a política partidária se intensificou. Em 1988 estiveram entre os fundadores do PSDB,

partido organizado pela ala dissidente do PMDB. Quando Itamar Franco assumiu a Presidência da República, em 1992, FHC assumiu o Ministério das Relações Exteriores, em seguida sendo nomeado para o Ministério da Fazenda, em substituição a Eliseu Resende. Mais uma vez, realizando uma leitura do contexto político que se desenhava, Ruth se mostrou contrária à ideia, prevendo a indicação do marido à sucessão presidencial, fato que se concretizou, quando o Fernando Henrique entrou na campanha presidencial. Em relato a Brandão (2020), Gilda Portugal destaca que “para ela [Ruth] foi traumático, viu que teria de abrir mão de alguma coisa, seria obrigada a fazer escolhas. Ela passava a ser um personagem novo e essa mudança não estava em suas mãos”. (BRANDÃO, 2010, p. 149).

Agora postulante à primeira-dama do país, a começar pela campanha eleitoral, a postura que se esperava de Ruth era outra. Inicialmente Ruth recusava-se a participar dos comícios e conceder entrevistas. No entanto, as cobranças surgiram, até que, como salienta Brandão (2010), Sérgio Motta entrou em contato com Gilda Portugal para que ela intervisse junto à esposa de FHC. A sugestão foi que Ruth precisava de um assessor para organizar uma agenda para ela, porém, inicialmente, Ruth se negou. Depois surgiu o nome de Márcia Ferreira, professora de Minas Gerais, diretora escolar já aposentada, pessoa pela qual Ruth prezava muito. Julgando que não seria alguém grudada a ela o tempo todo, Ruth aceitou a sugestão. Assim, uma agenda política foi montada para Ruth. Araraquara, sua cidade natal, foi um dos primeiros destinos. Posteriormente, outros se sucederam, como visitas a creches nas zonas periféricas e a participação em alguns eventos ao lado do esposo.

#### **Imagem 75 - Ruth ao lado de Fernando Henrique em comício**



**Fonte:** Jornal do Brasil (RJ), 16 de maio de 1994

Ruth buscou o apoio feminino para a candidatura de seu marido. Viajou para diversos lugares, realizando encontros e angariando votos. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram vários encontros. Em agosto de 1994, Ruth se reuniu com um grupo de mulheres da alta sociedade carioca, em um chá realizado na mansão de Dalva Gasparian, esposa do empresário Fernando Gasparian. Na ocasião, “Ruth falou sobre a desigualdade social e a sua visão sobre o papel do Estado. ‘O Brasil não é mais um país pobre, sem recursos. Já temos condições de resgatar a dívida social e para mim esse caminho é a social-democracia’”<sup>348</sup>

### **Imagem 76 - Ruth com um grupo de mulheres da alta sociedade carioca na campanha**



Fonte: Jornal do Brasil (RJ), 09 de agosto de 1994

No Ceará, Ruth percorreu algumas cidades do Sertão, a começar por Juazeiro do Norte. Na cidade do Crato, reuniu-se com um grupo de mulheres e discutiu questões relacionadas à condição feminina e à necessidade de organização para dar seguimento ao modelo democrático vigente. Na mesma viagem, Ruth realiza seu primeiro discurso em cima de um palanque. O fato ocorreu em Fortaleza, em 22 de setembro daquele ano<sup>349</sup>. Diversos periódicos noticiaram a “entrada” de Ruth na campanha do marido, chamando atenção para o seu protagonismo, com discursos engajados com o projeto político defendido. Ao contrário do padrão de comportamento adotado pelas esposas postulantes ao posto de primeira-dama, Ruth não direcionava suas falas para questões de cunho assistencial.

<sup>348</sup> Jornal do Brasil (RJ), 09 de agosto de 1994.

<sup>349</sup> Jornal do Brasil (RJ), 23 de setembro de 1994.

Em visita ao Cebrap, “ela foi mais requisitada por jornalistas e pesquisadores que o próprio Fernando Henrique, e só perdeu o bom humor quando foi convocada, de última hora, para ir a um compromisso de campanha”<sup>350</sup>. Ruth considerava desrespeitosa algumas ações recorrentes no campo político, como a imposição de uma agenda e, principalmente, a invasão de privacidade por parte da imprensa.

Ainda no decorrer da campanha, Ruth se envolveu em uma polêmica, envolvendo a aliança que o PSDB realizara com o PFL. A antropóloga, quando questionada sobre tal aliança, declarou ao *Jornal do Brasil*: “O PFL tem o ACM, mas também tem o Gustavo Krause e o Reinhold Stephanes”. O posicionamento de Ruth foi criticado por diversos membros do PFL, gerando certo desconforto na chapa presidencial. FHC chegou a se retratar publicamente, alegando que a fala da mulher havia sido infeliz. Ainda em torno do fato, algumas falas publicadas na imprensa merecem atenção. “Antônio Carlos Magalhães já absorveu as críticas de dona Ruth Cardoso. ‘Com criança e mulher de vizinho não se discute’, ensina ACM a seus assessores”<sup>351</sup>. Dois dias depois, o *Jornal do Brasil* publicou mais uma nota sobre o ocorrido. “Os amigos de Antônio Carlos Magalhães sabem muito bem por que os comentários de dona Ruth Cardoso não abalaram o timoneiro da campanha tucana na Bahia. Primeiro, porque ACM não discute com mulher dos outros sobre política; segundo, porque não discute política com mulher”<sup>352</sup>. As matérias expressam o sexismo presente no pensamento e nos discursos que circundam o campo político; demarcam a política como um espaço masculino, sendo a mulher desconsiderada. Nem diante de uma personalidade feminina, intelectualmente constituída e reconhecida, tais pressupostos recuaram.

Ruth também não recuou e continuou a expressar suas opiniões de acordo com o que acreditava. Em um jantar em que esteve presente no Rio de Janeiro, Ruth Cardoso voltou a tecer comentários sobre o PFL. Dessa vez, FHC “assumiu a autoria do que disse sua mulher: ‘a análise dela, na verdade, é minha’, revelou. [...]. Ruth afirmou que o PFL aceitou aliança com o PSDB ‘não porque é bonzinho, mas porque perdeu poder’”<sup>353</sup>. Dois pontos podem ser observados, os dois girando em torno da postura de Fernando Henrique. O primeiro, diz respeito à possibilidade de convergência de pensamento entre o casal em relação à política e ao partido em questão. O segundo, à postura de FHC como uma forma

---

<sup>350</sup> *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1994.

<sup>351</sup> *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1994.

<sup>352</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, 29 de julho de 1994.

<sup>353</sup> *Jornal do Brasil* (RJ), 10 de agosto de 1994.

de proteger a esposa das críticas que vinham sendo tecidas contra ela no campo político, em resposta às suas opiniões. Mais uma vez, as relações de gênero nos ancoram analiticamente, na compreensão da definição do papel e funções a serem executadas no interior do campo político. Por ser homem, FHC assume a fala da esposa, mesmo correndo o risco de segregação entre os dois partidos, por compreender que tais falas poderiam ser atenuadas pela sua condição masculina. Tal postura reafirma o caráter patriarcal e sexista que demarcam as relações de poder no interior do campo político.

Dando continuidade ao que havia planejado como ação de campanha, Ruth fez parte da equipe que montou o projeto de governo. Em nova visita ao Cebrap, na semana que antecedeu as eleições, Ruth ocupou o lugar da fala, afirmou conhecer as regras do jogo político e ressaltou que não hesitaria em exercer seu papel junto às novas demandas que recairiam sobre ela, caso o marido fosse eleito.

### Imagem 77 - Ruth e Fernando Henrique no Cebrap



Fonte: Jornal do Brasil (RJ), 07 de outubro de 1994

Indicado candidato pelo PSDB à Presidência da República em 1994, Fernando Henrique Cardoso foi eleito ainda no primeiro turno das eleições. Ruth viveria um novo drama: assumir o posto de primeira-dama do país, papel tão rechaçado por ela. Gordinho (2009) e Brandão (2010) ressaltam que, assim como fizera quando Fernando Henrique ocupou uma vaga no Senado, Ruth não tinha pretensão de morar em Brasília. Entretanto, naquele contexto parecia impossível. Mesmo antes da vitória eleitoral do marido, Ruth deixava claro que não queria ser apenas uma figura decorativa, ou mesmo um braço da governabilidade que agiria em espaços onde o Estado se omitia. À revista Manchete, Ruth afirmou que não sabia ainda quais funções de fato iria desempenhar, mas garantiu que não assumiria a presidência da LBA, bem como se esforçaria para acabar com a imagem pejorativa que havia sido criada em torno da imagem da primeira-dama. “As mulheres mudaram, e, num processo de transformação, precisamos descobrir caminhos, mas

certamente será de maior participação”<sup>354</sup>. Na mesma reportagem, Ruth ainda é apresentada como ponderada, prática e alegre.

Após a vitória de FHC, novamente Ruth Cardoso ocupa as páginas da revista *Manchete*. Na longa reportagem estão presentes diversos depoimentos de intelectuais que conheciam e conviviam com Ruth, opinando sobre o novo papel que ela passaria a assumir a partir do dia 01 de janeiro do ano seguinte. Nas palavras de José Arthur Giannotti, “Ruth não se contentará em viver à sombra do Presidente. ‘Jamais irá abdicar da carreira e personalidade, que lhes são próprias’”. A fala de Eunice Durhan é bastante interessante. “O fato de ser esposa do Presidente da República a atrapalha. [...]. Se não fosse, seria ouvida no governo”. Pode-se observar a descrença no papel da primeira-dama junto ao governo e o descrédito atribuído a essa figura social. Por outro lado, Ruth destacou que teria espaço junto à governança e iria assumi-lo: “nós não os elegemos para que governem sozinhos”<sup>355</sup>.

Logo ao assumir o posto, em entrevista à *Revista Veja*, Ruth declarou que “ela seria uma primeira-dama ou uma mulher de presidente com características totalmente diferentes das anteriores. Já naqueles dias, todos perceberam que Ruth ia reorganizar os termos, os códigos e as funções de uma primeira-dama” (BRANDÃO, 2010, p. 153). As discussões em torno de um remodelar das ações da primeira-dama se fariam presentes durante todo o período em que Ruth esteve à frente do posto, bem como posteriormente. A atuação de Ruth Cardoso enquanto primeira-dama foi constantemente observada, levando em consideração o modelo de primeiro-damismo, característico da cultura política brasileira, no entanto, balanceado com a sua formação intelectual, fator que lhe proporcionou experiências particulares à frente do posto, bem como maior reconhecimento junto ao campo político.

Ruth Cardoso, desde o período de campanha eleitoral, demonstrou resistência em assumir a Legião Brasileira de Assistência ou qualquer órgão ao qual ela não se adequasse. “Sem alarde, a antropóloga já escolheu sua tarefa no governo de Fernando Henrique: criar uma nova imagem para o cargo de primeira-dama, oposta à futilidade e ao assistencialismo que foram a marca de Rosane Collor”<sup>356</sup>. A matéria ainda assinala que Ruth não teria interesse em assumir nenhum cargo junto ao governo, primeiro, por priorizar sua carreira profissional, segundo, por temer críticas pelo estereótipo da figura

---

<sup>354</sup> Revista *Manchete*, 06 de outubro de 1994.

<sup>355</sup> Revista *Manchete*, 31 de dezembro de 1994.

<sup>356</sup> *Jornal do Brasil*, 24 de outubro de 1994.

social que ela passaria a assumir. Ela agiria junto a governabilidade sem ocupar um cargo oficial.

Apesar da aparente resistência inicial, Dona Ruth assumiria a presidência do Conselho Consultivo do Programa Comunidade Solidária, instituído pela Medida Provisória nº 813, em 01 de janeiro de 1995, no primeiro dia de governo de Fernando Henrique Cardoso. Gordinho (2009) destaca que, desde o início de 1994, quando era preparado o plano de governo de FHC, Ruth havia deixado claro seu foco principal de interesse: “os projetos de parceria estado sociedade civil, surgidos no contexto do programa Mãos à Obra, formulado por Vilmar Farias. Ali, pela primeira vez, considerou-se a ideia de um conselho da Comunidade” (GORDINHO, 2009, p. 141).

A MP nº 813 também consolidou a extinção de programas e instituições sociais, como ressalta Yazbek (2001)<sup>357</sup>.

Nesta Medida Provisória, o governo, entre outras definições, extinguiu o Ministério de Bem-Estar Social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA), fragmentando o campo de atuação da Assistência Social ao incluir a Assistência Social no Ministério da Previdência e Assistência e a questão da Infância e da Adolescência, assim como das Pessoas Portadoras de Deficiência (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – COORDE), no Ministério da Justiça. (YAZBEK, 2001, p. 07).

Apesar de muito criticada, a extinção da LBA gerou uma série de dúvidas relacionadas aos caminhos a serem tomados no campo da assistência social por parte do Estado. Nesse cenário, a criação do Programa Comunidade Solidária, tendo a figura da primeira-dama à frente, aparentou tomar para si o espaço e as incumbências sociais. Após sua criação, o Comunidade foi formalizado pelo Decreto Federal nº 1.366 de 12 de janeiro de 1995, e, posteriormente, pelo Decreto Ato s/n de 07 de fevereiro daquele ano. O programa se apresentava como “um conjunto de ações governamentais pensadas no sentido de combater situações agudas ou extremas de pobreza, historicamente presentes na realidade brasileira” (SILVA, 2001, p. 72).

O programa foi apresentado enquanto estratégia de articulação dos três níveis governamentais, em diálogo com a sociedade civil, com ênfase nos princípios de solidariedade, descentralização, parceria e focalização. É justamente sobre tais princípios que recaem as principais críticas ao programa. Silva (2001) ressalva duas óticas pelas quais o conceito de focalização pode ser observado.

---

<sup>357</sup> Ver Medida Provisória em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1995/medidaprovisoria-813-1-janeiro-1995-377320-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 27 de out. 2020.

Em sentido geral, focalização significa o direcionamento de recursos e programas para determinados grupos populacionais, considerados vulneráveis no conjunto da sociedade. Todavia, no contexto das reformas dos programas sociais na América Latina, a concepção de focalização vem significando medidas meramente compensatórias aos efeitos do ajuste estrutural sobre a população, já estruturalmente vulneráveis, em detrimento de ações universais, interrompendo, assim, um processo de lutas sociais por universalização dos direitos sociais em curso no continente latino-americano e, especificamente, no Brasil, nos anos 1980. (SILVA, 2001, p. 13).

Nessa direção, pode-se distinguir duas concepções opostas de focalização. Uma considerada redistributiva, ao visar ações de complementaridade e não de subordinação, a qual está concentrada na responsabilidade social do Estado. “Trata se, assim, de uma discriminação positiva de grupos da população que estão demandando atenções especiais para permitir sua efetiva inclusão no acesso à riqueza e aos bens e serviços socialmente produzidos, capazes de se situarem num patamar de dignidade” (SILVA, 2001, p. 14). A outra concepção, emparelhada à lógica neoliberal, objetiva apenas atenuar a pobreza e a realidade de desigualdade social, concentrando suas ações no corte de recursos e na inserção do país na competitividade da economia mundial globalizada.

Como mencionado anteriormente, a criação do Comunidade Solidária ocorreu em meio a uma série de desconfianças, tanto por parte da ala política, quanto na sociedade civil, e as críticas apontadas acima evidenciam essas desconfianças também no âmbito da produção acadêmica. Em seu processo de estruturação, o programa carregava grande apelo simbólico, ao afirmar ter, como linha de frente de ação, o combate à fome e à pobreza. “A difusão do Comunidade foi muito mais veloz que o entendimento do que ele era realmente, o que significava. Por sinal, Ruth passou a maior parte dos 8 anos de governo de FHC a explicar o que o Comunidade era”, revelou Helena Sampaio, numa noite de homenagem a Ruth, promovida pela universidade de Colúmbia, em abril de 2009. Coube à primeira-dama organizar o funcionamento do programa, bem como apresentar e explicar sua funcionalidade. Assim, Ruth Cardoso fez, viajando pelo Brasil e por outros países, bem como se mostrando mais acessível à imprensa, ao conceder entrevistas e participar de programas de televisão, oportunidades em que ela apresentava e defendia os ideais do Comunidade.

Ruth Cardoso assumiu a presidência do Conselho Consultivo do Programa Comunidade Solidária em 21 de fevereiro de 1995, na ocasião afirmando que não estaria assumindo um cargo governamental com poderes para distribuir verbas. “Queremos criar um espírito de cidadania e participação, para evitar o velho esquema clientelista”, afirmou



dona Ruth, em entrevista coletiva, após a solenidade de posse. Ruth afirmou ainda que não estaria assumindo o posto de xerife do governo junto ao programa, mas participando enquanto colaboradora no estabelecimento das prioridades sociais a serem atendidas<sup>358</sup>. Embora o Comunidade estivesse institucionalizado no âmbito administrativo governamental, Ruth Cardoso jamais admitiu a qualificação de governo ou Estado, definindo-o como um “espaço intermediário entre o governo e a sociedade, mais para sociedade do que para governo”<sup>359</sup>.

### Imagem 78 - Posse de Ruth Cardoso



Fonte: Jornal do Brasil (RJ), 22 de fevereiro de 1995

Em seu discurso de posse, Ruth fez questão de evidenciar que o programa recém implantado carregaria características distintas de outros programas sociais dos governos anteriores, fazendo uma alusão clara à LBA. Para ela, clientelismo e assistencialismo deveriam ser rechaçados, e finalizou afirmando:

se isso tudo vai dar certo 100%, ninguém pode garantir e nem eu, e nem estou aqui neste papel de produzir ilusões. Nós estamos procurando um caminho novo, e a partir de tudo aquilo que nós já diante mão sabemos que é preciso corrigir. O Programa Comunidade Solidária não irá autorizar despesas. O programa comunidade solidária é uma espécie de selo de prioridade. (Jornal do Brasil (RJ), 22 de fevereiro de 1995).

O programa era formado por duas instâncias, que se encarregariam de proporcionar a articulação Estado e sociedade, sobretudo, através de parcerias com as organizações não-governamentais, as ONGs: o Conselho Nacional de Solidariedade e a Secretaria Executiva do programa. O Conselho, presidido pela primeira-dama Ruth

<sup>358</sup> Jornal do Brasil (RJ), 22 de fevereiro de 1995.

<sup>359</sup> Ruth Cardoso, “Voluntariado e Políticas Públicas”. Palestra proferida no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH-USP, em 9/10/2003.

Cardoso, tinha um caráter consultivo, sendo composto por 10 ministros das áreas vinculadas aos objetivos do programa, e por 21 representantes da sociedade civil, todos indicados pelo Presidente da República. A Secretaria executiva, presidida por Anna Maria Medeiros Peliano, “que assim como o conselho, também é vinculado à casa civil, assume o papel básico de interrupção com os diversos segmentos do programa, tanto em nível vertical quanto horizontal da estrutura operacional montada” (SILVA, 2001, p. 74).

Ruth buscou o apoio de diversos nomes de relevância para montar sua equipe de trabalho, recorrendo a personalidades famosas, como Gilberto Gil, Regina Duarte, Renato Aragão, Daniela Mercury e Pelé, passando por reconhecidos nomes no meio acadêmico, como Anna Peliano, chegando ao nome do sociólogo Betinho, respeitado por seu envolvimento na luta pelos direitos humanos e por projetos de cunho cidadão, de combate à fome e à pobreza. No início dos anos de 1990, Betinho estruturou os pilares da ação da cidadania contra a fome e a miséria e pela vida, uma campanha lançada em 1993, e passou a atuar junto ao governo de Itamar Franco.

Além dos Ministros indicados pelo Presidente, a formação inicial do Conselho contou com os seguintes nomes:

Almir de Souza Maia, Augusto César Antunes de Franco, Carlos Alves Moura, Daniela Mercury, Denise Dourado Dora, Efren de Aguiar Maranhão, Gilberto Gil, Horácio Lafer Piva, Joaquim de Arruda Falcão neto, Manoel Dantas Barreto Filho, Maria de Nazaré Oliveira, Maria do Carmo Brant de Carvalho, Miguel Darcy de Oliveira, Pedro Moreira Salles, dom Raymundo Damasceno Assis, Regina Duarte, Romeu Miriam de Figueiredo, Rubem César Fernandes, Viviane Senna. (GORDINHO, 2009, p. 150).

A presença de intelectuais como Ruth Cardoso e Herbert José de Sousa, o Betinho, corroborava para a construção de um clima de aceitação e entusiasmo em relação ao Comunidade Solidária e às ações sociais a serem desenvolvidas. A admiração entre os dois era recíproca, como é possível observar em matéria publicada pelo Jornal do Brasil. Nela, fazendo menção a Ruth Cardoso, o sociólogo destaca que “ela conhece o tema e luta por suas ideias. É uma garantia de que os programas sociais do governo serão efetivamente realizados”<sup>360</sup>.

---

<sup>360</sup> Jornal do Brasil (RJ), 23 de janeiro de 1995.

### Imagem 79 - Betinho, Ruth Cardoso e Gilberto Gil



Fonte: Jornal do Brasil (RJ), 03 de outubro de 1995

Os dois ainda atuaram juntos no Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome (Coep), durante o biênio 1995-1996. Na solenidade de posse da primeira-dama no comitê, Betinho pediu pressa no combate à fome, afirmando que “quem tem fome não pode esperar. Essa pressa tem que se tornar a nossa meta”<sup>361</sup>. Betinho fazia menção à distribuição de grãos estocados desde o ano de 1991. Na ocasião, Ruth se comprometeu em tomar providências, para que a liberação e a distribuição ocorressem no menor prazo possível.

Betinho se afastou do Conselho do Comunidade em meados de 1996, alegando não concordar com as ações sociais desenvolvidas e criticando a demora na aprovação de um plano social por parte do governo. A decisão foi tomada após o plano de empregos anunciado pelo então ministro do Planejamento, José Serra, que segundo Betinho era “um plano pífilo. É compensatório, típico de quem quer remediar uma situação e não atacá-la”. Ele ainda afirmou que, se permaneceu por mais de um ano junto ao Conselho, havia sido em respeito à Ruth Cardoso, e continuou: “o Comunidade até agora fez o possível e fez pouco. Tentar só não resolve o problema da miséria no país”<sup>362</sup>. A saída do sociólogo gerou uma série de desconfortos, dentro e fora do governo. Dona Ruth se posicionou publicamente lamentando o afastamento de Betinho, afirmando que o Conselho era um espaço propício para a discussão de opiniões e projetos divergentes e que a saída dele representava grande perda. José Serra justificou o programa de geração de empregos, e criticou Betinho, destacando que ele não teria entendido a real proposta.

<sup>361</sup> Jornal do Brasil (RJ), 10 de maio de 1995.

<sup>362</sup> Jornal do Brasil (RJ), 03 de maio de 1996.

De acordo com Demo (2001), um dos motivos que fizeram com que Betinho se afastasse do programa teria sido a rompimento paulatino com a sociedade civil. Esse afastamento teria intensificado as dúvidas em relação à concretização do programa, que, segundo o Demo, estaria se tornando “tipicamente programa da primeira-dama, cuja função maior é da cobertura social o Plano Real, eximindo o Presidente de ter de fazer política social explícita e abrangente. A sorte da política social deste governo é por demais notória para que seja aqui apontada”. (DEMO, 2001, p. 67 e 68). Tais críticas serão retomadas mais à frente.

Montada a equipe, no decorrer do primeiro ano de existência, foi elaborada uma agenda a ser seguida pelo Comunidade Solidária. Essa agenda previa a execução de 16 programas governamentais, em diálogo com cinco ministérios. Os programas eram divididos em 6 áreas temáticas. A primeira área foi a da “Redução da Mortalidade na Infância”, que contou com os programas de Combate à Desnutrição Infantil (Leite), de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), de Imunização (PNI), de Saneamento Básico da Fundação Nacional de Saúde (FNS) e de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança. A segunda foi a “Suplementação Alimentar”, contando com os programas de Alimentação Escolar (PNAE) e o de Distribuição de Alimentos (PRODEA). A terceira área foi o “Apoio ao Ensino Fundamental”, desenvolvendo os programas de Transporte Escolar (PNTE), de Cesta de Saúde do Escolar (PCSE), de Cesta de Material Escolar (PCME)/Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE) e o Programa de Educação Infantil. A quarta área foi a de “Apoio à Agricultura Familiar”, tendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A quinta área era a de “Geração de Emprego e Renda e Qualificação Profissional”, com os programas de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e o Programa Nacional de Educação Profissional (PLANFOR). A sexta área foi a de “Desenvolvimento Urbano”, com os programas Habitar-Brasil e o de Ação Social e Saneamento (PASS).

Dentre os programas sociais ditos inovadores, organizados pelo Comunidade, vale destacar a Universidade Solidária, criada em 1995; a Alfabetização Solidária, a Capacitação Solidária e o Programa Voluntários, em 1996; a Rede de Informação do Terceiro Setor, RITS, em 1997; o Artesanato Solidário em 1998 e o Comunitas, criado em 2000. Esses programas ajudaram a expandir a imagem do Comunidade Solidária por diversos estados do Brasil.

O programa Universidade Solidária teve início em janeiro de 1996, com um projeto piloto que incluiu uma visita de três semanas, de mil estudantes da região Centro-

Oeste, acompanhados de 100 professores, a municípios da região Nordeste e do Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais. O objetivo do programa era mobilizar estudantes e professores para a participação voluntária e solidária em ações de combate à pobreza e à exclusão social. “O programa começou com 58 universidades e municípios, com apoio privado, governamental e a fundamental participação do exército, com a expressiva atuação do coronel Alberto Carlos Fonseca que cuidou da logística nos primeiros anos”. (GORDINHO, 2001, p. 159). Os universitários viajavam nos aviões da FAB, e esse foi um dos pontos bastante enfatizados pelos críticos do programa.

O programa Universidade Solidária tinha como pano de fundo o extinto Projeto Rondon, de inspiração militar, criado no final dos anos de 1960. Naquele contexto, o programa não conseguiu a adesão de grande parte dos universitários. Na nova conjuntura, em meio ao processo de estabilização da democracia, o novo programa pareceu ser melhor recebido. Ruth fazia questão de acompanhar de perto, estando no aeroporto a cada saída e chegada dos jovens. “Decidimos enviar os grupos para áreas mais distantes de suas regiões, para que todos possam ter mais informações sobre a realidade brasileira”, afirmou Ruth ao *Jornal do Brasil*<sup>363</sup>.

#### **Imagem 80 - Ruth Cardoso e os Universitários do projeto Universidade Solidária**



**Fonte:** *Jornal do Brasil* (RJ), 15 de janeiro de 1998

Nas palavras de seus idealizadores, o programa mexia com a cabeça dos estudantes, contribuindo para a sua formação pessoal e profissional. De acordo com “Elizabeth Vargas uma de suas coordenadoras: ‘As universidades descobriram que podiam fazer diferença, participando de uma ação conjunta e coordenada, podiam ser

---

<sup>363</sup> *Jornal do Brasil* (RJ), 18 de janeiro de 1996.

parceiras do desenvolvimento” (BRANDÃO, 2010, p. 191). Em entrevista à Radiobrás, apresentada em reportagem do Jornal do Commercio, Ruth Cardoso falou da sua euforia em relação ao programa e ao envolvimento dos universitários, bem como admitiu a influência do Projeto Rondon, ressaltando também a maior amplitude desse novo programa. Ruth ainda falou da importância das parcerias firmadas para sua execução<sup>364</sup>.

Em julho de 1996, foi realizado o primeiro seminário de avaliação das ações do Universidade Solidária. O programa é apresentado como um “processo de capacitação estudantil e aprimoramento dos projetos de extensão das universidades. [...] Professores e alunos fizeram uma avaliação positiva do programa”, também sugeriram a garantia de recursos para que o programa tivesse continuidade. Em sua fala, Ruth Cardoso enfatizou o caráter descentralizador do programa e criticou a demanda por um modelo fechado, pois, de acordo com ela, o programa atenderia a demandas específicas identificadas em cada comunidade atendida<sup>365</sup>.

No entanto, vale salientar que o programa não se isentou de fortes críticas. De acordo com Demo (2001), o programa Universidade Solidária fazia parte do *hall* de políticas neoliberais empreendidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, apontado quatro fatores para justificar sua posição.

a) insinua-se que nos estados de origem não haveria pobreza ou não seria tão aguda. Para haver pobreza, não é mister sair da própria cidade, seja onde for ponto; b) ver a pobreza por 15 dias nada tem a ver com a estratégia de confronto porque não se combate a este mal estrutural com piqueniques, mesmo que os estudantes sejam levados às lágrimas, isso não acrescenta nada à urgência de mais igualdade social; c) os gastos com o transporte e manutenção dos estudantes, além dos gastos com o próprio programa, seriam mais bem aplicados de outro modo; d) se a universidade quiser, de fato, contribuir para as regiões mais pobres, poderia, primeiro começar em casa, e depois fazer algo melhor em outras localidades, sobretudo, em termos de educação básica, para dizer o mínimo. Entretanto, faz bem para o ego da universidade imaginar-se solidária e faz ainda melhor para o governo capitanear a solidariedade nacional em particular para a primeira-dama que gostaria de ser o emblema da harmonia social. (DEMO, 2001, p. 66).

Outro programa bastante evidenciado pela Comunidade Solidária foi a Alfabetização Solidária, cujo principal objetivo era reduzir os índices de analfabetismo do país, focalizando sua ação nos jovens de 12 a 18 anos. Os municípios atendidos foram aqueles com alto índice de analfabetismo. Ao passo em que era implantado, o programa ganhou visibilidade e reconhecimento social. Para que seus objetivos fossem alcançados,

---

<sup>364</sup> Jornal do Commercio, 14 de janeiro de 1996.

<sup>365</sup> Jornal do Commercio, 05 de julho de 1996.

o programa buscava firmar um diálogo entre a iniciativa privada, as universidades, as comunidades atendidas e as prefeituras, cada uma assumindo uma função, mas agindo num sentido de parceria.

Na solenidade de formatura de um grupo de alfabetizadores, em fevereiro de 1997, Ruth Cardoso demonstrou sua preocupação com o problema, destacando que “o analfabetismo é uma herança pesada, um problema grave, que envergonha o Brasil”<sup>366</sup>. Na mesma ocasião, a primeira-dama ainda fez um apanhado a respeito dos índices de analfabetismo, destacando o elevado percentual do Nordeste, justificando o foco das ações da Alfabetização Solidária para aquela região.

Miguel Darcy, em entrevista concedida a Inácio de Loyola Brandão, destacou a importância da Alfabetização Solidária para a construção de sujeito autônomos e agentes de seu próprio futuro, posicionando, ainda, o programa como a grande alma do Comunidade Solidária<sup>367</sup>. Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido, o programa ganhou alguns prêmios, dentre os quais se destacam “o prêmio para iniciativas bem-sucedidas em educação, concedido pela UNESCO, em 1999. O prêmio Internacional de alfabetização, em Paris, em 2000. O prêmio ONU para a educação como uma das mais bem sucedidas experiências de alfabetização existentes no mundo, em 2003” (BRANDÃO, 2010, p. 185).

As críticas giravam em torno de uma possível tentativa de isenção por parte do Estado, como gerenciador do combate ao analfabetismo. Mesmo originário do Ministério da Educação, o programa foi lançado junto ao Comunidade Solidária e se firmava a partir de ações paralelas ao governo. Esse posicionamento levou alguns de seus críticos a afirmarem que, implantado dessa forma, o programa se mostrava como um ensaio de terceirização de políticas sociais, ao pretender mostrar que era possível alfabetizar sem a intervenção do governo ou com apenas o financiamento de parte dos gastos.

Outro programa que despertava grande interesse da primeira-dama Ruth Cardoso foi o voluntariado. Prática constante na realidade brasileira, o voluntariado foi posto em discussão no interior do Comunidade Solidária. Brandão (2010) ressalta que “nos Estados Unidos o voluntariado é algo diferente, é um componente fundamental da ação cidadão. Assim, o Comunidade Solidária decidiu ressignificar o sentido de voluntariado, sem

---

<sup>366</sup> Jornal do Brasil, 02 de fevereiro de 1997.

<sup>367</sup> BRANDÃO, 2001, p. 191.

desqualificar as formas generosas de ação inspiradas no desejo de ajudar os outros” (BRANDÃO, 2010, p.192).

A proposta era realizar uma relação entre a noção de solidariedade e de cidadania, como ações complementares. Nessa “nova” proposta de voluntariado, cada pessoa ou entidade daria o que tinha a oferecer, compreendendo tal ação enquanto responsabilidade. Nesse cenário em construção, pessoas deficientes, segmentos de aposentados idosos, jovens e crianças foram apontados para além de beneficiários da ação voluntária, considerados sujeitos dessas ações. Brandão ainda salienta as dificuldades na implantação do programa:

Quando se estruturou o programa, em 1996, havia no Brasil uma ausência de infra-estrutura de apoio, devido ao desgaste da palavra o voluntariado, significando apenas a ação de cunho assistencial. Havia isolamento. Faltava diálogo, dominava a ausência de um esforço sistemático de produção de conhecimento, de metodologia de trabalho, portanto, perda de eficiência. E existia, principalmente, desinteresse das empresas pelo voluntariado como componente de responsabilidade social do empresariado. (BRANDÃO, 2010, p. 193).

O Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD) foi um dos financiadores do programa e Ruth Cardoso uma das grandes divulgadoras. Ruth convocava a população para participar do voluntariado, incentivando a ação, pontuando-a como uma prática cidadã, como ocorrera em novembro de 1996, quando a primeira-dama esteve em Porto Alegre para proferir uma palestra sobre a importância do trabalho voluntário no combate aos problemas sociais. Na ocasião, recebida pelo governador Antônio Britto, buscou firmar laços e parcerias para o desenvolvimento deste e de outros programas do Comunidade Solidária<sup>368</sup>.

Em torno desse tipo de discurso, configuraram-se as críticas em relação ao programa. Nesse sentido, Demo (2001) destaca que “é preciso ainda observar que, por trás dos discursos de solidariedade, está o neoliberalismo, sobretudo, em sua tática de desmonte do Estado e de chamamento da sociedade a atividades voluntárias como sucedâneo das políticas sociais” (DEMO, 2001, p. 65). Mais uma vez, o chamamento à participação é apontado como uma estratégia neoliberal, que visa isentar o Estado de suas ações junto à esfera social. O voluntariado é entendido, mesmo nesse “novo” formato, como ação emergencial e pontual, indo de encontro ao princípio da universalização dos direitos sociais, como defende a LOAS.

---

<sup>368</sup> Jornal do Commercio, 20 de novembro de 1996.



O Capacitação Solidária também foi criado de acordo com o discurso oficial de combate à pobreza e à desigualdade social, o qual objetivava promover um quadro de capacitação profissional, pensando em uma “solução inovadora para atender jovens pobres, moradores das periferias metropolitanas, à margem do sistema educacional e do mercado de trabalho” (GORDINHO, 2009, p. 160). Mais uma vez, o discurso construído girou em torno da solidariedade e da parceria. Empresários, professores universitários e profissionais liberais colaboraram com o projeto.

O programa voltou-se à profissionalização de jovens de 14 a 21 anos, vivendo em situação de risco, com pouca escolarização e sem acesso ao mercado de trabalho. O projeto foi “elaborado junto com o Ministério do Trabalho, tendo suas metas gerenciadas pela Casa Civil da Presidência da República”<sup>369</sup>. Gordinho (2009) ainda destaca que, para a implementação do programa, era realizado antes uma espécie de mapeamento, a fim de perceber as necessidades do mercado de trabalho na região em questão. Em seus discursos, Ruth pontuava que a assistência social não deveria apenas focar nas necessidades, mas na capacidade dos indivíduos, aproximando-se, dessa forma, do viés universalista proposto pela LOAS. “Os bons resultados foram enviados e reconhecidos fora do país. Em 2001 o Capacitação Solidária recebeu o prêmio de Direitos Humanos da ONU. No ano seguinte, atraiu 150 novos parceiros, empresas instituições públicas e privadas” (GORDINHO, 2009, p. 163).

Na lógica relacional entre o Estado (Primeiro Setor) e o Mercado (Segundo Setor), característico dos sistemas neoliberais, é pontuada a importância de integração do Terceiro Setor, entendido como mobilizador de um grande volume de recursos humanos e materiais, nos quais se inserem as sociedades civis sem fins lucrativos, as associações civis e as fundações de direito privado, todas entidades de interesse social. Esse Terceiro Setor se colocaria entre a esfera pública e privada, carregando laços simbólicos com os dois. O Comunidade Solidária e as ações de cunho social no governo de FHC buscaram fortalecer essa relação.

Além das diversas parcerias estabelecidas no interior do Comunidade Solidária, foi impulsionada a criação da Rede de Informação do Terceiro Setor, RITS, no ano de 1997, entendida como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIP, autônoma e sem fins lucrativos.

É uma rede virtual de informações, dirigida ao fortalecimento das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Fomenta e

---

<sup>369</sup> Jornal do Brasil (RJ), 21 de janeiro de 1996.

dá suporte ao compartilhamento de informações, conhecimento e recursos técnicos. Também desenvolve tecnologias de informação e comunicação, principalmente, por meio da internet, para promover o desenvolvimento humano na sociedade em rede. Promove interação de políticas públicas com provedores de recursos relacionados com o tema. (GORDINHO, 2009, 168).

Ruth Cardoso teve papel decisivo na formação de novos parâmetros para regulamentar a atuação pública de atores privados sem fins lucrativos, pois ela percebia essa necessidade e via nessa parceria com o Terceiro Setor uma forma de fortalecer a ação do Estado, e uma porta de saída para a solução das mazelas sociais do país. Em resumo, o Terceiro Setor se fez presente no desenvolvimento de praticamente todos os projetos e programas dirigidos pelo Comunidade Solidária, dos quais apontamos os mais visibilizados.

Essas ações de caráter social/assistencial, caminhavam no limiar entre a aceitação e as críticas. Discussões em torno da execução de políticas emergenciais e políticas públicas universais eram realizadas. Os críticos da área da assistência social reconheciam a importância intelectual da antropóloga e primeira-dama Ruth Cardoso, mas pontuavam que o conjunto de ações desenvolvidas pelo governo FHC estariam mergulhando o Brasil em uma conjuntura neoliberal, sem a implantação de um estado de bem estar social, prática existente em outros países da América Latina.

Como mencionado anteriormente, as críticas se fizeram presentes desde o início da implantação do Programa Comunidade Solidária, partindo, muitas vezes, de dentro do próprio governo. Como ressalta Brandão, “evidente que, por um tempo, houve desconfiança de todos os lados. Os do governo achavam que o Comunidade era uma apropriação indébita do trabalho deles, enquanto os setores da sociedade civil resistiam: ‘o que vem a ser isso’” (BRANDÃO, 2010, p. 176). O ministro das Comunicações Sérgio Motta dirigiu diversas críticas às políticas sociais do governo de FHC. “Em reunião com a Bancada do PMDB, Motta disse que o Programa Comunidade Solidária, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso, faz muito debate e pouco realiza. ‘Esta masturbação sociológica me irrita’, criticou”<sup>370</sup>. Quando soube do ocorrido, Ruth estava em viagem oficial em Washington, e responde em tom de ironia à crítica do ministro, fazendo menção a sua profissão de engenheiro, ao afirmar que “às vezes os engenheiros podem ser um pouco afoitos. Mas os problemas sociais são mais complicados do que construir

---

<sup>370</sup> Jornal do Brasil (RJ), 19 de abril de 1995.

pontes”<sup>371</sup>. A primeira-dama preferiu usar a expressão “demora sociológica”, em vez de “masturbação sociológica”. Esta última tomou grandes proporções no interior do campo político. O próprio Fernando Henrique Cardoso repreendeu a fala do ministro. Outra expressão de teor sexual se faria presente posteriormente, agora para demonstrar o contrário da primeira expressão. O presidente da Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI), Cesare Le Rocca, fazendo referência a um dos programas do Comunidade, afirmou que “o programa vai bem, me sinto atingindo o orgasmo”<sup>372</sup>. Mais uma vez, o uso de uma expressão dessa natureza causou desconforto público à primeira-dama Ruth Cardoso.

A saída de Betinho do programa também impulsionou uma série de críticas. Em meados de 1996, uma leitora, de nome Denise Manfrete, em espaço concedido pelo Jornal do Brasil aos leitores, afirmou que o país estaria acompanhando o caos em que se encontrava a assistência social no país, ressaltando o vazio deixado devido ao fechamento da LBA. Para ela, mesmo carregando boas intenções, a equipe montada por dona Ruth Cardoso ainda não teria atingido as metas traçadas pelo Comunidade Solidária em seu nascedouro.

Por vezes, justificado inclusive por seu caráter descentralizado, algumas ações do Comunidade foram acusadas de estarem sendo realizadas com fins eleitorais, como demonstra a reportagem do Jornal do Brasil. “A distribuição de cestas de alimentos do Comunidade Solidária, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso, está sendo manipulada por candidatos em campanha eleitoral em 11 municípios do noroeste fluminense”<sup>373</sup>. Em 1998, as críticas sobre o uso dos programas para tais finalidades reascenderam. Nessa conjuntura, em que o próprio Fernando Henrique concorria à reeleição, Ruth Cardoso afirmou publicamente que o Programa Comunidade Solidária não seria uma campanha eleitoral, bem como não teria seu desenvolvimento afetado por ela<sup>374</sup>.

Diversas críticas também surgiram por parte da área da Assistência Social, que cobrava a elaboração de uma política global para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais no país. Para esses críticos, mesmo carregando em seu discurso

---

<sup>371</sup> Jornal do Brasil, 22 de abril de 1995.

<sup>372</sup> Jornal do Brasil, 12 de dezembro de 1996.

<sup>373</sup> Jornal do Brasil, 29 de agosto de 1996.

<sup>374</sup> Jornal do Brasil, 15 de janeiro de 1998.

oficial o conceito de focalização, o Comunidade Solidária não estaria caminhando nesse sentido.

Nesse sentido, o peculiar no esforço do governo FHC para o enfrentamento da pobreza no Brasil não é a ausência de uma estratégia global, não é a desarticulação entre as políticas social e econômica e a subordinação da primeira ao modelo econômico adotado; não é a insuficiência, a descontinuidade e o uso do clientelismo dos programas sociais, embora esses aspectos venham se aprofundando, mas é, sobretudo, a distorção na aplicação do princípio de FOCALIZAÇÃO, um dos componentes da reforma dos programas sociais na América Latina, ao lado da descentralização e da privatização, iniciada nos anos de 1980, sob a orientação de organismos internacionais. (SILVA, 2001, p. 13).

Durante a I Conferência de Assistência Social, realizada em agosto de 1995, foi aprovada uma moção que sugeria a extinção do Programa Comunidade Solidária. Apesar da resistência perante a imprensa, Ruth fazia uso dela para defender o programa. Em setembro daquele mesmo ano, declarou ao Jornal do Brasil que as metas do Comunidade estavam sendo cumpridas e que não cabia a ela nem ao programa responder sobre as políticas sociais do governo, mas cabe ao próprio governo. O discurso de que o Comunidade Solidária não seria governo foi uma constante nas falas da primeira-dama<sup>375</sup>.

De acordo com os críticos da Assistência Social, a própria criação do Programa Comunidade Solidária teria sido realizada à margem da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei 8742/93, que incluiu a Assistência Social no âmbito da Seguridade Social, reconhecendo-a como política pública de direito de cidadania social, e implicaria em uma forma despolitizada e refilantropizada de abordagem da questão social. De acordo com Silva (2001):

Apesar de apresentado como articulação de programas para enfrentamento da questão social, tendo como objetivo o combate à fome e à pobreza, numa perspectiva de descentralização e participação da sociedade civil, estados e municípios, e tendo como fundamento filosófico a solidariedade, o Comunidade Solidária é visto, no discurso crítico, sobretudo, como um programa emergencial e assistencialista. (SILVA, 2001, p. 76).

Na mesma direção, Queiroz e Matsubara (1995) destacam que o Comunidade Solidária foi proposto como uma estratégia do governo federal, visando transferir a responsabilidade das políticas sociais que cabiam ao Estado para a sociedade civil, usando como justificativa os conceitos de solidariedade, descentralização e focalização. Para Sposati (1995), o Comunidade Solidária pode ser visto antes como uma estratégia política

---

<sup>375</sup> Jornal do Brasil (RJ), 07 de dezembro de 1995.

de caráter neoliberal, do que a tentativa de articulação de programas sociais. Tal estratégia estaria levando a um desmonte de órgãos de assistência social, a um retorno às práticas assistencialistas e patrimoniais e a uma retomada do primeiro-damismo, característico da Era Vargas.

Ruth, membros do governo e o próprio Fernando Henrique, buscaram esclarecer que a política social do governo federal não se resumia ao Programa Comunidade Solidária. Em 1996, Ruth Cardoso declarou que: “a inclusão dos excluídos é uma inclusão na cidadania. Não podemos esquecer que a política fundamental é a universalização de direitos”. Já FHC, pontuou que “os problemas universais não são atendidos pelos programas do Comunidade Solidária. O Comunidade não é universal. É, ao contrário, compensatório do passado, que não foi unificador, criou desigualdades”<sup>376</sup>. O discurso do Presidente entrou em rota de choque com os pressupostos oficiais do programa, que se apresentou não em caráter compensatório, mas balizador das ações do combate à pobreza.

O que se observa é que dentro do Programa Comunidade Solidária, seus dois órgãos gerenciadores, o Conselho Nacional de Solidariedade e a Secretaria Executiva do programa, possuíam dois caminhos a trilhar. O primeiro, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso, apresentado por ela como “não governo”, fazia as vezes de articular das ações sociais e asseguraria o diálogo com a sociedade civil. Na ausência de uma política social global por parte do governo federal, caberia à Secretaria do programa organizar tais ações sociais. Tal análise pôde ser realizada ao observarmos os discursos de Ruth Cardoso e as práticas encabeçadas pelo programa, bem como as críticas que recaíram sobre ele, tanto é que a capacidade técnica e intelectual de Ruth jamais foi questionada. Malak Chichini Popovic, em depoimento dado a Brandão, em julho de 2009, pontuou essa dubiedade do programa.

Difícil, pois o Comunidade Solidária era 2 coisas: o Comunidade Solidária do governo e o que ela quis fazer como primeira-dama, que é o trabalho com a sociedade civil. Foi um erro desde o início dar o mesmo nome para as 2. Uma que era realmente do governo oficial pegava os municípios mais pobres e supre as necessidades deles. (BRANDÃO, 2010. P. 165).

Carregando o peso de ter que possuir alguma função enquanto o marido ocupava a Presidência da República, mas renegando o estereótipo que a figura da primeira-dama carregava, Ruth Cardoso viu no Conselho da Comunidade Solidária a oportunidade em dialogar com os problemas sociais emergentes, que ela já havia identificado em seus

---

<sup>376</sup> Jornal do Brasil (RJ), 10 de maio de 1996.

estudos acadêmicos. Ela estaria no governo sem ser governo, e sem deixar de ser a antropóloga, intelectual reconhecida no campo acadêmico nacional e internacional. Dessa forma, as críticas recaem mais sobre a política social do governo - ou a uma ausência dessa política, em seu viés universal e cidadão, como pressupõe a LOAS - do que sobre a pessoa da primeira-dama Ruth Cardoso, que, para além do posto ocupado, tinha uma carreira consolidada. Mais ainda, as críticas podem até recair sobre o primeiro-damismo como prática atrelada aos interesses do Estado (*estratégico*), que foram sim executadas por Ruth, mas não necessariamente sobre ela. Muitas críticas recaíam sobre as ações emergenciais de cunho compensatório, no entanto, como ressalta Brandão (2010), em todas as ocasiões em que foram necessárias a distribuição de cestas básicas, por exemplo, Ruth se mostrou contrária e insatisfeita, pois para ela política pública em assistência social não era isso, mas a valorização das capacidades individuais dos sujeitos. Para a antropóloga, o foco deveria ser desviado das necessidades para a capacidade.

Quando a grande seca devastou o Nordeste, uma das primeiras perguntas de Ruth a sua equipe foi: “O que podemos fazer, de imediato? Mandar cestas básicas? Tudo bem, precisa. Mas só eu vou mandar? Cestas básicas, não! Isso vai ser feito pelo Ministério da Assistência Social”. Ela tinha uma ojeriza a isso. Mesmo sabendo que em certas horas é preciso dar de comer, ela oferecia resistência às cestas básicas, preferia encontrar algo novo, que não fosse assistencialismo. Então foi feita uma pesquisa, no Nordeste e no vale do Jequitinhonha, e vieram as respostas às perguntas: o artesanato estava sobrevivendo com dificuldades, à beira da extinção. O que fazer? Quem são os Artesãos? Do que que eles precisam? Treinamento? Comercialização? Novas perguntas se sucederam, as equipes foram enviadas para várias regiões, gente com experiência de cidade, para ver como se poderia comercializar melhor os produtos, como aprimorar a técnica dos artistas. O ângulo que parece pequeno, mas que aposta na capacidade das pessoas, por isso tende a durar, não está condenado a ficar pequeno. (BRANDÃO, 2010, p. 196)

O que se pôde observar é que, paulatinamente, os anseios idealizados por Ruth Cardoso, fundamentados no princípio parceria, aos poucos começavam a ser deixados de lado, em detrimento de uma política com contornos neoliberais. O próprio afastamento de Ruth das atividades do Comunidade no decorrer do segundo mandato de FHC, é indicativo desse processo de reordenação do que havia inicialmente sido proposto. Em 2002, fazendo um balanço do governo de FHC, o Jornal Correio Brasiliense destacou que o discurso inicial de combate ao assistencialismo havia sido gradativamente deixado de lado, em especial, no período de campanha em busca da reeleição, no ano de 1998. A perda de autonomia do Comunidade Solidária também foi pontuada.

O Sociólogo Fernando Henrique Cardoso chegou à Presidência da República, prometendo acabar com o assistencialismo oficial. Confiou à primeira-dama, a antropóloga Ruth Cardoso, o comando da revolução na assistência aos excluídos. O Programa Comunidade Solidária deveria semear novas experiências de inclusão dos miseráveis na sociedade, com participação política e educação. Ruth Cardoso resolveu começar suspendendo a distribuição de cestas básicas. A decisão recebeu duras críticas e deixou um grande número de miseráveis do semi-árido nordestino com fome. Pouco tempo depois, o próprio Fernando Henrique resolveu rebaixar o status do Comunidade Solidária no governo. Tirou do programa a autonomia de sugerir e encaminhar novas propostas na área social. Em 1998, concorrendo à reeleição, Fernando Henrique recorreu ao velho assistencialismo. Distribuiu o maior volume de cestas básicas da história do país. (Jornal Correio Brasiliense, 25 de abril de 2002).

Dessa forma, apesar de carregar expressivo conhecimento e preparo no que diz respeito aos problemas sociais a serem enfrentados, enquanto primeira-dama, atuando no Comunidade Solidária, Ruth não conseguiu efetivar uma política social que se distanciasse dos ideários assistencialistas. Em suma, os programas do Comunidade foram desenvolvidos em consonância com o projeto político empreendido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O primeiro-damismo executado por Ruth teve, então, o seu viés *estratégico*. No entanto é importante destacar que as ações Ruth Cardoso não se restringiram a sua atuação junto ao Comunidade Solidária, que, sim, proporcionou-lhe experiências constituidoras de capitais políticos. Desde o momento da campanha eleitoral, desconstruir e propor um novo modo de agir enquanto primeira-dama foi uma das metas de Ruth Cardoso, conhecida pela imprensa, pelos amigos, pela cúpula política e pelo próprio marido, como aquela que não gostava de ser chamada de “primeira-dama”. Repensar esse papel foi um grande desafio assumido pela antropóloga.

Ruth Cardoso nunca se colocou em um segundo plano, estando atrás de seu marido. Sempre teve, e não fazia questão de esconder, opinião própria e nem sempre alinhada à de Fernando Henrique. Em certa ocasião, o senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, realizou duras críticas ao Presidente FHC, acusando-o de estar se deixando dominar pelos aliados do PFL e deixando de lado os ideários do PSBD. Para o senador, o partido dos tucanos estaria sendo representado no governo apenas pela primeira-dama Ruth Cardoso, que, segundo ele, mostrava coerência em seus discursos e suas ações<sup>377</sup>. Mesmo antes de assumir o posto de primeira-dama, bem como no decorrer dos oito anos de mandato de Fernando Henrique, Ruth Cardoso teceu incisivas opiniões

---

<sup>377</sup> Jornal do Brasil (RJ), 27 de maio de 1995.

a respeito de temas polêmicos, como aborto, legalização da maconha, homossexualidade, planejamento familiar, dentre outros.

Em plena campanha eleitoral, no ano de 1994, em um pronunciamento realizado no Itamarati, Ruth afirmou que, caso o marido ganhasse, iria defender uma “política de saúde capaz de reverter o alto índice de mortalidade de mulheres vítimas de abortos ilegais. Ruth não esclareceu, no entanto, se é ou não favorável à legalização do aborto”<sup>378</sup>. Após tal declaração, Ruth foi bastante questionada. Setores conservadores esperavam uma retratação da antropóloga, e os partidos concorrentes enfatizaram a fala de intelectual. Em 1997, já no final do primeiro mandato de FHC, o assunto voltou a ser pautado, dessa vez em decorrência da regulamentação do aborto na rede pública de saúde, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Ruth Cardoso disse não compreender tamanho alvoroço em torno do tema, já que o aborto, em caso de estupro e de risco à saúde da mãe, já era previsto pelo Código Penal brasileiro.

A primeira-dama tem evitado falar publicamente sobre o assunto, por entender que a polêmica favorece os setores contrários à regulamentação do aborto, nos casos previstos pela lei. Para ela, a nova medida apenas estende às mulheres pobres – que morrem aos milhares, vitimadas por abortos caseiros – o mesmo tratamento que recebem as mulheres de maior poder aquisitivo. (Jornal do Brasil (RJ), 05 de setembro de 1997).

Participando do *Programa Livre*, do SBT, questionada por uma aluna, Ruth Cardoso afirmou ser favorável à descriminalização da maconha. Ressaltou a polêmica que gira em torno da temática e pontuou que se deve ter cautela para discutir determinados assuntos.

Eu acho que essa é uma questão que, me parece, divide as pessoas. Eu acho que se deve pensar nela com calma. Hoje em dia, acho que, tranquilamente, a grande maioria das pessoas responsáveis, ou até de opinião pública, é a favor da legalização da maconha. Mas isso tem que vir dentro de um contexto em que exista uma série de leis e de garantias para que funcione. Ela não é uma questão isolada. Ela está dentro de um contexto mais amplo. Eu sou a favor da descriminalização da maconha. (Jornal do Brasil (RJ), 09 de fevereiro de 1996).

Na ocasião Ruth foi ovacionada pelo público, no entanto, mais uma vez, viu uma declaração sua adquirindo grande repercussão. Alguns críticos elogiaram a postura da primeira-dama, que não se omitia diante de temas de tal natureza, mesmo ocupando o posto que ocupava, enquanto outros, a condenaram e ainda a acusaram de estar incentivando o uso de drogas. Ruth declarou que não iria se explicar pelo que havia

---

<sup>378</sup> Jornal do Brasil (RJ), 19 de agosto de 1994.



pronunciado, alegando ter sido clara em sua afirmativa. Em 1997, Ruth Cardoso expressou apoio ao projeto de união civil entre pessoas do mesmo sexo. Na época, assim como ocorrera com a temática do aborto e da legalização da maconha, Ruth foi bastante criticada por setores conservadores da sociedade. No entanto, não recuou, afirmando estar se referindo a um direito do cidadão.

Tais pronunciamentos demonstram quão autônoma Ruth Cardoso era em sua atuação pública. Certa vez, a primeira-dama foi a público criticar uma ação do marido, em ter vetado um artigo do projeto que previa a esterilização de homens e mulheres pelo Sistema Único de Saúde. “Neste país, temos a obrigação de garantir acesso a todos os meios de planejamento familiar para as mulheres de todas as classes sócias”<sup>379</sup>, declarou Ruth Cardoso à imprensa. Na ocasião, o Presidente reconheceu que foi mal assessorado pelo ministro da Saúde. A opinião de Ruth Cardoso tinha peso e visibilidade no meio político. “Pela primeira vez, a Funai tem um presidente respeitado por todas as partes envolvidas e interessadas na questão do índio: Márcio Santilli. E foi o dedo da antropóloga Ruth Cardoso que funcionou na hora da escolha”<sup>380</sup>.

Se aproximando mais uma vez o período de campanha eleitoral, inicialmente Ruth se disse favorável à reeleição do marido, mas tinha ressalvas a respeito da continuidade nos cargos, se isso parecesse cômodo. Iniciada a campanha, ela atuou diretamente, novamente compondo a equipe que estruturou o plano de governo do marido, participando de comícios e até do horário eleitoral. Ruth parecia estar mais habituada ao cenário político.

Após a reeleição do marido, Ruth demonstrou querer continuar à frente do Conselho do Comunidade solidária, mas declara não depender unicamente dela essa decisão. No segundo mandato do marido, o programa sofreria algumas transformações. É notável certa perda de autonomia. Ruth continua no Comunidade, mas nem ela nem o programa em si tinham a mesma notabilidade, se comparado aos primeiros quatro anos. Ruth Cardoso sempre ressaltou a importância em se formalizar as ações do Comunidade, para assim assegurar a sua continuidade. Durante esse período, Ruth voltou a se dedicar à pesquisa acadêmica, proferindo muitas palestras em diversos países. Paulatinamente, Ruth ia se afastando do Comunidade Solidária e governabilidade.

Ciente da transitoriedade da sua carreira pública, não teve maiores dificuldades em voltar à esfera privada. Seu trabalho independia do governo ou de recursos públicos. Abriu mão da marca Comunidade

---

<sup>379</sup> Jornal do Brasil, 19 de janeiro de 1996.

<sup>380</sup> Jornal do Brasil, 19 de setembro de 1995.

Solidária, para assumir a *comunitas*, organização social civil de interesse público (OSCIP), autônoma e criada dois anos antes, dentro de novo marco legal, para assegurar as condições de continuidade das estratégias de fortalecimento da sociedade civil. Ruth continuava a trabalhar com o Terceiro Setor, à frente da *comunitas*. Dava expediente no escritório instalado em uma casa na avenida Angélica, cedida pelo governo federal a Capacitação Solidária. Os programas agora sediados em São Paulo recebiam sua atenção plena e se reestruturaram. Fecharam se as portas do governo às suas propostas, mesmo com excelentes avaliações e bons projetos. Mas a sociedade civil reconhecia seu trabalho e os empresários continuaram a dedicar-lhe profundo respeito ouvindo suas opiniões e apoiando suas iniciativas. (GORDINHO, 2009, p. 41).

Ruth pareceu criar um modelo próprio de atuação. Autônoma, protagonista de suas ações. Ser primeira-dama não se resumiu a cumprir os protocolos da posição nem a atuar junto as políticas sociais. O primeiro-damismo esboçado por Ruth Cardoso se fez singular devido à importância intelectual que a antropóloga detinha, sabendo mesclar em suas ações. Reconhecida nacional e internacionalmente, até os críticos a isentavam pelo fracasso da tentativa de combate à pobreza estabelecida pelo governo federal. A política social, ou a ausência de uma política social, no governo de FHC, em sua totalidade, não seguiu os pressupostos defendidos por Ruth Cardoso, que, por sua vez, não se deixou definir pelo modelo de primeira-dama pré-estabelecido e existente na cultura política brasileira.

Como disse Eva Blay, “poucas vezes se viu tanta unanimidade”. Desapareceram partidanismos, ideologias, rivalidades, ressentimentos, idiosincrasias. Roberto Pompeu de Toledo, na Revista Veja, sintetizou que ela uniu, “na mesma louvação e na mesma tristeza, as pessoas de diferentes áreas e posições políticas opostas. A admiração e o respeito que despertava fazia dela uma unanimidade”. (BRANDÃO, 2010. p. 245).

Em reportagem noticiada pelo Jornal do Brasil, Villas Boas Corrêa destaca a “intrigante presença, cada vez mais nítida e singular de dona Ruth Cardoso, desenhando perfil literalmente inédito de esposa de Presidente da República”<sup>381</sup>. O jornalista era um ferrenho crítico do governo FHC, mas assim como diversos outros, reconhecia o potencial de Ruth Cardoso e validava o trabalho por ela desenvolvido. Dessa forma, destacamos que se pode verificar, em sua atuação, um primeiro-damismo que ultrapassa o seu viés *estratégico*. Ruth conseguiu burlar as regras do jogo político, estando inserida nele e sem causar grandes tumultos. Enquanto *tática*, seu primeiro-damismo conseguiu alcançar

---

<sup>381</sup> Jornal do Brasil (RJ), 07 de julho de 1995.

outro patamar, que não pode ser apontado apenas como perpetuação de um modelo previamente estabelecido. Como destaca Guedes e Mello (2019), Ruth:

rompeu vários padrões do cargo de primeira-dama até então estabelecidos: sua formação educacional superava inclusive a de homens que presidiram o país até então; era uma feminista atuante, com ideias que moldaram a área social do governo, e suas ações repercutem até hoje. Iniciativas dela ou influenciadas por ela foram responsáveis pelo movimento que levou à efetiva diminuição da desigualdade social no país. (GUEDES; MELLO, 2019, p. 255).

De todas as primeiras-damas da história nacional, Ruth Cardoso foi a única que teve uma carreira intelectual independente do marido. Ruth Cardoso é reconhecida como a primeira-dama que atribuiu uma nova face à referida posição. No entanto, vale destacar que não conseguiu romper com o ciclo que ligava a figura da primeira-dama às atividades de cunho social. Mesmo as políticas sociais sendo afirmadas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica de Assistência Social, enquanto responsabilidade do Estado, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso a figura social da primeira-dama ocupou espaços de responsabilização pelo seu desenvolvimento.

#### *4.3 Marisa Letícia Lula da Silva*

Em 01 de janeiro de 2003, Fernando Henrique Cardoso passou a faixa presidencial para Luiz Inácio Lula da Silva, e, conseqüentemente, o posto de primeira-dama ganhou nova ocupante, Marisa Letícia Lula da Silva. A lacuna historiográfica que circunda a atuação de Marisa é tão incômoda quanto a que ocorre com as demais, salvo algumas exceções, com um agravante: a proximidade temporal. Falar de Marisa é falar do tempo presente, ou imediato, é falar de processos que sequer tiveram seus ciclos totalmente fechados. No entanto, propor uma reflexão a respeito do primeiro-damismo como um fenômeno existente na história brasileira em recorte republicado e deixar tal personalidade fora, se mostra inviável e injusto ao leitor e à própria produção historiográfica.

Em diálogo com Loriga (2011), ressaltando a importância da dimensão individual da história, no decorrer de todo o trabalho, recorreremos a escritos biográficos e autobiográficos, como fontes, no exercício de elaborarmos uma narrativa democrática e justa, junto aos sujeitos e sujeitas aqui analisados. O trabalho escrito pelo jornalista Camilo Vannuchi, publicado no início de 2020, é a primeira biografia autorizada de Marisa Letícia. Para “encontrá-la”, mergulhamos em sua narrativa, de forma atenta e crítica.

Descendente de imigrantes italianos, Marisa Letícia nasceu em 07 de abril de 1950, em São Bernardo do Campo. “Os pais de Marisa, Antônio João Casa e Regina Rocco Casa, ambos da primeira geração de filhos de italianos nascidos no ABC, moravam numa área conhecida como bairro dos Casa. Naquela época, muitos bairros foram batizados de acordo com o sobrenome predominante” (VANNUCHI, 2020, p. 55).

Se tornar primeira-dama do país nunca esteve nos planos, nem ao menos nos sonhos de Marisa. Começou a trabalhar aos nove anos de idade, como babá na casa da professora Vilma, casada com Jaime Portinari, sobrinho do pintor Cândido Portinari. Marisa passava a semana na casa da referida família, dividindo o tempo entre os afazeres e a escola. Nessa função, Marisa permaneceu até seus 13 anos, quando passou a trabalhar como embaladora, na empresa chocolates Dulcora. Começava aí a vida de operário de Marisa Letícia. No ano de 1970, Marisa se casou com o taxista Marcos Cláudio dos Santos. Alguns meses após o casamento, seu marido foi assassinado, deixando Marisa grávida de quatro meses. O filho do casal recebeu o nome de Marcos Cláudio, em homenagem ao pai. O encontro com Lula só ocorreria 3 anos depois, em 1973.

Antes de conhecer Marisa, Lula também havia se casado. O fato ocorreu em 1969, com Maria de Lourdes da Silva, que veio a falecer dois anos após a realização do matrimônio, em decorrência de uma hepatite contraída no oitavo mês de gravidez. Lula perdeu a esposa e o filho. Em 1973, quando Marisa e Lula se conheceram, os dois estavam viúvos há três anos. O encontro aconteceu na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em Diadema, na ocasião em que Marisa foi solicitar uma declaração para liberar a pensão de um de seus irmãos.

Foram sete meses de namoro até o casamento, realizado em 23 de maio de 1974, em uma cerimônia civil, simples e com poucos convidados. Juntos tiveram três filhos, Fabio Luís, Sandro Luís e Luís Cláudio. O primeiro filho de Marisa, Marcos Cláudio, foi adotado e criado por Lula como seu. Além destes, o líder sindical teve uma filha, Lurian Cordeiro, que ao contrário do primogênito de Marisa, nunca convivera diretamente com os Lula da Silva. Lurian era fruto de uma rápida relação que Lula teve com a enfermeira Miriam Cordeiro, assunto que sempre gerou muito desconforto à Marisa e foi utilizado inclusive, em meio a campanha eleitoral de 1989.

## Imagem 81 - Casamento de Marisa e Lula



Fonte: <https://noticias.uol.com.br><sup>382</sup>

Quando Marisa se casou com Lula, ele era Primeiro Secretário do Sindicato, eleito em 1972. No pleito seguinte, Lula foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos para o triênio de 1975 a 1978, contando com o apoio de Paulo Vidal, ex-presidente do órgão.

O casamento ainda não havia completado um ano, e a vida de Marisa já virava de pernas para o ar. É só dessa vez, ele prometeu à esposa. Só 3 anos de mandato. Depois eu volto para Villares. Aquela mudança não estava nos planos de Marisa. É verdade que Lula já era primeiro secretário do sindicato quando ela o conheceu. Mas presidente? Não tinha cabimento convidarem seu marido para ser cabeça de chapa. Lula não gostava de política, não sabia falar em público, tem uma personalidade apagada, avessa a brigas, disputas. (VANNUCHI, 2020, p. 67).

Foi a entrada de Lula e Marisa para a política. Dali em diante, o casal de operários jamais conseguiria se afastar das lutas e disputas em torno do poder. A partir daquele momento, os papéis de gênero se reforçariam dentro da família Lula da Silva. Lula cada vez mais atuando fora de casa, passando horas no sindicato, enquanto Marisa assumia toda a responsabilidade inerente ao funcionamento do lar. Essa lógica perdurou por praticamente toda a vida do casal, com a diferença de que, quando chegaram aos postos de Presidente e primeira-dama, os filhos já estavam crescidos, e Marisa pôde estar mais ao lado do marido. Nesses primeiros anos, a rotina de Lula aparentava incomodar Marisa.

Com filho de quatro anos e outro de um, Marisa tentava se acostumar à nova atividade do marido. Ela jamais voltaria a trabalhar fora. Também foi se adaptando aos assuntos, às conversas. Tinha aprendido com o pai para evitar debate político. João Casa demorou muitos anos para comprar uma televisão e não permitia que os filhos discutirem política

---

<sup>382</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2017/02/02/veja-a-trajetoria-de-marisa-leticia-mulher-de-lula.htm?foto=1>. Acesso em 12 de nov. 2020.

durante as refeições. A filha cresceu concordando com ele. Depois de adulta, adquiriu o hábito de assistir ao noticiário, mas não ia muito além disso. De repente, seu marido colocou a política dentro de casa. Não política partidária, mas os debates intermináveis sobre reajuste salarial, inflação, direitos trabalhistas. Marisa começou a se incomodar com a dedicação exagerada de Lula àqueles assuntos. “Poxa vida, ela pensava, precisava fazer reunião aqui em casa, inclusive no final de semana?”. (VANNUCHI, 2020, p. 69).

Lula foi reeleito presidente do sindicato em 1978. Na ocasião, Marisa estava grávida e se mostrou novamente insatisfeita em relação à decisão tomada pelo marido. Lula prometera a Marisa que seria a última vez, afirmando que após o segundo mandato, ele retomaria suas atividades como operário. Tal fato jamais ocorreria, como anunciado acima, Lula já estava mergulhado no mundo político. Não estando mais à sombra de Paulo Vidal, paulatinamente, Lula começava a ganhar destaque nacional, aparecendo em capas de revista, concedendo entrevistas à mídia, posicionando-se no que diz respeito à luta operária. Lula participava de congressos dentro e fora do Brasil, discutindo a temática. Àquela altura, final da década de 1970, já se conjecturava a criação de um partido que atendesse às demandas dos trabalhadores.

A atuação de Marisa teve início logo após as greves do ABC, do ano de 1979, momento em que ela “foi convidada a participar dos encontros da associação de mulheres de São Bernardo, grupo fundado por remanescentes da ala vermelha, organização com origem no PCdoB, em sua maioria, somaria forças no processo de fundação do PT no ano seguinte” (VANNUCHI, 2020, p. 40). Devido à ausência de Lula junto às demandas internas da família, Marisa não podia participar assiduamente. No entanto, algumas atividades eram consideradas indispensáveis, como as assembleias do sindicato, às quais Marisa não costumava faltar. Engajar-se na luta dos maridos era uma forma encontrada pelas esposas para demonstrar apoio a eles.

No ano seguinte, em 1980, novas greves eclodiram, dessa vez de forma mais organizada e contando com um maior número de adesões. A greve teve início em 30 de maio daquele ano, decidida por aclamação em assembleia. A partir daquele momento, instalou-se um cenário de apreensão. O sindicato podia sofrer uma intervenção militar a qualquer momento, e os líderes do movimento serem presos, fato que se concretizou no mês seguinte. Os treze sindicalistas foram presos, dentre eles, Lula. A prisão durou 31 dias, de 19 de abril a 20 de maio de 1980.

Enquadrados na lei de segurança nacional por organizar comícios e greves, duas práticas proibidas conforme o art. 42 da lei 6.620/1978, os diretores dos sindicatos de São Bernardo e Santo André não apenas tiveram seus mandatos cassados em abril de 1980 como foram

condenados, em fevereiro de 1981, na Segunda Auditoria Militar de São Paulo. As penas iam de 2 a 3 anos e meio de reclusão. Embora recorresse em liberdade, a maioria não havia conseguido, se esquivava de outra penalidade decretada ainda durante a greve: o desemprego. (VANNUCHI, 2020, p. 18).

Naquele momento de apreensão, Marisa contou com o apoio de Frei Betto, Geraldo Siqueira e Eduardo Greenhalgh, advogado que defendeu os líderes sindicalistas. Durante esse período, Frei Betto exerceu grande influência sobre Marisa e outras esposas dos sindicalistas.

### **Imagem 82 - Marisa e Frei Betto no dia da prisão de Lula**



**Fonte:** Jornal do Brasil (RJ), 20 de abril de 1980

Logo após se aproximar do movimento sindical e da família de Lula, o frade oferecera um curso de formação destinado ao público feminino, em especial às esposas dos sindicalistas, conhecido como curso da Pastoral Operária, realizado no salão paroquial da Igreja Matriz.

A ideia, num primeiro momento, era apresentar um panorama da conjuntura econômica e discutir os fundamentos da greve. Funcionava como um curso livre de introdução à política brasileira, adaptado à realidade daquelas mulheres e ao ambiente operário com qual as famílias estavam habituadas. Com Paulo Freire servindo de farol, Frei Betto explicava a Guerra Fria, a Ditadura Militar, milagre econômico, a dívida externa, a inflação e apresentava temas como reforma agrária, oligopólio, direitos humanos e direito das mulheres. O movimento sindical surgia como um tema transversal, permeando quase todas as aulas e palestras. (VANUCCHI, 2020, p. 113).

A imprensa noticiava a prisão de Lula e dos companheiros, destacando que eles haviam sido enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Em torno das esposas, era criado um cenário de pressão para que elas assumissem um papel atuante diante daquela conjuntura. Nesse ínterim, em abril daquele ano, Marisa, juntamente com outras esposas, participaram de um ato em favor da greve, realizado na Catedral da Sé. Na ocasião, a esposa do maior líder sindical foi apresentada pelo Cardeal Paulo Evaristo Arns, num ato que contou com a participação de cerca de 7 mil pessoas<sup>383</sup>.

No mês seguinte, maio de 1980, Marisa esteve à frente da organização da marcha das mulheres, caminhada que pedia a reabertura das negociações e a liberação dos sindicalistas. As regras do ato foram definidas em assembleia, e as esposas ficaram incumbidas de convidar outras mulheres para participar.

Mulheres, crianças e bebês, num total de cerca de 1.500 pessoas, pediram ontem, em passeata pelo centro de São Bernardo, a reabertura das negociações. [...]. Saindo da igreja Matriz, a passeada recebeu adesão de mulheres, incluindo balconistas de lojas, sob gritos de “Lula, Lula”. Crianças acenavam bandeirinhas brasileiras ou rosas. Além das policiais femininas, iam, à frente da primeira fila de mulheres de sindicalistas presos, soldados da tropa de choque que impediram qualquer aproximação de pessoas estranhas, principalmente homens. (Jornal do Brasil (RJ), 09 de maio de 1980).

Ao final da caminhada, algumas mulheres discursaram, entre elas, Marisa Letícia. “Como esposa de metalúrgico, estou ajudando meu marido como posso e peço a vocês que continuem apoiando seus esposos, porque eles não são bandidos, nem assassinos”<sup>384</sup>. De acordo com Vannuchi, “em 20 dias, a esposa de Lula havia completado uma metamorfose. De mulher de metalúrgico, transformou-se em liderança” (VANUCCHI, 2020, p. 116).

---

<sup>383</sup> Jornal do Brasil, 22 de abril de 1980.

<sup>384</sup> Jornal do Brasil, 09 de maio de 1980.



**Imagem 83 - Marisa Letícia na Marcha das Mulheres em São Bernardo do Campo, em 1980**



**Fonte:** <https://revistacult.uol.com.br><sup>385</sup>

Lula e os demais sindicalistas foram soltos doze dias após a realização da caminhada, em 20 de maio. O sindicato permaneceu sob a intervenção militar, fazendo com que Lula e os demais membros da diretoria jamais voltassem a ocupar o posto. A partir daquele momento, o projeto de criação de um partido destinado aos trabalhadores começava a sair do papel.

Politicamente eu não participava antes. Então, eu saía para a rua filiando as pessoas, batia de porta em porta, explicava para as mulheres, mesmo para os homens, que nós temos que formar um partido, que seria o partido dos trabalhadores. E foi aí que começou<sup>386</sup>.

O nome de Marisa Letícia Lula da Silva não aparece entre os fundadores do Partido dos Trabalhadores, mais uma truculência histórica, tendo em vista sua atuação, bem como de outras esposas de lideranças do partido, no processo que resultou no nascimento da legenda. Entre o final de 1970 e início de 1980, Marisa foi às ruas em busca de assinaturas para a fundação do PT, ouvia as demandas da população, conversava sobre a necessidade da criação de um partido que atendesse às demandas dos trabalhadores, bem como planejava eventos para arrecadar fundos para o partido. Além disso, Marisa comandava a estamperia, construída ali mesmo, na cozinha da sua casa.

Marisa usava uma única tela de Silkscreen, imprimia invariavelmente uma estrela sobre o fundo branco. As iniciais do partido, a vazadas no molde, surgiam na camiseta na cor do tecido. Marisa também cuidava de levar camisetas para vender os encontros do PT, nas assembleias dos sindicatos, nossas reuniões dos movimentos sociais, em plenárias e comícios. Era, sobretudo, uma forma de pingar algum recurso no caixa do partido, o que permitia aos dirigentes abastecer o carro e marcar

---

<sup>385</sup> Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/marisa-leticia-uma-filha-do-brasil/>. Acesso em 13 de nov. 2020.

<sup>386</sup> Marisa em entrevista a TVT, então uma produtora de vídeo ligada ao sindicato, em 15 de novembro de 1998, dia da eleição. (VANNUCHI, 2020, p. 126).

presença nas atividades. Além, é claro, de comprar mais tinta e mais camisetas. (VANNUCHI, 2020, p. 128).

O primeiro núcleo do Partido dos Trabalhadores foi o do bairro Assunção, coordenado por Marisa, logo em seguida, dando origem ao diretório municipal de São Paulo. Em seguida, o PT foi criado, em 10 de fevereiro de 1980, contando com o nome e o apoio de personalidades como Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Freire, Marilena Chauí, Antônio Candido, Lélia Abramo, Hélio Pellegrino, entre muitos outros. Sede de sindicato, estamperia, comitê, Marisa via que sua vida e sua casa, cada dia mais se entrelaçarem à vida política.

Concretizado o projeto de construção da legenda partidária, chegava a hora do ingresso na primeira campanha eleitoral. Em 1982, Lula concorreu à prefeitura de São Paulo, em disputa com Jânio Quadros (PTB), Reynaldo de Barros (PDS), Rogê Ferreira (PDT) e André Franco Montoro (PMDB). Lula ficou em quarto lugar e o pleito foi vencido pelo candidato do PMDB. A atuação de Marisa durante a primeira campanha de Lula continuou na mesma direção, sendo a responsável pela confecção das camisas, conversando com pessoas próximas, mas ainda não assumindo uma postura de articuladora eleitoral. O slogan da campanha era “Trabalhador vota em Trabalhador”, e era justamente essa fala que Marisa entonava por onde passava. Vannuchi (2020) sinaliza que, mesmo com a derrota das urnas, a campanha de 1982 foi um divisor de águas na vida de Marisa, pois, a partir daquele momento, ela teria percebido que seu marido não se afastaria da vida pública.

A segunda campanha eleitoral de Lula ocorreu em 1986, mas antes disso o líder sindical, reeleito presidente do PT, esteve à frente da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da campanha das Diretas Já. Durante a empreitada que lutava pelo retorno das eleições diretas para Presidência da República, a oficina de camisetas de Marisa voltou a funcionar. Lula ocupava os espaços públicos do mundo político, Marisa nos bastidores, dava suporte ao marido, demonstrando o quanto os papéis de gênero estavam afinados com a lógica patriarcal que circundava a sociedade e o campo político.

A Emenda Dante de Oliveira não foi aprovada, e o primeiro presidente civil foi eleito em 1985, ainda de forma indireta, após 21 anos de comando militar. Tancredo Neves foi o escolhido, tendo como vice José Sarney, que assumiria a presidência após a morte do político mineiro. Tais fatos agitaram as eleições de 1986, pois os nomes escolhidos também seriam responsáveis pela elaboração do novo texto constitucional. Lula se candidatou a deputado federal pelo estado de São Paulo, sendo o mais bem votado.

Cada vez mais, o nome de Lula era noticiado pela mídia, em detrimento do de Marisa, que, após a aparição durante a greve de 1980, só retornaria aos jornais na campanha presidencial de 1989. Na campanha para deputado federal, Marisa continuou atuando junto à confecção de camisas, ajudava na agenda do marido, bem como organizava e entregava material de campanha.

Após a vitória do marido, a ausência dele se tornaria mais constante em casa. Agora deputado federal, Lula passaria a semana toda em Brasília, enquanto Marisa e os filhos continuariam em São Paulo. Marisa nem cogitou se mudar para Brasília. Na família Lula da Silva, os papéis de gênero se perpetuavam: Marisa reinando no lar, na criação dos filhos e no apoio ao marido. Lula em Brasília, participando das discussões na Assembleia Nacional Constituinte.

Na elaboração da Constituição, por sua vez, Lula foi imprescindível. Integrou a subcomissão de negros da população indígena, pessoas portadoras de deficiência em minorias e também foi membro da comissão de sistematização. Junto com os demais parlamentares do PT, dos quais era líder, conseguiu garantir a aprovação, por exemplo, do direito de greve e da licença-maternidade de 120 dias, além da redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais e a instituição do salário mínimo unificado. (VANNUCHI, 2020, p. 163).

O nome de Lula despontava como candidato natural do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República para as eleições de 1989, a primeira em que o representante do poder executivo seria eleito pelo voto direto desde 1960. Os dois principais concorrentes de Lula eram Leonel Brizola (PDT) e Fernando Collor de Melo (PRN). A campanha do PT gerava grande entusiasmo, ao defender diretrizes como a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a distribuição renda e a taxação das grandes fortunas. Logo no início da campanha eleitoral, Lula, ao lado de Marisa, viajou por diversos países da América Latina, a fim de angariar apoio internacional.

Havia certa cobrança em torno de Marisa, para que ela atuasse de forma mais incisiva junto à campanha do marido. Ela o acompanhava nos comícios, passeatas, visitas e até viagens, mas ainda se mostrava muito insegura. Marisa não tinha uma agenda própria de ação frente à campanha e buscava se esquivar da imprensa, temendo comprometer o marido.

#### Imagem 84 - Marisa ao lado de Lula na campanha de 1989



Fonte: <http://www.sindicomerciarisibiruba.com.br><sup>387</sup>

Ainda durante a campanha presidencial de 1989, Marisa foi posta em uma situação desconfortável por duas vezes, envolvendo o mesmo assunto, a filha que Lula tinha fora do casamento, Lurian Cordeiro. A primeira vez que o nome de Lurian foi noticiado pela mídia ocorreu em abril daquele ano. Na ocasião, o Jornal do Brasil fez uma longa matéria sobre a menina, apresentou, inclusive, uma foto dela, na época com 15 anos de idade. A reportagem afirmava que “o presidenciável do PT, Luís Inácio Lula da Silva, escondeu da imprensa uma filha adolescente anterior ao seu casamento com Marisa”<sup>388</sup>. A segunda aparição do nome de Lurian, em meio à campanha eleitoral, surgiu na reta final do segundo turno, que Lula estava disputando com Fernando Collor de Melo. Os 32 dias que separaram os dois turnos foram muitos intensos. A mídia cercava o candidato petista e também a sua esposa. A casa sempre lotada, a rotina da família completamente modificada. Segundo a pesquisa Ibope, os dois candidatos encontravam-se empatados tecnicamente, e o PT acreditando numa possível vitória. Àquela altura algo modificaria esse cenário. “O programa de Fernando Collor de Mello exibia algo tão demolidor quanto inacreditável: uma entrevista com a enfermeira Mirian Cordeiro, apresentada como ex-mulher do Lula, em que a mãe de Lurian acusava o petista de oferecer dinheiro para que ela fizesse um aborto” (VANNUCHI, 2020, p. 184).

<sup>387</sup> Disponível em: <http://www.sindicomerciarisibiruba.com.br/>. Acesso em 13 de nov. 2020.

<sup>388</sup> Jornal do Brasil (RJ), Caderno B, 30 de abril de 1989.

### Imagem 85 - Participação de Miriam Cordeiro no programa eleitoral de Collor



*Depoimento de Miriam abriu programa de Collor ontem à noite*

Fonte: Jornal do Brasil, 13 de dezembro de 1989

A aparição de Miriam Cordeiro ocasionou uma onda de desconfortos. Maria Helena, nome de grande destaque envolvido na campanha de Collor, denunciou ao Jornal do Brasil e à Folha de São Paulo que Miriam havia recebido um alto valor por sua colaboração. Lula também se mostrou indignado, apareceu com sua filha em um de seus programas eleitorais, apresentando-a a toda Nação, mas não permitiu que a filha concedesse entrevistas à imprensa. Grande desconforto também foi sentido por Marisa, que desde sempre se mostrou incomodada com esse assunto. Na ocasião, pessoas próximas tentaram convencer Marisa a se posicionar publicamente, a fim de afirmar seu apoio ao marido, mas Marisa se negou.

Durante o segundo turno da campanha, o Jornal do Commercio publicou uma entrevista realizada pela jornalista Manuela Carta, com as duas postulantes à primeira-dama da nação: Marisa Letícia e Rosane Collor. Nela, a grande maioria das perguntas direcionadas à Marisa diziam respeito à vida pessoal. Como conheceu Lula, qual a origem da sua família, como funcionava a casa dos Lula da Silva. Sobre política pouco foi falado. Questionada sobre ser primeira-dama, Marisa foi enfática e afirmou que não pretendia pousar de madame em Brasília, “tomando chá das cinco e jogando conversa fora”. Para Marisa, aquela nem era uma preocupação para o momento, ela queria mesmo era “ajudar o Lula”<sup>389</sup>. No dia 17 de dezembro de 1989, o candidato petista foi derrotado por Fernando Collor de Melo, que assumiu a presidência no ano seguinte. O sonho de se tornar presidente do Brasil foi adiado.

Apesar da derrota, existia no interior do PT um clima de euforia. Àquela altura, o partido se apresentava como a maior força de oposição, além de ancorar nomes de

---

<sup>389</sup> Jornal do Commercio, 06 de dezembro de 1989.

relevância no campo político, a exemplo de Eduardo Suplicy. No entanto, sua maior figura continuava sendo Lula. Com as próximas eleições previstas apenas para 1994, o partido lançou um “governo paralelo”, cujo objetivo principal era fiscalizar as medidas adotadas pelo Presidente Collor e propor pautas e programas ao governo, em especial ligadas à questão do combate à fome.

Os líderes do "governo paralelo", entre eles o próprio presidente eleito, Lula, o deputado José Dirceu (SP) e o senador eleito Aloizio Mercadante (SP), pretendiam, além de fiscalizar Collor, “treinar” para um eventual governo do PT no futuro. “Vamos mostrar o que faríamos em cada situação concreta se estivéssemos no poder”, afirmou Dirceu à época. Segundo ele, o PT queria mostrar “a vocação para o governo” que o partido teria. (Folha de São Paulo, 25 de novembro de 2002).

O gabinete também contou com a participação do sociólogo Betinho, grande referência em termos de políticas públicas de combate à fome e à pobreza. Da experiência surgiram os pilares da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida, uma campanha lançada em 1993 pelo sociólogo. Em fevereiro daquele ano, Lula apresentou o plano ao Presidente Itamar Franco, que havia assumido a Presidência após o desfecho do *impeachment* de Fernando Collor de Melo. Acolhidos pelo Presidente, Betinho e Lula corroboraram para a implantação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, e a Ação da Cidadania Contra a Fome. “A campanha do Betinho, como ficou conhecida, colocou o tema da fome no centro do debate e popularizou a palavra cidadania. Não por acaso, o governo paralelo virou Instituto Cidadania em seguida” (VANNUCHI, 2020, p. 201).

Em seguida, já visando à próxima campanha eleitoral, a empreitada assumida por Lula foi a realização das “caravanas da cidadania”, iniciada no início de 1993. Lula e sua equipe viajaram por diversos estados brasileiros, a fim de se aproximar do povo conhecer os reais problemas da população. Ao todo, foram realizadas sete caravanas, que contaram com personalidades como Leonardo Boff, Fernando Gabeira, Frei Betto, Aziz Ab’ Saber e José Graziano da Silva. Marisa esteve ao lado do marido durante a realização das caravanas e, junto com ele, acreditava que a empreitada seria a alavancada inicial da campanha que viria no ano seguinte.

Em setembro de 1994, Marisa participou da passeata Fala Mulher, manifestação “realizada desde o ano de 1986, nos anos eleitorais, pelas mulheres da Frente Brasil Popular em todo o país”. Realizada no Rio de Janeiro, a caminhada fazia parte da campanha de Jorge Britar ao governo do estado, bem como de Lula à Presidência. Marisa foi apresentada pela mídia como a grande estrela do evento, fazendo uma menção direta

ao símbolo do Partido dos Trabalhadores<sup>390</sup>. Ainda durante a campanha, o Jornal do Brasil publicou uma matéria, destacando que a “síndrome da LBA” parecia ter tomado conta das principais postulantes a ocuparem o posto de primeira-dama do país. Desacreditada mais do que nunca após a passagem de Rosane Collor por sua presidência, a LBA parecia não estar nos planos de Ruth Cardoso, esposa de FHC, nem de Marisa Letícia, esposa de Lula. De acordo com a matéria, “Marisa da Silva, que acompanha o marido por toda parte e conhece o país como a palma da mão, gosta mesmo é de ficar de lado, cuidando da casa e dos filhos, embora todos reconheçam que vem dela muito da força de Lula”<sup>391</sup>.

Enquanto ocorriam as caravanas, o governo de Itamar Franco lançou o Plano Real, instituindo o Real Moeda em substituição ao Cruzeiro Real. Um clima de euforia foi criado em torno do novo plano, e o nome de Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda, foi lançado enquanto candidato do PSDB à Presidência da República. O PT desconfiava do poder resolutivo do plano e o acusava de ser um flerte eleitoral, empregado em meio a uma campanha de sucessão presidencial. Fato é que, em poucas semanas, Fernando Henrique ultrapassou Lula nas pesquisas de intenção de voto, obtendo a vitória eleitoral ainda no primeiro turno, ao receber 55,22% dos votos válidos. O candidato petista obteve o percentual de 39,97%<sup>392</sup>.

O resultado foi um banho de água fria, devido à expectativa criada em torno da realização das caravanas da cidadania, o que chegou, inclusive, a comprometer a campanha seguinte, de 1998. Em decorrência da aprovação da Emenda Constitucional 16/1997, que possibilitou a reeleição para os cargos de presidente, governadores e prefeitos, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, lança novamente seu nome como candidato pelo PSDB. Lula chegou a cogitar não participar do pleito, alegava desgaste, afirmando que o PT precisava de um nome para o suceder. Diversos assessores deixaram de estar ao lado de Lula. O próprio diretório nacional do partido desacreditava numa possível vitória do petista. A vitória de Fernando Henrique veio novamente no primeiro turno, após o candidato obter 53,6% dos votos.

Após três tentativas que não deram certo, Lula assumiu um discurso pessimista a respeito da possibilidade de o partido alcançar a Presidência da República. Outros nomes surgiram, mas novamente o de Lula foi o escolhido para concorrer na eleição de 2002.

---

<sup>390</sup> Jornal do Brasil (RJ), 03 de setembro de 1994.

<sup>391</sup> Jornal do Brasil (RJ), 24 de julho de 1994.

<sup>392</sup> Resultados disponíveis em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/brasil/resultados-das-eleicoes-1994-brasil>. Acesso em 05 de nov. 2020.

Essa seria a campanha mais diferenciada do PT, se comparada as três anteriores. Mudou-se o teor do discurso e das propostas, uma equipe bem preparada foi escolhida para atuar, alianças foram feitas e, dessa vez, Marisa assumiu compromissos diretos, com uma agenda própria. Como salienta Vannuchi (2020), Marisa foi uma das grandes incentivadoras para que o marido não desistisse de participar do pleito. “Marisa achava que tinha de ser assim, com teimosia e esperança” (VANNUCHI, 2020, p. 216).

Lula queria autonomia para tomar as rédeas da campanha, o que foi concedido pelo diretório nacional do partido. O primeiro passo foi a escolha da equipe que trabalharia na campanha. Trazer Duda Mendonça para a sua equipe de marqueteiros foi uma grande jogada do PT. “Nunca os programas da TV do PT haviam sido tão bem produzidos, com imagem aéreas, fotografias de cinema, efeitos visuais só vistos na publicidade” (VANNUCHI, 2020, p. 222). A mudança no teor do discurso seguiu a lógica empreendida pela equipe de marketing. A qualidade técnica era incomparável à das outras campanhas. Mudou-se, inclusive, o vestuário de Lula e Marisa.

Percebendo o poder de influência que Marisa tinha junto ao marido, Duda Mendonça sugeriu que ela “colasse” em Lula. Deveria abraçar a campanha como nunca fizera antes, se moldar, caso necessário, para se encaixar naquele plano de campanha. Marisa mudou o visual, adotou uma agenda própria e esteve ao lado de Lula durante toda a empreitada eleitoral. Para assessorar Marisa o nome escolhido foi o Denise Gorczeski, viúva de Julinho de Grammont. Ela era responsável por organizar a agenda da futura primeira-dama e auxiliá-la de perto. Uma consultora de imagem também foi escolhida, Tatá Nicoletti, para trabalhar na montagem do guarda roupa de Lula e Marisa. Aquele assumindo o terno e gravata, ela os terninhos. Para cuidar do cabelo de Marisa, o escolhido foi Wanderley Nunes, do salão Studio W. Para ela, foi pensado um visual mais contemporâneo e elegante, adotando um cabelo mais curto, com um tom de loiro mais claro. Marisa aprovou as mudanças, mas ressaltava não querer ficar “parecendo uma dondoca”.

Ainda no contexto desse projeto da campanha de 2002, Marisa foi submetida ao primeiro procedimento cirúrgico de cunho estético. Marisa fez um lifting, esticando a pele a fim de eliminar as rugas da face, sob os cuidados do cirurgião plástico Pedro Albuquerque. É interessante notar que, tendo decidido pela atuação mais efetiva de Marisa junto à campanha, as primeiras medidas adotadas giraram em torno de uma remodelagem de sua aparência. Essas medidas se estenderam a Lula, porém, com um teor muito menor de exigência. Além da roupa, o candidato teria que afinar o seu discurso. À



Marisa cabia moldar-se a fim de se encaixar, também visualmente, esteticamente, naquele projeto. Já pontuado anteriormente, mais uma vez as discussões sobre o mito da beleza podem ser ressaltadas. Wolf (1992) pontua quão aprisionador a exigência em torno do mito da beleza se torna para as mulheres, que, para atender determinadas demandas, acabam cedendo. O mito da beleza caminha emparelhado e reafirmando cenários de dominação masculina, ao exigir das mulheres que se encaixem em padrões previamente estabelecidos pela lógica patriarcal, que se perpetuam através das relações de gênero.

Marisa seguiu o que a equipe de campanha planejou para ela. Participou de comícios, das reuniões da coordenação de campanha, esteve em praticamente todas as viagens de Lula e era presença frequente no comitê. Em agosto de 2002, o *Jornal do Commercio* noticiou a mudança de postura de Marisa, quando comparada a sua atuação nas campanhas anteriores do marido, ressaltando que, na nova conjuntura, Marisa Letícia trabalharia à frente da campanha, juntamente com a esposa do candidato a vice, Mariza Alencar, esposa de José Alencar<sup>393</sup>.

Marisa esteve praticamente em todas as viagens de Lula, que, entre julho e outubro, totalizaram 147 horas de voo. Foram percorridos 61.127 quilômetros e realizados 103 comícios em 93 cidades, conforme a nota à imprensa divulgada na época. Contribuiu para isso o fato inédito de não ter mais nenhuma criança em casa. Luís Cláudio, o caçula, estava com dezessete anos. Para Marisa, aquilo representava uma forma de libertação. (VANNUCHI, 2020, p. 221).

Não apenas para Marisa, o fato de ter os filhos crescidos, isentando a mãe dos cuidados essenciais, acaba por possibilitar às mulheres maiores oportunidades de adentrarem espaços atrelados à esfera pública. Agora, mesmo Marisa continuando como a responsável pelo gerenciamento da casa, ela não necessitaria permanecer presa a esse espaço, podendo estar ao lado do marido durante a disputa eleitoral e, posteriormente, ao ocupar o posto de primeira-dama na Nação.

Marisa gravou para o programa eleitoral pela primeira vez em agosto. Apesar da nova postura de Marisa junto à campanha de 2002, vale destacar sua resistência em assumir espaços de fala. Quando abordada pela imprensa, “pedia para que as perguntas fossem encaminhadas por *e-mail* e Denise ajudava nas respostas. Reservadamente, atribuía o nervosismo ao cuidado com Lula: tinha medo de dizer algo que pudesse atrapalhar a campanha do marido” (VANNUCHI, 2020, p. 221).

---

<sup>393</sup> *Jornal do Commercio*, 10 de agosto de 2002.

Em janeiro de 2017, o portal Carta Maior recuperou e trouxe a público uma entrevista de Marisa Letícia Lula da Silva realizada em 2002, a ser divulgada pelo site da campanha do PT, de acordo com José de Souza Castro, não conhecida pela mídia até aquela data. Boa parte da entrevista diz respeito à trajetória pessoal de Marisa, junto aos filhos e ao marido. Perguntada sobre sua casa ter se tornado sede das discussões do sindicato no contexto da greve de 1980, Marisa respondeu que, de fato, sua casa se tornou o próprio sindicato. “E a secretária era eu. Vinham políticos, almoçavam, alguns dormiam lá em casa. Depois, montamos um fundo de greve na Igreja, para arrecadação de alimentos. Aí desconcentrou um pouco”, afirmou Marisa. Sobre a fundação do Partido dos Trabalhadores, ela narra a história de ter feito uma das primeiras bandeiras do PT:

Eu tinha um tecido vermelho, italiano, um recorte guardado há muito tempo. Costurei a estrela branca no fundo vermelho. Ficou lindo. A gente não tinha núcleo, não tinha nada. Minha casa era o centro. Começamos então a estampar camisetas para arrecadar fundos. Vendíamos uma para comprar duas. Estampava a estrelinha, vendia, comprava mais. Foi assim que começou o PT. (Entrevista de Marisa Letícia realizada pela campanha do PT em 2020)<sup>394</sup>.

A imprensa noticiava a atuação das postulantes ao posto de primeira-dama. Rosinha Garotinho, Patrícia Pillar, Mônica Serra e Marisa Letícia Lula da Silva, figuravam em diversas reportagens, que apresentavam seus perfis, seus planos a serem executados após o pleito eleitoral, bem como as histórias de vida das personalidades.

### Imagem 86 - As quatro postulantes ao posto de primeira-dama em 2002



Fonte: Jornal do Brasil (RJ), 05 de maio de 2002

A um mês da realização das eleições, o Jornal do Commercio apresentou um rápido perfil de Marisa Letícia, apontando-a como a fiel companheira de Lula, discreta e

<sup>394</sup> Entrevista disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditorial%2F-Marisa-e-Lula-%2F37629>. Acesso em 19 de nov. 2020.

simpática. Em seguida, uma curta entrevista. Questionada sobre o que mais teria mudado no marido desde a primeira campanha até aquele momento, Marisa respondeu: “a mudança que aconteceu com o Lula é mesma ocorrida com o partido: o amadurecimento. Os dois continuam como o ideal de mudar o Brasil, só que agora dizem e fazem isso de forma mais suave”. Marisa fazia uma referência direta à mudança de postura adotada pelo marido e pelo PT na campanha de 2002. Marisa também foi questionada sobre o que faria caso ocupasse o posto de primeira-dama, se assumiria algum projeto especial, e respondeu: “projetos especiais serão tocados pelos ministérios. Particularmente, tenho grande preocupação com a juventude”<sup>395</sup>. Marisa anunciava uma ruptura em relação às práticas de outras primeiras-damas. Não assumiria nenhum cargo junto ao governo, não atuaria, mesmo que de forma paralela, em órgãos destinados à assistência.

Diversas comparações surgiam em relação a outras primeiras-damas, em especial a Ruth Cardoso, aquela que Marisa sucederia, fato que chegava a incomodar a esposa de Lula. A intelectual seria substituída pela dona de casa e envolto deste ponto, diversas discussões despontavam. Quais práticas seriam executadas pela primeira-dama a partir de então? Tal fato só poderia ser observado após a vitória eleitoral.

Selando uma aliança com José Alencar, indicado a vice na chapa com Lula, a campanha do PT sacramentava uma aliança capital e trabalho, tão rechaçada no início da caminhada do partido. A vitória era esperada ainda no primeiro turno, mas não ocorreu. Lula obteve 46,4% dos votos contra 23,2% de José Serra. Restava ao PT buscar ampliar a sua base de apoio, se fortalecendo ainda mais para o segundo turno, cujo lema escolhido pelo marqueteiro da campanha foi “a esperança vai vencer o medo”. Ao fim da apuração, Lula foi eleito Presidente do Brasil com 61,3% dos votos válidos, contra 38,7% de José Serra.

Mesmo antes de assumir os postos de Presidente e primeira-dama, Lula e Marisa passaram a figurar com grande frequência nos meios midiáticos. No dia 30 de outubro, o *Jornal do Commercio* noticiou uma “declaração de amor” de Lula à Marisa, a qual o petista destacava: “sem a Marisa, eu não teria chegando aonde cheguei”<sup>396</sup>. A matéria ainda destacou o uso correto do “aonde”, empregado por Lula em sua fala. Fatos como esse se repetiram diversas vezes, fazendo uma alusão camuflada ao fato de Lula ter vindo da classe operária.

---

<sup>395</sup> *Jornal do Commercio*, 17 de setembro de 2002.

<sup>396</sup> *Jornal do Commercio*, 30 de outubro de 2002.

Na mesma data, 30 de outubro de 2002, a Revista Veja fez uma grande reportagem sobre o casal Lula da Silva. Tímida em público, durona em particular, foram as primeiras características atribuídas à Marisa. Além de sua trajetória pessoal, também foi ressaltada sua diferenciada participação na eleição daquele ano.

Depois de ter ficado três campanhas presidenciais escondida nos bastidores, no fundo dos palanques em que o marido arengava às massas, ela apareceu como nunca na última disputa eleitoral. Recebia afagos públicos do marido, debruçava-se à frente dos palanques, acenava aos eleitores e distribuía sorrisos. Sua súbita aparição, com a estampa recauchutada e o figurino escolhido por uma especialista, foi uma estratégia de marketing eleitoral, concebida pelo publicitário Duda Mendonça. O bruxo do marketing petista queria explorar o fato de que Luiz Inácio Lula da Silva mantinha um sólido casamento de 29 anos — e isso poderia ter um triplo efeito eleitoral: transmitir a imagem de um homem confiável, humanizar a figura de um político conhecido pela barba e pela carranca e, por fim, amenizar a resistência do eleitorado feminino ao candidato. (Revista Veja, 30 de outubro de 2002)<sup>397</sup>.

De 01 de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2010, Marisa Letícia Lula da Silva ocupou o posto de primeira-dama do país. Em torno deste papel, permeava no imaginário social um conjunto de atributos e afazeres a serem seguidos. Ruth Cardoso já havia proporcionado certa ruptura nos padrões de atuação das primeiras-damas quando esteve à frente do posto. Agora os holofotes recaíam sobre Marisa Letícia. Desde os tempos de campanha, a esposa de Lula havia deixado claro que não almejava ocupar nenhum cargo público, nem atuar em setores considerados espaços de práticas assistencialistas. De fato, não ocupou esses espaços, mas se fez presente em outros.

### **Imagem 87 - Solenidade de Posse em 2003**



**Fonte:** <https://noticias.r7.com><sup>398</sup>

<sup>397</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reveja/marisa-leticia-do-abc-a-brasilia-de-brasilia-aoguaruja/>. Acesso em 20 de nov. 2020.

<sup>398</sup> Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/fotos/relembre-momentos-marcantes-da-vida-do-casal-lula-e-marisa-02022017#!/foto/8>. Acesso em 10 de nov. 2020.

No entanto, um mês após a posse do marido na Presidência, uma reportagem da Revista *Época*, demonstra a grande expectativa que se criara em torno de uma possível atuação de Marisa junto a programas de cunho social, como ocorrera em momentos anteriores.

Dona Marisa mostra seu estilo como primeira-dama: discrição em público e mão-de-ferro em casa. Um jantar no Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente, José de Alencar, organizado para mobilizar mulheres e maridos de ministros no Programa Fome Zero, marcou, na quinta-feira, a estreia nos salões de Brasília da primeira-dama, dona Marisa Letícia da Silva. Foi discreta (...) Em vez de se dedicar a um projeto, a primeira-dama tem dito que pretende aos poucos se integrar a vários programas sociais do governo, principalmente os dirigidos ao atendimento de jovens e crianças. Por enquanto, sua principal ocupação tem sido nos assuntos de que realmente gosta: a administração da casa. No primeiro mês no Palácio da Alvorada, dispensou a chef Roberta Sudbrack, que nos últimos quatro anos decidia o cardápio presidencial. O menu que vai à mesa do presidente afora é definido por Dona Marisa, e os pratos sofisticados foram substituídos por refeições mais simples. (Revista *Época*, 3 de fevereiro de 2003).

Marisa era descrita como “a dona do Alvorada”, fazendo uma menção à presença da primeira-dama junto à organização e administração direta da morada presidencial. Ela cuidava de cada detalhe, dos jardins à cozinha. Logo no início de 2003, Marisa coordenou a grande reforma realizada no Palácio da Alvorada. Por sugestão do Iphan, foi formada uma comissão responsável pela obra, que atuava sob a supervisão de Marisa. “Cláudio Rocha assumiu a coordenação executiva. O arquiteto Rogério Carvalho veio representando o Iphan” (VANNUCHI, 2020, p. 292). A obra se estendeu por mais de um ano e teve um custo altíssimo, ponto bastante criticado pela oposição. Mesmo sob o argumento de que todo o custo havia partido de doações, a grandiosidade da obra, de acordo com os críticos, não condizia com a história de vida do casal presidencial.

Ainda na tentativa de incentivar Marisa a se engajar junto as ações que seriam desenvolvidas por elas, as quatro ministras do governo Lula, Emília Fernandes, Benedita da Silva, Dilma Roussef e Marina Silva, buscaram uma aproximação com a primeira-dama, que as recebeu, se mostrou parceira, mas reafirmou que sua atuação seria estar ao lado de Lula, o apoiando, como sempre fizera<sup>399</sup>.

Marisa Letícia Lula da Silva parece ter redefinido, nos últimos quatro meses, as funções da primeira-dama: seu papel é ficar junto com o marido-presidente. A dupla não é desfeita sequer pelo futebol dominical na Granja do Torto (com Marisa na plateia, evidentemente). Não é uma crítica, não. Só uma constatação. (*Jornal do Brasil*, 27 de abril de 2003).

---

<sup>399</sup> *Jornal do Brasil* (RJ), 15 de janeiro de 2003.

A presença constante de Marisa ao lado de Lula foi abundantemente noticiada, fazendo uma relação direta com o poder de influência que ela tinha sobre o marido. Em reportagem de agosto de 2003, o *Jornal do Brasil* afirmou que Maria seria a única dama do baralho do governo, uma “carta que sempre tem relevância”<sup>400</sup>. A nota também fazia referência ao fato de Marisa ocupar uma sala no Palácio do Planalto, ao lado do gabinete presidencial. Possuir um gabinete ao lado do de Lula proporcionava à Marisa um maior convívio com o marido e com a política. A decisão em torno da concretização do gabinete é atribuída a três fatores. O primeiro, fazia parte ainda de uma estratégia da equipe de *marketing*, encabeçada por Duda Mendonça, que queria solidificar a imagem de um casal unido. O segundo, diz respeito ao ciúme que Marisa sentia do marido. Por fim, o terceiro, a escolha em possuir um espaço próximo ao do presidente teria partido de Marisa, por essa ser sua opção de atuação enquanto primeira-dama, estando ao lado de Lula.

Nas palavras de Frei Betto, antigo conhecido na família, “embora Marisa prefira, em política, o papel de assessora mais íntima do marido e não goste de fazer discursos e nem mesmo ser o centro das atenções, ela não dispensa a oportunidade de participar de conversas políticas. Seja qual for o interlocutor, Lula jamais pede a Marisa que se retire”<sup>401</sup>. A imprensa também destacava a presença constante de Marisa no cotidiano político que era vivenciado no Planalto.

Marisa Letícia Lula da Silva se torna, a cada dia, presença mais constante no Palácio do Planalto. Ao contrário de suas antecessoras, a esposa do presidente Lula toma parte ativamente do dia adia do poder e participa de várias audiências concedidas pelo marido. Quando ela não aparece, o político petista pede gentilmente a seus colaboradores para chama-la. (*Jornal do Brasil* (RJ), 10 de fevereiro de 2003).

O fato não passou isento de críticas. Questionado em uma entrevista sobre a constante presença da esposa ao seu lado, Lula respondeu: “ela sempre esteve ao meu lado, quando eu não tinha nada nem era ninguém. Por que agora que eu sou presidente, ela não vai participar?”<sup>402</sup>. Para alguns críticos, o acesso direto que Marisa tinha ao gabinete do presidente era um hábito deselegante, devendo ser proibido. Cobrava-se de Marisa uma posição mais atuante junto ao governo. Marisa chegou a assumir a presidência de honra da ONG Fome Zero. Criou-se até certa expectativa em relação à

---

<sup>400</sup> *Jornal do Brasil*, 03 de agosto de 2003.

<sup>401</sup> Texto “A Marisa Letícia sobre a qual a grande mídia não gosta de falar”. De autoria de Frei Betto, publicado no *Pragmatismo Político* publicou. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/01/marisa-leticia-imprensa-tradicional-revelar.html>. Acesso 12 de ago. 2020.

<sup>402</sup> *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 2003.

possibilidade de Marisa realizar um pequeno discurso durante a abertura oficial da instituição, fato que não ocorreu. Marisa continuava se esquivando dos microfones, como fizera durante as campanhas<sup>403</sup>. Tais cobranças também vinham do povo. Em espaço concedido a receber cartas dos leitores, o Jornal do Brasil noticiou a opinião de uma leitora a respeito de Marisa.

Com relação à primeira-dama Marisa Letícia, a meu ver é uma criatura medíocre e que não está preparada para o papel que hoje representa. Precisaria urgentemente de uma orientação do protocolo para não dar vexame. Ela, na verdade, deveria estar voltada para as causas sociais, ajudar os menos favorecidos, atuar no Fome Zero. (Jornal do Brasil (RJ), 15 de junho de 2004).

Ao que parece, o ser primeira-dama estava condicionado, no imaginário popular, a uma atuação voltada às causas sociais, como ocorrera no momento de constituição do primeiro-damsismo na década de 1940, com a figura de Darcy Vargas, e se perpetuara na prática de diversas outras primeiras-damas no decorrer da história do país. Sobre esse ponto, Marisa fazia questão de registrar que “o Brasil não teria uma primeira-dama fabricada”. Em reportagem especial sobre o ano da mulher, em 2004, Marisa foi entrevistada pelo Jornal do Brasil e sobre esse assunto pontuou: “sou natural. Não vou inventar uma Marisa que não existe”. A reportagem ainda destacou o jeito de “mulher comum” da primeira-dama e o quanto isso a aproximava de outras mulheres em todos os cantos do país, apontando o recebimento de cerca de 400 cartas por dia, pela personalidade<sup>404</sup>. A respeito da grande quantidade de cartas recebidas, Vannuchi (2020) destaca que nunca, em outro momento da história do Brasil, uma primeira-dama chegou a receber tantas cartas. O jornalista ainda salienta que o pertencimento à camada popular, favorecia ao casal Lula da Silva essa aproximação com o povo.

Ao longo das duas gestões de Lula à frente do Executivo, Marisa não exerceu cargo filantrópico, mas mantinha uma sala ao lado do gabinete presidencial, no terceiro andar do Palácio do Planalto. O país tinha notícia dela principalmente nas viagens internacionais em que acompanhava o presidente. Como primeira-dama, ficou conhecida pelos churrascos de fim de semana e pelas festas juninas que organizava, nas quais aparecia a caráter ao lado do marido. Ela também foi criticada quando fez um canteiro de flores vermelhas reproduzindo a estrela do PT nos jardins do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto. Os canteiros foram removidos. (GUEDES; MELO, 2019, p. 271-172).

Dessa forma, foi possível observar que de forma mais efetiva que a ruptura proposta Ruth Cardoso, no que diz respeito à postura de primeira-dama e a prática do

---

<sup>403</sup> Jornal do Commercio, 09 de junho de 2003.

<sup>404</sup> Jornal do Brasil, 01 de fevereiro de 2004.

primeiro-damismo, Marisa propõe e efetiva uma quebraçura em relaçaõ a essa figura social e as ações a serem desenvolvidas por ela. As experiências pessoais das duas personalidades foram fatores decisivos nessa açãõ. Ruth, em diáloço com a sua formaçaõ e postura intelectual, atuou de forma protagonista nas ações em que esteve à frente, e propôs uma performance junto ao social que se desvinculasse do viés assistencialista, que marcara a atuaçaõ do Estado junto à atençaõ aos menos favorecidos, desde o início do século XX. Marisa, convergindo com sua trajetória militante, negou-se a ocupar qualquer cargo junto à governança, bem como atuar em programas sociais. Para ela, cabia ao Estado assistir à populaçaõ, através da efetivaçaõ de políticas públicas, e não à primeira-dama. Assim, pontua-se que, no decorrer da república brasileira, foi durante os governos do PT, de 2003 a 2010, que se efetivou uma ruptura no que diz respeito a atuaçaõ da figura social da primeira-dama junto às áreas ligadas ao social.

Apesar de toda a expectativa construída em torno das duas primeiras-damas e suas atuações, é impossível atribuir a elas uma posiçaõ apenas decorativa junto aos seus esposos. Em um texto escrito por Frei Betto, publicado na página Pragmatismo Político, Marisa tem o seu protagonismo evidenciado.

Se há uma mulher que não pode ser considerada mero adereço do marido é Marisa Letícia Lula da Silva. Conta a fábula que, tendo sido coroado, o rei nomeou para o palácio um lenhador que, na infância, fora seu companheiro de passeios pelo bosque. Surpreso, o pobre homem escusou-se frente à tão inesperada deferência, alegando que mal sabia ler e não possuía nenhuma ciência que justificasse sua presença entre os conselheiros do reino. “Quero-o junto a mim – disse o rei – porque preciso de alguém que me diga a verdade”. Marisa não tem a vocação política de Lula, mas sua aguçada sensibilidade funciona como um radar que lhe permite captar o âmago das pessoas e discernir as variáveis de cada situação. Por isso, é capaz de dizer a Lula verdades que o ajudam a não se afastar de sua origem popular nem ceder ao mito que se cria em torno dele. A simplicidade talvez seja o predicado que ela mais admira nas pessoas. (Pragmatismo Político, 30 de janeiro de 2017).

O poder de influência de Marisa junto a Lula se justificava pela parceria entre os dois, firmada desde os tempos da luta sindical. Marisa ocupava espaços de poder sem competir esses com o marido, reconhecendo que cada um detinha deveres diversificados. Nessa direção, Frei Betto pontou:

Marisa é, com certeza, a única pessoa que, no cara a cara, não corre o risco de se deixar enredar pela lógica política do marido. Defensora intransigente de seu próprio espaço, não chega a ser o tipo de esposa que compete com o parceiro. Sabe que seus papéis são diferentes e complementares. Mas ninguém é aceito na intimidade dos Silva sem passar pelo crivo dela, que sabe distinguir muito bem quem são os



amigos do casal e quem são os amigos de Lula. (Pragmatismo Político, 30 de janeiro de 2017).

No decorrer dos oito anos que ocupou o posto de primeira-dama, Marisa manteve uma coerência em suas ações. Esteve ao lado de Lula em praticamente todas as viagens, participava das reuniões ministeriais, cuidava de perto do funcionamento do Palácio da Alvorada, organizava churrascos e as festividades juninas. Ao contrário do que ocorrera com outras primeiras-damas, negava-se de participar de eventos benevolentes, bem como de patrocinar chás, recepções e jantares de cunho caritativo. Apesar de serem passíveis de críticas, as políticas sociais assumiram sua posição de política pública durante o governo Lula, e as ações da primeira-dama não foram adotadas como braço de ação do Estado, no que diz respeito à assistência aos menos favorecidos. Marisa Letícia buscou se distanciar de práticas que a levassem à efetivação de um primeiro-damismo, em especial, o de cunho *estratégico*.

#### **Quadro 08 – Idade ao casar, se tornar primeira-dama e número de filhos**

<b>NOME</b>	<b>ESPOSO</b>	<b>IDADE/ CASAMENTO</b>	<b>IDADE/ PRIM.DAMA</b>	<b>Nº FILHOS</b>
<b>Ruth Cardoso</b>	Fernando Henrique Cardoso	23	65	3
<b>Marisa Letícia Lula da Silva</b>	Luís Inácio Lula da Silva	23	53	4

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora mediante material referente à História do Brasil.

O quadro acima aponta algumas convergências no perfil das duas personalidades. Casaram-se com a mesma idade, 23 anos. Nesse ponto, vale destacar que no caso de Marisa era o seu segundo casamento. A quantidade de filhos se assemelha, casal Cardoso com três filhos, e os Lula da Silva com quatro, sendo um deles do primeiro casamento de Marisa. Outra convergência observada é a idade que Ruth e Marisa tinham ao assumir o posto de primeira-dama do país, acima dos 50 anos, com os filhos crescidos.

Após dois mandatos à frente da Presidência, em 01 de janeiro de 2011, Luís Inácio Lula da Silva passou a faixa presidencial para Dilma Rousseff, sua companheira de partido. Pela primeira vez na história do país, uma mulher assumiria o cargo máximo do Poder Executivo. Mulher e divorciada, Dilma não teria ao seu lado uma “primeira-dama”, ou “primeiro-cavalheiro”. Na posse, retratada na imagem abaixo, ao lado de Lula, estava Marisa; ao lado de Michel Temer, estava Marcela; ao lado de Dilma, estava o vazio, a ausência.

## Imagem 88 - Lula e Marisa ao lado de Dilma Rousseff na posse de 2011



Fonte: <http://g1.globo.com><sup>405</sup>

Nas duas solenidades de posse, em 2011 e 2015, quando reeleita, quem esteve ao seu lado foi a sua filha Paula, fato evidenciado pela mídia e que nos leva à retomada de antigas questões: Quão simbólico é o papel e a presença de uma primeira-dama na constituição da própria imagem do Presidente, na sustentação do seu plano administrativo e no fortalecimento dos laços entre o governo e o povo?; Como as relações de gênero marcam a construção da figura social da primeira-dama e como os estigmas e as hierarquias dessas relações aprisionam os corpos e as mentes das mulheres?; Como burlar essa lógica de aprisionamento, mesmo inseridas no campo político, marcado pela dominação masculina?; Como agir de forma *tática* em meio ao complexo jogo de *estratégias* que demarca este campo?; Como ser uma primeira-dama atuante, sem ser tragada pelo primeiro-damismo em seu viés *estratégico*?. Mais que responder perguntas, a finalidade primordial de uma pesquisa é suscitar novos questionamentos.

---

<sup>405</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/posse-de-dilma/fotos/2011/01/veja-imagens-da-posse-de-dilma-rousseff.html>. Acesso em 20 de nov. 2020.

**Imagem 89 - Dilma Rousseff ao lado da filha Paula nas duas solenidades de posse (2011 e 2015)**



Fonte: <http://g1.globo.com>

Iniciamos este trabalho mostrando quando e como o fenômeno do primeiro-damismo se instituiu no Brasil, e como um modelo de atuação para as esposas dos presidentes foi traçado. Perpassamos pela atuação de diversas primeiras-damas que corroboraram para a perpetuação deste fenômeno e o reconfiguraram, e aqui finalizamos destacando a importância simbólica dessa figura social, evidenciada em sua ausência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destaca Michel de Certeau (1982), a operação historiográfica está limitada à capacidade de análise do objeto em questão, que exige do pesquisador a percepção das relações entre um lugar, os procedimentos adotados nas análises, e a elaboração de um texto final, que implica em diálogos com a literatura produzida a respeito da temática abordada. Ao final desta pesquisa, pontuo algumas considerações, ressaltando a importância dos resultados obtidos, bem como da operação historiográfica que guiou o estudo. Aquele que tem acesso à narrativa final, merece ser conhecedor do seu processo de produção.

Durante o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada, deparamo-nos com diversas surpresas. Como mencionado na parte introdutória, encontrar os vestígios deixados pelas primeiras-damas não foi tarefa fácil. Vimo-nos em meio a um oceano de documentos que versavam sobre os presidentes e tivemos de caçar minuciosamente rastros de suas esposas. Como o ogro da lenda, descrito por Marc Bloch, que fareja carne humana, tivemos que farejar a presença das primeiras-damas e seus fazeres. A empreitada se mostrou complexa, recheada de curiosidade e inquietude. A decepção vivida ao terminar de ler uma longa biografia de um presidente e nada encontrar sobre sua esposa, era rapidamente afagada pela descoberta de algum outro vestígio. Cada linha lida valeu a pena, cada página de jornal vasculhada, cada documento.

No decorrer dos quatro capítulos que compõem este trabalho, buscou-se contar uma história das mulheres na cultura política brasileira, em diálogo com o fenômeno do primeiro-damismo. Para isso, analisamos os processos históricos, conjunturais e estruturais, que possibilitaram o nascimento e a institucionalização do fenômeno em território nacional. Nesse processo, como foi apontado no decorrer da narrativa, Darcy Vargas aparece como a figura inicial, desenvolvendo um modelo de atuação para a esposa do presidente, através de sua atuação pública em setores ligados à assistência social, que se ancorou no projeto maior do Estado Novo, mas possibilitou o “abrir” de portas para a atuação de muitas mulheres na esfera pública.

Darcy Vargas assumiu posturas diferentes daquelas praticadas pelas esposas de presidentes até então. Mesmo antes de ocupar o posto de primeira-dama do país, em de 1930, com a criação e a execução dos trabalhos da Legião da Caridade, Darcy se mostra desejosa em participar da vida política do país ao lado do marido. Essa postura se intensifica após sua chegada ao Rio de Janeiro, ao se aproximar de trabalhos de cunho

social/assistencialista/filantrópico/caritativo. Ao iniciar o Estado Novo, a primeira-dama cria e passa a presidir a Fundação Darcy Vargas, desenvolvendo um reconhecido projeto assistencial, a Casa do Pequeno Jornaleiro. Posteriormente, no ano de 1942, a Legião Brasileira de Assistência é criada, sendo o espaço em que Darcy passaria a concentrar sua atuação pública e política em nome do social. Pensada inicialmente para assistir às famílias dos soldados enviados para a guerra, após o final do conflito, o órgão passa a concentrar suas ações no amparo à infância e à maternidade. A LBA, presidida pela primeira-dama, agiria como braço do Estado, fazendo-se valer de estereótipos ditos femininos para ter acesso a espaços aonde o governo não conseguia chegar.

A partir desse momento, a primeira-dama passaria a ter um “espaço” na governabilidade. Dessa forma, como primeira prática que caracteriza o primeiro-damismo, pontuamos a participação das primeiras-damas no âmbito administrativo, figurando ao lado do esposo, como peça que contribui com o desenvolvimento do seu projeto de governo. A segunda seria a atuação centrada no campo assistencial. Essas duas práticas demarcaram o nascimento do primeiro-damismo no Brasil, como *estratégia* do governo, buscando se fazer presente em áreas que podem alcançar, contando com a colaboração da figura feminina da esposa do governante. As relações de poder que se fazem presente na constituição desse fenômeno trazem à tona a apropriação de características atribuídas ao “feminino”, como legitimadoras das desigualdades de gênero, ao passo em que às mulheres é permitido o estar no público sem abrir mão do privado.

No entanto, a atuação de Darcy Vargas, assim como de outras primeiras-damas presentes em nossa narrativa, não pode ser apontada de forma unicamente instrumentalizada, praticante de um primeiro-damismo *estratégico*. A trajetória construída por Darcy Vargas é expressiva do entrecruzamento daquilo que Certeau chamou de *estratégia* e *tática*, sendo sua atuação caracterizada pela liberdade de ação junto ao social diante do posto ocupado, corroborando com o projeto de governo curso, mas fazendo uso dos sistemas normativos e da máquina administrativa à sua maneira. Através de suas ações, Darcy criou um percurso próprio.

Institucionalizado como fenômeno político, o primeiro-damismo se estendeu e se manteve presente na cultura política brasileira no decorrer de toda a república, entretanto não de forma estática. Rupturas e permanências marcaram seu processo de perpetuação. Como demonstramos, Carmela Dutra, Jandira Café e Eloá Quadros, seguiram o modelo de atuação moldado às esposas dos presidentes. Em linhas gerais, colocaram em prática

um primeiro-damismo *estratégico*. Estiverem à frente de ações assistenciais, quebrando a barreira de acesso à esfera pública e pautando ações em conformidade com a governabilidade do marido.

No entanto, foram as trajetórias de Sarah Kubitschek e Maria Tereza Goulart que nos possibilitaram perceber de que forma o primeiro-damismo se manteve vivo no decorrer das décadas de 1950 e 1960 no país. Sarah não assumiu a presidência da LBA, dando continuidade ao trabalho assistencial iniciado na capital mineira, a partir de 1956, junto a Pioneiras Sociais, que passaria, a partir de então, a ter abrangência nacional. Foi nesse órgão que a primeira-dama do país protagonizou seus feitos junto ao governo do marido.

As ações de Sarah se desenvolveram em consonância com o plano de governo de Juscelino Kubitschek, que buscava estar associado à imagem de progresso e modernização do país. Sarah executou um primeiro-damismo com contornos próprios, seguindo diversos elementos elencados pelo modelo empreendido por Darcy Vargas, mas propondo um novo fazer, uma nova roupagem ao conjunto de práticas que constituíam tal fenômeno. Sarah não recuava quando posta à frente de um microfone, ocupava os espaços de fala com maestria, proferindo longos e enfáticos discursos. A primeira-dama não costumava enviar representantes em seu nome, fazia questão de participar das ações desenvolvidas pelas Pioneiras. Sua popularidade foi crescendo com o passar dos anos do governo de seu marido, sempre justificada pela sua atuação e seu protagonismo. Muito além de um primeiro-damismo *estratégico*, Sarah desenvolveu seu lato *tático*, construindo seu próprio capital político, mesmo estando inserida num contexto de *estratégia* de perpetuação dos anseios do modernizantes do Estado.

A respeito de Maria Thereza Goulart, foi destacada sua transição de esposa do vice à primeira-dama do país. A partir daquele momento, Maria Thereza passou a assumir novas funções, mergulhando na empreitada da LBA que, mesmo passando por diversos problemas de cunho financeiro, continuava a ser um espaço de experiência privilegiado no processo de desenvolvimento do fenômeno do primeiro-damismo. Foi sob sua presidência que a Legião Brasileira de Assistência teve sua sede montada na nova capital federal. A Gaúcha contou com o apoio de uma equipe técnica e percorreu diversos estados do Brasil, a fim de fortalecer os laços e os trabalhos empreendidos pela Legião, que, desde meados da década de 1950, estendera seu campo de atuação. Agora, para além dos afazeres de esposa e mãe, a primeira-dama assumira um espaço junto à governabilidade do esposo, marca destoante do primeiro-damismo.

Outro ponto evidenciado foi a intensa relação que se estabeleceu entre Maria Thereza e a imprensa. Quase não noticiada durante o período em que era “apenas” a esposa do vice-presidente, o nome da mais nova primeira-dama passou a estampar diversas páginas de jornais e revistas por todo o Brasil. A jovialidade e a beleza de Maria Thereza eram os pontos de maior destaque nas reportagens, que acabavam por criar representações relacionadas aos cuidados corporais e ao modo de se vestir. As representações de gênero eram reforçadas pelas imagens veiculadas da primeira-dama, nas quais a beleza, a sensibilidade e o cuidado com o corpo eram atribuídos à figura feminina. Discutindo o conceito de mito da beleza de empreendido por Wolf (1992), pontuamos o caráter aprisionador do tipo de cobrança e exigência construídos em torno de Maria Thereza Goulart, apresentando-se como um dispositivo de poder que é imposto para regular as práticas dos sujeitos e sujeitas, de acordo com as hierarquias de gênero.

Espelhando-se nos modelos de atuação seguidos por personalidades como Darcy Vargas e Sarah Kubitschek, Maria Thereza construiu um estilo próprio de comando e de fazer enquanto primeira-dama. Contou com a ajuda de empresários e artistas e conseguiu desenvolver diversos trabalhos à frente da LBA. Não tão adepta aos espaços de fala quanto Sarah Kubitschek, quando realizava algum pronunciamento, Maria Thereza ressaltava que seu trabalho buscava ajudar o projeto administrativo empreendido pelo marido. Um primeiro-damismo *estratégico* era explicitado.

Dessa forma, assim como relacionamos à Darcy Vargas o processo de nascimento e institucionalização do primeiro-damismo, apontamos as ações desenvolvidas por Sarah Kubitschek e Maria Thereza Goulart como aquelas que possibilitaram a construção de novas roupagens e a perpetuação do fenômeno até meados da década de 1960. A partir de então, o Brasil vivenciara uma nova realidade político-social, e o fazer das primeiras-damas durante esse período seguiria a lógica empreendida por seus esposos e pelo Estado de caráter autoritário.

Iolanda Costa e Silva, Scila Médici, Lucy Geisel e Dulce Figueiredo foram as quatro personalidades que ocuparam o posto de primeira-dama do país durante o período de ditadura militar. Justificada pela própria natureza autoritária do regime ditatorial, tais primeiras-damas não desempenharam papéis de grande visibilidade junto à governabilidade de seus esposos. Nesse sentido, a perda de espaço, sofrida pela figura social da primeira-dama em nível nacional, levou alguns estudos a afirmarem que o fenômeno do primeiro-damismo haveria desaparecido durante o período supracitado, ressurgindo apenas na década de 1990, com a atuação da primeira-dama Roseane Collor.

Como observado no decorrer da narrativa, acreditamos que as análises apresentadas desconstruíram tal afirmativa, ao demonstrarem que, além do primeiro-damismo se encontrar posto enquanto fazer das primeiras-damas em diversos estados do Brasil, em próprio nível nacional não podemos falar em um desaparecimento do fenômeno, tendo em vista a atuação, em especial, de duas personalidades que ocuparam o posto, Iolanda Costa e Silva e Dulce Figueiredo.

Em meados de 1967, a Legião Brasileira de Assistência já não possuía tanto espaço, mesmo que simbólico, junto à governabilidade. No entanto, mesmo assim, é fazendo uso desse espaço de experiência que Iolanda Costa e Silva performatiza seu primeiro-damismo diferenciado, assumindo novas roupagens, mas presente no âmbito federal. Para conseguir colocar em prática os projetos da LBA, seguindo uma prática já executada por outras primeiras-damas, Iolanda buscou firmar alianças com o grande empresariado e a imprensa. Uma de suas artimanhas foi a tentativa de legalização do jogo do bicho e a utilização de um percentual arrecadado pela LBA.

A postura assumida por Iolanda reafirmava o seu alinhamento com os ideários empreendidos pelo marido e seu governo. Conservadora, desenvolveu um conjunto de trabalhos de cunho assistencial/benevolente e buscou criar uma imagem de mulher, mãe e dona de casa, exemplo a ser seguido. Dessa forma, Iolanda reafirmava discursos e práticas em torno das relações de gênero existentes. Iolanda se valia da posição ocupada, e fazia uso de atributos ditos “femininos”, para obter apoio das senhoras da alta sociedade, em nome da governabilidade do esposo. Entretanto, a primeira-dama também apresentou uma postura protagonista, ao se firmar como um dos principais pontos de apoio do esposo e do seu governo. Dessa forma, apontamos a atuação de Iolanda Costa e Silva como um primeiro-damismo *estratégico*, ao se colocar lado a lado com os propósitos do governo do seu esposo, posicionando-se em segundo plano e reafirmando posições de gênero construídas mediante uma lógica patriarcal.

Dulce Figueiredo atuou junto ao Programa Nacional do Voluntariado (PRONAV), assumindo o posto de presidente de honra. Juntamente com a LBA, Dulce participou da organização de diversos eventos e do desenvolvimento de projetos de cunho assistencial. Conhecedora da liturgia da posição que ocupava, a esposa de João Batista Figueiredo cumpria os protocolos a serem seguidos por uma primeira-dama, bem como se fazia valer do poder de influência que ele lhe propiciava.

Durante o período em que ela ocupou o posto de primeira-dama do país, a LBA e o PRONAV organizaram alguns eventos destinados às primeiras-damas dos estados



brasileiros, com o intuito de buscar estabelecer um alinhamento do primeiro-damismo em nível nacional e estadual. Ao todo foram realizados quatro encontros, nos quais foram discutidos problemáticas relacionadas à questão social e também política, em especial, durante o encontro realizado no início de 1983, em pleno processo de abertura política. Apesar de ter seu perfil apontado como serena e discreta nas ocasiões oficiais e seu gosto pelos holofotes nas noites badaladas, a primeira-dama também sabia exercer influência sobre seu marido.

Diante disso, este estudo apontou que Iolanda Costa e Silva e Dulce Figueiredo propuseram um modo particular a suas práticas de primeira-dama, sempre alinhadas ao que denominamos de primeiro-damismo *estratégico*, aquele que caminha junto e atende aos anseios administrativos do Estado, refutando, assim, a afirmativa de um desaparecimento do fenômeno durante o período militar.

Reforçamos a ideia de um fortalecimento do primeiro-damismo após a chegada de Rosane Collor ao posto de primeira-dama, e não de um ressurgimento. De família política, os Malta, Rosane esteve envolvida com o campo político praticamente durante toda a vida. Ao lado do esposo, Fernando Collor de Mello, parecia estar inserida na proposta do marido desde o período de campanha eleitoral, ocorrido no ano 1989. Ao assumir o posto de primeira-dama, Rosane se mostrava satisfeita e feliz. Acreditava ser merecedora e pontuava seu interesse em participar junto a governabilidade. Dessa forma, logo no início de 1990, ela assume a presidência administrativa da Legião Brasileira de Assistência, e propõe uma série de modificações internas na instituição, a fim de assegurar uma maior descentralização de suas ações. Com isso, as superintendências estaduais ganharam maior autonomia.

Rosane costumava ocupar o espaço da fala, realizava discurso, concedia entrevistas à imprensa, sempre com uma retórica que englobava a questão social, enfatizando combate à pobreza. Em seus pronunciamentos, fazia uso do termo “descamisados” para referir-se aos pobres, em uma alusão direta à utilização da mesma expressão por Eva Peron, ícone do primeiro-damismo na Argentina. Ela aparentava gostar dos instantes de fama que o posto lhe proporcionava.

Em um curto espaço de tempo, Rosane viu sua posição de privilégio junto ao governo, ser substituída por um cenário de acusações e desconfiança. Rosane teve seu nome envolvido no maior escândalo protagonizado pela Legião Brasileira de Assistência. A partir de julho de 1991, a primeira-dama teria que conviver com uma série de denúncias de irregularidade ocorridas na instituição que presidia, e enfrentá-las. No decorrer do mês

de agosto daquele ano, um bombardeio de denúncias surgiu, e Rosane acabou sendo indiciada pela Polícia Federal. Na ocasião, foi condenada em primeira instância por fraude, corrupção passiva e peculato em processo criminal na 12ª Vara de Justiça Federal, entretanto, em 2006, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região decidiu que estavam prescritas as “pretensões punitivas relativas aos crimes de falsidade ideológica, prevaricação e formação de quadrilha”. Em resumo, Rosane Collor nunca chegou a responder pelos crimes de que fora acusada.

Seguindo e praticando um primeiro-damismo em seu viés *estratégico*, Rosane buscava atuar conjuntamente com os interesses administrativos do governo de seu esposo, perpetuando práticas anteriormente pré-estabelecidas cabíveis à figura da primeira-dama. A presença em solenidades e viagens oficiais, a busca por um emparelhamento com as primeiras-damas estaduais, a realização de ações voltadas para o social, entre outras práticas, proporcionou a Rosane Collor uma posição “privilegiada” em meio ao jogo do poder vivenciado naquela conjuntura.

Por fim, esta narrativa apresentou as performances de Ruth Cardoso e Marisa Letícia Lula da Silva, enquanto primeiras-damas que refutaram o modelo de atuação estabelecido para ser seguido por essa figura social. Cada uma, ao seu modo, propôs formas diferenciadas de efetivar um primeiro-damismo. Apesar de destoantes em muitos pontos, a busca por um afastamento de questões assistencialistas pôde ser observada nas duas personalidades. A conjuntura era outra, os atores e atrizes políticos e sociais também. Dois eventos ocorridos na primeira metade da década de 1990 merecem destaque: a aprovação da Lei 8.742/93, a LOAS, ao afirmar a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, e a extinção da Legião Brasileira de Assistência, efetivada pela Medida Provisória nº 813, assinada por Fernando Henrique Cardoso, logo no início do seu mandato, em 1995.

Apesar de muito criticada, a extinção da LBA gerou uma série de receios quanto aos caminhos a serem seguidos no que diz respeito à assistência social. Nesse cenário, é criado o Programa Comunidade Solidária, que contou com a colaboração da primeira-dama Ruth Cardoso. O programa foi apresentado como estratégia de articulação dos três níveis governamentais, em diálogo com a sociedade civil, visando à parceria com o Terceiro Setor. Os princípios de solidariedade, descentralização, parceria e focalização ganharam destaque. O Comunidade era formado por duas instâncias: o Conselho Nacional de Solidariedade e a Secretaria Executiva do programa. O Conselho era presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso e tinha um caráter consultivo, sendo

composto por 10 ministros das áreas vinculadas aos objetivos do programa, e por 21 representantes da sociedade civil, todos indicados pelo presidente da República. Já a Secretaria executiva era presidida por Anna Maria Medeiros Peliano e tinha um papel de intermediar diante dos diferentes segmentos do programa.

Ruth Cardoso sempre deixou claro que objetivava desconstruir e propor um novo modo de agir enquanto primeira-dama. Nesse sentido, fez uso desse espaço de experiência para propor um diálogo com os problemas sociais emergentes, que já haviam sido identificados em seus trabalhos acadêmicos. Ruth teria encontrado uma forma de estar no governo sem ser parte da governabilidade e sem abrir mão da sua trajetória intelectual. Nessa lógica, programas como Alfabetização Solidária, Universidade Solidária, Artesanato Solidário e o Programa de Voluntariado foram criados. Sobre eles recaíram elogios e críticas.

Tendo suas ideias reconhecidas e legitimadas de forma praticamente unânime no meio político, as críticas proferidas recaíam mais sobre a política social do governo, ou a uma ausência dessa política, em seu viés universal e cidadão, como pressupõe a LOAS, do que sobre a pessoa da primeira-dama Ruth Cardoso. Assim, o que se pôde observar é que, paulatinamente, os anseios idealizados por Ruth, fundamentados no princípio parceria, aos poucos começavam a serem deixados de lado, em detrimento de uma política com contornos neoliberais. As críticas até recaíam sobre o primeiro-damismo como prática atrelada aos interesses do Estado (*estratégico*), mas não necessariamente sobre a pessoa que naquele momento ocupava o posto, que por diversas vezes conseguiu burlar as regras do jogo político, estando inserida nele, e sem causar grandes tumultos. Enquanto *tática*, o primeiro-damismo empreendido por Ruth Cardoso conseguiu alcançar outro patamar, que não pode ser apontado apenas como perpetuação de um modelo previamente modelado.

Nessa mesma direção, apontamos a tentativa de afastamento, por parte de Marisa Letícia, de padrões pré-estabelecidos, que assinalavam para a figura da primeira-dama como elemento decorativo, posto em segundo plano e inserido no campo político como legitimadora das ações do Estado. A própria trajetória militante de Marisa Letícia a afastava de diversos pontos relacionados a posturas anteriormente assumidas pelas primeiras-damas. Marisa se absteve de ocupar cargos públicos, de estar à frente de projetos ou programas assistenciais, e de ser mentora de eventos caritativos/benevolentes. Ela costumava afirmar que as políticas sociais deveriam ser ofertadas pelo Estado e que seu dever era estar ao lado de Lula, seu marido, e assim fizera.

Constantemente noticiada como “a dona do Alvorada”, Marisa fazia questão de estar à frente da organização do Palácio. Costumava realizar churrascos aos finais de semana e grandes festas juninas. No Palácio do Planalto, tinha uma sala localizada ao lado da de seu marido, o presidente Lula. Os dois eram vistos quase sempre juntos em solenidades e viagens oficiais. Como destacou Frei Betto em texto escrito e publicado pouco antes da morte de Marisa, apesar de não ter tanto engajamento político quanto o marido, seu poder de influência junto a ele era incontestado, evidenciado pela própria trajetória em comum dos dois.

Em suma, no decorrer dos oito anos que ocupou o posto de primeira-dama, Marisa manteve uma coerência em suas ações, e, assim como Ruth Cardoso, buscou se afastar de padrões pejorativamente atribuídos às primeiras-damas, distanciando-se de práticas que a levassem à efetivação de um primeiro-damismo, em especial, o de cunho *estratégico*. Ao lado de Lula, Marisa era a representação da força da família, não da família burguesa, mas do casal de operários que chegou ao mais alto posto governamental no país.

Ao fim do trabalho, pontuou-se a importância simbólica da figura social da primeira-dama. Assumindo diferentes vieses no decorrer da República brasileira, as esposas dos presidentes foram condicionadas a uma série de práticas a serem executadas, as quais o seu conjunto passamos a denominar de primeiro-damismo. Em seu viés *estratégico*, muitas dessas ações caminharam em consonância com os ideários políticos em voga, cuja função era justamente legitimá-los. Como *tática*, desvios de conduta era praticados, não no sentido de quebra de paradigmas ou até mesmo de protocolo, tendo em vista que o próprio conceito de *tática* pressupõe ações desviantes sem que se causem drásticas rupturas no interior dos sistemas. As *táticas* puderam ser observadas em “pequenas” ações, desde o poder de influência que muitas primeiras-damas detiveram junto a seus maridos, agindo nos bastidores como peça fundamental no jogo político, até a construção de capitais políticos próprios, visíveis nas ações protagonistas desenvolvidas por diversas delas.

Acreditamos que, com este estudo, novos sujeitos e sujeitas puderam ser evidenciados, assim como novas práticas constituidoras da cultura política nacional foram discutidas. Dessa forma, esperamos suscitar novas reflexões a respeito da temática. A historiografia agora contará com uma história das mulheres na cultura política brasileira em sua relação com o fenômeno do primeiro-damismo.

## Referências

- ABIKO, Alex Kenya; COELHO Leandro de Oliveira. **Mutirão Habitacional: Procedimentos de Gestão.** (Recomendações Técnicas HABITARE, v. 2). Porto Alegre: ANTAC, 2006.
- ABREU, Alzira Alves. et al. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ABREU, Dener Pamplona de. **Dener: uma vida de luxo.** 3. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- ANZALDÚA, Gloria. Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionam. In: **Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras** (obra colectiva). Traficantes de Sueños: Madrid, 2004, p. 71-80.
- ANDRÁDE, Ilza Araújo Leão de. A incorporação das associações de bairro na implementação de políticas sociais como estratégia de dominação política no Nordeste. In: **XV Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambú - MG, 1991. Disponível em: [file:///D:/Downloads/IlzaAndrade\\_Incorporacao.pdf](file:///D:/Downloads/IlzaAndrade_Incorporacao.pdf). Acesso em 01 de out. 2016.
- ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento. **A gestão participativa em administrações municipais:** as experiências de Natal e Maceió. Tese, (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil.** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989.
- ALVES, Teresa Vitória Fernandes. Instituto Profissional Feminino – Orsina da Fonseca – Como expressão das relações entre educação e trabalho (1930 – 1940). IN: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.** Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/>. Acesso em 22 de dez. 2018.
- AVELAR, Lucia. **O voto feminino no Brasil.** Tese (doutoral em Ciências Sociais), São Paulo: PUC/SP, 1985.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira.** São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer Stifting, 2001.
- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. **Participação política** (orgs.). 2. ed. Campinas: Ed. UNESP, 2007.
- AMARAL, Isabel. Primeira-dama, o que é? Madrid, 28 de fevereiro de 2007 (Palestra proferida por Isabel Amaral, na EIP - Escuela Internacional de Protocolo - em Madrid, Espanha, no dia 28 de fevereiro de 2008). Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos913/primeira-dama/primeira dama2.shtml>. Acesso em 15 de fev. 2018.
- ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (Org.) **Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016.

AZEVEDO, Sérgio; PRATES, Antonio Augusto Pereira. Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva: a questão do Estado e populações periféricas no contexto brasileiro. In: **XIV Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu- MG, out. 1990.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. **Palavra de mulher**: oito décadas do direito de voto. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

BARROS, Fábio Batalha Monteiro. Poliomielite, filantropia e fisioterapia: o nascimento da profissão de fisioterapeuta no Rio de Janeiro nos anos 1950. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 2008. p. 941-954.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O Governo Kubitschek**: Desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Angela de Castro (Org). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha; LOPES, Gertrudes Teixeira; SANTOS, Tânia Cristina Franco. O cotidiano das enfermeiras do exército na força expedicionária brasileira (FEB) no teatro de operações da 2ª Guerra Mundial, na Itália (1942-1945). **Revista Latino-americano de Enfermagem**, 2005 maio-junho, p. 314-321.

BERNSTEIN, Serge. “A Cultura política”. In: SIRINELLI, Jean-Françoise; RIOX, Jean-Pierre (orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa. 1998. p. 349-364.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 15. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOJUNGA, Claudio. **O artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo. 2014.

BRAGA, Lúcia Navarro. **Tempo de viver, Tempo de contar**. João Pessoa: A União, 1996.

BRAGA, Lúcia Navarro. **Gafes nossas de cada dia e outras histórias**. João Pessoa: União, 2002.

BRAGA, Lúcia Navarro. **A casa da Palmeira**. João Pessoa: A União, 2009.

- BRANDÃO, Inácio de Loyola. **Ruth Cardoso**: fragmentos de uma vida. São Paulo: Globo, 2010.
- BRITO, Chermont de. **Vida luminosa de Dona Darcy Vargas**. Rio de Janeiro: LBA, 1983.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. História e Imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BLONDEL, J. **As condições da vida política no estado da Paraíba**. Rio de Janeiro; FGV, 1957.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte**. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 1987. 180 pp. (Textos Básicos; 3).
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CAFÉ FILHO, João. **Do Sindicato ao Catete**: memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 42-58, 1998.
- CAMARGO, A.; DINIZ, E. (Org.). **Continuidade e mudança no Brasil na Nova República**. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (org.) **Ruth Cardoso**: obra reunida. São Paulo: Editora Mameluco, 2011.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (org.) Ruth Cardoso: obra reunida. São Paulo: Editora Mameluco, 2011. Resenha de: SAMPAIO, Helena. Uma intelectual inquieta e ativa. **Revista de Pesquisa Fapesp**. Ed. 191. p. 90-91, 2012.
- CALLADO, Ana Arruda. **Darcy, a outra face de Vargas**. Rio de Janeiro: Betel, 2011.
- CAMINHA, Mônica Cruz. **Abrigo do Cristo Redentor**: estado e assistência social no primeiro governo Vargas (1936-1945). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 2012.
- CAMPOS, EdIVAL. **A lei orgânica de assistência social frente ao programa comunidade solidária**. Cadernos de textos de serviço social da UNAMA, Belém, 1995.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Parirus, 1998.

- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacionalismo-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1995 (3ª. edição).
- CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Org.). **O Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**, 2008, p. 37-47. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1761>. Acesso em 30 de out. 2019.
- CYTRYNOWICZ, Roney. Guerra sem Guerra. **A mobilização em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial: Editora Universidade de São Paulo, 2000.
- CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Ed. Universitária/ Ideia, 1998.
- CITTADINO, Monique. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1964 – 1986), In: **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.
- CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar**. O governo João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru-SP: EDUSC, 2006.
- CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COELHO, R. C. **Partidos Políticos, Maiorias Parlamentares e Tomada de Decisão na Constituinte**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.



- COELHO, Simone de Castro Tavares; GREGORI; DEBERT, Maria Filomena Guita. Ruth Cardoso (1930-2008). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, 2008.
- COUTO, Ronaldo Costa. JK por Sarah Kubitschek. In: **Juscelino Kubitschek**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2011.
- COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 11, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.
- CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946)**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm). Acesso em 29 de dez. 2018.
- COUTINHO, M. A. F. Evolução urbana e qualidade de vida: o caso da Avenida Epitácio Pessoa. 2004. 202 f. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)** – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.
- DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DEMO, Pedro. Brincando de Solidariedade: política social de primeira-dama. In: YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (coord.). **O comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- DEBES, Célio. **Campos Sales**. perfil de um estadista. São Paulo: Editora Francisco Alves. 1978.
- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Quem foi quem na Constituinte**: nas questões de interesses dos trabalhadores. São Paulo: Cortez: Oboré, 1988. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/component/jdownloads/>. Acesso em 14 de jun. 2019.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge (org.), O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. **O Brasil Republicano, Volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- DEL PRIORE, M; AMANTINO, M (orgs.) **História do corpo no Brasil**, São Paulo, Unesp, 2011.
- DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: a antiguidade**. v. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

DUARTE, Túlio. **Reviravolta de Lauro Maia**: da prisão para campanha de deputado. Minutoaminuto.com. Disponível em: <http://nominuto.com/noticias/politica/reviravolta-de-lauro-maia-da-prisao-para-a-campanha-de-deputado/52464/>. Acesso em 22 de fev. 2019.

EVANGELISTA, João Emanuel. Os candidatos e a campanha eleitoral na televisão: as estratégias político-discursivas dos candidatos à prefeitura de Natal em 2004. In: LEMENHE, M. A., e CARVALHO, R. V. A. **Política, cultura e processos eleitorais**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006, p. 207-236.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MESQUITA, Cláudia. Os anos Jk no acervo da Biblioteca Nacional. In: **BIBLIOTECA NACIONAL** (Brasil). Brasileira da Biblioteca Nacional-guia de fontes sobre o Brasil /Organização Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001, p.329-368.

FERREIRA, Jorge. Queremismo, trabalhadores e cultura política: soberania popular e aprendizado democrático. In: **Varia História**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. v.28. n.1.

FERREIRA, Avelino. **Nilo Peçanha o homem, o político**. Campos dos Goytacazes/RJ, 05 de outubro de 2016. Copyright by 2016 Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ. Disponível em: <http://www.camaracampos.rj.gov.br/livretonilo.pdf>. Acesso em 21 de ago. 2018.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**: uma Arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e introdução de Roberto Machado. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. **A verdade sobre a revolução de 22**. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcante, 1974.

FONSECA, Sérgio César e ALMEIDA, Elmir. A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância. **Revista de História da Educação**. (Online) Porto Alegre v. 20 n. 49 Maio/ago., p. 123-141, 2016.

FRANÇA, Fagner Torres de. A dimensão simbólica da política da política e a história da dona de casa queria governar: a construção da imagem pública de Wilma de Faria em 2002 e 2006. **Inter-legere (UFRN)**, v. 8, p. 1-20, 2011.

FRANÇA, Fagner Torres de. **A dimensão simbólica e midiática da política e a história da dona de casa que virou “guerreira”**: a construção da imagem pública de Wilma de Faria em 2002 e 2006. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FRASER, Nancy. **Fortunas del feminismo: del capitalismo gestionado por el Estado a la crisis neoliberal**. Traficantes de sueños: Espanha, 2015.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Ed. 34. Fundação Carlos Chagas: São Paulo, 2002.

FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. **Revista enfoques**, volume 9, número 1. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/102>. Acesso em 05 ago. 2020.

FLEISCHER, D. Os Partidos Políticos. In: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra (org.). **Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução**. Konrad Adenauer Stiftung e Unesp, 2007.

GHON, Maria da Glória Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOMES, Ângela Maria de Castro. (org.). **O Brasil de J.K.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. RJ: Editora FGV, 2005.

GONCALVES, Marcos. Caridade, abre as asas sobre nós: política de subvenções do governo Vargas entre 1931 e 1937. **Varia História**, Belo Horizonte, v.27, n.45, jun. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752011000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000100014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 de set. 2018.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Livro de Ruth**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FECAP, 2009.

GUEDES, Ciça; MELO, Murilo Fiuza de. **Todas as mulheres dos presidentes**. A história pouco conhecida das primeiras-damas desde o início da república. Rio de Janeiro: Máquina dos livros, 2019.

GUIMARÃES, Valeria Lima. Muito além de uma questão moral: reflexões sobre a proibição do jogo de azar e seus impactos nas organizações empresariais e políticas brasileiras. **Revista Inteligência Empresarial** (COPPE-UFRJ). Número especial: dossiê O tempo livre como ativo econômico? o jogo entre o lícito e o ilícito. Nº 37.

GUIMARÃES, Bruna Vieira. **Deodoro da Fonseca – a propaganda política do primeiro presidente do Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo

- (UMESP), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, São Bernardo do Campo, 2007.
- GUTMAN, Laura. **O poder do discurso materno**: introdução à metodologia de construção da biografia humana. Tradução Lizandra Magon de Almeida – 1. ed. – São Paulo: Agora, 2013.
- GURAN, Milton. **O processo constituinte 1987-1988**: documentação fotográfica a nova constituição. Brasília: AGIL, 1988.
- GUSMÃO, Rute. A assistência social no contexto do governo neoliberal. In: VIII Congresso Brasileiro de Assistência Social, **anais do VIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**; nº 8, Salvador, 1995.
- HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina O. A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In: Gomes, Ângela de Castro. (Org.) **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 173-193.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: São Paulo: Cortez, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaio Críticos. 15 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.
- KEHL, Maria Rita. Vestidas para mandar: política de saias justas. **Teoria & Debate**, n. 21, mai./jul. 1993. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/comportamento-vestidas-para-mandar-politica>. Acesso em 05 jul. 2020.
- KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, 2001, v. 15, n. 4, p. 1-12.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- LACOMBRE, Américo Jacobina. **Afonso Pena e sua época**. José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros, 1986.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da história?”. In LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 221-242.

- LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Janaina (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau a Internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Memória da Assistência Social**. Rio de Janeiro: Legião Brasileira de Assistência, 1977.
- LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.
- LOBATO, Eliane. 50 anos do golpe. “Nós saímos daqui correndo, deixamos tudo para trás. A gente passou a viver com sofrimento”. In: **Revista IstoÉ**. 28 de março de 2014. Disponível em: <https://istoe.com.br/354782>. Acesso em 18 de jan. 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, **Vozes**, 1997. p. 14-36.
- LOCHERY, Neil. **Brasil Os Frutos da Guerra**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.
- LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LOPES, João Marcos de Almeida; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. In: **Simpósio Ibero-Americano de Cidade e Cultura: Novas Espacialidades E Territorialidades Urbanas**, São Carlos: EESC-USP, 2010.
- LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p.111 – 153.
- LUCA, Tania Regina. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? In: **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília: IPEA, ano 10, n. 79, jun. 2009, p. 56-63. Disponível em:[http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios072\\_completa.pdf](http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios072_completa.pdf). Acesso em 14 de jun. 2020.
- MALTA, Rosane. **Tudo que vi e vivi**. Rio de Janeiro: Leya, 2014.
- MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar no Estado Novo. **Diálogos**, vol 12, n2/3, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Gênero e assistência**: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. **Revista de Gênero**. Niterói. v.15, n.2, 2015.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Deodoro – A espada contra o Império**: o aprendiz de feiticeiro (da Revolta Praieira ao Gabinete Ouro Preto). Vol. 1, São Paulo: Cia Nacional, 1957.

MELLO, José Octávio de Arruda. **O Problema do Estado na Paraíba**: Da Formação à Crise. (1930-1996). Campina Grande: EDUEP, 2000.

MELLO, José Otávio de Arruda; SANTOS, Walter; PONTES, Francisco da Silva. **Poder e política na Paraíba**. Uma análise das lideranças locais. 1960-1990. 1º ed. João Pessoa: Ed. A União/API, 1993.

MELLO, José Otávio de Arruda. **Conflitos e convergências nas eleições paraibanas de 1982, 2002 e 2006**. João Pessoa: Sebo Cultural, 2010.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2005.

MESTRINER, Maria Luiza. **Deodoro – A espada contra o Império**: o galo na torre (do desterro em Mato Grosso à fundação da República). Vol. 2, São Paulo: Cia Nacional, 1957b.

MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva de. **Primeiro – damismo no Ceará**: Luiza Távora na gestão do social. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Acadêmicos em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. A Igualdade e a Diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo. 2014.

MICHILES, Carlos et al. **Cidadão constituinte**: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MICHEL, Margareth de Oliveira. **A difícil arte de ser primeira-dama** – uma análise discursiva acerca da formação ideológica envolvendo mulheres. 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/michel-margareth-arte-de-ser-primeira-dama.pdf>. Acesso em 15 de mai. 2018.

MOTT, M. L. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930 – 1945). In: **Cadernos Pagu** (16) 2001.

MORAES, Fátima. **José Sarney: 70 anos – um perfil da sua história**. São Luis: Alcântara. 2000,184 p.

MORAES SOBRINHO, João. **A implementação de políticas públicas voltadas ao artesanato na Paraíba**: análise do programa Paraíba em Suas Mãos. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

- MOTTA, Marly Silva da. O relato biográfico como fonte para a história. **Vida, Santa Maria (RS)**, nº 34, p.101-122, jul./dez. 2000.
- MOTTA, Rodrigo Pato (org.). **Cultura Política na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG. 2009.
- MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- NEVES, Angela Vieira. **A Assistência Social: do discurso à prática profissional – as representações dos Assistentes Sociais da Legião Brasileira da Assistência**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.
- NETO, Lira. **Do governo provisório à Ditadura do estado novo (1930 - 1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NOGUERA, Cláudio Marques Martins. Agentes. In: CATANI, Afrânio Mendes, et al. (Org.). **O Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- OLIVEIRA BASTOS (coord.). **Sarney: O outro lado da história**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. **A escalada política**. Meu caminho para Brasília. Volume II. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978a.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. **50 anos em 5**. Meu caminho para Brasília. Volume III. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978b.
- OLIVEIRA, Nucia A. S. de Discutindo Gênero e Beleza. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 8, n. 8, jan. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/652>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- OLIVEIRA, Núcia A. S. de. **Beleza: uma questão de gênero**. Rupturas e continuidades na observação de diferenças entre homens e mulheres – uma leitura a partir da imprensa (1950-1990). Tese (Doutorado em História), Florianópolis, 2005.
- OLIVEIRA, Pero Paulo. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG; R.J: IUPERJ, 2004.
- OLIVEIRA, João Emanuel Evangelista de; RIBEIRO, Gustavo César de Macêdo. Eleições democráticas e transformismo político: poder e dominação política no Rio Grande do Norte. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 33, 2013.
- PAIVA, Beatriz Augusto de. O social de FHC e o programa comunidade solidária: ou atraso da modernidade. In: VIII Congresso Brasileiro de Assistência Social, **anais do VIII Congresso Brasileiro de Assistentes Social**; nº 8, Salvador, 1995.
- PASSOS, José Luiz. **O Marechal de costas**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.
- PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960.
- PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PEDRO, Joana M; SOIHET, Raquel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>. Acesso em 29 de out. 2019.
- PERROT, Michelle. **A história das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1993.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.
- PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.
- PITANGUY, Jacqueline. **As mulheres e a Constituição de 1988**. Disponível em <http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PONDÉ, Jayme. **Levy Miranda**: apóstolo da assistência social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Abrigo do Cristo Redentor, 1977.
- QUEIROZ, e o mar domingos; MATSUBARA, Marilda. Neoliberalismo, política social e serviço social: a questão da assistência. In: VIII Congresso Brasileiro de Assistência Social, **anais do VIII Congresso Brasileiro de Assistentes Social**; nº 8, Salvador, 1995.
- RABAY, G. **Mulheres na Política e Autonomia**. Tese de doutorado PPGCS/UFRN Natal, Rio Grande do Norte, 2008.
- RABAY, Gloria; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**. Histórias de vida e luta. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba: Editora da UFPB, 2010.
- RABAY, G.; CARVALHO, M; SILVA, M. B. As Prefeitas Paraibanas de 2013 a 2016. In: Fazendo gênero 10 - desafios atuais dos feminismos: Florianópolis, 2013. **Anais eletrônicos do Fazendo Gênero 2010**. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385662442\\_ARQUIVO\\_GloriaRabay.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385662442_ARQUIVO_GloriaRabay.pdf). Acesso em: 24 jan. 2014.



- RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 – 1930**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopez (Org.). **Cultura e história em debate**. São Paulo: Afiliada, 1995.
- RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.
- RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 51-61.
- RÉMOND, René. **Por que a História Política?** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 1994, p. 7-19. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1969/1108>. Acesso: 10 ago. 2015.
- RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 99-140.
- RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 39-50.
- RIBEIRO, Flavia. **Maria Thereza Fontella** Goulart: memórias do exílio. Aventuras da história. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/maria-thereza-fontella-goulart-memorias-do-exilio-historia-ditadura-militar.phtml>. Acesso em 12 de mai. 2018.
- RIZZINI, Irene. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **Nair de Teffé: vidas cruzadas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. As prefeitas em perspectiva: representatividade feminina na política paraibana. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 1, 2016.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a doutrina de segurança nacional. In: FREITAS, Marcos C. de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: USF/Cortez, 1997.
- SÁ, Xico. Dois ex levam briga de casa para as urnas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 de março de 1994.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**, Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979,
- SANTOS, Paulo César dos. **Nair de Teffé**. 2. ed. Petrópolis: Sermograf, 1999.
- SANTOS, Maria do Carmo Carvalho Lima. **Bancada Feminina na Assembleia Constituinte de 1987/1988**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em

- Ciências Políticas). Centro de Ciências Humanas. Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Brasília, 2008.
- SANTOS, Joaquim Eloy. Admirável Nair de Teffé. **Jornal de Petrópolis**, Petrópolis, ano 5, n. 304, p. 17-21, set./out. 2002. Disponível em: Acesso em: 14 jan. 2018.
- SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os Domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2008.
- SCHUMACHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Recife, **mimeo**. [Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila], 1989.
- SCOTT, Joan. Debate. Joan Scott, Louise Tilly e Eleni Varikas. “Debate”. **Cadernos Pagu** (3) – desacordos, desamores e diferenças. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1994.
- SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, 2012.
- SCOTT, Joan. Emancipação E igualdade: uma genealogia crítica. **OPSIS: Dossiê Relações de gênero, História, Educação e Epistemologias Feministas / Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão**. v. 15. n. 2, p 537 – 555, 2015.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil Nação**. A Abertura para o Mundo, 1889-1930. Volume 3, Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz, STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SERBIN, Kenneth. **Igreja, Estado e a ajuda financeira pública no Brasil, 1930-1964: estudo de três casos chaves**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (coord.). **O comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al. Comunidade Solidária: contradições e debilidades do discurso. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (coord.). **O comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- SILVA, Lianzi dos Santos. **Mulheres em Cena: As novas roupagens do primeiro damismo da Assistência Social**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Ivanete Paschoalotto da; SIMILI, Ivana. Nair de Teffé: Uma narrativa biográfica para as mulheres dos séculos XIX e XX. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 7, n. 1, p. 121-134, 2011.

SILVA, Josenildo Marques da. **As duas faces**: a construção da imagem pública de Wilson Braga em jornais paraibanos (1980-1986). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

SILVA, Zélia Lopes da. **Silêncios e Transgressões**. O Protagonismo das Mulheres Brasileiras no Século XX. 1ed. Jundiaí: PacoEditorial, 2018.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. **Assistência e Modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945 – 1964)**. 2018. TESE (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, 2018.

SILVEIRA, C. M. **Trabalho e Renda - Ações Institucionais de Fomento no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; COORDEIRO JR, Raimundo Barroso (Orgs), **Cultura Histórica e Historiografia**: legados e contribuições do século 20. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010. p. 37 a 68.

SINGER, Paul. **O dia da lagarta**: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história do gênero. Um depoimento. **Cadernos Pagu**, v.11, p.77-87, 1998.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOIHET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Tutela e devir das mulheres no espaço público. **La manzana de la discordia**, Nº 2, Vol. 6, p. 7-25, 2011.

SOUZA LIMA, Fábio. **As normalistas chegam ao subúrbio**: A história da Escola Normal Carmela Dutra – da criação à autonomia administrativa (1946-1953). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Mario do Carmo (orgs.). **LBA**: identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira. São Paulo, EDUC, 1989.

SPOSATI, Adaílza (Coord). **A Assistência Social no Brasil 1983-1990**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SPOSATI, Aldaíza. Cidadania comunidade solidária. In: **Serviço Social e sociedade**, nº 48; São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, Aldaíza. **História da pobreza assistida em São Paulo**. São Paulo: PUCSP, 1987.

SPOSATI, Aldaíza. Prefácio. In: TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade**. Assistência e proteção social. Nº 68. Ano XXII. São Paulo: Cortez, p. 54 – 82, 2001.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 2014.

SPINELLI, José Antônio (org.). **Rio Grande do Norte 2000-2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e Política: A Trajetória da Primeira- Dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora UNESP. 2008.

SIMILI, Ivana Guilherme. O que virou moda na guerra? As voluntárias da Legião Brasileira de Assistência no Jornal Correio da Manhã. **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo**. ANPUH/SP – UNESP/ Assis, 2006.

SIMILI, Ivana Guilherme. A primeira-dama Maria Thereza Goulart e o costureiro Dener: a valorização da moda nacional nos anos 1960. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.3, n.1, p.276-298, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, A (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

TEMPERINI, Rosana Soares de Lima. **Fundação das Pioneiras Sociais: contribuição para o controle do câncer do colo do útero no Brasil 1956-1990**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

TINOCO, Brígido. **A Vida de Nilo Peçanha**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIGO, Maria Helena Bueno; BRIOSCHI, Lucília. Política e gênero. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org). **Gênero, educação e política: múltiplos olhares**. São Paulo: Ícone, 2009.

TURNER, J. Habitação de Baixa Renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras. In **Revista Arquitetura IAB**, p. 17–19.68, 1968.

VANNUCHI, Camilo. **Marisa Letícia Lula da Silva**. São Paulo: Alameda, 2020.

VARGAS, Getúlio. **Diário (1930-1942)**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 1 v.

VARGAS, Getúlio. **Diário (1930-1942)**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2 v.

VERSIANE, Maria Helena. Constituição de 1987/1988: a sociedade brasileira vive a democracia. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 362-385.

VERSIANE, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 233-252, 2010.

KUPCZYK, Maria Cristina. **A influência do “Primeiro-Damismo” na política de Assistência Social no governo local do município de Guaratuba**. Trabalho de conclusão de curso (TCC) (Graduação) - Universidade Federal do Paraná, Curso de Serviço Social, Matinhos, 2015.

WILLIAM, Vagner. **Uma Mulher vestida de silêncio: a biografia de Maroa Thereza Goulart**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

WOLF, Naomi. **O mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista, EDUSF, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (coord.). **O comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

## PORTAIS ELETRÔNICOS

<http://www.tse.jus.br>  
<http://www.tre.jus.br>  
<http://www.tre-rn.jus.br>  
<http://www.camara.gov.br>  
<http://www.lourdinhas.com.br/historia>  
<http://www.planalto.gov.br>  
<http://www.fgv.br>  
<http://www.diap.org.br>  
<http://www.cepia.org.br>  
<http://www2.senado.leg.br>  
<http://www.firstladies.org>  
<http://www.arquivonacional.gov.br>  
<http://bibspi.planejamento.gov.br>  
<https://www.anamatra.org.br>  
<http://www.historiadocancer.coc.fiocruz.br>  
<http://www.memoriaviva.com.br>  
<https://www.priberam.com>  
<https://dicionariodoaurelio.com>  
<http://www.cbg.org.br>  
<https://geneall.net>  
<http://museuprudentedemoraes.piracicaba.sp.gov.br>  
<https://www.mozartleiloeiro.com.br>  
<http://www.camaracampos.rj.gov.br>  
<http://ihp.org.br>  
<http://somosassim.com.br>  
<http://invate.com.br>

<https://acervo.estadao.com.br>  
<http://www.violaobrasileiro.com.br>  
[www.emporiodenoticias.com](http://www.emporiodenoticias.com)  
<http://www.saopaulo.sp.leg.br>  
<http://bndigital.bn.gov.br>  
<http://www.abrigodocristoredentor.com>  
<http://sian.an.gov.br>  
<http://www.in.gov.br>  
<http://multirio.rj.gov.br>  
<http://riodejaneirodehontem.blogspot.com>  
<http://www.casasantaignez.org/historia.html>  
<http://www.veja.abril.com.br>  
<https://presrepublica.jusbrasil.com.br>  
<http://www.historiadocancer.coc.fiocruz.br>  
<http://bibspi.planejamento.gov.br>  
<http://www1.inca.gov.br>  
<https://aventurasnahistoria.uol.com.br>  
<https://istoe.com.br>  
<https://oglobo.globo.com>  
<http://memorialbrasil.blogspot.com>  
<http://g1.globo.com>  
<http://www.lourdinas.com.br>  
<https://repositorio.ufpb.br>  
<https://www.clickpb.com.br/>  
<http://blog.tribunadonorte.com.br>  
<http://www.prrn.mpf.mp.br>  
<http://nominuto.com>  
<https://www1.folha.uol.com.br>  
<http://www.snh2013.anpuh.org>  
<http://www.diap.org.br>  
<http://www.scielo.br>  
<http://www.fazendogenero.ufsc.br>  
<http://mds.gov.br/assuntos/patriavoluntaria/atribuicoes>  
[http://www.aperj.rj.gov.br/g\\_mov\\_fem\\_anistia.htm](http://www.aperj.rj.gov.br/g_mov_fem_anistia.htm)  
<http://memorialanistia.org.br/movimento-feminino-pela-anistia/>  
<http://www.bocc.ubi.pt>  
<http://memorialdademocracia.com.br/>  
<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me001907.pdf>

## **PERIÓDICOS**

### **Jornais**

Jornal Correio Braziliense (DF)  
Jornal do Brasil (RJ)  
Jornal do commercio (RJ)  
Jornal do commercio (AM)  
Gazeta de Notícias  
Jornal das Moças

Jornal Correio da Manhã  
Jornal O Diário de Notícias  
Jornal O Momento  
Jornal Correio da Manhã  
Jornal Correio Braziliense  
Jornal O Estado de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Mulherio

## **Revistas**

Revista da Cruz Vermelha Brasileira  
Revista Anamatra  
Revista CARETA  
Revista Nação Brasileira  
Revista Veja  
Revista O Cruzeiro  
Manchete  
Revista Istoé

## **FONTES**

### **Documentos:**

A Carta das Mulheres aos Constituintes.  
A Carta do Povo aos Constituintes.  
Anais da Assembleia Nacional Constituinte.  
Atas da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais.  
Atas das Sessões Gerais da Assembleia Nacional Constituinte.  
Banco de discursos – Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados.  
Quem foi Quem na Constituinte - nas questões de interesse dos trabalhadores – 1988.  
Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte.  
Fundação das Pioneiras Sociais. Decênio 1956-1966. Rio de Janeiro; 1966.  
Fundação das Pioneiras Sociais. Relatório anual. 1970.  
Fundação das Pioneiras Sociais. Relatório de Atividades. Rio de Janeiro: 1962.  
Atas da reunião da Fundação Darcy Vargas.  
Estatuto da Fundação Darcy Vargas.  
Atas das sessões ordinária do Conselho Nacional de Serviço Social Fundação Abrigo do Cristo Redentor.  
Ata de Fundação da Legião Brasileira de Assistência – 1942.  
Boletins Informativos da LBA – 1944-1968.  
Estatuto da Legião Brasileira de Assistência – 1942/1946.  
Relatório Bial de Atividades da Legião Brasileira de Assistência em São Paulo – 1942/1944.  
Relatórios Bienais de Atividades da Legião Brasileira de Assistência - sede Rio de Janeiro. 1942/1944 e 1944/1946.  
O Manual da Casa do Pequeno.  
Portaria de autorização da LBA.

## **Decretos:**

BRASIL. Decreto n. 48.543, de 19 de julho de 1960. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48543-19-julho-1960-388755-norma-pe.html>.

BRASIL. Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Lei n. 8.246, de 22 de outubro de 1991. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8246.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8246.htm).

BRASIL. DECRETO n. 370, 19 de dezembro de 1991. Disponível em:  
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>

BRASIL. DECRETO-LEI n. 3736, 22 de março de 1960. Disponível em:  
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/19380/decreto-3763-60>

BRASIL. Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em:  
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75562&norma=102361>.

BRASIL. Decreto nº 39.865, de 29 de agosto de 1956. Disponível em:  
<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/116512/decreto-39865-56>.

BRASIL. Lei 91, de 28 de agosto de 1935. Disponível em:  
<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126769/lei-91-35>.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei N. 5692 de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752>

BRASIL. Projeto Nº 1275, de 19 de maio de 1956. Disponível em:  
[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid).

Brasil. Decreto nº 39.865, de 29 de agosto de 1956. Disponível em:  
<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/116512/decreto-39865-56>.

BRASIL. Decreto-lei n. 7.137, 7 dez. 1944. Disponível em:  
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=103889>.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.697, 22 jul. 1943. Disponível em:  
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=34496>.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.697, 22 jul. 1943. Disponível em:  
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=34496>.

BRASIL. Decreto n. 20.351, 31 ago. 1931. Disponível em:  
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=26682>.



BRASIL. Decreto 20.597 de 3 de novembro de 1931. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20597-3-novembro-1931-511715-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Decreto 21.220 de 30 de março de 1932. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21220-30-marco-1932-515827-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 4.830, DE 15 DE OUTUBRO DE 1942. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-Lei/1937-1946/Del4830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-Lei/1937-1946/Del4830.htm)

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 6.097, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1943. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6097-13-dezembro-1943-416127-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 593, DE 27 DE MAIO DE 1969. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-593-27-maio-1969-361587-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946. Disponível em:  
<http://legislacao.planalto.gov.br/>.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 9.070, DE 15 DE MARÇO DE 1946. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del9070.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9070.htm).

Lei 3.736, de 22 de março de 1960. Disponível em:  
<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128703/lei-3736-60>.

Lei 8.246, de 22 de outubro de 1991. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8246.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8246.htm).

DECRETO-LEI Nº 9.070, DE 15 DE MARÇO DE 1946. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del9070.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9070.htm).

DECRETO Nº 8.546. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del9607.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9607.htm)

DECRETO-LEI nº 594 de 27/05/1969. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-594-27-maio-1969-374108-publicacaooriginal-1-pe.html>. Portaria nº 3.939 de 12 de fevereiro de 1987.

## **ACERVOS**

Acervo O Estado de São Paulo

Acervo da Biblioteca Digital

Acervo O Globo

Arquivo Central do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Brasília

Arquivo da biblioteca Nacional

Arquivo Gustavo Capanema

Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto

Arquivo Café Filho

Arquivo João Goulart

Arquivo Getúlio Vargas

